

**António Fernandes Roquete (1906-1995): Um “ídolo” do  
desporto nas polícias políticas do Estado Novo**

**Pedro Miguel Coelho Serra**

**Tese de Doutoramento em História Contemporânea**

**Novembro de 2017**



## Declarações

Declaro que esta tese é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,



Lisboa, 18 de Abril de 2017

Declaro que esta tese se encontra em condições de ser apreciada pelo júri a designar.

A orientadora,



Lisboa, 18 de Abril de 2017



Tese apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de  
Doutor em História Contemporânea, realizada sob a orientação científica de Maria  
Fernanda Rollo

*Aos meus pais*

## **Agradecimentos**

A presente tese encerra um percurso escolar na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, que, durante a licenciatura, o mestrado e o doutoramento, me permitiu obter as melhores condições para prosseguir os estudos e beneficiar do saber e experiência de professores como Alexandra Pelúcia, Ana Isabel Buescu, António Reis, Bernardo Vasconcelos e Sousa, Diogo Ramada Curto, Fernando Rosas, João Paulo Oliveira e Costa, João Silva de Sousa, José Medeiros Ferreira, José Neves, Luís Krus, Maria de Fátima Bonifácio, Pedro Aires Oliveira, Pedro Cardim e Raquel Pereira Henriques, entre muitos outros. O exemplo e inspiração provenientes quer das aulas, quer dos artigos, livros e comunicações destes mestres foram decisivos para enveredar pela investigação em História. Outra das grandes professoras que encontrei na FCSH-UNL, a Prof. Dra. Maria Fernanda Rollo, além do incentivo com que sempre me apoiou, concedeu-me o privilégio de orientar esta dissertação.

Entre as várias pessoas que gentilmente me cederam informações, forneceram conselhos ou auxiliaram no acesso à documentação, destaco, por ordem alfabética, Alberto Hélder (Museu da Associação de Futebol de Lisboa), Carlos Manuel Reis, Cristina Fangueiro (Presidente do Conselho Directivo da Casa Pia de Lisboa), Dalila Cabrita Mateus, Hélder Tavares (Biblioteca-Museu Luz Soriano), Humberto Silva de Almeida, Irene Flunser Pimentel, Jacinto Godinho, José do Carmo Francisco, José Gameiro, Miguel Baena (Centro Cultural Casapiano), Paulo Tremeceiro (Arquivo Nacional da Torre do Tombo) e Rui Miguel Costa (Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos). Agradeço aos meus colegas Ângela Salgueiro, Filipe Guimarães da Silva, Jorge Fontes, Pedro Marques Gomes e Ricardo Serrado (que me apresentou a história do futebol) pela simpatia e pelo estímulo, tal como a Ana Paula Pires, António Costa Pinto, Maria Inácia Rezola, Paula Borges Santos e todos os que acreditaram no meu trabalho.

Por tudo aquilo que me deram, agradeço às minhas avós, Isaura Serra e Clotilde da Silva, ao meu pai, Orlando Serra, à minha irmã Sara, ao Fernando Dordio e à Teresa Saramago (Té). Termino com uma referência especial à minha mãe, Marta Coelho, que assistiu apenas ao início desta investigação, e ao meu sobrinho Pedro, que nasceu já ela ia a meio. Dedico-lhes este estudo, cujos eventuais lapsos, defeitos e omissões são da minha exclusiva responsabilidade.

**António Fernandes Roquete (1906-1995): Um “ídolo” do desporto nas polícias políticas do Estado Novo**

**António Fernandes Roquete (1906-1995): A sports “idol” on *Estado Novo*’s political polices**

Pedro Miguel Coelho Serra

**Palavras-chave:** Portugal, desporto, futebol, natação, selecção nacional, polícia política, I República, Ditadura Militar, Estado Novo, Moçambique, justiça transicional

**Keywords:** Portugal, sport, football, swimming, national team, political police, Portuguese First Republic, Military Dictatorship, *Estado Novo*, Mozambique, transitional justice

**Resumo:** Este trabalho visa estudar de forma biográfica a vida de António Fernandes Roquete, um casapiano que se celebrou, nas décadas de 20 e 30 do século XX, ao praticar futebol e outros desportos num clube lisboeta e na selecção nacional portuguesa. Além da sua carreira desportiva, Roquete trabalhou como agente (mais tarde, inspector) para as polícias políticas da Ditadura Militar e do Estado Novo durante cerca de 30 anos, os últimos dos quais foram passados na então colónia de Moçambique. Após a queda da ditadura, em 25 de Abril de 1974, Roquete foi processado pelo novo regime.

A vida de António Roquete, quer como exemplo de determinados grupos sociais quer pela sua singularidade, possui extremo interesse para o estudo da História portuguesa no século XX. Esta biografia trata temas como o desporto, a violência política, o início do movimento nacionalista em Moçambique ou a justiça transicional posterior ao 25 de Abril.

**Abstract:** This work aims at studying biographically the life of António Fernandes Roquete, a former student of *Casa Pia de Lisboa* who became a celebrity, in the 1920s and the 1930s, by playing football and other sports for a club from Lisbon and for Portugal’s national team. Roquete also worked, as an agent and later an inspector, for Military Dictatorship and *Estado Novo*’s political polices during nearly 30 years, the last of whose were spent in Mozambique, then a Portuguese colony. When the dictatorship was overthrown, on April 25<sup>th</sup> 1974, Roquete saw himself prosecuted by the new regime.

António Roquete’s life story, both as an example of certain groups and in its uniqueness, is very valuable to understand several subjects and periods of Portuguese History at the 20<sup>th</sup> century. This biography focuses such themes as sport, political violence, Mozambican early nationalism or transitional justice after April 25<sup>th</sup>.



## Índice

<b>1. Introdução</b> .....	16
1.1. Objectivos .....	16
1.2. Metodologia .....	19
1.3. Estado da arte .....	20
<b>2. António Fernandes Roquete (1906-1995)</b> .....	27
2.1. 1906-1924: o aluno casapiano .....	27
2.1.1. Origem familiar .....	27
2.1.2. A aprendizagem na Casa Pia de Lisboa .....	36
2.1.3. A formação de um desportista .....	46
2.2. 1924-1933: o “grande “az” nacional de football” .....	59
2.2.1. A afirmação .....	59
2.2.2. A consagração .....	78
2.2.3. De Amesterdão ao Rio de Janeiro .....	101
2.2.4. A digressão do Vitória de Setúbal ao Brasil .....	117
2.2.5. Ao serviço da PIP .....	137
2.3. 1933-1947: o inspector da PVDE .....	154
2.3.1. Valença .....	154
2.3.2. Dizer adeus ao desporto .....	180
2.3.3. Dois casapianos em lados opostos .....	201
2.3.4. O assassinato de António Ferreira Soares .....	214
2.4. 1947-1960: o chefe da Polícia Internacional .....	232
2.4.1. A ofensiva contra a Oposição .....	232
2.4.2. Cartas para Lisboa .....	254
2.4.3. Ameaças crescentes .....	271
2.5. 1960-1974: o funcionário do BNU .....	297
2.5.1. Na Caju Industrial .....	297
2.6. 1974-1995: a “velha glória” .....	311
2.6.1. Justiça política .....	311

2.6.2. Recordar o passado .....	326
<b>3. Conclusão .....</b>	<b>334</b>
<b>4. Fontes e bibliografia .....</b>	<b>339</b>
4.1. Arquivos .....	339
4.2. Webgrafia .....	339
4.3. Publicações periódicas .....	340
4.4. Bibliografia .....	342
4.4.1. Fontes .....	342
4.4.2. Estudos .....	345
4.5. Entrevistas .....	353
<b>5. Anexos .....</b>	<b>354</b>
Anexo I: Quadros I-IV – Classificações obtidas por António Fernandes Roquete no Curso Comercial da Casa Pia de Lisboa .....	354
Anexo II: Quadro V – Internacionalizações de António Fernandes Roquete .....	357
Anexo III: Quadro VI – Funcionários do quadro eventual do Corpo de Polícia Civil de Moçambique ao serviço em 31 de Dezembro de 1949 .....	358
Anexo IV: Quadro VII – Funcionários da Polícia Internacional ao serviço em 31 de Dezembro de 1953 .....	360
Anexo V: Quadro VIII – Funcionários da Polícia Internacional ao serviço em 31 de Dezembro de 1959 .....	362
Anexo VI: Fotografia da selecção portuguesa que defrontou o Chile (Estádio Olímpico de Amesterdão, 27-05-1928) .....	364



## Lista de siglas e acrónimos

AAC	Associação Académica de Coimbra
AFC	Académico Futebol Clube
AFL	Associação de Futebol de Lisboa
AFLM	Associação de Futebol de Lourenço Marques
AFP	Associação de Futebol do Porto
AG	Assembleia-Geral
AHBNU	Arquivo Histórico do Banco Nacional Ultramarino
AHCGD	Arquivo Histórico da Caixa Geral de Depósitos
AHCPL	Arquivo Histórico da Casa Pia de Lisboa
AHM	Arquivo Histórico Militar
AHMOP	Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas
ANC	African National Congress
ANM	Associação dos Naturais de Moçambique
ANTT	Arquivo Nacional da Torre do Tombo
APEA	Associação Paulista de Esportes Atléticos
ASEA	Associação Santista de Esportes Atléticos
BFC	Boavista Futebol Clube
BNP	Biblioteca Nacional de Portugal
BNU	Banco Nacional Ultramarino
BOM	<i>Boletim Oficial de Moçambique</i>
CBD	Confederação Brasileira de Desportos
CDS	Centro Democrático Social
CFB	Clube de Futebol “Os Belenenses”
CGA	Caixa Geral de Aposentações
CIA	Central Intelligence Agency
CIF	Clube Internacional de Futebol
CIM	Caju Industrial de Moçambique
CNN	Clube Nacional de Natação
COP	Comité Olímpico Português
COPCON	Comando Operacional do Continente
CPAC	Casa Pia Atlético Clube
CPL	Casa Pia de Lisboa
CPM	Corpo de Polícia de Moçambique
CT	Conselho Técnico
CTT	Correios, Telégrafos e Telefones
CUF	Companhia União Fabril
CVP	Cruz Vermelha Portuguesa
DG	<i>Diário do Governo</i>
DGS	Direcção-Geral de Segurança
DN	<i>Diário de Notícias</i>
EUA	Estados Unidos da América
FBD	Federação Bancária de Desportos
FC	Futebol Clube

FCP	Futebol Clube do Porto
FCSH-UNL	Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
FIFA	Fédération Internationale de Football Association
FPF	Federação Portuguesa de Futebol
FPFA	Federação Portuguesa de Football Association
FPNA	Federação Portuguesa de Natação (Amador)
FRELIMO	Frente de Libertação de Moçambique
GCP	Ginásio Clube Português
GDCI	Grupo Desportivo da Caju Industrial
GF	Guarda Fiscal
GNR	Guarda Nacional Republicana
IST	Instituto Superior Técnico
JO	Jogos Olímpicos
LAF	Liga dos Amadores de Football
LP	Legião Portuguesa
LPAN	Liga Portuguesa dos Amadores de Natação
MFA	Movimento das Forças Armadas
MI	Ministério do Interior
MJDM	Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique
MML	Movimento Moçambique Livre
MNE	Ministério dos Negócios Estrangeiros
MOLIMO	Movimento de Libertação de Moçambique
MOPC	Ministério das Obras Públicas e Comunicações
MUD	Movimento de Unidade Democrática
MUDJ	Movimento de Unidade Democrática Juvenil
NESAM	Núcleo de Estudantes Secundários Africanos de Moçambique
OCM	Organização Comunista de Moçambique
OGF	Oficinas Gerais de Fardamento
ONU	Organização das Nações Unidas
OS	Ordem de Serviço
PCP	Partido Comunista Português
PDPS	Polícia de Defesa Política e Social
PI	Polícia Internacional
PIC	Polícia de Investigação Criminal
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PIP	Polícia Internacional Portuguesa
PR	Presidente da República
PRP	Partido Republicano Português
PSP	Polícia de Segurança Pública
PVDE	Polícia de Vigilância e Defesa do Estado
RFA	República Federal da Alemanha
RI 1	Regimento de Infantaria 1
RTP	Rádio e Televisão de Portugal
SAD	Sport Algés e Dafundo
SCCIM	Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique
SCE	Serviço de Coordenação da Extinção (da PIDE/DGS e LP)

SCLM	Sporting Clube de Lourenço Marques
SCP	Sporting Clube de Portugal
SCV	Sport Clube Valenciano
SFF	Serviço de Fiscalização e Fronteiras
SLB	Sport Lisboa e Benfica
SLE	Sport Lisboa e Elvas
SOE	Special Operations Executive
SVI	Socorro Vermelho Internacional
SVPS	Secção de Vigilância Política e Social
TAP	Transportes Aéreos Portugueses
TME	Tribunal Militar Especial
TMT	Tribunal Militar Territorial
UFC	União Futebol Clube
UN	União Nacional
UPF	União Portuguesa de Football
VFC	Vitória Futebol Clube

## **1. Introdução**

O projecto que nos propomos desenvolver visa estudar de forma biográfica a vida de António Fernandes Roquete (n. Salvaterra de Magos, 8 de Agosto de 1906 – m. Lisboa, 18 de Dezembro de 1995), uma figura que, devido às suas ligações a diferentes áreas de actividade, abre numerosas hipóteses de investigação no âmbito da história de Portugal e das suas colónias durante o século XX. Analisado quer na sua singularidade quer como exemplo dos diferentes papéis que desempenhou (casapiano, desportista, celebridade, agente e graduado de várias polícias, arguido do sistema de justiça política pós-revolucionário, etc.), Roquete, tal como a rede de personalidades com as quais contactou nas suas diversas funções, contribui, através da reconstituição (inevitavelmente lacunar e incompleta) da sua trajectória pessoal, para aprofundar o conhecimento sobre temas como o desporto, a actividade das polícias políticas do Estado Novo ou as últimas décadas de domínio colonial português em Moçambique. Nesta tese, procuramos, relacionando o indivíduo com os contextos onde se inseriu, dar a conhecer novas perspectivas sobre esses fenómenos. A abordagem que seguimos, embora necessariamente limitada em termos de objecto de estudo, pretende, através de um caso particular, lançar pistas de pesquisa relativas a temáticas mais vastas. Ainda que António Roquete esteja longe de ter sido um dos homens mais influentes do século XX português, a sua actividade encontra-se ligada a vários dos fenómenos históricos que marcaram esse século.

### **1.1. Objectivos**

O caso particular de António Fernandes Roquete permite, na nossa opinião, obter informações úteis para o estudo de um vasto conjunto de questões historiográficas. Sempre com o cuidado de evitar quer generalizações abusivas quer a dissolução da individualidade do biografado no seu contexto histórico, é possível aflorar temas como a educação e quotidiano na Casa Pia de Lisboa durante a I República, o futebol (tal como outras modalidades desportivas praticadas por Roquete) em Portugal durante as décadas de 20 e 30, as polícias políticas de breve duração surgidas durante a Ditadura Militar, a criação, expansão e funcionamento da PVDE, a

repressão da oposição ao salazarismo em Moçambique antes da eclosão da guerra na colónia, as forças policiais responsáveis por essa repressão, a actividade do Banco Nacional Ultramarino e de empresas de sectores em ascensão como o do caju entre 1960 e 1974, a situação em Moçambique nos primeiros meses após o 25 de Abril ou o processo de justiça política desenvolvido em Portugal com o objectivo de punir os apoiantes e servidores do regime deposto pelo Movimento das Forças Armadas.

Além destas potencialidades de investigação, o percurso (a ideia da vida humana como viagem é uma das convenções seguidas pelos biógrafos) de António Roquete motiva um grande número de questões, ampliadas pelas dúvidas e interrogações ligadas às carências da documentação disponível. Assim, procura-se conhecer a origem social e familiar do biografado e as razões que motivaram a sua admissão como aluno interno na Casa Pia de Lisboa em 1916. No âmbito da actividade desportiva, onde Roquete cedo demonstrou qualidades que o retiraram do anonimato, importa reconstituir em traços gerais o currículo do casapiano e perceber como se destacou, aos olhos da imprensa e do público, dos demais praticantes de futebol, natação e outras modalidades. Num contexto (décadas de 20 e 30 do século XX) em que o futebol português produzia os seus primeiros “ídolos”, o exemplo de Roquete, guarda-redes da equipa principal do Casa Pia Atlético Clube e frequentemente convocado para as selecções de Lisboa e de Portugal, deverá contribuir para elucidar as manifestações em que se traduzia esse estatuto na época, ao nível da notoriedade, popularidade, projecção mediática ou propostas de melhoria da situação económica do jogador, enquadradas no desenvolvimento de práticas que contrariavam o amadorismo oficial dos clubes e futebolistas portugueses e não deixariam de se acentuar nas décadas seguintes.

A actividade policial que, depois de uma breve e mal conhecida experiência em 1929, António Roquete prosseguiu ininterruptamente a partir de 1931 em corporações como a Polícia Internacional Portuguesa (PIP), a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado (PVDE) e a Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), além de coexistir, durante alguns anos, com a vertente de praticante desportivo do biografado (sendo interessante perceber como “convivem” no espaço público o atleta e o polícia), dá origem a outros objectivos. Desde logo, conhecer a evolução da carreira policial do ribatejano e acompanhar a sua situação profissional relativamente a cargos, missões, vencimentos, licenças ou outras regalias. No caso dos postos fronteiriços onde Roquete trabalhou, interessa conhecer em que medida se relacionou com as

autoridades e populações locais, inclusive as do lado espanhol da fronteira. As relações do agente (mais tarde inspector) Roquete com superiores e subordinados, em corporações hierarquizadas como as polícias políticas, deverão ser avaliadas a partir da informação disponível, tal como os contactos do biografado com outras entidades político-administrativas ligadas ao Estado Novo. Por fim, importa encarar a perspectiva dos alvos da acção da PIP/PVDE/PIDE e tentar compreender de que forma Roquete participou concretamente na repressão dos opositores ao salazarismo.

O trabalho do casapiano prosseguiu a partir de 1947 na então colónia portuguesa de Moçambique, onde António Roquete dirigiu um grupo de funcionários do Corpo de Polícia local especializados nas funções atribuídas à PIDE na Metrópole, ou seja, o controlo das fronteiras e dos estrangeiros que entravam no território e a vigilância e repressão dos indivíduos hostis ao sistema político vigente. Esta situação implica o estudo dessa força policial (conhecida, a partir de 1950, por Polícia Internacional) quanto à sua dimensão, evolução e composição, assim como quanto à sua posição perante os ocupantes dos cargos de topo do Estado colonial, do qual dependia. Da mesma forma, assume relevância para o tema que nos ocupa o conhecimento dos meios oposicionistas de Moçambique, nas suas fases de expansão e refluxo, tal como na coexistência da Oposição “branca” tradicional com o sentimento nacionalista moçambicano em desenvolvimento durante a década de 50, no final da qual Roquete abandonou as responsabilidades policiais. Nos catorze anos entre 1960 e 1974, período no qual, mantendo-se em Lourenço Marques, o biografado trabalhou para o Banco Nacional Ultramarino (BNU), os elementos disponíveis implicam a compreensão do poder económico e social que o BNU exercia na colónia, através da participação em empresas ligadas a sectores emergentes como a industrialização do caju.

Por fim, no quadro das consequências do 25 de Abril, que transformou em alvo de perseguição e punição legais os antigos funcionários das polícias políticas do salazarismo, tentar-se-á partir do caso de Roquete, então de regresso à Europa, para abordar o conjunto do sistema de extinção das organizações ligadas ao regime derrubado. Os últimos anos de vida de António Roquete, aparentemente tranquilos para o ex-inspector, demonstraram a permanência da sua figura na memória futebolística nacional, o que lhe valeu a participação em entrevistas e homenagens públicas, nas quais procuraremos identificar características da imagem pública assumida pelo antigo guarda-redes.

## 1.2. Metodologia

São ainda numerosas as lacunas e incertezas acerca da trajectória de António Roquete. Para o investigador, o primeiro objectivo a perseguir será, assim, tentar preencher os espaços em branco e, baseado na informação recolhida, procurar compreender, na medida do possível, as opções tomadas pelo biografado. Este esforço de reconstituição, necessariamente parcial e subjectiva, e narração da existência de uma pessoa (contar a “história” da vida desta, afinal) possui um carácter artificial, já que, como lembra Pierre Bourdieu, a ideia de conceber a vida individual como uma história com princípio e fim, composta por uma sucessão de acontecimentos ordenados de forma lógica e coerente e protagonizados por um “eu” que se mantém inalterável, revela-se por vezes uma mera “ilusão retórica”<sup>1</sup>. No entanto, o género biográfico parece-nos adequado neste caso, ao permitir delimitar no tempo e no espaço a actividade do indivíduo em causa, expor os diferentes sectores sociais onde se moveu, cruzar informação de períodos distintos, observar a interacção de motivações e características pessoais com as influências do meio sobre o biografado e, a partir de um caso particular, fornecer pistas sobre contextos mais vastos, no quadro de uma investigação sempre aberta.

Apesar do percurso individual de Roquete valer por si mesmo, o seu estudo interessa-nos sobretudo como instrumento para um melhor conhecimento dos espaços, períodos, meios sociais e personalidades com os quais o ribatejano contactou. Assim, concebemos a tese aqui desenvolvida, de acordo com a tipologia formulada por Giovanni Levi, como uma “biografia de contexto”, onde a história particular do biografado se interliga com as características da época, meio e ambiente nos quais decorreu. Este tipo de trabalho biográfico pode produzir resultados valiosos, desde que não se verifique uma excessiva subordinação do sujeito aos condicionalismos do seu ambiente que anule o espaço de liberdade pessoal do indivíduo<sup>2</sup>. Na escrita da tese, tentámos manter um equilíbrio entre a acção individual do biografado e o contexto que a envolve, na medida em que ambos podem esclarecer-se mutuamente.

---

<sup>1</sup> Bourdieu, Pierre, “L’ illusion biographique”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 62-63, 1986, pp. 69-72.

<sup>2</sup> Levi, Giovanni, “Les usages de la biographie”, in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 1989, n.º 6, pp. 1330-1331.

No que respeita ao tratamento dado à chamada “vida privada” do biografado, as lacunas da documentação dificultam (à semelhança do que acontece noutras biografias) o conhecimento detalhado de aspectos como a família, o lazer, o quotidiano ou a sexualidade do indivíduo em questão. Contudo, recorreremos a informações desse tipo quando se encontravam disponíveis e as considerámos úteis para a compreensão da personalidade de Roquete e das opções que tomou, bem como para o conhecimento dos meios em que se inseriu a partir das suas ligações familiares ou amorosas.

### 1.3. Estado da arte

Um trabalho específico desta natureza não seria possível sem a existência prévia de obras gerais sobre os temas referidos que permitam o enquadramento da acção individual do biografado e a compreensão das condicionantes que o envolvem. Os avanços recentes da investigação fornecem-nos algumas bases a esse nível.

No caso do desporto, apesar da tradicional escassez de investigação académica em Portugal sobre a sua história, existem já vários trabalhos disponíveis, como a obra colectiva *Uma História do Desporto em Portugal*, coordenada por José Neves e Nuno Domingos<sup>3</sup> e marcada por uma análise interdisciplinar do fenómeno desportivo. Relativamente ao futebol, dispomos de duas sínteses da evolução da modalidade no país, entre as origens oitocentistas e o século XXI, que combinam uma organização temática e cronológica: *A Paixão do Povo*, de João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro, e *História do Futebol Português*, de Ricardo Serrado e Pedro Serra<sup>4</sup>. Ambas as narrativas visam identificar as questões e debates, tal como as condições políticas e materiais, que influenciaram o desenvolvimento do futebol português, sem deixarem de destacar os protagonistas do jogo, sobretudo futebolistas e treinadores, dos quais vários são alvo de breves abordagens biográficas. Ricardo Serrado produziu também trabalhos inovadores

---

<sup>3</sup> Neves, José, Domingos, Nuno, coord., *Uma História do Desporto em Portugal*, vol. I-III, Vila do Conde, Quidnovi, 2011.

<sup>4</sup> Coelho, João Nuno, Pinheiro, Francisco, *A Paixão do Povo. História do futebol em Portugal*, Porto, Afrontamento, 2002; Serrado, Ricardo, Serra, Pedro, *História do Futebol Português – Uma Análise Social e Cultural*, vol. I-II, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Prime Books, 2014.

no âmbito das relações entre o Estado Novo e o futebol<sup>5</sup>, posteriormente analisadas numa tese de doutoramento por Rahul Kumar<sup>6</sup>.

O estudo historiográfico das polícias políticas surgidas entre 1926 e 1974, apesar de ter deparado inicialmente com obstáculos como a limitação do acesso dos investigadores ao arquivo da PIDE/DGS e a proximidade temporal da repressão anterior ao 25 de Abril, conheceu já grandes avanços. Maria da Conceição Ribeiro tratou o período entre 1926 e 1945, enumerando e comparando as corporações policiais com fins de vigilância política surgidas antes e depois do 28 de Maio até à criação em 1933 da PVDE, passando depois à análise de características dessa polícia como a sua organização, poderes, métodos, limitações de meios e pessoal, controlo por parte do Governo ou relações com outras instituições estatais<sup>7</sup>. Por sua vez, na sua tese de doutoramento, publicada em livro com o título *A História da PIDE*, Irene Flunser Pimentel procedeu a uma investigação exaustiva sobre a polícia política portuguesa entre 1945 e 1974. Além de expor a estrutura, funcionamento e evolução da corporação, o trabalho de Pimentel conta a história das oposições à ditadura na faixa temporal em causa, na medida em que enumera os “inimigos” da PIDE, os êxitos e fracassos dos dois lados do conflito e os abusos sofridos pelos opositoristas sob custódia do aparelho policial<sup>8</sup>. *A História da PIDE* refere-se apenas à actividade da PIDE/DGS na então Metrópole, enquanto Dalila Cabrita Mateus se debruça sobre a presença daquela polícia nas colónias durante a guerra entre o Estado português e os movimentos independentistas de Guiné, Angola e Moçambique (1961-1974), ao descrever o crescente dispositivo policial e prisional nos territórios, a repressão junto das populações locais e a colaboração entre a PIDE e as Forças Armadas<sup>9</sup>.

A biografia histórica já foi utilizada como ferramenta para uma melhor compreensão da história portuguesa do século XX ao nível quer do desporto quer da violência política. No primeiro caso, destaca-se o trabalho de Ricardo Serrado sobre o casapiano Cosme Damião, numa biografia que se procura distinguir da maioria das obras sobre figuras do desporto pela

---

<sup>5</sup> Serrado, Ricardo, *O Jogo de Salazar. A política e o futebol no Estado Novo*, Alfragide, Casa das Letras, 2009; idem, *O Estado Novo e o Futebol*, Carcavelos, Prime Books, 2012.

<sup>6</sup> Kumar, Rahul Mahendra, *A Pureza Perdida do Desporto – Futebol no Estado Novo*, tese de doutoramento em Sociologia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, policopiado, 2014.

<sup>7</sup> Ribeiro, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*, 2.ª edição, Lisboa, Estampa, 2000.

<sup>8</sup> Pimentel, Irene Flunser, *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007.

<sup>9</sup> Mateus, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial*, Lisboa, Terramar, 2004.

objectividade e utilização da metodologia académica<sup>10</sup>. Da mesma forma, Irene Flunser Pimentel procedeu ao estudo biográfico de um dos principais responsáveis da PIDE/DGS, o inspector Fernando Gouveia. Ao prever ser criticada por conceder protagonismo a um agente da repressão, a autora distingue empatia (capacidade do investigador de “se tentar colocar no lugar do outro, na sua forma de pensar ou de sentir, para as tentar interpretar, compreender e narrar”) e simpatia e considera que, sem poder nem dever ser neutro, o historiador não é um juiz<sup>11</sup>.

Os núcleos de opositores de Salazar existentes em Moçambique após a II Guerra Mundial constituem o tema de um subcapítulo do terceiro volume da obra de José Pacheco Pereira dedicada a Álvaro Cunhal<sup>12</sup>. Por seu turno, o trabalho de Amélia Neves de Souto sobre Moçambique durante o marcelismo, embora se concentre num período posterior às responsabilidades policiais de Roquete, fornece informações úteis sobre a elite branca da Oposição na colónia e o procedimento da PIDE perante esse grupo<sup>13</sup>. Numa obra acerca das eleições presidenciais de 1958, incluem-se um testemunho de António de Figueiredo sobre a actividade da candidatura de Humberto Delgado em Moçambique e vários documentos arquivísticos, alguns dos quais de origem policial, que descrevem os acontecimentos ocorridos na colónia nesse ano<sup>14</sup>. A definição do nacionalismo moçambicano no pós-guerra e os fenómenos de activismo político que dariam origem à Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) foram tratados por Álvaro Mateus e Dalila Cabrita Mateus<sup>15</sup>.

Relativamente ao processo de justiça transicional ocorrido em Portugal depois de 25 de Abril de 1974, embora a produção historiográfica seja ainda reduzida, existem vários trabalhos que abordam o tema numa perspectiva geral ou realçam determinados sectores do aparelho estatal abrangidos pelo fenómeno dos saneamentos<sup>16</sup>. Filipa Raimundo analisou o tratamento

---

<sup>10</sup> Serrado, Ricardo, *Cosme Damião – O Homem que Sonhou o Benfica*, Lisboa, Zebra, 2010, pp. 12-15.

<sup>11</sup> Pimentel, Irene Flunser, *Biografia de um Inspector da PIDE. Fernando Gouveia e o Partido Comunista Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008, pp. 13-14 e 18-19.

<sup>12</sup> Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política*, vol. 3, *O Prisioneiro*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Temas e Debates, 2006, pp. 502-517.

<sup>13</sup> Souto, Amélia Neves de, *Caetano e o Ocaso do “Império”. Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Afrontamento, 2007, pp. 359-381.

<sup>14</sup> Delgado, Iva, Pacheco, Carlos, Faria, Telmo, coord., *Humberto Delgado: As Eleições de 58*, Lisboa, Vega, 1998.

<sup>15</sup> Mateus, Dalila Cabrita, *A Luta pela Independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1999; Mateus, Dalila Cabrita, Mateus, Álvaro, *Nacionalistas de Moçambique*, Alfragide, Texto, 2010.

<sup>16</sup> Pinto, António Costa, “Ajustando contas com o passado na transição para a democracia em Portugal”, in Brito, Alexandra Barahona de, González Enríquez, Carmen, Aguilar Fernández, Paloma, coord., *A Política da Memória. Verdade e Justiça na Transição para a Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004; Serra, Pedro

dado aos ex-membros das polícias políticas, entre a actuação dos militares com a tutela do assunto e a polémica pública que este originou em meios como o Parlamento e a comunicação social<sup>17</sup>. O projecto de investigação “Justiça Política na Transição para a Democracia em Portugal (1974-2008)”<sup>18</sup>, desenvolvido no Instituto de História Contemporânea da FCSH-UNL entre 2010 e 2012, estudou o tema a partir do levantamento de fontes como imprensa, bibliografia, entrevistas orais e o arquivo do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP.

No que respeita às referências bibliográficas especificamente sobre António Fernandes Roquete, são relativamente abundantes, mas pecam por falta da profundidade que a figura mereceria, limitando-se a notas sucintas, ou apresentam falhas quanto ao rigor e fundamentação dos factos apresentados. Numa pequena biografia de António Roquete incluída em *A Paixão do Povo*, Coelho e Pinheiro destacam “O primeiro grande guarda-redes” português como figura do ano de 1927. Os autores concentram-se no início da carreira do jogador do CPAC e no prestígio nacional e internacional que obteve (a actividade de Roquete fora do futebol não é mencionada), num texto com alguns erros factuais, como a afirmação de que o guarda-redes “só teve um clube ao longo da sua carreira: o Casa Pia Atlético Clube”<sup>19</sup>. Em *História do Futebol Português*, Roquete integra a lista dos primeiros ídolos da modalidade no país, salientando-se três momentos altos do seu trajecto desportivo ocorridos no ano de 1928: a partida Portugal-Argentina, os Jogos Olímpicos de Amesterdão e o encontro entre as selecções de Paris e Lisboa<sup>20</sup>. As duas obras mencionam brevemente Roquete noutras passagens, a propósito do percurso do Casa Pia e, sobretudo, da selecção nacional. Esboços biográficos sobre Roquete, centrados nos êxitos desportivos e nas características como futebolista do ex-aluno da Casa Pia, podem também ser encontrados em trabalhos dos jornalistas Rui Dias e João Malheiro, que seleccionam as

---

Miguel Coelho, *Os saneamentos políticos no ensino (1974-1976)*, dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, policopiado, 2008.

<sup>17</sup> Raimundo, Filipa, “Partidos políticos e justiça transicional em Portugal: o caso da polícia política (1974-1976)”, in Pinto, António Costa, org., *A Sombra das Ditaduras. A Europa do Sul em comparação*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2013; Raimundo, Filipa Alves, *The Double Face of Heroes: Motivations and Constraints in Dealing with the Past. The Case of PIDE/DGS*, dissertação de mestrado em Política Comparativa apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, policopiado, 2007.

<sup>18</sup> <http://www.justicadetransicao.fesh.unl.pt>

<sup>19</sup> Coelho, Pinheiro, ob.cit., p. 229.

<sup>20</sup> Serrado, Ricardo, Serra, Pedro, *História do Futebol Português – Uma Análise Social e Cultural*, vol. I, *Origens, institucionalização e profissionalização*, 2.ª edição, Lisboa, Prime Books, 2014, pp. 229-230.

principais figuras da história do futebol em Portugal<sup>21</sup>. O livro *História do Futebol em Lisboa*, de Marina Tavares Dias, é precioso pelos exemplos da iconografia de Roquete que fornece, como fotografias de fases de partidas, equipas que o guardião casapiano integrou ou montagens publicadas na imprensa onde Roquete surge por vezes como protagonista<sup>22</sup>.

As 16 internacionalizações de Roquete garantem a presença do seu nome na bibliografia especializada na selecção portuguesa de futebol, mais precisamente em fichas de jogos, estatísticas sobre a actividade do casapiano no misto federativo ou narrativas da carreira da equipa nacional<sup>23</sup>. Em *A Nossa Selecção em 50 Jogos*, João Nuno Coelho e Francisco Pinheiro recorrem às crónicas da imprensa para reconstituir algumas das partidas mais célebres da equipa lusa, permitindo conhecer melhor o desempenho individual de Roquete nos desafios disputados em Amesterdão com o Chile e o Egipto<sup>24</sup>. A participação no torneio olímpico de futebol de 1928 motiva igualmente uma curta referência a Roquete pelo jornalista Henrique Parreirão, num dos primeiros artigos sobre desporto incluídos numa obra colectiva dedicada à história contemporânea portuguesa<sup>25</sup>.

A ligação entre as esferas policial e desportiva da vida de António Roquete é feita por vários autores a partir dos episódios, ambos ocorridos em 1942, da prisão do treinador Cândido de Oliveira e da morte do médico comunista António Carlos Ferreira Soares. Biógrafo de Cândido de Oliveira, o jornalista Homero Serpa resume o currículo desportivo de Roquete, a propósito do boato que o culpou do espancamento do seu amigo e mestre<sup>26</sup>. Também numa entrada biográfica sobre Cândido, Joel Neto assinala a tortura aplicada pela PVDE ao treinador e considera que o papel de Roquete nos eventos “nunca viria a ser devidamente esclarecido”<sup>27</sup>. Num artigo de Francisco Pinheiro, é destacada a coexistência nos clubes portugueses de

---

<sup>21</sup> Dias, Rui, *100 Melhores do Futebol Português*, vol. II, Lisboa, Record, 2002, pp. 72-73; Malheiro, João, *A Idade da Bola*, Matosinhos, Quidnovi, 2006, p. 211.

<sup>22</sup> Dias, Marina Tavares, *História do Futebol em Lisboa*, Lisboa, Quimera, 2000.

<sup>23</sup> *Almanaque da Selecção. Edição do Campeonato Europeu de 2004*, Lisboa, Almanaxi, 2004; Melo, Afonso de, *Cinco Escudos Azuis. A história da Selecção Nacional de Futebol*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Dom Quixote, 2006; idem, *Guia dos Resultados da Selecção Nacional de Futebol*, Lisboa, Dom Quixote, 2004; Tapada, Joaquim, *Futebol: Dicionário Onomástico dos Internacionais Seniores Portugueses de 1921 a 1980*, Braga, Pax, 1981; Vieira, Joaquim, dir., *Crónica de Ouro do Futebol Português*, vol. 1, *A Selecção*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

<sup>24</sup> Coelho, João Nuno, Pinheiro, Francisco, *A Nossa Selecção em 50 Jogos (1921-2004)*, Porto, Afrontamento, 2004, pp. 30-41.

<sup>25</sup> Parreirão, Henrique, “Desporto: da estreia olímpica do futebol aos êxitos noutras modalidades”, in Reis, António, dir., *Portugal Contemporâneo*, vol. 4, Lisboa, Publicações Alfa, 1990, pp. 383-385.

<sup>26</sup> Serpa, Homero, *Cândido de Oliveira: Uma biografia*, Lisboa, Caminho, 2000, pp. 131-132.

<sup>27</sup> Neto, Joel, “Cândido de Oliveira, Maior do que a vida”, in Vieira, Joaquim, dir., *Crónica de Ouro do Futebol Português*, vol. 5, *Os 100 Mais*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008, p. 34.

“fervorosos apoiantes” do Estado Novo como Roquete, “melhor guarda-redes português dos anos 1920, que viria a ser agente da PIDE”, e opositores de Salazar como, “curiosamente, o mentor de Roquete, Cândido de Oliveira”<sup>28</sup> (Pinheiro não aprofunda as ligações políticas dos dois homens). António Simões, autor de numerosos textos jornalísticos sobre história do desporto, retoma as dúvidas sobre a prisão do seleccionador nacional (embora só recentemente tenha afirmado que Roquete participou na detenção de Cândido<sup>29</sup>) e responsabiliza Roquete pela morte de Ferreira Soares, abatido pela polícia política na localidade de Nogueira da Regedoura, no concelho de Santa Maria da Feira. Roquete teria sido absolvido em tribunal, num julgamento sem o testemunho dos familiares do médico, e aconselhado pelo director da PVDE, Agostinho Lourenço, a ir “para Moçambique, para evitar “mais complicações””<sup>30</sup>. Ferreira Soares e as circunstâncias da sua morte são o tema de um livro de Armando de Sousa e Silva, segundo o qual “o agente António Roquete matou Carlos Ferreira Soares, empunhando uma pistola-metralhadora”. Transferido para Lourenço Marques, o antigo desportista continuaria a perseguir os adversários do regime<sup>31</sup>. Nem Simões nem Sousa e Silva apresentam fontes ou referências para estas informações, parecendo basear-se apenas em tradições transmitidas pela oralidade, o que compromete a credibilidade da ligação estabelecida entre Roquete e o crime.

O assassinato de António Ferreira Soares, enquadrado no conjunto da violência promovida pela PVDE, é referido por outros autores. Ao biografar Salazar, Filipe Ribeiro de Meneses escreve que “um dos mais destacados agentes da PVDE, António Roquete, e dois colegas seus” mataram o militante do Partido Comunista Português, sem que, apesar do interesse de Marcelo Caetano no caso, Salazar fizesse algo para averiguar as causas do acto da polícia por si controlada<sup>32</sup>. Por sua vez, Irene Flunser Pimentel baseia-se em artigos publicados na imprensa depois do 25 de Abril para referir o assassinato “atribuído pelo PCP ao subinspector da então PVDE António Roquete”<sup>33</sup>, que anos depois, em Lourenço Marques, contaria com a colaboração

---

<sup>28</sup> Pinheiro, Francisco, “Futebol e política na ditadura: Factos e mitos”, in Tiesler, Nina Clara, Domingos, Nuno, coord., *Futebol Português – Política, Género e Movimento*, Porto, Afrontamento, 2012, p. 63.

<sup>29</sup> Simões, António, *Eusébio Como Nunca se Viu*, Alfragide, Dom Quixote, 2014, p. 9.

<sup>30</sup> Idem, *Desporto com Política nos 100 Anos da República*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011, pp. 141-142.

<sup>31</sup> Silva, Armando de Sousa e, *Vítimas de Salazar. Carlos Ferreira Soares, anatomia de um crime*, Porto, Papiro, 2009, pp. 146-148.

<sup>32</sup> Meneses, Filipe Ribeiro de, *Salazar – Uma Biografia Política*, Alfragide, Dom Quixote, 2010, p. 619.

<sup>33</sup> Pimentel, *A História da PIDE*, pp. 387-389.

do informador António Carlos da Maia, denunciante dos seus antigos correligionários<sup>34</sup>. O nome de Roquete surge noutra obra da mesma historiadora, a propósito da morte de Ferreira Soares e do facto do casapiano se encontrar, em 1944, entre os únicos quatro inspectores da PVDE que não eram oficiais do Exército<sup>35</sup>. Dalila Cabrita Mateus assinala que, antes da criação da delegação da PIDE em Moçambique, “um tal Roquete, um antigo e conhecido futebolista”, ex-inspector da PVDE, organizou na colónia africana a Polícia Internacional, dedicada ao controlo das fronteiras, e esteve associado às prisões verificadas nos meios oposicionistas de Lourenço Marques<sup>36</sup>. A investigadora desenvolve esta informação, juntamente com Álvaro Mateus, em *Nacionalistas de Moçambique*, obra que inclui uma nota biográfica sobre Roquete, apoiada no livro de Armando de Sousa e Silva (reproduzido quase textualmente, sem análise crítica), e cita um relatório policial da autoria do salvaterrense sobre o Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique, organização responsável por propaganda clandestina contra o regime<sup>37</sup>. Fica por aqui, porém, o estudo dos autores sobre a acção policial contra os opositores do Estado Novo em Moçambique antes de 1961.

Embora António Roquete tenha sido um dos desportistas portugueses mais célebres nas décadas de 20 e 30 do século XX, o facto de não ter alinhado, a não ser episodicamente, por nenhum dos clubes nacionais com mais adeptos, como Belenenses, Benfica, FC Porto e Sporting, contribuiu para um relativo (mas não total) apagamento da sua figura na memória do futebol português, enquanto as referências à sua actividade nas polícias políticas do Estado Novo têm sido praticamente resumidas ao alegado envolvimento do casapiano nos dois episódios de 1942. Dir-se-ia que Roquete é ao mesmo tempo suficientemente conhecido e suficientemente desconhecido para conferir particular interesse ao estudo da informação disponível sobre a sua vida, que procuraremos realizar nos capítulos seguintes.

---

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 321.

<sup>35</sup> Pimentel, *Biografia de um Inspector da PIDE*, pp. 103 e 111-112.

<sup>36</sup> Mateus, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial*, pp. 29-30.

<sup>37</sup> Mateus, Mateus, *ob.cit.*, pp. 20-21.

## 2. António Fernandes Roquete (1906-1995)

### 2.1. 1906-1924: o aluno casapiano

“Judite Fernandes, moradora na Rua da Verónica n.º 158 r/c, tendo dois filhos menores, Raphael (*sic*) Fernandes Roquette, de 10 anos de idade, e António Fernandes Roquette, de 8 anos de idade, filhos ilegítimos de Francisco Ferreira Roquette Júnior, que os abandonou (...), e não tendo os meios necessários para custear as despesas de alimentação, vestuário e educação dos mesmos menores, requer a V. Exa. se sirva mandar que os mesmos dois seus filhos sejam internados na Casa Pia de Lisboa. (...)” (Requerimento de Judite Fernandes a Pedro Augusto Pereira de Castro, Abril de 1915<sup>38</sup>)

#### 2.1.1. Origem familiar

António Fernandes Roquete nasceu em Salvaterra de Magos no dia 8 de Agosto de 1906. A relação dos seus pais, Francisco Ferreira Roquete Júnior e Judite Fernandes, já tinha então dado origem a dois filhos, Ofélia e Rafael Fernandes Roquete, nascidos respectivamente em 30 de Novembro de 1902 e 19 de Abril de 1904, também em Salvaterra de Magos<sup>39</sup>. Os nascimentos de Rafael e António foram declarados pelos pais na Repartição do Registo Civil de Salvaterra de Magos apenas em 24 de Agosto de 1914. Embora vivessem juntos, Judite Fernandes (com 37 anos em Agosto de 1914) e Francisco Ferreira Roquete Júnior (46 anos) não eram casados, sendo por isso Rafael e António registados como filhos ilegítimos. Os avós paternos dos dois rapazes eram Francisco Ferreira Roquete e Bertha Zantiner, enquanto os maternos chamavam-se João António Fernandes e Maria Gertrudes Fernandes. Além do tio e padrinho das crianças, João Luís Fernandes, assinaram os registos como testemunhas Joaquim Augusto Galvão, administrador do

---

<sup>38</sup> Arquivo Histórico da Casa Pia de Lisboa (AHCPL), Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fl. 1.

<sup>39</sup> Arquivo Histórico Militar (AHM), Fundo 42, Série 14, Caixa 793, Peça 1643; AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fl. 2.

concelho de Salvaterra de Magos, Júlio César da Silva, amanuense da administração municipal, e António Emiliano Garrido da Silva<sup>40</sup>.

O avô paterno de António Roquete, o mineralogista Francisco Ferreira Roquete (1844-1931), natural de Lisboa, estudou na Escola de Minas de Paris, cidade onde nasceu em 1868 o seu filho Francisco Ferreira Roquete Júnior<sup>41</sup>. A formação obtida na capital francesa ajudou Ferreira Roquete a integrar em 1870 o serviço de minas do Ministério das Obras Públicas, departamento governamental dentro do qual seria nomeado em 21 de Outubro de 1886 engenheiro-chefe da Secção de Minas da Direcção-Geral de Minas e Serviços Geológicos<sup>42</sup>. Exerceu também a docência, quer no Instituto Industrial e Comercial de Lisboa (após a implantação da República em 1910, passou a chamar-se Instituto Superior Técnico), do qual foi nomeado professor de Arte de Minas em Dezembro de 1879, quer na Escola Politécnica, mais tarde Faculdade de Ciências de Lisboa, cuja 7.<sup>a</sup> cadeira, Mineralogia e Geologia, assumiu em 1887. Membro da Sociedade de Geografia e autor de vários estudos científicos na sua área de especialização, Ferreira Roquete dirigiu durante a I República o Museu e Laboratório Mineralógico e Geológico e reformou-se apenas aos 82 anos, no final de 1926<sup>43</sup>. Entre 1912 e 1913, o engenheiro de minas presidiu a uma comissão encarregue de “apreciar o projecto apresentado por Pedro António Vieira e William Scott sobre a construção de altos-fornos e aciaria em Portugal”, um plano que acabaria por não avançar<sup>44</sup>.

Não dispomos de informações sobre a relação entre Francisco Ferreira Roquete e Bertha Zantiner, referida na documentação como mãe do filho daquele. Certo é que o professor universitário contraiu matrimónio com Maria Cristina Cordeiro Roquete, que lhe deu uma filha, Maria Cordeiro Roquete de Campos Henriques. A jovem Maria e o marido desta, o funcionário superior da Caixa Geral de Depósitos José António de Campos Henriques (filho de Artur Alberto

---

<sup>40</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fls. 2-3.

<sup>41</sup> AHCPL, Matrícula Geral dos Alunos, n.º 29, 4289-4388, fl. 97.

<sup>42</sup> Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas (AHMOP), PI-145, 032, Francisco Ferreira Roquete, fl. 3.

<sup>43</sup> *Ibidem*, fls. 1-3; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 26, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d., pp. 202-203.

<sup>44</sup> Rollo, Maria Fernanda, “Siderurgia”, in Rollo, Maria Fernanda, coord., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III, Lisboa, Assembleia da República, 2014, pp. 802-803.

de Campos Henriques<sup>45</sup>, uma destacada figura política dos últimos anos da monarquia), foram os pais do médico otorrinolaringologista José António Ferreira Roquete de Campos Henriques, nascido em Lisboa a 31 de Janeiro de 1913<sup>46</sup>. Familiares de Francisco Ferreira Roquete estiveram presentes na homenagem ao velho professor promovida em 26 de Junho de 1924 por uma comissão formada por estudantes e docentes do Instituto Superior Técnico. A cerimónia, durante a qual se encontravam na mesa da presidência Ferreira Roquete, o então director do IST, o general Ferrugento Gonçalves, e o ex-director Alfredo Bensaúde<sup>47</sup>, foi preenchida por discursos de colegas e de antigos e actuais alunos do mineralogista. Este agradeceu os elogios “com lágrimas nos olhos, profundamente comovido”, pouco antes de “um netinho do homenageado” (José António?) descerrar um retrato a carvão do avô, da autoria do pintor Eduardo Malta<sup>48</sup>.

Aquando da morte de Francisco Ferreira Roquete, ocorrida em 21 de Fevereiro de 1931, os obituários surgidos na imprensa referiram apenas, entre os parentes do académico, a sua viúva, os filhos e o genro. O óbito e as cerimónias fúnebres foram divulgados em anúncios publicados nos jornais diários por iniciativa do director e corpo docente do Técnico e de um grupo de parentes do defunto constituído por “Maria Cristina Cordeiro Roquete, Francisco Ferreira Roquete Júnior, seus filhos, genros e netos; Maria Roquete de Campos Henriques, José António de Campos Henriques e filhos, Maria José da Silva Dias Roquete, Rita Queriol Roquete, Angélica Cordeiro da Silva Pinto, Eugénia Cordeiro Forte Gatto e Maria Amália Roquete de Oliveira”<sup>49</sup>. O funeral de Francisco Ferreira Roquete, que partiu da casa deste na Rua Sara de Matos<sup>50</sup> e terminou no cemitério do Alto de S. João, onde o antigo docente foi sepultado num jazigo, realizou-se na tarde de 22 de Fevereiro, com a presença de numerosos engenheiros, de professores do IST e da Faculdade de Ciências de Lisboa e de algumas personalidades

---

<sup>45</sup> Artur Alberto de Campos Henriques (1853-1922) foi juiz, par do Reino, ministro das Obras Públicas e da Justiça, governador civil do Porto, deputado do Partido Regenerador e chefe do Governo entre Dezembro de 1908 e Abril de 1909.

<sup>46</sup> *Diário de Notícias*, 22-02-1931; *Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 39, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d. (1959), p. 214; *O Século*, 22-02-1931.

<sup>47</sup> Alfredo Bensaúde (1856-1941) estudou na Alemanha, onde completou o curso de engenheiro de minas na escola de Clausthal (1879) e se doutorou pela Universidade de Göttingen (1881). Regressado a Portugal, tornou-se em 1885 professor do Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Após a implantação da República, apresentou um projecto de reforma que converteria o estabelecimento no Instituto Superior Técnico, dirigido por Bensaúde entre 1911 e 1920 e no qual se verificaram numerosas inovações pedagógicas.

<sup>48</sup> *Diário de Notícias*, 27-06-1924.

<sup>49</sup> *Ibidem*, 22-02-1931; *O Século*, 22-02-1931.

<sup>50</sup> A artéria retomaria em 1937 o nome de Rua das Trinas, alterado pela I República.

académicas, como Duarte Pacheco<sup>51</sup> e António Carneiro Pacheco<sup>52</sup>, que se destacariam durante o Estado Novo<sup>53</sup>. Pela mesma hora, no Campo da Tapadinha, em Alcântara, o Casa Pia Atlético Clube vencia o Carcavelinhos Futebol Clube por 3-2, num jogo de futebol de fraca qualidade durante o qual o guarda-redes do CPAC, António Roquete, mostrou-se involuntariamente nervoso e precipitado e realizou saídas desastradas da baliza que facilitaram os golos do adversário<sup>54</sup>.

Os registos dos nascimentos de António e Rafael Roquete mencionam “agricultor” e “doméstica” como profissões dos pais, ambos residentes na vila de Salvaterra de Magos em Agosto de 1914. Francisco Ferreira Roquete Júnior, “natural de Notre-Dame, Paris”, era viúvo, enquanto Judite Fernandes, nascida em Salvaterra de Magos, encontrava-se “divorciada”, embora num documento de Abril de 1915 o estado civil de Judite seja referido como “solteira”<sup>55</sup>. De qualquer forma, os dois viviam juntos em Salvaterra, provavelmente desde antes do nascimento da primeira filha de ambos, Ofélia (Roquete Júnior tinha duas filhas de uma relação anterior<sup>56</sup>). Acerca do passado dos membros do casal, apenas sabemos que Roquete Júnior foi, por volta dos 22 anos de idade, “nomeado apontador de Obras Públicas em 18 de Agosto de 1890 e licenciado a seu pedido em 18 de Novembro do mesmo ano”, numa curta passagem pelo funcionalismo público ocorrida no mesmo ministério onde o pai trabalhava<sup>57</sup>.

Acerca dos primeiros anos de vida de António Roquete, passados pelo futuro desportista em Salvaterra de Magos, na companhia dos pais e dos irmãos, pouco se conhece além de uma referência feita por Roquete a esse período, numa entrevista concedida em 1932: “Nasci de pais abastados e gozei uma infância farta, florida, numas propriedades então nossas, em Salvaterra. A fatalidade, todavia, rondou negra o nosso lar e fui forçado a ingressar na Casa Pia”<sup>58</sup>. De facto, um sinal de que a família enfrentava uma situação inesperada que a colocava em dificuldades

---

<sup>51</sup> Duarte Pacheco (1899-1943), engenheiro electrotécnico e professor do Instituto Superior Técnico, assumiu em 1928 a pasta ministerial da Instrução Pública por um curto período. Ministro das Obras Públicas e Comunicações em 1932-1936 e 1938-1943 (nesta última fase, foi também presidente da Câmara Municipal de Lisboa), promoveu a construção de numerosas estradas e de edifícios como o Estádio Nacional.

<sup>52</sup> António Faria Carneiro Pacheco (1887-1957), professor de Direito nas Universidades de Lisboa e Coimbra, foi entre 1936 e 1940 ministro da Educação Nacional. Exerceu as funções de embaixador no Vaticano (1940-1946) e em Espanha (1946-1954).

<sup>53</sup> *Diário de Notícias*, 23-02-1931; *O Século*, 22-02-1931 e 23-02-1931.

<sup>54</sup> *Os Sports*, 23-02-1931.

<sup>55</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fls. 2-3 e 10.

<sup>56</sup> *Ibidem*, fl. 18.

<sup>57</sup> AHMOP, PI-145, 034, Francisco Ferreira Roquete Júnior, fl. 1.

<sup>58</sup> *Stadium*, 17-02-1932.

económicas surge no requerimento que Francisco Ferreira Roquete Júnior enviou em 13 de Setembro de 1913 ao então ministro do Fomento, António Maria da Silva<sup>59</sup>, pedindo para ser readmitido no lugar de apontador que abandonara 23 anos antes e prestar serviço no distrito de Santarém. Uma anotação manuscrita no requerimento considera ilegal a eventual reintegração de Roquete Júnior, que teria de se submeter a novo concurso para apontador de 3.<sup>a</sup> classe<sup>60</sup>. No mesmo sentido, ao realizarem tardiamente o registo civil dos nascimentos (tornado obrigatório pela República através da lei de 18 de Fevereiro de 1911) de Rafael e António, em Agosto de 1914, Judite e Francisco já deveriam prever que necessitariam do auxílio do Estado para sustentar as crianças.

Foi já depois da separação dos pais de António Roquete que, em Abril de 1915, Judite Fernandes, num requerimento dirigido a Pedro Augusto Pereira de Castro<sup>61</sup>, juiz presidente da Tutoria Central da Infância de Lisboa, uma instituição criada pelo Governo Provisório republicano em 27 de Maio de 1911 para julgar e reencaminhar menores envolvidos em situações de pobreza ou delinquência<sup>62</sup> (os quais poderiam ser colocados em instituições de assistência como reformatórios ou casas de correcção, de modo a afastá-los das prisões<sup>63</sup>), pediu que os seus filhos Rafael, de 10 anos de idade, e António, com 8, fossem “internados na Casa Pia de Lisboa”, o estabelecimento oficial de ensino que desde 1780 acolhia e educava menores do sexo masculino órfãos de pai ou sem condições de subsistência. A salvaterrense morava no rés-do-chão do n.º 158 da Rua da Verónica, no bairro lisboeta da Graça, e encontrava-se sem “os meios necessários para custear as despesas de alimentação, vestuário e educação” dos dois

---

<sup>59</sup> António Maria da Silva (1872-1950), formado em Engenharia de Minas pela Escola do Exército, trabalhou entre 1895 e 1910 como engenheiro-ajudante da Companhia de Minas do Ministério das Obras Públicas. Dirigente da Carbonária, fez parte do grupo de conspiradores que preparou a revolução republicana de 4 e 5 de Outubro de 1910, cujo sucesso permitiu a Silva ser deputado e ministro do Fomento (1913-1914 e 1915-1916) e do Trabalho (1916-1917). Assumiu a liderança do Partido Democrático e chefiou um total de seis governos em 1920, 1922-1923 e 1925-1926, tendo sido o último presidente do Ministério da I República.

<sup>60</sup> AHMOP, PI-145, 034, Francisco Ferreira Roquete Júnior, fl. 1.

<sup>61</sup> Pedro Augusto Pereira de Castro (1867-?), bacharel pela Faculdade de Direito de Coimbra, foi juiz, delegado do procurador régio, procurador da República e, a partir de 1929, um dos membros do Supremo Tribunal de Justiça. Membro do Partido Democrático, exerceu os cargos de deputado (1922-1925), governador civil do Porto (1920) e ministro da Justiça (1924-1925). Dirigiu o periódico *A Tutoria* e representou Portugal no Congresso Internacional de Protecção à Infância, realizado em Bruxelas entre 23 e 26 de Julho de 1913.

<sup>62</sup> De acordo com o artigo 2.º do decreto fundador das Tutorias da Infância, elaborado pelo padre António de Oliveira, a Tutoria era “um tribunal colectivo especial, essencialmente de equidade, que se destina a defender ou proteger as crianças em perigo moral, desamparadas ou delinquentes”, com a divisa “Educação e Trabalho”. Além das Tutorias Centrais de Lisboa, Porto e Coimbra, deveria existir uma Tutoria da Infância em cada comarca (*Diário do Governo*, I Série, 14-06-1911).

<sup>63</sup> Veleda, Maria, *Memórias de Maria Veleda*, introdução e notas de Natividade Monteiro, Leiria, Imagens & Letras, 2011, pp. 154-157.

rapazes (a irmã destes não é referida no documento), filhos ilegítimos de Francisco Ferreira Roquete Júnior, “que os abandonou”. O requerimento foi acompanhado por duas certidões datadas de 20 de Março de 1915, assinadas por Francisco César Gonçalves, ajudante da Repartição do Registo Civil de Salvaterra de Magos, e que comprovavam a existência naquela repartição dos registos do nascimento dos dois menores. Gonçalves emitiu as certidões devido a uma requisição da “Autoridade Administrativa deste concelho”, que ordenara a elaboração dos documentos “para fins de caridade”. Entre as provas apresentadas por Judite Fernandes, incluía-se ainda um atestado de 30 de Março do mesmo ano, subscrito pelo vice-presidente e por três vogais da Junta de Paróquia da freguesia de S. Paulo, no concelho de Salvaterra de Magos, no qual se confirmava a pobreza em que Judite, natural da freguesia (tal como os filhos), vivia, apesar de possuir “uma morada de casas, nesta mesma Vila” que, além de fornecer escassos rendimentos, se encontrava hipotecada<sup>64</sup>.

Informado dos casos de Rafael e António, sobre os quais existem anotações datadas de 7 de Abril de 1915, Pedro de Castro intimou Judite Fernandes a deslocar-se com os filhos às instalações da Tutoria Central da Infância, pelas 12 horas de 15 de Abril, de modo a que os três prestassem declarações. O juiz inquiriu os dois jovens, já alfabetizados e capazes de assinar os respectivos autos de perguntas. Tanto António como o irmão confirmaram a vontade de ingressar na Casa Pia, justificada pela falta de meios da mãe para os criar. Segundo o auto de declarações de Judite Fernandes, esta separara-se há quatro meses de Roquete Júnior, que ficara desempregado e teria pretendido que a companheira o sustentasse, apesar dela já ter “vendido e empenhado tudo quanto tinha de algum valor”. A mãe de António e Rafael acreditava que estes, como alunos internos da CPL, poderiam vir a tornar-se “homens úteis a si e à sociedade”<sup>65</sup>. A 12 de Abril, ainda antes de ouvir Judite Fernandes e os filhos, Pedro de Castro ordenara à delegada de vigilância da Tutoria, a escritora feminista e republicana Maria Veleda<sup>66</sup>, que investigasse as condições económicas nas quais Fernandes vivia. A delegada, segundo relatou em 20 de Abril, deslocou-se à Rua da Verónica e observou a falta de mobília e o desconforto que se notavam no

---

<sup>64</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fls. 1-4.

<sup>65</sup> *Ibidem*, fls. 5-10.

<sup>66</sup> Maria Veleda (1871-1955), pseudónimo da escritora e professora Maria Carolina Frederico Crispim, participou em 1908 na fundação da Liga Republicana das Mulheres Portuguesas e aderiu em 1915 ao Partido Democrático. Ao serviço da Tutoria Central da Infância desde 1912, percorreu os bairros populares de Lisboa para identificar casos de crianças em risco, até que a degradação da sua saúde levou Veleda a passar em 1918 para o cargo de ajudante de secretário da Tutoria, no qual se manteria até reformar-se em 1941 (Veleda, *ob.cit.*, pp. 40-41 e 154-157).

rés-do-chão do número 158. Duas vizinhas de Judite, Fortunata Isaura da Silva e Maria Luísa da Silva, moradoras no primeiro andar do edifício, confirmaram as dificuldades que a salvaterrense passava para manter os três filhos, tendo para o conseguir que vender ou empenhar os seus bens<sup>67</sup>.

Numa audiência realizada a 7 de Maio de 1915 na Tutoria, Pedro de Castro voltou a ouvir os jovens António e Rafael, que disseram terem sido abandonados pelo pai. Roquete Júnior, segundo o depoimento de Judite Fernandes, recusava-se a trabalhar e fora morar em casa de Francisco Ferreira Roquete, “engenheiro e lente da Politécnica”. Fortunata Isaura e Maria Luísa da Silva, que apenas sabiam sobre a situação de Judite aquilo que esta lhes contara, confirmaram que os dois irmãos Roquete frequentavam a escola. No mesmo dia da audiência, Castro decidiu não elaborar um acórdão definitivo sobre o caso antes de inquirir Roquete Júnior, opção registada num documento também assinado pelos vogais da Tutoria Central da Infância, António Joaquim de Sá e Oliveira<sup>68</sup> e Joaquim Augusto Ferreira da Fonseca<sup>69</sup>.

Em 8 de Maio, o guarda Mário Moraes Rabaça deslocou-se a casa de Francisco Ferreira Roquete para intimar o filho deste, sem o encontrar. A “mãe” de Roquete Júnior (o guarda terá falado com a madrastra do intimado, Cristina Cordeiro Roquete) teria afirmado que o agricultor não tinha “residência certa” e limitava-se a jantar quinzenalmente com os pais. O polícia deixou uma contrafé na habitação e dois dias depois Roquete Júnior apresentou-se na Tutoria para ser ouvido por Pedro de Castro. De acordo com o registo manuscrito das declarações, Francisco Ferreira Roquete Júnior, viúvo, morava na Travessa de Santo António, em Lisboa, e relatou que tivera outrora em seu poder propriedades rurais em nome de duas filhas nascidas antes da sua relação com Judite Fernandes e que, ao atingirem a maioridade, tomaram conta das terras. Francisco vendeu então tonéis e outros bens relacionados com vinho e entregou o dinheiro da venda a Judite, mas os pais de António Roquete não chegaram a um consenso sobre onde investir a verba (segundo Roquete Júnior, “essa senhora” não quis “seguir o seu parecer de tomar um

---

<sup>67</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fls. 11-12.

<sup>68</sup> António Joaquim de Sá e Oliveira (1872-1954), advogado formado em Direito pela Universidade de Coimbra, seguiu também a carreira de professor liceal de Latim e Português. Foi reitor do Liceu da Lapa (a partir de 1911, Liceu Pedro Nunes), em Lisboa, entre 1906 e 1918 e novamente entre 1930 e 1941. Entusiasta do desporto e da educação física, presidiu à Associação de Futebol de Lisboa (1910-1913) e à União Portuguesa de Football (1914-1922).

<sup>69</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fls. 13-17.

armazém de vinho”), pelo que Francisco procurou obter um emprego público, numa busca sem sucesso que se prolongou durante dois anos e meio. O agricultor indicou dois políticos do novo regime, Freire de Andrade<sup>70</sup> e António Macieira<sup>71</sup>, tal como a Companhia das Lezírias, como testemunhas de que procurara trabalho. Sem emprego, Roquete Júnior desentendeu-se com Judite, a qual acharia “facílimo” obter um cargo no Estado e o acusava de preguiça, situação que levara Francisco a deixar a companheira e ir para casa do pai, quatro meses e meio antes das audiências na Tutoria. Era falso que Francisco tivesse abandonado os filhos, já que se deslocava todas as semanas à Graça para estar com eles e via diariamente o mais velho (Rafael) na “casa” onde este se encontrava empregado<sup>72</sup>.

Após ouvir os envolvidos, Pedro de Castro convocou uma conferência com os vogais da Tutoria para 14 de Maio de 1915, mas o golpe de Estado ocorrido em Lisboa nesse dia<sup>73</sup> obrigou ao adiamento da reunião para 21 de Maio, quando o juiz, Sá e Oliveira e Ferreira da Fonseca assinaram um acórdão segundo o qual Francisco e Judite “viveram maritalmente”, mas “decaíram de fortuna” e separaram-se, passando Roquete Júnior a ser sustentado pelo pai devido à sua situação de desemprego. Com os filhos do antigo casal a seu cargo, Judite estaria em breve “reduzida à maior miséria”, o que colocava os menores em “perigo moral” e tornava necessária a intervenção do Estado. Pedro de Castro remeteu os autos do processo ao director da Casa Pia de Lisboa, António Aurélio da Costa Ferreira<sup>74</sup>, mas, após receber um ofício deste, ordenou em 28 de Maio que se aguardasse, indeferindo em Janeiro de 1916 um pedido de Judite Fernandes para

---

<sup>70</sup> Alfredo Augusto Freire de Andrade (1859-1929) concluiu em 1888 o curso da Escola de Minas de Paris. Oficial de engenharia, promovido a general em 1922, foi governador-geral de Moçambique entre 1906 e 1910. Leccionou Geologia na Faculdade de Ciências de Lisboa (1910-1929). Antigo monárquico, aderiu à República e ocupou o cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros entre Março e Dezembro de 1914, além de ter sido um dos representantes portugueses na Conferência de Paz (1918-1919).

<sup>71</sup> António Caetano Macieira Júnior (1875-1918), advogado, ingressou na Maçonaria e no Partido Republicano Português. Depois da implantação da República, foi deputado, senador, presidente da Câmara dos Deputados (1917) e ministro da Justiça (1911-1912) e dos Negócios Estrangeiros (1913-1914).

<sup>72</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fls. 18-20.

<sup>73</sup> Em 14 de Maio de 1915, forças civis e militares ligadas ao Partido Democrático derrubaram o Governo do general Pimenta de Castro, numa acção de grande violência (pelo menos 100 vítimas mortais) que levou também à demissão do Presidente da República, Manuel de Arriaga.

<sup>74</sup> António Aurélio da Costa Ferreira (1879-1922) formou-se em Filosofia e Medicina e assumiu a direcção da Casa Pia entre 1911 e 1922, quando partiu em missão antropológica (era um dos fundadores da Sociedade Portuguesa de Antropologia e Etnologia) para Moçambique, onde se suicidou. Maçon e membro do Partido Evolucionista, foi eleito deputado por várias vezes e dirigiu o Ministério do Fomento (1912-1913).

que os documentos sobre Rafael e António conservados na Tutoria lhe fossem entregues “a fim de serem enviados para a Casa Pia”<sup>75</sup>.

O compasso de espera dever-se-ia à falta de vagas disponíveis no internato situado no Mosteiro dos Jerónimos, em Belém, cuja média de despesas por estudante subiu, em escudos, de 158\$92 anuais no ano lectivo de 1913/14 para 200\$59 em 1915/16, devido à alta de preços provocada pela I Guerra Mundial<sup>76</sup>. O facto de Rafael já se encontrar a trabalhar e ter ultrapassado em Abril de 1915 a faixa etária (“de sete a onze anos de idade incompletos”) dos menores admissíveis na Casa Pia estabelecida no Decreto de 4 de Novembro de 1911, através do qual a República definira uma nova regulação para a instituição<sup>77</sup>, justifica que apenas António Roquete se tenha tornado um “ganso”, a expressão da gíria utilizada para designar os alunos da CPL. Roquete seria acolhido na Casa Pia ao abrigo do artigo 11.º do decreto, que permitia à direcção da CPL admitir menores declarados “em perigo moral”, embora com ambos os pais vivos, pela Tutoria Central da Infância, independentemente do concurso público para novos internos. Tratava-se de uma situação rara, já que, entre os menores julgados na Tutoria lisboeta entre 1911 e 1915, a 379 dos quais foi atribuído um “destino definitivo” por Pedro de Castro (muitas das crianças levadas pela polícia ao “Tribunal Infantil” eram devolvidas às famílias, devido à sobrelotação do Refúgio destinado aos jovens delinquentes), apenas 11 foram colocados na Casa Pia<sup>78</sup>. Além do documento comprovativo da idade do filho e do atestado de pobreza da família passado pela Junta de Paróquia de S. Paulo, Judite Fernandes deveria entregar no acto da admissão um atestado médico a garantir que o menor tinha sido vacinado e não sofria de nenhuma doença contagiosa, além de assinar um termo de responsabilidade segundo o qual tomaria conta de António quando este deixasse a CPL<sup>79</sup>.

A irmã mais velha de Rafael e António, Ofélia Fernandes Roquete, estudou até ao 2.º ano dos liceus, que completou no Liceu Maria Amália Vaz de Carvalho (Lisboa), com a nota de 11 valores, no ano lectivo de 1917/18. Ofélia trabalhou na Manutenção Militar, primeiro num curto período entre Janeiro e Setembro de 1921 e mais tarde entre Janeiro de 1926 e Agosto de 1938.

---

<sup>75</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fls. 19-21.

<sup>76</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1916-1917*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1917, pp. 220-221.

<sup>77</sup> *Casa Pia de Lisboa. Regulamentos e mais legislação promulgada desde a implantação da República*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1926, p. 23.

<sup>78</sup> *A Tutoria*, Dezembro de 1915.

<sup>79</sup> *Casa Pia de Lisboa. Regulamentos...*, pp. 23 e 25.

A 1 de Setembro deste ano, foi transferida para as Oficinas Gerais de Fardamento, no cargo de dactilógrafa eventual, antes de entrar para o quadro das OGF, em Novembro de 1940, ganhando 600 escudos por mês. O “zelo e dedicação pelo serviço” da dactilógrafa levaram-na a receber prémios e gratificações em 1942, 1946 e 1947. A ribatejana assinou em 15 de Maio de 1956 um contrato que promoveu Ofélia a escriturária de 1.<sup>a</sup> classe das OGF, função remunerada com 16 800 escudos anuais da qual tomou posse a 8 do mês seguinte<sup>80</sup>.

Quanto a Rafael Fernandes Roquete, terá regressado com a mãe, em data incerta, a Salvaterra de Magos, onde seria, no dia 13 de Maio de 1932, um dos sócios fundadores da delegação da Sociedade Columbófila do Centro de Portugal (associação criada em Lisboa cinco anos antes) em Salvaterra, vila na qual Rafael foi um dos principais praticantes de columbofilia<sup>81</sup>. Em Julho do mesmo ano, Carlos Gameiro, fiscal das obras de limpeza da Vala de Salvaterra de Magos, multou Rafael Roquete “por transportar alguns trabalhadores numa camionette de carga”. A documentação relativa à coima foi enviada em 15 de Julho pela Guarda Nacional Republicana ao Ministério do Interior, que a remeteu ao chefe do gabinete do ministro das Obras Públicas e Comunicações. Este mandaria em 13 de Outubro ao seu colega do Interior o processo organizado pelo MOPC “que se refere a Rafael Fernandes e Carlos Gameiro”, o qual seguiria a 19 de Dezembro para o Comando Geral da GNR, ignorando-se os desenvolvimentos posteriores do caso<sup>82</sup>. Rafael teve dois filhos, Olga e Luís Roquete, cujos familiares continuariam a viver em Salvaterra de Magos<sup>83</sup>.

### 2.1.2. A aprendizagem na Casa Pia de Lisboa

O regime republicano dirigiu desde cedo a sua atenção para a Casa Pia de Lisboa, na qual o ministro do Interior do Governo Provisório, António José de Almeida<sup>84</sup>, extinguiu em 7 de

---

<sup>80</sup> AHM, Fundo 42, Série 14, Caixa 793, Peça 1643; *Diário do Governo*, II Série, 07-06-1956.

<sup>81</sup> Gameiro, José, *A Origem da Sociedade Columbófila Salvaterrense*, Salvaterra de Magos, edição do autor, 2007, pp. 3-5 e 11.

<sup>82</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT), Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 455, NT 327, pt. 30/6, fls. 1-4.

<sup>83</sup> <http://semanal.omirante.pt/index.asp?idEdicao=494&id=74182&idSeccao=8021&Action=noticia>

<sup>84</sup> António José de Almeida (1866-1929), médico, aderiu ao Partido Republicano Português, do qual foi deputado ainda durante a monarquia. Ministro do Interior do Governo Provisório republicano, fundou e dirigiu o jornal

Março de 1911 o regime de provedoria. A CPL passou então a ser liderada por um director, cargo atribuído pelo governante ao médico e pedagogo António Aurélio da Costa Ferreira. Durante os 11 anos nos quais Costa Ferreira geriu os destinos da instituição de Belém, verificaram-se várias mudanças, desde logo através da abolição dos castigos corporais<sup>85</sup> e da transmissão aos alunos do ideário republicano, expresso na divisa “Ordem e Trabalho”, gravada nas paredes de todas as oficinas dos Jerónimos, e nas aulas de canto coral e instrução cívica que acompanhavam a formação profissional dos “gansos”. Os feriados nacionais e a “Festa da Árvore” eram ocasiões de exaltação dos valores patrióticos e republicanos, sendo incentivado nos alunos o conhecimento da História do país e da própria Casa Pia. Costa Ferreira preocupou-se também com a ligação entre a CPL e as actividades económicas e favoreceu uma rápida autonomização dos alunos, que deveriam estar “em contacto com a vida”. Nesse sentido, os jovens internados passaram a ser estudados quanto às suas características físicas e psicológicas, com o objectivo de os encaminhar para cursos adequados às suas capacidades e preferências individuais. A partir dos 16 anos, os alunos iniciavam a fase de aprendizagem, passando a receber um salário pelo trabalho nas empresas onde estagiavam (metade do qual era entregue à Casa Pia), cujos rendimentos ser-lhes-iam entregues após a baixa, momento no qual, já com 18 anos, deixavam de estar sob tutela da CPL<sup>86</sup>. No âmbito de um “projecto assistencial e educativo integrador”, a Casa Pia desenvolveu ao longo da I República experiências pedagógicas inovadoras, como o ensino ministrado a crianças surdas-mudas ou deficientes mentais<sup>87</sup>.

Em 7 de Julho de 1916, Judite Fernandes, que residia então na Rua de Sant’Ana, n.º 10, à Ajuda, apresentou o seu filho António, de 9 anos de idade, nos Jerónimos. Depois de se submeter a uma inspecção sanitária, na qual o único problema detectado pelos médicos na criança foi uma miopia ligeira no olho direito e “ligeiríssima” no esquerdo, e a um exame aos seus conhecimentos escolares (“leitura, pouco; escrita, idem; aritmética: sabe somar”), António

---

*República* e, após a divisão do PRP, encabeçou em 1912 o Partido Evolucionista. Liderou o Governo da “União Sagrada”, apoiado por democráticos e evolucionistas, entre 1916 e 1917 e foi Presidente da República (1919-1923).

<sup>85</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. 1 de Julho de 1921 a 31 de Dezembro de 1923*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1924, pp. 57-60.

<sup>86</sup> Marvão, Fátima, Coelho, Teresa, “Síntese histórica (1780-1999)”, in *220 Anos Casa Pia de Lisboa: Instruir, Educar e Amparar. Centro Cultural Casapiano*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa, 2000, pp. 107-111 e 125-126.

<sup>87</sup> Henriques, Raquel Pereira, “Casa Pia de Lisboa”, in Rollo, Maria Fernanda, coord., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, 2013, pp. 572-573.

Fernandes Roquete foi admitido como o aluno n.º 4337 da Casa Pia de Lisboa<sup>88</sup>. Dezasseis anos mais tarde, o ribatejano recordaria, segundo a transcrição das suas declarações feita pelo jornalista Carlos da Silveira, “o sofrimento da minha alma garota ante o significado triste daquela penosa mutação”, mas reconheceria a seguir “quanto me senti feliz”, graças ao apoio de colegas e professores<sup>89</sup>, num estabelecimento de ensino onde estudavam em 30 de Junho de 1917 694 jovens (somando 512 alunos internos, 152 externos e 30 colocados no semi-internato de surdos-mudos), dos quais três eram naturais do município de Salvaterra de Magos e 33 do distrito de Santarém, numa altura em que Lisboa era de longe o concelho mais representado na população escolar da instituição, com 417 “gansos” nascidos na capital<sup>90</sup>.

O ingresso de um novo aluno interno na Casa Pia era um acontecimento pouco comum no período da I Guerra Mundial (entre 30 de Junho de 1916 e 30 de Junho de 1917, registaram-se apenas 7 admissões<sup>91</sup>), quando a instituição de ensino passava por dificuldades financeiras que a impossibilitariam de acolher novos alunos se não tivesse recebido uma verba extraordinária de 6 mil escudos proveniente do Fundo Nacional de Assistência e concedida pelo Governo à CPL em Dezembro de 1916, a qual permitiu admitir 25 internos e conceder subsídios a 25 jovens que continuariam a viver com as famílias<sup>92</sup>. De acordo com várias entrevistas concedidas mais tarde à imprensa por António Roquete, este dificilmente teria conseguido obter uma vaga em Belém se o então chefe do Governo, António José de Almeida, não tivesse intercedido a seu favor<sup>93</sup>. A documentação não concretiza, porém, em que consistiu exactamente a intervenção do futuro Presidente da República no caso. António José de Almeida poderia ter ajudado a mãe de Roquete a colocar o filho na CPL através da situação prevista no artigo 25.º do Decreto de 4 de Novembro de 1911, segundo o qual “Os benfeitores, que fizeram à Casa Pia o donativo de quantia igual ou superior a 6.000\$000 réis, terão o direito a fazer ali internar, independentemente de concurso,

---

<sup>88</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fls. 21-22; AHCPL, Matrícula Geral dos Alunos, n.º 29, 4289-4388, fls. 97-98.

<sup>89</sup> *Stadium*, 17-02-1932.

<sup>90</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1916-1917*, pp. 126 A e 126 E.

<sup>91</sup> *Ibidem*, p. 126 A.

<sup>92</sup> *Ibidem*, pp. 220-222.

<sup>93</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965; *Record*, 24-01-1988.

dois menores” que receberiam toda a formação ministrada na escola<sup>94</sup>. No entanto, até 3 de Agosto de 1918 não se registou nenhum caso previsto no artigo 25.<sup>95</sup>

Um ofício enviado por António Aurélio da Costa Ferreira ao provedor da Assistência de Lisboa, Luís Filipe da Mata<sup>96</sup>, em 7 de Fevereiro de 1917 pode ajudar a esclarecer a situação. Num documento onde remete ao provedor a lista de 24 menores que tinham participado no concurso público de 1914 para admissão na Casa Pia e só em 1917, graças ao apoio concedido pouco tempo antes, iriam ser acolhidos nos Jerónimos (a vaga restante seria atribuída ao filho de um operário morto num acidente de trabalho registado durante as obras das novas camaratas da CPL), Costa Ferreira aponta como critérios de escolha entre o conjunto dos rapazes candidatos ao internato na CPL “a categoria social das pessoas que os recomendam”, o facto de serem órfãos de funcionários públicos ou o patrocínio de “pessoas a quem esta instituição deve favores”. Na resposta, a 13 de Fevereiro, Luís Filipe da Mata receia que tais critérios prejudiquem os menores mais necessitados, mas o director casapiano justifica-se com o número limitado de vagas disponíveis, que colocaria “a embaraçosa situação de escolher ao acaso” entre os muitos jovens carentes de assistência caso não se privilegiasse o recurso a patronos, que tinha ainda a vantagem de incentivar a “filantropia particular”<sup>97</sup>. Tendo em conta que fora António José de Almeida a nomear em 1911 Costa Ferreira (membro do Partido Evolucionista, liderado por Almeida) para a direcção da Casa Pia, não custa admitir que o político republicano dispusesse de influência sobre o seu correligionário e actuasse como patrono de António Roquete, embora se ignore como Almeida terá conhecido a situação deste.

Como aluno da CPL, Roquete foi submetido a uma vigilância médica regular, datando de 3 de Fevereiro de 1917 o registo da sua primeira observação clínica, após o exame prévio à admissão na Casa Pia. A “Papeleta sanitária escolar” de Roquete inclui uma avaliação, de data incerta, segundo a qual o “estado actual” do aluno n.º 4337 apresentava elementos como “pequenas cicatrizes”, resultantes de pedradas, no couro cabeludo, coluna vertebral “desviada p.

---

<sup>94</sup> *Casa Pia de Lisboa. Regulamentos...*, p. 29.

<sup>95</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1918-1919*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1920, p. 212.

<sup>96</sup> Luís Filipe da Mata (1853-1924), comerciante e funcionário público, fez parte da Maçonaria e do Partido Republicano Português, de cujo Directório foi tesoureiro da comissão administrativa, e integrou os corpos gerentes da Associação Comercial de Lisboa. Eleito em 1908 vereador da Câmara Municipal de Lisboa, seria deputado e senador na I República. Fundou a Escola-Oficina n.º 1, em Lisboa. Nomeado provedor da Assistência da capital em Setembro de 1913, Mata foi demitido pelo Governo de Pimenta de Castro e regressou após a queda deste ao cargo onde se manteve até Sidónio Pais chegar ao poder, em Dezembro de 1917.

<sup>97</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1916-1917*, pp. 225-227.

cima e direita”, ombro direito descaído, dentes cariados e visão normal no olho esquerdo e menor no direito (Roquete nunca terá necessitado de usar óculos, mesmo na velhice, de acordo com as suas fotografias publicadas na imprensa). O peso e altura do jovem foram anotados periodicamente, tendo o primeiro evoluído de 30,4 quilos em 3 de Fevereiro de 1917 para 44 kg em 25 de Outubro de 1920, 58,7 kg em 24 de Junho de 1922 e 68,5 kg no último registo, verificado a 15 de Março de 1924. Entretanto, a altura do salvaterrense passou de 1,434 metros em 13 de Junho de 1917 para 1,575 m em 25 de Outubro de 1920, 1,706 m em 24 de Junho de 1922 e 1,761 m a 15 de Março de 1924, quando Roquete tinha já 17 anos e se tornara mais alto que a maioria dos portugueses da época<sup>98</sup>. A sua alcunha casapiana era “Carapela”<sup>99</sup>, que significava “Aluno de pequena estatura mas a “espigar”” no calão utilizado pelos estudantes da instituição<sup>100</sup>. Em 1929, um jornal feito por alunos da CPL mencionou que o então futebolista do Casa Pia Atlético Clube media cerca de 1,85 metros de altura<sup>101</sup>, naquele que constituía o traço físico mais distintivo de Roquete.

Embora afastados dos familiares, os alunos internos da Casa Pia de Lisboa dispunham de condições de vida raras no país durante o período conturbado do primeiro conflito mundial, como foi visível durante a epidemia de gripe pneumónica de 1918-1919. Roquete recordaria que os responsáveis da CPL “proibiram contactos exteriores para evitar contaminar os alunos”<sup>102</sup>. Apesar do isolamento, pelo menos 311 dos 440 internos foram afectados pela estirpe mais benigna da gripe em Junho de 1918, registando-se três casos de pneumonia, mas a administração de um “purgante salino” levou ao desaparecimento rápido dos sintomas em quase todos os doentes, não se tendo verificado nenhuma vítima mortal dentro da escola, cujos alunos ficaram assim imunizados para a segunda vaga da epidemia, mais mortífera e ocorrida em Setembro desse ano<sup>103</sup>. O jovem António Roquete adoeceu com gripe em 23 de Junho, mas foi dado como curado apenas dois dias depois<sup>104</sup>. As epidemias de tifo que afectaram Lisboa entre 1915 e 1917 também preocuparam a direcção da CPL e levaram Costa Ferreira a ordenar a divulgação na

---

<sup>98</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fls. 24-25.

<sup>99</sup> *O Ganso*, 13-02-1929.

<sup>100</sup> Santos, Eduardo dos, Passetti, Manuel, Cardote, Fernando, *Dicionário do Calão Casapiano*, Lisboa, s.e., 1976, s.n.

<sup>101</sup> *O Ganso*, 28-02-1929.

<sup>102</sup> *Correio da Manhã*, 10-06-1991.

<sup>103</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1918-1919*, pp. 266-269.

<sup>104</sup> AHCPL, Matrícula Geral dos Alunos, n.º 29, 4289-4388, fl. 97.

Casa de procedimentos, como a lavagem das mãos e o consumo exclusivo de água filtrada ou fervida, que visavam prevenir novos casos da doença. As férias de Natal e Carnaval dos “gansos” seriam suspensas devido ao receio causado pela difusão do tifo na capital e pelas deficientes condições higiénicas das habitações das famílias dos estudantes<sup>105</sup>. Além das preocupações sanitárias, a assistência médica prestada aos casapianos incluía a vacinação destes, como aconteceu a Roquete em 30 de Novembro de 1916 e 29 de Julho de 1922<sup>106</sup>.

A documentação existente acerca da passagem de António Roquete pelos Jerónimos não menciona mais nenhuma doença do ribatejano, embora o aluno n.º 4337 tenha dado entrada na enfermaria do internato em 25 de Abril de 1922. Nessa data, o enfermeiro Augusto Dias informou por escrito Costa Ferreira (que partiria pouco depois para Moçambique) de que Roquete acusava o aluno n.º 4269 de o ter atacado com um pontapé na cara, “o qual lhe arrancou alguns dentes e lhe produziu hemorragia nasal”. Por ordem do director, o médico de serviço<sup>107</sup> examinou Roquete e confirmou que o salvaterrense fora agredido, apresentando uma tumefacção no lábio superior, duas feridas contusas e três dentes partidos. Ainda a 25 de Abril, o chefe dos prefeitos da instituição, Abel de Jesus Meireles, relatou ao subdirector da CPL, o tenente-coronel Luís da Câmara Leme<sup>108</sup>, que o pontapé do estudante n.º 4269 (os documentos não referem o nome deste aluno de “regular comportamento” até então) provocara em Roquete “um ferimento de bastante gravidade”, o que levou Câmara Leme a propor que o agressor fosse castigado na pena correspondente à “falta grave” cometida<sup>109</sup>.

Apesar de ter frequentado a escola e possuir níveis mínimos de alfabetização antes da admissão na Casa Pia, Roquete foi matriculado, já em Belém, no 1.º ano do ensino primário, que iniciou em 2 de Outubro de 1916 e prosseguiu sem reprovações até 1920. O certificado do exame de 1.º grau (feito na conclusão do 3.º ano) de António Roquete, com a data de 8 de Junho de 1919 e assinado pelo professor António Alves Bebiano Mourão, atribui ao aluno a classificação

---

<sup>105</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1916-1917*, pp. 245-248.

<sup>106</sup> AHCPL, Matrícula Geral dos Alunos, n.º 29, 4289-4388, fl. 98.

<sup>107</sup> A Casa Pia de Lisboa tinha entre o seu pessoal os médicos António de Azevedo Meireles, Nuno António Coelho de Vasconcelos Porto e Jorge Cid, este último na função de médico-inspector, responsável pela manutenção das condições de higiene dos alunos (*Anuário da Casa Pia de Lisboa. 1 de Julho de 1921 a 31 de Dezembro de 1923*, p. 135).

<sup>108</sup> Luís Borges Soares da Câmara Leme (1872-1940), oficial do Exército, ensinou Educação Física no Liceu Pedro Nunes e na Casa Pia de Lisboa. Comandou o Batalhão de Infantaria 35 na I Guerra Mundial, tendo sido condecorado. Nomeado subdirector da CPL em 1919, seria director da escola entre 1929 e 1940.

<sup>109</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fls. 28-31.

máxima, “está optimamente habilitado”. Roquete seria aprovado em 22 de Dezembro de 1920 no exame de admissão ao Curso Comercial (que substituíra a prova do 2.º grau do ensino primário), cujo primeiro ano começou a frequentar a 7 de Janeiro do ano seguinte<sup>110</sup>. De modo a enquadrar os resultados do ribatejano num contexto mais geral, refira-se que no final do primeiro semestre de 1919 foram submetidos ao exame do 1.º grau 41 alunos da Casa Pia, dos quais 11 tiveram a nota mais alta, 13 ficaram-se pelo “bom” e 15 atingiram o “suficiente”, enquanto dois foram reprovados. Nas provas de admissão aos cursos Comercial e Industrial de Dezembro de 1920, procedeu-se à avaliação de 46 estudantes e à aprovação de 40 destes, um conjunto dentro do qual cinco tinham na altura 14 anos, a idade de António Roquete, o único dos alunos aprovados que contava quatro anos de internato, em vez dos mais habituais três (10 casos) e seis (13 casos) anos de residência nos Jerónimos<sup>111</sup>. Ignora-se em que medida a opção pelo Curso Comercial, e não pelo Curso Industrial, resultou de uma escolha do jovem, uma vez que era a direcção casapiana a decidir a evolução dos estudos de cada “ganso” que concluía o ensino primário, a partir de um parecer do conselho escolar e ouvidos o aluno e a família deste<sup>112</sup>.

Reorganizado pelo Decreto n.º 2185, de 19 de Janeiro de 1916, o Curso Comercial da CPL, com equivalência legal aos existentes nas escolas dependentes do Ministério da Instrução Pública<sup>113</sup>, tinha a duração de quatro anos e incluía disciplinas como Português, línguas estrangeiras (Inglês, Francês e Alemão), Desenho, Geografia, Aritmética, Matemática ou Física e Química, além de outras direccionadas especificamente para a actividade comercial como Caligrafia, Escrituração, Dactilografia e Estenografia. No último ano do curso, estava previsto um período diário de quatro horas de trabalho prático num escritório. As aulas semanais, de número variável conforme a disciplina, tinham a duração de 50 minutos, excepto no caso das lições de Desenho, que atingiam 80 minutos<sup>114</sup>. Roquete completaria o curso em 1924, com uma classificação média final de 12 valores<sup>115</sup>. As notas atribuídas ao ribatejano (ver Anexo I) seguiram um percurso regular e sem grandes diferenças entre os desempenhos nas várias disciplinas, verificando-se uma ligeira melhoria no quarto e último ano, quando os alunos do

---

<sup>110</sup> Ibidem, fl. 27; AHCPL, Matrícula Geral dos Alunos, n.º 29, 4289-4388, fls. 97-98.

<sup>111</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Anos Económicos de 1919-1920 e 1920-1921*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1923, pp. 162 e 164.

<sup>112</sup> *Casa Pia de Lisboa, Regulamentos...*, p. 28.

<sup>113</sup> De acordo com a Lei n.º 402, de 9 de Setembro de 1915 (*Casa Pia de Lisboa. Regulamentos...*, p. 49).

<sup>114</sup> *Casa Pia de Lisboa. Regulamentos...*, pp. 52-53.

<sup>115</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fl. s.n.

curso eram avaliados através de uma prova escrita por cada disciplina, realizada na presença de um júri (composto por pelo menos dois professores, incluindo o da matéria tema da prova, e pelo inspector dos estudos) durante a primeira quinzena de Julho<sup>116</sup>.

O corpo docente do Curso Comercial manteve-se estável entre 1914 e 1924, excepto no caso do professor de Português, Joaquim José Branco, falecido em 1 de Fevereiro de 1922<sup>117</sup> e substituído interinamente por Alfredo Augusto César da Silva<sup>118</sup>. Além deste, são referidos, na lista de pessoal da Casa Pia elaborada no final de 1923, dez professores ligados ao Curso Comercial: Luís da Câmara Reis<sup>119</sup> (francês), Agostinho de Campos<sup>120</sup> (alemão), José Stuart Torrie (inglês), Jorge Cid<sup>121</sup> (matemáticas elementares), Manuel Tiago Henriques Delgado (“história, instrução cívica e direito usual”), Herculano da Silva Gaspar (escrituração comercial), Ernesto Pinheiro de Castro (geografia), Alberto Rodrigues Pinto (física, química e ciências naturais), Benjamim Jerónimo (geografia colonial) e Manuel Mendes (caligrafia, dactilografia e estenografia), dos quais os dois primeiros se encontravam então em gozo de licença ilimitada<sup>122</sup>. Numa fotografia datada de 14 de Julho de 1924 e conservada no arquivo da CPL, com a legenda no verso “Ao nosso bom Director Exmo. Sr. Alfredo Soares<sup>123</sup>, como prova de muita estima e gratidão, oferecem/Os alunos do 4.º Ano C. Cal. (1923-24)”, Roquete é o mais alto dos 11 estudantes vestidos com a farda de cerimónia da instituição que, nos Jerónimos, posam de pé

---

<sup>116</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. 1 de Julho de 1921 a 31 de Dezembro de 1923*, pp. 95-96.

<sup>117</sup> *Ibidem*, pp. 77 e 138.

<sup>118</sup> Alfredo Augusto César da Silva (1857-1942) trabalhou na Casa Pia de Lisboa a partir de 1882, como professor do ensino primário e, mais tarde, das disciplinas de Francês e Português. Bibliotecário da escola desde 1890, escreveu várias obras sobre a história da CPL.

<sup>119</sup> Luís da Câmara Reis (1885-1961), licenciado em Direito, leccionou em vários liceus de Lisboa, na Casa Pia e na Escola Normal. Dirigiu entre 1921 e 1961 a revista *Seara Nova*, de cujo grupo político e intelectual foi um dos fundadores. Co-autor dos manuais escolares *Le Petit Élève de Français* (1926), *La Douce France* (1926) e *A Escola e a Vida* (1929), escreveu outros livros de vários géneros.

<sup>120</sup> Agostinho Celso de Azevedo Campos (1870-1944), escritor, professor e jornalista, ensinou língua e cultura portuguesas na cidade alemã de Hamburgo (1893-1894) e foi docente da Casa Pia, do Liceu Pedro Nunes e das Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra, além de autor de manuais escolares de alemão e de uma vasta bibliografia sobre temas como educação e história. Integrou o Partido Regenerador Liberal, liderado por João Franco, cujo governo (1906-1908) nomeou Azevedo Campos director-geral da Instrução Pública.

<sup>121</sup> Jorge Cid (1877-1935), médico especializado em puericultura, foi também professor e director da Escola Académica da capital. Colaborou como caricaturista em vários periódicos e participou na I Guerra Mundial como major miliciano e inspector-geral do hospital da Cruz Vermelha Portuguesa em França.

<sup>122</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. 1 de Julho de 1921 a 31 de Dezembro de 1923*, pp. 134-135.

<sup>123</sup> Alfredo Soares (1869-1951) foi aluno, professor, subdirector (1898-1922) e director (1922-1928) da Casa Pia de Lisboa, além de presidente do Casa Pia Atlético Clube (1920-1923) e da Liga Portuguesa dos Clubes de Natação. Deputado pelo círculo de Castelo Branco na I República, seria aposentado compulsivamente pela Ditadura Militar.

atrás de Soares e outros oito professores sentados, numa imagem que pretendia assinalar a recente conclusão do Curso Comercial pelos jovens<sup>124</sup>.

Relativamente ao quotidiano no internato, conhece-se o horário seguido pelos estudantes do Curso Comercial em 1914, que não deve ter sofrido alterações significativas durante o restante período da direcção de Costa Ferreira. Assim, estavam previstos alvorada e duche às 05.30 (meia hora mais tarde fora dos dias úteis), almoço às 07.30, aulas entre as 08.30 e as 13.00, jantar às 13.30, um novo período de aulas entre as 16.10 e as 19.00, ceia às 19.15 e deitar às 20.15. A partir dos 14 anos de idade, os alunos estavam autorizados a sair dos Jerónimos aos domingos, “devendo recolher às 20 horas”, num dia livre aproveitado por muitos “gansos” para jogar ou assistir a partidas de futebol<sup>125</sup>. Outra opção disponível para os tempos livres dos internados era a frequência da biblioteca da Casa Pia, que atingira sob a gestão de César da Silva dimensões assinaláveis. Além de manuais e outros livros aconselhados para o estudo, os alunos requisitavam obras de ficção, destacando-se Jules Verne e Camilo Castelo Branco como os autores mais lidos pelos jovens<sup>126</sup>. Não sabemos se António Roquete adquiriu hábitos de leitura ainda como estudante, embora viesse posteriormente a afirmar ser um leitor assíduo<sup>127</sup>. O cinema, que se tornaria outro dos passatempos de Roquete, também estava presente na Casa Pia através de “sessões animatográficas” quinzenais, com fins educativos e acompanhadas por explicações de funcionários da escola<sup>128</sup>.

Entretanto, a população escolar da CPL verificou um aumento no início da década de 20, tendo passado de 668 alunos, entre os quais 444 internos, 196 externos e 28 em semi-internato, no dia 30 de Junho de 1920 para 759 (respectivamente, 483, 250 e 26 nas diferentes situações) um ano depois<sup>129</sup>. No final de 1923, um total de 834 jovens, repartidos por internato (638), externato (168) e semi-internato (28), encontravam-se sob a protecção da Casa Pia<sup>130</sup>. O próprio Roquete recordaria mais tarde esse rápido crescimento do número de colegas que viviam consigo em Belém, ao dizer que “Eram 400 alunos e depois passaram para um milhar”<sup>131</sup>. A evolução

---

<sup>124</sup> *Espelho com Memória. 235 Anos da Casa Pia de Lisboa*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa, 2015, pp. 84-85.

<sup>125</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1913-1914*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1914, p. 134.

<sup>126</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1916-1917*, pp. 443-448.

<sup>127</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965.

<sup>128</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1916-1917*, p. 280.

<sup>129</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Anos Económicos de 1919-1920 e 1920-1921*, pp. 154-155.

<sup>130</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. 1 de Julho de 1921 a 31 de Dezembro de 1923*, pp. 118-119.

<sup>131</sup> *Correio da Manhã*, 10-06-1991.

posterior às restrições do período bélico deveu-se a legislação governamental que reforçou os recursos da CPL e à admissão extraordinária de menores a cargo de “pessoas extremamente pobres”, filhos de funcionários públicos ou órfãos de vítimas da I Guerra Mundial, da gripe pneumónica e das “revoluções” que agitavam a I República<sup>132</sup>.

Entre 1922 e 1924, Roquete frequentou, em simultâneo com as disciplinas do Curso Comercial, uma outra área lectiva fornecida pela CPL, o Curso de Sargentos de Infantaria. Criado em 29 de Setembro de 1903 e novamente regulado por decreto de 2 de Maio de 1914, o curso, com variantes quer para sargentos do quadro permanente quer para milicianos, era dirigido por Luís da Câmara Leme, auxiliado por um professor, o capitão Virgílio Damasceno Simões, e um instrutor, função pela qual passaram no ano de 1923 os sargentos João Matias e Luís dos Santos<sup>133</sup>. Segundo a legislação, a aprovação no curso, leccionado por dois oficiais de infantaria nomeados pelo Ministério da Guerra e no qual se matriculavam voluntariamente jovens de pelo menos 16 anos, já com o ensino primário e o 2.º ano do Curso Comercial ou Industrial concluídos e sujeitos a inspeção médica prévia, habilitava o aluno ao posto de segundo sargento. No caso dos milicianos, cuja formação durava 2 anos, após realizarem um exame perante um júri composto por três oficiais, os novos sargentos deveriam alistar-se como voluntários nos regimentos designados pela Secretaria da Guerra. Uma alteração na lei especificou que os casapianos inscritos no curso fariam parte de uma escola de recrutas existente no Regimento de Infantaria 1, em Lisboa<sup>134</sup>.

Além de Roquete, inscreveram-se em Outubro de 1922 no curso de sargentos milicianos, que concluiriam em 1924, quatro alunos da Casa Pia: António Lopes, Rogério Lourenço, António Gândara e Luís da Piedade Bento. O Curso de Sargentos da CPL, no qual se registaram oscilações no número de inscritos (em 1925, foram 10 os casapianos a concluir o curso), viria a ser extinto em 1 de Agosto de 1932. Em Julho de 1937, Lourenço já falecera e Lopes, Gândara e Bento trabalhavam, respectivamente, como empregado da Casa Pia, segundo sargento de aeronáutica e funcionário da Carris<sup>135</sup>. Quanto a Roquete, obteve a classificação de 13 valores no primeiro ano do curso e atingiu os 13,8 em 1923/24, o que lhe permitiu terminar os estudos para

---

<sup>132</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Anos Económicos de 1919-1920 e 1920-1921*, pp. 185 e 278.

<sup>133</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. 1 de Julho de 1921 a 31 de Dezembro de 1923*, pp. 134 e 138.

<sup>134</sup> *Casa Pia de Lisboa. Regulamentos...*, pp. 36-43, 46 e 51.

<sup>135</sup> *O Casapiano*, 03-07-1937.

sargento com média de 14 valores e registo de bom comportamento, sem qualquer castigo ou repreensão na sua ficha de aluno da CPL<sup>136</sup>.

No quarto ano do Curso Comercial, António Roquete realizou um estágio profissional como empregado de escritório na empresa Val (*sic*) do Rio, a qual remeteu em 3 de Junho de 1924 a Alfredo Soares a verba de 350 escudos, correspondentes ao salário auferido por Roquete no seu primeiro mês de trabalho e que o director da CPL ordenou que fossem entregues ao ribatejano aquando da baixa deste<sup>137</sup>. Esta ocorreria em 3 de Março de 1925, data do ofício enviado a Soares por Manuel Francisco Limão, chefe da Repartição de Expediente e Estatística da instituição de Belém, no qual informou que o aluno n.º 4337, após completar o Curso Comercial, fora entregue à mãe e obtivera emprego na Contabilidade Central da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, onde ganhava 385\$00 mensais, pelo que já não necessitava do auxílio da CPL pedido 10 anos antes. Alfredo Soares concordou com o parecer e despachou favoravelmente<sup>138</sup>. Roquete deixou assim de ser aluno da Casa Pia de Lisboa, mas os anos passados no Mosteiro dos Jerónimos determinariam o seu futuro, quer a nível profissional quer relativamente à actividade desportiva, na qual começava a destacar-se.

### 2.1.3. A formação de um desportista

A história da Casa Pia de Lisboa foi desde cedo marcada pela preocupação com a educação física dos alunos. No ano de 1834, surgiu na CPL o primeiro ginásio construído em Portugal, onde o francês Darras, chegado ao país em 1835, leccionou aulas gratuitas de ginástica que permitiram aos alunos da instituição demonstrar vários exercícios numa “Exposição Pública” realizada em Agosto de 1836. Posteriormente, José Maria Eugénio de Almeida, provedor da Casa Pia entre 1859 e 1872, tornou obrigatório o ensino da ginástica nos Jerónimos, recorrendo a outro instrutor francês, Jean Roger, que instalou aparelhos no ginásio e dividiu os estudantes em

---

<sup>136</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, s.n.; AHCPL, Matrícula Geral dos Alunos, n.º 29, 4289-4388, fls. 97-98.

<sup>137</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fl. 32.

<sup>138</sup> *Ibidem*, fl. 36.

classes de aprendizagem, de acordo com a idade e condição física dos jovens<sup>139</sup>. A I República prosseguiria este esforço de fortalecimento físico dos “gansos” ao determinar no Decreto de 4 de Novembro de 1911 que “A educação e instrução física visará, por meio do ensino da ginástica e exercícios militares, da prática dos jogos e desportos, dos trabalhos manuais e até do canto, a desenvolver harmonicamente as faculdades físicas, fortalecendo a saúde e tornando o indivíduo robusto, destro, resoluto e senhor de si mesmo”<sup>140</sup>.

Luís da Câmara Leme dirigiria a educação física na Casa Pia durante a I República, orientando nessa área Virgílio Damasceno Simões e um conjunto de dimensão variável de funcionários que incluía em 1917 João Rodrigues, Alfredo Tinoco, António Vítor Sabbo, Maria Luísa Barreto e Urbano Dias Furtado, enquanto em 1919 apenas Câmara Leme, Virgílio Simões, João Rodrigues e Aníbal Ramos integravam os serviços de educação física do estabelecimento de ensino<sup>141</sup>. As aulas de ginástica sueca (segundo o método Ling) ministradas na CPL deram origem a exposições públicas como a ocorrida a 11 de Junho de 1916, quando a Casa Pia foi visitada pelo Presidente da República, Bernardino Machado<sup>142</sup>, e pelos participantes no Congresso de Educação Física, organizado pelo Ginásio Clube Português. Após receber os visitantes na sala da direcção e pronunciar um discurso no qual elogiou a ginástica e agradeceu a António José de Almeida por tê-lo nomeado para a liderança da CPL, António Aurélio da Costa Ferreira conduziu os convidados ao claustro dos Jerónimos, onde cerca de 300 alunos do estabelecimento realizaram demonstrações de jogos e ginástica sueca, orientados por Virgílio Damasceno Simões (Câmara Leme encontrava-se ausente em comissão militar). Uma fotografia da época mostra uma aula do então tenente Simões, na qual um conjunto de jovens em tronco nu, alinhados por fileiras, pratica ginástica<sup>143</sup>. Em 14 de Julho de 1918, num festival de beneficência a favor dos mutilados de guerra realizado no recinto desportivo do Campo Grande, um grupo de estudantes da CPL exibiu vários movimentos, acompanhados por canto coral, sob o comando de

---

<sup>139</sup> Pontes, José, *Quase um Século de Desporto. Apontamentos para a história da educação física em Portugal*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1934, pp. 15-18.

<sup>140</sup> *Casa Pia de Lisboa. Regulamentos...*, pp. 18-19.

<sup>141</sup> Rocha, António Moraes, Barreto, Fernando, *Subsídios para a História da Educação Física na Casa Pia de Lisboa*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa, 1987, pp. 256 e 284-285.

<sup>142</sup> Bernardino Luís Machado Guimarães (1851-1944), professor catedrático da Universidade de Coimbra, dirigiu o Instituto Industrial e Comercial de Lisboa. Deputado pelo Partido Regenerador, foi ministro das Obras Públicas, Comércio e Indústria (1893). Grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido (1895-1899), aderiu em 1903 ao PRP e, já na I República, exerceu as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros (1910-1911), embaixador no Brasil (1912-1914), presidente do Ministério (1914 e 1921) e presidente da República (1915-1917 e 1925-1926). Deposto e exilado pelo golpe militar de 28 de Maio de 1926, voltaria a Portugal apenas em 1940.

<sup>143</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1915-1916*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1916, pp. 15-23.

Câmara Leme. O mesmo oficial dirigiria em Abril de 1919 as provas de saltos em altura e comprimento organizadas na instituição belenense<sup>144</sup>.

Além da ginástica leccionada por professores, os alunos da Casa Pia dedicavam-se à prática espontânea de vários desportos, entre os quais se destacava o futebol, introduzido em 1893 nos Jerónimos. Numa altura em que os casapianos praticavam já o jogo da “cheia”, cujo objectivo era pontapear uma bola de trapos de modo a fazê-la subir o mais possível, os estudantes Bruno do Carmo e Januário Barreto<sup>145</sup> terão iniciado com os seus colegas partidas ainda rudimentares de futebol (um desporto chegado a Lisboa apenas cinco anos antes) num dos espaços abertos da escola, o Pátio das Malvas. O entusiasmo dos jovens pela nova actividade desportiva levou o provedor Francisco Simões Margiochi a importar de Inglaterra uma bola de futebol com as dimensões regulamentares, entregue a Januário Barreto<sup>146</sup>. Já em 1894, uma equipa de futebol representativa da Casa Pia realizou o seu primeiro jogo, sem golos, contra um grupo de alunos da Escola Politécnica. Nos anos seguintes, a “selecção” casapiana, composta por futebolistas como Januário Barreto e Francisco dos Santos<sup>147</sup>, manteria uma actividade regular, marcada pela vitória por 2-0, em 22 de Janeiro de 1898, sobre a equipa do Carcavelos Club, formada por ingleses, num triunfo que gerou entusiasmo pelo carácter inédito da derrota dos britânicos perante jogadores locais. A tradição da prática do futebol prolongou-se por sucessivas gerações de “gansos”, muitos dos quais assumiram um papel de destaque na fundação de novos clubes e na divulgação do futebol em Portugal<sup>148</sup>.

A Associação de Futebol de Lisboa, fundada em 23 de Setembro de 1910, promoveria na década seguinte campeonatos inter-escolares disputados por estabelecimentos de ensino da capital nos quais a equipa da Casa Pia de Lisboa se afirmou quase sempre como a vencedora nos

---

<sup>144</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1918-1919*, pp. 85-87; Rocha, Barreto, ob.cit., pp. 263-266 e 288.

<sup>145</sup> Januário Gonçalves Barreto Duarte (1877-1910), médico, foi árbitro e presidente da direcção do Sport Lisboa (1906-1907), do Conselho Fiscal do Sporting Clube de Portugal (1910) e da Liga Portuguesa de Futebol (1908-1910). O nome de Januário Barreto foi atribuído ao actual pavilhão gimnodesportivo do Colégio Pina Manique, pertencente à CPL.

<sup>146</sup> Serrado, Serra, *História do Futebol Português – Uma Análise Social e Cultural*, vol. I, pp. 72-74; Tavares, Hélder, *Casa Pia Atlético Clube – Ateneu Casapiano, 1920-2012 – 92 anos de cultura, solidariedade e desporto*, Lisboa, dactilografado, 2012, p. 6.

<sup>147</sup> Francisco dos Santos (1878-1930), aluno da Casa Pia, frequentou com o apoio desta a Escola de Belas-Artes de Lisboa, onde se especializou em escultura, área na qual produziu obras como a estátua do monumento lisboeta ao Marquês de Pombal. Durante um estágio em Roma no ano de 1907, alinhou pela equipa de futebol da Lazio, tornando-se o primeiro futebolista português a jogar num clube estrangeiro.

<sup>148</sup> Serrado, Serra, ob.cit., p. 74; Tavares, ob.cit., pp. 7-10.

vários escalões. O papel da instituição como viveiro de futebolistas de qualidade beneficiou do apoio de Costa Ferreira e do então subdirector Alfredo Soares à prática da modalidade pelos estudantes. Num discurso proferido na CPL em 1921, Costa Ferreira afirmou que o sucesso conhecido pelo futebol em Portugal não se devia aos efeitos positivos da modalidade para a saúde, mas sim ao facto desse desporto constituir “um excelente derivativo do espírito de combate”, representando “uma espécie de avatar do nosso espírito combativo”, demonstrado ao longo da História<sup>149</sup>. O director da Casa Pia, segundo o qual o futebol era um dos desportos “que mais benefícios físicos e morais produz”, aderiu à iniciativa da direcção da AFL, que resolveu em Julho de 1914 criar o Prémio Januário Barreto, através do qual “uma obrigação de 3%, emissão do Governo, do valor nominal de Esc. 10\$00” seria entregue ao aluno da CPL que mais se distinguisse no futebol durante cada ano. Informado da ideia por um officio do secretário-geral da AFL, Raul Nunes<sup>150</sup>, que lhe perguntou qual seria o primeiro casapiano a receber o galardão, Costa Ferreira decidiu que o vencedor do Prémio Januário Barreto seria escolhido por votação em assembleia do conjunto dos membros das equipas de futebol (“*teams*”, na expressão inglesa então utilizada) da Associação Escolar da Casa Pia de Lisboa<sup>151</sup>, que nesse ano de 1914 elegeu o aluno n.º 3466, Cândido de Oliveira<sup>152</sup>, reconhecido como o melhor desportista da escola<sup>153</sup>. O prémio continuaria a ser atribuído nos anos seguintes, distinguindo jovens futebolistas como Abel Caeiro e António Pinho.

A formação de numerosos jogadores de futebol em Belém e o espírito associativo e de camaradagem que unia muitos casapianos estariam na origem da fundação, em 3 de Julho de 1920<sup>154</sup>, do Casa Pia Atlético Clube (com Alfredo Soares como primeiro presidente), destinado

---

<sup>149</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Anos Económicos de 1919-1920 e 1920-1921*, pp. 290-294.

<sup>150</sup> Luís Raul Nunes, dirigente da AFL desde 1910, impulsionou a fundação em 1914 da União Portuguesa de Football, órgão do qual foi secretário e tesoureiro. Presidiu à AFL em 1918-1919 e 1922-1923 e colaborou com os periódicos *Tiro e Sport* e *O Sport de Lisboa*.

<sup>151</sup> Criada em 1912 pelo professor da CPL Fernando Palyart Pinto Ferreira, a Associação Escolar reunia alunos que se dedicavam a actividades culturais e desportivas.

<sup>152</sup> Cândido Fernandes Plácido de Oliveira (1896-1958) foi a personalidade mais influente do futebol português na primeira metade do século XX. Desempenhou funções como jogador, árbitro, treinador, dirigente, jornalista e seleccionador nacional, em paralelo com a sua actividade profissional de funcionário superior dos Correios e Telégrafos. Autor de vários livros sobre futebol, esteve detido entre 1942 e 1943 no campo de concentração do Tarrafal, na ilha de Santiago, em Cabo Verde, acerca do qual escreveu a obra *Tarrafal, O Pântano da Morte*, publicada em 1974.

<sup>153</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1914-1915*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1915, pp. 183-185.

<sup>154</sup> A reunião na qual se decidiu a criação e o nome do novo clube, registados num “Auto de fundação” com 18 assinaturas (incluindo as de homens como Cândido de Oliveira, Ricardo Ornelas, António Pinho, Clemente Guerra ou Mário da Silva Marques), ocorreu em 14 de Junho de 1920. A escolha de 3 de Julho como data da sessão oficial

especificamente a alunos e ex-alunos da CPL. O CPAC, que se tornou o destino natural dos atletas educados nos Jerónimos, agrupou “gansos” oriundos de vários emblemas lisboetas cujas qualidades desportivas depressa permitiram ao novo clube vencer competições como o campeonato de futebol de Lisboa de 1920/21, através de uma equipa capitaneada por Cândido de Oliveira.

A actividade desportiva dos casapianos não se resumia ao futebol, destacando-se outras modalidades, como a natação, introduzida nos hábitos dos alunos logo em 1880, quando Jean Roger deu lições de natação às crianças na praia da Torre de Belém<sup>155</sup>. Num ofício datado de 8 de Agosto de 1916, Alfredo Soares pediu ao presidente do Ginásio Clube Português, C. Granha, que permitisse aos estudantes da CPL frequentar as aulas de natação ministradas pelo clube em Pedrouços, na jangada *Walter Awata*, pertencente ao GCP, e sob orientação de José e João Formosinho Sanches Simões. Granha acedeu ao desejo de Soares, embora pedindo que o subdirector da Casa Pia procedesse a obras na jangada que permitissem “dar instrução a dois alunos ao mesmo tempo”, devido às limitações de tempo dos irmãos Formosinho e do outro instrutor do GCP, Humberto Reis, que leccionavam gratuitamente. Logo a 3 de Setembro do mesmo ano, alunos da Casa Pia participaram em provas de natação realizadas em Pedrouços, cujos prémios seriam entregues a 22 de Outubro numa cerimónia na qual João Formosinho Simões requereu a António Aurélio da Costa Ferreira que os “gansos” vencedores comparecessem. Costa Ferreira permitiu a deslocação quer dos nadadores quer dos alunos que pretendessem assistir ao evento, apesar de acreditar que os jovens deveriam praticar desporto apenas “por prazer e pela sua manifesta utilidade no desenvolvimento físico” e não produzirem esforços excessivos na preparação para competições<sup>156</sup>. Tornar-se-ia, porém, habitual a participação de alunos da CPL em provas como a travessia a nado entre a Trafaria e Pedrouços realizada em Setembro de 1918, na qual os nadadores, entre os quais se destacava o futuro atleta

---

de fundação deveu-se ao facto de nesse dia se comemorar o 140.º aniversário da Casa Pia de Lisboa (*Anuário da Casa Pia de Lisboa. Anos Económicos de 1919-1920 e 1920-1921*, pp. 301-303; <http://www.casapia-ac.pt/autodafundacao.jpg>).

<sup>155</sup> Tavares, ob.cit., p. 5.

<sup>156</sup> *Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1916-1917*, pp. 175-177; Rocha, Barreto, ob.cit., pp. 254-256.

olímpico Mário da Silva Marques<sup>157</sup>, foram acompanhados de barco por Alfredo Soares e João Formosinho<sup>158</sup>.

Alfredo Soares era então o principal impulsionador do desporto na Casa Pia, afirmando numa entrevista que a prática de futebol, natação, atletismo e outras modalidades pelos “gansos” impedia que estes caíssem na vida ociosa dos alunos dos “internatos burgueses e aristocráticos”, cuja falta de ocupação nos tempos livres conduzia a vícios com efeitos nas “tendências sexuais” dos jovens<sup>159</sup>. O subdirector da CPL tornou-se em 1921 o primeiro presidente da Liga Portuguesa dos Clubes de Natação, responsável pela organização das competições de natação e pólo aquático (então designado por *water-polo* e já praticado na Casa Pia desde 1914), disputadas durante o final da Primavera e o Verão devido à ausência de piscinas cobertas em Lisboa. A Casa Pia já dispunha nesse ano de uma piscina própria, onde a 29 de Maio se realizou a festa de inauguração da época oficial de natação. Após os discursos de Costa Ferreira, que anunciou o início das aulas regulares de natação na piscina da escola<sup>160</sup>, de Alfredo Soares, em nome da Liga, e de José Ramalheira Serra, pelo CPAC, decorreram diversas provas, a primeira das quais uma corrida na distância de 40 metros para “principiantes” a estudar nos Jerónimos. A imprensa refere como vencedor “António Fernandes”, seguido por Caetano Loureiro e Mário Neves<sup>161</sup>.

A descoberta e desenvolvimento da vocação de António Roquete para o desporto terão ocorrido de maneira semelhante à de outros casapianos. Numa escola onde se verificavam estímulos e condições para a prática desportiva raros no Portugal do início do século XX, os alunos, além de receberem instrução oficial ao nível da ginástica e da natação, envolviam-se em jogos espontâneos de futebol realizados nos pátios durante os intervalos das aulas. No caso de Roquete, o interesse pelo desporto-rei começou “nos recreios, onde observaram que eu tinha

---

<sup>157</sup> Mário da Silva Marques (1901-1989) foi atleta e dirigente do Casa Pia. Praticou pólo aquático e venceu vários campeonatos nacionais e regionais de natação nas categorias de 100 e 200 metros costas, bruços e livres. Ficou em sexto lugar na prova de 200 metros bruços dos Jogos Olímpicos de Paris (1924). Fundou em 1926 a secção de natação do Belenenses, clube também representado pelos seus irmãos João e Francisco da Silva Marques. Profissionalmente, trabalhou como contabilista de empresas como o *Diário de Notícias* e a Companhia União Fabril (CUF). Pouco antes de morrer, assistiu à inauguração da Piscina Mário da Silva Marques, integrada na CPL.

<sup>158</sup> Rocha, Barreto, ob.cit., pp. 284-285.

<sup>159</sup> Ibidem, pp. 297-299.

<sup>160</sup> A piscina da Casa Pia de Lisboa, situada atrás da enfermaria da instituição, possuía dimensões reduzidas e era correntemente designada por “Tanque”, servindo para a aprendizagem básica da natação, depois prosseguida na praia de Pedrouços. No entanto, foi na piscina casapiana que Mário da Silva Marques obteve em 1924 o tempo mínimo olímpico nos 200 metros bruços (*O Casapiano*, Julho de 1989).

<sup>161</sup> *Os Sports*, 02-06-1921.

qualidades”, o que levou à sua participação no campeonato interno da CPL, regulado e dirigido pelos próprios estudantes<sup>162</sup>. Os torneios casapianos, baseados no figurino das provas da AFL e divididos em três categorias, eram disputados pela Associação Escolar, também organizadora da competição, e pelos clubes Sport Club Napoleão, Vitória Foot-Ball Club e Club Recreativo Lusitano<sup>163</sup>. Roquete tornou-se o guarda-redes do Vitória FC, campeão nas épocas de 1919/20 e 1920/21<sup>164</sup>. Os melhores praticantes de futebol revelados nas competições internas faziam parte da equipa representativa da Casa Pia, seleccionada pela Associação Escolar e que disputava o torneio inter-escolar promovido pela AFL.

A primeira participação documentada de Roquete no campeonato escolar lisboeta ocorreu na época de 1921/22, quando o grupo de internatos da competição da AFL incluiu os conjuntos da Casa Pia, da Escola Nacional, do Asilo Maria Pia e do Instituto dos Pupilos do Exército, enquanto a prova para externatos reunia o Liceu Pedro Nunes e as escolas industriais Veiga Beirão e Afonso Domingues<sup>165</sup>. Os casapianos jogaram nos recintos da Palhavã e do Campo Grande, vencendo na primeira volta a Escola Nacional (6-0) e o Asilo Maria Pia (4-1) e conhecendo a derrota (3-1) frente aos Pupilos do Exército<sup>166</sup>. Após a segunda volta, a competição em *poule*<sup>167</sup> terminou com os Pupilos na liderança (11 pontos), seguidos por Casa Pia (9 pontos), Asilo Maria Pia (4) e Escola Nacional (0). Os três primeiros classificados entre os internatos ficaram apurados para o campeonato geral, tal como as escolas Veiga Beirão e Afonso Domingues, das quais só esta se inscreveu na segunda fase, realizada a partir de 3 de Maio de 1922 no sistema de eliminatórias. Assim, a vitória por 1-0 do misto da CPL sobre os Pupilos do Exército permitiu-lhe encontrar na final o Asilo Maria Pia, que derrotara a Escola Industrial Afonso Domingues. Inicialmente marcado para 14 de Maio, no recinto das Laranjeiras, o desafio decisivo acabaria por se realizar uma semana mais tarde, às 15.00, no Campo Grande. Durante os 60 minutos de jogo (menos meia hora que no escalão sénior), a Casa Pia alinhou com António Roquete, António Guedes, Abel Rato, J. Barreto, Francisco Lopes, João Silva, José de Carvalho, Adelino de Carvalho, Augusto Martins, Domingos Gonçalves e Augusto Barão. O jogador

---

<sup>162</sup> *Eco dos Sports*, 17-07-1939.

<sup>163</sup> *O Atlético*, 27-09-1924; Rocha, Barreto, ob.cit., p. 287; Tavares, ob.cit., p. 15.

<sup>164</sup> *O Casapiano*, Agosto de 1993.

<sup>165</sup> *Os Sports*, 19-01-1922.

<sup>166</sup> *Ibidem*, 19-02-1922.

<sup>167</sup> Neste sistema, é atribuído um determinado número fixo de pontos por cada vitória, empate e derrota, sendo a classificação ordenada a partir do somatório dos pontos obtidos pelas equipas.

Fernando Jesus, do Asilo, aproveitou um mau alívio de Abel Rato para marcar, no final da primeira parte, o único golo de uma partida na qual as defesas anularam geralmente os ataques das duas equipas. Os relatos do desafio publicados nos jornais mencionam “F. Roquete”, António Guedes, Francisco Lopes, J. Barreto e Domingos Gonçalves como os atletas da formação casapiana que jogaram melhor<sup>168</sup>.

Na temporada de 1922/23, a prova para internatos foi disputada em duas voltas por Casa Pia, Colégio Militar, Escola Agrícola, Escola Académica e Pupilos do Exército. A equipa casapiana alcançou vários resultados expressivos em jogos como os realizados com a Escola Académica (5-0), o Colégio Militar (6-1) ou a Escola Agrícola (6-0). No final da competição, a CPL e os Pupilos do Exército somavam ambos 14 pontos, enquanto o Colégio Militar e a Escola Académica não ultrapassavam os 6 e a Escola Agrícola (situada na Paiã, nos arredores de Lisboa) nunca pontuara. Os dois primeiros classificados decidiram a atribuição do título a 18 de Março de 1923, no campo da Escola Militar. Na assistência, Carlos Vilar, presidente da Comissão Organizadora do Campeonato Escolar, viu os “gansos” entrarem no terreno com Roquete, António Guedes, Abel Rato, Pacheco, Dionísio Lopes, José da Silva, Adelino de Carvalho, José de Carvalho, Augusto Martins, Domingos Gonçalves e Branco, que derrotaram os Pupilos por 2-0, num “jogo magnífico” entre conjuntos de valor semelhante no qual o trabalho dos avançados da Casa Pia garantiu-lhe a vitória<sup>169</sup>. O jornal *Gazeta Desportiva*, redigido por ex-alunos da CPL como Cândido de Oliveira e Ricardo Ornelas<sup>170</sup>, considera então que a equipa representativa da escola de Belém “Tem uma linha média bastante regular, fraquejando um pouco nas defesas e no guarda-redes”<sup>171</sup>. Na final do campeonato geral, os casapianos triunfaram sobre o Asilo Maria Pia por 6-0. A 26 de Maio desse ano, na Festa Nacional de Educação Física, Roquete e os companheiros de equipa mostraram novamente a sua superioridade e venceram partidas contra o Liceu Pedro Nunes (6-0) e os Pupilos do Exército (3-1)<sup>172</sup>. Data dessa

---

<sup>168</sup> Rocha, Barreto, ob.cit., pp. 321-323; *Os Sports*, 25-05-1922.

<sup>169</sup> *Os Sports*, 18-12-1922, 18-01-1923, 28-01-1923, 15-03-1923, 18-03-1923 e 22-03-1923.

<sup>170</sup> Ricardo Amaral Ornelas (1899-1967) trabalhou na Companhia Nacional de Navegação. Foi um dos fundadores do Casa Pia Atlético Clube, onde desempenhou vários cargos na direcção. Ao longo da sua actividade jornalística, escreveu para publicações como *A Bola*, *O Atlético*, *Football*, *Stadium*, *Os Sports*, *Diário Popular*, *Diário de Notícias* e *O Sport de Lisboa*. Recebeu a Medalha de Bons Serviços Desportivos em 1966.

<sup>171</sup> *Gazeta Desportiva*, 21-03-1923.

<sup>172</sup> Rocha, Barreto, ob.cit., p. 325; *Os Sports*, 03-05-1923 e 03-06-1923.

temporada futebolística uma imagem da equipa escolar da CPL que constitui o mais antigo documento fotográfico por nós conhecido no qual é visível António Roquete<sup>173</sup>.

Em 1923/24, os futebolistas da Casa Pia chegaram a defrontar equipas como o Colégio Militar e o Instituto dos Pupilos do Exército, mas, por motivos desconhecidos, a CPL desistiu do campeonato de internatos, no qual triunfaram os Pupilos<sup>174</sup>. Entretanto, as capacidades de Roquete como guarda-redes começavam a chamar a atenção. Questionado pela AFL, por ofício de 30 de Junho de 1924, sobre quem seria o vencedor da edição de 1923/24 do Prémio Januário Barreto, Alfredo Soares indicou o aluno n.º 4337. O prémio foi entregue a Roquete na assembleia-geral da AFL realizada às 21.00 de 4 de Setembro desse ano na sede da associação, situada na Travessa da Glória, 22-A, 2.º Direito<sup>175</sup>.

A natação e o pólo aquático foram outras modalidades praticadas por António Roquete na Casa Pia, onde, ainda como aluno, terá dado aulas de natação a colegas mais novos que viriam a representar o CPAC em provas oficiais<sup>176</sup>. Ao nível da competição, depois da corrida de 40 metros na qual terá participado em 1921, conhecem-se novas experiências de Roquete ocorridas quando o salvaterrense já contava 17 anos de idade. No final de Maio de 1924, realizaram-se na piscina do Jardim Colonial, em Belém, as provas de natação da Festa Nacional de Educação Física, durante as quais se manifestou uma superioridade clara dos nadadores da CPL sobre os atletas dos colégios Militar e Vasco da Gama, “por possuir a Casa Pia uma bela piscina”. Nessa ocasião, Roquete venceu a corrida de 100 metros com o tempo de “1 m. 43 s. 1/5”, à frente dos também casapianos João Carvalho e José Maria Soares<sup>177</sup>. A época de natação do Verão de 1924 seria a primeira na qual Roquete, que acabara de completar 18 anos, representaria o Casa Pia Atlético Clube, cuja equipa de segundas categorias de *water-polo* integrou, tendo sido o guarda-redes do “sete” casapiano num desafio com o Benfica (vitória do CPAC por 4-1) disputado na doca de Belém, palco habitual, juntamente com a de Alcântara, das competições de natação e pólo aquático organizadas na capital<sup>178</sup>.

---

<sup>173</sup> Camilo, Viriato, *Casa Pia Atlético Clube – Ateneu Casapiano, 1920-1970. Meio Século de Desporto Entre Sonhos e Tormentas*, Lisboa, Biblioteca-Museu Luz Soriano, 1995, p. 61.

<sup>174</sup> *Os Sports*, 08-12-1923, 15-12-1923 e 13-03-1924.

<sup>175</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fls. 33 e 35.

<sup>176</sup> *O Casapiano*, Maio/Junho de 1970.

<sup>177</sup> Rocha, Barreto, ob.cit., p. 328; *O Sport de Lisboa*, 31-05-1924.

<sup>178</sup> *O Sport de Lisboa*, 13-08-1924.

A 21 de Agosto desse ano, o ribatejano participou nos campeonatos regionais masculinos de natação de Lisboa, na categoria de 200 metros bruços. Para um jornalista que nunca tinha visto “Fernandes Roquete” nadar, o jovem constituiu “uma verdadeira revelação”<sup>179</sup>. A prova contou com a participação de oito nadadores, dos quais sete pertenciam ao Casa Pia (o restante estava ligado ao Vendedores de Jornais Futebol Clube), entre eles Mário da Silva Marques, então campeão lisboeta da categoria em disputa, o qual terá incentivado Roquete a entrar na competição<sup>180</sup>. Nos primeiros 100 metros, Roquete e Silva Marques destacaram-se dos outros atletas e o mais jovem ganhou uma ligeira vantagem, numa disputa que ficou mais cerrada entre os 100 e os 150 metros e se tornou “impressionante” na parte final. Segundo o relato de *O Sport de Lisboa*, “Mário Marques defende esforçadamente o título, procurando conseguir melhor propulsão com uma maior amplitude de movimento. Roquete resiste ainda e resiste sempre, embora o adversário se aproxime. O público entusiasma-se e grita os nomes dos favoritos, para animá-los”. A competição seria vencida por quem tocasse primeiro na meta, com Silva Marques a estender os braços para alcançá-la, sem sucesso, e Roquete a lançar as mãos e ver uma delas resvalar, antes de, no mesmo instante, ambos tocarem definitivamente o objectivo. Os dois repartiram o primeiro lugar e o título regional, registando ambos o tempo de 3 minutos, 43 segundos e 3/5, e Roquete afirmou-se como “um bom nadador de bruços”, estilo no qual se especializou e que executou ao competir, três dias depois, noutra prova dos campeonatos, a estafeta de 4x200 metros livres, realizada na doca de Belém e onde a equipa do CPAC ficou na quarta e última posição<sup>181</sup>. Já em 31 de Agosto, Roquete ficou em terceiro lugar na competição nacional de 200 metros bruços, atrás de Mário da Silva Marques e António de Brito Júnior (Sport Club do Porto) e à frente do casapiano Joaquim Marques, numa corrida onde “fraquejou muito, em relação ao campeonato regional, baixando bastante o tempo”<sup>182</sup>. Roquete participaria ainda, novamente na distância de 200 m bruços, nas provas inter-sócios do Casa Pia de Outubro de 1924<sup>183</sup>.

Menos conhecida é a experiência de António Roquete como praticante de basebol, modalidade introduzida em Lisboa por volta de Fevereiro de 1922, quando um grupo de

---

<sup>179</sup> *Ibidem*, 27-08-1924.

<sup>180</sup> *O Casapiano*, Novembro de 1989.

<sup>181</sup> *O Sport de Lisboa*, 27-08-1924.

<sup>182</sup> *Ibidem*, 03-09-1924.

<sup>183</sup> *Ibidem*, 04-10-1924.

portugueses começou a praticá-la sob a orientação de um treinador americano, J. Osterlund. Surgiu então uma secção de basebol no Sporting Clube de Portugal, cujos membros disputaram em 4 de Julho (data do aniversário da independência dos Estados Unidos da América) desse ano um jogo contra elementos da colónia americana em Lisboa. O primeiro desafio luso-americano de basebol terminou com a vitória dos portugueses e inspirou uma nova experiência no ano seguinte. Autorizado pela direcção da Casa Pia, Osterlund treinou um conjunto de “gansos”, que desconheciam até então a modalidade e a 4 de Julho de 1923 derrotaram por 25-24 uma equipa de americanos estabelecidos em Portugal<sup>184</sup>. Roquete foi um dos alunos da CPL a aderir ao basebol, praticado após o encerramento da época de futebol, com o objectivo de preservar a forma física dos jovens atletas. Nas entrevistas que concedeu mais tarde, António recordou o “engenheiro americano” que introduziu na CPL a “difícil prática” daquele desporto e o inesperado triunfo dos casapianos na partida de 4 de Julho, realizada no Campo das Laranjeiras<sup>185</sup>. Em Abril de 1925, já sob a alçada do CPAC, verificavam-se treinos de basebol aos domingos de manhã no Restelo, onde a 10 de Maio desse ano se defrontaram uma equipa do Casa Pia e um misto formado por cinco portugueses e três membros da família Osterlund, que se sagrou vencedor<sup>186</sup>.

Terá sido ainda como aluno da Casa Pia que Roquete jogou pela primeira vez na equipa principal de futebol do CPAC. O episódio foi narrado pelo ribatejano em várias entrevistas, com mudanças ao nível dos pormenores nas diferentes versões, que possuem, contudo, elementos comuns como a indisponibilidade para um desafio iminente do guarda-redes titular do clube, Clemente Guerra, a iniciativa do capitão do CPAC, Cândido de Oliveira, que teria ido buscar e convencer Roquete após este disputar na manhã do mesmo dia uma partida do campeonato escolar, e o estratagema através do qual Cândido contornou a irregularidade da utilização de um futebolista menor de 18 anos num prélio de primeiras categorias: registar Roquete no boletim de jogo como “António Pacheco”, o nome de um jogador casapiano já inscrito na AFL<sup>187</sup>. O encontro particular, que opôs o Casa Pia e o Clube de Futebol “Os Belenenses” e decorreu no

---

<sup>184</sup> *Os Sports*, 09-04-1922, 02-07-1922 e 22-07-1923.

<sup>185</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965 e Agosto de 1993.

<sup>186</sup> *O Atlético*, 18-04-1925 e 16-05-1925.

<sup>187</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965 e Agosto de 1993; *Correio da Manhã*, 10-06-1991; *Eco dos Sports*, 17-07-1939; *Futebol*, Setembro de 1966; *Record*, 24-01-1988.

campo do Sporting, terminou com uma derrota dos *all-blacks*<sup>188</sup> e a actuação de Roquete foi infeliz, devido ao nervosismo e inexperiência do jovem guardaião<sup>189</sup>. Apesar da importância do evento, Roquete não é exacto ao mencionar a data na qual o desafio ocorreu, mencionando quer 1922 quer 1923<sup>190</sup>. No entanto, uma referência do antigo futebolista à “Taça Vendedores de Jornais” como o troféu em disputa no jogo entre os dois clubes de Belém<sup>191</sup> aponta para que a partida em causa seja o confronto CFB-CPAC de 22 de Junho de 1924, integrado num festival desportivo organizado pelo diário *O Mundo* em benefício do Vendedores de Jornais Futebol Clube.

O então Presidente da República, Manuel Teixeira Gomes<sup>192</sup>, que, durante os seus dois anos de mandato, compareceu frequentemente em provas de várias modalidades e manteve boas relações com dirigentes e jornalistas desportivos, assistiu no Campo Grande a um jogo apitado por Ilídio Nogueira no qual a vitória por 5-0 do Belenenses valeu aos “azuis” a conquista da Taça Vendedores de Jornais. O Casa Pia apresentou-se sem vários dos seus habituais titulares, como Clemente Guerra, Cândido de Oliveira e Gomes dos Santos, e pouco pôde fazer para evitar a derrota. Nas críticas ao desafio, a imprensa referiu como “grande ponto fraco” do CPAC o seu guarda-redes (cujo nome não foi mencionado), “um novo falho ainda de conhecimentos que o recomendem para o lugar” proveniente da equipa escolar da Casa Pia, apesar do atleta em questão ter feito “algumas defesas de valor” durante os 90 minutos<sup>193</sup>. A estreia pouco auspiciosa de Roquete não abalou a confiança no talento futebolístico do “ganso” manifestada por Cândido de Oliveira, que o levou à loja de desporto Casa Sena, propriedade do casapiano António de Sena Azevedo, e adquiriu o equipamento de guarda-redes depois utilizado pelo atleta<sup>194</sup>. António Roquete recebeu também incentivos de Manuel Teixeira Gomes, que, após ver em actividade o casapiano de 17 anos, lhe terá dito “Pois hás-de ser um grande jogador”, declaração que o

---

<sup>188</sup> Expressão pela qual os jogadores do Casa Pia eram por vezes designados na imprensa, devido à cor preta dos seus equipamentos.

<sup>189</sup> *Eco dos Sports*, 17-07-1939.

<sup>190</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965; *Futebol*, Setembro de 1966.

<sup>191</sup> *O Casapiano*, Agosto de 1993.

<sup>192</sup> Manuel Teixeira Gomes (1860-1941), escritor e militante republicano, foi ministro de Portugal em Inglaterra (1911-1918 e 1919-1923). Eleito Presidente da República em Agosto de 1923, renunciou ao cargo no final de 1925 e deixou o país, passando o resto da vida na Argélia.

<sup>193</sup> *Diário de Notícias*, 23-06-1924; *O Sport de Lisboa*, 21-06-1924 e 28-06-1924; *Sport Illustrado*, 25-06-1924 e 26-07-1924.

<sup>194</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965.

político recordaria algum tempo depois ao encontrar Roquete num torneio de natação<sup>195</sup>. Seria igualmente Teixeira Gomes a entregar a Roquete e outros nadadores, numa sessão realizada em 14 de Fevereiro de 1925 no salão nobre do Ginásio Clube Português, os prémios atribuídos aos vencedores das provas lisboetas de natação de 1924<sup>196</sup>. Numa altura em que Guerra fazia várias exposições infelizes<sup>197</sup>, Roquete viria a tornar-se o responsável pela baliza da equipa de primeiras categorias do CPAC logo no início da temporada de 1924/25.

O ano de 1924 foi marcante a vários níveis para António Fernandes Roquete, que concluiu então os seus estudos na Casa Pia de Lisboa, voltou a viver com a mãe, iniciou a sua actividade profissional como empregado de escritório e atingiu o cobiçado lugar de jogador da equipa principal de futebol do Casa Pia Atlético Clube, ao mesmo tempo que começava a distinguir-se também na natação. O filho mais novo de Judite Fernandes e Francisco Ferreira Roquete Júnior saiu dos Jerónimos habilitado com os cursos Comercial e de Sargentos e uma educação física e desportiva que lhe permitiria competir ao mais alto nível. Os anos vividos em Belém, além de afastarem Roquete da pobreza em que a sua família tinha caído e integrarem o salvaterrense na comunidade formada pelo conjunto de ex-alunos da CPL (dotado de identidade própria e relações de convívio e solidariedade entre os seus membros mantidas ao longo das vidas destes), desenvolveram no jovem capacidades que o tornariam famoso e, através de qualificações como a prática da caligrafia ou o conhecimento de línguas estrangeiras, facilitariam o seu acesso a actividades profissionais no Estado ou em empresas privadas.

---

<sup>195</sup> *Ibidem*, Agosto de 1993.

<sup>196</sup> *O Sport de Lisboa*, 11-02-1925 e 18-02-1925.

<sup>197</sup> *Sport Ilustrado*, 14-05-1924.

## 2.2. 1924-1933: o “grande “az” nacional de football”<sup>198</sup>

“Os dois últimos jogos do Casa Pia fizeram avultar aos olhos de toda a gente essa figura estupenda de guarda-redes que é o Roquete. (...) As exibições dessa maravilha casapiana, que tem passado a vida a jogar bem e a querer fervorosamente ao clube, mereciam registo destacado, até para exemplo. Roquete merece-o largamente. (...) em quantas equipas (*sic*) poderia ele jogar entre nós sem que numa partida ressaltasse o clamor do contraste?... Ao lado da estátua da Liberdade quem parecerá ou pode ter veleidades de ser muito alto?...” (Cândido de Oliveira, *A Bola*, 30-01-1933)

### 2.2.1. A afirmação

Na altura em que António Roquete foi inscrito no campeonato de Lisboa de primeiras categorias, o futebol português conheceu já um desenvolvimento assinalável desde 1889, ano do início da prática, de forma contínua e de acordo com as regras oficiais, da modalidade no país (terão ocorrido antes dessa data jogos de “futebol espontâneo”, como o verificado na povoação madeirense da Camacha em 1875, ou em Cascais, por iniciativa da família Pinto Basto, no ano de 1888<sup>199</sup>). Durante o final do século XIX, a iniciativa de ingleses residentes em Portugal e de jovens lusos que, ao regressarem dos estudos feitos em Inglaterra, traziam consigo o conhecimento do futebol e o difundiam no país natal foi fundamental para a criação de “grupos”, frequentemente de curta duração, que se dedicavam à prática da modalidade em treinos e jogos não submetidos a qualquer entidade reguladora e cuja organização dependia de contactos particulares no restrito meio desportivo nacional, limitado sobretudo a Lisboa e Porto. Os jogadores, ou *players*, na terminologia inglesa utilizada durante as décadas iniciais do futebol português, pertenciam geralmente a famílias da aristocracia e alta burguesia e encaravam o futebol, praticado em simultâneo com outras modalidades, no contexto geral do *sport*, visto, de acordo com a concepção moderna de desporto então desenvolvida, como um meio de cultivo do corpo e fortalecimento da nação portuguesa, que se encontraria numa fase de decadência fisiológica<sup>200</sup>. No entanto, a pouco e pouco, o futebol iria difundir-se nas escolas e entre os meios

---

<sup>198</sup> *O Notícias Ilustrado*, 05-02-1933.

<sup>199</sup> Serrado, Serra, *ob.cit.*, pp. 57-62.

<sup>200</sup> *Ibidem*, pp. 51-57.

populares e ganhar praticantes de origens tão modestas como as dos alunos da Casa Pia de Lisboa. A primeira década do século XX ficou marcada pela fundação dos clubes que dominariam o futebol nacional (Benfica, FC Porto e Sporting), pelo aparecimento das primeiras associações, constituídas por representantes dos vários emblemas, com a função de regular e coordenar a prática da modalidade, como a Liga Portuguesa de Football e a Associação de Futebol de Lisboa, e pela democratização do jogo, agora aberto a todas as classes sociais, que a ele aderiam em número crescente de praticantes e espectadores. Entre 1907 e 1908, já se verificavam na capital fenómenos ligados à massificação do futebol, cujos desafios se tornaram espectáculos presenciados por milhares de pessoas, afectivamente ligadas a determinados clubes, e relatados na imprensa, que divulgava os nomes, imagens e feitos desportivos dos futebolistas. O *fair-play* e o desprendimento do futebol aristocrático davam lugar à ânsia pela vitória e a episódios de violência verbal e física entre adeptos e jogadores das várias equipas<sup>201</sup>. A afluência de público, a vedação dos campos de jogos e a cobrança de entradas para os desafios fizeram do agora desporto-rei uma fonte de rendimentos para os dirigentes dos clubes e associações.

Sob a I República, o futebol expandiu-se dos centros urbanos do litoral para o conjunto do território, numa difusão que levou progressivamente à criação de associações regionais em todos os distritos do Continente e ilhas. Reforçaram-se também os contactos internacionais, através das deslocações de clubes estrangeiros a Lisboa e Porto e da viagem pioneira ao Brasil de um conjunto de futebolistas lisboetas seleccionados pela AFL (1913). A expansão da modalidade alimentou o projecto da União Portuguesa de Football<sup>202</sup>, criada em 1914 com o objectivo de federar os organismos distritais e gerir o futebol numa dimensão nacional. No entanto, as consequências da participação portuguesa na I Guerra Mundial limitaram a actividade da UPF e estiveram na origem de um período de estagnação no futebol luso vivido até ao final da década de 10<sup>203</sup>. Seria na temporada de 1921/22 que Portugal iniciaria dois fenómenos já comuns no resto da Europa e na América do Sul: a formação de uma selecção representativa do país (que disputou em Madrid, a 18 de Dezembro de 1921, o seu primeiro jogo, perdendo com a equipa de Espanha por 3-1) e a organização de uma prova clubística de carácter nacional, o Campeonato de Portugal, que começou por opor os vencedores dos regionais de Porto e Lisboa para nos anos

---

<sup>201</sup> Ibidem, pp. 114-121.

<sup>202</sup> A UPF mudaria em Maio de 1926 a sua designação para Federação Portuguesa de Football Association, sendo conhecida actualmente por Federação Portuguesa de Futebol.

<sup>203</sup> Serrado, Serra, ob.cit., pp. 130-135.

seguintes abranger, num sistema de eliminatórias, vários clubes de todos os distritos. Os anos 20 marcaram o aprofundamento dos processos de massificação e institucionalização do futebol português, embora os meios, organização e infra-estruturas de que este dispunha cedo se revelassem insuficientes para acompanhar o crescimento.

Finda a I Guerra Mundial, voltaram a ser frequentes os jogos particulares entre clubes portugueses e estrangeiros. Em Setembro de 1924, Sporting e Casa Pia convidaram a equipa francesa do Football Club de Cette a deslocar-se a Lisboa, onde, além dos dois anfitriões, defrontaria o Belenenses e o Vitória Futebol Clube, mais conhecido por Vitória de Setúbal. O conjunto gaulês empatou com os setubalenses, mas perdeu os restantes desafios, incluindo o realizado em 5 de Outubro no Campo Grande, onde o CPAC bateu por 2-1 o FC Cette. António Roquete, guarda-redes dos “negros”, deixou uma impressão positiva nos jornalistas que cobriram o jogo amigável, como António de Sequeira, segundo o qual Roquete “foi brilhante, promete, se aproveitar as excepcionais qualidades que possui”<sup>204</sup>.

No dia 10 de Outubro de 1924, Casa Pia e Sporting defrontam-se na primeira jornada da I Divisão do campeonato regional de primeiras categorias de Lisboa. O “onze” casapiano que entra em campo, composto, como habitualmente, por um guarda-redes, dois defesas, três médios e cinco avançados (nas décadas seguintes, surgiriam tácticas mais defensivas), inclui “António Fernandes Roquete; António Pinho e José Gomes dos Santos; José António d’Almeida, Alberto Nunes e Álvaro Gralha; António Augusto Lopes, Américo Pereira da Silva, Cândido d’Oliveira (cap.), Domingos Gonçalves e António Luís Gomes”<sup>205</sup>. O sportinguista Alfredo de Sousa inaugura o marcador aos 30 minutos, num remate indefensável, enquanto na segunda parte o interior esquerdo Domingos Gonçalves faz o empate, que se mantém até ao apito final. A exibição de Roquete na sua primeira partida oficial pelo CPAC é elogiada na imprensa desportiva, que vê no novo guardião dos “gansos” o melhor jogador da equipa na partida com o SCP e descreve-o como “valente, com condições, teve paradas soberbas, seguríssimo”<sup>206</sup>. O jornalista António Ribeiro dos Reis<sup>207</sup> considera Roquete “uma verdadeira revelação”, mas

---

<sup>204</sup> *Os Sports*, 06-10-1924.

<sup>205</sup> *O Atlético*, 16-10-1924.

<sup>206</sup> *Os Sports*, 13-10-1924.

<sup>207</sup> António Ribeiro dos Reis (1896-1961), aluno da Casa Pia de Lisboa, do Liceu Pedro Nunes e da Escola do Exército, seguiu a carreira militar, passando à reserva com a patente de tenente-coronel. Foi jogador, árbitro, dirigente e treinador de futebol. Seleccionador nacional em 1925-1926 e 1933-1934, orientou também a selecção militar portuguesa. No jornalismo desportivo, colaborou com publicações como *Os Sports*, *Diário de Lisboa*, *O*

aponta-lhe erros resultantes da inexperiência como “saídas fora de tempo” e previne o jovem para que “não se deixe influenciar pelos elogios exagerados dos amigos” e “continue a aperfeiçoar-se”<sup>208</sup>. No jornal *O Atlético*, órgão oficial do Casa Pia, o cronista “Rui d’Ourique” (provável pseudónimo de Ricardo Ornelas), embora atribua ao “colossal” trabalho de Roquete a responsabilidade pelo empate frente aos “leões”, também pede aos adeptos do clube que moderem as suas “manifestações de entusiasmo” pela actuação do salvaterrense, um “novo a quem se deve encorajar mas não estragar”<sup>209</sup>.

Depois de um particular frente ao Carcavelos, derrotado em casa por 4-1, e uma vitória sobre o campeão lisboeta de 1923/24, o Vitória de Setúbal (3-2), num jogo em que “Roquete mostrou-se sereno, seguro e valente”<sup>210</sup>, a equipa do Casa Pia viajou de comboio para a cidade do Porto. No primeiro dos amigáveis marcados, em 8 de Novembro, os casapianos perderam por 1-0 com o Boavista Futebol Clube no Campo do Bessa. Os encontros seguintes, a 9 e 11 do mesmo mês, opuseram o Casa Pia ao clube que convidara os “gansos”, o Sport Progresso, registando-se um empate (1-1) e um triunfo lisboeta (5-0) para o qual contribuíram a melhoria das actuações de Roquete e Cândido, infelizes contra os boavisteiros<sup>211</sup>.

De regresso à capital, o CPAC defrontou o Belenenses, cuja fundação em 1919, seguida pela do Casa Pia no ano seguinte, colocara em risco a tradicional supremacia no campeonato lisboeta de Benfica e Sporting, prejudicados pela saída de vários dos seus futebolistas para os novos clubes de Belém. No encontro entre estes, que terminou sem golos, os defesas casapianos anularam a maioria das jogadas contrárias e facilitaram o trabalho de Roquete, precisando este de realizar apenas “um bom mergulho” em todo o jogo, embora Ribeiro dos Reis lhe censure a execução inadequada dos pontapés de baliza<sup>212</sup>. O mesmo crítico observaria depois um aperfeiçoamento do guardaião, visível nas defesas que permitiram a vitória por 1-0 dos casapianos sobre os benfiquistas na Palhavã<sup>213</sup>.

---

*Notícias Ilustrado* ou *O Sport de Lisboa*, antes de ser em 1945 um dos fundadores de *A Bola*, jornal do qual foi director entre 1951 e 1961.

<sup>208</sup> *Os Sports*, 16-10-1924.

<sup>209</sup> *O Atlético*, 16-10-1924.

<sup>210</sup> *O Sport de Lisboa*, 29-10-1924.

<sup>211</sup> *O Atlético*, 15-11-1924; Barros, Amândio Jorge Morais, *Boavista Futebol Clube, A Primeira História (1903-1972)*, Porto, Lello, 2000, p. 26.

<sup>212</sup> *O Atlético*, 22-11-1924; *Os Sports*, 17-11-1924.

<sup>213</sup> *O Atlético*, 06-12-1924; *Os Sports*, 01-12-1924 e 04-12-1924.

O CPAC alugava no início da época de 1924/25 o Campo das Laranjeiras, pertencente ao Clube Internacional de Futebol, para realizar os seus treinos e jogos, mas viu-se ameaçado pela decisão então tomada pela AFL, alegadamente influenciada por Benfica e Sporting, de não permitir a inscrição no campeonato de Lisboa de emblemas sem terrenos de jogo próprios, o que apressou os esforços de construção de um recinto propriedade dos “gansos”. Em Agosto de 1924, a CPL, dirigida por Alfredo Soares (substituído em 1923 por Raul Vieira<sup>214</sup> na liderança do CPAC, Soares mantinha-se como presidente de honra do clube), cedeu ao Casa Pia um terreno situado no interior da cerca do estabelecimento de ensino. Após examinarem o espaço a 5 de Setembro, Cândido de Oliveira e José da Cruz Filipe<sup>215</sup>, vice-presidente do CPAC, decidiram-se pela construção imediata naquele local do campo de jogos, que deveria estar pronto na abertura da segunda volta do regional. O financiamento das obras, executadas com a participação de alunos da Casa Pia, baseou-se na contracção de um empréstimo de 100 mil escudos, repartidos por títulos com o valor de 100\$00 cada, entre os sócios do CPAC, aos quais foram enviados uma circular e um boletim de subscrição<sup>216</sup>. O Campo do Restelo, projectado pelo arquitecto casapiano António do Couto, seria inaugurado em 21 de Dezembro de 1924, apesar do prazo curto e da escassez de verbas não terem permitido uma capacidade superior a 13 mil espectadores no novo recinto. Num gesto de solidariedade, os jogadores da primeira categoria do CPAC pagaram bilhetes, cujo preço variava entre os 3\$50 por cada lugar da geral e os 6\$00 da bancada, para o desafio inaugural do campo, um Casa Pia-Belenenses<sup>217</sup>.

A inauguração, à qual afluíram cerca de 7 mil pessoas, contou com a presença de Manuel Teixeira Gomes. Acompanhado por Soares e Câmara Leme, o PR desceu ao terreno (pelado) de jogo, onde conviveu com os futebolistas, discursou e baptizou o Campo do Restelo ao despejar uma taça de champanhe no solo. Seguiu-se o encontro entre o CFB e o CPAC, que alinhou com Roquete, Pinho, Gomes dos Santos, António Lopes, Alberto Nunes, Álvaro Gralha, José Maria Gralha, Pereira da Silva, Cândido de Oliveira, Domingos Gonçalves e Gomes. A partida

---

<sup>214</sup> Raul Vieira (?-1951), empresário e dirigente desportivo, foi director das revistas *Football* e *Stadium*. Presidiu à Federação Portuguesa de Futebol e à União Velocipédica Portuguesa e ocupou cargos como tesoureiro da Federação Portuguesa de Atletismo e presidente da comissão organizadora da I Exposição Histórica do Futebol (1938).

<sup>215</sup> José da Cruz Filipe (1890-1972) estudou na Casa Pia de Lisboa, da qual se tornou professor, especializando-se no ensino de surdos-mudos e deficientes mentais. Divulgou inovações pedagógicas ligadas ao movimento da Educação Nova e escreveu vários manuais escolares. Director de *O Atlético* e agraciado com a Cruz de Ouro do CPAC, foi presidente da Federação Portuguesa de Futebol (1934-1942).

<sup>216</sup> *O Atlético*, 10-10-1924.

<sup>217</sup> *Ibidem*, 20-12-1924.

terminou empatada a duas bolas, após o Belenenses fazer o 2-2 num pontapé de canto directo que surpreendeu Roquete, na única falha de uma actuação na qual o ribatejano “esteve à altura das suas boas qualidades e comprovados recursos”, segundo Ricardo Ornelas<sup>218</sup>.

O recém-inaugurado recinto casapiano estaria envolvido em polémica nas semanas seguintes, devido a críticas surgidas na imprensa a deficiências arquitectónicas do Campo do Restelo que prejudicariam a visão do jogo pelo público<sup>219</sup> e à iniciativa do Sporting junto da AFL no sentido de impedir a realização de desafios no novo espaço desportivo. Num artigo publicado em *O Atlético* que motivou a ruptura das relações entre os dois clubes, Cândido de Oliveira condenou a “ignóbil cabala” do SCP. Curiosamente, Cândido afirmaria quatro anos depois, aquando de uma polémica com Raul Vieira, que o dirigente presidira em 1924 à construção da “obra que todos conhecem”, um campo que não se encontrava “à altura do club (*sic*) – e estão lá enterrados mais de 200 contos!”<sup>220</sup>. Júlio de Araújo<sup>221</sup>, presidente do Sporting aquando da polémica sobre o terreno do CPAC, escreveria que a questão foi empolada pelos “negros” e o próprio Cândido lhe confessara mais tarde “saber que não tinha razão”, mas ter necessitado na altura de “fazer algo que agitasse os casapianos e os fizesse vibrar de interesse pela jovem colectividade”<sup>222</sup>. Apesar da celeuma, as equipas de futebol do Casa Pia jogariam no Campo do Restelo, com os Jerónimos e o rio Tejo em fundo, até 1940<sup>223</sup>.

No quadro da tensão entre SCP e CPAC, o Restelo acolheu em 12 de Janeiro de 1925 um jogo oficial entre as primeiras categorias dos dois emblemas. Já no final do desafio que o Sporting venceu por 4-1, Roquete defendeu um remate e foi pressionado por Alfredo de Sousa. Quando o avançado-centro leonino já se afastava, o guardaião casapiano agrediu-o com um pontapé, gesto punido por Carlos Canuto com uma grande penalidade a favor do Sporting, desperdiçada por Ferreira. A “grande incorrecção” de Roquete seria censurada pela crítica, com

---

<sup>218</sup> *Ibidem*, 27-12-1924; Camilo, ob.cit., pp. 78-80.

<sup>219</sup> *Os Sports*, 19-01-1925.

<sup>220</sup> *O Sport de Lisboa*, 24-08-1928.

<sup>221</sup> Júlio Barreiros Cardoso de Araújo (1891-1977) foi presidente do Sporting em 1922-23 e 1924-25. Presidiu também, em 1928, ao Império Lisboa Clube. Na década de 30, Araújo passou a viver no Brasil, onde redigiu *Meio Século de Futebol* (1938), uma compilação de dados sobre as primeiras décadas de actividade futebolística em Lisboa.

<sup>222</sup> Araújo, Júlio de, *Meio Século de Futebol. Subsídios para a história do futebol em Portugal*, Rio de Janeiro, dactilografado, 1938, p. A 70.

<sup>223</sup> O Campo do Restelo foi expropriado em 1940 devido à construção da Exposição do Mundo Português, o que fez o Casa Pia, apanhado de surpresa pela decisão governamental, utilizar campos emprestados por outros clubes até à edificação em Monsanto do novo recinto desportivo casapiano, o Estádio Pina Manique, inaugurado em 24 de Agosto de 1954 e no qual o CPAC se mantém actualmente (Camilo, ob.cit., pp. 214 e 278-283).

Ribeiro dos Reis a considerar que o atleta deveria ter sido expulso, embora *O Atlético* atribua a falta aos “nervos abalados” do salvaterrense, que deveria aprender a controlar-se e não desanimar perante a derrota<sup>224</sup>. O prélio ficou ainda marcado por uma lesão de Cândido de Oliveira que o debilitou e, na sequência de sinais antigos de declínio físico, levou-o a abandonar a prática do futebol. De acordo com o regulamento do clube, os futebolistas do CPAC elegeram um novo capitão. A escolha recaiu em António Pinho, que rejeitou o cargo devido às exigências da sua “vida particular” e provocou uma nova eleição vencida por António Lopes<sup>225</sup>.

O Casa Pia entrara em Janeiro de 1925 em conflito com a AFL, após Ricardo Ornelas criticar num artigo a direcção da associação distrital e deixar em seguida as suas funções quer na AFL quer no CPAC<sup>226</sup>. As relações tensas entre os dois organismos explicarão o facto da selecção de Lisboa que defrontou então a congénere do Porto, numa partida promovida pela UPF, não apresentar no onze titular nenhum dos jogadores do Casa Pia, relegados para a lista de suplentes, na qual Roquete surgiu como eventual substituto do guardião benfiquista Francisco Vieira (conhecido por “Chiquinho”). O conjunto da AFL, maioritariamente constituído por sportinguistas, venceu o prélio por 6-1, numa demonstração da habitual supremacia do futebol lisboeta<sup>227</sup>. A 8 de Março, duas selecções lisboetas disputariam jogos distintos: enquanto os melhores futebolistas da capital se deslocariam ao Porto para um novo confronto com o misto local (mais uma vez derrotado, agora por 8-3), um outro conjunto representativo de Lisboa, formado por Roquete, Pinho (capitão), Moraes, Gonçalves, A. Silva, Álvaro Gralha, José Maria Gralha, António Lopes, Gomes, P. Silva e Domingos Gonçalves, defrontaria a selecção algarvia. O II Lisboa-Algarve foi disputado no Campo de Nossa Senhora da Saúde, em Faro, com a equipa anfitriã a surpreender ao triunfar por 3-2. Apesar da derrota lisboeta, o desafio constituiu a primeira participação de Roquete numa selecção representativa da AFL, poucos meses depois de assumir a titularidade na equipa principal do CPAC.

A carreira do Casa Pia no campeonato de Lisboa prosseguiu entretanto com uma deslocação ao recinto desportivo do Campo Grande, onde os “gansos” derrotaram o Vitória de Setúbal (3-1) e Ribeiro dos Reis viu Roquete destacar-se pela sua qualidade na intercepção de

---

<sup>224</sup> *O Atlético*, 17-01-1925; *O Sport de Lisboa*, 14-01-1925; *Os Sports*, 12-01-1925 e 15-01-1925.

<sup>225</sup> *O Atlético*, 24-01-1925 e 31-01-1925.

<sup>226</sup> *Ibidem*, 17-01-1925; Camilo, *ob.cit.*, pp. 77-78.

<sup>227</sup> *O Atlético*, 24-01-1925 e 31-01-1925.

bolas altas e pela “muita atenção” com que acompanhava o jogo<sup>228</sup>. Os *all-blacks* encontravam-se então no segundo lugar do campeonato, com 8 pontos, menos um que o Sporting, mas sofreriam um empate a uma bola frente ao Belenenses (Roquete “defendeu sempre com brilhantismo” e assegurou a igualdade) e uma derrota no Restelo, perante o Benfica (0-2), causando a arbitragem de Tomaz da Costa protestos dos casapianos<sup>229</sup>. O título da I Divisão lisboeta ficaria assim nas mãos do Sporting, enquanto o CPAC concluiu em quarto lugar uma prova com cinco clubes participantes. Os “leões” assegurariam, ao derrotarem o Carcavelinhos, primeiro classificado da II Divisão da AFL, o título de campeões de Lisboa.

A escassez de desafios oficiais, numa altura em que o regional da AFL terminava logo em Março e ainda eram poucas as equipas a disputar o Campeonato de Portugal, realizado após as provas distritais, levava os clubes de Lisboa a promover frequentemente jogos particulares com equipas nacionais e estrangeiras. Assim, a 15 de Março de 1925, o Casa Pia joga na Figueira da Foz, pela terceira vez nos seus cinco primeiros anos de história, contra uma selecção local. A comitiva casapiana é recebida na noite de 14 de Março na estação ferroviária da Figueira, realizando-se em seguida um jantar num hotel local e um baile que se prolonga até às 01.30. Já de manhã, os futebolistas do CPAC passeiam de automóvel pela serra, iniciativa que precede um almoço com a presença de representantes dos clubes figueirenses. Cerca de 1500 pessoas, um número nunca até aí registado na Figueira da Foz, presenciam o pontapé de saída do desafio, executado por um sobrinho de Cândido de Oliveira. Descontraídos, os “gansos” exibem a sua superioridade técnica e vencem por 3-0, apesar de Roquete impressionar o público local ao travar várias oportunidades de golo do misto figueirense, entre as quais duas grandes penalidades<sup>230</sup>. Já em Abril, o clube húngaro VAC desloca-se a Lisboa e realiza partidas que incluem uma vitória por 4-2 sobre o Casa Pia (o guarda-redes do CPAC faz “a sua pior exibição desta época”<sup>231</sup>), um empate sem golos frente a um “onze” composto por Roquete e outros jogadores oriundos de cinco colectividades da capital, e uma nova derrota imposta ao CPAC, agora em Setúbal (4-0).

Apesar de ter deixado de jogar, Cândido de Oliveira mantinha a sua actividade de dirigente do CPAC. O jornalista esteve na origem da ideia de convidar o Clube Atlético Paulistano, uma conceituada equipa brasileira então a realizar uma digressão pela Europa, a

---

<sup>228</sup> *Os Sports*, 05-02-1925.

<sup>229</sup> *O Atlético*, 07-03-1925 e 28-03-1925.

<sup>230</sup> *O Atlético*, 21-03-1925; *Figueira Desportiva*, 19-03-1925.

<sup>231</sup> *O Atlético*, 11-04-1925.

visitar Lisboa e defrontar um misto português. O ambicioso projecto de Cândido incluía a apresentação de um conjunto com jogadores de Lisboa, Setúbal e Algarve e vários eventos sociais, mas a recusa de SLB e SCP em ceder atletas para a ocasião e a escassa disponibilidade do Paulistano, que teria de chegar a Portugal, jogar e partir no mesmo dia, frustraram a intenção do ex-aluno da CPL. A 28 de Abril, surgiu no Stadium de Lisboa<sup>232</sup>, situado no Lumiar, uma equipa constituída apressadamente que incluía elementos de Casa Pia, Belenenses e Vitória de Setúbal. Os brasileiros submeteram Roquete a “um bombardeio contínuo aos seus postes” e dominaram por completo um jogo no qual triunfaram por 6-0<sup>233</sup>. Vários jornais do Brasil escreveram que o Paulistano tinha derrotado em Lisboa a selecção nacional portuguesa, levando João Pinto de Almeida, correspondente de *Os Sports* em S. Paulo, a publicar num diário daquela cidade um artigo onde desmentiu a afirmação e destacou o escasso valor dos futebolistas lusos presentes no encontro do Stadium, entre eles o jovem António Roquete, o quarto melhor guarda-redes lisboeta, atrás de Francisco Vieira, Ernesto Viegas (Vitória de Setúbal) e Cipriano dos Santos (Sporting). Na opinião de Pinto de Almeida, apesar de possuir “boas aptidões”, Roquete ainda não dispunha dos “conhecimentos técnicos de colocação e de jogo em geral, que o tornem um jogador perfeito”<sup>234</sup>.

O número reduzido de treinos de conjunto, aliado ao facto de, como era ainda comum em 1924/25, o Casa Pia não dispor dos serviços de um treinador de futebol (o capitão-geral era o líder da equipa, responsável pela escolha e orientação dos jogadores), levava a que a preparação dos atletas constituísse sobretudo um esforço individual destes. António Roquete dedicava-se ao seu treino pessoal com um empenho invulgar na época, referindo posteriormente que “Enquanto os meus colegas treinavam uma ou duas vezes por semana, eu fazia mais treinos e visava em cada um deles diversos aspectos” relacionados com a sua posição em campo, como os mergulhos ou as saídas da baliza<sup>235</sup>. O guardião casapiano costumava treinar-se pelo menos uma hora por dia, para admiração de Cândido de Oliveira, segundo o qual Roquete era então o único guarda-redes português “com a noção exacta da necessidade de um treino quase diário” e que não se

---

<sup>232</sup> O Stadium de Lisboa, também conhecido como Estádio do Lumiar, foi construído em 1914 por iniciativa de José Alvalade, um dos fundadores do Sporting, clube que utilizou o recinto até 1917. Propriedade da Câmara de Lisboa, o Stadium tornou-se o palco habitual dos desafios da selecção nacional nas décadas de 20 e 30 do século passado. Em 1937, o SCP readquiriu o Stadium, que, após obras de remodelação sofridas em 1947, passaria a ser designado por Estádio José Alvalade (Serrado, Serra, ob.cit., pp. 139-140 e 264).

<sup>233</sup> *Os Sports*, 29-04-1925 e 04-05-1925.

<sup>234</sup> *Ibidem*, 01-06-1925.

<sup>235</sup> *Futebol*, Setembro de 1966.

limitava ao trabalho na baliza, praticando por iniciativa própria outras modalidades, como ténis, natação ou atletismo<sup>236</sup>. Roquete chegava por volta das seis da manhã ao Campo do Restelo, onde vários alunos da CPL, entre eles o futuro dirigente do CPAC Augusto Poiares<sup>237</sup>, o auxiliavam no treino, que “consistia, quase sempre, em atirar para a baliza, com a mão, uma bola de ténis”, de maneira a melhorar os reflexos do guarda-redes, num exercício acompanhado por corridas no espaço circundante da Casa Pia<sup>238</sup>. O ribatejano ordenava também aos “gansos” que, colocados num ponto acima dele, lhe atirassem um esférico de couro cheio de areia (o que aumentava o peso da bola), com o objectivo de fortalecer as mãos de Roquete quando este o socasse ou segurasse. Arremessar uma bola de ténis contra uma parede, fazendo-a ganhar uma direcção imprevisível, e procurar agarrá-la era outra das técnicas utilizadas pelo futebolista nos treinos<sup>239</sup>, durante os quais beneficiava por vezes da colaboração de jogadores de outros clubes. De acordo com um relato de Carlos Alves, amigo e colega de selecção de Roquete, este pedia “para lhe chutarem à “queima-roupa” e as “brasas” ferviam, apurando cada vez mais o seu golpe de vista e a sua agilidade felina”<sup>240</sup>.

Embora treinasse quase sempre sozinho, Roquete seguia as instruções dos seus mentores Ricardo Ornelas e Cândido de Oliveira, sem os quais “eu certamente nunca teria atingido a notoriedade que alcancei”. Cândido, autor de apontamentos escritos propositadamente para Roquete e que este levava nas suas deslocações para fora de Lisboa, aconselhava o jovem atleta sobre questões relativas à sua preparação física, enquanto Ornelas definia os movimentos específicos dos guarda-redes que o pupilo deveria praticar e aperfeiçoar<sup>241</sup>. A personalidade de Ricardo Ornelas, que ajudou igualmente Roquete a desenvolver as suas capacidades em natação, seria destacada pelo salvaterrense numa entrevista publicada em Julho de 1965 (quando Ornelas ainda estava vivo). António considerou-o “a figura que mais me influenciou no aspecto desportivo e mesmo na minha maneira de ser pessoal”. Além de possuir um conhecimento prático do futebol que complementava a capacidade teórica de Cândido, Ornelas estimulava a força de vontade de Roquete, para quem o futebol era nos anos 20 a “razão de viver”, e levava-o

---

<sup>236</sup> Oliveira, Cândido de, *Football: Técnica e Tática*, Lisboa, edição do autor, 1935, p. 76.

<sup>237</sup> Augusto Nunes Poiares (1914-2009) ingressou na Casa Pia de Lisboa em 1924. Empregado bancário de profissão, integrou várias direcções do CPAC, fundou e dirigiu o jornal *O Casapiano* e dinamizou o programa radiofónico *A Voz do Casa Pia*. Pela sua dedicação ao clube, recebeu em 1967 a Cruz de Ouro.

<sup>238</sup> Poiares, Augusto, *Memórias de um Casapiano*, Lisboa, O Casapiano, 1994, pp. 24-25.

<sup>239</sup> *O Casapiano*, Agosto de 1993.

<sup>240</sup> *Mundo Desportivo*, 31-08-1956.

<sup>241</sup> *O Casapiano*, Agosto de 1993; *Correio da Manhã*, 10-06-1991; *Futebol*, Setembro de 1966.

a ler toda a bibliografia existente sobre desporto<sup>242</sup>. Nas entrevistas posteriores, o futebolista não diferenciou tão claramente a influência nele exercida por Ornelas e Cândido.

Após a conclusão do Curso de Sargentos casapiano, António Roquete “Serviu no Regimento de Infantaria n.º 1, durante um ano, como 2.º Sargento Miliciano”<sup>243</sup>. O quartel do Regimento de Infantaria 1, comandado entre 1924 e 1926 pelo coronel Júlio Augusto Rodrigues de Aguiar Júnior, situava-se então na Calçada da Ajuda, em Lisboa<sup>244</sup>. A actividade desportiva de Roquete não foi prejudicada pela sua nova situação. De facto, talvez devido à ligação estabelecida com a Casa Pia através do Curso de Sargentos, o RI 1 possuía uma tradição de prática desportiva e fora nessa unidade que surgira em 1904 a primeira equipa de futebol composta por membros do Exército português<sup>245</sup>. O serviço militar obrigou Roquete a deixar temporariamente o seu emprego na contabilidade dos Caminhos-de-Ferro, ao qual voltaria em Fevereiro de 1926, já como sargento licenciado do Exército<sup>246</sup>, estatuto no qual poderia integrar, a exemplo de outros futebolistas em actividade, a selecção militar de Lisboa, que disputava jogos com congéneres nacionais e estrangeiras.

Na temporada de 1925, a equipa principal de pólo aquático do Casa Pia era formada pelo guarda-redes Saul Martins, pelos defesas Joaquim Marques e Fernandes Costa, pelo médio Mário da Silva Marques (capitão) e pelos avançados Manuel Veiga, Aníbal Cordeiro e António Roquete<sup>247</sup>. Contudo, o campeonato regional de *water-polo* desse ano, organizado pela delegação de Lisboa da Liga Portuguesa dos Amadores de Natação, ficou marcado por sucessivos percalços, como faltas de comparência aos desafios de vários clubes, entre eles o CPAC, dificuldades para instalar na doca de Alcântara o “rectângulo” no qual decorriam os jogos e cenas de violência verificadas entre atletas ou espectadores<sup>248</sup>. O “sete” do Casa Pia sofreu derrotas contra o Algés e o Pedrouços em partidas nas quais Mário da Silva Marques foi o único casapiano a destacar-se<sup>249</sup>. Silva Marques venceria facilmente a prova regional de 200 metros

---

<sup>242</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965.

<sup>243</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 19.

<sup>244</sup> *O Casapiano*, Julho de 1976; *História do Regimento de Infantaria n.º 1, 1648-1942*, s.l., Imprensa dos Pupilos do Exército, s.d., p. 62.

<sup>245</sup> *História do Regimento de Infantaria n.º 1, 1648-1942*, p. 25.

<sup>246</sup> *O Sport de Lisboa*, 24-11-1926 e 14-12-1926.

<sup>247</sup> Camilo, ob.cit., p. 91.

<sup>248</sup> *Os Sports*, 26-09-1925 e 03-10-1925.

<sup>249</sup> *Ibidem*, 17-08-1925 e 29-08-1925.

bruços (sem a participação de Roquete) de 1925<sup>250</sup>, um ano em que os campeonatos nacionais não se realizaram. Existe, no entanto, registo da presença de Roquete na corrida de 200 m bruços dos Jogos de Preparação Olímpica, quando pareceu estar “destreinado ou indisposto” e foi ultrapassado por outro “ganso”, Joaquim Marques<sup>251</sup>.

A equipa de primeiras categorias do Casa Pia iniciou em 13 de Setembro os treinos de preparação para a época de 1925/26, na qual o modelo do campeonato de Lisboa sofreu uma alteração: a AFL substituiu as duas divisões até aí existentes por uma única Divisão de Honra, integrada por oito clubes. O CPAC começou por se deslocar ao Porto a fim de realizar desafios particulares com Salgueiros e FC Porto. A viagem revelou-se infeliz para os “negros”, batidos respectivamente por 3-0 e 6-1. Os futebolistas casapianos demonstraram na Invicta falta de treino e Roquete cometeu erros de cálculo nas saídas da baliza que contribuíram para os golos do FCP, equipa cuja baliza era defendida pelo húngaro Mihaly Siska, considerado pela imprensa o melhor guarda-redes a actuar em Portugal<sup>252</sup>.

Nos primeiros encontros oficiais da temporada, o CPAC registou sucessivos desaires face a Benfica (3-2), Belenenses (2-1), Sporting (3-0), União Lisboa (1-0) e Vitória de Setúbal (1-0), além de produzir exhibições cuja falta de qualidade levou a crítica a observar que “não é o Casa Pia dos anos anteriores”, como se revelava no aparente declínio de Pinho<sup>253</sup>. Contudo, Ricardo Ornelas via na baliza casapiana um Roquete em clara subida de nível, descrevendo o esforço do ribatejano com as expressões “magnífica tarde”, “brilhante”, “trabalho notável” e “magnífica condição”, entre outros elogios<sup>254</sup>. O Casa Pia acabaria por regressar às vitórias ao derrotar o Império e o Carcavelinhos, ambos por 2-1, e encerrar a primeira volta do campeonato em sétimo e penúltimo lugar, com 11 pontos (na competição em *poule* da AFL, vitória, empate e derrota valiam respectivamente 3, 2 e 1 pontos). Na tarde de 13 de Dezembro de 1925, cerca de 15 mil pessoas assistiram ao primeiro desafio realizado no Estádio das Amoreiras, erguido pelo Benfica, que finalmente passava a dispor de um recinto fixo. O Casa Pia, adversário das “águias” na jornada inaugural da segunda volta, surpreendeu ao bater a equipa da casa por 3-1. Auxiliado pela defesa direito Pinho e pela defesa esquerdo Gomes dos Santos, Roquete “defendeu

---

<sup>250</sup> *O Sport de Lisboa*, 23-09-1925; *Os Sports*, 23-09-1925.

<sup>251</sup> *O Sport de Lisboa*, 08-07-1925.

<sup>252</sup> *Os Sports*, 07-10-1925.

<sup>253</sup> *Ibidem*, 21-11-1925 e 23-11-1925.

<sup>254</sup> *O Sport de Lisboa*, 11-11-1925, 21-11-1925 e 25-11-1925.

colossalmente” e “contribuiu com o maior quinhão para o triunfo”<sup>255</sup>. Em Janeiro de 1926, num Casa Pia-Belenenses (1-4), Roquete recebeu ordem de expulsão por responder a uma agressão do belenense Rodolfo. O médio José António de Almeida ficou responsável pela baliza casapiana e sofreu dois golos durante a meia hora final, quando nove “gansos” defrontavam dez “azuis” (Rodolfo e Gomes, extremo esquerdo do CPAC, também foram expulsos após os confrontos). Roquete seria punido pela AFL com três desafios de suspensão, enquanto Rodolfo foi afastado por duas partidas e Gomes deveria ficar seis meses sem jogar<sup>256</sup>. No entanto, a direcção da associação lisboeta amnistiou na reunião de 26 de Janeiro de 1926 todos os jogadores castigados<sup>257</sup>.

Como vimos, Ricardo Ornelas elogiava frequentemente António Roquete na imprensa, escrevendo em Fevereiro de 1926, após um empate (2-2) entre o Casa Pia e o Sporting: “Roquete – um rapaz de 19 anos apenas – pode ser considerado uma esperança do nosso futebol. Tem muita vontade, treina, prepara-se como poucos e é, além disso – um atleta. A sua melhoria de forma do ano passado para este faz crer que tem o estofado de grande jogador e que pode progredir ainda. Não deve portanto deixar de trabalhar. À sua preparação atlética deve juntar o estudo da técnica do lugar. Não dê ouvidos se não a quem o possa aconselhar bem – e terá futuro”<sup>258</sup>. Ornelas aludiria a si próprio como orientador de Roquete, cujo trabalho frente aos “leões” também foi salientado por outro jornalista, Alberto Freitas, de acordo com o qual o salvaterrense esteve “Seguro no bloco, rápido nas saídas e com boa colocação”<sup>259</sup>.

As críticas positivas eram acompanhadas por uma maior atenção ao casapiano por parte dos responsáveis pelas selecções de Lisboa e Portugal, numa altura em que Francisco Vieira se encontrava doente e fora de forma. O Conselho Técnico da AFL escolheu o sportinguista Cipriano para guarda-redes do misto lisboeta, com Roquete como suplente, enquanto o seleccionador nacional, Ribeiro dos Reis, apesar de inicialmente acreditar numa recuperação de “Chiquinho”<sup>260</sup>, acabou por colocar Cipriano na baliza em 24 de Janeiro de 1926, quando o Campo do Ameal acolheu o Portugal-Checoslováquia (1-1), na primeira ocasião em que a selecção lusa jogou no Porto. Cipriano decepcionaria nas derrotas da selecção de Lisboa frente às

---

<sup>255</sup> *Os Sports*, 14-12-1925.

<sup>256</sup> *O Sport de Lisboa*, 13-01-1926 e 16-01-1926; *Os Sports*, 11-01-1926.

<sup>257</sup> *Os Sports*, 27-01-1926.

<sup>258</sup> *O Sport de Lisboa*, 24-02-1926.

<sup>259</sup> *Os Sports*, 22-02-1926.

<sup>260</sup> *Ibidem*, 23-01-1926.

suas congéneres de Praga (1-4) e Porto (1-2). No retomar do campeonato regional, o Casa Pia venceu o União Lisboa (1-0) e Roquete foi considerado pela crítica o jogador casapiano mais valioso, após fazer na recepção aos unionistas “uma bela defesa que só por si bastaria para o classificar prontamente como o nosso melhor guarda-redes”<sup>261</sup>. A evolução da temporada tornou, assim, natural a convocatória de Roquete para os trabalhos da selecção nacional, que realizou dois treinos com a equipa do Belenenses. O ribatejano passou pelas balizas dos dois conjuntos e provocou dúvidas em Ribeiro dos Reis, para quem, entre Roquete, Cipriano e Francisco Vieira, seria aquele que estivesse em melhor forma a defrontar a França no encontro marcado para 18 de Abril em Toulouse<sup>262</sup>.

Nas três últimas jornadas do campeonato lisboeta de 1925/26, o CPAC bateu o Vitória de Setúbal (1-0) e o Império (1-2) e foi goleado no Restelo por 1-6 pelo Carcavelinhos, numa “tarde infeliz” de Roquete<sup>263</sup>. Os 27 pontos, correspondentes a 6 vitórias, 1 empate e 7 derrotas, somados pelos “negros” em 14 partidas valeram ao Casa Pia o sexto lugar, com menos 7 pontos que a equipa campeã, o Belenenses. A sexta posição obtida pelo clube na competição de primeiras categorias, aliada ao penúltimo lugar da equipa de segundas categorias dos “gansos” e ao último posto nas provas de 3.<sup>a</sup> e 4.<sup>a</sup> categorias, assinalavam que o fôlego inicial do Casa Pia estava a perder-se<sup>264</sup>.

Na qualidade de sargento de infantaria, Roquete foi convocado para a selecção militar de futebol de Lisboa, dirigida pelo capitão José da Cruz Viegas. Além deste, os tenentes-coronéis Carlos Matias de Castro, Álvaro Poppe<sup>265</sup> e Carlos Cardoso dos Santos acompanhariam os futebolistas a Madrid, cidade que receberia em 11 de Abril o quinto jogo realizado desde 1921 entre as formações representativas das guarnições militares das capitais espanhola e portuguesa<sup>266</sup>. O evento contou com a presença da família real de Espanha e do ministro

---

<sup>261</sup> *O Sport de Lisboa*, 06-03-1926.

<sup>262</sup> *Os Sports*, 08-03-1926.

<sup>263</sup> *Ibidem*, 31-03-1926.

<sup>264</sup> *Ibidem*, 05-04-1926.

<sup>265</sup> Álvaro Poppe (1879-1972) atingiu os postos de capitão (1911), major (1917) e tenente-coronel (1919). Eleito deputado em 1911 e 1915, fez parte do Partido Democrático e comandou na I Guerra Mundial um grupo de esquadrões de cavalaria enviado para França. Lutou contra o sidonismo (1918) e a Monarquia do Norte (1919), além de participar no golpe falhado de 7 de Fevereiro de 1927 contra a Ditadura Militar, depois do qual se exilou em Espanha e França até 1940.

<sup>266</sup> *Os Sports*, 24-03-1926.

português no país vizinho, João Carlos de Melo Barreto<sup>267</sup>, que viram um desafio no qual, apesar do “onze” seleccionado por Cruz Viegas incluir alguns dos melhores jogadores do campeonato da AFL, como Roquete, Jorge Vieira e Augusto Silva, os madrilenos saíram vitoriosos por 4-2. João Francisco e Domingos Gonçalves marcaram os golos dos visitantes no dia em que o público de Madrid aplaudiu várias defesas de Roquete, numa “estrela magnífica em jogos no estrangeiro”, de acordo com Ribeiro dos Reis. Após o apito final, o rei Afonso XIII cumprimentou os futebolistas, seguindo-se um banquete oferecido pela federação espanhola<sup>268</sup>. A exibição de Roquete, considerado o melhor português em campo, motivou a publicação de retratos do guarda-redes nas primeiras páginas dos jornais desportivos de Lisboa<sup>269</sup>.

Ribeiro dos Reis e os cinco elementos do conjunto vencido que também tinham sido convocados para o França-Portugal juntaram-se em Medina del Campo aos restantes jogadores da selecção nacional, vindos de Lisboa, e seguiram para Toulouse, cidade à qual a comitiva lusa chegou em 14 de Abril. Nos dias que precederam o encontro no Stade Toulousain, os lusos deveriam adaptar-se a jogar em campos relvados (raros em Portugal), mas o mau estado do terreno disponibilizado para os treinos, com “altos e baixos” e propício a lesões, levou o seleccionador a conduzir apenas alguns exercícios. A existência de uma piscina em Toulouse permitiria a Roquete (um dos poucos membros da comitiva conhecedores da língua francesa), “que, como se sabe, é um bom nadador de bruços”, exhibir “os seus recursos” em natação, nas palavras de Ribeiro dos Reis<sup>270</sup>.

Vestidos com camisola vermelha e calção azul, os jogadores da selecção portuguesa entraram em campo perante cerca de 10 mil espectadores. Roquete, Pinho, Jorge Vieira (capitão da equipa), Raul Figueiredo (conhecido por “Tamanqueiro”), Augusto Silva, César de Matos, José Ramos, João dos Santos, Jorge Tavares, Delfim e Fonseca sofreram devido à relva alta do terreno de jogo e à maior força e energia dos futebolistas franceses, que aproveitaram a actuação desastrosa de Pinho e Vieira para criarem sucessivas oportunidades de golo e atingirem o 2-0 aos

---

<sup>267</sup> João Carlos de Melo Barreto (1873-1935) escreveu para numerosos periódicos, destacando-se no jornal *Novidades*, que dirigiu, além de criar e traduzir várias peças teatrais. Deputado regenerador desde 1904, tornou-se director-geral do Congresso na I República. Representou o país em organizações inter-aliadas durante a I Guerra Mundial e foi ministro dos Negócios Estrangeiros de vários governos entre 1919 e 1921. Nomeado em 1922 ministro de Portugal em Madrid, seria promovido em Junho de 1926 à categoria de embaixador.

<sup>268</sup> *Os Sports*, 12-04-1926 e 14-04-1926.

<sup>269</sup> *O Sport de Lisboa*, 17-04-1926; *Os Sports*, 12-04-1926.

<sup>270</sup> *Os Sports*, 21-04-1926.

40 minutos, com Augusto Silva a reduzir ainda antes do intervalo. Na segunda parte, a França marcou por mais duas vezes e João dos Santos estabeleceu aos 86' o 4-2 final. Apesar de, nos seis jogos disputados antes da viagem a Toulouse, o misto da UPF não ter ido além de uma vitória, um empate e quatro derrotas, o novo fracasso decepcionou a crítica portuguesa, dado o valor “mediocre” atribuído então aos gauleses. Ribeiro dos Reis, na dupla função de jornalista e seleccionador, considerou que “Enquanto não tivermos terrenos de erva havemos sempre de lutar com desvantagem” perante formações estrangeiras. Na avaliação da prestação dos jogadores nacionais, para lá dos erros dos defesas, da “má colocação dos médios laterais” e dos escassos remates produzidos pelos avançados, Reis destacou pela positiva Augusto Silva e, acima de todos, Roquete. Apesar de ter escorregado na jogada do primeiro tento francês e mostrado uma ligeira hesitação na saída dos postes que facilitou o quarto golo sofrido, o casapiano fora o melhor português em campo e “ninguém lhe pode de justiça atribuir o nosso fracasso”<sup>271</sup>. Após a viagem de regresso, os jogadores portugueses desembarcaram a 21 de Abril na estação ferroviária lisboeta do Rossio, onde poucas pessoas os receberam<sup>272</sup>. Para explicar a derrota de Toulouse, Roquete também mencionou as dificuldades resultantes da falta de experiência em terrenos relvados: “É que o chute na relva toma uma velocidade!...”<sup>273</sup>.

Em 25 de Abril, o Casa Pia deslocou-se a Évora para jogar com o Lusitano Ginásio Clube, numa partida vencida facilmente (4-0) pelos “gansos”. Na segunda parte, após acordo entre os respectivos capitães, as equipas trocaram de guarda-redes, com Roquete a passar a defender a baliza do Lusitano, a pedido de alguns dirigentes do clube eborense, desejosos de observar as qualidades do “grande Internacional”<sup>274</sup>. O episódio serve como prova do prestígio e notoriedade de que António Roquete já gozava e do destaque que começava a assumir dentro da equipa casapiana. Já no final de Junho de 1926, o CPAC empatou com o União Lisboa num dos jogos que assinalaram a inauguração do Campo da Tapadinha, pertencente ao Carcavelinhos. Armando Elias estreou-se então na baliza dos *all-blacks* devido à não comparência de Roquete, cuja ausência injustificada em Alcântara levou a que fosse repreendido pela direcção do clube<sup>275</sup>.

---

<sup>271</sup> *O Sport de Lisboa*, 21-04-1926; *Os Sports*, 19-04-1926 e 21-04-1926.

<sup>272</sup> *O Sport de Lisboa*, 21-04-1926; *Os Sports*, 24-04-1926.

<sup>273</sup> Ornelas, Ricardo, *Números e Nomes do Futebol Português*, Lisboa, Diário Popular, 1949, p. 17.

<sup>274</sup> *O Sport de Lisboa*, 08-05-1926; *Os Sports*, 01-05-1926.

<sup>275</sup> Camilo, ob.cit., p. 93.

Apesar de já licenciado do Exército, Roquete participava em jogos de futebol como o segundo Lisboa-Setúbal militar (as duas guarnições tinham-se defrontado em 1925, com vitória sadina), um encontro verificado no Campo da Palhavã a 8 de Maio cuja receita de bilheteira foi destinada à Liga dos Combatentes da Grande Guerra. Lisboetas e sadinos empataram a duas bolas perante o Presidente da República, Bernardino Machado, e o chefe do Governo, António Maria da Silva<sup>276</sup>. Poucas semanas depois, ambos seriam derrubados pelo golpe de 28 de Maio, que pôs fim à I República e instaurou a Ditadura Militar. O futebol pareceu não ser perturbado pela mudança política, já que, tal como previsto, realizou-se na capital portuguesa em 13 de Junho o jogo Lisboa-Madrid civil. Cipriano foi o guarda-redes do misto lisboeta vencedor dos madrilenos por 2-0, uma vez que “deveres militares” impediram à última hora a actuação de Roquete<sup>277</sup>. O guardião casapiano integrava então a equipa de futebol do Regimento de Infantaria 1, participante no campeonato militar organizado pelo Conselho Superior de Educação Física do Exército e disputado por unidades de Lisboa nos meses de Maio e Junho de 1926. Ao contrário do que seria expectável, Roquete cometeu durante a prova numerosos erros, que contribuíram para as derrotas de Infantaria 1 frente a adversários como Sapadores Mineiros (um dos jogadores destes foi pontapeado por Roquete), Sapadores de Caminhos-de-Ferro e Parque Automóvel Militar e o consequente afastamento da final<sup>278</sup>.

As comemorações do aniversário da CPL e do CPAC, em 3 de Julho, incluíram uma cerimónia na sede do clube, então situada na Travessa da Condessa do Rio, n.º 27, durante a qual Cândido de Oliveira, auxiliado por Pinho e Ornelas, presidiu ao descerramento na Sala de Honra dos retratos de António Gomes Marques, presidente da direcção cessante do Casa Pia, e António Fernandes Roquete, distinguido pela sua recente internacionalização. Cândido fez um discurso de elogio aos homenageados, seguido do agradecimento de Gomes Marques, presente no evento, ao contrário de Roquete, que já se ausentara inesperadamente poucos dias antes, aquando da inauguração da Tapadinha. A imprensa não esclarece os motivos do invulgar afastamento do ribatejano do acto em homenagem deste, pelo que podemos apenas sugerir hipóteses como os

---

<sup>276</sup> *Os Sports*, 10-05-1926.

<sup>277</sup> *Ibidem*, 14-06-1926.

<sup>278</sup> *Ibidem*, 29-05-1926 e 07-06-1926.

“deveres militares” já referidos ou o eventual descontentamento sentido por Roquete em relação aos dirigentes do CPAC<sup>279</sup>.

O Verão trouxe como habitualmente o início da temporada de natação e pólo aquático, embora o Casa Pia não tenha participado em 1926 no campeonato de *water-polo* da LPAN, alegadamente devido a uma falha de Mário da Silva Marques, responsável pela inscrição. O atleta olímpico deixou então o clube e passou a representar o Sporting. A partida de Silva Marques, encarada como uma traição pelo CPAC, cuja direcção retirou a fotografia do sócio fundador da Sala de Honra, conferiu maior destaque a António Roquete no âmbito da natação casapiana<sup>280</sup>. Numa altura em que se aproximavam os campeonatos regionais de Lisboa, Ricardo Ornelas apostou na preparação de Roquete, a quem aconselhou sobre como aperfeiçoar-se no estilo bruços (“se eu me habituassem a pôr as mãos de certo modo e fizesse a respiração doutro jeito os resultados seriam bem melhores”<sup>281</sup>). Roquete começou por participar nos treinos de selecção para o Portugal-Espanha, um conjunto de provas disputadas na doca de Belém, a 7 de Agosto, por nadadores dos dois países. António de Brito Júnior, Joaquim Marques e António Roquete ficaram apurados para a corrida de 200 metros bruços, onde competiram com o espanhol José Francesch, que garantiu o primeiro lugar. Na disputa pela segunda posição, Roquete concluiu o percurso em 3 minutos, 24 segundos e 1/5, contra os “3 m. 23 s. 4/5” de Brito Júnior, enquanto Joaquim Marques ficou-se pelo quarto lugar. O domínio dos atletas do país vizinho, melhor treinados que os portugueses, expressou-se nas vitórias espanholas em todas as provas individuais, na estafeta de 4x200 metros livres e no jogo de pólo aquático realizado em Belém<sup>282</sup>.

Os regionais de natação realizaram-se em Alcântara, com reduzida assistência e sem a presença de representantes de Sport Algés e Dafundo, Clube Nacional de Natação, Clube Sportivo de Pedrouços e Clube Internacional de Futebol, que se encontravam em conflito com a LPAN e viriam a fundar outra associação. A categoria de 200 metros bruços teve como concorrentes Roquete, Mário da Silva Marques e o benfiquista Manuel da Luz Lopes. Os nadadores do SCP e do CPAC estiveram próximos durante a primeira metade da prova, mas Silva Marques não conseguiria acompanhar o esforço final de Roquete, cuja vitória e

---

<sup>279</sup> *O Sport de Lisboa*, 03-07-1926; *Os Sports*, 09-07-1926.

<sup>280</sup> Camilo, ob.cit., pp. 95-96.

<sup>281</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965.

<sup>282</sup> *O Sport de Lisboa*, 12-08-1926; *Os Sports*, 09-08-1926.

consequente título de campeão lisboeta, premiado com a Taça Álvaro de Lacerda, possuiu um significado especial quer para o ribatejano quer para o Casa Pia, devido à polémica que envolvera a saída de Marques<sup>283</sup>. Ricardo Ornelas terá exultado com o sucesso de Roquete e levado o discípulo a comer no restaurante *Roque Banheiro*, em Pedrouços<sup>284</sup>. Na segunda jornada dos campeonatos da LPAN, Mário da Silva Marques sofreria nova derrota frente a um nadador do Casa Pia, o jovem Gustavo Teixeira, mais veloz nos 100 metros costas. Nas suas respectivas especialidades, António Roquete, Gustavo Teixeira, Luís de Lorena (*crawl*) e Francisco Luís de Almeida (*trudgen*) constituíram a equipa casapiana na estafeta de 4x50 metros estilos e, apesar da boa prestação de Roquete, não conseguiram superar o Sporting de Silva Marques<sup>285</sup>.

Quanto aos campeonatos nacionais de natação, marcados para a Ria de Aveiro, sofreram vários adiamentos, um deles a pedido do CPAC, que precisava de utilizar Roquete e Gustavo numa partida de futebol programada para o mesmo domingo<sup>286</sup>, até terem lugar a 10 de Outubro. António de Brito Júnior triunfou nos 200 metros bruços, seguido pelo belenense João da Silva Marques (irmão de Mário, que passara entretanto a representar o CFB), por Roquete e pelo aveirense Carlos Duarte<sup>287</sup>. No entanto, a LPAN viria a anular a corrida devido a uma alegada irregularidade de Brito Júnior, o que originou o corte de relações entre a delegação da Liga no Porto e os dirigentes nacionais. Verificar-se-ia então uma situação insólita, já que a LPAN organizou, quase em segredo, na doca de Alcântara uma nova prova de 200 metros bruços, à qual compareceu apenas João da Silva Marques, proclamado campeão português da distância<sup>288</sup>.

Entre 1924 e 1926, António Roquete obteve triunfos desportivos como a titularidade no Casa Pia, a presença em equipas representativas de Lisboa, a sua primeira internacionalização quer em futebol quer em natação ou o título regional de 200 metros bruços. Os seus feitos foram noticiados e descritos na imprensa, cujas apreciações críticas às prestações do casapiano ganharam progressivamente um conteúdo cada vez mais elogioso. No final da temporada futebolística de 1925/26, Roquete era já valorizado como um dos melhores guarda-redes portugueses nas crónicas e fotografias dos periódicos. Além do mediatismo, a notoriedade do

---

<sup>283</sup> *Os Sports*, 16-08-1926.

<sup>284</sup> *O Casapiano*, Agosto de 1993.

<sup>285</sup> *Os Sports*, 23-08-1926 e 27-08-1926.

<sup>286</sup> *Ibidem*, 27-09-1926.

<sup>287</sup> *Ibidem*, 11-10-1926.

<sup>288</sup> *Ibidem*, 25-10-1926 e 08-11-1926.

atleta beneficiou da afluência de um número crescente de espectadores aos recintos desportivos de Lisboa, Porto e outras cidades nos quais o Casa Pia e os mistos formados em diferentes ocasiões se exibiam. Muitos apreciadores do futebol, mesmo sem simpatia pelo CPAC, viam num jogador talentoso como Roquete um potencial ídolo, numa altura em que a modalidade produzia os seus primeiros “heróis” em Portugal. O próprio António terá compreendido que ganhara um novo estatuto social e ponderado a possibilidade de utilizar o futebol para melhorar a sua modesta situação económica.

### 2.2.2. A consagração

Disposto a recuperar o sucesso desportivo vivido pouco depois da sua fundação e introduzindo na equipa principal novos jogadores como o defesa Heitor e o médio Gustavo Teixeira, o Casa Pia Atlético Clube iniciou 1926/27 com um jogo particular frente ao Benfica. O encontro fez parte do “Dia do Faial”, promovido pela AFL, por sugestão do CPAC, a 26 de Setembro e no qual se realizaram várias partidas cujas receitas reverteram para as vítimas do recente terramoto na ilha do Faial. O SLB derrotou os *all-blacks* por 3-1 num desafio em que Roquete cometeu falhas graves e mostrou falta de treino, “o que se explica por ter estado de cama, doente”<sup>289</sup>. Para o salvaterrense, seguir-se-ia a prova de 200 metros bruços dos campeonatos nacionais de natação, antes da primeira jornada do regional lisboeta de futebol, programada para 17 de Outubro e em que o Sporting receberia o Casa Pia. Contudo, os dirigentes casapianos teriam que recorrer, à última hora, a Clemente Guerra, quase inactivo há dois anos, para defender a baliza dos “negros” (derrotados pelos “leões” por 3-0), devido a uma circunstância inesperada. No dia anterior, Roquete partira para a Madeira no navio *Alondra*, sem avisar o CPAC e com o objectivo de passar a jogar futebol numa colectividade do Funchal, o União Futebol Clube, correntemente designado por União da Madeira.

Como funcionário da contabilidade da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, António Fernandes Roquete ganhava em 1926 entre 400 e 450 escudos por mês<sup>290</sup>, verba insuficiente para as suas necessidades. A direcção do CPAC costumava fornecer apoios a atletas

---

<sup>289</sup> *Ibidem*, 27-09-1926.

<sup>290</sup> *O Sport de Lisboa*, 14-12-1926.

do clube com dificuldades financeiras, atribuindo nesse ano a Roquete uma pensão provisória de 240 escudos mensais e prometendo obter um novo emprego para o ex-aluno da CPL, o que não chegaria a acontecer<sup>291</sup>. O guarda-redes tinha já encarado no início de 1926 a possibilidade de mudar de clube e contactado um emblema madeirense, o Clube Desportivo Nacional, mas interrompeu as negociações quando se tornou provável a sua convocatória para a selecção portuguesa. Pouco depois, conheceu em Infantaria 1 o 1.º sargento José Crispiniano de Freitas, natural da Madeira, que serviu de intermediário entre Roquete e o União, clube que revelaria mais tarde ter recebido uma proposta do salvaterrense para defender as redes unionistas em troca de um subsídio de 500 escudos e da sua transferência para o Regimento de Infantaria 27, aquartelado na ilha atlântica. As condições foram aceites pelo emblema funchalense, mas o Casa Pia “segurou” Roquete ao garantir a passagem deste à situação de licenciado e atribuir-lhe a pensão atrás referida. Mesmo assim, Roquete manteve-se em contacto com Mário de Macedo, representante em Lisboa do UFC, e aceitou partir para a Madeira depois de Augusto Elmano Vieira<sup>292</sup>, ex-presidente do União, oferecer ao casapiano um emprego no seu escritório de advocacia no Funchal, remunerado com 900 escudos mensais, através de um contrato datado de 6 de Outubro de 1926. A 16 de Outubro, António demitiu-se do cargo que ocupava nos Caminhos-de-Ferro e embarcou no *Alondra*, chegando dois dias mais tarde ao Funchal, onde o atleta hospedou-se numa pensão e apresentou-se a Elmano Vieira<sup>293</sup>.

O futebol madeirense encontrava-se então numa fase de pleno desenvolvimento, culminada pelo feito recente da principal equipa da ilha, o Clube Sport Marítimo, vencedor do Campeonato de Portugal de 1925/26. A vinda de um “magnífico jogador” como Roquete “encheu de entusiasmo os sócios e admiradores” do União, que viam no ex-aluno da CPL um reforço potencialmente decisivo para a obtenção de vitórias sobre o rival Marítimo<sup>294</sup>. Na mesma altura, falava-se na imprensa do interesse de clubes continentais por vários desportistas madeirenses<sup>295</sup>. Um representante do Império Lisboa Clube, o ex-futebolista madeirense Vasco Figueira, deslocou-se ao Funchal para contratar jogadores, mas os meios desportivos insulares

---

<sup>291</sup> Camilo, ob.cit., pp. 96-97.

<sup>292</sup> Augusto Elmano Vieira (1892-1962), advogado, escreveu obras teatrais e colaborou com vários periódicos da Madeira e do Continente. Foi vice-presidente e presidente interino da Câmara Municipal do Funchal (1925-1927). No desporto, liderou a Associação de Futebol do Funchal e o UFC, posteriormente Clube de Futebol União.

<sup>293</sup> *O Sport de Lisboa*, 24-11-1926 e 14-12-1926.

<sup>294</sup> *Diário de Notícias da Madeira*, 19-10-1926; *Sport do Funchal*, 20-10-1926.

<sup>295</sup> *Os Sports*, 10-09-1926.

dirigiram a Figueira insultos como “engajador” e “desprezível traidor” e impediram as eventuais transferências<sup>296</sup>.

Já integrado no seu novo clube, Roquete afirmou então numa entrevista que “Há tempos que me sentia aborrecido no continente. O meu desejo era viajar, mudar de ares e como sempre ouvi dizer coisas bonitas da Madeira, eis a razão por que cá estou”<sup>297</sup>. Um comunicado da Associação de Futebol do Funchal registou a inscrição de António Fernandes Roquete pelo União, onde substituiria João Mota na baliza, de modo a disputar o “Bronze Associação”, um troféu oferecido pelo organismo regional<sup>298</sup>. A presença do internacional português causou sensação na ilha e fez com que se reunissem “à porta do União, no dia do primeiro treino, um considerável número de miúdos. Roquete, enervado com o sucesso, recusava-se a sair, o que sempre fez, depois de muito instado”. Apesar da expectativa, a prestação de Roquete no treino realizado no Campo de S. Martinho desapontou os adeptos unionistas e levou um jornal local a considerar exagerada a fama das qualidades do guarda-linha, “dando como maravilhoso – o que não passa de bom”<sup>299</sup>.

Em 22 de Outubro, apenas quatro dias depois de aportar ao Funchal, Roquete surpreendeu Elmano Vieira e os dirigentes do União ao pedir autorização para ir a Lisboa, alegando saudades da sua mãe, que pretendia trazer para a Madeira. Apesar de incrédulos, os responsáveis do UFC anuíram, depois do “sargento licenciado do Exército” assinar um documento no qual se comprometia a regressar à Madeira no prazo de dez dias e pôr como garantias a sua “honra pessoal” e “dignidade militar”. No dia seguinte, Roquete pediu ao presidente do clube, Aires Filipe de Freitas, e a outros dirigentes dinheiro para custear despesas como a viagem de regresso ao Continente e o posterior transporte de Judite Fernandes para a ilha atlântica, antes de embarcar no vapor *Lima* rumo a Lisboa, numa deslocação indicada no Funchal como temporária<sup>300</sup>. Após o regresso de Roquete à capital, o futuro do jovem atleta parecia incerto. O jornal *Os Sports*, então dirigido por Cândido de Oliveira, escreveu que, entre a ida definitiva para o União da Madeira e um eventual retorno ao Casa Pia, o destino de Roquete “é

---

<sup>296</sup> *O Sport de Lisboa*, 04-11-1926; *Sport do Funchal*, 10-11-1926.

<sup>297</sup> *Diário de Notícias da Madeira*, 22-10-1926.

<sup>298</sup> *Ibidem*, 21-10-1926.

<sup>299</sup> *Sport do Funchal*, 27-10-1926.

<sup>300</sup> *Diário de Notícias da Madeira*, 24-10-1926; *O Sport de Lisboa*, 14-12-1926; *Sport do Funchal*, 27-10-1926.

mistério... Para nós – e talvez até mesmo para ele...”<sup>301</sup> Silvestre Rosmaninho, secretário do CPAC, afirmou à imprensa que “à direcção do meu clube em nada interessa, como calcula, o regresso desse jogador, a não ser que motivos importantes destruam a impressão de mágoa que dele conservamos”<sup>302</sup>. Entretanto, Armando Elias desempenhou a função de guarda-redes dos “gansos” num jogo com o Carcavelinhos (3-3).

A direcção do Casa Pia analisou na reunião plenária de 28 de Outubro a situação criada pelo afastamento de António Roquete, cuja atitude foi descrita como “gravíssima” numa carta escrita por Raul Vieira, de regresso à presidência do clube. Roquete apresentou, como era pretendido por Vieira, um pedido de desculpas, que os dirigentes consideraram suficiente para reintegrá-lo na equipa principal do CPAC<sup>303</sup>. No desafio com o Vitória de Setúbal (derrota casapiana por 1-0) de 31 de Outubro, Roquete reapareceu como guarda-redes do Casa Pia, que não prestou esclarecimentos, durante algumas semanas, acerca da polémica designada na imprensa por “caso António Roquete”<sup>304</sup>.

O regresso ao Restelo daquele que fora apresentado publicamente como novo guarda-redes do UFC enfureceu a imprensa do Funchal, que pegou nas afirmações de Roquete ao aludir à “cura de ares” na Madeira durante a qual o futebolista deixara “arejados os pulmões até o forro das algibeiras”<sup>305</sup>. Elmano Vieira enviou uma carta a Roquete, publicada em vários jornais, onde comunicou a nulidade do contrato estabelecido entre os dois em 6 de Outubro, devido à não comparência do casapiano no seu escritório e à “manifesta incapacidade moral” de António, contra quem instaurara no tribunal do Funchal um processo por burla<sup>306</sup>. Por sua vez, Silvestre Rosmaninho, em nome da direcção do CPAC, divulgou um texto no qual acusou Elmano Vieira de se ter aproveitado da inexperiência de Roquete para lhe oferecer um emprego fictício, com vista a transformar o jogador “de amador em profissional disfarçado”, situação que tinha levado o desiludido casapiano a abandonar a Madeira o mais cedo possível, depois de ser obrigado a assinar “um papel qualquer”<sup>307</sup>. Pouco depois, em duas cartas de 27 de Novembro enviadas à imprensa de Lisboa, Elmano Vieira e Vasco Honório Gonçalves de Andrade, secretário do União

---

<sup>301</sup> *Os Sports*, 29-10-1926.

<sup>302</sup> *O Sport de Lisboa*, 28-10-1926.

<sup>303</sup> Camilo, ob.cit., p. 96.

<sup>304</sup> *O Sport de Lisboa*, 04-11-1926 e 10-11-1926.

<sup>305</sup> *Sport do Funchal*, 10-11-1926.

<sup>306</sup> *O Sport de Lisboa*, 17-11-1926.

<sup>307</sup> *Ibidem*, 24-11-1926.

da Madeira, responderam à mensagem de Rosmaninho e acusaram Roquete, um “criminoso comum”, de burla pelo dinheiro que pediu aos dirigentes do UFC (3000 escudos segundo estes, 1800\$00 de acordo com a direcção do CPAC) e recebeu sem pretender honrar os compromissos assumidos<sup>308</sup>. Em Janeiro de 1927, previa-se para breve a comparência de Roquete no tribunal funchalense, onde seria julgado o processo movido por Elmano Vieira<sup>309</sup>. Não existem, contudo, referências na imprensa à eventual realização do julgamento durante o primeiro semestre de 1927. No Carnaval desse ano, a revista *Eco dos Sports* publicou uma fotomontagem apresentando Roquete como toureiro, acompanhada da legenda “O famoso espada António Roquete que está contratado para uma boa série de “corridas” no Funchal... quando cair na asneira de lá pôr os pés...”<sup>310</sup>

Membro das comissões distrital e municipal do Partido Democrático no Funchal<sup>311</sup>, Augusto Elmano Vieira seria, cinco anos mais tarde, um dos apoiantes da revolta contra a Ditadura Militar que eclodiu na ilha em 4 de Abril de 1931 (a rebelião manter-se-ia até 1 de Maio, data da rendição às tropas governamentais) e defenderia o movimento em vários artigos escritos para o jornal *Notícias da Madeira*. Durante o levantamento, os revoltosos afastaram do cargo de presidente da comissão administrativa da Câmara do Funchal o político Juvenal António da Silva Carvalho, que Roquete conheceria em Moçambique na década de 50<sup>312</sup>. Quanto a Elmano Vieira, integraria em 1945 a comissão administrativa do União da Madeira, cuja composição foi submetida, de acordo com a lei, a aprovação estatal<sup>313</sup>.

A polémica que envolveu António Roquete no último trimestre de 1926 tem de ser enquadrada no debate amadorismo/profissionalismo que marcou o futebol português durante as décadas de 20 e 30 do século passado. O desenvolvimento da modalidade e as verbas geradas pela venda de bilhetes levavam os clubes a disputarem os serviços dos melhores jogadores. No entanto, a legislação da UPF proibia o profissionalismo e impedia que qualquer atleta fosse pago para jogar futebol, excepto através da indemnização dos futebolistas pelos salários perdidos

---

<sup>308</sup> *Ibidem*, 24-11-1926 e 14-12-1926; *Os Sports*, 13-12-1926.

<sup>309</sup> *Correio Desportivo*, 10-01-1927.

<sup>310</sup> Camilo, *ob.cit.*, p. 171; *Eco dos Sports*, 27-02-1927.

<sup>311</sup> *Diário de Notícias da Madeira*, 01-04-1927.

<sup>312</sup> Brazão, Maria Elisa de França, Abreu, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira – 1931*, 2.<sup>a</sup> edição, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2008, pp. 167, 214 e 333; Soares, João, org., *A Revolta da Madeira – Documentos*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1979, pp. 128-134.

<sup>313</sup> *Diário do Governo*, II Série, 16-06-1945.

devido à ausência das respectivas profissões durante os treinos e desafios (o chamado *manque à gagner*). As colectividades contornavam, porém, as regras pagando de forma oculta aos jogadores ou utilizando os seus contactos em empresas ou serviços públicos de modo a obterem empregos para os desportistas que pretendiam recrutar, num sistema descrito como “profissionalismo encapotado”. O caso de Roquete é um exemplo deste processo, já que, para jogar no UFC, o casapiano exigiu aos dirigentes do clube que lhe fornecessem uma colocação profissional bem remunerada, garantida a pedido daqueles por Elmano Vieira. Silvestre Rosmaninho acusou Elmano Vieira de ter admitido perante Roquete que o emprego deste no escritório seria uma mera fachada para encobrir a ligação financeira do *keeper* ao União<sup>314</sup>, acusação que revela uma prática então comum nos clubes portugueses. Ao ser entrevistado muitos anos depois de deixar de jogar, quando o profissionalismo já se encontrava legalizado e implementado em Portugal<sup>315</sup>, Roquete geralmente negaria ter beneficiado de salários relacionados com a actividade futebolística. Assim, como guarda-redes, “não ganhava nada, além do pagamento dos bilhetes de eléctrico, sete tostões e meio, e às vezes 20\$00 para o jantar”, das indemnizações pelas ausências no serviço, de ocasionais “lembranças dos associados” sem carácter monetário e, nos encontros internacionais, de prémios de jogo insignificantes<sup>316</sup>.

As situações de pagamento ilegal a jogadores, difíceis de provar mas cuja existência todos os envolvidos no meio futebolístico conheciam, motivavam respostas diferentes de acordo com duas correntes de opinião que se defrontavam nas páginas da imprensa desportiva. Os “puritanos”, defensores da prática desinteressada do desporto e do papel deste como meio de fortalecimento do corpo e da “raça” portuguesa, condenavam qualquer remuneração dos futebolistas e propunham a punição severa dos dirigentes e jogadores envolvidos nesse tipo de situações, enquanto os “liberais” desejavam obter uma clara separação entre profissionais e amadores através da legalização do profissionalismo, encarado como o futuro natural da evolução do futebol, cada vez mais convertido num espectáculo, cujos artistas deveriam ser

---

<sup>314</sup> *O Sport de Lisboa*, 24-11-1926.

<sup>315</sup> A Lei n.º 2104, de 30 de Maio de 1960, permitiu a existência de desportistas profissionais nas modalidades de boxe, futebol e ciclismo. O carácter tardio da legalização do profissionalismo, condenado pelo Estado Novo, contribuiu para o atraso futebolístico de Portugal relativamente à maioria dos países da Europa e da América do Sul (Serrado, Ricardo, “O desporto no Estado Novo, 1933-1974”, in Guia, Diogo, Silva, Carlos Guardado da, coord., *Jamor – O Palco Maior do Desporto Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2014, pp. 44-46 e 56).

<sup>316</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965; *Correio da Manhã*, 10-06-1991.

pagos pela sua actividade<sup>317</sup>. Após o regresso de António Roquete a Lisboa, Cândido de Oliveira publicou em *Os Sports* (onde o ribatejano surgiu como uma ““Vítima” do amadorismo”<sup>318</sup>), durante várias semanas, artigos de opinião nos quais, sem referir directamente o caso do guarda-redes, argumentou a favor do profissionalismo e polemizou com os apologistas do amadorismo, que acusou de hipocrisia<sup>319</sup>. Por seu turno, Neves Reis, director de *O Sport de Lisboa*, embora sem acreditar na ingenuidade de Roquete anunciada pelo CPAC, condenou o procedimento do UFC e de Elmano Vieira, que “exerceu satanicamente o papel de tentador” quando ofereceu condições financeiras vantajosas ao atleta. Embora o princípio do “profissionalismo puro” fosse aceitável, os “falsos amadores” como Roquete e “o meio que lhes permite medrarem” deveriam ser combatidos<sup>320</sup>.

Apesar de toda a polémica, Roquete prosseguiu a sua carreira futebolística como se a passagem pela Madeira tivesse sido um episódio rapidamente esquecido<sup>321</sup>. O Casa Pia realizou em Novembro de 1926 uma breve deslocação ao Algarve, onde derrotou o Sport Lisboa e Faro e o Sporting Clube Farense<sup>322</sup>. Seguro e tranquilo, Roquete voltou a ser “o grande pilar casapiano” no empate (2-2) entre o Casa Pia e o Benfica<sup>323</sup>. Seguir-se-iam para o CPAC uma derrota em casa com o União Lisboa (1-2) e igualdades frente ao Império e ao Belenenses, ambas a uma bola, pelo que os “negros” terminaram a primeira volta do campeonato sem vitórias. Embora a equipa do Restelo dispusesse de jogadores de qualidade como Pinho, Roquete, Pereira da Silva e Domingos Gonçalves, não funcionava enquanto conjunto e era prejudicada pela falta de treinos regulares, que deixava cada praticante entregue a si mesmo, numa descoordenação visível em campo<sup>324</sup>. Para resolver o problema, a direcção dos “negros” contratou um treinador, o antigo

---

<sup>317</sup> Serrado, Serra, ob.cit., pp. 210-214.

<sup>318</sup> *Os Sports*, 10-11-1926.

<sup>319</sup> *Ibidem*, 17-11-1926, 20-12-1926 e 17-01-1927.

<sup>320</sup> *O Sport de Lisboa*, 27-11-1926 e 14-12-1926.

<sup>321</sup> Uma gazetilha satirizou assim a forma como o caso foi abafado: “Também se diz que certo jogador/— que é guarda-redes internacional — /foi, é – e será – sempre amador/dos puros... virginal!/Segreda-se até que a porcaria/dum assunto que pôs um clube “à rasa”,/em lugar de a deitarem para a pia,/ficou mas foi em casa!” (*O Sport de Lisboa*, 14-01-1927)

<sup>322</sup> *Os Sports*, 10-11-1926.

<sup>323</sup> *Ibidem*, 15-11-1926.

<sup>324</sup> Camilo, ob.cit., p. 100; *Os Sports*, 06-12-1926.

futebolista Artur José Pereira<sup>325</sup>, remunerado com 800 escudos mensais em troca da orientação do plantel casapiano<sup>326</sup>.

Escolhido como guarda-redes da selecção de Lisboa que, já em Dezembro, recebeu e bateu por 4-0 a sua congénere do Algarve, Roquete mostrou “excesso de confiança” ao manter-se quieto quando uma bola rematada pelo algarvio Galho bateu na trave<sup>327</sup>. Desde 17 de Novembro que se realizavam treinos de apuramento dos jogadores que actuariam no desafio seguinte da selecção nacional, frente à Hungria. O procedimento habitual nos treinos era a organização de duas equipas, correspondentes aos chamados “prováveis” e “possíveis”, que se defrontavam durante pelo menos uma hora de modo a serem avaliados pelos seleccionadores (nesta fase, os cinco membros do Conselho Técnico da FPFA participavam na escolha dos componentes da selecção). Participante nos treinos, Roquete era indicado na imprensa como provável titular da selecção, com o guarda-redes do Boavista, Manuel de Sousa “Casoto”, no lugar de suplente<sup>328</sup>. No entanto, a 19 de Dezembro, os seleccionáveis deixaram uma impressão negativa num jogo-treino contra o Boavista. No caso dos guarda-redes, Casoto esteve melhor que Roquete e fez o Conselho Técnico ter dúvidas quanto ao ocupante da baliza. Só numa reunião dos membros do CT ocorrida em 24 de Dezembro, a dois dias do encontro luso-húngaro no recinto portuense do Ameal, o órgão federativo terá optado definitivamente por Casoto, o único jogador de um clube do Porto incluído no “onze” nacional. O facto não era irrelevante, dadas as frequentes queixas dos dirigentes e jornalistas desportivos do Porto acerca do domínio de atletas lisboetas na equipa das quinas, recentemente expressas numa carta insultuosa a Ribeiro dos Reis assinada por “um grupo de portuenses”<sup>329</sup>.

No oitavo jogo disputado pela selecção portuguesa, esta marcou pela primeira vez três golos numa só partida, apontados por João dos Santos, Severo Tiago e José Manuel Martins, mas também sofreu outros três tentos dos magiares. O trabalho de Casoto mereceu a desaprovação de críticos como Ricardo Ornelas, que atribuiu ao boavisteiro uma distração na origem do segundo

---

<sup>325</sup> Artur José Pereira (1890-1943) actuou na posição de médio-centro e foi considerado pela crítica o primeiro grande futebolista português. Depois de começar a praticar futebol no União Belenense (1907), representou o Benfica (1908-1914), o Sporting (1914-1919) e o Belenenses (1919-1922), clube do qual foi um dos fundadores. Como treinador, passou por vários clubes e colaborou com Cândido de Oliveira na preparação da selecção nacional.

<sup>326</sup> Camilo, ob.cit., p. 96.

<sup>327</sup> *O Sport de Lisboa*, 14-12-1926.

<sup>328</sup> *Os Sports*, 06-12-1926.

<sup>329</sup> *Ibidem*, 08-12-1926.

golo húngaro e aludiu ao conturbado processo de selecção do guarda-redes, cuja escolha fora justificada pela necessidade de “dar representação ao Porto” na equipa lusa<sup>330</sup>. No diário portuense *O Primeiro de Janeiro*, o jornalista Alfredo Pinheiro repudiou as críticas dirigidas a Casoto por aqueles que “nunca perdoaram a exclusão de Roquete” e referiu que os seleccionadores tinham pensado durante o intervalo da partida do Ameal em substituir o boavisteiro pelo casapiano. Em resposta a Pinheiro, um dos membros do CT, Cândido de Oliveira, esclareceu que a constituição da equipa nacional fora decidida e comunicada à direcção da FPPA logo a seguir ao jogo-treino com o Boavista. Embora Cândido considerasse Roquete superior a Casoto, acatou a opção maioritária. Após a primeira parte do Portugal-Hungria, Cândido sugeriu a troca de guarda-redes, que não aconteceu devido à oposição dos representantes do Porto no CT, João de Brito e Laurindo Grijó<sup>331</sup>.

A ideia de superioridade do futebol lisboeta sobre o portuense foi reforçada pela derrota pesada (6-1) imposta pelo misto representativo da AFL ao da AFP em 9 de Janeiro de 1927, também no Ameal e com um “onze” de Lisboa igual ao da selecção nacional, com as excepções da presença de Roquete na baliza e do belenense Azevedo no lugar de Jorge Vieira<sup>332</sup>. No regresso do campeonato da capital, o guardião casapiano deu novos sinais de estar diferente, como más saídas, falta de serenidade, inacção perante lances de perigo ou dificuldades em segurar a bola, manifestados ao longo das derrotas do CPAC perante Sporting, Carcavelinhos, Vitória de Setúbal e Benfica<sup>333</sup>. Na temporada de 1926/27, os primeiros seis classificados do regional lisboeta da época anterior disputaram o Campeonato de Portugal, o que permitiu ao CPAC estreiar-se na prova nacional. Os “negros” receberam o União de Coimbra e, mesmo sem jogarem bem, venceram facilmente (5-0), enquanto os conimbricenses praticamente não incomodaram Roquete, “que desde o Porto-Lisboa tem vindo a baixar, a baixar, a ponto de não ter quase cotação (só por culpa sua)”, de acordo com Ornelas<sup>334</sup>.

A má forma de António levou ao seu afastamento da selecção nacional, que treinava semanalmente para um novo jogo com a França. O CT federativo, no qual Cândido de Oliveira era agora a figura dominante (Cândido seria acompanhado no grupo seleccionador por Ricardo

---

<sup>330</sup> *Ibidem*, 29-12-1926.

<sup>331</sup> *Ibidem*, 05-01-1927.

<sup>332</sup> *Ibidem*, 10-01-1927.

<sup>333</sup> *O Sport de Lisboa*, 18-01-1927, 28-01-1927 e 22-02-1927; *Os Sports*, 24-01-1927 e 31-01-1927.

<sup>334</sup> *Os Sports*, 07-03-1927.

Ornelas e pelo portuense Mário de Castro até 1929), divulgaria a lista de titulares apenas no dia do desafio, provavelmente com o objectivo de evitar pressões. A recepção aos franceses, agendada para 13 de Fevereiro, foi adiada devido à instabilidade política gerada por um levantamento militar contra a ditadura instituída no ano anterior<sup>335</sup>. Seria, assim, apenas em 16 de Março que o Stadium acolheria a partida luso-francesa, na qual o guarda-redes do Vitória de Setúbal, Artur Augusto, se apresentou na baliza de Portugal. Outro estreante no misto federativo, o jovem belenense José Manuel Soares, popularizado com a alcunha de “Pepe”, destacou-se ao fazer dois dos quatro golos (José Manuel Martins apontou os restantes) sem resposta. Jorge Vieira e António Pinho jogaram muito melhor que em Toulouse<sup>336</sup> e foram decisivos para aquela que seria durante 34 anos a vitória mais dilatada obtida pela selecção lusa.

Após a breve experiência na Madeira, Roquete precisou de encontrar um novo emprego, que seria, de resto, uma condição essencial para o seu regresso ao Casa Pia. O ribatejano passou a trabalhar na Casa Bancária Correia Leite, Santos & C.<sup>a</sup>, da qual Clemente Guerra era também funcionário. Pouco se sabe acerca desta instituição bancária, para além de que tinha sede na Rua Augusta, em Lisboa<sup>337</sup>, e viria, através de uma portaria governamental de 16 de Abril de 1931, a perder a autorização para exercer actividade, sendo ordenada a sua liquidação, juntamente com outras quatro empresas do ramo<sup>338</sup>. Roquete e Guerra integraram (como guarda-redes e defesa, respectivamente) a equipa de futebol da Correia Leite, que disputou o campeonato inter-bancário organizado pela Federação Bancária de Desportos. Além da Correia Leite, participaram em 1927 na competição em *poule* os bancos de Portugal, Burnay, Lisboa e Açores, Montepio Geral e Nacional Ultramarino, a Caixa Geral de Depósitos e o Crédit Franco-Portugais, que viria a desistir da prova. Nas partidas do campeonato, disputadas aos sábados, o conjunto da Correia Leite sofreu derrotas pesadas e terminou em último lugar, a 14 pontos do campeão, o Banco Lisboa e Açores, em cuja equipa jogava Gustavo Teixeira. A FBD participava também na

---

<sup>335</sup> Verificaram-se dois movimentos militares distintos no Porto, entre 3 e 8 de Fevereiro, e em Lisboa, entre 7 e 9 do mesmo mês. Os confrontos entre as tropas revoltosas, apoiadas por civis, e as forças fiéis à Ditadura Militar provocaram mais de 150 mortos, centenas de feridos e numerosos danos materiais, naquela que foi a primeira tentativa do chamado “reviralhismo” para repor o regime anterior ao 28 de Maio.

<sup>336</sup> *Os Sports*, 17-03-1927.

<sup>337</sup> *Ibidem*, 21-09-1927.

<sup>338</sup> Mendes, José Amado, “Ventura, Coelhos, Counhago & C.<sup>a</sup> (1925?-1932)”, in Faria, Miguel Figueira de, Mendes, José Amado, coord., *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Séculos XIX e XX*, vol. I, *Instituições Bancárias*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013, p. 632.

organização de competições de outras modalidades, como uma taça bancária de ténis instituída pelo Grupo Desportivo da Casa Correia Leite, Santos & C.<sup>a</sup> ou provas de natação e atletismo<sup>339</sup>.

Ao longo de Março de 1927, Roquete conseguiu voltar “à sua antiga forma”<sup>340</sup> e contribuir para as vitórias do Casa Pia sobre o União Lisboa (1-0) e o Império (3-1), que fizeram o CPAC subir ao penúltimo lugar, posição que manteve apesar da derrota com o Belenenses (2-1) na última jornada, quando o Vitória de Setúbal se sagrou campeão<sup>341</sup>. Na segunda eliminatória do Campeonato de Portugal, o Carcavelinhos venceu os “gansos” por 3-2 após prolongamento, mas os protestos do CPAC devido a um golo casapiano mal invalidado pelo árbitro levaram à anulação e repetição do desafio. Os alcantarenses voltariam a superiorizar-se, agora por 3-1, e seguiram em frente na competição. Como era habitual, os *all-blacks* participaram em vários jogos de carácter particular no final da temporada. Assim, em Maio, o clube sadino Comércio e Indústria recebeu o Casa Pia. Para desilusão do público, Roquete, “que todos tinham interesse em ver jogar”, não entrou em campo e foi substituído pelo guarda-redes da reserva num encontro que o desfalcado CPAC perdeu por 4-0<sup>342</sup>.

O regresso do ribatejano às boas exibições permitiu-lhe voltar a merecer a confiança dos seleccionadores, quer de José da Cruz Viegas, que incluiu Roquete na equipa militar de Lisboa, vencedora de Madrid por 2-1 num jogo fraco realizado no Campo Grande<sup>343</sup>, quer de Cândido de Oliveira. A 17 de Abril, o recinto do Torino acolheu o Itália-Portugal, desafio no qual o misto da FPPA alinhou com Roquete, Pinho, Jorge Vieira, Raul Figueiredo, Augusto Silva, César de Matos, Liberto dos Santos, João dos Santos, Octávio Cambalacho, Francisco da Silva Marques (rendido por Pepe ao intervalo) e José Manuel Martins. A superioridade da equipa transalpina fez-se sentir do primeiro ao último minuto e, apesar do óptimo trabalho dos seus defesas, Portugal dispôs de escassas oportunidades de golo, uma das quais convertida pelo setubalense Cambalacho no tento de honra dos visitantes, batidos por 3-1. Ricardo Ornelas desdramatizou a derrota ao lembrar que “não possuímos ainda a classe necessária para os grandes empreendimentos”<sup>344</sup>. Ainda em Turim, Pepe e Roquete foram fotografados à porta da fábrica de

---

<sup>339</sup> *Os Sports*, 17-03-1927, 28-03-1927, 18-05-1927 e 20-05-1927.

<sup>340</sup> *Ibidem*, 30-03-1927.

<sup>341</sup> A partir da temporada de 1927/28, o VFC disputaria o campeonato distrital da Associação de Futebol de Setúbal.

<sup>342</sup> *O Sport de Lisboa*, 13-05-1927.

<sup>343</sup> *Os Sports*, 23-05-1927.

<sup>344</sup> *Ibidem*, 18-04-1927.

automóveis Fiat, numa imagem que o casapiano conservaria no seu arquivo pessoal<sup>345</sup>. Outro encontro internacional realizou-se a 29 de Maio no Estádio Metropolitano, em Madrid, onde, devido à indisponibilidade do misto principal, foi a selecção B de Espanha a defrontar os lusos. Relativamente ao jogo de Turim, o “onze” titular português registou como mudanças as entradas de Pepe, para o lugar de Silva Marques, e do benfiquista Jorge Tavares, substituto de Cambalacho. O carácter secundário da formação oponente tornou humilhante a derrota de Portugal por 2-0, apesar dos vencidos se queixarem do árbitro, o inglês Crew. Tal como em partidas anteriores, a selecção portuguesa conheceu dificuldades num terreno relvado e irregular e os seus avançados hesitaram demasiado na altura de rematar. Quanto a Roquete, esteve “seguro, bastante seguro e confiante” e motivou elogios do jornal espanhol *La Voz*, que o considerou um “excelente guarda-redes”<sup>346</sup>.

A prestação infeliz do Casa Pia no regional de 1926/27 fez Ricardo Ornelas realçar as oscilações na composição da equipa provocadas pela doença ou indisponibilidade de vários futebolistas e as consequências do alegado desinvestimento nas categorias inferiores, nocivo para a formação de novos talentos. Roquete, um dos três melhores homens da equipa, juntamente com Pinho e Heitor, passara a meio da temporada por “um abaixamento de vontade, mais moral que material” e necessitava de “um treino cuidado e persistente”<sup>347</sup>. A ausência aos treinos terá sido frequente entre os jogadores casapianos, cujo moral a direcção tentou estimular, sem grande sucesso, através de jantares e homenagens<sup>348</sup>. Na verdade, aqueles que foram inicialmente os pontos fortes do CPAC, como o acesso ao viveiro de jogadores da Casa Pia, o direito exclusivo dos ex-alunos da CPL a representar o emblema e uma base de apoio com uma identidade distinta das de outros clubes, tornar-se-iam pontos fracos, uma vez que acabaram por limitar o recrutamento de novos atletas e adeptos. Os escassos recursos dos “gansos”, frequentemente confrontados com problemas financeiros graves, impediam-nos de competir com outras equipas da capital, melhor adaptadas aos primórdios do profissionalismo e a quem era possível fazer ofertas tentadoras aos jogadores do CPAC. A saída de futebolistas da primeira categoria casapiana obrigava à sua substituição por jovens vindos dos Jerónimos, cuja inexperiência prejudicava os resultados desportivos do clube, num ciclo que se agravaria durante os anos 30.

---

<sup>345</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995.

<sup>346</sup> *O Sport de Lisboa*, 03-06-1927; *Os Sports*, 30-05-1927 e 03-06-1927.

<sup>347</sup> *Os Sports*, 29-06-1927.

<sup>348</sup> Camilo, ob.cit., pp. 101-102.

Os clubes que tinham rompido com a LPAN, aos quais se juntaram outros emblemas, como Benfica, Império e Belenenses, uniram-se para criar a Federação Portuguesa de Natação (Amador), organismo que promoveria competições paralelas às da Liga, na qual permaneceram, entre outros, Casa Pia, Sporting e Carcavelinhos. Nos campeonatos regionais da LPAN, a equipa de estafetas do CPAC, formada por Gustavo Teixeira (costas), António Roquete (braços), Joaquim Marques (*trudgen*) e Luís de Lorena (*crawl*), triunfou a 28 de Agosto nos 4x50 metros estilos<sup>349</sup>. Em 4 de Setembro, na doca de Alcântara, a prova de 200 metros braços contou com a participação de Roquete, Joaquim Marques, Raul das Neves (Carcavelinhos) e António Correia da Silva (Casa Pia). O campeão do ano anterior fez um arranque muito veloz, mas abrandou o ritmo e disputou com Joaquim Marques uma “luta interessantíssima” nos últimos 50 metros, até Roquete concluir a distância em 3 m. 40 s. 2/5, menos um quinto de segundo que Marques<sup>350</sup>. Entretanto, no campeonato de pólo aquático da Liga, disputado por sete equipas, o CPAC (com Roquete como guarda-redes do “sete”) terminou em terceiro lugar, atrás de Carcavelinhos e Sporting<sup>351</sup>.

A equipa principal de futebol do CPAC teria de lidar em 1927/28 com duas baixas importantes, devido à morte de Domingos Gonçalves (o avançado suicidou-se em 22 de Agosto de 1927) e ao abandono do futebol por Pinho. O clube poderia ter ficado também sem Roquete, de acordo com rumores levemente referidos na imprensa antes do início da época quanto a uma eventual ida do ribatejano para o Sporting<sup>352</sup> (cujo vice-presidente era então Henrique Correia Leite, ligado ao banco no qual Roquete trabalhava) ou a uma nova iniciativa de dirigentes madeirenses vindos a Lisboa<sup>353</sup>. O certo é que António permaneceu no Restelo e assumiu as funções de capitão de uma equipa em processo de renovação. As dificuldades financeiras obrigaram o novo presidente do clube, Cândido de Oliveira, a afastar o seu amigo Artur José Pereira e assumir pessoalmente, com a ajuda de Ornelas, a preparação dos futebolistas casapianos. Cândido manifestou confiança nos “novos” incluídos nas várias categorias e esperou que os jovens estivessem “dispostos a trabalhar”<sup>354</sup>. A mudança abrangeu também os equipamentos, que perderam a sua tradicional cor negra para passarem a ser constituídos por

---

<sup>349</sup> *O Sport de Lisboa*, 02-09-1927; *Os Sports*, 29-08-1927 e 05-09-1927.

<sup>350</sup> *O Sport de Lisboa*, 09-09-1927; *Os Sports*, 05-09-1927.

<sup>351</sup> *O Sport de Lisboa*, 12-08-1927 e 19-08-1927.

<sup>352</sup> *Ibidem*, 05-08-1927.

<sup>353</sup> *Os Sports*, 28-09-1927.

<sup>354</sup> Camilo, *ob.cit.*, p. 108; *Os Sports*, 09-09-1927.

camisola branca (Roquete envergava uma camisola preta) com o emblema no centro, calção azul claro e meias vermelhas.

O primeiro jogo da temporada, de carácter particular, opôs o Casa Pia ao Sport Bom Sucesso, uma colectividade que se estreava no campeonato principal da AFL ao aproveitar a vaga deixada pelo Vitória de Setúbal, agora a competir no seu distrito de origem. Os casapianos apresentaram seis caras novas num “onze” cuja falta de rotinas contribuiu para o empate a uma bola. O Campo Grande acolheu na jornada inaugural do campeonato de Lisboa a vitória (3-1) do Casa Pia sobre o Império. Ricardo Ornelas reparava que os novos “gansos” eram promissores, mas faltava na equipa alguém mais experiente que os orientasse dentro do campo<sup>355</sup>. A equipa de arbitragem nomeada pela AFL para o desafio entre o Casa Pia e o Belenenses não compareceu, o que obrigou os capitães dos dois clubes, Roquete e Augusto Silva, a procurarem entre o público um árbitro substituto, numa situação então relativamente comum no futebol português. Depois de um sócio do Império, Alberto Salvado, aceitar a responsabilidade, o domínio do CFB foi evidente e a goleada (4-0) imposta aos casapianos surgiu como natural, até porque Roquete “esteve num mau dia”<sup>356</sup>, situação que se repetiu na derrota por 5-3 dos “gansos” frente ao União Lisboa<sup>357</sup>. No domingo seguinte, a reconciliação entre Casa Pia e Sporting, após três anos de conflito, ficou assinalada pela partida de homenagem a Pinho. Roquete melhorou a sua prestação, mas não evitou o triunfo leonino por 5-2<sup>358</sup>.

O regional prosseguiu para o Casa Pia com uma recepção ao Bom Sucesso celebrizada pelo feito de Gustavo Teixeira, que contribuiu para o resultado de 7-2 ao marcar seis golos. A estratégia de construir jogadas atacantes para Gustavo finalizar viria, no entanto, a falhar no jogo seguinte, durante o qual o avançado-centro foi sempre acompanhado pelos defesas do Carcavelinhos. Nenhum golo foi apontado nessa tarde no Restelo, até porque Roquete “Jogou como nos melhores dias”<sup>359</sup>. A melhoria de forma do guardião comprovou-se durante as derrotas do CPAC frente ao Sporting (0-2) e ao Benfica (1-4). As boas exibições, a saída de Pinho e a

---

<sup>355</sup> *Os Sports*, 17-10-1927.

<sup>356</sup> *Ibidem*, 24-10-1927.

<sup>357</sup> *O Sport de Lisboa*, 04-11-1927; *Os Sports*, 31-10-1927.

<sup>358</sup> António Pinho (1899-1998), condecorado pelo Casa Pia com a Cruz do Atlético, voltaria a jogar futebol na temporada de 1928/29, agora com a camisola do Benfica. O nome do antigo futebolista, galardoado em 1993 com a Medalha de Mérito Desportivo e o título de Sócio Honorário da AFL, foi atribuído pela Câmara Municipal de Lisboa a uma rua nas imediações do Estádio Pina Manique.

<sup>359</sup> *Os Sports*, 14-11-1927 e 21-11-1927.

inexperiência dos novos jogadores do CPAC contribuíram para que António Roquete se tornasse a principal figura da equipa que capitaneava. A imprensa favoreceu a popularização da imagem de Roquete ao publicar fotografias das defesas do atleta e retratos do casapiano, um dos quais preencheu a capa de *Eco dos Sports*<sup>360</sup>.

A aproximação de mais um jogo de futebol entre as selecções ibéricas levou ao regresso do debate sobre a constituição do misto português. Após várias experiências realizadas em treinos semanais, os seleccionadores reuniram-se no Porto no dia de Natal para definir a convocatória e estabeleceram que o guarda-redes titular seria Roquete, com Cipriano como suplente<sup>361</sup>. Cândido de Oliveira e Ricardo Ornelas tinham vindo à Invicta para acompanhar os jogadores do Casa Pia, que disputaram no Campo da Constituição um encontro amigável com o FC Porto. O triunfo dos portistas por 6-0 revelou a debilidade dos “gansos” e beneficiou de uma péssima actuação de Roquete, nervoso e desatento<sup>362</sup>. Quatro dias depois, o casapiano não participou no treino da selecção, alegadamente por motivo de doença, levando um jornal a comentar com ironia que António se encontraria a fazer “uma cura de repouso para acalmar um pouco os nervos necessariamente muito excitados pelo insucesso do Porto”<sup>363</sup>. A 31 de Dezembro, o CT comunicou à Federação uma troca no alinhamento, através da qual Cipriano ascendeu à titularidade, dado que, embora superior ao sportinguista, Roquete “atravessava de momento uma crise moral”<sup>364</sup>. Desconhecem-se os problemas psicológicos que afectaram Roquete, apesar de ter circulado uma versão segundo a qual o ex-aluno da Casa Pia cometera uma “indelicadeza” para com Cândido e fora por isso afastado<sup>365</sup>.

Os convocados para a selecção nacional estagiaram no Estoril entre 5 e 8 de Janeiro de 1928, data do desafio no Stadium. Fotografado com os restantes portugueses antes do apito inicial, Roquete ficou a assistir ao empate luso-espanhol (2-2). José Manuel Martins e João dos Santos bateram o mítico guarda-redes Ricardo Zamora<sup>366</sup> no prélio onde o defesa do

---

<sup>360</sup> *Eco dos Sports*, 04-12-1927.

<sup>361</sup> *Os Sports*, 28-12-1927.

<sup>362</sup> *Sporting*, 03-01-1928.

<sup>363</sup> *O Sport de Lisboa*, 30-12-1927.

<sup>364</sup> *Os Sports*, 04-01-1928 e 06-01-1928.

<sup>365</sup> *O Sport de Lisboa*, 06-01-1928.

<sup>366</sup> Ricard Zamora Martínez (1901-1978), futebolista e treinador catalão, actuou em clubes como o Espanhol, o Barcelona e o Real Madrid e registou 46 internacionalizações por Espanha, selecção pela qual ganhou a medalha de prata no torneio de futebol dos Jogos Olímpicos de Antuérpia (1920). Conhecido por *El Divino*, foi considerado o melhor guarda-redes mundial nas décadas de 20 e 30 do século XX.

Carcavelinhos Carlos Alves, o portista Valdemar Mota e o benfiquista Vítor Silva se estrearam a vestir a camisola das quinas. Pela primeira vez, o misto da FPFA não saiu vencido do confronto com os espanhóis, facto que causou grande alegria nos 30 mil adeptos presentes, entre eles o Presidente da República, o general Óscar Carmona<sup>367</sup>, e três ministros<sup>368</sup>. O empate e as receitas de bilheteira obtidas revelaram-se fundamentais para viabilizar a decisão tomada pela direcção da FPFA na sua reunião de 28 de Agosto do ano anterior: promover a participação da selecção portuguesa no torneio de futebol dos Jogos Olímpicos de 1928, a realizar em Amesterdão. A iniciativa, empreendida em ligação com o Comité Olímpico Português, não foi inicialmente bem acolhida na imprensa devido à pobreza do histórico registado até então pela equipa nacional<sup>369</sup>. O encontro do Stadium rendeu à Federação mais de 200 contos, verba suficiente para financiar a viagem à Holanda, enquanto o 2-2 final reduziu o medo de uma eventual humilhação portuguesa naquela que era então a principal prova internacional de futebol<sup>370</sup> (a primeira edição do Campeonato do Mundo, organizado pela FIFA<sup>371</sup>, ocorreria no Uruguai em 1930).

A fase negativa de Roquete começou a inverter-se a 15 de Janeiro, no desafio entre o Império e o Casa Pia, apesar dos “imperiais” terem então vencido (3-1) os “gansos” pela primeira vez na sua história. O trabalho de Roquete nessa partida foi “não só profícuo como habilidoso”<sup>372</sup>. Na jornada seguinte, o Campo do Restelo recebeu a visita do vizinho Belenenses, que explorou as fragilidades do CPAC e concluiu o encontro com o resultado de 4-0 a favor dos “azuis”. No entanto, muitas das 22 defesas feitas por Roquete ao longo dos 90 minutos impressionaram os críticos e motivaram elogios a características do casapiano como “A sua colocação, a blocagem perfeita das bolas, o seu espírito arrojado de decisão, os mergulhos estilizados e oportunos”<sup>373</sup>. Batido pelo União Lisboa por 1-0, o Casa Pia registaria a seguir um triunfo sobre o Bom Sucesso (1-0) e derrotas perante Carcavelinhos (3-1), Sporting (3-0) e Benfica (2-0), antes de terminar o regional de 1927/28 na sexta e antepenúltima posição. A

---

<sup>367</sup> António Óscar de Fragoso Carmona (1869-1951), general desde 1922, assumiu a pasta ministerial da Guerra em 1923 e comandou a 4.<sup>a</sup> Divisão Militar. Participante na revolta militar de 28 de Maio de 1926 e nas disputas posteriores entre os golpistas, assumiu o cargo de Presidente da República entre 1926 e a sua morte. Apoiou a instauração do Estado Novo, durante o qual foi promovido a marechal (1947).

<sup>368</sup> *Os Sports*, 09-01-1928 e 13-01-1928.

<sup>369</sup> *Sporting*, 18-11-1927 e 22-11-1927; *Os Sports*, 02-09-1927 e 04-11-1927.

<sup>370</sup> *Sporting*, 09-01-1928 e 13-01-1928.

<sup>371</sup> A FIFA (Fédération Internationale de Football Association), criada em 1904 e na qual se encontram filiadas as federações nacionais, regulamenta e superintende a prática do futebol a nível mundial.

<sup>372</sup> *O Sport de Lisboa*, 20-01-1928.

<sup>373</sup> *Ibidem*, 27-01-1928.

desorganização da linha atacante casapiana, autora de apenas 16 golos durante as 14 jornadas, contribuiu para a fraca prestação do CPAC<sup>374</sup>. No Campeonato de Portugal, o clube do Restelo começou bem ao bater o Comércio e Indústria por 2-1, mas foi afastado da competição nos oitavos-de-final, ao não conseguir responder a dois golos do Barreirense. Roquete e Gustavo Teixeira afirmaram-se na prova nacional como os dois maiores valores individuais de uma equipa jovem e fisicamente desgastada<sup>375</sup>.

No dia 22 de Fevereiro de 1928, António Roquete participou num desafio particular em Benavente entre o Ribatejano Futebol Clube, daquele concelho, e o Ginásio Futebol Salvaterrense, pelo qual alinhou, facto que atraiu ao Campo da Coitadinha um número de assistentes invulgar na região. Depois de, prejudicado pelo terreno arenoso, sofrer um golo no início do jogo, Roquete entusiasmou o público com defesas de grande nível, assegurando o empate (1-1) entre as duas equipas. Após a partida, um “copo de água” foi oferecido aos jogadores na sede do Grémio Salvaterrense. Um dos oradores na cerimónia, identificado na imprensa como “Dr. Barreiros”, dirigiu-se ao internacional português para realçar o orgulho de Salvaterra de Magos por “contar entre os seus filhos o tão bom jogador de “football””. Roquete agradeceu o elogio e, no meio de aplausos, manifestou num brinde o apreço que sentia pela sua terra natal. O atleta homenageado recebeu presentes como “um artístico ramo de flores artificiais” e um estojo com material de escritório<sup>376</sup>. Esta participação do casapiano num encontro do Ginásio Salvaterrense, fundado no ano anterior e no qual jogava um avançado com o apelido Roquete<sup>377</sup>, dá a entender que António se mantinha em contacto com a sua vila de origem e deslocava-se regularmente ao Ribatejo, onde viviam o seu irmão e outros familiares. O guarda-redes aproveitava para colaborar no aperfeiçoamento do ainda incipiente futebol de Salvaterra, através da orientação dos treinos de outra equipa local, o Estrela Futebol Clube, além de fornecer conselhos a jogadores de Benavente<sup>378</sup>. A 9 de Abril de 1928, futebolistas do Casa Pia como Roquete e Gustavo reforçaram a equipa do Salvaterra Atlético Clube no encontro com

---

<sup>374</sup> Ibidem, 13-04-1928.

<sup>375</sup> Ibidem, 11-05-1928.

<sup>376</sup> *Sporting*, 02-03-1928; *Os Sports*, 27-02-1928.

<sup>377</sup> *Os Sports*, 06-05-1927.

<sup>378</sup> *O Sport de Lisboa*, 04-01-1929 e 14-06-1929.

o Alhandra Sporting Clube, vencedor por 2-0<sup>379</sup>. Já em 1935, o Estrela utilizava para os seus jogos o Campo António Fernandes Roquete, situado em Salvaterra de Magos<sup>380</sup>.

Convocado para o vigésimo terceiro encontro entre as selecções de Lisboa e Porto, no qual a equipa da AFL obteve a sua décima nona vitória (contavam-se ainda dois triunfos portuenses e dois empates), pelo resultado claro de 7-2, Roquete foi escolhido como suplente, enquanto Cipriano assumiu a titularidade e se mostrou “francamente mau”<sup>381</sup>. Cada jogador escolhido para a selecção de Lisboa viria a receber um relógio oferecido pela AFL<sup>382</sup>. Entretanto, o crescente prestígio desportivo de Roquete tornou natural a sua presença no sétimo jogo a opor as selecções militares de Lisboa e Madrid, agora com Ribeiro dos Reis como seleccionador lisboeta. Os futebolistas lusos seriam acompanhados à capital espanhola por uma missão militar chefiada pelo coronel Francisco Bernardo do Canto, comandante do Regimento de Infantaria 1 entre 1926 e 1929<sup>383</sup>, e para a qual o Ministério da Guerra nomeara ainda o major Fontes Pereira de Melo, o capitão Humberto Luna de Oliveira<sup>384</sup> e o primeiro-tenente da Marinha Francisco dos Reis Gonçalves<sup>385</sup>. No comboio saído de Lisboa em 16 de Março, três dias antes do jogo, seguiu também o jornalista Alberto Freitas, que observou a harmonia reinante no grupo, apesar dos diferentes traços de personalidade dos jogadores, como o permanente bom humor de Raul Figueiredo ou o “espírito *solitário* de Roquete”<sup>386</sup>.

No Estádio Metropolitano, em Madrid, onde Afonso XIII cumprimentou Jorge Vieira, a equipa de Lisboa alinhou com Roquete, Carlos Alves, Jorge Vieira, Fernando Ferreira (rendido por Severo Tiago na segunda parte), Augusto Silva, César de Matos, Ramos, Rodolfo Faroleiro, Jorge Tavares, Raul Figueiredo e Pepe. A igualdade a duas bolas verificada após os 90 minutos regulamentares levou a um prolongamento de meia hora no qual os madrilenos chegaram ao 4-2, apesar dos protestos da equipa visitante contra os erros de arbitragem na origem do desempate. As crónicas do desafio mencionam numerosas defesas de Roquete, frequentemente a soco.

---

<sup>379</sup> *Os Sports*, 23-04-1928.

<sup>380</sup> *Ibidem*, 15-11-1935.

<sup>381</sup> *O Sport de Lisboa*, 10-02-1928; *Os Sports*, 06-02-1928.

<sup>382</sup> *Os Sports*, 10-02-1928.

<sup>383</sup> *História do Regimento de Infantaria n.º 1, 1648-1942*, p. 62.

<sup>384</sup> Humberto Luna de Oliveira (1888-1952), oficial de cavalaria, apoiou Sidónio Pais e o golpe de 28 de Maio de 1926. Colaborou com jornais como *O Século* e *Diário de Notícias* e escreveu livros de poesia e teatro, entre outros géneros.

<sup>385</sup> *Diário de Notícias*, 29-02-1928; *O Sport de Lisboa*, 16-03-1928; *Os Sports*, 02-03-1928.

<sup>386</sup> *Os Sports*, 02-04-1928 (itálico no original).

Reconhecido como “o nosso melhor jogador em Madrid”, o casapiano deslumbrou a crítica (“nunca um “keeper” português jogou como Roquete na segunda-feira”) e o público, como foi visível no início da segunda parte do prolongamento, quando os espectadores sentados na bancada atrás da baliza defendida pelo ribatejano prestaram-lhe uma ovação longa e espontânea. Roquete terá ficado “embaraçado, sem saber o que fazer”, até um jogador adversário o mandar agradecer os aplausos, para que a partida pudesse ser retomada<sup>387</sup>. Entretanto, na Praça dos Restauradores, em Lisboa, uma multidão reunia-se para assistir à novidade introduzida pelo *Diário de Notícias*, um quadro electrónico que simulava o terreno de jogo e no qual várias luzes se acendiam de modo a reproduzir os movimentos da bola, de acordo com a informação que chegava de Madrid via rádio, graças à colaboração da Companhia Portuguesa Rádio Marconi com o jornal<sup>388</sup>. O dispositivo, acompanhado por descrições da partida transmitidas através de altifalantes, conheceu grande sucesso e converteu-se num novo meio de popularização do futebol, ao atrair milhares de pessoas desejosas de ultrapassar a distância física que as separava dos jogos em curso.

Um quadro semelhante seria montado pelo *DN* no Porto para informar o público local acerca do desafio seguinte da selecção nacional, disputado a 1 de Abril contra a Argentina, no primeiro encontro entre a equipa das quinas e um adversário não-europeu. Apesar dos preços elevados dos bilhetes, muitos lisboetas foram atraídos ao Stadium pelo célebre conjunto azul-celeste, que apresentava estrelas como Orsi, Perinetti ou Tarascone. Sem Augusto Silva nem Raul Figueiredo, ambos doentes, o misto luso fez uma exibição fraca, sobretudo no ataque, enquanto a Argentina, embora sem corresponder à fama que a precedia, dominou claramente a partida. O 0-0 manteve-se graças a “uma exibição primorosa” de Roquete, num dos melhores jogos da sua carreira. A dez minutos do fim, o árbitro Lorenzo Martinez (apesar de integrar a comitiva argentina, Martinez ouviria elogios dos portugueses pela sua imparcialidade) assinalou, devido a mão na bola de Carlos Alves, uma grande penalidade contra Portugal que Monti avançou para converter. Os momentos seguintes seriam recordados alguns anos depois por Roquete: “Eu tive a intuição nítida da direcção do pontapé e, em bicos de pés, só tive tempo de me estirar bem e tocar na bola com os punhos, defendendo. Levantei-me acto contínuo, e defendi

---

<sup>387</sup> Camilo, ob.cit., p. 165; *O Sport de Lisboa*, 23-03-1928; *Os Sports*, 23-03-1928 e 02-04-1928.

<sup>388</sup> *Diário de Notícias*, 19-03-1928 e 20-03-1928; *Os Sports*, 19-03-1928 e 23-03-1928.

de novo, a recarga, feita pelo mesmo jogador”<sup>389</sup>. O *DN* descreveu assim a reacção da assistência às duas defesas: “O público delira, aplaudindo apoteoticamente o feito do jogador casapiano. As palmas estrugem por todo o campo. Vinte mil pessoas prestam a Roquete a merecida homenagem ao valor do guarda-redes português”<sup>390</sup>.

Depois do apito final, os espectadores invadiram o campo e alguns estudantes universitários cobriram com as suas capas o herói do dia. Uma imagem captada pelo fotógrafo Serra Ribeiro mostra António Roquete, sorridente, a ser levado em ombros pelos adeptos. O representante diplomático da Argentina em Lisboa assistiu à partida ao lado de Carmona, classificando Roquete como o melhor guarda-redes que já vira actuar<sup>391</sup>. Os jornais dos dias seguintes multiplicaram os elogios ao “Belo, esplêndido, magistral” guardião casapiano, considerado superior aos restantes guarda-redes que desde 1921 tinham representado o país<sup>392</sup>. A defesa de um penálti, feito então inédito na história da selecção nacional, tornou-se um símbolo das qualidades desportivas de Roquete e é destacada por várias obras recentes que mencionam o salvaterrense<sup>393</sup>. A popularidade de António voltou a manifestar-se na noite de 2 de Abril, quando o atleta chefiou a equipa de luta de tracção à corda do Casa Pia, participante num torneio da especialidade (no qual o Benfica saiu vencedor) integrado num festival desportivo no Coliseu dos Recreios, em Lisboa. As receitas do evento, composto igualmente por números como combates de boxe e demonstrações de ginástica, destinavam-se à construção de um monumento ao professor de educação física Luís da Costa Monteiro<sup>394</sup>. A entrada da equipa do CPAC na pista originou uma “manifestação calorosa e imponente” de aplausos a Roquete, que o levou a adiantar-se do grupo casapiano e agradecer a “tão sincera quão justa prova de apreço e simpatia” da assistência, entre a qual se encontravam dirigentes desportivos e os restantes jogadores da selecção nacional<sup>395</sup>.

---

<sup>389</sup> *Eco dos Sports*, 17-07-1939.

<sup>390</sup> Correia, Romeu, *Jorge Vieira e o Futebol do Seu Tempo*, Lisboa, edição do autor, 1981, pp. 259-268; *Diário de Notícias*, 02-04-1928.

<sup>391</sup> *O Notícias Ilustrado*, 08-04-1928.

<sup>392</sup> *Diário de Notícias*, 02-04-1928; *O Sport de Lisboa*, 06-04-1928; *Os Sports*, 06-04-1928.

<sup>393</sup> Dias, Rui, ob.cit., pp. 72-73; Serrado, Serra, ob.cit., p. 230.

<sup>394</sup> Luís Maria de Lima da Costa Monteiro (1843-1906) leccionou ginástica desde 1861 em estabelecimentos como o Colégio Militar e a Escola Académica, tendo introduzido em Portugal o método sueco de Ling. Principal divulgador da ginástica no país durante o século XIX, fundou e dirigiu o Ginásio Clube Português.

<sup>395</sup> *Diário de Notícias*, 03-04-1928.

Após o Portugal-Argentina, foi noticiado que Roquete recebeu a oferta de um salário de 6000 pesetas mensais para se transferir para um dos “principais clubs de Espanha”, proposta alegadamente rejeitada pelo visado por “atentatória ao seu brio de português”<sup>396</sup>. De acordo com afirmações posteriores de Roquete, o Real Madrid seria o emblema espanhol desejoso de contratar o guarda-redes do CPAC<sup>397</sup>. Apesar da informação existente sobre esta situação ser escassa, dificultando uma compreensão adequada das circunstâncias que rodearam a iniciativa do Real, não deixa de ser interessante imaginar o que aconteceria se Roquete tivesse aceitado abraçar definitivamente o profissionalismo e vestir a camisola do clube da capital espanhola (que contrataria Zamora em 1929), numa altura em que eram muito poucos os futebolistas portugueses a jogar no estrangeiro.

Duas semanas depois do nulo registado frente aos argentinos, a selecção portuguesa dirigiu-se ao Porto para o seu terceiro confronto com a Itália, no Ameal. Roquete voltava à Invicta pela primeira vez desde a goleada do Natal anterior, cuja recordação levava os jornalistas portuenses a desconfiar do “súbito entusiasmo pelo Roquete” manifestado pela imprensa lisboeta<sup>398</sup>. O “onze” titular de Portugal, habitualmente afectado por numerosas alterações de jogo para jogo, ganhava coesão e estabilidade sob o comando de Cândido de Oliveira. Roquete, Carlos Alves, Jorge Vieira, Martinho de Oliveira, Augusto Silva, César de Matos, Valdemar Mota, Alfredo Ramos, Vítor Silva, Armando Martins e José Manuel Martins dominaram o encontro e beneficiaram da inspiração da linha atacante, até aí o tradicional ponto fraco do misto luso. Valdemar Mota encantou os conterrâneos ao marcar três golos (o primeiro *hat-trick* da história da selecção), aos quais se somou o tento de Vítor Silva, enquanto a Itália, de qualidade abaixo do normal, apenas por uma vez conseguiu bater Roquete. Pouco solicitado nessa partida, o casapiano mostrou-se seguro quando obrigado a intervir. Na verdade, apesar do destaque natural concedido a Valdemar, a actuação positiva da equipa lusa como conjunto foi decisiva para a obtenção de um 4-1 que surpreendeu a Europa futebolística<sup>399</sup>. Muitos anos depois, Roquete lembrar-se-ia ainda da expressão aflita do capitão da *squadra azurra*, Baloncieri, que “quase chorava a pensar nas desculpas que tinha de dar a Mussolini” pelo fracasso<sup>400</sup>. O jornal

---

<sup>396</sup> *A Ribalta*, 08-04-1928.

<sup>397</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995; *Eco dos Sports*, 17-07-1939.

<sup>398</sup> *Sporting*, 10-04-1928.

<sup>399</sup> *O Sport de Lisboa*, 20-04-1928; *Os Sports*, 16-04-1928.

<sup>400</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995.

*Sporting*, sediado no Porto e dirigido por Oliveira Valença<sup>401</sup>, reconheceu a subida de rendimento do guarda-redes português, “um portero (*sic*) de classe”<sup>402</sup>.

De regresso a Lisboa, Roquete integrou uma equipa representativa da AFL que defrontou a selecção civil de Madrid e desiluiu o público ao empatar a duas bolas num jogo monótono<sup>403</sup>. Os padrões de exigência da crítica e dos adeptos tinham mudado, no meio de um entusiasmo visível na abundância de pessoas que foram despedir-se da selecção nacional aquando da partida desta para Paris<sup>404</sup>, onde disputaria a 29 de Abril um novo prélio. Os futebolistas distraíram-se a jogar às cartas (a dinheiro) durante a viagem de comboio, interrompida na fronteira franco-espanhola devido à ausência de visto no passaporte colectivo da comitiva. Louis Labédens, “grande amigo dos portugueses e combatente da Grande Guerra”, responsabilizou-se junto da polícia francesa pela passagem do grupo luso, o que motivou a gratidão da FPPA. Antes do encontro, os seleccionados pediram aos representantes da FPPA um aumento da verba em francos que receberiam como prémio de jogo, numa discussão encerrada com um acordo, mas que alertou para a conveniência de fixar antecipadamente o valor a pagar aos convocados para os Jogos de Amesterdão<sup>405</sup>.

A equipa lusa viu-se colocada no Parque dos Príncipes perante obstáculos como o mau tempo, a relva molhada, o apoio ruidoso dos espectadores à selecção francesa ou a arbitragem do inglês Stanley Rous<sup>406</sup>, favorável aos gauleses. Mesmo assim, Armando Martins inaugurou o marcador aos 20 minutos, enquanto Paul Nicolas estabeleceu o empate no final da primeira parte. Na última jogada do desafio, Nicolas esteve perto de voltar a marcar, mas Roquete travou o remate com um “mergulho formidável”. Esta e outras defesas vistosas conquistaram para o casapiano a simpatia do público, expressa em palmas e na atitude de vários jogadores e espectadores, que a seguir ao apito final “lançam-se para Roquete e levam-no em triunfo até o

---

<sup>401</sup> Artur de Oliveira Valença (1897-1978) estudava em França quando eclodiu a I Guerra Mundial, na qual combateu voluntariamente e foi ferido. Industrial, comerciante e jornalista, Valença presidiu aos clubes portuenses Fluvial, Boavista e Salgueiros. As suas ligações à oposição ao Estado Novo, da qual foi um dos candidatos à Assembleia Nacional nas eleições de 1957 e 1965, levaram-no a ser preso entre 1958 e 1959.

<sup>402</sup> *Sporting*, 20-04-1928 e 24-04-1928.

<sup>403</sup> *O Sport de Lisboa*, 27-04-1928; *Os Sports*, 23-04-1928.

<sup>404</sup> *Os Sports*, 27-04-1928.

<sup>405</sup> *O Sport de Lisboa*, 11-05-1928.

<sup>406</sup> Stanley Ford Rous (1895-1986) seguiu, após deixar a arbitragem em 1934, uma carreira de dirigente, ocupando as funções de secretário da Football Association inglesa e presidente da FIFA (1961-1974).

vestiário”<sup>407</sup>. A festa incluiu operários portugueses a trabalhar nos arredores da capital francesa que assistiram ao jogo, embora alguns não conhecessem as regras do futebol<sup>408</sup>. O ministro português em Paris, Armando da Gama Ochoa<sup>409</sup>, apertou as mãos dos jogadores do seu país e discursou no jantar oferecido pela Federação Francesa de Futebol às duas selecções<sup>410</sup>.

No Parque Eduardo VII (Lisboa), dezenas de milhares de pessoas, entre as quais muitas mulheres, reuniram-se para acompanhar o França-Portugal através do quadro electrónico do *DN*. Um aluno da CPL e jogador do CPAC, Carlos Fernandes, fez parte da multidão e observou no quadro que “a bola vai até às redes de Portugal e está quase a transpor o limite do *goal*, quando torna a meio campo” graças a uma defesa de Roquete, saudado com vivas pelo público lisboeta<sup>411</sup>. António obteve na cidade natal do pai sinais de consagração internacional, como as referências ao seu trabalho feitas na imprensa desportiva francesa. A primeira página do número de 1 de Maio de 1928 do jornal *Le Miroir des Sports* apresentou uma fotografia do desafio mostrando Roquete em acção<sup>412</sup> e *L’Echo des Sports* referiu-se ao guarda-redes como “Um guarda-redes destro, ágil, ligeiro, mas fantasista e aventureiro”<sup>413</sup>. Em Portugal, a contracapa da revista semanal *O Notícias Ilustrado* foi ocupada por uma fotografia de Roquete, acompanhada do texto: “Roquette (*sic*) – O glorioso “az” que chamou a atenção do mundo sobre o foot-ball português, e que Paris acaba de erguer em triunfo!”<sup>414</sup>.

Depois de quatro encontros consecutivos sem derrotas frente a algumas das selecções mais célebres do mundo, a cotação internacional da selecção portuguesa teria passado da irrelevância de poucos meses antes para um “soberbo activo, que muitas outras nações nos invejam”<sup>415</sup>. Para tal contribuía os futebolistas de grande qualidade reunidos no misto nacional, como António Roquete, cuja popularidade era notória entre o número crescente de portugueses interessados pelo futebol e até entre estrangeiros que viam o ribatejano em actividade nas

---

<sup>407</sup> *Os Sports*, 30-04-1928.

<sup>408</sup> *Eco dos Sports*, 17-07-1939; *O Sport de Lisboa*, 11-05-1928.

<sup>409</sup> Armando Humberto da Gama Ochoa (1877-1941), oficial da Marinha no posto de capitão-tenente, foi deputado entre 1915 e 1917. Colaborou no golpe de 28 de Maio de 1926 e assumiu várias pastas governamentais no âmbito de um triunvirato formado com Mendes Cabeçadas e Gomes da Costa. Ainda em 1926, partiu para assumir o cargo de ministro em Paris, no qual se manteria até à data da sua morte.

<sup>410</sup> *Os Sports*, 04-05-1928.

<sup>411</sup> *O Ganso*, 15-05-1928; *Os Sports*, 30-04-1928.

<sup>412</sup> Entrevista a Hélder Tavares, 25-10-2015.

<sup>413</sup> *Os Sports*, 04-05-1928.

<sup>414</sup> *O Notícias Ilustrado*, 06-05-1928. A página da revista encontra-se actualmente exposta no Museu da Associação de Futebol de Lisboa, acompanhada por uma legenda sobre a carreira desportiva de António Roquete.

<sup>415</sup> *Sporting*, 08-05-1928.

selecções de Lisboa e Portugal. Aos 21 anos, António Fernandes Roquete, considerado pela crítica o melhor guarda-redes português de sempre<sup>416</sup>, tornou-se um dos “heróis desportivos” do país e uma celebridade da cultura de massas. Roquete foi um dos protagonistas do início da transformação do futebol num fenómeno mediático, com a selecção nacional como destinatário privilegiado do entusiasmo popular.

### 2.2.3. De Amesterdão ao Rio de Janeiro

Um artigo anónimo publicado pouco depois do Portugal-Argentina atribuiu a António Roquete “todas as qualidades do bom “goal-keeper”: agilidade, “souplesse”, golpe de vista, “détente”, valentia, decisão, sangue frio e estilo”, este último presente nas defesas “com beleza, com vigor, com perfeição” realizadas pelo atleta. O mesmo texto assinala a atenção constante prestada pelo guarda-redes do Casa Pia aos movimentos da bola e à evolução das jogadas, que lhe permitia estar “sempre pronto para entrar em acção” e evitar o golo adversário<sup>417</sup>. O acompanhamento atento das incidências do jogo foi uma das características individuais de Roquete como guarda-redes de futebol salientadas mais frequentemente por quem o descreveu, a começar pelo próprio António, inquirido já depois de se retirar dos campos. Autoavaliando-se, o antigo desportista considerou que o seu sucesso se deveu, além do treino regular e específico, à atenção com que seguia todos os lances das partidas, mantendo-se “em bicos de pés, pronto a intervir”, de acordo com o seu lema “Sempre de prevenção”<sup>418</sup>.

Em 1935, já no final do percurso futebolístico de Roquete, Cândido de Oliveira considerou-o o único guarda-redes português “que conseguiu classe verdadeiramente internacional”. No entanto, as saídas da baliza, “especialmente a grande distância – à entrada da grande área”, eram o ponto fraco do ribatejano, sem a perícia de Ricardo Zamora nesse tipo de movimentos<sup>419</sup>. Zamora, no qual Roquete via “a personificação do verdadeiro desportista” e com quem o salvaterrense trocou informações sobre métodos de treino<sup>420</sup>, afirmaria em 1967

---

<sup>416</sup> *A Ribalta*, 06-05-1928.

<sup>417</sup> *Os Sports*, 06-04-1928.

<sup>418</sup> *Futebol*, Setembro de 1966.

<sup>419</sup> Oliveira, ob.cit., pp. 76 e 90.

<sup>420</sup> *O Casapiano*, Agosto de 1993; *Eco dos Sports*, 17-07-1939.

recordar-se do colega português como um futebolista dotado de “Bons reflexos, muita elasticidade e, sobretudo, muita atenção”<sup>421</sup>. Vários jogadores portugueses contemporâneos de Roquete compararam-no ao portista Siska, geralmente tido por superior ao “ganso”, uma vez que este, segundo o belenense Severo Tiago, “sempre que as bolas eram rematadas rasteiras “engolia-as” com muita facilidade, pois como era muito alto, tinha certa dificuldade em mergulhar”<sup>422</sup>. Roquete admitiu a sua maior aptidão para as bolas altas, embora não se considerasse fraco na intercepção dos remates mais baixos, e destacou a preocupação com a componente estética das defesas que realizava<sup>423</sup>.

Após sete anos de encontros particulares, a presença no torneio de futebol de Amesterdão constituiu a primeira participação da selecção portuguesa numa competição oficial. Os 18 futebolistas escolhidos por Cândido de Oliveira, Ricardo Ornelas e Mário de Castro foram os guarda-redes Roquete (Casa Pia) e Cipriano (Sporting), os defesas Carlos Alves (Carcavelinhos), Jorge Vieira (Sporting) e Óscar de Carvalho (Boavista), os médios Raul Figueiredo (Benfica), Augusto Silva (Belenenses), César de Matos (Belenenses) e Aníbal José (Vitória de Setúbal) e os avançados Pepe (Belenenses), Vítor Silva (Benfica), Valdemar Mota (FC Porto), Armando Martins (Vitória de Setúbal), José Manuel Martins (Sporting), João dos Santos (Vitória de Setúbal), Jorge Tavares (Benfica), Liberto dos Santos (União Lisboa) e Alfredo Ramos (Belenenses). Entre os representantes da FPPA que acompanhariam os seleccionados, encontravam-se, além de Cândido e Ornelas, Ribeiro dos Reis e José Salazar Carreira<sup>424</sup>, enquanto o tenente-coronel Manuel Latino<sup>425</sup> integrava o grupo em nome do Comité Olímpico Português<sup>426</sup>. Alguns adeptos da selecção, como Artur Aires, Francisco Silveira e o capitão Joaquim de Sousa Martinho<sup>427</sup>, os jornalistas Adelino Mendes (enviado especial de *O Século*) e

---

<sup>421</sup> *Futebol*, Setembro/Outubro de 1967.

<sup>422</sup> *Ibidem*, Abril de 1966.

<sup>423</sup> *Ibidem*, Setembro de 1966.

<sup>424</sup> José Salazar Carreira (1894-1974), médico, atleta, dirigente e jornalista, praticou várias modalidades no Sporting entre 1912 e 1937. Distinguiu-se sobretudo no atletismo, onde conquistou campeonatos de Lisboa e nacionais em diferentes distâncias e bateu o recorde português dos 400 metros barreiras. Foi presidente do Sporting, da Associação de Rugby de Lisboa e das federações nacionais de futebol e atletismo. Durante o Estado Novo, cuja política desportiva teorizou, ocupou o cargo de inspector-geral dos Desportos.

<sup>425</sup> Manuel Latino (1878-1957), oficial de cavalaria promovido a general em 1940, desenvolveu uma vasta actividade como praticante e dirigente de hipismo, modalidade da qual chefiou a representação portuguesa nos Jogos Olímpicos de 1924, 1928 e 1936. Liderou a Comissão Superior de Educação Física do Exército, a Sociedade Hípica Portuguesa e o Comité Olímpico Português.

<sup>426</sup> Serrado, Serra, ob.cit., p. 189.

<sup>427</sup> *Os Sports*, 21-05-1928.

António Ferro<sup>428</sup> (*Diário de Notícias*) e a actriz do teatro de revista Laura Costa (“uma mulher lindíssima, cheia de vida”, na descrição de Roquete<sup>429</sup>), considerada a “mascote” da equipa, acompanhavam também a comitiva, que partiu da gare do Rossio no *Sud Express* em 21 de Maio de 1928 e chegou no final do dia seguinte a Paris, onde Latino, Ferro e Ornelas já se encontravam, antes de atingir Amesterdão em 23 de Maio.

A longa viagem de comboio foi preenchida com música, tocada à guitarra por Carlos Alves e Sousa Martinho e cantada por vozes como as de Laura Costa, Raul Figueiredo e até de Ribeiro dos Reis, que improvisou quadras sobre os futebolistas<sup>430</sup>. Na cidade anfitriã dos Jogos, o COP tinha reservado alojamento no Holland Hotel, mas os portugueses foram instalados em quartos sobrelotados, quase sem mobiliário além das camas. Os protestos dos dirigentes da comitiva terão contribuído para melhorar a hospedagem ao longo da permanência no Holland<sup>431</sup>. As refeições dos jogadores decorriam noutra estabelecimento, o Hotel Suisse, onde as pequenas doses fornecidas motivaram o desagrado dos atletas<sup>432</sup>. Entre 25 e 26 de Maio, Cândido, Carreira, Reis e Ornelas participaram no congresso da FIFA como representantes da FPFA, enquanto os jogadores lusos se adaptavam ao terreno relvado treinando no campo do Grupo Desportivo da Polícia local e passeavam pela cidade<sup>433</sup>. O passe individual de atleta olímpico atribuído a cada jogador incluía nome, fotografia, assinaturas do desportista e de membros da organização e um número identificativo, que no caso de António Roquete era o 398<sup>434</sup>.

27 de Maio era o dia marcado para a primeira (e última, em caso de derrota) partida da selecção de Portugal nos JO, na qual o adversário designado por sorteio seria o Chile. Alegria e ansiedade combinavam-se no ambiente reinante entre os dirigentes e futebolistas lusos. No desafio inaugural da competição, Roquete, Carlos Alves, Jorge Vieira (capitão), Raul Figueiredo, Augusto Silva, César de Matos, Valdemar Mota, Pepe, Vítor Silva, Armando Martins e José

---

<sup>428</sup> António Joaquim Tavares Ferro (1895-1956), escritor e jornalista, assumiu em 1933 a chefia do Secretariado de Propaganda Nacional (a partir de 1944, Secretariado Nacional de Informação), dedicado a actividades culturais e à difusão dos valores do Estado Novo. Como diplomata, foi colocado na Suíça (1950-1954) e em Itália (1954-1956).

<sup>429</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995.

<sup>430</sup> “ (...) A guarda das nossas redes/Ao Roquete confiada/Quer dizer apenas isto:Por ali não entra nada!/Auxiliam tal porteiro/Dois defesas de cartel/Ambos eles apostados/Em fazer um bom papel. (...)” (*Ilustração*, 16-06-1928).

<sup>431</sup> *Ilustração*, 16-06-1928.

<sup>432</sup> *Diário de Notícias*, 30-05-1928.

<sup>433</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995; Coelho, Pinheiro, *A Nossa Selecção em 50 Jogos (1921-2004)*, p. 32; *Ilustração*, 16-06-1928.

<sup>434</sup> *O Casapiano*, Agosto de 1996; Coelho, Pinheiro, ob.cit., p. 32. Roquete ofereceu o seu cartão de participante nos Jogos Olímpicos de 1928 à Biblioteca-Museu Luz Soriano, onde o documento se encontra exposto actualmente.

Manuel Martins saíram do balneário vestidos com “camisola rubra com o escudo nacional, calções azul-ferrete, meias negras com canhão listrado de verde e branco”<sup>435</sup>. Várias imagens foram recolhidas nos minutos antes do jogo, como uma fotografia de grupo do misto português<sup>436</sup> (ver Anexo VI) e outra que regista a entrada em campo dos lusos, durante a qual Roquete olhou para Raul Figueiredo. O algarvio levava nas mãos a bola do jogo, contrariando a tradição desta ser transportada pelo guarda-redes<sup>437</sup>. A equipa de Jorge Vieira formou a meio do terreno do Estádio Olímpico e saudou o público com vivas à Holanda. Depois da entrada dos chilenos, o árbitro egípcio Mohamed deu início à partida por volta das 15 horas.

Muito velozes e ofensivos, os sul-americanos inauguraram o marcador logo aos 3 minutos, num remate de Carbonell sem hipóteses para Roquete que fez a equipa das quinas sentir uma certa desorientação. Depois de várias defesas dos dois guarda-redes, o avançado-centro do Chile, Subiabre, desmarcou-se e, sozinho perante Roquete, fez o 2-0 aos 14’. Desolados, Salazar Carreira, Manuel Latino e Ribeiro dos Reis sofreram “o amargor prematuro de uma derrocada de ilusões”, na expressão do primeiro. Porém, o segundo golo chileno estimulou os jogadores lusos a reagir e retomar a iniciativa atacante. O misto da FPPA registou uma nova contrariedade ao ficar temporariamente reduzido a dez devido a uma lesão de Armando Martins, que voltaria a jogar alguns minutos depois, apesar das suas notórias dificuldades físicas, uma vez que as substituições de futebolistas eram então proibidas em partidas oficiais. Foi então que o Chile criou uma situação de grande perigo resolvida por Roquete “numa estirada magistral” premiada com aplausos pelo público<sup>438</sup>. O casapiano recordaria posteriormente que “salvei um golo certo. Foi esse mergulho que animou os nossos”<sup>439</sup>.

Aos 38’, José Manuel Martins centrou para um golo de cabeça de Vítor Silva e, dois minutos depois, Pepe, assistido por César de Matos, estabeleceu o empate num remate espectacular. A igualdade registada ao intervalo encorajou os portugueses, enquanto os chilenos perderam progressivamente capacidade física. Pepe cabeceou com sucesso aos 60’ e, três minutos mais tarde, Valdemar Mota seguiu numa iniciativa individual rumo à baliza do Chile, passando por três adversários antes de marcar o 4-2. Apesar de mais uma defesa vistosa de

---

<sup>435</sup> *Ilustração*, 01-07-1928.

<sup>436</sup> *Os Sports*, 04-06-1928.

<sup>437</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995; *Diário de Notícias*, 02-06-1928.

<sup>438</sup> *Ilustração*, 01-07-1928; *Os Sports*, 28-05-1928.

<sup>439</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995.

Roquete na sequência de um pontapé de canto, o desafio terminou num ritmo lento, com a equipa das quinas a procurar conservar a posse de bola. O triunfo de Portugal, tecnicamente superior ao Chile, produziu um forte impacto pelo seu carácter inédito (a selecção das quinas nunca tinha vencido uma partida disputada no estrangeiro) e pelas circunstâncias em que foi obtido. Logo a seguir à partida, os representantes das federações da Áustria e da Checoslováquia presentes em Amesterdão contactaram os dirigentes da FPF no sentido de combinar desafios particulares com Portugal<sup>440</sup>. Os quadros electrónicos instalados em Lisboa e Porto e, nas restantes cidades, os *placards* dos jornais *O Século* e *Diário de Notícias*, onde eram afixados breves relatos das incidências do jogo, informaram os portugueses do triunfo, celebrado por todo o país<sup>441</sup>. Um dos futebolistas mais elogiados pela crítica foi “António Roquete, guarda-redes nacional, que nos últimos encontros internacionais e actualmente em Amesterdam (*sic*), tem mostrado a sua grande classe”<sup>442</sup>. Num estilo mais literário que o dos seus colegas da imprensa desportiva, António Ferro escreveu na sua crónica: “Roquete, na defesa, empolgante. É um guerreiro medieval, com a alma de um avião, defendendo a porta do seu castelo...Um Roquete? Não! Três, quatro, cinco, seis Roquetes, os suficientes para levantarem um muro defronte da rede, um muro invencível onde a bola não entra...”<sup>443</sup>.

Apenas dois dias depois do triunfo sobre os chilenos, a selecção portuguesa regressou ao relvado para defrontar nos oitavos-de-final do torneio a Jugoslávia, ainda sem qualquer jogo realizado na prova. A substituição do lesionado Armando Martins pelo também setubalense João dos Santos era a única novidade no “onze” português, colocado perante um adversário que se revelaria poderoso. O árbitro alemão Alfred Birlem errou ao não assinalar uma grande penalidade a favor de Portugal no início do desafio e os jugoslavos ficaram perto do golo quando Jorge Vieira falhou um corte, mas Roquete defendeu para canto num “mergulho arrojado”. Aos 25 minutos, perto da baliza da equipa balcânica, Pepe passou a bola a Vítor Silva, que não desperdiçou a oportunidade de bater Siflis. Contudo, o avançado-centro Bonacic igualaria a partida ainda antes do intervalo. O cansaço e o vento forte, desfavorável aos remates lusos, prejudicaram os homens de Cândido de Oliveira, crescentemente dominados ao longo da segunda parte. O futebol praticado endureceu e ambas as equipas ficaram com um jogador a

---

<sup>440</sup> *Diário de Lisboa*, 01-06-1928.

<sup>441</sup> *Diário de Notícias*, 28-05-1928; *Os Sports*, 28-05-1928.

<sup>442</sup> *Sporting*, 31-05-1928.

<sup>443</sup> *Diário de Notícias*, 02-06-1928.

menos devido à expulsão de Valdemar Mota e do adversário com quem o portista trocou agressões. Por essa altura, num livre cobrado pelos jugoslavos junto à linha limite da grande área portuguesa, “o avançado disparou um tiro que ainda hoje não sei como fui buscar ao canto da baliza”<sup>444</sup>. A recordação de Roquete é confirmada pelo relato de Salazar Carreira, para quem seria impossível esquecer a “estirada sobrehumana (*sic*)” do guarda-redes, cuja espectacular acção aliviou os delegados da FPPA e entusiasmou o público.

Num eventual prolongamento, os portugueses não teriam hipóteses de vitória, devido à fadiga acumulada. Contudo, a um minuto do final, Augusto Silva, autor de uma exibição espantosa nessa tarde, produziu uma arrancada impressionante, ultrapassou os defesas e o guarda-redes contrários e marcou o golo que deu a vitória à formação das quinas. Os instantes seguintes foram de grande comoção para atletas, técnicos e dirigentes. No terreno de jogo e no vestiário, todos os portugueses presentes choravam e soluçavam de alegria, cantando o hino nacional entre abraços<sup>445</sup>. Roquete consideraria a vitória sobre a Jugoslávia “a minha maior alegria desportiva”<sup>446</sup>. O feito da selecção causou euforia em Portugal e numerosos telegramas de felicitações enviados para Amesterdão, um dos quais em nome de Óscar Carmona<sup>447</sup>.

Seis dias mais tarde, a 4 de Junho, o conjunto português mediria forças com a selecção do Egipto, inesperadamente presente nos quartos-de-final. O escasso conhecimento existente acerca do futebol egípcio e os dois triunfos moralizadores obtidos terão levado a equipa lusa a um excesso de confiança. Já recuperado, Armando Martins entrou no terreno do Estádio Olímpico como membro de uma formação idêntica à do desafio com o Chile. O início do jogo foi marcado pelo predomínio das defesas sobre os ataques e por escassas oportunidades de golo. Segundo Vítor Silva, que acertou então na trave da baliza adversária, “o Roquete que tão bem tinha jogado até essa altura, começou hesitante, dando pouca confiança à turma”<sup>448</sup>. Aos 20 minutos de jogo, o Egipto faz a bola chegar à grande área lusitana, numa situação aparentemente sob controlo de Roquete, mas este “comete o erro de não encaixar a bola debaixo de si, prefere repeli-la a soco com os dois punhos” e o esférico acaba nos pés de Mokltar. Uma fotografia do lance mostra António deitado e de costas para a baliza deserta, dentro da qual o avançado egípcio coloca a

---

<sup>444</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995.

<sup>445</sup> *Ilustração*, 01-07-1928; *Os Sports*, 01-06-1928 e 04-06-1928.

<sup>446</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965.

<sup>447</sup> *Os Sports*, 04-06-1928.

<sup>448</sup> *Futebol*, Outubro de 1965.

bola sem dificuldade<sup>449</sup>. O tento fornece maior confiança ao conjunto africano, que se torna mais ousado no ataque. Três minutos depois do início da segunda parte, o egípcio Riad passa por Augusto Silva e Carlos Alves e aproxima-se de Roquete. O guarda-redes hesita durante a saída da baliza e vê a bola passar por cima de si num “chapéu” bem executado.

A perder por 2-0, a equipa das quinas carregou em busca de nova recuperação, mas sem grande discernimento, enquanto os oponentes atiravam sucessivamente a bola para fora do campo de modo a beneficiarem das perdas de tempo. Aos 65’, Vítor Silva rematou de longe para defesa do guarda-redes Hamdi, que deteve o esférico quando este já ultrapassara a linha de golo. O juiz de linha, de nacionalidade holandesa, assinalou que o resultado passara para 2-1, mas o árbitro, o italiano Giovanni Mauro, colocado longe do lance, decidiu em sentido contrário e não validou o golo, para indignação dos portugueses. Surpreendido pela velocidade e resistência física dos egípcios, o conjunto das camisolas rubras conseguia apenas reduzir a desvantagem aos 80’, através de uma jogada individual de Vítor Silva. Nos minutos finais, Roquete tornou-se um mero espectador do que acontecia no meio-campo contrário, onde toda a selecção egípcia resistia à pressão portuguesa. Quando o embate luso-egípcio terminou, um sentimento de frustração espalhou-se entre os vencidos, inconformados com o fracasso perante um adversário notoriamente inferior e o golo mal anulado que poderia ter alterado a história do desafio. Os delegados da FPPA apresentaram ao Comité Técnico dos Jogos uma queixa pelo erro grosseiro de arbitragem e pediram a repetição da partida, numa iniciativa sem sucesso, já que Mauro confirmou a sua versão do lance polémico e o protesto foi indeferido. A derrota foi dolorosa para Roquete (“Fiquei moralmente abalado, dominado por uma grande tristeza”<sup>450</sup>), acusado por Ricardo Ornelas de ter sido “infantilmente burlado” nas jogadas dos dois golos do Egipto, enquanto Cândido de Oliveira responsabilizou a “pouca felicidade” do ribatejano pelo desaire. No entanto, ambos os casapianos desculpabilizaram os erros do guarda-redes, tendo em conta a influência deste na vitória sobre a Jugoslávia<sup>451</sup>.

Apesar dos tentos egípcios, a participação de António Roquete nos Jogos de Amesterdão foi avaliada de forma geralmente positiva. Ao escrever sobre o trabalho individual dos seus seleccionados no conjunto dos três desafios, Cândido de Oliveira, para quem Augusto Silva foi o

---

<sup>449</sup> Coelho, Pinheiro, ob.cit., p. 39; *Ilustração*, 01-07-1928; *O Século*, 11-06-1928.

<sup>450</sup> *O Século*, 11-06-1928.

<sup>451</sup> *Diário de Lisboa*, 08-06-1928; *Diário de Notícias*, 12-06-1928; Ornelas, ob.cit., pp. 72-74.

elemento mais regular da equipa, lamentou que o sucedido no encontro dos quartos-de-final impedisse Roquete de ser “a grande revelação dos Jogos”, depois de se ter mostrado, frente ao Chile e sobretudo contra a Jugoslávia, um guarda-redes “Audacioso, destemido, e com uma segurança inexcedível”<sup>452</sup>. Jornais estrangeiros como o espanhol *Informaciones*, que considerou Roquete semelhante a Zamora<sup>453</sup>, ou o francês *L’As*, cujo crítico Maurice Pefferkorn incluiu Roquete e Jorge Vieira “entre os melhores jogadores do torneio”<sup>454</sup>, deram relevo à actuação do guarda-luso. O destaque conferido ao salvaterrense fez-se sentir igualmente na imprensa portuguesa. As páginas centrais de *O Notícias Ilustrado* de 10 de Junho de 1928 apresentam uma montagem composta por fotografias da autoria de Ferreira da Cunha dos rostos de Cândido e dos futebolistas lusos presentes nos Jogos. Roquete é o único dos retratados a surgir de corpo inteiro e no centro da montagem, “coroadado” de louros<sup>455</sup>.

A derrota de 4 de Junho não anulou o entusiasmo do público português pela sua selecção, até porque, segundo a imprensa, o misto federativo tinha sido “Vencido pela injustiça dum árbitro”<sup>456</sup>. Assim, dirigentes e jornalistas prepararam uma recepção apoteótica aos “heróis de Amesterdão” e apelaram à participação popular na homenagem. A pedido da AFL, os jogadores da selecção regressaram a Portugal um dia mais cedo que o previsto, enquanto Ferro, Cândido, Ornelas e Adelino Mendes permaneceram na Holanda e prosseguiram a cobertura jornalística do torneio, no qual o Egipto seria goleado por Argentina (6-0) e Itália (11-3) e o Uruguai sagrar-se-ia campeão olímpico ao vencer os argentinos por 2-1 na finalíssima, após um empate a uma bola no primeiro desafio entre os conjuntos sul-americanos.

A 10 de Junho, o *Sud Express* transpôs a fronteira portuguesa em Vilar Formoso, onde discursou um dos dirigentes da AFL, o tenente António Maria Ribeiro, e dois jornalistas, Rebelo da Silva e Raul de Oliveira<sup>457</sup>, condecoraram os internacionais portugueses com medalhas de ouro oferecidas pelo *DN*. Ao longo do percurso até Lisboa (Valdemar Mota e Óscar de Carvalho mudaram de comboio na Pampilhosa e seguiram para o Porto, onde foram calorosamente

---

<sup>452</sup> *Diário de Lisboa*, 12-06-1928.

<sup>453</sup> *Diário de Notícias*, 02-06-1928.

<sup>454</sup> *Os Sports*, 03-08-1928.

<sup>455</sup> Dias, Marina Tavares, ob.cit., pp. 134-135; *O Notícias Ilustrado*, 10-06-1928.

<sup>456</sup> *Sporting*, 12-06-1928; *Os Sports*, 08-06-1928.

<sup>457</sup> Raul Pedro de Oliveira (1895-1973) fez parte do Corpo Expedicionário Português, no qual combateu na I Guerra Mundial. Foi redactor de jornais como *O Sport de Lisboa* e *Diário de Notícias* e dirigiu *Os Sports* (1929-1945) e *Mundo Desportivo* (1945-1966). Participou na organização da Volta a Portugal em Bicicleta.

recebidos), multidões aglomeraram-se nas estações ferroviárias para saudar a comitiva, acolhida por milhares de pessoas na passagem por Coimbra. Os repórteres anotaram durante a viagem vários depoimentos de futebolistas como Roquete, “certo de que, se voltássemos a jogar com os homens que nos derrotaram”, sob a vigilância de outro árbitro, “pagaríamos a nossa dívida com larga margem de juros”<sup>458</sup>. Entre os desportistas, trocavam-se piadas acerca de episódios de convívio com mulheres holandesas e “Roquete declarou “que brincou imenso” e que ainda está para saber o que lhe disse uma certa dactilógrafa”<sup>459</sup>. Os Caminhos-de-Ferro autorizaram uma paragem excepcional do *Sud* em Entre Campos, estação na qual a selecção desembarcaria às 18.30 para integrar um cortejo automóvel promovido para o efeito. Não foi, no entanto, fácil para os jogadores atravessar o imenso aglomerado de gente que lhes dirigia vivas e procurava abraçá-los. A custo, os atletas entraram em automóveis que, seguidos por mais de 200 veículos, percorreram as avenidas da República, Fontes Pereira de Melo e da Liberdade até ao Rossio, a partir do qual prosseguiram rumo à Praça do Município. Neste espaço, encontrava-se outra multidão que aplaudiu os futebolistas antes destes entrarem no edifício da Câmara de Lisboa. Durante a recepção oficial aos “heróis”, estes foram elogiados nos discursos de personalidades como o presidente da comissão administrativa da autarquia, o coronel Mardel Ferreira<sup>460</sup>, e o representante de Carmona na cerimónia, Luís Barreto da Cruz<sup>461</sup>. Na varanda dos Paços do Concelho, Roquete e os restantes jogadores agradeceram os aplausos dos lisboetas reunidos na praça. Em seguida, o programa incluiu a deposição de flores no pedestal da estátua de Luís de Camões e um “Porto de Honra” na sede da AFL. Após novos discursos, brindes e vivas, os olímpicos foram para as respectivas casas<sup>462</sup>.

Nos dias seguintes, multiplicar-se-iam as festas dedicadas aos membros da equipa das quinas, vários dos quais se deslocaram a localidades como Viseu e Tondela (não é claro se Roquete foi um deles) para aí serem homenageados. Algumas iniciativas revelam o interesse de várias empresas em associar-se à selecção, como um jantar com actuações de fadistas oferecido

---

<sup>458</sup> *Diário de Notícias*, 11-06-1928.

<sup>459</sup> *Diário de Lisboa*, 11-06-1928.

<sup>460</sup> Eugénio Carlos Mardel Ferreira (1867-1951), coronel desde 1919, esteve na batalha de La Lys, em 9 de Abril de 1918, tendo ficado ferido e prisioneiro dos alemães. Integrou desde 1926 a comissão administrativa da Câmara de Lisboa e presidiu à Liga dos Combatentes da Grande Guerra.

<sup>461</sup> Luís Barreto da Cruz (1872-1948), escritor, diplomata e jornalista, tornou-se em 1922 chefe do Protocolo da Presidência da República, função na qual acompanhou os chefes de Estado em visitas ao estrangeiro e recebeu inúmeras condecorações de vários países.

<sup>462</sup> *Diário de Notícias*, 11-06-1928; *O Século*, 11-06-1928; *O Sport de Lisboa*, 15-06-1928; *Os Sports*, 11-06-1928.

aos jogadores pelo restaurante *Ferro de Engomar*, localizado em Benfica. A profusão de eventos motivou críticas na imprensa às “festas, festinhas e festarolas” que envolviam os atletas<sup>463</sup>. Entretanto, o desenhador José Manuel Félix produziu um conjunto de caricaturas dos 12 jogadores utilizados nas três partidas. Os desenhos de Félix foram reproduzidos em postais a cores sob o título “Foot-Ball Olímpico”, vendidos a 50 centavos cada e incluindo dados sobre a carreira dos futebolistas na selecção<sup>464</sup>.

As dimensões atingidas ao nível da participação popular pelas cerimónias de acolhimento à selecção nacional, documentadas por várias fotografias publicadas na imprensa<sup>465</sup>, não se repetiriam durante mais de 30 anos. A adesão dos portugueses, a cobertura jornalística e o interesse do poder político pela prova de Amesterdão revelaram o importante fenómeno social em que o futebol se transformara e criaram um padrão de comportamentos colectivos perante torneios internacionais que não se alterou muito até hoje. Para António Roquete, os Jogos Olímpicos constituíram um evento decisivo quanto à sua popularidade e prestígio desportivo. O neto do professor Francisco Ferreira Roquete seria recordado como o guarda-redes da primeira selecção portuguesa de futebol a alcançar triunfos numa competição oficial e entrar no imaginário colectivo.

Poucas semanas depois de regressar da Holanda, enquanto o entusiasmo nacional em torno dos “heróis de Amesterdão” esmorecia progressivamente, Roquete voltou a sair de Portugal por motivos desportivos, na qualidade de reforço da equipa de futebol do Sporting que partiu para o Brasil. A digressão dos “leões” ao país sul-americano, originada pelo convite de uma colectividade do Rio de Janeiro, o Clube de Regatas Vasco da Gama (fundado por emigrantes portugueses), motivou críticas da imprensa, receosa de um eventual fracasso desportivo que poderia resultar em vexames para a vasta comunidade lusa naquele território<sup>466</sup>. O SCP oficiou a vários clubes lisboetas pedindo autorização para a participação de jogadores destes na viagem, recebendo respostas negativas de Benfica e Belenenses. O Casa Pia permitiu, contudo, a cedência de Roquete e Gustavo Teixeira, que reforçariam o conjunto sportinguista juntamente com Carlos Alves (Carcavelinhos), Liberto dos Santos (União Lisboa), João dos

---

<sup>463</sup> *O Notícias Ilustrado*, 17-06-1928; *O Sport de Lisboa*, 15-06-1928.

<sup>464</sup> *O Sport de Lisboa*, 15-06-1928.

<sup>465</sup> *Ilustração*, 16-06-1928; *O Notícias Ilustrado*, 17-06-1928.

<sup>466</sup> *O Sport de Lisboa*, 27-07-1928; *Os Sports*, 22-06-1928.

Santos e Armando Martins (Vitória de Setúbal). A direcção da FPPA, da qual Salazar Carreira e Ribeiro dos Reis eram secretários, também concedeu o seu aval à digressão<sup>467</sup>.

Os reforços juntaram-se em 1 de Julho, no navio *Alcântara*, aos jogadores “verde e brancos”, derrotados um dia antes pelo Carcavelinhos na final do Campeonato de Portugal. Um conjunto de 19 futebolistas viajaria para a América do Sul acompanhado pelo chefe da missão e presidente do SCP, António Nunes Soares Júnior, tal como pelo médico e conselheiro técnico José Salazar Carreira, pelo treinador Charles Bell<sup>468</sup> e pelo jornalista Cândido de Oliveira. Ao longo dos 11 dias de viagem até ao Rio de Janeiro, os membros da comitiva leonina preencheram o tempo com ginástica e jogos como o “Cabeçalho”, no qual Roquete saiu vencedor<sup>469</sup>. Liberto dos Santos recordaria mais tarde os “autênticos banquetes pantagruélicos” servidos no *Alcântara* aos atletas, pouco habituados ao luxo da primeira classe<sup>470</sup>. Após o desembarque no Rio a 12 de Julho, os jogadores hospedaram-se no Hotel Riachuelo, treinaram no campo do Fluminense e visitaram as instalações desportivas de vários clubes cariocas.

O primeiro encontro disputado pelo Sporting no Brasil verificou-se a 15 de Julho e não correu bem à equipa capitaneada por Jorge Vieira, vencida por 4-1 pelo Fluminense. Além da tradicional dificuldade de jogar em terrenos relvados, os sportinguistas foram prejudicados pela má exibição de Cipriano, infeliz nas bolas altas, e motivaram apreciações negativas da crítica brasileira<sup>471</sup>. O falhanço de Cipriano e a proximidade do desafio com o Vasco da Gama, marcado para 22 de Julho, levou à decisão de colocar na baliza do SCP António Roquete<sup>472</sup>. Frente ao Vasco, a equipa lisboeta alinhou com Roquete, Carlos Alves, Jorge Vieira, João Francisco, Serra e Moura, Martinho de Oliveira, Liberto dos Santos, João dos Santos, Armando Martins, Cervantes e José Manuel Martins e apresentou um rendimento muito superior ao da primeira partida. O casapiano “defendeu assombrosamente” e foi auxiliado na tarefa defensiva por Carlos Alves, “o melhor homem em campo”<sup>473</sup>. Após um empate sem golos na primeira parte, Gustavo

---

<sup>467</sup> *Os Sports*, 16-07-1928.

<sup>468</sup> Charles Oliver Bell (1894-1939), futebolista escocês, seguiu uma carreira de jogador profissional no Glasgow Rangers e em vários clubes ingleses antes de combater na I Guerra Mundial, onde foi ferido e gaseado. Na sua nova actividade de treinador, orientou equipas como Notts County, Pádua, Sporting (1928-1930), Olympique de Marselha, Nice ou Mansfield Town.

<sup>469</sup> *Boletim do Sporting Clube de Portugal*, 20-08-1929.

<sup>470</sup> *Futebol*, Novembro de 1965.

<sup>471</sup> *O Sport de Lisboa*, 10-08-1928; *Os Sports*, 03-08-1928, 06-08-1928 e 13-08-1928.

<sup>472</sup> *Os Sports*, 03-08-1928.

<sup>473</sup> *O Sport de Lisboa*, 17-08-1928.

Teixeira, que entrara para o lugar de João dos Santos, bateu o guarda-redes Jaguaré (que passaria mais tarde pelo futebol português), cinco minutos antes do Vasco da Gama igualar e estabelecer o resultado final. Uma compilação de artigos da imprensa brasileira feita por Salazar Carreira no seu relatório sobre a viagem revela a “ótima impressão” deixada nos jornalistas locais pelo trabalho de Roquete, “incontestavelmente um grande jogador”, embora tivesse o defeito perigoso de “pegar e largar a pelota”<sup>474</sup>.

Além dos jogos, o programa da digressão sportinguista incluía actividades de natureza social, bailes e passeios por áreas do Rio de Janeiro como a Tijuca, o Pão de Açúcar e o Corcovado. A revista *O Malho* publicou em 28 de Julho de 1928 uma reportagem sobre a comitiva do Sporting na qual o jornalista Barros Vidal entrevistou os jogadores, num esforço de observação que lhe permitiu escrever: “Os dois “keepers” da delegação são, em tudo, um expressivo contraste. Enquanto António Fernandes Roquete com a sua respeitável altura mostra pela vivacidade dos olhos e pela expressão do rosto enérgico um temperamento agitado, Cipriano dos Santos revela um absoluto controle sobre os nervos”. Nos seus passeios pelo Rio, Roquete “tem sentido, bem de perto, os encantos do Brasil, não sabendo dizer o que aprecia mais, porque tudo aprecia”<sup>475</sup>.

A pedido do Sporting, realizou-se a 29 de Julho um novo encontro com o Fluminense, que inaugurou o marcador aos 7 minutos, por intermédio de Alfredo, mas logo a seguir Armando Martins igualou a partida. Coelho Neto, com um “poderoso tiro baixo, que Roquete não pôde deter”, e Lagarto dariam ao *Flu* uma vantagem de dois golos, mas ainda antes do intervalo João dos Santos reduziu para 3-2, resultado sem alterações na segunda parte. Entre os “leões”, Roquete, Jorge Vieira e Carlos Alves deram especialmente nas vistas, com o primeiro a receber palmas do público pelas suas defesas e a ser considerado o melhor em campo pelo *Diário Carioca*<sup>476</sup>. Na noite de 2 de Agosto, o adversário do clube lisboeta seria uma selecção do Rio de Janeiro, num desafio disputado sob iluminação artificial, até aí desconhecida para os futebolistas portugueses<sup>477</sup>. Tal como exigido pelos dirigentes leoninos, o SCP realizou um treino nocturno na véspera do encontro, mas a escuridão causaria em Roquete uma certa dificuldade na avaliação da distância da bola. A apenas 20 minutos do fim, o Sporting perdia por 3-0, mas João dos

---

<sup>474</sup> *Boletim do Sporting Clube de Portugal*, 31-01-1930.

<sup>475</sup> *Ibidem*, 28-02-1930.

<sup>476</sup> *Ibidem*, 28-02-1930 e 31-03-1930; *O Sport de Lisboa*, 17-08-1928; *Os Sports*, 27-08-1928.

<sup>477</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995.

Santos bateu o vascaíno Jaguaré por duas vezes e fixou o resultado em 3-2, num esforço final da equipa “verde e branca” que lhe valeu uma grande ovação. Roquete voltou a brilhar com uma extraordinária defesa a remate de Oswaldinho<sup>478</sup>.

Tinha sido o último desafio do SCP no Brasil, já que, ao contrário do previsto, a equipa não se deslocou a S. Paulo e partiu a 5 de Agosto para a Europa no vapor *Andes*. A pressa foi justificada com o agravamento de uma doença de Soares Júnior (o presidente do Sporting morreria no início de Dezembro de 1928) e os compromissos que obrigavam os médios Serra e Moura e Martinho de Oliveira a regressar a Portugal<sup>479</sup>. Na verdade, o retorno ter-se-á devido ao fracasso dos contactos com os dirigentes do futebol paulista, que apenas aceitavam pagar as deslocações e o alojamento em S. Paulo da equipa portuguesa, enquanto esta pedia uma quantia destinada a compensar as despesas feitas por Vasco da Gama e Fluminense para viabilizar a excursão leonina<sup>480</sup>. Durante a viagem no *Andes*, que, após uma breve escala na Bahia, aportaria a Lisboa em 18 de Agosto, os membros da comitiva sportinguista, vestidos com os fatos de cerimónia usados na sala de jantar, reuniram-se para tirar uma fotografia juntamente com o capitão do navio<sup>481</sup>.

A visita do Sporting ao Rio de Janeiro, onde recebeu o apoio dos emigrantes lusos, parece ter sido um relativo sucesso, apesar dos fracos resultados obtidos nas quatro partidas disputadas (um empate e três derrotas). Financeiramente, a digressão originou um lucro de cerca de 150 contos para o Sporting<sup>482</sup>. A imprensa brasileira, na qual “Carlos Alves, António Roquete e Jorge Vieira foram, pela ordem indicada, sempre elogiados”<sup>483</sup>, publicou apreciações geralmente favoráveis aos jogadores portugueses. No caso de Roquete, a admiração por um guarda-redes que *A Noite* considerou “simplesmente assombroso” terá dado origem a uma proposta, declinada pelo ribatejano, para ficar no Brasil como jogador do Vasco da Gama<sup>484</sup>. Curiosamente, Cândido de Oliveira, no regresso a Lisboa, considerou exagerados os elogios feitos a Roquete pelos jornalistas brasileiros, pouco habituados a ver alguns gestos técnicos dos guarda-redes, como o

---

<sup>478</sup> *Boletim do Sporting Clube de Portugal*, 31-03-1930; *O Sport de Lisboa*, 24-08-1928.

<sup>479</sup> *Os Sports*, 24-08-1928.

<sup>480</sup> *Diário de Lisboa*, 18-08-1928.

<sup>481</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995; Correia, Romeu, ob.cit., p. 338; *Ilustração*, 16-10-1928.

<sup>482</sup> *Diário de Lisboa*, 18-08-1928.

<sup>483</sup> *Ilustração*, 16-10-1928.

<sup>484</sup> *O Casapiano*, Agosto de 1993; Serpa, ob.cit., p. 131; *Os Sports*, 27-08-1928.

mergulho. Cândido criticou ainda a má qualidade da arbitragem carioca e aludiu a “Pequenos desaguisados” entre os jogadores e Charles Bell<sup>485</sup>.

O tempo passado na viagem ao Brasil e a consequente falta de treino em natação impediram Roquete de participar na competição regional de 200 metros bruços da LPAN como representante do Casa Pia, que vivia então um período conturbado. Os dois últimos presidentes da instituição, Raul Vieira e Cândido de Oliveira, trocaram na imprensa acusações sobre as respectivas responsabilidades na situação casapiana<sup>486</sup>. Numa assembleia-geral do clube, Alfredo Soares, afastado pouco tempo antes da direcção da CPL, foi escolhido como novo presidente do CPAC. A reunião serviu também para apreciar a proposta da direcção cessante de atribuir a Cruz do Atlético (uma medalha conferida aos sócios do clube que se salientassem “pelo mérito, assiduidade ou dedicação”<sup>487</sup>) a António Gomes Marques, José António de Almeida e António Fernandes Roquete. O último nome sofreu a contestação de Silvestre Rosmaninho, que considerou inoportuno distinguir Roquete, mas Cândido defendeu a escolha do atleta. Rosmaninho seria o único casapiano presente na assembleia a votar contra a entrega a Roquete da condecoração clubística<sup>488</sup>. Entretanto, uma partida de beneficência a opor o Casa Pia e o Bom Sucesso (5-1 a favor dos “gansos”) precedeu o encontro entre os dois clubes na primeira jornada do regional de Lisboa, marcado pelo mau futebol e pela ineficácia no ataque que impediram o CPAC de ir além de um empate a uma bola, o mesmo resultado verificado nas jornadas seguintes frente ao Sporting e ao União Lisboa. A derrota da equipa do Restelo perante o Carcavelinhos (2-1) fez temer um novo fracasso no embate com o Belenenses, mas os “gansos”, alinhando com Manuel Donga e Carlos Fernandes na defesa, venceram de forma convincente os “azuis” por 2-1. No mês de Dezembro, o CPAC voltaria a perder ao defrontar o Benfica (4-0) e o Desportivo da Palhavã<sup>489</sup> (1-0).

Em 4 de Novembro, num jogo organizado pela FPFA, uma equipa representativa da AFL defrontou a selecção nacional que estivera presente em Amesterdão, embora se verificassem nesta as ausências de Pepe, Raul Figueiredo e José Manuel Martins, substituídos por Aníbal José,

---

<sup>485</sup> *Os Sports*, 24-08-1928.

<sup>486</sup> Camilo, ob.cit., pp. 121-122; *O Sport de Lisboa*, 06-07-1928, 24-08-1928 e 31-08-1928.

<sup>487</sup> *Estatutos do Casa Pia Atlético Clube – Ateneu Casapiano*, Lisboa, Sociedade Astória, s.d. (1936), p. 25.

<sup>488</sup> *Os Sports*, 08-10-1928; *O Sport de Lisboa*, 02-11-1928.

<sup>489</sup> O Império Lisboa Clube, então presidido por Júlio de Araújo, alterou em Agosto de 1928 o seu nome para Clube Desportivo da Palhavã. A colectividade disputou o campeonato lisboeta pela última vez na época de 1928/29, desaparecendo pouco depois.

João dos Santos e Alfredo Ramos. O misto federativo venceu por 2-1 a partida, durante a qual Roquete poucas vezes actuou, a não ser para executar pontapés de baliza “defeituosos e inconcebíveis num jogador de classe”. A presença dos atletas olímpicos no evento foi compensada pela FPPA com um prémio individual de 25 escudos, entregue após o desafio<sup>490</sup>.

A 30 de Novembro, um conjunto de futebolistas lisboetas escolhidos por Cândido de Oliveira dirigiu-se a Paris, onde deveria enfrentar a selecção da capital gaulesa dois dias depois. Além de Cândido, acompanhava os jogadores, em nome da AFL, o dirigente sportinguista Joaquim Guerreiro Oliveira Duarte, tesoureiro da associação distrital lisboeta. Segundo relatos posteriores de Roquete, poucas horas antes do desafio, ainda no hotel, dois dos convocados, Carlos Alves e José da Fonseca, reivindicaram em nome da equipa “uma compensação pelo câmbio entre o escudo e o franco”, a adicionar ao prémio previsto, desejo asperamente rejeitado por Oliveira Duarte. Em resposta, os futebolistas recusaram-se a jogar, enquanto o Stade Buffalo se enchia de público. Cândido de Oliveira prometeu pagar do seu bolso o valor extra (os atletas pediam 400 francos, contra os 250 oferecidos pelos dirigentes), resolvendo a situação e permitindo que os futebolistas se equipassem depressa, enquanto era comunicado ao estádio um atraso, alegadamente provocado por uma avaria no autocarro dos lisboetas, que fez a partida iniciar-se 20 minutos depois da hora prevista<sup>491</sup>.

A selecção de Lisboa jogou com António Roquete (Casa Pia), Carlos Alves (Carcavelinhos), António Pinho (Benfica), Gustavo Teixeira (Casa Pia), Augusto Silva (Belenenses), César de Matos (Belenenses), Liberto dos Santos (União Lisboa), Armando Silva (atleta do Carcavelinhos substituído aos 10 minutos pelo benfiquista Jorge Tavares), Vítor Silva (Benfica), Pepe (Belenenses) e Alfredo Ramos (Belenenses). Não foram utilizados os suplentes Cipriano (Sporting), José da Fonseca (Desportivo da Palhavã) e Vítor Hugo (Benfica). Ao contrário do que Cândido temia, dada a tradicional desvantagem constituída pelo relvado, a equipa da AFL assumiu-se como dominadora da partida e desorientou os parisienses com o seu jogo de passes curtos. Jorge Tavares inaugurou o marcador após um centro de Alfredo Ramos e, já na segunda parte, o veloz Vítor Silva alargou a vantagem lisboeta, mas logo a seguir Guilloux concretizou para Paris. O desgaste físico e a pressão dos visitados levaram os homens de Cândido a recuar e segurar a vantagem durante os últimos 20 minutos de jogo, num esforço

---

<sup>490</sup> *O Sport de Lisboa*, 09-11-1928; *Os Sports*, 05-11-1928.

<sup>491</sup> *Correio da Manhã*, 10-06-1991; *Futebol*, Setembro de 1966; *O Sport de Lisboa*, 14-12-1928.

coroado de sucesso. Finda a partida, os emigrantes portugueses presentes no Stade Buffalo (entre 1500 e 2000 dos espectadores) invadiram o campo e abraçaram os conterrâneos, transportados no habitual percurso triunfal até aos balneários. Quanto a Roquete, fez nesse dia 2 de Dezembro de 1928 uma das exibições mais elogiadas da sua carreira e ouviu aplausos por “intervenções brilhantes” essenciais para a vitória lisboeta, garantida nos minutos finais pelo ““keeper” que deslumbrou Paris”<sup>492</sup>. Na manhã seguinte, Cândido de Oliveira relatou as incidências do desafio, por telefone, ao *Diário de Lisboa* e passou o auscultador a Roquete, que considerou indefensável o tento por si sofrido (“Ele estava a seis passos, e ali – histórias”) e avaliou assim a prestação dos jogadores de Lisboa: “Todos bem, e até eu”<sup>493</sup>.

No regresso a casa da equipa, estalou a polémica acerca da ameaça de greve dos futebolistas, entretanto noticiada pela imprensa francesa. Reunida em 8 de Dezembro, a direcção da AFL, presidida por Luís Plácido de Sousa, após examinar o relatório elaborado por Cândido e Oliveira Duarte, emitiu um comunicado no qual saudou a selecção lisboeta pelo triunfo e castigou com “repreensão registada” os jogadores, “por não terem mantido a necessária disciplina”, numa situação ambígua em que os dirigentes pareciam ter medo de desagradar aos clubes com a eventual suspensão dos rebeldes<sup>494</sup>. Oliveira Duarte, que seria vice-presidente (1929-1931) e presidente (1931-1932) da AFL, mantinha em 1951 uma recordação “desagradável ao máximo” do episódio, referindo apenas que “não houve outro remédio senão ceder” às reivindicações dos atletas para evitar o escândalo. De volta a Lisboa, a delicadeza da situação impedira a AFL de ir além de uma repreensão<sup>495</sup>.

A posição de “contemporização e transigência” seguida pela AFL desagradou aos defensores mais radicais do amadorismo, para quem estava a ser permitido o “abandalhamento de uma causa que deveria ser nobre e útil”<sup>496</sup>. O assunto voltaria a ser discutido numa assembleia-geral do organismo realizada já em Agosto de 1929, quando o dirigente Virgílio da Fonseca contou que “Aos jogadores só foi comunicado que saíam daqui nas mesmas condições da Federação” (ou seja, recebendo os valores atribuídos pela FPFA aos membros da selecção nacional) e ninguém da AFL voltou a falar com os atletas até ao dia do Paris-Lisboa. Quanto à

---

<sup>492</sup> *O Az*, 09-12-1928; *Diário de Lisboa*, 03-12-1928; *O Sport de Lisboa*, 07-12-1928; *Os Sports*, 03-12-1928.

<sup>493</sup> *Diário de Lisboa*, 03-12-1928.

<sup>494</sup> *O Sport de Lisboa*, 14-12-1928 e 21-12-1928.

<sup>495</sup> *Associação de Futebol de Lisboa. Homenagem aos seus presidentes na comemoração do 41.º aniversário*, Lisboa, Associação de Futebol de Lisboa, 1951, pp. 47-49.

<sup>496</sup> *O Sport de Lisboa*, 14-12-1928 e 04-01-1929.

leveza do castigo aplicado, a direcção tivera em conta que penas severas prejudicariam os clubes e depressa seriam revogadas em assembleia-geral<sup>497</sup>. Na expressão de Roquete, “tudo ficou em águas de bacalhau”<sup>498</sup>, mas o incidente revelou uma crescente atitude reivindicativa por parte dos futebolistas portugueses, desejosos de receber parte dos lucros até então destinados apenas aos dirigentes.

O ano de 1928 constituiu para António Roquete, apesar do início desfavorável, o ponto alto do seu percurso como futebolista. A presença nos Jogos Olímpicos de Amesterdão e o êxito desportivo da selecção nacional permitiram-lhe ser associado durante as décadas seguintes a um período notável da história do futebol português, enquanto as deslocações ao Rio de Janeiro e a Paris reforçaram o prestígio internacional do casapiano e constituíram para este uma fonte de rendimentos financeiros. “Elegante, alto, moço e revelado para o lugar” de guarda-redes<sup>499</sup>, o ribatejano atraía público ao Campo do Restelo e, como afirmaria Ricardo Ornelas, “O Casa Pia era a bem dizer o Roquete”<sup>500</sup>. O filho de Judite Fernandes e Francisco Ferreira Roquete Júnior (não sabemos como se encontrava a relação entre o jovem e os pais nesta fase, embora António pareça nunca ter deixado de manter contacto com a mãe) transformara-se definitivamente num “ídolo” do desporto português.

#### 2.2.4. A digressão do Vitória de Setúbal ao Brasil

Senhores do poder político desde o golpe de 28 de Maio de 1926, os militares não conseguiram estabilizar o país. A heterogénea frente de apoio ao pronunciamento, unida apenas pela oposição ao Partido Democrático de António Maria da Silva e ao impasse a que chegara a I República, dividiu-se rapidamente em consequência do choque de ambições pessoais e diferentes objectivos políticos. Durante os anos seguintes, a Ditadura Militar seria marcada pela disputa do poder, sob a arbitragem de Óscar Carmona, por blocos que se opunham quanto ao modelo a orientar a evolução futura. Simplificando, os campos em confronto incluíam republicanos liberais para quem a ditadura deveria ser uma experiência transitória antes do regresso à

---

<sup>497</sup> Ibidem, 16-08-1929.

<sup>498</sup> *Correio da Manhã*, 10-06-1991.

<sup>499</sup> *O Notícias Ilustrado*, 02-12-1928.

<sup>500</sup> *O Casapiano*, Outubro de 1958.

Constituição de 1911, devidamente reformada, e as várias direitas defensoras de um regime autoritário, conservador e corporativo, baseado num novo texto constitucional. Entretanto, os adeptos do sistema derrubado em Maio de 1926 contavam ainda com apoios significativos nas Forças Armadas e não se conformaram com a nova situação política, pelo que levaram a cabo tentativas de golpe militar como as ocorridas em Fevereiro de 1927, às quais se seguiriam outras conspirações do “reviralhismo”. Os fracassos deste motivaram o endurecimento da Ditadura Militar quer contra a oposição republicana quer contra as esquerdas mais radicais (socialistas, comunistas, anarquistas), atingidas por formas de repressão como a censura, a proibição de jornais, o saneamento do funcionalismo público e um número elevado de prisões e deportações.

As ameaças contra o regime de Carmona levaram à decisão, tomada logo em Dezembro de 1926, de criar uma polícia especializada na perseguição dos opositores políticos. O Decreto n.º 12 972, publicado em 5 de Janeiro de 1927, é vago quanto ao pessoal e às competências da “polícia especial de informações” estabelecida em Lisboa, sob o controlo do governador civil local, à qual se juntará em Março de 1927 um organismo idêntico com sede no Porto. As polícias de informações de Lisboa e Porto seriam unidas em Março de 1928 numa só força, liderada por um delegado especial (nomeado pelo ministro do Interior), o tenente-coronel Ernesto Pestana Lopes, e por um director, o tenente Braz Vieira. Esta duplicação de chefias, associada ao envolvimento da Polícia de Informações nas disputas entre as facções internas da Ditadura, criará uma situação confusa e ainda mal conhecida no primeiro organismo posterior ao 28 de Maio dedicado à repressão dos crimes políticos<sup>501</sup>. O certo é que a Polícia de Informações, dependente do Ministério do Interior e designada popularmente por “Informa”, depressa se tornou conhecida pela violência que aplicava contra os adversários do regime<sup>502</sup>.

O Decreto n.º 15 884, de 24 de Agosto de 1928, criou mais uma força policial, a funcionar “Junto da polícia de informações” e dividida em duas secções, correspondentes ao Norte e Sul de Portugal. A Polícia Internacional, ou Polícia Internacional Portuguesa, possuía competências relativas à vigilância das fronteiras e dos estrangeiros residentes no país, cujos nomes seriam apontados num registo geral. Os funcionários da PIP, a colocar nas “instalações que eram ocupadas pelo pessoal do extinto Comissariado Geral dos Serviços de Emigração” em

---

<sup>501</sup> Godinho, Jacinto, “Memória e documentário: a esquecida Polícia de Informações”, in Pimentel, Irene Flunser, Rezola, Maria Inácia, coord., *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013, pp. 337-345; Ribeiro, ob.cit., pp. 51-55.

<sup>502</sup> Godinho, ob.cit., pp. 356-357; Ribeiro, ob.cit., p. 58.

determinados pontos da fronteira terrestre com Espanha, fiscalizariam a documentação dos “nacionais” e estrangeiros que pretendessem cruzar a linha divisória entre os dois países. De modo a cumprir a sua missão, a PIP deveria receber informação regular da Intendência Geral da Segurança Pública (responsável pela vigilância das entradas e saídas nos portos de Lisboa e Leixões) e dos proprietários de hotéis e restantes estabelecimentos nos quais se alojassem súbditos de outros países. Os comissários de polícia e administradores de concelho das localidades onde não existissem postos da PIP exerceriam as funções desta e informá-la-iam das “ocorrências” relacionadas com as atribuições do novo organismo. O departamento policial criado em Agosto de 1928 não possuía funções expressamente políticas, embora pudesse impedir estrangeiros “indesejáveis” de entrar em Portugal<sup>503</sup>. Sobre a aplicação prática do Decreto n.º 15 884, “não se conhece, neste período, quase nada”<sup>504</sup>. De resto, a fase inicial da vida da PIP seria curta, uma vez que a nova polícia foi extinta pelo Decreto n.º 18 849, de 13 de Setembro de 1930, e substituída por uma secção com o mesmo nome integrada na Polícia de Investigação Criminal de Lisboa, controlada pelo Ministério da Justiça e dos Cultos. Enquanto não fosse legalmente fixado o quadro de pessoal da nova secção da PIC, os postos fronteiriços seriam ocupados por agentes desta ou da Polícia de Informações<sup>505</sup>.

Em 27 de Janeiro de 1929, realizou-se no Stadium um desafio promovido pela FPFA entre os “prováveis” convocados para a selecção nacional e a equipa argentina do Club Sportivo Barracas, então em digressão europeia. O encontro, pobre em espectadores, terminou com a vitória do clube argentino por 3-2. Ao contrário do que fora anunciado poucos dias antes, António Roquete não ocupou a baliza do conjunto português, entregue a Cipriano. A ausência inesperada do casapiano provocou “Rumores, opiniões em voz baixa, comentários do público, palavras soltas” no estádio. Na verdade, Roquete encontrava-se a essa hora no Porto, sendo reconhecido entre a multidão que acompanhava o jogo através do quadro electrónico do *DN*. O futebolista deslocara-se à cidade nortenha por motivo de “deveres profissionais”, mas a sua viagem gerou de imediato rumores que o indicavam como novo jogador do Sport Comércio e Salgueiros, do Académico Futebol Clube ou de outras equipas portuenses<sup>506</sup>. Roquete permaneceu no Porto durante alguns dias e terá recebido propostas de vários emblemas locais

---

<sup>503</sup> *Diário do Governo*, I Série, 24-08-1928; *O Século*, 19-08-1928.

<sup>504</sup> Godinho, ob.cit., p. 344.

<sup>505</sup> *Diário do Governo*, I Série, 13-09-1930.

<sup>506</sup> *O Sport de Lisboa*, 31-01-1929; *Sporting*, 01-02-1929; *Os Sports*, 28-01-1929 e 31-01-1929.

para realizar uma ou mais partidas na Invicta, recusadas devido à alegada fidelidade do atleta ao CPAC<sup>507</sup>.

São escassas as informações disponíveis sobre a actividade profissional de Roquete entre 1926 e 1931. Já depois do casapiano actuar em vários jogos da equipa de futebol da Correia Leite, Santos & C.<sup>a</sup>, constou em Maio de 1928 “que Roquete vai para empregado numa importante casa bancária”<sup>508</sup>. Aquando da ida de Roquete ao Porto, os boatos foram desmentidos pela informação de que António estava apenas de passagem na Invicta, de onde se dirigiria, em trabalho, para Barca de Alva, uma povoação fronteiriça no norte do distrito da Guarda<sup>509</sup>. No entanto, a sua presença seria assinalada pouco depois em Valença, vila situada na fronteira do Minho<sup>510</sup>. Um jornal de Valença escreveria em 1932 que Roquete “é agente da Polícia Internacional, tendo prestado serviço no posto desta vila”<sup>511</sup>. Assim, tudo leva a crer que um “amigo pessoal” do casapiano “proporcionou-lhe um emprego” na polícia criada em Agosto de 1928 para assegurar a vigilância das fronteiras portuguesas<sup>512</sup>. Roquete terá seguido para o Norte sem quebrar a ligação ao Casa Pia e confiante numa rápida transferência que lhe permitisse regressar à capital<sup>513</sup>.

Durante a sua permanência no Minho, o desportista jogou pelo menos uma vez por um clube local, o Sport Clube Valenciano, cujo recinto, o Campo das Antas, acolheu no início de Março de 1929 um encontro amigável entre a equipa da casa e o Varzim Sport Clube. Roquete entrou no campo à frente da equipa do SCV, recebendo saudações do público, oriundo dos dois lados da fronteira luso-espanhola, e um ramo de flores oferecido ao guardião “por gentis damas valencianas”. Após o triunfo do Valenciano por 1-0, ocorreu um animado “copo de água” com elementos das duas equipas<sup>514</sup>. Entretanto, em Lisboa, o CPAC ressentia-se da ausência do seu capitão, perdendo por 5-1 frente ao Bom Sucesso e empatando a três bolas com o Sporting<sup>515</sup>. Na edição carnavalesca de *O Ganso*, um jornal redigido por alunos da CPL, Carlos Fernandes imagina um diálogo entre Ricardo Ornelas e Cândido de Oliveira no qual ambos lamentam a

---

<sup>507</sup> *Sporting*, 05-02-1929 e 08-02-1929.

<sup>508</sup> *O Sport de Lisboa*, 11-05-1928.

<sup>509</sup> *Off-Side*, 02-02-1929; *Os Sports*, 31-01-1929.

<sup>510</sup> *Sporting*, 04-03-1929; *Os Sports*, 08-03-1929.

<sup>511</sup> *A Plebe*, 15-10-1932.

<sup>512</sup> *Os Sports*, 08-03-1929.

<sup>513</sup> *Ibidem*, 04-02-1929.

<sup>514</sup> *A Plebe*, 15-03-1929; *Sporting*, 12-03-1929.

<sup>515</sup> *Os Sports*, 18-02-1929 e 25-02-1929.

partida de Roquete, o “miudinho que foi para o Porto”, embora acreditem num rápido regresso ao Casa Pia do guarda-redes<sup>516</sup>.

De facto, António Roquete voltaria a defender as redes casapianas logo a 10 de Março, num jogo entre o CPAC e o União Lisboa (1-1). Roquete esteve apenas pouco mais de um mês fora da capital e terá abandonado a PIP pouco tempo depois, uma vez que, em Julho de 1929, aquando da partida do atleta numa nova excursão desportiva ao estrangeiro, a sua profissão foi referida como “empregado no comércio” nos documentos oficiais sobre os participantes na digressão<sup>517</sup>. Ainda nesse ano, o novo presidente do CPAC, Joaquim Almada, assumiu a responsabilidade de obter um novo emprego para Roquete, de modo a garantir a continuação deste no clube<sup>518</sup>, pelo que a primeira experiência de António como funcionário policial ao serviço da Ditadura Militar terá sido breve e permanece envolta em muitas dúvidas.

Apesar das semanas de afastamento do futebol ao mais alto nível, Roquete foi convocado para o encontro Espanha-Portugal, a disputar na cidade de Sevilha em 17 de Março, tal como para o França-Portugal marcado para o domingo seguinte. Sem Jorge Vieira e José Manuel Martins, voluntariamente retirados do futebol (o primeiro voltaria ainda a jogar pelo Sporting), e com Augusto Silva e Raul Figueiredo fora de forma, o conjunto nacional perdeu por 3-0 num jogo-treino com a selecção de Lisboa, a qual também viajaria para defrontar a sua congénere sevilhana. Mesmo assim, ao ser ouvido por um jornalista no barco que transportou o misto luso do Terreiro do Paço até ao Barreiro, onde apanharia o comboio para Sevilha, Roquete afirmou-se crente num bom resultado para Portugal (“Confia nos seus colegas, mas modéstia à parte confia muito em si próprio”<sup>519</sup>). Cândido de Oliveira demitira-se no final de 1928 das funções de seleccionador nacional<sup>520</sup>, pelo que seriam Salazar Carreira, Mário de Castro e Ribeiro dos Reis a dirigir a comitiva na viagem a Espanha e França.

Depois do prestígio alcançado em Amesterdão, os eventos da partida no Campo Heliópolis representaram uma dura humilhação para os titulares lusos, Roquete, Carlos Alves, Martinho de Oliveira, Raul Figueiredo, Augusto Silva (capitão), Manuel Gonçalves (“Varela”), Valdemar Mota, Jorge Tavares, Vítor Silva, Pepe e Alfredo Ramos. Depois de um autogolo de

---

<sup>516</sup> *O Ganso*, 13-02-1929.

<sup>517</sup> *O Sport de Lisboa*, 02-08-1929.

<sup>518</sup> Camilo, ob.cit., p. 127.

<sup>519</sup> *Sporting*, 22-03-1929.

<sup>520</sup> *Os Sports*, 05-11-1928 e 24-12-1928.

Martinho de Oliveira logo no primeiro minuto, Roquete sofreu sucessivos tentos dos espanhóis até a primeira parte acabar com o resultado de 5-0. Os lusos incomodaram Zamora no segundo tempo, mas, ao falhar uma grande penalidade e cair no chão em lágrimas, Pepe tornou-se a imagem do desmoramento da equipa visitante, “um grupo sem coesão nem ligação” e mal seleccionado. Mesmo sem alterações até final, o resultado de Sevilha constituiu a mais pesada derrota imposta a Portugal desde 1921. O próprio Zamora afirmou-se desiludido com a exibição do adversário, em particular com a “grande indecisão” revelada por Roquete<sup>521</sup>. Na verdade, Roquete não fora dos piores portugueses em campo e fizera boas defesas na segunda parte, depois de 45 minutos em que, enervado, “parecia uma sombra de si próprio” e não saía da baliza<sup>522</sup>. Mais tarde, Roquete considerou a goleada de Sevilha o maior desgosto que conhecera no desporto (“Ah! Como sofri!...”) e avaliou a selecção espanhola de 1929 como a melhor equipa que defrontara na sua carreira<sup>523</sup>.

A 24 de Março, o misto da FFFA compareceu no estádio parisiense de Colombes para o quarto encontro luso-francês. Os seleccionadores portugueses tiveram em conta a experiência de Sevilha ao promoverem várias alterações no onze titular que beneficiaram a qualidade de jogo verde-rubra. Augusto Silva voltou a apresentar um trabalho de grande nível, enquanto Roquete, apupado pelos adeptos portugueses em Sevilha, obteve a “reabilitação” na cidade onde o seu pai nascera. O eficaz trabalho defensivo não foi, contudo, suficiente para evitar a vitória francesa, construída com golos apontados aos 49 e 79 minutos. A resistência lusa permitiu, mesmo assim, a Augusto Silva rejeitar as acusações de falta de empenho dirigidas aos seleccionados<sup>524</sup>.

Na imprensa lisboeta, o diagnóstico sobre o estado da selecção nacional variou entre a tolerância de *Os Sports* e a acidez de *O Sport de Lisboa*, para quem “O futebol em Portugal morre!...”, devido à ausência de preparação atlética dos jogadores<sup>525</sup>. Os jornais franceses voltaram a destacar Roquete, quer pela presença deste em várias das fotografias do encontro, quer através de elogios à actuação do salvaterrense, também registada num novo meio de divulgação do futebol, o cinema. Um documentário português sobre o desafio de Colombes, com cerca de 10 minutos de duração, mostra os futebolistas das duas equipas, filmados antes da

---

<sup>521</sup> *O Sport de Lisboa*, 22-03-1929.

<sup>522</sup> *Os Sports*, 18-03-1929 e 19-04-1929.

<sup>523</sup> *Eco dos Sports*, 17-07-1939; *Stadium*, 17-02-1932.

<sup>524</sup> *O Az*, 31-03-1929; *O Sport de Lisboa*, 29-03-1929; *Os Sports*, 25-03-1929.

<sup>525</sup> *O Sport de Lisboa*, 29-03-1929; *Os Sports*, 25-03-1929.

partida, e várias fases desta. Imagens recolhidas atrás da baliza portuguesa acompanham os movimentos de Roquete, que intervém por três vezes<sup>526</sup>. Durante o percurso ferroviário de regresso a Lisboa, Roquete viajou no mesmo compartimento de Pepe e terá notado sinais de doença, como os olhos “raizados de sangue”, no jovem belenense<sup>527</sup>.

Após os compromissos das selecções, o Casa Pia voltou à acção na primeira eliminatória do Campeonato de Portugal, contra o Estrela de Portalegre, facilmente derrotado por 5-0 na cidade alentejana. No regresso do regional de Lisboa, o CPAC perdeu por 4-1 perante o Carcavelinhos. Seguiram-se o desafio com o Belenenses e a pior derrota sofrida pelo Casa Pia nos seus primeiros nove anos de história: 8-0 a favor dos “azuis”. Roquete não foi responsável pela goleada, para a qual contribuíram a grande exibição do CFB e a lentidão de Gustavo Teixeira, sempre ultrapassado pelos adversários<sup>528</sup>. Na jornada seguinte, o Benfica voltaria a ser superior ao Casa Pia (4-3), que encerraria o seu percurso na prova ao vencer o Palhavã por 4-1. A equipa do Restelo repetiu em 1928/29 o sexto lugar no campeonato de Lisboa, à frente de Bom Sucesso e Palhavã, além de ser infeliz na competição nacional, ao sofrer cinco golos sem resposta no recinto do Lusitano de Vila Real de Santo António<sup>529</sup>. Pelo meio, Roquete participou no Lisboa-Madrid militar disputado no Campo Grande a 5 de Maio. A vitória madrilena por 3-2, após prolongamento, garantiu à capital espanhola a conquista definitiva da Taça Guarnição Militar de Lisboa, instituída pela Comissão dos Padrões da Grande Guerra. Em 19 do mesmo mês, o Ameal acolheu mais um desafio entre as selecções de Porto e Lisboa, com a formação de Siska a triunfar por 4-3<sup>530</sup>.

O sucesso da deslocação do Sporting ao Brasil em 1928 inspirou a realização no ano seguinte de uma nova viagem à ex-colónia. A digressão do Vitória de Setúbal foi organizada pelo empresário Fernando Alberto Braga de Sousa, um emigrante radicado em S. Paulo a quem o jornalista Artur Inês<sup>531</sup> sugeriu o VFC como a equipa portuguesa a deslocar-se ao Brasil no Verão de 1929, tal como os reforços e outras personalidades que acompanhariam os sadinos<sup>532</sup>. Além

---

<sup>526</sup> <http://www.casapia-ac.pt/clube/index.php/ct-menu-item-75/roquete-uma-lenda-do-casa-pia>

<sup>527</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995.

<sup>528</sup> *Os Sports*, 22-04-1929 e 26-04-1929.

<sup>529</sup> *Ibidem*, 31-05-1929.

<sup>530</sup> *O Sport de Lisboa*, 24-05-1929.

<sup>531</sup> Artur Lopes Inês (1898-1968) trabalhou como jornalista em periódicos como *O Az*, *O Povo*, *O Diabo*, *O Século*, *O Rebate*, *Os Sports*, *Eco dos Sports*, *Diário Popular* e *República*. Dirigiu o Sindicato dos Profissionais da Imprensa de Lisboa e escreveu livros de poesia, ensaio e novelas, entre outros géneros.

<sup>532</sup> *O Az*, 21-07-1929; *O Setubalense*, 15-07-1929.

de 11 jogadores do Vitória, embarcaram no paquete *Ceylan* em 17 de Julho os futebolistas António Roquete, Gustavo Teixeira, Carlos Alves, Liberto dos Santos e Raul Figueiredo, o treinador e massagista do VFC, Arthur John<sup>533</sup>, Cândido de Oliveira, o médico e criminologista Rodolfo Xavier da Silva<sup>534</sup>, que se deslocava ao Brasil em viagem de estudo e a quem a direcção do Vitória convidara para ser representante oficial do clube, os pintores Alberto de Sousa (pai de Braga de Sousa, viria a retratar os atletas em aguarelas) e Sousa Gomes, o “*sportman*” António de Carvalho, Fernando Braga de Sousa e o vice-presidente do emblema setubalense, António Veloso, que combinara com o empresário os detalhes da digressão, num total de 24 pessoas. No dia da partida, o capitão José Almeida Cassar, presidente do Vitória de Setúbal, e outros dirigentes vieram ao porto de Lisboa despedir-se da comitiva. Antes do *Ceylan* partir, Cândido, Gustavo e Roquete, que, tal como no ano anterior, viajariam na mesma cabine, foram de táxi para Belém de modo a “fixar na retina, fresca, perdurável, a imagem ou ideia da Casa (Pia)”, nas palavras do primeiro<sup>535</sup>. A secretaria da FPPA contactou o Vitória a propósito de uma notícia segundo a qual Braga de Sousa financiava a excursão, o que violaria a proibição de jogos “organizados por particulares com intuito de especulação” fixada no regulamento federativo. A colectividade sadina respondeu informando que Sousa era sócio do VFC e recebera da direcção plenos poderes para combinar desafios no Brasil<sup>536</sup>.

Durante o percurso, os futebolistas treinaram, sob a orientação de Arthur John, saltos, corrida e ginástica no *deck* do navio. Segundo o diário escrito por Cândido de Oliveira, os jogadores combatiam a monotonia da viagem a cantar, acompanhados pela célebre guitarra de Carlos Alves, jogar às cartas e flirter com as passageiras. Cândido fez amizade com o médico de bordo, Perry da Câmara, que se esforçava para melhorar as condições nas quais os emigrantes portugueses (o *Ceylan* transportava também migrantes árabes, turcos, indianos e espanhóis) viajavam na terceira classe da embarcação. O capitão do navio suicidou-se em 20 de Julho, sendo sepultado dois dias depois em Dakar e substituído pelo até aí imediato. Durante a breve

---

<sup>533</sup> Arthur John, treinador de nacionalidade austríaca, orientou em Portugal o Vitória de Setúbal (1923-1929), o Benfica (1929-1931), o Sporting (1931-1933) e o Casa Pia (1933). Ganhou dois campeonatos de Portugal e foi duas vezes campeão de Lisboa.

<sup>534</sup> Rodolfo Xavier da Silva (1877-1955), médico e professor do Instituto de Medicina Legal, introduziu em Portugal a identificação dactiloscópica. Publicou peças teatrais e livros sobre criminologia. Durante a I República, exerceu cargos como governador civil de Lisboa, senador, deputado e ministro da Instrução, do Trabalho e dos Negócios Estrangeiros.

<sup>535</sup> *O Az*, 21-07-1929, 28-07-1929 e 18-08-1929; *O Setubalense*, 15-07-1929 e 22-07-1929; *O Sport de Lisboa*, 19-07-1929.

<sup>536</sup> *Os Sports*, 07-10-1929.

escala na cidade africana, a comitiva sadina ficou impressionada com a altura do chefe dos carregadores locais (“O Roquete foi pôr-se a seu lado, e parecia um anão!”), antes de iniciar o resto da travessia do Atlântico<sup>537</sup>.

*O Ceylan* chega em 1 de Agosto ao Rio de Janeiro, onde os vitorianos são recebidos por emigrantes portugueses e desportistas da cidade. Os futebolistas do VFC treinam no Estádio de S. Januário, pertencente ao Vasco da Gama, enquanto fotografias de Roquete e outros jogadores vitorianos são publicadas na imprensa carioca<sup>538</sup>. A 8 de Agosto, no Parque Antárctica, em S. Paulo, onde a comitiva lusa chegara um dia antes, Cândido de Oliveira arbitra o encontro entre a Portuguesa e o Vitória de Setúbal, que marca dois golos nos primeiros 10 minutos, consentindo o empate ainda antes do intervalo, numa partida na qual o VFC alinha com Roquete, Carlos Alves, Joaquim Ferreira, Gustavo Teixeira (Palhinhas), Raul Figueiredo (Liberto), Matias, Eduardo Augusto, João dos Santos, Domingos das Neves, Armando Martins e Francisco dos Santos. À noite, os participantes na digressão vitoriana vão ao cinema e vêem pela primeira vez um filme sonoro. O empate e a exibição dos sadinos não impressionam a crítica e o público paulistas e aumentam o receio dos emigrantes portugueses de um mau resultado do VFC no jogo entre este e a selecção de S. Paulo, combinado para 11 de Agosto. O conjunto paulista detinha grande prestígio e derrotara recentemente clubes europeus de passagem pelo Brasil, como o campeão italiano Bolonha, o que motivava a imprensa local a prever uma derrota pesada da equipa de Setúbal.

Novamente no Parque Antárctica, o guarda-redes habitual do Vitória, Artur Augusto (uma das crónicas da partida menciona Roquete como o guardião do clube português<sup>539</sup>), não consegue evitar que o misto paulista se adiante no marcador, mas Domingos das Neves faz o empate, num remate acrobático, logo a abrir a segunda parte. Enquanto os brasileiros desperdiçam oportunidades de golo, a defesa vitoriana segura a igualdade e o VFC termina a partida instalado no meio-campo paulista. Após o final do encontro, centenas de portugueses entram no campo em delírio e agarram os jogadores do Vitória, que só graças à intervenção policial conseguem regressar de automóvel ao hotel, onde continuará a festa dos emigrantes, para

---

<sup>537</sup> *O Az*, 18-08-1929, 25-08-1929 e 01-09-1929.

<sup>538</sup> *Ibidem*, 15-09-1929; *O Setubalense*, 02-08-1929 e 03-08-1929.

<sup>539</sup> *O Sport de Lisboa*, 06-09-1929.

quem o empate obtido pelos “patrícios” representa uma autêntica vitória sobre os brasileiros e a comunidade italiana, mais numerosa em S. Paulo<sup>540</sup>.

Colhidos de surpresa pelo empate, os dirigentes da Associação Paulista de Esportes Atléticos (APEA) propõem a realização de uma desforra, rejeitada pelos líderes da comitiva sadina, temerosos do clima emocional estabelecido em S. Paulo, que poderia levar a incidentes dentro e fora do campo, e dos efeitos desportivos de uma eventual derrota. Após uma noite de festa, os setubalenses embarcam em 13 de Agosto no comboio para Santos e, durante a viagem, lêem nos jornais uma nota oficiosa da APEA anunciando para dia 15 desse mês uma “revanche” a disputar em Santos por paulistas e portugueses. O texto deixa furiosos Cândido, Veloso e Braga de Sousa, que enviam um telegrama de protesto à APEA e aceitam apenas jogar com o Santos Futebol Clube e a selecção da ASEA (Associação Santista de Esportes Atléticos), como estava previsto. As negociações feitas por telefone entre o VFC e a APEA, segundo a qual o contrato assinado com o clube português não especificava quais seriam os adversários deste, falham e o organismo de S. Paulo (de relações tensas com a ASEA) proíbe o Vitória de realizar as partidas previstas, que são anuladas. No estádio do Santos, a 15 de Agosto, milhares de pessoas assistem a um jogo-treino entre o onze titular do VFC e uma equipa que mistura reservas sadinos e jogadores locais, com Roquete a passar pela baliza dos dois conjuntos<sup>541</sup>. O grupo setubalense regressa ao Rio de Janeiro em 17 de Agosto, já depois de jornais de Santos e S. Paulo publicarem uma exposição do VFC sobre o diferendo entre este e a APEA. A colónia lusitana em S. Paulo e o jornal *Pátria Portuguesa*, publicado no Rio, apoiaram a posição tomada pelo VFC<sup>542</sup>.

Na capital brasileira, onde os desportistas portugueses se alojam no Magnífico Hotel, o Vitória perde por 4-0 em 21 de Agosto com a selecção carioca. Num telegrama enviado para Setúbal, António Veloso justifica a goleada sofrida com a dificuldade em jogar sob luz artificial. A 24 do mesmo mês, o América, campeão do Rio, bate os setubalenses por 2-1, embora Veloso refira uma “indescritível ovação” prestada pelo público aos jogadores lusos. Já a 28 de Agosto, a selecção B da Associação Metropolitana de Esportes Atléticos, organismo responsável pelo futebol carioca, derrota o Vitória por 3-1. Numa deslocação a Belo Horizonte, os sadinos perdem

---

<sup>540</sup> *O Az*, 22-09-1929; *O Sport de Lisboa*, 06-09-1929; *Os Sports*, 06-09-1929.

<sup>541</sup> *O Az*, 22-09-1929 e 29-09-1929.

<sup>542</sup> *Ibidem*, 08-09-1929.

o desafio de 1 de Setembro frente ao Atlético Mineiro<sup>543</sup>. Quando a digressão vitoriana parece aproximar-se do fim, o VFC empata em S. Paulo com o Paulistano (1-1), a 7 de Setembro, e, apenas um dia depois, defronta em Santos a Associação Atlética Portuguesa local, vencedora por 4-0 num prélio com mais de 20 mil espectadores. Os vitorianos encontravam-se proibidos de jogar no estado de S. Paulo pela APEA, com a qual Paulistano e Associação Atlética tinham rompido em 1925, integrando um organismo dissidente, a Liga dos Amadores de Football (LAF). Os dirigentes paulistas queixam-se da irregularidade à entidade reguladora nacional, a Confederação Brasileira de Desportos, que informa a FPPA e a FIFA, enquanto Cândido de Oliveira e Xavier da Silva regressam a Portugal antes do resto da comitiva<sup>544</sup>. A opção do Vitória de disputar jogos com clubes desligados da entidade oficial dirigente do futebol de S. Paulo provoca fortes críticas na imprensa brasileira.

O jornal carioca *O Sport* de 14 de Setembro inclui uma entrevista a Arthur John, fluente em português. O treinador queixa-se da indisciplina dos futebolistas sob o seu comando durante a digressão, sobretudo de Roquete, Carlos Alves e Raul Figueiredo, nos quais a glória obtida nos Jogos Olímpicos teria causado arrogância. No dia em que o jornal é posto à venda, Roquete e Carlos Alves entram inesperadamente na redacção de *O Sport*, acompanhados por John, a quem atacam de forma exaltada, enquanto o técnico alega ter sido mal compreendido pelo entrevistador. Depois de, a custo, os ânimos acalmarem, os jornalistas do periódico pedem aos internacionais portugueses um relato da já polémica excursão. Alves e Roquete acedem e falam “com calma, ponderação e um auxiliando o outro nos momentos de hesitação ou esquecimento”<sup>545</sup>.

De acordo com os jogadores, António Veloso oferecera, no final de Junho, a Alves, Roquete, Gustavo, Liberto e “Tamanqueiro” 1500 escudos, mais 15 mil réis por cada dia passado no Brasil, para acompanharem os sadinos na digressão. Perante quantias mais baixas que os valores pagos pelo Sporting em 1928, Carlos Alves contrapropôs 20 mil réis por cada dia da viagem no Atlântico, uma verba que Veloso lhe dissera mais tarde ter garantido junto de Braga de Sousa. No entanto, três dias depois da partida de Lisboa, ainda nada tinha sido pago. Pressionado por Carlos Alves, Veloso entregou 300 escudos, com pedido de sigilo, apenas ao

---

<sup>543</sup> Ibidem, 25-08-1929; *O Setubalense*, 22-08-1929, 23-08-1929, 26-08-1929, 29-08-1929 e 02-09-1929.

<sup>544</sup> *O Setubalense*, 02-09-1929, 09-09-1929 e 10-09-1929; *O Sport de Lisboa*, 04-10-1929.

<sup>545</sup> *Os Sports*, 04-10-1929.

“luvas pretas”<sup>546</sup>, que avisou os companheiros. Segundo Alves, “Chefiados pelo Roquete, procuraram os jogadores o sr. António Veloso”, que, apesar dos protestos do guarda-redes, recusou pagar o prometido antes de auferir as receitas dos desafios. Roquete terá admitido voltar a Lisboa logo após a chegada ao Brasil caso lhe entregassem o bilhete de regresso e um mês de ordenado, mas o acordo revelou-se impossível e a viagem continuou, num péssimo ambiente. Entre o Rio de Janeiro, S. Paulo e Belo Horizonte, os atletas ouviram outras promessas sem efeito. Veloso recebeu de Braga de Sousa dinheiro suficiente para pagar as dívidas aos jogadores, mas apenas os cinco lisboetas “foram suficientemente contemplados”. Sousa e Veloso envolveram-se numa discussão no hotel de Belo Horizonte, chegando o primeiro a sacar de uma pistola e tentar disparar. De volta ao Rio, o empresário aceitara os jogos propostos pelos clubes da LAF. No entanto, Roquete recusara-se a entrar em campo para defrontar o Paulistano, por temer ser castigado e assim prejudicar o Casa Pia. Alves e Roquete, tal como a restante comitiva vitoriana, embarcariam a 15 de Setembro no vapor *Cuyabá* rumo à Europa, considerando frustradas as suas expectativas de proventos financeiros e dos “prazeres naturais de uma viagem de recreio” ao Brasil<sup>547</sup>. Depois do *Cuyabá* aportar a Lisboa em 3 de Outubro, os futebolistas do VFC serão recebidos em Setúbal sem “uma palma, nem uma viva! (*sic*)”<sup>548</sup>. Entretanto, as notícias sobre as perturbações na digressão sadina chegam a Portugal e levam José Almeida Cassar a assinar em 1 de Outubro uma nota oficiosa na qual nega responsabilidades da direcção do clube nos “factos anormais” divulgados<sup>549</sup>.

Os eventos ocorridos durante a excursão são investigados por uma comissão de inquérito criada pela direcção do VFC e analisados pela Federação, que ouve o testemunho do presidente vitoriano, enquanto António Veloso elabora o relatório da viagem. Acerca das partidas com o Paulistano e a Portuguesa de Santos, Ribeiro dos Reis confirma que a CBD oficiou ao organismo português a pedir “providências urgentes” para as evitar. Nesse sentido, a FPPA ordenou ao Vitória que telegrafasse aos seus representantes no Brasil de modo a fazê-los cancelar os desafios<sup>550</sup>. Numa primeira decisão sobre o caso, a direcção federativa multa em 10 mil escudos o VFC pelos jogos irregulares em S. Paulo, inabilita António Veloso (ou seja, impede-o de

---

<sup>546</sup> Carlos Alves jogava sempre de luvas pretas, um talismã mais tarde retomado pelo neto, o também futebolista João Alves.

<sup>547</sup> *O Sport de Lisboa*, 04-10-1929; *Os Sports*, 04-10-1929.

<sup>548</sup> *O Setubalense*, 02-10-1929 e 06-10-1929.

<sup>549</sup> *O Sport de Lisboa*, 11-10-1929; *Os Sports*, 11-10-1929.

<sup>550</sup> *Os Sports*, 07-10-1929.

continuar a ser dirigente desportivo) e instaura um inquérito ao sucedido<sup>551</sup>. *O Sport de Lisboa*, dirigido por Cosme Damião<sup>552</sup>, interessa-se particularmente pelo caso, que encara como uma prova da existência de profissionalismo no futebol português. De acordo com o jornal, os dirigentes do Vitória sabiam de todas as condições nas quais se realizaria a expedição liderada por Braga de Sousa, que pagaria ao VFC 5 mil escudos por cada jogo disputado e outras despesas, enquanto Roquete, Carlos Alves e o setubalense Joaquim Ferreira tinham encabeçado a luta dos futebolistas por prémios e diárias mais elevados. Com os passaportes dos jogadores em seu poder, Braga de Sousa teria ameaçado voltar para Portugal sozinho. Em resposta, os atletas invadiram o seu quarto e mantiveram sob vigilância Alberto de Sousa até o filho deste devolver os documentos e obter a verba exigida<sup>553</sup>.

O relatório escrito por António Veloso acusa de “má fé” Fernando Braga de Sousa, que, ao desautorizar o vice-presidente do VFC, “deu origem à insubordinação e desenfreada ganância de interesses e exigências materiais dos jogadores”. No Brasil, em data incerta, Roquete, Carlos Alves e Joaquim Ferreira exigiram a Veloso o dinheiro (17 contos) que entendiam pertencer aos jogadores e que o dirigente tinha enviado ao clube, verificando-se no quarto de Braga de Sousa uma cena “de indignidade, de autêntico bolchevismo e de desrespeito, que me ia custando a vida”. Os problemas tinham começado durante a viagem no *Ceylan*, quando Veloso tivera de enfrentar as exigências de Carlos Alves. O defesa alcantareense “contava antecipadamente com a concordância de Roquete”, envolvido em situações semelhantes aquando da digressão do Sporting ao Brasil, do Paris-Lisboa e do seu “edificante procedimento na sua célebre questão da Madeira”. Após o encontro no Rio de Janeiro com o América, Alves, Roquete e Ferreira entregaram a Braga de Sousa uma carta reclamando o aumento das diárias de 15 para 25 mil réis brasileiros, além de prémios de 200 mil réis por vitória e 100 mil por empate ou derrota. Alves e Roquete ameaçaram não jogar se as suas reivindicações não fossem atendidas, pelo que Veloso resolveu mandá-los de volta para Lisboa, mas Sousa impediu-o e concedeu os prémios pedidos, que tiveram de ser alargados aos jogadores ligados ao VFC. Quanto aos desafios com os clubes da LAF, Braga de Sousa prometeu pagar a multa daí resultante, tendo em conta que as receitas

---

<sup>551</sup> *Ibidem*, 14-10-1929.

<sup>552</sup> Júlio Cosme Damião (1885-1947) estudou na Casa Pia de Lisboa. Entre 1907 e 1926, tornou-se a principal figura do Sport Lisboa, mais tarde Sport Lisboa e Benfica, como futebolista, treinador e dirigente do clube. Foi director de *O Sport de Lisboa* e presidente do Casa Pia (1936-1938).

<sup>553</sup> *O Sport de Lisboa*, 18-10-1929 e 25-10-1929.

das duas partidas eram necessárias para assegurar os salários dos futebolistas portugueses, conscientes da irregularidade. O relatório é acompanhado por uma lista das gratificações entregues aos 16 jogadores, ao treinador e a Cândido de Oliveira. No total, Roquete recebera 1500 escudos e 1966\$500 réis brasileiros<sup>554</sup>.

Enquanto prossegue o inquérito da FPPA, António Roquete e os seus companheiros de viagem continuam a jogar, nos regionais de Lisboa e Setúbal e no encontro Norte-Sul (0-2), disputado no Porto e a propósito do qual a Federação terá pago 100 escudos a cada seleccionado da equipa sulista<sup>555</sup>. Em Setúbal, o Vitória realiza uma assembleia-geral (sem a presença de António Veloso) dedicada à polémica sobre a deslocação da equipa ao Brasil. Na reunião, que se prolonga por três noites, Cassar lê o relatório de Veloso e outros documentos relativos ao caso. Na sua intervenção, o jogador do VFC António Palhinhas refere a existência de um mau ambiente entre os futebolistas lisboetas e os colegas sadinos, que recusariam novos aumentos das diárias e prémios, tendo Veloso insistido que todos recebessem o mesmo. Os sócios presentes ilibam a direcção e os jogadores do clube de quaisquer culpas e decidem responsabilizar António Veloso, suspenso da qualidade de sócio, e criar uma comissão para investigar as contas da viagem. Veloso responde às acusações enviando a Cosme Damião uma carta escrita por Cassar em 14 de Agosto ao seu então colega de direcção, na qual o presidente vitoriano concedia liberdade de acção a Veloso e queixava-se dos familiares dos jogadores do VFC, que pediam dinheiro ao clube para compensar a ausência daqueles<sup>556</sup>.

Um comunicado de 19 de Novembro da FPPA, assinado por Ribeiro dos Reis, suspende o Vitória de Setúbal, tal como os futebolistas que integraram a digressão, até ao congresso federativo seguinte, de acordo com o art. 30.º do Regulamento Geral da FPPA (“Um jogador que tome parte em competições com prémios pecuniários é considerado profissional”). Sem Roquete nem Gustavo Teixeira, o Casa Pia é goleado pelo Benfica (6-0). Os jogadores punidos não são convocados para o Itália-Portugal, disputado a 1 de Dezembro no Estádio San Siro, em Milão, onde uma equipa lusa com apenas quatro homens presentes nos Jogos de Amesterdão é derrotada por 6-1 e Carlos Silva, do União Lisboa, substitui Roquete na baliza<sup>557</sup>.

---

<sup>554</sup> Ibidem, 01-11-1929.

<sup>555</sup> Ibidem, 08-11-1929.

<sup>556</sup> *O Az*, 17-11-1929; *O Setubalense*, 07-11-1929, 08-11-1929 e 09-11-1929; *O Sport de Lisboa*, 15-11-1929.

<sup>557</sup> *Os Sports*, 18-11-1929, 25-11-1929 e 02-12-1929.

Entretanto, *O Sport de Lisboa* publica mais alguns documentos relacionados com a polémica, como uma tabela das quantias recebidas pelos jogadores sadinos, segundo a qual Roquete e a maioria dos atletas auferiram, em moeda brasileira e portuguesa, o equivalente a 9043 escudos e 40 centavos, enquanto Carlos Alves atingiu os 9638\$10, João dos Santos e Armando Martins chegaram aos 9543\$40 e Raul Figueiredo ganhou 9443\$40. O futebol fornecia, assim, aos jogadores rendimentos muito superiores aos salários que ganhavam nas suas profissões. O semanário reproduz também excertos de relatos manuscritos por Roquete e Carlos Alves no âmbito do inquérito da FPFA e nos quais se refere que Braga de Sousa procurou recuar nas suas promessas de pagamento de um “princípio de vida” e levou à acção reivindicativa dos atletas. Alves critica o comportamento dos seus colegas setubalenses, que não apoiaram as exigências de mais dinheiro, talvez devido a um compromisso com o VFC, mas depois ganharam o mesmo valor que os lisboetas. Por sua vez, Roquete conta que “o empresário” recebera em S. Paulo, antes do encontro frente ao Paulistano, um telegrama da CBD proibindo os jogos com clubes ligados à associação dissidente, limitando-se Braga de Sousa a sorrir e mandar o telegrama para o lixo. A imprensa brasileira publicou em seguida artigos com “ásperas censuras” ao VFC e ao “empresário ganancioso” (Roquete riscou “vigarista”) e os vitorianos foram “expulsos do Brasil como indesejáveis desportistas. Boa propaganda de um país!... Que estreitamento de relações entre dois povos!”<sup>558</sup>

O congresso da FPFA (uma reunião de delegados das associações distritais) realizado em Lisboa a 7 de Dezembro discute o caso do VFC. As conclusões da comissão de inquérito, lidas aos congressistas, indicam que o clube “contratou com entidades particulares a deslocação” da equipa e realizou desafios em S. Paulo e Santos com clubes não filiados, apesar da proibição comunicada pela CBD. Presente no congresso, Cândido de Oliveira elabora uma proposta de levantamento da suspensão dos jogadores, mas não das penas aplicadas ao Vitória. Ao discursar, Cândido menciona os jogos entre o VFC e os clubes da LAF como o único meio disponível para garantir o regresso a casa da equipa, já que nenhuma colectividade filiada nos organismos oficiais brasileiros aceitava então defrontar os sadinos, cujos maus resultados anteriores motivavam o desinteresse do público. A anulação da suspensão dos desportistas é submetida a votação sem que os dirigentes da AFL, inscritos para falar, tenham oportunidade de intervir, o que os leva a abandonar os trabalhos do congresso. Deste modo, apenas 19 delegados, dos quais

---

<sup>558</sup> *O Sport de Lisboa*, 29-11-1929 e 06-12-1929.

7 estão ligados ao CPAC (Cândido e Ricardo Ornelas, entre outros), aprovam o levantamento da proibição de jogar imposta a Roquete e aos demais futebolistas pouco mais de duas semanas antes<sup>559</sup>. O congresso marca o início de um conflito entre a AFL e a FPPA que se prolongará por dois anos prejudiciais para o futebol português<sup>560</sup>.

A solução encontrada para concluir a polémica acerca da digressão do Vitória de Setúbal manteve a situação ambígua na qual se encontravam os futebolistas lusos e desiluiu quem via nas sanções federativas a oportunidade para uma clarificação que diferenciase amadores e profissionais<sup>561</sup>. Os episódios que rodearam a viagem sadina indicam a existência de interesses económicos significativos em torno do futebol (os quais atraíam homens exteriores ao meio futebolístico como Braga de Sousa), ocultos por trás do amadorismo oficial, e a falta de uma estrutura dirigente preparada para lidar com a nova realidade. Liberto dos Santos, que se mudou em 1930 para Lourenço Marques, manifestaria mais tarde incompreensão pela suspensão aplicada aos atletas, uma vez que recebia na altura do União Lisboa “um ordenado de 800 a 900\$00 mensais”<sup>562</sup>. No que respeita a Roquete, os depoimentos do próprio e de outros envolvidos na deslocação realçam o destaque assumido entre os restantes jogadores pelo casapiano, dotado de uma atitude de liderança e defesa activa dos seus interesses.

Juntamente com a suspensão, terminava uma fase durante a qual a continuidade de Roquete no Casa Pia esteve em dúvida e ressurgiram boatos a associar o ribatejano a clubes portuenses<sup>563</sup>. António terá regressado brevemente a Valença para participar num desafio particular entre o Valenciano e o Sporting Clube Valboense, derrotado por 2-0 pelos anfitriões<sup>564</sup>. Logo a seguir ao congresso da FPPA, Roquete e Gustavo Teixeira voltaram a jogar no Restelo pelo CPAC, com efeitos imediatos na qualidade da equipa, cuja melhoria exibicional se traduziu numa vitória por 2-0 sobre o União Lisboa<sup>565</sup>.

O retorno de Roquete verificou-se igualmente na selecção nacional, que começou a treinar no início de 1930 para a recepção à Checoslováquia, marcada para 12 de Janeiro. Depois de sofrer modificações ligadas ao fracasso de Milão, o comité seleccionador era agora composto

---

<sup>559</sup> *O Az*, 15-12-1929; *O Sport de Lisboa*, 13-12-1929.

<sup>560</sup> Coelho, Pinheiro, *A Paixão do Povo*, pp. 244-245.

<sup>561</sup> *O Az*, 15-12-1929; *Os Sports*, 22-11-1929.

<sup>562</sup> *Futebol*, Novembro de 1965.

<sup>563</sup> *Os Sports*, 18-10-1929 e 25-10-1929.

<sup>564</sup> *Off-Side*, 19-10-1929.

<sup>565</sup> *Os Sports*, 09-12-1929.

por Laurindo Grijó e pelo setubalense Augusto Pedrosa. Durante os 90 minutos da partida no Stadium, “A baliza de Roquete é intransponível. O “diabo” de Amesterdão reaparece na equipe nacional, em toda a pujança das suas faculdades extraordinárias”. Valdemar Mota viu o guarda-redes checoslovaco deter o penálti apontado pelo nortenho, mas Pepe marcou aos 48 minutos o único tento da partida. O guardião luso ficou “imensamente” satisfeito com o triunfo e afirmou nunca ter observado uma equipa “jogar com tanta alma como jogou a nossa”<sup>566</sup>. Antes do Portugal-França de 23 de Fevereiro, a realizar no Porto, os seleccionados concentraram-se num estágio em Vizela. Roquete e outros atletas foram aí fotografados para um anúncio da bebida *Ovomaltine*, que teriam consumido durante a preparação para o encontro<sup>567</sup>. No Ameal, a selecção das quinas esteve longe de fazer um bom jogo, excepção feita ao irrepreensível Carlos Alves. Apesar disso, Pepe bisou e garantiu o 2-0 final, enquanto Roquete, pouco brilhante nessa tarde, recebeu palmas ao arrancar a bola a um avançado francês já isolado<sup>568</sup>.

O CPAC iniciou 1930 com um particular no Restelo frente ao aveirense Beira-Mar (4-2), a que se seguiu uma nova goleada imposta pelo Belenenses (6-1) no regional de Lisboa. Contudo, os “negros” (de regresso ao seu equipamento tradicional), agora capitaneados por Gustavo Teixeira, alcançariam em casa uma vitória sobre o Sporting (2-1), algo que não conseguiam desde Outubro de 1921. Os triunfos posteriores dos casapianos sobre Bom Sucesso, Chelas, União Lisboa e Carcavelinhos, aos quais se juntou um empate a uma bola com o Benfica, contribuíram para que o CPAC terminasse o campeonato em quarto lugar, a 7 pontos do bicampeão Belenenses, uma classificação superior às das épocas anteriores e que revelava os progressos feitos pelos jovens “gansos”<sup>569</sup>. Iniciou-se em seguida a disputa do Campeonato de Portugal, que levou os *all-blacks* a S. João da Madeira para enfrentar a Sanjoanense, batida por 7-2. Nos oitavos-de-final, o sorteio colocou o Benfica no caminho dos casapianos. A primeira mão da eliminatória, disputada nas Amoreiras numa “tarde inteiramente infeliz” de Roquete, terminou com a vitória benfiquista por 2-0<sup>570</sup>. No Campo Grande, os “gansos” procuraram inverter a situação e chegaram aos 2-1. Aos 87 minutos, um golo do Benfica mal validado pelo árbitro levou os “negros” a saírem do campo sem esperarem pelo final da partida, enquanto o

---

<sup>566</sup> *Ibidem*, 13-01-1930.

<sup>567</sup> *Sporting*, 28-02-1930; *Os Sports*, 07-03-1930.

<sup>568</sup> *Sporting*, 25-02-1930 e 28-02-1930; *Os Sports*, 24-02-1930 e 28-02-1930.

<sup>569</sup> *Os Sports*, 28-03-1930.

<sup>570</sup> *O Sport de Lisboa*, 18-04-1930.

Benfica prosseguiu na competição até vencer a final<sup>571</sup>. O Casa Pia realizaria ainda um amigável que levou Roquete a actuar pela primeira vez em Coimbra. Sem ocasiões para brilhar durante a vitória por 2-1 do CPAC sobre o Sport Clube Conimbricense, o guarda-linha casapiano fez no intervalo várias demonstrações de defesas acolhidas com “grandes manifestações” do público<sup>572</sup>.

Estreado em 1 de Abril de 1930, o filme *Lisboa, Crónica Anedótica*, do realizador Leitão de Barros<sup>573</sup>, combinou ficção e documentário ao procurar elaborar uma panorâmica visual da vida na capital portuguesa. O desporto não foi esquecido nesse retrato, incluindo a longa-metragem imagens da prática de modalidades como ténis, atletismo e basquetebol. Quanto ao futebol, surgiu em *Lisboa, Crónica Anedótica* através do registo de uma partida entre o Sporting e o Casa Pia. A sequência apresenta grandes planos de Jorge Vieira e António Roquete, em atitude de expectativa, e mostra o segundo em actividade, ao executar uma defesa a soco e uma reposição da bola com os pés<sup>574</sup>. Além de constituir um exemplo da divulgação do futebol no cinema português, o filme de Leitão de Barros revela o prestígio e notoriedade atingidos por Roquete e o destaque assumido pelo casapiano entre os futebolistas nacionais.

Contrariamente ao habitual, a FPPA aceitou realizar um encontro da selecção nacional já no final da época, em 8 de Junho. Antuérpia acolheria o primeiro desafio entre as equipas representativas de Portugal e Bélgica. No seguimento de uma convocatória sem jogadores do Belenenses, que pediram “escusa” do desafio, Roquete, o membro do grupo seleccionado com maior número de internacionalizações (13), tornou-se o novo capitão do misto português<sup>575</sup>. Uma lesão obrigou Gustavo Teixeira, na sua estreia com a camisola das quinas, a deixar o campo aos 60 minutos de jogo. Apesar de Portugal se encontrar então em vantagem graças a um golo de Armando Martins, o cansaço, a inferioridade física e a desvantagem numérica dos lusos facilitaram a reviravolta belga, consumada no 2-1 final. Tal como nos desafios anteriores, a selecção portuguesa fez uma exibição medíocre, Carlos Alves foi o melhor dos lusitanos e Roquete mostrou-se “à altura do seu nome”<sup>576</sup>. O médio sportinguista Francisco de Serra e

---

<sup>571</sup> *O Notícias Ilustrado*, 04-05-1930; *Os Sports*, 28-04-1930.

<sup>572</sup> *Os Sports*, 09-05-1930; *A Voz Desportiva*, 10-05-1930.

<sup>573</sup> José Júlio Marques Leitão de Barros (1896-1967) organizou cortejos históricos integrados em celebrações promovidas pelo Estado Novo, como a Exposição do Mundo Português (1940) e as comemorações do oitavo centenário da conquista de Lisboa (1947). Além de pintor, jornalista e dramaturgo, foi cineasta, tendo realizado os filmes *Maria do Mar* (1930), *A Severa* (1931), *Ala Arriba* (1942) e *Camões* (1946), entre outros.

<sup>574</sup> <https://www.youtube.com/watch?v=t53qGcT3nGg>

<sup>575</sup> *Os Sports*, 02-06-1930 e 06-06-1930.

<sup>576</sup> *Ibidem*, 09-06-1930.

Moura, presente na partida de Antuérpia, morreu poucos dias depois. O funeral de Serra e Moura reuniria muitos dirigentes e futebolistas, com Roquete entre estes<sup>577</sup>. No domingo seguinte, verificou-se o terceiro jogo Lisboa-Galiza (4-2), valorizado pelo regresso da dupla defensiva formada por Jorge Vieira e António Pinho. Responsável pela baliza lisboeta, Roquete alternou o melhor e o pior nas suas defesas<sup>578</sup>.

O Casa Pia mudara entretanto de lado no conflito que dividia a natação em Portugal, ao passar a integrar a FPNA, o que lhe permitiu enviar nadadores a um festival promovido no final de Julho pelo Sport Algés e Dafundo. Na recém-inaugurada piscina de Algés, Roquete e Joaquim Marques fizeram uma demonstração do estilo bruços, durante a qual o salvaterrense obteve um tempo inferior nos 66 metros<sup>579</sup>. Roquete e Marques voltariam pouco depois a Algés para disputar uma prova de 200 metros bruços. A presença de Roquete causou “um sussurro na piscina” e chamou a atenção do público, apesar do cansaço impedir o casapiano de ir além do quarto lugar. O CPAC realizou ainda duas partidas de pólo aquático contra o SAD, triunfante em ambas as ocasiões sobre uma equipa casapiana onde Roquete jogava como avançado. A LPAN e a FPNA negociavam nessa altura um acordo que poria fim ao conflito e conduziria à fundação em 19 de Agosto de 1930 da nova Federação Portuguesa de Natação<sup>580</sup>.

Sem mudanças significativas na equipa de futebol, o Casa Pia terminou a primeira volta do regional de 1930/31 em terceiro lugar, fruto de vitórias sobre Chelas e Bom Sucesso, empates com Benfica, União Lisboa, Belenenses e Carcavelinhos e apenas uma derrota, imposta pelos “leões”. Já em 1931, a equipa de Roquete somou derrotas com CFB, SCP e SLB, embora os triunfos sobre os restantes clubes se revelassem suficientes para assegurar o quarto lugar na classificação final, à frente do Benfica e atrás de Sporting, Belenenses e União Lisboa. Apesar do resultado favorável, a época casapiana foi marcada por perturbações como a breve passagem de Ricardo Ornelas pelo comando da equipa principal (o treinador queixar-se-ia do escasso apoio conferido pelos dirigentes à preparação técnica dos “gansos”<sup>581</sup>), o conflito registado entre Ornelas e Gustavo Teixeira, que viria a ingressar no Benfica<sup>582</sup>, a instabilidade vivida nos órgãos directivos do Casa Pia e vários sinais de indisciplina dos jogadores, censurados por uma circular

---

<sup>577</sup> *Ibidem*, 27-06-1930.

<sup>578</sup> *O Sport de Lisboa*, 04-07-1930; *Os Sports*, 30-06-1930.

<sup>579</sup> *O Sport de Lisboa*, 01-08-1930; *Os Sports*, 01-08-1930.

<sup>580</sup> *O Sport de Lisboa*, 15-08-1930; *Os Sports*, 18-08-1930 e 22-08-1930.

<sup>581</sup> *Os Sports*, 27-03-1931.

<sup>582</sup> *Futebol*, Novembro/Dezembro de 1966.

afixada nos balneários do Restelo devido a factos recentes “impróprios de pessoas que praticam o Desporto pelo Desporto”<sup>583</sup>.

O conflito entre a AFL e a FPPA, iniciado no congresso federativo de Dezembro de 1929, agravou-se no ano seguinte. A associação da capital resolveu, na assembleia-geral de 1 de Agosto de 1930, proibir encontros entre os seus filiados e colectividades dos distritos de Faro, Porto e Setúbal, tal como recusar ceder futebolistas à selecção nacional. Esta última decisão motivou críticas acesas na imprensa. Ouvido sobre a questão, Roquete afirmou que a AFL deveria conceder aos seus jogadores a liberdade de escolherem representar o país. Pessoalmente, Roquete obedeceria à decisão a tomar pelos dirigentes do CPAC sobre o assunto. Outros internacionais fizeram declarações semelhantes, apelando a um acordo<sup>584</sup>. No entanto, o Portugal-Espanha disputado a 30 de Novembro no Ameal, uma “partida monótona e incolor” vencida pelos visitantes (0-1), teve Carlos Alves, então de saída do Carcavelinhos, como único lisboeta presente na selecção<sup>585</sup>. Aquando do Portugal-Itália (0-2) de 12 de Abril de 1931, novamente no Porto, o Benfica furou o bloqueio ao ceder dois elementos à formação das quinas. SLB e CPAC também desafiaram a AFL ao participarem no Campeonato de Portugal de 1930/31, num acto de rebeldia que levou à suspensão dos dois clubes por um ano. Na prova nacional, o Casa Pia começou por eliminar o portuense Sport Progresso, para depois ser vencido pelo FC Porto quer na Invicta quer no Restelo.

Depois dos momentos altos vividos em 1928, o futebol português conheceu nos anos seguintes uma fase de instabilidade marcada por polémicas e duros conflitos internos, com o seu auge na “disputa de poder” entre AFL e FPPA, geradora de prejuízos desportivos e financeiros para a modalidade. O persistente amadorismo que remetia para a clandestinidade os pagamentos feitos a vários atletas contribuía para a manutenção do atraso luso relativamente ao resto da Europa do futebol<sup>586</sup>. Neste contexto marcado por um sentimento de decadência, António Roquete avaliou a precariedade dos rendimentos que poderia auferir através do futebol, visível nas condições que rodearam a digressão brasileira do VFC, e optou por seguir definitivamente uma outra ocupação de maior estabilidade laboral e financeira.

---

<sup>583</sup> *O Ganso*, 15-12-1930.

<sup>584</sup> *Os Sports*, 10-11-1930 e 14-11-1930.

<sup>585</sup> *Ibidem*, 01-12-1930.

<sup>586</sup> Serrado, Serra, ob.cit., pp. 199-202.

### 2.2.5. Ao serviço da PIP

O choque entre as facções integradas na Ditadura Militar sofreu mudanças decisivas a partir da tomada de posse como ministro das Finanças, em Abril de 1928, do professor universitário António de Oliveira Salazar<sup>587</sup>. Bem mais que um técnico apolítico, Salazar possuía um projecto a longo prazo que envolvia a transformação da situação criada pelo 28 de Maio num regime de novo tipo, afirmando-se como chefe informal das correntes mais à direita da ditadura. No entanto, para conquistar o poder precisaria, além da confiança de Carmona (que lha concedeu), de afastar os oficiais republicanos conservadores então predominantes nos cargos militares e governativos. Esse processo de ascensão, marcado por uma fase de confronto aberto (1928-1930) e, depois das primeiras vitórias, por uma estratégia de negociação com a direita republicana (1930-1932), conheceu avanços e recuos, mas levaria ao triunfo salazarista<sup>588</sup>. O endurecimento do regime beneficiou, entretanto, das ameaças internas, promovidas pelas tentativas de golpe “reviralista”, e externas, devido à implantação da República espanhola (um apoio importante para os exilados portugueses) em Abril de 1931.

A luta de Salazar e dos seus apoiantes pelo controlo das instituições ditatoriais abrangeu a polícia política, na qual o delegado governamental junto da Polícia de Informações, Ernesto Pestana Lopes, se revelou um forte opositor do ministro das Finanças. A substituição de Pestana Lopes pelo capitão José Baleizão do Passo, em 1929, representou um sucesso considerável para a extrema-direita. O director da “Informa”, Braz Vieira, manter-se-ia no cargo até Janeiro de 1931, altura em que se terá demitido por divergências com Baleizão do Passo, oficial que elevou ao máximo a fama de “caceteira, violenta e torturadora” associada à Polícia de Informações. O organismo seria extinto em Junho de 1931, quando os militares republicanos promoviam uma abertura controlada ao pluralismo político, inviabilizada pelo fracassado levantamento “reviralista” de 26 de Agosto desse ano<sup>589</sup>. Assim, o Decreto n.º 20 033 encerrou a Polícia de

---

<sup>587</sup> António de Oliveira Salazar (1889-1970), professor de Ciência Económica da Universidade de Coimbra, foi eleito deputado em 1921. Ocupou a pasta das Finanças em 1926 e a partir de 1928. Nomeado chefe do Governo em Julho de 1932, manter-se-ia no cargo até Setembro de 1968. Liderou o Estado Novo, um regime ditatorial institucionalizado pela Constituição de 1933.

<sup>588</sup> Rosas, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2012, pp. 94-110.

<sup>589</sup> Godinho, ob.cit., pp. 351-357.

Informações e atribuiu as funções de combate aos crimes políticos a uma secção da Polícia de Segurança Pública, também responsável pela repressão dos crimes comuns. No entanto, a mudança terá sido mais aparente que real, uma vez que no início de 1932, embora legalmente subordinada à PSP, a polícia política continuava a trabalhar na mesma sede e com o mesmo pessoal da antiga “Informa”<sup>590</sup>.

Paralelamente ao organismo policial dotado de funções expressamente políticas, a Ditadura Militar restaurou e reorganizou a Polícia Internacional Portuguesa, numa altura em que o controlo das fronteiras surgia como essencial para conter a ameaça representada pelas eventuais infiltrações de opositores do regime de Carmona. O Decreto n.º 20 125, publicado em 30 de Julho de 1931, realça a importância para a segurança nacional das funções da PIP e insere-a no Ministério do Interior. Reconhecendo a inconveniência das orientações quanto à tutela dos estrangeiros e fronteiras se encontrarem repartidas por “variadíssimos decretos e disposições diversas”, o diploma define aspectos como funções, pessoal, serviços e relações com outras entidades públicas da Polícia Internacional. Além das competências já indicadas em 1928 (controlo de entradas e saídas do território português, detenção de indocumentados, registo e vigilância dos estrangeiros a residir no país), o Decreto n.º 20 125 atribui à corporação o papel de “Combater a acção dos indivíduos que exerçam espionagem no País e contra ele”, proceder à “repressão do comunismo” e colaborar com as polícias estrangeiras na luta contra falsificações, tráfico de droga, comércio de “publicações ofensivas dos bons costumes” e outros crimes. A lei fixa para a nova entidade um quadro permanente de apenas 52 funcionários, distribuídos por Lisboa, Porto e pelos postos na fronteira. Os chefes de posto fronteiriço da PIP receberiam um salário mensal de 1000\$00 (o director, responsável pela escolha do pessoal, ganhava 1800 escudos), enquanto os agentes de fronteira e os agentes de serviço em Lisboa e Porto se ficariam pelos 800\$00. Dotada do poder de elaborar autos processuais que “fazem fé em juízo e valem como corpo de delito”, a corporação seria controlada directamente pelo ministro do Interior, que nomearia o director da PIP e, sob proposta deste, os seus adjuntos, além de receber e avaliar os processos relativos a estrangeiros, cuja expulsão de Portugal poderia sancionar. A Polícia Internacional Portuguesa ressurgida em 1931 tinha uma área relativamente ampla de intervenção e assumia um carácter político mais claro que na sua versão de 1928<sup>591</sup>. O então responsável pela

---

<sup>590</sup> Ibidem, pp. 357-358; Ribeiro, ob.cit., pp. 61-62.

<sup>591</sup> *Diário do Governo*, I Série, 30-07-1931; Ribeiro, ob.cit., pp. 57-60.

pasta do Interior, o coronel Lopes Mateus<sup>592</sup>, nomeou director da PIP o capitão Agostinho Lourenço<sup>593</sup>, um oficial oriundo da PSP, força de onde proveio igualmente o adjunto de Lourenço, o tenente José Catela<sup>594</sup>.

António Fernandes Roquete foi admitido como funcionário público em 30 de Março de 1931<sup>595</sup>, no cargo de agente da Secção Internacional da PIC<sup>596</sup>. Roquete viria a afirmar, já depois da queda da ditadura, que concorreu em 1931 a um cargo na PIC, onde obteve emprego “com a ajuda de um velho casapiano” e, devido aos conhecimentos de línguas estrangeiras adquiridos no Curso Comercial da CPL, integrou o serviço de fronteiras e foi colocado em vários postos na linha de separação dos dois países ibéricos<sup>597</sup>. De facto, logo a seguir à sua data de admissão (ou readmissão) ao serviço do Estado, a imprensa noticiou que António Roquete iria passar a trabalhar “no posto da Polícia Internacional, na fronteira de Marvão”, o que o impediria de continuar a jogar futebol<sup>598</sup>. O ribatejano informou por carta a direcção do CPAC da sua indisponibilidade temporária para “dar concurso ao Clube”, por “razões profissionais”, prometendo tentar ser transferido para Lisboa o mais rapidamente possível<sup>599</sup>. Semanas depois, num artigo sobre o emblema casapiano, Alberto Freitas apontou como breve a ausência de Roquete, “o maior guarda-redes que tem nascido em Portugal”, já que “o seu adeus não foi definitivo, foi, antes, “um até logo”...”<sup>600</sup> Note-se que o ingresso do salvaterrense na vigilância das fronteiras ocorreu ainda antes da publicação do decreto que instituiu a PIP, para a qual terão transitado automaticamente os funcionários da Secção Internacional da PIC.

---

<sup>592</sup> António Lopes Mateus (1877-1955), oficial de infantaria, combateu em Angola e Moçambique durante a I Guerra Mundial. Coronel desde 1929, presidiu à Câmara Municipal de Viseu (1928-1929) e foi ministro do Interior entre Janeiro de 1930 e Outubro de 1931, altura em que transitou para a pasta da Guerra. Após sair do Governo em Julho de 1932, comandou a PSP de Lisboa e partiu para Angola como governador-geral da colónia (1935-1939).

<sup>593</sup> Agostinho da Conceição Pereira Lourenço (1886-1964), oficial de infantaria, participou na I Guerra Mundial e apoiou o sidonismo, durante o qual assumiu as funções de governador civil de Leiria. Após o 28 de Maio, foi colocado na PSP, como comissário de divisão, e nomeado director da PIP, PVDE e PIDE. Entusiasta do turismo, escreveu o livro de viagens *À Roda do Mundo* (1954). Depois de se reformar da polícia política, tornou-se director da Interpol (1956-1960).

<sup>594</sup> José Ernesto Catela do Vale Teixeira (1889-1952), oficial de infantaria, tomou parte na repressão da revolta monárquica de Monsanto (1919). Depois de ser adjunto de Agostinho Lourenço na PSP e na PIP, desempenhou as funções de secretário-geral da PVDE e inspector superior da PIDE.

<sup>595</sup> ANTT, PIDE/DGS, suplemento à Ordem de Serviço (OS) n.º 21, 21-01-1940.

<sup>596</sup> *Ibidem*, SC, PI 2303, NT 185, fls. 253-254.

<sup>597</sup> *Record*, 24-01-1988.

<sup>598</sup> *Os Sports*, 03-04-1931.

<sup>599</sup> Camilo, *ob.cit.*, p. 134.

<sup>600</sup> *Os Sports*, 25-05-1931.

Independentemente das influências que terão facilitado a admissão de Roquete na PIC, o casapiano era um candidato adequado ao lugar no serviço de fronteiras, não apenas devido à sua experiência policial de 1929 mas também à fluência nas línguas francesa, inglesa e alemã. De facto, segundo Carlos Alves, Roquete “dominava perfeitamente o idioma francês” e servia de intérprete nas viagens das selecções ao estrangeiro<sup>601</sup>. Esta competência, útil quer no contacto com estrangeiros vindos a Portugal quer na escrita da correspondência dirigida a forças policiais de outros países, tê-lo-á distinguido da maioria dos agentes da PIP, que possuíam geralmente um conhecimento nulo ou escasso de línguas estrangeiras, de acordo com um relatório enviado em Julho de 1939 por Agostinho Lourenço ao ministro do Interior<sup>602</sup>. A formação casapiana conferia a Roquete uma situação invulgar numa polícia cujo pessoal de investigação não costumava deter níveis de instrução superiores ao ensino primário<sup>603</sup>.

Em funções no posto da estação ferroviária de Beirã, no município alentejano de Marvão, Roquete teve que fornecer à direcção da PIP documentos (pedidos pelo salvaterrense, entre Agosto e Setembro de 1931, às entidades responsáveis pelos registos policiais e criminais) provando não ter cadastro em nenhuma das comarcas judiciais onde já residira, além de preencher em 26 de Setembro um questionário no qual referiu como profissão anterior “Empregado na secretaria do Casa Pia AC” e indicou como habilitações o 4.º ano do Curso Comercial e o Curso de Sargentos de Infantaria, ambos frequentados na CPL<sup>604</sup>. A preocupação com o passado dos funcionários policiais era uma marca da direcção de Agostinho Lourenço, que tornou o registo criminal limpo um requisito obrigatório para o ingresso nas forças por si dirigidas<sup>605</sup>, num sinal implícito de que as polícias políticas anteriores tinham admitido cadastrados nas suas fileiras. A vigilância do director sobre os seus subordinados passava também por visitas de fiscalização aos postos da PIP, como a realizada por Agostinho Lourenço, acompanhado pelo subdirector da corporação, o capitão Rui Pessoa de Amorim, a partir de 26 de Setembro<sup>606</sup>.

António Roquete ter-se-á aborrecido durante o período vivido em Marvão, um lugar “Triste, ferozmente agreste e desolado”, de acordo com a entrevista que concedeu em Fevereiro

---

<sup>601</sup> *Mundo Desportivo*, 22-08-1956.

<sup>602</sup> *Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Relatório (1932 a 1938)*, Lisboa, Bertrand, s.d. (1939), p. 6.

<sup>603</sup> Ribeiro, ob.cit., p. 142.

<sup>604</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 249-251.

<sup>605</sup> Pimentel, *A História da PIDE*, p. 62.

<sup>606</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 109, 26-09-1931.

de 1932 à revista desportiva *Stadium*. Sobre os habitantes de Marvão, o casapiano afirmou que “eles lá vivem tão afastados do mundo... Sabiam vagamente que havia um Roquete: porém, tanto lhes dava tratar-se de um futebolista, como de um aviador ou político. Era uma pessoa de quem os jornais falavam...”. Sem condições para praticar desporto na povoação raiana, António dava “longos passeios a pé” de modo a controlar o peso. Apesar de evitar a “muita convivência”, o agente da PIP passava o tempo livre a jogar damas num estabelecimento comercial que vendia um pouco de tudo. “Quanto a amores... nada”, devido à pequenez do meio, preferindo os homens “ir namorar” a Valencia de Alcántara, do outro lado da fronteira. Para um homem habituado à vida urbana como Roquete, os pouco mais de seis meses passados no isolamento de Marvão tinham sido um “desterro”<sup>607</sup>.

Ainda durante a permanência de Roquete na pequena vila, o futebol português foi abalado, em 24 de Outubro de 1931, pela morte repentina de Pepe, que terá sido vítima de intoxicação alimentar<sup>608</sup>. O funeral do avançado belenense, desaparecido aos 23 anos, reuniu em Lisboa cerca de 30 mil pessoas<sup>609</sup>. Apesar de Roquete se lembrar, seis décadas depois, da “dor nacional” causada pelo desaparecimento do amigo, o qual “Teve um enterro de príncipe, ele que na grande área foi um rei”<sup>610</sup>, não há certezas sobre a eventual vinda do guarda-redes à capital para participar nas cerimónias fúnebres, uma vez que nem o processo individual de Roquete como funcionário das polícias políticas nem as ordens de serviço da PIP, impressas a partir de 21 de Setembro de 1931<sup>611</sup>, mencionam qualquer licença concedida ao ribatejano no final de Outubro desse ano, embora o agente possa ter obtido autorização superior para se ausentar por apenas um dia do posto de Beirã.

Em Novembro de 1931, a direcção da PIP transferiu António Roquete, com efeitos a partir de 1 de Dezembro, para o posto de Elvas, que passaria a chefiar e onde comandaria outros três agentes, Artur Martins Louro, Eduardo Gomes e Firmino Raimundo Anacleto<sup>612</sup>. Ao tornar-se chefe de posto, Roquete ascendia pela primeira vez na estrutura da PIP, corporação que tinha no início de 1932 50 funcionários, identificados por números de ordem e matrícula correspondentes à sua antiguidade nas forças policiais. Roquete era então o agente n.º 19/19,

---

<sup>607</sup> *Stadium*, 17-02-1932.

<sup>608</sup> Dias, Marina Tavares, ob.cit., pp. 146-147; Serrado, Serra, ob.cit., pp. 232-233.

<sup>609</sup> *Os Sports*, 30-10-1931.

<sup>610</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995.

<sup>611</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 104, 21-09-1931.

<sup>612</sup> *Ibidem*, OS n.º 163, 20-11-1931; OS n.º 176, 03-12-1931; OS n.º 178, 05-12-1931; OS n.º 180, 07-12-1931.

menos experiente que funcionários como David Pereira (1/1), Francisco Sales Velez (7/7), que acabara de trocar a chefia do posto de Elvas pela de Beirã, ou mesmo Eduardo Gomes (12/12), mas admitido antes de Louro (27/27) e Anacleto (30/30)<sup>613</sup>. Em Março de 1932, passaram a existir distinções entre os agentes já ao serviço aquando da publicação do Decreto n.º 20 125 e os admitidos posteriormente, com os primeiros a receberem o estatuto de agente de 1.ª classe, atribuído a 32 funcionários da PIP. Os postos da Polícia Internacional também foram divididos em postos de primeira (Elvas, Beirã/Marvão, Barca de Alva, Valença, Vilar Formoso e Vila Real de Santo António) e de segunda classe (todos os sete restantes). Os chefes de postos de 1.ª classe, como Roquete, receberiam, além do vencimento de 1000 escudos, uma gratificação mensal de 200\$00<sup>614</sup>.

Entre as obrigações dos agentes colocados nos postos da PIP, encontravam-se o controlo da documentação dos passageiros dos comboios, o registo de entradas e saídas de todos os estrangeiros que transpunham a fronteira luso-espanhola, o envio de relatórios semanais para Lisboa e a concessão aos portugueses a trabalhar em Espanha de salvo-condutos, válidos por um mês e que não dispensavam uma “vigilância discreta” exercida pelos agentes sobre os nacionais empregados do outro lado da fronteira<sup>615</sup>. Além de normas relativas aos procedimentos policiais, as ordens de serviço assinadas por Agostinho Lourenço incluíam frequentes instruções de carácter disciplinador dirigidas aos seus subordinados, como a recordação de que estes não gozariam folgas quando “a tranquilidade e a ordem pública” estivessem em risco, ou mesmo queixas acerca da falta de higiene dos utilizadores da retrete da sede da PIP, no Largo da Trindade, em Lisboa<sup>616</sup>. A acção disciplinadora empreendida por Lourenço passou também por penas aplicadas a funcionários transgressores, como Eduardo Gomes, castigado com dois dias de suspensão e transferência para o posto de Barca de Alva por ter utilizado o seu cartão de agente para entrar sem convite num baile realizado nas instalações de um clube de Elvas. Após a transferência, Gomes seria expulso da corporação devido a factos ocorridos em Barca de Alva, pena depois reduzida para 60 dias de suspensão<sup>617</sup>. Os funcionários da PIP estavam igualmente

---

<sup>613</sup> Ibidem, OS n.º 5, 05-01-1932.

<sup>614</sup> Ibidem, OS n.º 63, 03-03-1932; OS n.º 66, 06-03-1932.

<sup>615</sup> Ibidem, OS n.º 42, 11-02-1932; OS n.º 60, 29-02-1932; OS n.º 103, 12-04-1932; OS n.º 106, 15-04-1932.

<sup>616</sup> Ibidem, OS n.º 135, 14-05-1932; OS n.º 157, 05-06-1932.

<sup>617</sup> Ibidem, OS n.º 105, 14-04-1932; OS n.º 106, 15-04-1932; OS n.º 191, 09-07-1932; OS n.º 252, 08-09-1932.

proibidos, sob pena de expulsão, de prestar informações a jornalistas sem autorização superior<sup>618</sup>, situação que conferia ao caso de Roquete características excepcionais.

A actividade da PIP de Elvas incluiu várias prisões (como as de José da Costa Vasconcelos, procurado pela PIC do Porto, e de João dos Santos Pereira, detido por motivos políticos e enviado para Lisboa<sup>619</sup>) e expulsões de estrangeiros, sobretudo espanhóis<sup>620</sup>. As ordens de serviço da PIP mencionam, sem as justificar, frequentes deslocações a Elvas de funcionários colocados em Lisboa, geralmente com a duração de um ou dois dias e repetidas várias vezes por diversos agentes<sup>621</sup>. É possível que estas curtas diligências estivessem ligadas a actividades de formação profissional exercidas pelos agentes, maioritariamente inexperientes quanto ao trabalho fronteiriço. Entretanto, a PIP procedeu em Abril de 1932 à actualização dos títulos de residência dos estrangeiros instalados na área do concelho elvense<sup>622</sup>.

A transferência para Elvas proporcionou a Roquete, além de uma melhor remuneração, vantagens como a possibilidade de retomar a prática desportiva numa cidade onde se mantinham em actividade filiais de Benfica (Sport Lisboa e Elvas), Sporting (Sporting Clube Elvense) e Belenenses (Clube de Futebol “Os Elvenses”). Fundado em 1925, o Sport Lisboa e Elvas<sup>623</sup> possuía no início de 1933 cerca de 800 sócios e, além do desporto, desenvolvia actividades culturais e de beneficência<sup>624</sup>. Mário de Carvalho, antigo futebolista do Benfica, desempenhava as funções de jogador e treinador da equipa do SLE. Após chegar a Elvas, Roquete começou por participar em vários desafios de futebol como árbitro. O jogo entre o SL Elvas e “Os Elvenses” realizado a 3 de Janeiro de 1932 teve como objectivo a disputa da Taça José Manuel Soares “Pepe”, em homenagem ao atleta recentemente falecido, acerca do qual Roquete, responsável pela arbitragem, fez uma “pequena palestra” antes da partida. No final da primeira parte, um golo do SLE validado por Roquete gerou grandes protestos dos Elvenses. Sentindo-se desrespeitado, o agente da PIP abandonou o campo, prosseguindo o jogo com um árbitro recrutado entre o público<sup>625</sup>. Roquete actuou também como guarda-redes do SL Elvas, pelo qual realizou várias

---

<sup>618</sup> Ibidem, OS n.º 123, 11-10-1931; OS n.º 51, 20-02-1932.

<sup>619</sup> Ibidem, OS n.º 182, 09-12-1931; OS n.º 166, 14-06-1932.

<sup>620</sup> Ibidem, OS n.º 112, 21-04-1932.

<sup>621</sup> Ibidem, OS n.º 83, 23-03-1932; OS n.º 98, 07-04-1932; OS n.º 157, 05-06-1932.

<sup>622</sup> *Correio Elvense*, 24-04-1932.

<sup>623</sup> O Sport Lisboa e Elvas e o Sporting Clube Elvense viriam a fundir-se em 1947 num novo clube, “O Elvas” – Clube Alentejano de Desportos.

<sup>624</sup> *Os Sports*, 27-01-1933.

<sup>625</sup> Ibidem, 15-01-1932.

partidas contra clubes do Alentejo e equipas espanholas como o Sport Club de Badajoz e o Club Deportivo Emerita (de Mérida). Agradecido pela colaboração, o clube elvense prestou várias homenagens ao “grande internacional olímpico”. Numa festa organizada pela filial benfiquista, “foi oferecida ao sr. António Roquete uma graciosa bandeirinha vermelha com a fotografia do mesmo sr.”<sup>626</sup>. Na entrevista atrás citada, Roquete mencionou os presentes e homenagens recebidos em Elvas, cujas ruas costumava percorrer rodeado de crianças que o saudavam (“olha o Roquete!!...”<sup>627</sup>).

Os agentes da PIP estavam autorizados a requerer e gozar anualmente um período de 15 dias de licença com vencimentos, concedida ou rejeitada por despacho do director da polícia<sup>628</sup>. Roquete beneficiou em 1932 de uma licença de 10 dias, depois alargada para 15 dias, com efeitos a partir de 2 de Fevereiro<sup>629</sup>. O alargamento da dispensa do serviço terá sido pedido por Roquete para poder alinhar no dia 14 desse mês pelo Casa Pia, numa partida entre os “gansos” e o Fósforos (vitória do CPAC por 2-0), a contar para o campeonato lisboeta. Ainda em Dezembro de 1931, Roquete escrevera uma carta à direcção do clube do Restelo para afirmar “estar disposto a sacrificar-se mais uma vez pelo CPAC” e vir a Lisboa jogar, além de pedir que lhe fosse enviado equipamento, de modo a treinar-se em Elvas. A direcção casapiana pagou a deslocação à capital do guarda-redes, cujo breve regresso “levantou a moral” dos “negros”<sup>630</sup>. Nos restantes dias de férias, Roquete saboreou o regresso à vida lisboeta, com tanto entusiasmo que o corpo do desportista se ressentiu, deixando-o “infinitamente moído”, na expressão de Carlos da Silveira<sup>631</sup>. Os excessos cometidos em Lisboa poderão ter contribuído para uma doença que impediu Roquete de trabalhar entre 4 e 14 de Março de 1932, ausência que, de acordo com as normas fixadas pela direcção da PIP, custou ao chefe do posto de Elvas um desconto salarial de 2 escudos por cada dia de trabalho perdido<sup>632</sup>.

A intervenção de Roquete terá permitido a vinda do Casa Pia a Elvas, cidade em cujo Estádio Municipal CPAC e SLE se encontraram num desafio particular a 20 de Março. Sob a arbitragem de Ricardo Ornelas, o SL Elvas alinou com Roquete, Frade, Massano I, Ferrão,

---

<sup>626</sup> *Correio Elvense*, 10-01-1932 e 06-03-1932.

<sup>627</sup> *Stadium*, 17-02-1932.

<sup>628</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 104, 21-09-1931.

<sup>629</sup> *Ibidem*, OS n.º 31, 31-01-1932; OS n.º 43, 12-02-1932.

<sup>630</sup> Camilo, *ob.cit.*, p. 140; *Os Sports*, 15-02-1932.

<sup>631</sup> *Stadium*, 17-02-1932.

<sup>632</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 204, 31-12-1931; OS n.º 67, 07-03-1932; OS n.º 75, 15-03-1932.

Mário de Carvalho, Sequeira, Lopes, Tripa, Lebre, Massano II e Ferreira, um “onze” que derrotou os demasiado confiantes “gansos” por 3-2. Após o encontro, os jogadores das duas equipas assistiram ao jantar comemorativo do sétimo aniversário do SL Elvas. O presidente do clube alentejano, Eusébio Tierno Nunes da Silva, incluiu no seu discurso elogios a Roquete e inaugurou um retrato deste na sala da direcção, homenagem agradecida pelo salvaterrense com “breves palavras” proferidas no evento<sup>633</sup>. Roquete estaria presente em mais alguns jogos do SLE, quer como árbitro quer como guarda-redes, tendo protegido a baliza do clube na recepção aos Leões de Santarém, derrotados por 4-3 numa partida durante a qual o casapiano “defendeu muito e bem”<sup>634</sup>.

Antes de deixar Elvas, em Julho de 1932, António Roquete ficou noivo de Julieta dos Anjos Morais Sequeira, filha de Henriqueta Joaquina Morais Sequeira e do capitão João António Sequeira. A mão de Julieta foi pedida em nome de Roquete por José Jácome de Santana e Silva, vice-presidente do SLE. O casamento da “gentil empregada dos Telefones” e do “distinto funcionário da Polícia Internacional”, nas palavras do *Correio Elvense*, deveria realizar-se em breve<sup>635</sup>. Vereador da Câmara de Elvas, João António Sequeira era pai de outros três filhos, todos sargentos<sup>636</sup>. Roquete regressou à cidade fronteiriça, em diligência policial, entre 8 e 10 de Agosto de 1932<sup>637</sup>, mas, por motivos desconhecidos, o casamento não se concretizou. Aos 26 anos, o salvaterrense continuava solteiro.

Substituído a partir de 1 de Julho na liderança do posto de Elvas, Roquete apresentou-se a 5 desse mês na sede da PIP. O regresso à capital deveria ser temporário, uma vez que Roquete tinha sido designado como chefe de um novo posto a criar no Entroncamento, onde o casapiano lideraria outros dois agentes<sup>638</sup>. A iminente mudança do internacional português para a localidade ribatejana foi noticiada na imprensa<sup>639</sup>. No entanto, o posto do Entroncamento não chegou a entrar em funcionamento e os agentes que deveriam acompanhar Roquete conheceram outros destinos<sup>640</sup>. Assim, Roquete permaneceu em Lisboa, sendo escalado, geralmente com

---

<sup>633</sup> *Correio Elvense*, 27-03-1932; *Os Sports*, 25-03-1932 e 01-04-1932.

<sup>634</sup> *Correio Elvense*, 15-05-1932; *Os Sports*, 13-05-1932.

<sup>635</sup> *Correio Elvense*, 03-07-1932; *Os Sports*, 27-01-1933.

<sup>636</sup> *Correio Elvense*, 20-09-1932, 09-10-1932, 23-10-1932 e 08-01-1933.

<sup>637</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 222, 09-08-1932; ibidem, OS n.º 224, 11-08-1932; *Correio Elvense*, 14-08-1932.

<sup>638</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 177, 25-06-1932; ibidem, OS n.º 188, 06-07-1932.

<sup>639</sup> *Os Sports*, 22-08-1932.

<sup>640</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 205, 23-07-1932; ibidem, OS n.º 242, 29-08-1932.

intervalos de quatro dias, para ficar de prevenção na sede<sup>641</sup>. O agente Roquete saiu por várias vezes da capital para fazer deslocações profissionais, como a já referida a Elvas ou a diligência que realizou no Seixal entre 24 e 27 de Agosto. Pouco tempo depois desta última viagem, Agostinho Lourenço registou o agrado que sentiu ao ler num ofício do administrador do concelho do Seixal “boas referências” a António Roquete, feitas “em virtude de ali ter encaminhado habilmente umas diligências de que superiormente fora incumbido a pedido daquela autoridade”<sup>642</sup>. A 29 de Outubro, Roquete pediu por escrito à direcção da PIP para “ser dispensado de comparecer n’esta Repartição, no dia 31 do corrente, afim (*sic*) de poder tratar de diversos assuntos” de carácter particular, “os quais demandam a minha presença”, numa pretensão deferida por José Catela<sup>643</sup>.

Por volta de Agosto de 1932, António recebeu uma nova proposta de um clube estrangeiro interessado em beneficiar do seu talento de guarda-redes. Charles Bell, agora treinador do Olympique de Marselha, apresentou a Roquete, em nome do emblema francês, um convite para representar os marseheses em troca de um salário mensal de 2500 francos, verba que “era dinheiro naquele tempo”, como diria mais tarde o alvo da proposta<sup>644</sup>. Roquete recusou a oferta, decisão justificada com o facto de lhe custar bastante “abandonar o meu clube e todos os desportistas portugueses”. Além desse aspecto sentimental, Roquete terá ponderado a sua “situação definida em Lisboa” e o que “aconteceria quando, daqui a alguns anos, tivesse que abandonar a bola”, optando por manter-se como “modesto amador”, à imagem do que fizera em 1928 aquando do convite do Real Madrid<sup>645</sup>. O desportista rejeitou assim a sua profissionalização definitiva, que não lhe forneceria a longo prazo a estabilidade financeira suficiente para o levar a sair da polícia.

Afastada a hipótese francesa, Roquete iniciou uma nova temporada desportiva ao serviço do CPAC e declarou à imprensa que “Nunca me abalancei a jogar com tanto entusiasmo como nesta época, em que, como jamais, o meu velho Casa Pia necessita do amor dos seus jogadores!”<sup>646</sup>, numa alusão ao recente abandono do clube por Gustavo e outros futebolistas<sup>647</sup>.

---

<sup>641</sup> Ibidem, OS n.º 260, 16-09-1932; OS n.º 264, 20-09-1932.

<sup>642</sup> Ibidem, OS n.º 237, 24-08-1932; OS n.º 240, 27-08-1932; OS n.º 248, 04-09-1932.

<sup>643</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 247.

<sup>644</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995; *Correio Elvense*, 28-08-1932.

<sup>645</sup> *Stadium*, 23-01-1933.

<sup>646</sup> Ibidem, 19-10-1932.

<sup>647</sup> Camilo, ob.cit., p. 146.

A prolongada ausência do futebol lisboeta pareceu não ter afectado as faculdades do guardião, que reapareceu no Campo do Restelo em 16 de Outubro, num Casa Pia-Benfica concluído sem golos, muito graças à “esplêndida exibição” de Roquete, cuja presença animou os “gansos” e pareceu enervar os avançados do SLB<sup>648</sup>. Novamente capitão do CPAC, António repetiu as prestações de grande nível em várias das primeiras jornadas do campeonato de Lisboa, disputado por dez equipas em 1932/33.

A 30 de Outubro, no Stadium, a partida Lisboa-Astúrias registou o triunfo dos visitantes (1-2), resultado que motivou críticas pela colocação na baliza lisboeta do benfiquista Pedro da Conceição e não de Roquete. Um dos membros do comité seleccionador da AFL, José Serrano, informou que “Roquete não quis jogar” na véspera do dia para o qual pedira dispensa das suas funções policiais<sup>649</sup>. O casapiano também não actuou no Porto-Lisboa em que os portuenses derrotaram os homens da capital por um surpreendente 6-2. Contudo, o dirigente Salvador do Carmo convocou Roquete para a selecção do Sul, vencida em Lisboa pela sua congénere do Norte (0-1). Neste novo duelo com Siska, Roquete mostrou-se superior ao húngaro na intercepção dos pontapés de canto e “evidenciou a sua indiscutível classe”<sup>650</sup>. A propósito da alegada decadência do futebol lisboeta referida na imprensa após as pouco habituais derrotas da capital nos desafios inter-regionais, Roquete considerou o declínio “indubitável”. A situação não se devia, no seu entender, à falta de bons jogadores em Lisboa, mas sim a factores como a escassez de dirigentes e treinadores de qualidade ou a menor frequência de contactos desportivos com equipas estrangeiras<sup>651</sup>.

O regresso às grandes tardes tornou consensual a escolha de Roquete para a selecção nacional, então dirigida por um comité formado por Salvador do Carmo (representante de Lisboa), Salviano Valente Perfeito (Porto) e Armando Sampaio (Coimbra). O semanário *A Bola*, dirigido por Tavares da Silva<sup>652</sup>, promoveu uma votação entre os leitores acerca dos futebolistas a convocar para o Portugal-Hungria, recebendo 1364 listas de jogadores, das quais 1169

---

<sup>648</sup> *Os Sports*, 17-10-1932; *Stadium*, 19-10-1932.

<sup>649</sup> *A Bola*, 31-10-1932 e 07-11-1932.

<sup>650</sup> *Ibidem*, 19-12-1932; *Os Sports*, 19-12-1932.

<sup>651</sup> *Stadium*, 23-01-1933.

<sup>652</sup> João Joaquim Tavares da Silva (1903-1958), advogado e jornalista, fundou e dirigiu *A Bola* (outro jornal com o mesmo nome surgiria em 1945). Colaborou com publicações como *Stadium*, *Diário de Lisboa*, *Mundo Desportivo* e *O Norte Desportivo*. Foi árbitro, seleccionador nacional e treinador de Sporting, Belenenses, Lusitano de Évora e outros clubes.

apontavam Roquete como guarda-redes da equipa da FPPFA. O casapiano foi um dos atletas mais votados no plebiscito, atrás do avançado portista Artur de Sousa “Pinga”, mencionado em 1214 propostas de selecção<sup>653</sup>. Salvador do Carmo considerou Roquete “indiscutível” no misto federativo, devido ao “saber, estilo e condições físicas” do atleta do CPAC<sup>654</sup>.

A 29 de Janeiro de 1933, o campo alagado do Stadium acolheu o segundo Portugal-Hungria, durante o qual os magiares mostraram superioridade física e técnica. A selecção portuguesa conseguiu mesmo assim sair vitoriosa graças a um golo de Pinga, em fase de afirmação como a referência do ataque luso. O resultado motivou a esperança de Ricardo Ornelas no “início do ressurgimento do declínio em que se tombou logo após Amsterdão (*sic*)”<sup>655</sup>. Os destaques individuais da crítica distinguiram Carlos Alves (agora jogador do Académico do Porto), Augusto Silva e Roquete. O agente da PIP apareceu na capa de *O Notícias Ilustrado*, revista onde Ribeiro dos Reis mencionou a confiança que a “classe excepcional” do ribatejano conferia aos colegas de selecção<sup>656</sup>. Joaquim Rodrigues Gonçalves, um leitor da *Stadium* residente na Covilhã, escreveu uma “carta aberta” a Roquete para felicitá-lo pela “tarde magnífica e estrondosa que teve contra os húngaros”, ao nível das exibições feitas em Amesterdão<sup>657</sup>.

O jogo luso-húngaro assinalou uma experiência pioneira no país, ao ser relatado em directo por Raul de Oliveira para o emissor radiofónico CT1DH, propriedade de Luís Rau Sales<sup>658</sup>. O jornalista de *Os Sports* colaborava na emissora com um programa semanal de informação desportiva, transmitido às segundas-feiras e que em 30 de Janeiro teve como convidado António Roquete. Raul de Oliveira fez uma breve apresentação do futebolista antes deste ficar com o microfone à sua disposição. Segundo um resumo do programa, Roquete manifestou a sua satisfação pela vitória do dia anterior, elogiou os companheiros e prometeu fazer uma “preparação cuidada” para o próximo embate com a Espanha. Ouvida em “vários pontos da província”, a emissão deu origem a muitas cartas elogiosas enviadas ao jornal desportivo<sup>659</sup>. O CT1DH não era o único emissor a dedicar atenção ao desporto, já que Tavares

---

<sup>653</sup> *A Bola*, 23-01-1933.

<sup>654</sup> *Stadium*, 16-01-1933.

<sup>655</sup> *Os Sports*, 30-01-1933.

<sup>656</sup> *O Notícias Ilustrado*, 05-02-1933.

<sup>657</sup> *Stadium*, 20-02-1933.

<sup>658</sup> *Os Sports*, 30-01-1933.

<sup>659</sup> *Ibidem*, 03-02-1933.

da Silva iniciou em Março de 1933 uma “secção desportiva” no Clube Radiofónico de Portugal<sup>660</sup>. As potencialidades da rádio como meio de divulgação do futebol português não deixariam de ser exploradas nos anos seguintes.

O Casa Pia terminou a primeira volta do regional lisboeta de 1932/33 em quarto lugar, apoiado no trabalho da sua defesa e em particular de Roquete, “coluna dorsal” da equipa<sup>661</sup>. A popularidade do casapiano assumia dimensões nacionais, dando origem a homenagens como a prestada quando Roquete voltou ao Seixal em 5 de Fevereiro, a convite de “dois amigos seus, sócios do Seixal FC”, clube que comemorou então o seu oitavo aniversário com uma sessão solene. Ao entrar na sala já no final do evento, Roquete recebeu “uma carinhosa manifestação” da assistência. O guarda-redes capitaneava o “Onze Negro”, composto por jogadores das várias categorias do Casa Pia e derrotado por 2-1 pelo Seixal. À noite, a sede do clube local acolheu um banquete oferecido aos casapianos<sup>662</sup>. Entre 8 e 10 de Fevereiro, Roquete partiu em diligência policial<sup>663</sup> e deslocou-se a Beja, onde uma colectividade local, o Luso Sporting Clube, resolveu organizar um “Porto de Honra” em homenagem a Roquete, elogiado pelo presidente da agremiação, João de Melo Garrido. O internacional português agradeceu as palavras, “num brilhante improvisado”, e, ao assistir a um treino do Luso, aproveitou para, mesmo sem equipamento, exhibir-se em algumas defesas<sup>664</sup>.

Um jogo particular entre o FC Porto e o Casa Pia realizado no Campo da Constituição em 9 de Março foi promovido por folhetos a anunciar o duelo “Siska contra Roquete”, numa personalização condenada na imprensa<sup>665</sup>. Claramente dominado pelos portistas (vitoriosos por 4-1), o desafio serviu sobretudo para o público do Porto admirar as defesas de Roquete, frequentemente ovacionado. A imprensa desportiva portuense mantinha-se convicta da superioridade de Siska sobre o ribatejano, aparentemente confirmada poucos dias depois num Lisboa-Porto (5-4) em que os dois atletas se defrontaram pela última vez<sup>666</sup>.

Novamente convocado para os trabalhos da selecção nacional, Roquete não compareceu no treino realizado no Porto a 16 de Março (no dia seguinte, esteve de prevenção na sede da

---

<sup>660</sup> *A Bola*, 13-03-1933.

<sup>661</sup> *Ibidem*, 13-02-1933; *Os Sports*, 17-02-1933.

<sup>662</sup> *Os Sports*, 13-02-1933; *Stadium*, 27-02-1933.

<sup>663</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 39, 08-02-1933; *ibidem*, OS n.º 42, 11-02-1933.

<sup>664</sup> *Os Sports*, 20-02-1933.

<sup>665</sup> *O Porto Desportivo*, 12-03-1933.

<sup>666</sup> *Ibidem*, 12-03-1933 e 19-03-1933; *Os Sports*, 13-03-1933.

PIP<sup>667</sup>). Quatro dias depois, Salvador do Carmo escreveu a Armando Sampaio, retido por doença em Coimbra, uma carta acerca dos jogadores a seleccionar para o jogo com a Espanha, marcado para 2 de Abril, na cidade de Vigo. Relativamente à posição de guarda-redes, “o Roquete não joga devido ao assunto que o amigo sabe”<sup>668</sup>. O seleccionador poderia referir-se a uma eventual indisponibilidade profissional do agente para se deslocar a Vigo, mas, em 24 de Março, Agostinho Lourenço concedeu a Roquete, após pedido deste, uma licença de 10 dias, com efeitos a partir do dia 27 desse mês, viabilizando a ida do desportista à Galiza<sup>669</sup>. A licença foi permitida por Lourenço depois do oficial receber duas informações positivas quanto à possibilidade de compensar a ausência de Roquete no serviço e à inexistência de castigos ou licenças recentes no seu currículo de funcionário, assinadas respectivamente pelo chefe de secção Carlos Ruas e pelo chefe da secretaria da PIP, António Dias Maia Júnior<sup>670</sup>. Antes da interrupção do regional lisboeta, o CPAC sofreu derrotas frente a Belenenses (2-1) e Carcavelinhos (4-0), com culpas em ambos os jogos para um Roquete inferior ao normal<sup>671</sup>.

A selecção das quinás preparou-se para a partida em La Guardia, num estágio apoiado pelo vice-cônsul português na localidade galega, o antigo desportista Mário Duarte<sup>672</sup>. Roquete treinou com os outros seleccionados e, nas horas vagas, dedicou-se aos seus passatempos habituais, damas e ténis de mesa<sup>673</sup> (conhecido então por *ping-pong*). Integrado na Semana Portuguesa em Vigo, o desafio atraiu milhares de portugueses que cruzaram a fronteira, aumentando o trabalho do pessoal da PIP colocado nos postos do Minho, mais tarde elogiado por Agostinho Lourenço<sup>674</sup>. No Estádio de Balaídos, Portugal utilizou seis homens presentes nos Jogos de Amesterdão (Roquete, Carlos Alves, Augusto Silva, César de Matos, Valdemar Mota e Vítor Silva) e algumas figuras mais recentes como os avançados Pinga e Valadas (Sporting). Apesar de poucos acreditarem numa inédita vitória lusa em território espanhol, o triunfo da equipa de Zamora por 3-0, acompanhado pela multidão reunida no Rossio em torno de altifalantes que transmitiam o relato de Raul de Oliveira, constituiu uma decepção para os

---

<sup>667</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 76, 17-03-1933; *Os Sports*, 17-03-1933.

<sup>668</sup> *A Voz Desportiva*, 15-04-1933.

<sup>669</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 84, 25-03-1933.

<sup>670</sup> *Ibidem*, SC, PI 2303, NT 185, fl. 243.

<sup>671</sup> *Stadium*, 22-03-1933 e 29-03-1933.

<sup>672</sup> Mário de Faria e Maia Ferreira Duarte (1900-1982) licenciou-se em Ciências Económicas e Financeiras e seguiu a carreira diplomática, como cônsul e mais tarde embaixador. Conquistou títulos em modalidades desportivas como ténis, futebol (foi guarda-redes do Belenenses), hipismo, atletismo e pólo aquático.

<sup>673</sup> *Os Sports*, 31-03-1933; *Stadium*, 05-04-1933.

<sup>674</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 109, 19-04-1933.

críticos. Numa equipa em que Augusto Silva brilhara novamente, Pinga e Roquete tinham sido as grandes desilusões. O casapiano, apesar de alguns bons lances, falhara em dois dos golos sofridos e revelara estar em má condição física<sup>675</sup>. Na imprensa espanhola, considerou-se que os portugueses “tienen mejor guarda-metas hoy que Roquette, al que los años hicieron ya mella, si no en el estilo, en la decisión”<sup>676</sup>.

Nos dias seguintes à partida, os seleccionadores trocaram na imprensa acusações sobre a convocatória e preparação dos futebolistas e revelaram factos como a recusa do pedido dos jogadores para receberem prémios relativos a 10 e não 9 dias de deslocação<sup>677</sup>. O resultado de Vigo e a má imagem gerada pela polémica descreditaram definitivamente o sistema de orientação da equipa nacional por comissões. Ainda em Abril de 1933, a Federação decidiu nomear Ribeiro dos Reis como seleccionador único, responsável por todo o processo de escolha e comando do misto português<sup>678</sup>.

Roquete continuava formalmente a ser 2.º sargento do Exército, situação que justificou a sua convocatória para uma selecção militar de futebol reunida para disputar três partidas em França, numa iniciativa do adido militar português em Paris, o major Lello Portela<sup>679</sup>. Sob a liderança de outros dois oficiais, os capitães Raul Martinho<sup>680</sup> e Leal de Oliveira<sup>681</sup>, a comitiva, dominada por atletas do Belenenses, integrou Roquete, Carlos Alves, João Belo, Almeida, Álvaro Pereira, César de Matos, Abrantes Mendes, Rodolfo, Augusto Silva, Valdemar Mota, Bernardo, José Luís, Pedro da Conceição, Carlos Fernandes, Alfredo Ramos e Heitor Rodrigues. Chegados a Paris em 5 de Abril, os oficiais e jogadores partiriam no dia seguinte para a cidade de Arras. Roquete não compareceu na estação ferroviária à hora marcada e só se juntaria aos companheiros no dia 7<sup>682</sup>. Em 9 de Abril, os militares lusos participaram numa cerimónia em

---

<sup>675</sup> *O Notícias Ilustrado*, 09-04-1933; *O Porto Desportivo*, 09-04-1933; *Os Sports*, 03-04-1933 e 07-04-1933.

<sup>676</sup> *Campeón*, 09-04-1933.

<sup>677</sup> *Stadium*, 12-04-1933.

<sup>678</sup> *Os Sports*, 28-04-1933.

<sup>679</sup> Alberto Lello Portela (1893-1949) participou na I Guerra Mundial como aviador. Capitão no final do conflito, chegaria em 1937 a tenente-coronel. Ocupou os cargos de governador civil de Lisboa (1921) e adido militar em França. Acompanhou a II Guerra Mundial como jornalista, escrevendo para *A Voz* e *O Século*.

<sup>680</sup> Raul Martinho (1895-?), oficial de cavalaria ligado ao Belenenses, presidiu à AFL entre 1932 e 1933 e foi dirigente da FPF. Promovido a general, assumiu o cargo de governador militar de Moçambique (1956-1959).

<sup>681</sup> António Francisco Palermo Leal de Oliveira (1894-1977), oficial de cavalaria, atingiu a patente de tenente-coronel. Doutorado em Educação Física pela Universidade de Gand (Bélgica) e autor de livros sobre ginástica, foi membro do Conselho Superior de Educação Física do Exército, professor do Instituto Nacional de Educação Física e presidente da Federação Internacional de Educação Física.

<sup>682</sup> *Os Sports*, 21-04-1933.

Lacouture evocativa da batalha de La Lys, antes de seguirem para Tourcoing, local do jogo contra a selecção da Liga do Norte de França. Os portugueses começaram o encontro a perder por 2-0, mas os golos de Bernardo, Augusto Silva e José Luís deram a volta ao resultado ainda antes do intervalo. Os franceses estabeleceriam em 3-3 o resultado final de uma partida marcada pelo lance em que Raul Martinho e os jogadores sob o seu comando obrigaram o árbitro a validar um golo apontado por Portugal em fora-de-jogo, ameaçando não disputar o resto do desafio<sup>683</sup>.

Além dos jogos de futebol, o programa da viagem incluiu eventos sociais e visitas de automóvel a várias cidades belgas, juntamente com deslocações à Exposição Internacional de Lille (dedicada à indústria e na qual Portugal não se encontrava representado) e a antigas trincheiras e outros vestígios da I Guerra Mundial. Raul de Oliveira, que acompanhava os desportistas, apresentou-lhes as suas recordações do conflito terminado quinze anos antes<sup>684</sup>. A 15 de Abril, a selecção lusa empatou a duas bolas no campo de Saint-Ouen, em Paris, com um misto da capital francesa, um dia antes de defrontar em Estrasburgo a equipa do regimento 158 de infantaria, campeão militar gaulês, e vencer por 3-1. No balanço da actuação desportiva dos militares, chegados em 20 de Abril a Lisboa, foram destacados Augusto Silva e Álvaro Pereira, enquanto Roquete e Carlos Alves “Andaram um pouco aos altos e baixos”, na expressão de Raul Martinho<sup>685</sup>.

Após uma segunda volta inferior à primeira, o Casa Pia terminou o campeonato lisboeta de 1932/33 em sexto lugar, com os mesmos pontos do Carcavelinhos (33). Os dois primeiros classificados, Benfica e Belenenses, iguados na pontuação, disputariam o título numa final a 18 de Maio. Contrariando o prognóstico de Roquete, que, inquirido pela *Stadium*, previra cautelosamente um triunfo dos “azuis” pela margem mínima<sup>686</sup>, o SLB venceu por 2-1 e sagrou-se campeão da capital. Roquete não terá assistido ao jogo, uma vez que, através de uma declaração escrita em 16 de Maio, informou os seus superiores de que se encontrava doente. Seguindo o procedimento habitual nestas situações, José Catela enviou o médico da polícia, Henrique Soeiro Martins Ruas<sup>687</sup>, à habitação de Roquete, situada na Rua Luz Soriano, 27, 4.º (no Bairro Alto, em Lisboa), para confirmar a doença do agente. De acordo com o diagnóstico do

---

<sup>683</sup> *Ibidem*, 17-04-1933.

<sup>684</sup> *Ibidem*, 24-04-1933 e 28-04-1933.

<sup>685</sup> *A Bola*, 24-04-1933; *Os Sports*, 24-04-1933.

<sup>686</sup> *Stadium*, 17-05-1933.

<sup>687</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 341, 06-12-1932.

“facultativo” da PIP, Roquete sofria de urticária e necessitava de cinco dias de convalescença, pelo que o salvaterrense retomou o trabalho apenas em 21 de Maio<sup>688</sup>. Recuperado, Roquete voltou a vestir a camisola do CPAC, eliminado do Campeonato de Portugal logo na primeira ronda, ao baquear em Setúbal perante o Comércio e Indústria (3-2), e que concluiu a temporada com desafios amigáveis realizados no Montijo<sup>689</sup>.

Entre 1924 e 1933, António Fernandes Roquete tornou-se um dos primeiros “ídeos” do futebol português a ganhar o estatuto de celebridade. A fama de Roquete foi construída em primeiro lugar nos campos, junto do público que assistia às suas actuações e chegava a vir propositadamente para o observar. A imprensa também contribuiu para a popularidade do ribatejano, unindo a palavra à imagem na divulgação da aparência e das qualidades atléticas de Roquete. Novos meios de propaganda do futebol como o cinema e a rádio também documentaram a actividade desportiva do casapiano. Os seus 16 desafios pela selecção nacional portuguesa, já então transformada num fenómeno de massas, reforçaram o estatuto quase heróico do guarda-redes. No entanto, se o futebol conferiu fama a Roquete, garantiu-lhe dinheiro apenas de forma extra-oficial e intermitente, já que o futebolista não atingiu a profissionalização, só possível no estrangeiro. A ocupação laboral do ex-aluno da CPL constituiu assim um problema nunca resolvido definitivamente até António Roquete reingressar na PIP em 1931. Roquete voltou ao quotidiano da capital e às exibições de grande nível entre 1932 e 1933, mas, quando parecia ter retornado aos seus tempos áureos, assumiu a chefia de mais um posto fronteiriço e, a partir daí, daria sinais crescentes de que o futebol e a natação ficariam para trás, devido à prioridade atribuída pelo salvaterrense à sua carreira na polícia política.

---

<sup>688</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 139, 19-05-1933; *ibidem*, SC, PI 2303, NT 185, fls. 244-245. A entrevista concedida por Roquete à *Stadium* em Fevereiro de 1932 decorreu “No seu pequeno quarto de pensão, num quarto andar” (*Stadium*, 17-02-1932).

<sup>689</sup> *A Bola*, 22-05-1933, 12-06-1933 e 02-07-1933.

### 2.3. 1933-1947: o inspector da PVDE

“Ao guarda-redes Roquete

Que foi a nossa delícia

Deixo um lindo “casse-tête”

E um “bonet” de polícia...” (“Jota Eme”, *Jornal de Sports*, 21-04-1935)

#### 2.3.1. Valença

A Ditadura Militar procedeu novamente, entre 1932 e 1933, a várias alterações na orgânica das polícias dedicadas à repressão dos crimes políticos. Por ofício do ministro do Interior, Mário Pais de Sousa<sup>690</sup>, a antiga Polícia de Informações, então a funcionar como uma secção da PSP, foi definitivamente extinta no início de Maio de 1932, passando as suas funções a competir à nova Secção de Vigilância Política e Social da Polícia Internacional Portuguesa<sup>691</sup>. O objectivo da medida seria atenuar a fama negativa da “Informa” ao inseri-la na PIP, um organismo de carácter político menos assumido, e procurar reunir na mesma entidade as competências quer da repressão da oposição ao regime quer da vigilância de estrangeiros e fronteiras<sup>692</sup>. Com a criação da SVPS, liderada por Rui Pessoa de Amorim, aumentaram o número de funcionários sob as ordens de Agostinho Lourenço e o poder exercido pelo director da PIP. No entanto, a nova situação duraria apenas cerca de oito meses, uma vez que, já com Albino dos Reis<sup>693</sup> na pasta do Interior do Governo presidido por Salazar (empossado como Presidente do Conselho de Ministros em 5 de Julho de 1932), o Decreto n.º 22 151, de 23 de Janeiro de 1933, extinguiu a SVPS da PIP e fundou a Polícia de Defesa Política e Social, controlada directamente pelo ministro do Interior e responsável por “prevenir e evitar os crimes

---

<sup>690</sup> Mário Pais de Sousa (1891-1949), advogado e dirigente da União Nacional, foi governador civil de Coimbra (1931) e ministro do Interior (1931-1932). Eleito deputado à Assembleia Nacional em 1934, regressou à pasta do Interior entre 1936 e 1944. Depois de sair do Governo, exerceu as funções de provedor da Misericórdia de Lisboa.

<sup>691</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 125, 04-05-1932.

<sup>692</sup> Ribeiro, ob.cit., pp. 62-63.

<sup>693</sup> Albino Soares Pinto dos Reis Júnior (1888-1983), advogado e conservador do Registo Civil, foi eleito deputado em 1921 e 1925 e liderou a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis (1922-1926). Após o 28 de Maio, exerceu os cargos de governador civil de Coimbra (1931-1932), ministro do Interior (1932-1933), vice-presidente da Comissão Central da União Nacional e deputado à Assembleia Nacional, órgão a que presidiu entre 1945 e 1961. Nomeado em 1933 juiz do Supremo Tribunal Administrativo, seria presidente deste a partir de 1936.

de natureza política e social”. Na ordem de serviço da PIP que divulgou o novo diploma, Lourenço agradeceu o trabalho dos antigos funcionários da SVPS, que transitariam para a PDPS<sup>694</sup>. O pessoal da PIP, reduzido por esta alteração, abrangia em Fevereiro de 1933 72 funcionários (dos quais apenas um do sexo feminino, a dactilógrafa Maria do Céu Costa), entre eles o agente n.º 19/12, António Fernandes Roquete<sup>695</sup>.

Dirigida por um juiz, Rodrigo Vieira de Castro, a PDPS estaria ligada aos sectores liberais e republicanos da ditadura e a sua criação, efectuada por Albino dos Reis sem consultar Agostinho Lourenço, gerou resistências entre os militares mais à direita. Numa carta de 9 de Janeiro de 1933 ao tenente Horácio de Assis Gonçalves, secretário de Salazar, o tenente Luís Borges, “inspector da Fronteira” da PIP colocado em Chaves<sup>696</sup>, queixa-se de Lourenço estar a ser ignorado nas decisões sobre a reorganização da polícia que dirige. Além de elogiar o director da PIP, transformada por Agostinho Lourenço, que a encontrara mergulhada no caos e na indisciplina, numa “Polícia pobrezinha é certo mas honrada (*sic*)”, Luís Borges previne que a fidelidade a Lourenço dos colaboradores deste, como José Catela, Rui Pessoa de Amorim, António Vieira de Castro e Silva (adjunto da PIP) e o próprio Borges, levá-los-ia, caso o capitão fosse afastado da direcção da polícia, a demitirem-se em sinal de apoio (“Todos nós saímos com ele”<sup>697</sup>). As pressões obrigariam o ministro do Interior e Rodrigo Vieira de Castro a apresentarem as suas demissões em Julho de 1933, decisão que ditaria na prática o fim da PDPS<sup>698</sup>. O Estado Novo, institucionalizado pela Constituição promulgada em Abril de 1933 após aprovação em plebiscito, necessitava de uma polícia política forte, eficaz e unificada que garantisse a defesa do salazarismo perante ameaças à esquerda e à direita.

O Decreto n.º 22 992, de 29 de Agosto de 1933, fundiu a PIP e a PDPS, consideradas complementares “na sua acção de defesa da sociedade organizada e do Estado”, numa nova entidade, a Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Dividida nas secções Internacional e de Defesa Política e Social, a PVDE, sob a tutela do ministro do Interior, seria comandada por um director (Agostinho Lourenço), um secretário-geral (José Catela), dois subdirectores e três

---

<sup>694</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 25, 25-01-1933; Ribeiro, *ob.cit.*, pp. 64-65.

<sup>695</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 34, 03-02-1933.

<sup>696</sup> *Ibidem*, OS n.º 175, 23-06-1932.

<sup>697</sup> Gonçalves, Assis, *Relatórios para Oliveira Salazar, 1931-1935*, Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981, pp. 55-57.

<sup>698</sup> Pimentel, Irene Flunser, “Como nasceu a PVDE, antecessora da PIDE”, in *Visão História*, n.º 19, Fevereiro de 2013.

adjuntos, que liderariam o “pessoal de vigilância” dividido nas categorias de inspectores, chefes de posto e de brigada e agentes de primeira, segunda e terceira classes, além dos funcionários da secretaria. A Secção Internacional da PVDE teria funções semelhantes às da PIP, com a diferença da sua vigilância se alargar à fronteira marítima, ou seja, passar a abranger a circulação de passageiros nos portos de Lisboa e Leixões. Por sua vez, a Secção de Defesa Política e Social dedicar-se-ia à repressão dos “crimes de natureza política e social”, uma designação vaga que conferia uma ampla margem de actuação ao organismo. Tal como as polícias políticas anteriores, a PVDE possuía a capacidade de organizar processos e elaborar autos que valiam como corpo de delito<sup>699</sup>. A Secção Internacional, com sede no Largo da Trindade (a Secção de Defesa Política e Social funcionava a partir de um edifício da Rua 16 de Outubro<sup>700</sup>, ou Rua da Leva da Morte, onde já estivera instalada a Polícia de Informações), incluía também os postos fronteiriços já existentes e outros a criar onde fosse necessário. Ambas as secções seriam reunidas mais tarde num único edifício, localizado na Rua António Maria Cardoso. Ao ver a PIP extinta e o pessoal desta integrado na Secção Internacional da PVDE, Agostinho Lourenço agradeceu aos funcionários da polícia que liderara e, em jeito de balanço, considerou que, após a “depuração necessária”, a corporação, que era “nada” em 1931, “alguma coisa é presentemente”<sup>701</sup>.

Logo após a criação da PVDE, “o agente António Roquete” foi nomeado chefe do posto de Valença, sendo-lhe “conferida guia de marcha desta Sede para aquela localidade”, onde assumiria as suas novas funções em 4 de Setembro, ao substituir Emílio Ferreira, louvado pela sua actuação na vila minhota<sup>702</sup>. A transferência para o posto nortenho ocorreu numa altura em que Roquete integrava duas comissões de sócios do CPAC, agora presidido pelo capitão José de Sales Terreiro. O “Grupo dos Negros”, formado por Roquete e outros sete casapianos, assumira o encargo de organizar uma colecta de fundos entre os associados destinada a pagar o salário mensal de Arthur John, contratado como treinador do Casa Pia (permaneceria apenas dois meses no clube), enquanto um outro comité deveria orientar as actividades desportivas dos alunos da CPL e recrutar novos atletas para o CPAC<sup>703</sup>. Roquete abandonou estas iniciativas, tal como a defesa das redes da equipa casapiana, para passar a residir em Valença. Um jornal desta

---

<sup>699</sup> *Diário do Governo*, I Série, 29-08-1933; Ribeiro, ob.cit., pp. 71-73.

<sup>700</sup> A actual Rua Serpa Pinto.

<sup>701</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 246, 03-09-1933.

<sup>702</sup> *Ibidem*, OS n.º 245, 02-09-1933; OS n.º 246, 03-09-1933; OS n.º 3, 06-09-1933.

<sup>703</sup> Camilo, ob.cit., pp. 147 e 152; *Os Sports*, 22-09-1933.

localidade, o semanário *Notícias de Valença*, dirigido pelo capitão Manuel Gomes, ex-combatente da I Guerra Mundial, saudou o novo chefe do posto da agora PVDE e prometeu estar “sempre ao seu dispor para tudo quanto possa prestigiar a Situação”<sup>704</sup>.

Tal como em 1929, a presença de António Roquete no Norte despertou o interesse de várias colectividades portuenses. No mês de Outubro de 1933, começaram a circular no Porto rumores de que Roquete seria o novo guarda-redes do Académico, embora a imprensa adiantasse que o acordo entre clube e jogador ainda não estava fechado<sup>705</sup>. Um responsável do Casa Pia admitiu que Roquete poderia realizar desafios particulares por outros clubes, mas, em partidas oficiais, só representaria o CPAC, do qual “não saiu nem sairá”<sup>706</sup>. O AFC não era a única equipa interessada em garantir o concurso do ribatejano, já que o Boavista, então presidido por Oliveira Valença, terá sido o primeiro emblema a contactar o agente da PVDE para lhe propor a actuação em jogos de carácter particular, por cada um dos quais receberia uma “determinada quantia” (400 escudos, segundo os jornais), aceite pelo guarda-redes. As notícias que colocavam Roquete no Académico levaram um dirigente boavistense, Mário Braga, a telefonar para o posto da PVDE em Valença, cujo chefe negou ter qualquer acordo com o clube do Estádio do Lima. Roquete terá garantido que, apesar da sua profissão o obrigar a residir na fronteira, deslocar-se-ia ao Porto para vestir a camisola do BFC em partidas extra-oficiais<sup>707</sup>. No entanto, foi anunciada pouco depois a estreia do internacional luso pelo Académico frente ao FC Porto, num jogo disputado a 5 de Novembro. Muitos adeptos deslocaram-se ao Ameal de propósito para ver o casapiano, mas Roquete não apareceu na baliza academista, “o que causou certo desapontamento” no público<sup>708</sup>. Carlos Alves, jogador-treinador do AFC, onde também actuava Raul Figueiredo, justificou a ausência do antigo colega de selecção com os “afazeres profissionais” deste, sem desistir de trazer Roquete para a sua equipa. Alves afirmou estar autorizado pelo amigo para garantir que, no Porto, Roquete só representaria o Académico, clube do qual era sócio honorário<sup>709</sup>. O salvaterrense acabaria por não alinhar por nenhum conjunto da Invicta, enquanto permanecia a

---

<sup>704</sup> *Notícias de Valença*, 14-09-1933.

<sup>705</sup> *O Porto Desportivo*, 29-10-1933; *O Primeiro de Janeiro*, 24-10-1933; *Sporting*, 30-10-1933.

<sup>706</sup> *Jornal de Sports*, 29-10-1933.

<sup>707</sup> *Ibidem*, 19-11-1933; *Sporting*, 30-10-1933.

<sup>708</sup> *Sporting*, 06-11-1933 e 09-11-1933.

<sup>709</sup> *O Porto Desportivo*, 02-11-1933 e 05-11-1933.

incerteza quanto ao seu futuro desportivo, que poderia passar pelo regresso a curto prazo ao Casa Pia<sup>710</sup>.

Entretanto, António Roquete praticava futebol no Sport Clube Valenciano, envolvido em partidas amigáveis contra adversários espanhóis e portugueses. A livre passagem na fronteira dos jogadores de clubes galegos convidados pelo SCV, como o Porriño FC, o Arenas FC (oriundo de Tui) ou o Guardês FC (de La Guardia) necessitava de autorização da direcção da PVDE, que, depois de se informar sobre os pedidos, concedia geralmente “facilidades” aos adeptos, dirigentes e futebolistas desejosos de cruzar a linha fronteiriça<sup>711</sup>. A presença de Roquete na equipa minhota atraiu o público ao Campo das Antas, onde entre 1200 e 1500 pessoas (um número muito superior ao normal) assistiram em 24 de Setembro à vitória por 3-2 do SCV sobre o FC Puente Areas<sup>712</sup>. O Arenas de Tui jogou em dois domingos consecutivos no campo de Valença, “quebrando a monotonia” da povoação minhota e sofrendo derrotas para as quais contribuíram os “poderosos recursos” de Roquete<sup>713</sup>. O guarda-redes justificava então a sua participação nestes desafios com o desejo de “brincar” e manter a actividade física<sup>714</sup>, mas Roquete admitiria posteriormente ter recebido dinheiro para jogar pelo Valenciano e utilizado a verba auferida para “comprar uma mobília que muita falta me faziam (*sic*) em casa”<sup>715</sup>. Embora não existam informações sobre o alojamento de Roquete em Valença, supõe-se que, tal como a maioria dos agentes da PVDE colocados em postos fronteiriços, morava numa casa alugada pela polícia e partilhada pelos funcionários desta<sup>716</sup>.

Um acontecimento inesperado dirigiu as atenções nacionais para Valença a partir da tarde de 13 de Novembro de 1933, quando o hidroavião pilotado por Charles Lindbergh<sup>717</sup> amarou de emergência, devido ao nevoeiro, no rio Minho, perto de Friestas. Lindbergh e a mulher, Anne Morrow, tinham já sobrevoado vários países europeus numa viagem rumo a Nova Iorque, com escala prevista em Lisboa. Logo que a amaragem e a identidade dos aviadores (alvos de grande atenção mediática) foram conhecidas em Valença, as autoridades locais partiram de automóvel

---

<sup>710</sup> *Ibidem*, 19-11-1933.

<sup>711</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 22, 25-09-1933.

<sup>712</sup> *O Minhoto*, 30-09-1933; *Stadium*, 25-10-1933.

<sup>713</sup> *O Minhoto*, 28-10-1933; *Notícias de Valença*, 26-10-1933.

<sup>714</sup> *Sporting*, 30-10-1933.

<sup>715</sup> *O Casapiano*, Agosto de 1993.

<sup>716</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 57, 30-10-1933; Biblioteca Nacional de Portugal (BNP), Esp. A/6409, fls. 22-23.

<sup>717</sup> Charles Augustus Lindbergh (1902-1974), aviador americano, celebrou-se por ter feito em 1927 o primeiro voo solitário transatlântico, ligando sem escalas Paris e Nova Iorque.

para o ponto de chegada dos Lindbergh, levaram-nos para a vila e homenagearam-nos com um jantar no Hotel Valenciano. Anne e Charles conviveram então com personalidades como o presidente da Câmara de Valença, António Pinto da Mota<sup>718</sup>, o comandante da GNR local, o alferes Manuel Rebelo da Cruz, e António Roquete, que acompanharam o casal no regresso ao hidroavião, onde os americanos pernoitaram<sup>719</sup>. Retidos no Minho pelo mau tempo, os Lindbergh regressaram a Valença no dia seguinte, almoçaram no hotel com as principais figuras da localidade e, seguidos por estas, viajaram de automóvel até Tui, onde se encontrava o navio militar espanhol *Cabo Fradera*, cujo comandante recebeu o casal. Durante os percursos em Tui e Valença, Charles Lindbergh e a esposa foram saudados por multidões. Na manhã de 15 de Novembro, a aeronave dos Lindbergh descolou de Friestas e deu várias voltas sobre Valença, cuja população se despedia dos aviadores, antes de partir para Lisboa, atingida menos de duas horas depois<sup>720</sup>.

Durante os dois dias passados em Valença, Charles Lindbergh e Anne Morrow foram acompanhados pelo cônsul dos Estados Unidos em Vigo, Renwick S. McNiece. Além de um telegrama de agradecimento a Pinto da Mota pela recepção prestada aos aviadores<sup>721</sup>, o diplomata americano enviou em 14 de Novembro um ofício dirigido a António Roquete, no qual expressou a sua gratidão pelas “inumeráveis atenções que por V. Exa. pessoalmente e pelos agentes às suas ordens foram prestadas aos senhores Lindbergh” e pela iniciativa do casapiano de possibilitar o encontro entre McNiece e o casal<sup>722</sup>. Os elogios do cônsul dos EUA ao pessoal da PVDE, e em especial a Roquete, impressionaram favoravelmente Agostinho Lourenço<sup>723</sup>.

O posto fronteiriço de Valença era um dos mais importantes da PVDE e aquele por onde transitavam maior número de pessoas (em 1935, verificaram-se em Valença 23 930 entradas e 21 874 saídas do território português) e automóveis (3287 veículos, entre viaturas nacionais e estrangeiras, foram registados em 1934 no posto valenciano), a larga distância de Vilar Formoso, o segundo ponto mais movimentado da fronteira<sup>724</sup>. A funcionar diariamente entre as 07.30 e as

---

<sup>718</sup> António de Almeida Pinto da Mota (1865-1951), engenheiro e proprietário agrícola, foi deputado do Partido Regenerador entre 1904 e 1910. No Estado Novo, tornou-se deputado à Assembleia Nacional (1935-1942). Presidiu à Câmara Municipal de Valença entre 1932 e 1945.

<sup>719</sup> *Notícias de Valença*, 16-11-1933; *A Plebe*, 15-11-1933.

<sup>720</sup> *Notícias de Valença*, 16-11-1933; *A Plebe*, 15-11-1933; *O Primeiro de Janeiro*, 15-11-1933 e 16-11-1933.

<sup>721</sup> *A Plebe*, 15-12-1933.

<sup>722</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 76, 18-11-1933; *ibidem*, SC, PI 2303, NT 185, fls. 238-240.

<sup>723</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 77, 19-11-1933.

<sup>724</sup> *Polícia de Vigilância...*, pp. 44-45 e 62-63.

19.30, num horário mais tarde alargado para o período entre as 06.30 e 22.00, à imagem do que sucedia nos serviços da Alfândega e da Guarda Fiscal, esta última dedicada a combater o contrabando<sup>725</sup>, o edifício policial, onde um retrato de Agostinho Lourenço fora inaugurado durante as comemorações do 28 de Maio em 1932<sup>726</sup>, dispunha de condições precárias, como o próprio Lourenço observou ao acompanhar em 17 de Junho de 1934 uma visita do ministro do Interior, o capitão Antonino Raul Gomes Pereira<sup>727</sup>, aos postos da PVDE na fronteira minhota. Gomes Pereira terá admitido a necessidade de criar novas instalações, mais próximas da Ponte Internacional (monumento que liga desde 1886 Tui e Valença), para a polícia política, de modo a substituir os edifícios “impróprios” então ocupados pela PVDE<sup>728</sup>. No entanto, o posto de Valença mantinha-se idêntico em Fevereiro de 1939, sem possuir sequer uma casa de banho. Já em 1940, iniciou-se a construção de um novo edifício destinado a albergar as forças locais da PVDE e da Guarda Fiscal<sup>729</sup>.

A vigilância que, sob o comando de António Roquete, o posto da PVDE em Valença exercia sobre o tráfego de pessoas vindas da Galiza motivou queixas de abusos na actuação policial publicadas no jornal *Tribuna*, de Tui, cidade à qual Roquete se deslocou para assistir, como representante do Ministério do Interior luso, a eventos organizados pelo Centro Português de Tui, inaugurado em 26 de Novembro de 1933<sup>730</sup>. Agostinho Lourenço recebeu em 22 de Dezembro uma carta sem remetente, escrita em castelhano e enviada de Vigo, com a data de 19 de Dezembro e assinatura incompreensível, na qual se exprimem críticas a Roquete, um “ruin y analfabeto policia” que se considerava “Jefe Supremo del Puente Internacional (*sic*)” e, enquanto permitia, em dias de futebol, a passagem da fronteira por indivíduos sem quaisquer documentos, molestava “todas las personas educadas y de cultura” com humilhações desnecessárias. A 17 de Dezembro, realizara-se em Tui uma partida de futebol entre os jogadores locais e os do Valenciano, com a presença de Roquete como espectador. Perante a eclosão de confrontos entre futebolistas espanhóis e portugueses, Roquete teria fugido cobardemente, mas sido agarrado “por

---

<sup>725</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 6, 09-09-1933; OS n.º 172, 21-06-1934.

<sup>726</sup> *Notícias de Valença*, 02-06-1932.

<sup>727</sup> Antonino Raul da Mata Gomes Pereira (1889-?), oficial do Exército, atingiu o posto de coronel. Presidiu à Câmara Municipal de Vila Viçosa e foi governador civil de Setúbal e Évora antes de ocupar a pasta do Interior (1933-1934). Administrador da Companhia de Moçambique, recebeu condecorações como a Grã-Cruz da Ordem Militar de Cristo.

<sup>728</sup> *O Minhoto*, 30-06-1934; *Notícias de Valença*, 21-06-1934 e 05-07-1934.

<sup>729</sup> *O Minhoto*, 12-02-1939, 27-08-1939 e 07-03-1940.

<sup>730</sup> *Notícias de Valença*, 14-12-1933; Pereira, Dionísio, *Emigrantes, Exilados e Perseguidos. A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)*, Santiago de Compostela, Através Editora, 2013, p. 87.

una pata” e deitado ao chão em lágrimas. Lourenço remeteu a carta ao chefe do posto de Valença, que respondeu em 25 de Dezembro contando a sua versão dos acontecimentos do dia 17, data em que se deslocara a Tui para informar-se acerca da agitação social verificada nessa cidade e aproveitara para assistir ao desafio de futebol, acompanhado pelo chefe da estação telégrafo-postal de Valença, que Roquete encontrara por acaso. A “cena de pugilato” ocorrida entre os jogadores fora “prontamente serenada” pelos dirigentes, que puseram fim à partida, enquanto Roquete passava incógnito entre o público, sem qualquer incidente, e regressava ao território português. Os factos descritos na carta eram, assim, fictícios, já que, desde a chegada do ribatejano a Valença, “nunca ninguém se queixou da minha falta de educação cívica” e as passagens da fronteira por equipas de futebol eram autorizadas antecipadamente pela direcção da PVDE<sup>731</sup>.

Entretanto, o cônsul português em Tui, o capitão Anacleto Inácio de Campos, informou o Ministério dos Negócios Estrangeiros dos incidentes ocorridos no encontro de 17 de Dezembro, referindo que as agressões entre futebolistas estiveram perto de alastrar aos espectadores (naturais dos dois países), os quais pretendiam invadir o campo e defender os seus compatriotas, situação que o diplomata considerou motivo para pôr fim aos jogos luso-espanhóis de modo a evitar novos confrontos, numa opinião apoiada pelo embaixador João Carlos de Melo Barreto<sup>732</sup>. No entanto, as partidas de futebol entre clubes dos dois lados da fronteira continuaram a realizar-se com a mesma regularidade.

Como chefe do posto de Valença, Roquete liderava outros três agentes da PVDE, um grupo cuja composição sofreu várias mudanças entre 1933 e 1934 devido às transferências ordenadas por Lisboa, que mantinha os funcionários durante poucos meses em cada posto. Em 1 de Dezembro de 1933, os homens comandados por Roquete eram o agente de 2.ª classe Abel Palhoto Alves da Silva e os agentes de 3.ª classe Mário Lusitano e Frederico Alberto Niny<sup>733</sup>. Este último seria suspenso de exercício e vencimentos em 16 de Janeiro de 1934, antes de, a 4 de Fevereiro, ver o castigo alterado para cinco dias de suspensão. A razão do procedimento disciplinar aplicado por Lourenço a Niny residiu no facto deste “ter cedido a um indivíduo estranho à Corporação o “Crachat” que lhe está distribuído”, com o objectivo de permitir a esse

---

<sup>731</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 232-237.

<sup>732</sup> ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 470, NT 342/2, pt. 37/1, fls. 1-2.

<sup>733</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 89, 01-12-1933.

homem enganar a Guarda Fiscal e atravessar a fronteira. Niny justificara o acto com a “necessidade urgente” de avisar Roquete, que se encontrava então em território espanhol por “motivo de serviço”, para regressar ao posto. A ausência de “má fé” do agente e a reduzida experiência deste contribuíram para limitar o castigo aplicado a Niny, transferido para Vilar Formoso e que se demitiria da PVDE a 30 de Agosto desse ano<sup>734</sup>. O caso exemplifica a preocupação disciplinadora de Agostinho Lourenço relativamente aos seus subordinados, cuja actuação deveria ser fiscalizada pelos inspectores de fronteira, como Emílio Ferreira, responsável pela fronteira terrestre do Norte<sup>735</sup>.

A linha fronteira do Minho assumia particular importância para a PVDE devido à presença na Galiza de “reviralhistas” exilados, como o antigo Presidente da República Bernardino Machado, residente em La Guardia. Apesar dos sucessivos protestos do Governo português apresentados em Madrid por Melo Barreto<sup>736</sup>, as autoridades espanholas toleravam a actividade política dos republicanos nas regiões raianas. O rio Minho constituía uma via de passagem de activistas e propaganda entre os dois países, graças ao auxílio de homens como Domingos dos Santos Ribeiro, a viver desde 1931 em Tui com o pai, Luís dos Santos Ribeiro, um alfaiate exilado<sup>737</sup>. Num depoimento concedido em 2009 e incluído na série televisiva da RTP *A Pide Antes da Pide*, de Jacinto Godinho, Domingos Santos relembrou as travessias clandestinas da fronteira e a forma como transportava panfletos a nado entre o lado espanhol e a outra margem do rio. Roquete e os seus subordinados tentaram interceptar Domingos, mas este dispunha de colaboradores que o preveniam “quando eles iam para me deitar a mão”<sup>738</sup>.

A tentativa de greve geral contra a ditadura promovida em 18 de Janeiro de 1934 por comunistas e anarquistas deu origem a numerosas prisões por todo o país. Um dos detidos foi o jovem comunista Edmundo Pedro<sup>739</sup>, conduzido sob prisão às instalações da Secção Internacional da PVDE no Largo da Trindade. Edmundo Pedro contaria mais tarde ter-se visto numa “pequena sala com uma secretária a um canto”, onde “um tal Serra” (possivelmente o

---

<sup>734</sup> Ibidem, OS n.º 16, 16-01-1934; OS n.º 35, 04-02-1934; OS n.º 243, 31-08-1934.

<sup>735</sup> Ibidem, OS n.º 89, 01-12-1933; OS n.º 103, 15-12-1933.

<sup>736</sup> ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 470, NT 342/2, pt. 37/7, fls. 1-5.

<sup>737</sup> ANTT, PIDE/DGS, Valença do Minho, NT 10005, pt. 3, fls. 47-48 e 60-61.

<sup>738</sup> [https://www.youtube.com/watch?v=nKo\\_9nFFqgo](https://www.youtube.com/watch?v=nKo_9nFFqgo)

<sup>739</sup> Edmundo Pedro (1918-), operário e empresário, esteve preso no campo de concentração do Tarrafal entre 1936 e 1945. Voltaria a ser detido em 1962, por participação na tentativa de golpe de Beja. Aderiu em 1974 ao Partido Socialista, do qual foi deputado à Assembleia da República.

agente Francisco Nunes Serra, admitido na PIP em Janeiro de 1932<sup>740</sup>) interrogou o detido, a quem agrediu com um cassetete. Noutra canto da sala, dois homens muito altos assistiam divertidos ao espancamento do jovem. Edmundo não conhecia um deles, que mais tarde saberia tratar-se do agente Henrique Seixas<sup>741</sup>. Quanto ao outro, foi imediatamente reconhecido pelo operário do Arsenal da Marinha como António Roquete, cujo rosto vira na imprensa. Ao esquivar-se às cacetadas de Serra, Edmundo perdeu o equilíbrio e foi “de roldão” contra Seixas e Roquete, um dos quais “devolveu-me ao Serra, displicentemente, com um pontapé”<sup>742</sup>. Durante a sua longa experiência prisional, Edmundo não terá voltado a encontrar Roquete. A inesperada ausência do casapiano do posto de Valença pode explicar-se pelo contexto da falhada greve geral, que obrigou o conjunto dos funcionários da PVDE, mesmo os colocados na Secção Internacional, a participar na captura e interrogatório dos opositoristas envolvidos no movimento. Nesta situação, Roquete, já então um dos elementos mais experientes ao serviço da polícia política, poderia ter sido chamado extraordinariamente à capital.

Os nomes de indivíduos presos pela PVDE mencionados nas ordens de serviço da polícia política são frequentemente acompanhados por referências aos locais e causas das detenções. Entre as prisões realizadas em Valença durante o ano de 1934, verificaram-se muitos casos de refractários, que pretendiam sair do país para escapar ao serviço militar obrigatório e, depois de interceptados pela PVDE, eram entregues por esta ao governo militar da praça de Valença<sup>743</sup>. A vila fronteiriça era também um ponto de expulsão de estrangeiros “indesejáveis” capturados noutros locais de Portugal, como os espanhóis António Costas Perez e António Garcia, repatriados em 27 de Fevereiro<sup>744</sup>. Por seu turno, as autoridades espanholas expulsavam através de Valença portugueses presos no país vizinho, os quais, após atravessarem a Ponte Internacional, eram detidos pela PVDE e geralmente libertados no mesmo dia<sup>745</sup>. A emigração clandestina era outra das preocupações da PVDE, sobretudo a partir do Decreto n.º 23 995, de 12 de Junho de 1934, que atribuiu à Secção Internacional a responsabilidade de prender os engajadores e migrantes ilegais, até aí pertencente à Inspecção-Geral dos Serviços de

---

<sup>740</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 19, 19-01-1932.

<sup>741</sup> Henrique de Sá e Seixas (1904-?) entrou em 1932 para a PIP e transitou para as polícias políticas seguintes. Foi entre 1938 e 1940 chefe dos guardas do campo do Tarrafal. Permaneceu na PIDE/DGS até 1974, atingindo a categoria de inspector-adjunto (Pimentel, *A História da PIDE*, p. 538).

<sup>742</sup> Pedro, Edmundo, *Memórias – Um Combate pela Liberdade*, vol. I, Lisboa, Âncora, 2007, pp. 171-177.

<sup>743</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 86, 27-03-1934; OS n.º 131, 11-05-1934; OS n.º 141, 21-05-1934.

<sup>744</sup> *Ibidem*, OS n.º 64, 05-03-1934.

<sup>745</sup> *Ibidem*, OS n.º 281, 08-10-1934; OS n.º 333, 29-11-1934.

Emigração<sup>746</sup>. Pouco antes da publicação do diploma, em 5 de Junho, o chefe do posto da PVDE de Valença capturou e entregou à Inspeção-Geral o cidadão português Rogério Rodrigues da Silva, por ter emigrado clandestinamente, três dias antes, a bordo de um navio norueguês de passagem pelo Porto<sup>747</sup>. A 22 de Julho, foram presos um português e dois chilenos suspeitos de emigração clandestina (as ordens de serviço não distinguem engajadores e simples emigrantes), enquanto a 22 de Setembro o mesmo crime serviu de base à detenção de Sebastião Maria Pires, Artur Augusto Lourenço e Anselmo José Delgado<sup>748</sup>. São menos frequentes as situações de indivíduos detidos por razões de carácter expressamente político, embora se conheça o caso do advogado António Augusto Ribeiro da Gama, preso em Valença a 3 de Julho “por proferir insultos a Sua Exa. o Sr. Presidente do Ministério” e libertado a 8 de Agosto, depois do Tribunal Militar Especial, responsável pelo julgamento dos actos contra o regime, lhe aplicar uma multa de 7200 escudos, acompanhada da perda de direitos políticos por 5 anos<sup>749</sup>.

Um dos agentes sob o comando de António Roquete, Mário Lusitano, pediu, num requerimento dirigido a Agostinho Lourenço em 18 de Maio de 1934, para ser transferido para Lisboa ou Porto, devido a problemas de saúde que necessitavam de um tratamento indisponível em Valença. Lusitano veio à capital para ser examinado, concluindo o médico que o agente precisava de “tratamento antisifilítico”, o qual poderia ser feito no Minho. Entretanto, no officio que acompanhou o requerimento de Mário Lusitano, Roquete queixou-se de sucessivos atrasos ao serviço do agente, justificados por este com doenças que não tratava, tal como do convívio de Lusitano com “certas pessoas a quem as contingências da minha acção policial colocaram no campo das incompatibilidades”. A 29 de Maio, Mário Lusitano escreveu a Lourenço para confessar que as más relações com o chefe do posto de Valença tinham causado o seu pedido. Apesar de persistirem “resíduos do conflito que houve em Julho do ano passado neste Posto”, Roquete estabeleceu relações de amizade com dois “dos principais intriguistas” dessa altura. Lourenço remeteu a carta de Lusitano ao subdirector da Secção Internacional, Rui Pessoa de Amorim, e este encarregou o inspector Francisco Sales Velez de averiguar o caso. Velez deslocou-se a Valença para ouvir de Mário Lusitano a narração de episódios nos quais Roquete o tinha vexado, como quando autorizara a passagem da fronteira a um suposto português, vindo do

---

<sup>746</sup> Ibidem, OS n.º 170, 19-06-1934; Ribeiro, ob.cit., p. 73.

<sup>747</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 159, 08-06-1934.

<sup>748</sup> Ibidem, OS n.º 268, 25-09-1934; OS n.º 281, 08-10-1934.

<sup>749</sup> Ibidem, OS n.º 187, 06-07-1934; OS n.º 221, 09-08-1934.

lado espanhol sem documentos e que Lusitano travara, ou ao obrigar o agente à “missão de porteiro”, ou seja, anunciar e introduzir no gabinete de Roquete todos aqueles que procuravam o salvaterrense, mesmo por motivos particulares. Os restantes agentes do posto de Valença poderiam confirmar os eventos, mas “ainda nada disseram pelo receio que de ele têm (*sic*)”. No relatório por si apresentado a Lourenço, Velez aludiu aos “conflitos de várias ordens” que envolveram o posto da PIP/PVDE em Valença antes deste ser chefiado por Emílio Ferreira, cujo trabalho o seu sucessor prosseguia ao impor uma disciplina à qual Mário Lusitano, revelando uma “sensibilidade muito infantil”, não se submetia, merecendo um castigo<sup>750</sup>.

De facto, Agostinho Lourenço puniu Lusitano com “repreensão averbada” por fazer acusações não provadas a Roquete com o intuito de desculpar a sua falta de assiduidade. O director da PVDE aproveitou a ocasião para louvar publicamente o “Chefe de Posto António Fernandes Roquette (*sic*)” pela “energia e bom senso” revelados nas suas funções, onde cumpria e fazia cumprir as ordens emitidas por Lisboa, indiferente à “hostilidade manifestada por alguns elementos” que costumavam “dispor das passagens de fronteira para fazerem realçar a sua influência”<sup>751</sup>. Dois anos antes, o então chefe da PIP de Valença, Manuel do Nascimento Cruz Júnior, recebia diariamente pedidos de “pessoas de categoria da Situação” no concelho para facilitar a travessia da linha de fronteira a indivíduos indicados por aquelas. Perante instruções de Lourenço que proibiam aos chefes de posto a concessão desse tipo de favores, Cruz Júnior confessou-se hesitante em cumpri-las, por temer desagradar a “pessoas que nos servem desinteressadamente” na vila<sup>752</sup>.

Transferido para o posto de Barca de Alva e mais tarde para Elvas, Mário Lusitano foi suspenso a partir de 11 de Outubro de 1934 e julgado pelo Conselho Disciplinar da PVDE, presidido por Lourenço (os vogais do órgão eram na altura José Catela e o director-adjunto António Vieira de Castro e Silva, com o chefe da Secretaria Geral, José Jorge Baltar Martins, como secretário, sem direito a voto) e que castigou Lusitano com a demissão, “por se provar em auto disciplinar que lhe foi instaurado, ter sido expulso da Bélgica e de Espanha, anteriormente à sua incorporação nesta Polícia, por prática de actos que afectam extraordinariamente a moral que

---

<sup>750</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 376, NT 38, fls. 41-55.

<sup>751</sup> *Ibidem*, OS n.º 172, 21-06-1934.

<sup>752</sup> *Ibidem*, Valença do Minho, NT 10005, pt. 1, fl. 32.

deve possuir um funcionário de Polícia”<sup>753</sup>. Ao ser detido em Badajoz quando lá se deslocara em serviço, Lusitano levou a que os dirigentes da PVDE conhecessem o seu passado, que incluía a expulsão do território espanhol, em 1932, por posse ilegal de arma, já depois de duas passagens pela Bélgica, onde fora preso e expulso por falta de recursos em 1925 e multado, quatro anos depois, devido a agressões, ameaças e danos em propriedade alheia<sup>754</sup>.

Uma das personalidades valencianas envolvidas nos conflitos com Roquete mencionados por Lourenço foi o capitão de infantaria Manuel Celestino da Cruz, à frente desde Novembro de 1931 da 3.<sup>a</sup> companhia do Batalhão n.º 3 da Guarda Fiscal, instalada em Valença. Numa carta a Salazar datada de 4 de Março de 1934, o advogado portuense Ângelo César<sup>755</sup> intercedeu a favor do seu amigo Manuel Celestino da Cruz (participante no 28 de Maio), numa altura em que se verificava “um conflito ou coisa semelhante entre ele e a delegação da Polícia internacional naquela vila”. O caso tinha sido entregue ao Presidente do Conselho, o qual faria bem em ouvir as “coisas graves e concretas” que o capitão Cruz dizia conhecer sobre o assunto em questão<sup>756</sup>. Desconhecem-se o conteúdo e as consequências da disputa entre os responsáveis da GF e da PVDE em Valença. O certo é que Cruz permaneceu no cargo e, em Julho de 1938, era o delegado do núcleo de Valença da Legião Portuguesa (a milícia armada criada em 1936 pelo regime), vindo a deixar em Outubro desse ano a GF valenciana e a passar à reserva aos 56 anos, com a patente de tenente-coronel e uma pensão de 30 mil escudos<sup>757</sup>. Curiosamente, o nome de Cruz desapareceu em 1933 das páginas de *Notícias de Valença*. O comandante da GF não foi referido pelo jornal de Manuel Gomes como uma das autoridades que receberam o casal Lindbergh, apesar de ter estado no almoço de 14 de Novembro com os aviadores<sup>758</sup>.

O ambiente político em Valença encontrava-se marcado pela hostilidade de vários sectores da “Situação” contra António Pinto da Mota, desde que o antigo deputado regenerador assumira em Outubro de 1932 o cargo de presidente da Comissão Administrativa da Câmara Municipal. Cartas e telegramas enviados à Comissão Central da União Nacional (o partido único

---

<sup>753</sup> Ibidem, OS n.º 325, 21-11-1934.

<sup>754</sup> Ibidem, SC, PI 376, NT 38, fls. 6-27.

<sup>755</sup> Ângelo César Machado (1900-1972), escritor e advogado, foi deputado à Assembleia Nacional entre 1935 e 1945, procurador à Câmara Corporativa (1957-1960) e presidente do FC Porto (1938-1940). Publicou obras de poesia, teatro e ensaio.

<sup>756</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, CP-62, pt. 2.2.10/17, fl. 117.

<sup>757</sup> *Lista Geral de Antiguidade dos Oficiais do Exército Metropolitano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1949, p. 239; *O Minhoto*, 05-10-1938; *O Primeiro de Janeiro*, 06-07-1938.

<sup>758</sup> *Notícias de Valença*, 16-11-1933; *A Plebe*, 15-11-1933.

da ditadura) por personalidades valencianas contestaram Pinto da Mota, também presidente da Comissão Concelhia local da UN e considerado “um velho em pleno caminho da decrepitude”, rodeado de opositores do regime<sup>759</sup>. Por sua vez, num documento remetido em 8 de Outubro de 1936 ao presidente da Comissão Executiva da UN, Pinto da Mota denunciou os seus adversários, como o capitão Manuel Gomes, e, a propósito de uma recente reunião destes no posto local da PVDE, afirmou que, a partir de 1932, vários dos agentes que chefiaram a polícia política em Valença, entre eles Roquete, estabeleceram contactos com os opositores do autarca e incentivaram-nos<sup>760</sup>. Uma das raras excepções fora Emílio Ferreira, elogiado pelo jornal *O Minhoto*, apoiante de Pinto da Mota, como alguém que “procede em todos os seus actos com a correcção e aprumo que são próprios dum chefe”, num possível contraste com Roquete<sup>761</sup>.

O Sport Clube Valenciano prosseguiu em 1933/34 a sua actividade futebolística, ao derrotar vários emblemas nortenhos, como o Arcoense, o Ponte da Barca ou o Trofense<sup>762</sup>. Nesta temporada, assumiram especial destaque os encontros entre o Valenciano e a equipa mais forte do distrito de Viana do Castelo, o Sport Clube Vianense, batido por 3-0 em Valença num desafio ainda em Dezembro de 1933 no qual Roquete raramente teve que intervir<sup>763</sup>. A 6 de Maio de 1934, os jogadores do Valenciano, acompanhados por cerca de 200 adeptos, deslocaram-se à capital de distrito para defrontar o Vianense no Campo de Monserrate. Roquete, cuja presença foi anunciada como um dos atractivos do jogo particular, “fez uma exibição brilhantíssima” com influência no resultado final (1-1), tendo sido “muito vitoriado” durante o Porto de Honra oferecido pelos vianenses aos valencianos<sup>764</sup>. A colectividade de Valença pretendia igualmente, apesar dos incidentes ocorridos na sua última deslocação a Tui, prosseguir os contactos desportivos com clubes galegos. Nesse sentido, o presidente do SCV, Manuel Augusto Pires, assinou um requerimento de 12 de Março de 1934 ao ministro do Interior, com o objectivo de pedir a Gomes Pereira autorização para que várias equipas de Tui e Vigo cruzassem a fronteira durante os meses de Abril e Maio, de modo a jogarem em Valença. O requerimento foi encaminhado pelo governador civil de Viana do Castelo para o Ministério do Interior, donde o documento seguiu para a PVDE. Em resposta, José Catela considerou não haver inconveniente

---

<sup>759</sup> ANTT, União Nacional (UN), cx. 46, maço 134, fls. 165-170.

<sup>760</sup> *Ibidem*, fls. 110-116.

<sup>761</sup> *O Minhoto*, 31-07-1936.

<sup>762</sup> *Notícias de Valença*, 26-04-1934, 03-05-1934 e 17-05-1934.

<sup>763</sup> *Ibidem*, 14-12-1933.

<sup>764</sup> *Ibidem*, 10-05-1934; *Notícias de Viana*, 05-05-1934 e 12-05-1934; *A Plebe*, 05-05-1934.

no pedido do SCV, desde que os desportistas espanhóis possuíssem documentos visados pelos consulados portugueses em Vigo e Tui. O despacho de 25 de Março de Gomes Pereira realçou a necessidade dos vistos para atravessar a Ponte Internacional<sup>765</sup>. Entre os jogos possibilitados por este procedimento burocrático, registaram-se uma vitória do Valenciano sobre o Viguez FC (1-0) e uma derrota por 2-3 dos anfitriões no “desafio de reconciliação” com o Arenas de Tui<sup>766</sup>.

No âmbito da preparação da selecção nacional para dois desafios com a sua congénere espanhola, integrados numa eliminatória de qualificação para o Campeonato do Mundo de 1934, a organizar pela Itália, a FPPA enviou um ofício a Roquete de modo a averiguar da disponibilidade do guarda-redes para comparecer nos treinos. O casapiano respondeu que, embora continuasse a jogar, de maneira a poder voltar a competir quando regressasse a Lisboa, não tinha então condições para deixar Valença<sup>767</sup>. Mesmo assim, Ribeiro dos Reis admitiu poder vir a observar a forma de Roquete num treino da selecção, mas a indisponibilidade do agente da PVDE levou à convocatória dos guarda-redes Amaro (Benfica) e Soares dos Reis (FC Porto) para o ensaio realizado no Porto a 8 de Fevereiro<sup>768</sup>. Ambos os guardiães integraram a comitiva lusa que partiu, sob o comando de Ricardo Ornelas (Ribeiro dos Reis, de luto pela morte recente da sua mãe, permaneceu em Lisboa), para disputar a 11 de Março no estádio de Chamartin, em Madrid, a primeira mão da eliminatória. O titular Soares dos Reis foi substituído na baliza portuguesa por Amaro aos 15 minutos, quando o misto da FPPA já perdia por 3-0, mas o resultado avolumar-se-ia até ao 9-0 final, a mais pesada derrota sofrida até então pela equipa das quinas. Entre as causas da goleada, a crítica apontou o baixo nível dos guarda-redes utilizados, muito inferiores a Roquete, cuja ausência fora notada pelo público espanhol<sup>769</sup>.

Ornelas e Ribeiro dos Reis procuraram obter o regresso de Roquete ao misto nacional na partida a realizar no Stadium a 18 de Março, indo de encontro aos desejos do público e de jornalistas como Tavares da Silva, para quem “É absolutamente necessário promover que Roquete possa vir, desde já, treinar-se para Lisboa”<sup>770</sup>. O *Diário de Lisboa* anunciou na sua edição de 14 de Março a presença do “ganso” no segundo embate com a Espanha, mas, no dia seguinte, Tavares da Silva recebeu informações contraditórias e contactou Agostinho Lourenço,

<sup>765</sup> ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 469, NT 341, pt. 17/4, fls. 1-4.

<sup>766</sup> *O Minhoto*, 15-04-1934; *A Plebe*, 05-06-1934.

<sup>767</sup> *Os Sports*, 15-01-1934 e 19-01-1934.

<sup>768</sup> *O Porto Desportivo*, 01-02-1934 e 08-02-1934.

<sup>769</sup> *O Norte Desportivo*, 18-03-1934 e 08-04-1934.

<sup>770</sup> *Diário de Lisboa*, 12-03-1934; *Sporting*, 15-03-1934.

que lhe revelou ter acabado de conversar pelo telefone com Roquete e autorizado o agente a deixar o serviço e juntar-se à selecção. No entanto, o salvaterrense não teria ainda recebido qualquer convite da FPPA para o efeito. Pouco depois, o jornalista conseguiu ouvir Roquete, que se considerou destreinado (“não poderei corresponder às esperanças dos que confiam em mim”<sup>771</sup>). Descontente com a ausência de Carlos Alves da convocatória, Roquete embarcou no comboio que transportou adeptos de Vigo e Valença até Lisboa para assistir ao encontro luso-espanhol como simples espectador. Saber-se-ia depois do prélio que Roquete enviara à Federação um telegrama no qual pedira 900\$00 para alinhar pela selecção (a verba cobriria o prémio de jogo, a viagem entre Valença e Lisboa e outras despesas), o que indignara os dirigentes. Já em Lisboa, Roquete transmitiu a Ribeiro dos Reis, no dia do desafio, a sua disponibilidade para jogar graciosamente, mas o seleccionador considerou ser tarde demais<sup>772</sup>. Amaro e, na segunda parte, o sportinguista Dyson foram os guarda-redes lusos na partida em que os homens de Ribeiro dos Reis não conseguiram a vitória que obrigaria a um terceiro jogo, perdendo por 1-2, apesar de terem feito uma exibição bem melhor que a de Madrid. Inevitavelmente fragilizado pelos resultados, Reis demitiu-se e foi substituído por Cândido de Oliveira. Os 9-0 sofridos na capital espanhola tornaram-se um símbolo do atraso do futebol português e levaram a mudanças como a criação em 1934/35 de campeonatos nacionais em *poule*, a I e II Ligas<sup>773</sup>.

O director de *Tribuna*, Guillermo Vicente Santiago, esteve preso durante seis dias no Porto, sob custódia da PVDE. Nos interrogatórios, a polícia procurou saber através do jornalista o local de impressão de vários panfletos da Oposição portuguesa, assinados por Bernardino Machado e que a PVDE acusava Vicente Santiago de editar<sup>774</sup>. Libertado após negar a acusação, Vicente Santiago teria sido denunciado por António Roquete, a partir de revelações feitas por José Alves Branco (conhecido por “Zé da Boavida”), um comerciante estabelecido em Tui e informador das várias polícias políticas criadas desde 1926<sup>775</sup>. Uma notícia de *Tribuna* afirmou que, a 18 de Abril de 1934, três portugueses, após passarem a fronteira sem documentos e serem detidos em Tui pela Guardia Civil, foram entregues à PVDE de Valença e torturados por esta. As

---

<sup>771</sup> *Diário de Lisboa*, 14-03-1934 e 15-03-1934.

<sup>772</sup> *Sporting*, 19-03-1934 e 22-03-1934.

<sup>773</sup> Serrado, Serra, ob.cit., pp. 224-225.

<sup>774</sup> *Tribuna*, 01-04-1934.

<sup>775</sup> ANTT, PIDE/DGS, Valença do Minho, NT 10005, pt. 1, fls. 8 e 59; ibidem, SC, PI 376, NT 38, fls. 41-42.

agressões cometidas pelo “criminal que le llaman Roquete” levariam ao internamento no hospital de Valença de um dos emigrantes ilegais, em estado grave. Anacleto de Campos mostrou ao semanário de esquerda um atestado médico desmentindo os supostos maus tratos ao indivíduo internado, mas a *Tribuna* acrescentou que os clandestinos, sem ligações políticas, tinham recebido bofetadas para revelarem a identidade do seu passador, um velho depois igualmente agredido por Roquete. Segundo Guillermo Vicente Santiago, o posto valenciano nunca tivera um chefe tão “grosero e impertinente (*sic*)” como o futebolista, responsável por actos de prepotência contra galegos na fronteira<sup>776</sup>.

No início de Julho de 1934, veio a público a notícia do noivado de António Roquete e Maria da Silva Bacelar<sup>777</sup>, que viriam a casar em 15 de Agosto na igreja matriz de Viana do Castelo. Os padrinhos da noiva foram os pais desta, António da Costa Bacelar e Adelaide Ribeiro da Silva Bacelar, enquanto Roquete foi apadrinhado por Antónia Ribeiro da Silva e António Lima da Costa Bacelar, respectivamente tia e irmão de Maria. O texto jornalístico sobre o matrimónio não refere a eventual presença de amigos e familiares do noivo na cerimónia<sup>778</sup>, depois da qual Roquete gozou uma semana de licença<sup>779</sup>. Aos 28 anos, o desportista ligava-se à mulher com quem permaneceria casado até morrer. O pai de Maria da Silva Bacelar Roquete, referido como “proprietário, capitalista e comerciante” na imprensa, era uma figura relevante de Valença, onde fazia parte dos corpos gerentes dos Bombeiros Voluntários e da Santa Casa da Misericórdia e participara na fundação da Associação Comercial e Industrial da vila<sup>780</sup>. Filiado na UN, António da Costa Bacelar fora um dos signatários dos telegramas contra Pinto da Mota<sup>781</sup>. O sogro e o cunhado (estudante de Engenharia) de Roquete tinham sido dois dos dez valencianos a assinar uma carta, divulgada em 1 de Novembro de 1932 no jornal *Revolução*, cujos signatários manifestavam “a sua pública e solene adesão” ao Movimento Nacional-Sindicalista<sup>782</sup>, liderado por Rolão Preto<sup>783</sup>. Aquando da proibição do movimento, em Julho de

---

<sup>776</sup> *Tribuna*, 22-04-1934 e 29-04-1934.

<sup>777</sup> *A Plebe*, 05-07-1934.

<sup>778</sup> *Notícias de Valença*, 16-08-1934.

<sup>779</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 227, 15-08-1934.

<sup>780</sup> *Notícias de Valença*, 28-01-1932, 29-12-1932 e 13-01-1938.

<sup>781</sup> ANTT, UN, cx. 46, maço 134, fls. 165 e 169; *Notícias de Valença*, 16-02-1933.

<sup>782</sup> *Notícias de Valença*, 10-11-1932.

<sup>783</sup> Francisco de Barcelos Rolão Preto (1894-1977), membro do Integralismo Lusitano, liderou entre 1932 e 1934 uma organização de extrema-direita, o Movimento Nacional-Sindicalista, ilegalizado pelo Estado Novo. Preso e exilado, Rolão Preto juntou-se à oposição ao regime e foi em 1974 um dos fundadores do Partido Popular Monárquico.

1934, ambos os Bacelar terão reconhecido Salazar como “chefe de todos nós”, à imagem da maioria da “mocidade nacional sindicalista”<sup>784</sup>. Além de possuir uma mercearia situada em Valença e vendida em 1933<sup>785</sup>, António da Costa Bacelar era proprietário de uma casa na vila e da Quinta da Lage, localizada em Bacelar, na freguesia de Cerdal<sup>786</sup>. Quanto a Maria Bacelar (“Mimi”), as notícias anteriores ao seu casamento com Roquete dão conta de eventos como uma deslocação com a família às festas de Viana do Castelo, a participação nos festejos do Carnaval em Valença, juntamente com outras mulheres locais, e donativos feitos pela jovem a instituições de solidariedade<sup>787</sup>.

Apesar da ausência do ribatejano da capital, a imprensa de Lisboa não esqueceu Roquete, sobre o qual *O Notícias Ilustrado* publicou em Setembro de 1934 um artigo ilustrado por fotografias de Nunes de Almeida (que já retratara Roquete em eventos desportivos) que mostram o atleta a nadar no rio Minho e a posar, vestido com a farda da PVDE, junto à placa que assinalava a proximidade do posto fronteiriço. O jornalista José Crisóstomo Teixeira destacou a disciplina que Roquete aplicava no posto de Valença, onde recusava, excepto em caso de ordens superiores, a passagem da fronteira a qualquer pessoa que não apresentasse identificação. Judite Fernandes teria vivido “oito ou nove meses” com o filho e sido impedida por este de entrar em Espanha sem passaporte. Na vila fronteiriça, Roquete convivia pouco com os habitantes locais (o artigo não refere o seu casamento), levantava-se muito cedo, praticava natação e ginástica e jogava pelo Valenciano. O título da reportagem (“Roquette tornará a jogar?”) exprimia “a grande interrogação desportiva” vivida no início da temporada de 1934/35. Sobre o assunto, Roquete declarou numa carta a Teixeira não planear voltar ao futebol de alta competição e pretender apenas, nas palavras do jornalista, “criar uma boa situação social, constituindo depois um lar sereno e feliz!...”<sup>788</sup> O artigo menciona uma recente doença de Roquete, ausente do trabalho durante as primeiras três semanas de Setembro<sup>789</sup>.

Outro jornalista, Armando Moreira Rato, encontrou António Roquete “magro, pálido, embora de arcaboço atlético e viril”, quando o entrevistou no posto da PVDE em Valença, onde Roquete deixou em aberto um possível regresso ao futebol, motivado pela oferta financeira

---

<sup>784</sup> *Notícias de Valença*, 02-08-1934 e 16-08-1934.

<sup>785</sup> *Ibidem*, 02-06-1932 e 27-04-1933.

<sup>786</sup> *O Minhoto*, 17-09-1939; *Notícias de Valença*, 24-11-1938.

<sup>787</sup> *Notícias de Valença*, 25-08-1932 e 09-02-1933; *A Plebe*, 15-02-1933.

<sup>788</sup> *O Notícias Ilustrado*, 23-09-1934.

<sup>789</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 246, 03-09-1934; OS n.º 265, 22-09-1934.

recebida do Benfica (15 contos, mais 500 escudos por mês), “tentadora para quem, como eu, é pobre”, e queixou-se de falta de reconhecimento pelos dirigentes do Casa Pia (“nada recebi, homenagem alguma me prestaram e não possuo medalhas ou a mais pequena lembrança que merecia tanto como os outros”), emblema do qual se mantinha adepto e que deixara num período de “grande crise” dos “gansos”<sup>790</sup>. Cerca de dois meses antes desta entrevista, a 21 de Julho, o CPAC elegera Cândido de Oliveira como novo presidente, numa assembleia-geral marcada pela aparição de Roquete, então em gozo de licença<sup>791</sup>. Aplaudido, o guarda-redes prometeu voltar a servir o Casa Pia quando a sua vida profissional o permitisse<sup>792</sup>.

Nas semanas seguintes, a imprensa desportiva noticiou várias hipóteses relativas ao futuro de Roquete como futebolista. O casapiano poderia continuar a alinhar pelo Valenciano, agora nas partidas oficiais do campeonato distrital de Viana do Castelo<sup>793</sup>, ou aceitar a proposta do SLB, clube com o qual estaria em negociações. A 26 de Outubro, *Os Sports* anunciou que Roquete iria começar nesse dia a treinar-se nas Amoreiras e participar no jogo seguinte dos “vermelhos”<sup>794</sup>. No entanto, o desconhecimento do momento de forma de Roquete motivava a hesitação de vários dirigentes do Benfica e tornava arriscado o pagamento imediato dos 15 mil escudos prometidos ao casapiano. António terá acabado por recusar a oferta ou, segundo outra versão apresentada na imprensa, um grupo de benfiquistas, entre eles Ribeiro dos Reis, opôs-se à contratação do guarda-redes, inviabilizando-a<sup>795</sup>. Ressurgiu então o interesse do Académico, em nome do qual Carlos Alves, acompanhado por dirigentes do clube do Lima, se deslocou a Valença para convencer Roquete a jogar pelos “alvi-negros”, numa missão bem sucedida, já que o agente policial terá assinado uma ficha de inscrição no AFC<sup>796</sup>. Em troca da transferência, Roquete receberia 8 contos e ser-lhe-ia disponibilizado um novo emprego (na Câmara do Porto, segundo os boatos então difundidos). Os jornais destacaram o recente casamento do internacional português e a vontade do sogro de Roquete como factores influentes na decisão deste de abandonar a PVDE e passar a residir no Porto<sup>797</sup>.

---

<sup>790</sup> *Jornal de Sports*, 07-10-1934.

<sup>791</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 193, 12-07-1934; OS n.º 205, 24-07-1934.

<sup>792</sup> *A Bola*, 23-07-1934; *Os Sports*, 23-07-1934.

<sup>793</sup> *O Porto Desportivo*, 16-09-1934.

<sup>794</sup> *Os Sports*, 26-10-1934.

<sup>795</sup> *O Norte Desportivo*, 04-11-1934 e 11-11-1934; *Os Sports*, 09-11-1934.

<sup>796</sup> *O Primeiro de Janeiro*, 01-11-1934; *Os Sports*, 02-11-1934.

<sup>797</sup> *O Norte Desportivo*, 04-11-1934; *Sporting*, 05-11-1934.

Em 3 de Novembro, António Roquete viajou de Valença até ao Porto, numa altura em que estava prevista para a tarde do dia seguinte a sua estreia com a camisola do Académico num particular frente ao FCP, e declarou à imprensa ter recusado a proposta benfiquista por preferir viver no Norte, “junto da família”, e aceite jogar pelo AFC, no qual poderia “readquirir a forma antiga” e talvez voltar à selecção nacional<sup>798</sup>. Já no dia 4, Agostinho Lourenço recebeu um telegrama assinado por Roquete e enviado do Porto, com o seguinte texto: “Respeitosamente rogo V. Excia. minha demissão desta Polícia por motivos carácter particular inadiáveis, pedindo desculpa não o ter feito oportunamente por razões imprevistas”. O director da PVDE despachou no telegrama, deferindo a pretensão do ribatejano<sup>799</sup>. Roquete procedia assim a uma mudança crucial na sua vida, ao concluir a sua experiência profissional na polícia política e optar por regressar ao desporto de alta competição, num retorno ansiosamente aguardado pelos adeptos do futebol.

No entanto, nada disso se concretizou. O público que se deslocou em grande número ao Campo da Constituição e assistiu à vitória do FC Porto por 4-1 ficou desiludido ao saber que Roquete não estaria na baliza do Académico, defendida por Levy, o habitual guarda-redes do clube. A ausência do casapiano provocou grande discussão e troca de versões contraditórias nos meios desportivos portuenses, apesar da imprensa local garantir que Roquete, chamado à fronteira por motivos urgentes de serviço, alinharia pelo Académico na partida do domingo seguinte<sup>800</sup>. Inquirido pelo correspondente de *Sporting* em Valença, António proferiu “palavras muito particulares”, deixadas inéditas a seu pedido. Alguns dias depois, já após ter retomado a sua rotina valenciana, que incluía partidas de ténis de mesa na sede do SCV, Roquete consentiu em falar sobre os últimos acontecimentos, justificando a sua partida inesperada do Porto com uma ordem de Agostinho Lourenço e admitindo vir a representar o Académico em desafios futuros<sup>801</sup>. Contudo, ficaria esclarecido ainda em Novembro de 1934 que o guarda-redes não jogaria no AFC e “não abandonará tão cedo a Polícia Internacional”<sup>802</sup>.

Roquete continuou, assim, a trabalhar no posto fronteiriço de Valença, de onde enviara em 19 de Outubro para a sede da PVDE um telegrama (imediatamente remetido pela polícia ao

---

<sup>798</sup> *Jornal de Sports*, 04-11-1934.

<sup>799</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 229.

<sup>800</sup> *O Norte Desportivo*, 04-11-1934; *O Primeiro de Janeiro*, 06-11-1934.

<sup>801</sup> *Sporting*, 12-11-1934.

<sup>802</sup> *O Norte Desportivo*, 25-11-1934. A PVDE era então correntemente designada, mesmo na imprensa, pelos nomes das suas antecessoras.

chefe de gabinete do ministro do Interior) no qual assinalava a passagem sobre a vila de “um avião militar de nacionalidade desconhecida com destino ao Sul”<sup>803</sup>. A par dos rumores que associavam Roquete a vários clubes, Manuel Gomes defendeu a continuação do casapiano no posto da vila minhota e elogiou “o máximo critério, zelo e inteligência”, acompanhados por boa educação, mostrados pelo agente no exercício das suas funções. Para o capitão na reserva, “António Roquete podia, se quisesse, com mais proventos, levar uma vida sossegada e sem criar inimigos, porque os tem”, mas preferia continuar a prestigiar o Estado Novo com a actividade policial do posto que dirigia<sup>804</sup>. Por sua vez, Agostinho Lourenço mencionou num louvor de 13 de Dezembro o “zelo, competência, boa vontade e dedicação” revelados por Roquete e realçou a fidelidade deste às ordens dos superiores, por ele cumpridas “com grande energia mas sem violência”. O salvaterrense tinha sido durante três anos “um excelente colaborador” do director da PIP/PVDE. Lourenço determinou, na mesma data, “Que seja promovido, desde hoje, a Inspector de Fronteira, da Secção Internacional desta Polícia, o agente de 1.ª nº 19/12, António Roquete”<sup>805</sup>. O agora inspector Roquete, que continuaria a chefiar o posto de Valença até receber novas ordens, seguia o caminho profissional oposto àquele que parecia tomar em 3 e 4 de Novembro. A possibilidade de Lourenço ter então contactado Roquete, por telefone ou telégrafo, e garantido ao desportista a promoção concretizada pouco mais de um mês depois constitui uma hipótese explicativa desta reviravolta, embora seja difícil esclarecer na totalidade o que levou o ex-aluno da CPL a optar definitivamente pela carreira policial em detrimento da actividade futebolística remunerada.

A promoção de Roquete foi elogiada no semanário de Manuel Gomes, o qual enviou um “abraço de parabéns” ao homem que se tornara “pelo coração um valenciano, pois aqui constituiu família”<sup>806</sup>. Apesar de ter sido substituído em 2 de Janeiro de 1935 na chefia do posto de Valença pelo agente de 2.ª classe José Maria Branquinho, Roquete permaneceu durante mais algumas semanas na localidade, possivelmente envolvido na fiscalização dos postos da PVDE na fronteira minhota, de acordo com a sua nova categoria, numa altura em que a polícia política incluía apenas mais três inspectores, Emílio Ferreira, Francisco Sales Velez e António Dias Maia

---

<sup>803</sup> ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 470, NT 342/1, pt. 9/94, fls. 1-2.

<sup>804</sup> *Notícias de Valença*, 13-12-1934.

<sup>805</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 347, 13-12-1934.

<sup>806</sup> *Notícias de Valença*, 27-12-1934.

Júnior<sup>807</sup>. Ao longo de Janeiro de 1935, o inspector Roquete enviou aos serviços da PVDE em Lisboa, Porto e Chaves telegramas confidenciais relativos a assuntos como a viagem ferroviária para Lisboa do “reviralista” Prestes Salgueiro<sup>808</sup>, o estado de prevenção assumido pela praça militar de Valença devido a rumores de um iminente golpe de “elementos Rolão Preto” ou a deslocação a Vigo de familiares de Afonso Costa<sup>809</sup>, submetido a uma intervenção cirúrgica na cidade galega<sup>810</sup>. Em 27 de Janeiro, os agentes do posto de Valença ofereceram ao seu antigo chefe um jantar de despedida no Hotel Valenciano. Na resposta aos brindes e elogios, Roquete mencionou “alguns casos que encontrou” durante um ano passado na liderança do posto, “tornando espinhosa a orientação do mesmo”. A 1 de Fevereiro, seria o Sport Clube Valenciano a homenagear Roquete na sua sede com um Porto de Honra. Roquete partiu de Valença, acompanhado pela mulher, em 2 de Fevereiro e apresentou-se no mesmo dia na sede da PVDE, onde seria informado da sua nova missão, chefiar a recém-criada Inspeção de Coimbra<sup>811</sup>.

Paralelamente às homenagens públicas, Roquete enfrentava processos disciplinares originados por duas queixas de agressões a presos, cometidas pelo salvaterrense em Valença. Preso a 22 de Setembro de 1934, como já foi referido, pelo crime de incentivo à emigração clandestina, o jornaleiro Sebastião Maria Pires, natural do concelho de Mogadouro, enviou em 11 de Outubro do mesmo ano ao delegado do procurador da República na comarca de Valença, Armando Amorim, uma queixa escrita por si na cadeia civil da vila. Levado em 3 de Outubro ao posto da PVDE para prestar declarações, Pires teria sido insultado (“chamando-me boi, corno e filha da puta (*sic*)”) por Roquete. O queixoso fora alvo de agressões do casapiano, incluindo um pontapé dirigido aos testículos, que não os atingiu “devido a um leve movimento que fiz, apanhando-me pela parte superior dos mesmos ou seja pelo baixo ventre (*sic*)”, tendo ainda Roquete despejado água na cabeça do prisioneiro. No dia seguinte, durante a acareação de Sebastião Maria Pires com os dois contrerâneos deste também presos, Anselmo José Delgado e

---

<sup>807</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 5, 05-01-1935.

<sup>808</sup> António Luís de Gouveia Prestes Salgueiro (1891-1950), oficial da Marinha, combateu no Norte de Moçambique durante a I Guerra Mundial. Além de governador civil de Lisboa (1919-1920) e deputado (1921), foi atleta do CIF e presidiu ao Comité Olímpico Português entre 1919 e 1923. Exilado após participar em Fevereiro de 1927 numa tentativa de golpe contra a Ditadura Militar, viria a ser preso em Maio de 1935, ano no qual partiu para Angola, onde viveu até regressar a Lisboa em 1946.

<sup>809</sup> Afonso Augusto da Costa (1871-1937), professor universitário e dirigente do PRP, foi ministro da Justiça do Governo Provisório republicano (1910-1911) e chefe do Governo em 1913-1914, 1915-1916 e 1917. A partir de 1918, viveu no estrangeiro, tendo presidido à delegação portuguesa à Conferência de Paz (1919).

<sup>810</sup> ANTT, PIDE/DGS, Valença do Minho, NT 10005, pt. 2A, fls. 2-18.

<sup>811</sup> *Ibidem*, OS n.º 50, 19-02-1935; *Notícias de Valença*, 31-01-1935 e 07-02-1935.

Artur Augusto Lourenço, Roquete atingira Pires com uma bofetada. A queixa foi enviada por Amorim ao director da PVDE e remetida por este a Roquete. Numa carta a Lourenço datada de “Valença, 4 de Novembro de 1934” (o mesmo dia em que Roquete pediu a demissão e deixou subitamente o Porto), o ribatejano negou as acusações e admitiu apenas ter dado um “ligeiro empurrão” a Pires como punição pelas respostas insolentes do jornalista às suas perguntas.

Colocado no Porto e responsável pelo caso, Francisco Sales Velez esteve em Valença a 20 de Novembro e interrogou Roquete, que reafirmou o desmentido e indicou como testemunhas os agentes da PVDE que prestavam ou tinham prestado serviço às suas ordens (excepto Mário Lusitano) no posto minhoto. Velez falou no mesmo dia com os agentes José Martins Rodrigues, Sisínio Guerreiro Alves e José Joaquim Alves Júnior, presentes durante os interrogatórios a Sebastião Maria Pires e de acordo com os quais Roquete apenas “deu um ligeiro encontrão” ao transmontano. De resto, António recomendava aos subordinados “a máxima correcção no trato para com todas as pessoas e sendo assim não se compreenderia que ele próprio procedesse de maneira diferente”. No relatório escrito após regressar à Invicta, Velez considerou a acusação contra Roquete “falsa e destituída de fundamento” e informou que Pires, Delgado e Lourenço tinham já sido libertados e voltado para Mogadouro. Não pareciam, portanto, necessárias mais diligências e o caso não inviabilizou a promoção de Roquete a inspector<sup>812</sup>. Contudo, já em 21 de Fevereiro de 1935, José Catela enviou ao juiz de Direito de Mogadouro, António Júlio Crispiniano de Lacerda, uma carta precatória a pedir a inquirição como testemunhas de Anselmo Delgado e Artur Lourenço. Lacerda ordenou a notificação de Delgado e Lourenço (este último analfabeto), ouvidos no tribunal local em 2 de Março. Ambos jornalistas, tinham sido presos em Valença por tentativa de emigração clandestina e indicado Sebastião Maria Pires como fornecedor da documentação falsa com a qual pretendiam sair do país. Pires negara o facto e fora esbofetado por Roquete em dois dias consecutivos. Num novo relatório, Velez destacou “a notável divergência dos depoimentos” de agentes e jornalistas. Uma acareação de todas as testemunhas seria difícil e provavelmente inútil, pelo que “Subsiste portanto a dúvida e na dúvida não será legítimo condenar”, devendo o auto ser arquivado. Reunido a 15 de Março, o Conselho Disciplinar da PVDE arquivou por falta de provas o processo instaurado a Roquete<sup>813</sup>.

---

<sup>812</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 211-218.

<sup>813</sup> *Ibidem*, fls. 219-228.

Se para a PVDE o assunto ficava por aí, a opinião do Ministério do Interior, cujo Conselho Disciplinar, presidido por Mário Caes Esteves<sup>814</sup>, secretário-geral do MI, avaliou a queixa contra Roquete, não foi a mesma. Num despacho de 4 de Julho de 1935, o órgão ministerial considerou provada a agressão contra Pires verificada em 4 de Outubro do ano anterior, “uma falta que exige correctivo, porquanto não é lícito arrancar confissões por meio de violências que não se justificam”, e propôs a aplicação ao chefe de posto António Fernandes Roquete da pena de repreensão publicada em ordem de serviço, de acordo com o artigo 6.º, n.º 3.º, do regulamento disciplinar. Além de Mário Caes Esteves, tomaram a decisão os vogais José Alberto de Faria e João Nepomuceno de Freitas (que votou vencido). O novo ministro do Interior, Henrique Linhares de Lima<sup>815</sup>, escreveu em 12 de Julho concordar “inteiramente” com o parecer do Conselho e aprovou os castigos decididos. O caso de Roquete foi julgado em conjunto com o dos arguidos de uma sindicância aos serviços da então extinta Inspecção-Geral dos Serviços de Emigração (cujas funções foram atribuídas à PVDE), vários dos quais condenados, devido a corrupção, a penas entre a repreensão e a demissão da função pública<sup>816</sup>.

A repreensão de que Roquete foi alvo nunca viria a ser publicada nas ordens de serviço da PVDE. Informado da decisão ministerial, Roquete pediu em 20 de Julho a Catela que “me seja passada certidão de teor do douto despacho exarado” por Agostinho Lourenço no inquérito interno da PVDE e, em Outubro, enviou através da direcção da polícia política uma petição destinada ao ministro do Interior. Todavia, num ofício de 22 de Outubro, Mário Caes Esteves informou que Linhares de Lima não poderia voltar a julgar uma matéria sobre a qual já exercera acção disciplinar, pelo que o recurso deveria ser dirigido ao tribunal competente. Para efeitos desse recurso, Roquete remeteu ao ministro um requerimento (cujo conteúdo se ignora), ao qual Esteves respondeu em 6 de Novembro que a Secretaria-Geral do MI “só poderá passar certidão, se o interessado dela necessitar. Em tal caso, o inspector Roquete deve efectuar aqui o respectivo preparo”. Roquete teve acesso, através de Catela, ao ofício de Esteves, desconhecendo-se o

---

<sup>814</sup> Mário Caes Esteves (1898-1944), advogado e jornalista, exerceu os cargos de governador civil de Setúbal, director-geral da Administração Política e Civil e secretário-geral do Ministério do Interior, entre outros.

<sup>815</sup> Henrique Linhares de Lima (1876-1953), oficial do Exército promovido a tenente-coronel em 1922 e a coronel em 1936, foi chefe de subsistências do Corpo Expedicionário Português e director da Manutenção Militar (1923-1929). Ocupou cargos como deputado à Assembleia Nacional (1935-1953), presidente da Câmara de Lisboa (1933-1934) e ministro da Agricultura (1929-1932) e do Interior (1934-1936). Fundou as revistas *Portugal Militar* e *Administração Militar*.

<sup>816</sup> *Diário do Governo*, II Série, 20-07-1935 e 31-07-1935.

seguimento do caso a partir daí<sup>817</sup>. Esta situação é, no entanto, curiosa devido ao contraste entre as atitudes da PVDE e do Ministério do Interior, do qual aquela formalmente dependia.

Outro caso conhecido de violência policial a envolver Roquete na qualidade de chefe do posto da PVDE em Valença diz respeito a José Lopes Gomes, preso na vila minhota por desobediência à autoridade em 28 de Dezembro de 1934 e entregue a Armando Amorim<sup>818</sup>. Gomes, um comerciante residente em Lisboa, queixou-se numa carta escrita em Janeiro de 1935 a Linhares de Lima de, quando se dirigia a Espanha na companhia de amigos, ter sido agredido sem motivo na estação ferroviária de Valença por agentes da “Polícia Internacional”, que o prenderam e levaram para o posto junto à ponte sobre o Minho, onde Gomes foi esbofeteado pelos agentes e por António Roquete, o único dos polícias envolvidos cujo nome José Lopes Gomes conhecia<sup>819</sup>. A queixa originou um auto disciplinar instruído por António Dias Maia Júnior, enquanto Catela pedia a Roquete o envio de todos os elementos do processo-crime relativo a Gomes. O comerciante fora detido pelo agente Francisco José Fernandes, segundo o qual Gomes o tentou agredir quando Fernandes o convidou “urbanamente” a afastar-se da porta do posto da PVDE (à qual se encontrava encostado) na estação de Valença, servindo de testemunhas os agentes José Martins Rodrigues, Sisínio Guerreiro Alves e Alfredo Pires Faleiro Júnior. No dia seguinte, Roquete comunicou a ocorrência num ofício enviado a Catela, enquanto Gomes foi conduzido ao tribunal local e libertado sob fiança<sup>820</sup>.

Maia Júnior interrogou na sede da PVDE, entre 4 e 8 de Fevereiro, José Lopes Gomes e os seus companheiros de viagem, António Luís Gato e os galegos estabelecidos em Lisboa Narciso Edelmiro Lage Cal e Jesus Perez Garrido, todos ligados ao comércio. Segundo os relatos, os quatro amigos dirigiam-se à Galiza com o objectivo de assistir a um casamento, tendo saído do comboio em Valença para cumprirem as formalidades legais antes de passarem a fronteira. Devido a um equívoco, Lage Cal discutiu com o agente que o atendeu nas instalações policiais e três colegas do funcionário, sem os bonés e placas identificativos, entraram no posto e, com a porta fechada, deram voz de prisão ao galego. No exterior, José Lopes Gomes encostou-se à porta, subitamente aberta pelo agente que atendera os viajantes. Os elementos da PVDE empurraram então Gomes para a linha férrea, da qual foi levantado à força, o que lhe provocou

---

<sup>817</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 144-146, 151-154 e 160-161.

<sup>818</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 365, 31-12-1934; OS n.º 1, 01-01-1935.

<sup>819</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 166.

<sup>820</sup> *Ibidem*, fls. 167-171.

uma ferida no joelho esquerdo. Lage Cal e Lopes Gomes foram levados para o posto da Ponte Internacional, de onde o primeiro saiu para a cadeia de Valença (hora e meia depois, seria reconduzido ao posto e libertado por Roquete), enquanto Gomes era interrogado nas instalações da PVDE. Os protestos de Lopes Gomes contra os maus tratos que sofrera na estação levaram Roquete (que Gomes “conhece de o ver nos desafios de foot-ball”) e os agentes a agredirem-no à bofetada e com um objecto que lhe provocou uma escoriação no rosto, além de o obrigarem a “permanecer de pé num corredor, cerca de três horas”. António Luís Gato dirigiu-se à ponte e tentou resolver a situação junto de Roquete, “a quem conhece á (*sic*) muitos anos”, mas o casapiano perguntou-lhe “se afinal era a polícia quem devia ser presa”. Conduzido à prisão, José Lopes Gomes viria a ser libertado no dia seguinte, depois de pagar 90\$40, e a passar a fronteira juntamente com os amigos<sup>821</sup>.

Em seguida, Maia Júnior enviou conjuntos de perguntas (notas de quesitos) a António Roquete e Francisco José Fernandes, para resposta por escrito. Fernandes esclareceu que foi José Martins Rodrigues quem atendeu na estação Narciso Lage Cal, que lhe falou de forma incorrecta, enquanto José Lopes Gomes tentava ouvir o que era dito atrás da porta do posto. A tentativa de agressão e fuga levada a cabo por Gomes obrigara os agentes a recorrerem à força para o dominar e transportar até ao posto da Ponte Internacional, onde Roquete não agredira Gomes de nenhuma forma. Por sua vez, ao responder aos quesitos, Roquete negou ter batido em Gomes, até porque a violência seria desnecessária, já que, quando falou com o salvaterrense, o preso “não se portou mal” nem mostrou agressividade e a acusação de desobediência à autoridade já se encontrava provada. Quanto ao “impertinente” Lage Cal, explicara o equívoco e pedira desculpa, passando pela cadeia como “simples correctiva (*sic*) pela sua atitude”<sup>822</sup>.

No seu relatório de 19 de Fevereiro, Maia Júnior resumiu os eventos ocorridos em Valença. Francisco José Fernandes respondera à “teimosia” de José Lopes Gomes com “força muscular” e fizera-o cair na linha. As agressões alegadamente cometidas na Ponte Internacional não tinham sido provadas e representariam um “contracenso (*sic*)”, dado o comportamento pacífico do preso. Para o inspector, os erros da PVDE no caso foram a repreensão de Narciso Lage Cal à porta fechada (bastaria que um dos agentes se colocasse à entrada do posto e afastasse os outros viajantes) e a falta de “um pouco mais de calma” do agente Fernandes ao ver

---

<sup>821</sup> Ibidem, fls. 172-182.

<sup>822</sup> Ibidem, fls. 187-193.

Gomes encostado. A partir do texto de Maia Júnior, o Conselho Disciplinar da polícia política decidiu a 26 de Fevereiro punir Francisco José Fernandes com repreensão averbada, “por não ter demonstrado a calma devida”, e arquivar a parte dos autos respeitante ao inspector Roquete<sup>823</sup>.

António Roquete residiu em Valença durante pouco mais de um ano, mas esse período foi particularmente importante para o “ganso”. Desde logo, pelo seu casamento com Maria Bacelar, acontecimento que, além dos efeitos a nível afectivo (não conhecemos, por falta de fontes, pormenores acerca da vida conjugal de António e “Mimi”), tornou Roquete membro de uma família em posição de destaque no meio valenciano. O trabalho desenvolvido como chefe do posto de Valença, cargo em que Roquete travou conflitos com personalidades locais, agradou a Agostinho Lourenço, do qual o ribatejano se tornou um dos homens de maior confiança. A promoção a inspector aumentou os rendimentos e a relevância interna na PVDE de Roquete e representou o afastamento definitivo da hipótese deste adoptar o futebol como meio de sustento económico. Entretanto, surgiam versões, geralmente abafadas, descrevendo o ex-aluno da Casa Pia como um polícia envolvido em actos de violência contra detidos e relações hostis com subordinados. Estas situações eram, no entanto, comuns na PVDE, uma corporação que não hesitava em recorrer à tortura e na qual o director e os seus auxiliares impunham aos funcionários uma disciplina férrea. Por esse motivo, Roquete passou praticamente incólume por várias polémicas e prosseguiu a sua carreira policial sem obstáculos de maior.

### 2.3.2. Dizer adeus ao desporto

Na estrutura da PVDE, a inspecção era um organismo de dimensões situadas entre as da delegação (em 1935, apenas existia a Delegação do Porto, sob a liderança de Rui Pessoa de Amorim) e do posto, encontrando-se em funcionamento, antes de 1935, apenas a Inspecção de Chaves, a que se juntou nesse ano a de Coimbra<sup>824</sup>. Roquete tomou posse em 11 de Fevereiro de 1935 da chefia da inspecção conimbricense, instalada no Largo do Castelo, n.º 8, e iniciou a “organização de serviços” da nova estrutura policial, de acordo com as instruções dos seus

---

<sup>823</sup> Ibidem, fls. 200-203; ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 66, 07-03-1935.

<sup>824</sup> Ribeiro, ob.cit., p. 109.

superiores<sup>825</sup>. No final de Outubro de 1935, trabalhavam para a PVDE em Coimbra, além do chefe da Inspeção, três agentes, um investigador, Joaquim de Oliveira Monteiro (o qual integrara desde 1927 as forças antecessoras da PVDE e se manteria nas polícias políticas do Estado Novo até 1974<sup>826</sup>), e um amanuense auxiliar, António Pedro Ribeiro<sup>827</sup>. Dos agentes que passaram por Coimbra durante a chefia de Roquete, conhecem-se os nomes de Alfredo Pinto Mendonça e José Sequeira da Costa, que servira em 1934 no posto de Valença, sob o comando do ribatejano, e desempenhou no distrito coimbrão funções como a elaboração dos cadastros de estrangeiros e “revolucionários”, os contactos com os administradores dos concelhos locais ou o controlo dos estabelecimentos hoteleiros<sup>828</sup>.

Os poucos casos conhecidos de indivíduos presos pela PVDE em Coimbra neste período incluem Sebastião Eduardo Maldonado Centeno, detido em 24 de Junho e libertado a 6 de Julho, e Manuel Simões Florido, capturado em 9 de Setembro e entregue quatro dias depois ao Juízo de Direito da comarca<sup>829</sup>. Entretanto, o inspector Roquete recebeu um ofício de 7 de Setembro do adjunto António Castro e Silva dedicado aos procedimentos a seguir em caso de publicação de “portarias revogando licenças de agentes de passagens e passaportes”. Se uma das agências desse tipo existentes em Coimbra perdesse autorização oficial para funcionar, a PVDE local deveria tomar medidas como a apreensão do alvará, a inutilização da documentação da agência, o encerramento do livro de registo e a elaboração de um auto de encerramento, onde indicaria de preferência testemunhas exteriores à polícia<sup>830</sup>.

No âmbito das suas funções, Roquete foi intimado a comparecer no tribunal de Valença com o fim de ser ouvido como testemunha em diversos julgamentos, uma situação comum para os agentes da PVDE<sup>831</sup>. Todavia, a direcção da polícia política recebeu um ofício de 25 de Fevereiro de 1935 do juiz de Direito do 7.º Juízo Criminal de Lisboa no qual “António Fernandes Roquete, filho de Francisco Pereira Júnior (*sic*) e de Judite Fernandes”, é mencionado como réu de um processo pendente na primeira secção daquele juízo e instaurado por transgressão do

---

<sup>825</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 50, 19-02-1935; OS n.º 58, 27-02-1935; ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 206.

<sup>826</sup> Pimentel, *A História da PIDE*, p. 538.

<sup>827</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 303, 30-10-1935.

<sup>828</sup> *Ibidem*, OS n.º 150, 30-05-1934; OS n.º 66, 07-03-1935; OS n.º 312, 08-11-1935.

<sup>829</sup> *Ibidem*, OS n.º 175, 24-06-1935; OS n.º 191, 10-07-1935; OS n.º 255, 12-09-1935; OS n.º 258, 15-09-1935.

<sup>830</sup> BNP, Esp. A/6409.

<sup>831</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 151, 31-05-1934; OS n.º 187, 06-07-1934; OS n.º 321, 17-11-1934.

artigo 4.º do Decreto n.º 2515-F, de 15 de Julho de 1916. Sabedor de que Roquete trabalhava na PVDE, o magistrado pretendia conhecer o paradeiro actual do inspector, de modo a notificá-lo para o julgamento. José Catela respondeu a 8 de Março informando que Roquete se encontrava colocado há cerca de um mês na Inspeção de Coimbra<sup>832</sup>. O Decreto n.º 2515-F, elaborado pelo governo presidido por António José de Almeida, procurou esclarecer dúvidas das autoridades quanto à “cobrança das multas impostas aos licenciados, reservistas e territoriais” das Forças Armadas. De acordo com o artigo 4.º do diploma, os militares multados que não pagassem voluntariamente, num prazo de 10 dias após a intimação, as coimas aplicadas seriam tratados da “forma seguida para o pagamento das multas impostas pelos regulamentos de polícia urbana e rural”<sup>833</sup>. O motivo da ida de Roquete a tribunal como arguido dizia respeito, portanto, a uma multa por pagar com a qual fora punido na qualidade de sargento licenciado do Exército. No entanto, não são conhecidas as razões da coima nem a eventual decisão judicial acerca do caso do salvaterrense.

António Roquete pediu em 1935 várias licenças de breve duração para resolver assuntos “de carácter particular”, em requerimentos analisados por José Catela e deferidos por Agostinho Lourenço, cujos despachos favoráveis foram comunicados por Catela a Roquete através de telegramas. Assim, o inspector partiu em 19 de Março para Darque, no concelho de Viana do Castelo, deslocou-se em Maio a Valença, acompanhado pela mulher (cujos pais e irmão iriam a Coimbra em Outubro), e voltou a ausentar-se do serviço em 28 de Junho e 8 de Setembro<sup>834</sup>. Nesta última data, o motivo da deslocação de Roquete foi um festival de natação realizado na estância termal da Curia, onde o proprietário do hotel Curia Palace, Alexandre de Almeida, promovera a construção de uma piscina e fundara o Curia Palace Sports Club. O torneio atraiu nadadores de Boavista, Sporting Figueirense, Clube Nacional de Natação e Associação Académica de Coimbra, tendo a AAC inscrito Roquete na competição de 66 metros bruços. Numa prova com cinco participantes, o salvaterrense ficou em terceiro lugar, atrás do boavisteiro António Agostinho da Costa e de José Caperta, do Nacional, classificação que se repetiu na distância de 100 metros. Roquete integrou também a equipa da Académica participante na

---

<sup>832</sup> *Ibidem*, SC, PI 2303, NT 185, fls. 204-205.

<sup>833</sup> *Diário do Governo*, I Série, 15-07-1916.

<sup>834</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 155-159 e 163-164; *Notícias de Valença*, 16-05-1935 e 23-10-1935.

estafeta de 5x33 metros estilos e batida por CNN e BFC<sup>835</sup>. Pouco tempo antes, Roquete representara a AAC num festival em Coimbra e vencera na distância de 66 metros bruços, com o tempo de “1 m. 3 s. e 3/5”<sup>836</sup>.

Apesar de Roquete se encontrar afastado da prática do futebol, entrou nos planos de Cândido de Oliveira para o desafio seguinte entre Portugal e Espanha, a realizar no Stadium em 5 de Maio. Perante a surpresa de Carlos da Silveira ao ouvir o seleccionador nacional mencionar o inspector da PVDE como um dos futuros convocados, Cândido revelou que, dotado “das suas qualidades naturais e forte vontade”, Roquete estava a treinar-se em Coimbra sob a orientação do húngaro Rudolf Jenny<sup>837</sup>, então técnico da Académica<sup>838</sup>. Durante os treinos individuais no Campo de Santa Clara, o guarda-redes, “ainda que um pouco pesado”, mostrava preservar “magníficos recursos” futebolísticos<sup>839</sup>. A primeira sessão colectiva de preparação para o encontro internacional decorreu a 3 de Abril no Campo das Laranjeiras, em Lisboa. Após um percurso de comboio até à capital, Roquete chegou atrasado e participou em apenas metade do treino, durante o qual vários lances de bola parada foram ensaiados para testar as capacidades do guardião. António deixou uma impressão positiva<sup>840</sup>, no dia em que voltou a ser alvo das objectivas dos fotógrafos<sup>841</sup>. No entanto, contrariamente ao que acontecera um ano antes, não existia em Abril de 1935 uma ânsia generalizada pelo regresso de Roquete à selecção nacional. Os jornais do Porto acusaram Cândido de Oliveira de teimosia por insistir na convocatória de um guarda-redes há muito tempo sem jogar e preterir Soares dos Reis<sup>842</sup>. Entrevistado por Ribeiro dos Reis, Cândido afirmou pretender utilizar Roquete, devido à experiência deste em partidas internacionais, como titular e o portista como suplente<sup>843</sup>.

A necessidade de observar a forma de Roquete em situação de jogo levou Cândido a utilizá-lo num encontro entre os “prováveis” do misto luso e a equipa austríaca do Wacker, então em digressão por Portugal. A 19 de Abril, os seleccionáveis venceram o Wacker por 3-1, mas

---

<sup>835</sup> *O Norte Desportivo*, 12-09-1935; *Os Sports*, 06-09-1935 e 09-09-1935.

<sup>836</sup> *A Voz Desportiva*, 31-08-1935.

<sup>837</sup> Rudolf Jenny (1901-1975), futebolista e treinador húngaro, orientou clubes como o Atlético de Madrid (1930-1932), o Sporting (1932-1934) e o Vasas de Budapeste (1951-1952).

<sup>838</sup> *Stadium*, 20-03-1935.

<sup>839</sup> *Futebol*, 30-03-1935.

<sup>840</sup> *O Século*, 04-04-1935.

<sup>841</sup> <http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1017581>

<sup>842</sup> *Jornal de Sports*, 31-03-1935 e 28-04-1935; *O Norte Desportivo*, 07-04-1935.

<sup>843</sup> *Os Sports*, 08-04-1935.

Roquete teve poucas oportunidades para intervir. Dois dias depois, o clube austríaco defrontou o Benfica, com os “vermelhos” a apresentarem Roquete na baliza, a pedido do seleccionador (a experiência levaria à inclusão do nome de Roquete numa lista dos futebolistas ligados ao SLB<sup>844</sup>). Os estrangeiros saíram novamente derrotados, agora por 4-1, e o escasso trabalho do guarda-redes português motivou apreciações contraditórias, entre elogios à serenidade do casapiano e reparos ao “aborrecimento” e “alheamento” que este teria revelado<sup>845</sup>. Apesar de confiante no pupilo, Cândido acabou por não o convocar devido às críticas e à possibilidade de ser acusado de sectarismo ao proteger outro casapiano. O próprio Roquete terá alertado o técnico para o risco que este correria em caso de fracasso e desistido da eventual internacionalização<sup>846</sup>. Num livro escrito já depois do Portugal-Espanha, Cândido afirmou que “pouco mais dum ano de inactividade bastou para reduzir grandemente” as qualidades de Roquete, apesar do guardião ser ainda jovem (28 anos) quando foi chamado de volta aos treinos da selecção nacional<sup>847</sup>. Soares dos Reis e Dyson seriam os guarda-redes presentes no estágio em Carcavelos e utilizados durante a partida no Lumiar, terminada com o resultado de 3-3.

Durante a sua permanência em Coimbra, além de regressar às competições de natação, Roquete foi convidado a assumir uma nova experiência futebolística. O União de Coimbra, principal rival da AAC, procurou assegurar os serviços de Roquete como jogador-treinador. O salvaterrense aceitou encarregar-se do comando técnico dos unionistas, mas não se tornou o novo guarda-redes destes, ao que parece devido ao escasso tempo disponível deixado pela sua actividade policial<sup>848</sup>. Nas funções de treinador, pelas quais foi remunerado, Roquete estreou-se pelo União em Outubro, através da disputa com outros clubes locais (Académica, Santa Clara e Sport Clube Conimbricense) da Taça Cidade de Coimbra e do campeonato regional. Quer fora quer no seu recinto, o Campo da Arregaça, a equipa do União registou sinais de uma evolução positiva ao longo dos vários jogos, embora se ressentisse da falta de um guarda-redes competente. Os unionistas viriam a ficar em segundo lugar no campeonato, a três pontos da AAC, cujo título regional garantiu aos “estudantes” o acesso à I Liga<sup>849</sup>.

---

<sup>844</sup> *Amor à Camisola. Todos os jogadores do Benfica*, Vila do Conde, Verso da História, 2014, p. 132.

<sup>845</sup> *O Século*, 22-04-1935; *Sporting*, 25-04-1935; *Stadium*, 24-04-1935.

<sup>846</sup> *Jornal de Sports*, 14-04-1935; Oliveira, Cândido de, *Relatório do Seleccionador Nacional para o XII Portugal-Espanha*, Lisboa, Federação Portuguesa de Football Association, 1935, pp. 14-16.

<sup>847</sup> Oliveira, *Football: Técnica e Tática*, p. 78.

<sup>848</sup> *A Voz Desportiva*, 07-09-1935 e 09-11-1935.

<sup>849</sup> *Ibidem*, 09-11-1935 e 12-11-1935.

António Roquete não treinou o União de Coimbra até ao final da prova em *poule*, uma vez que foi novamente transferido. Substituído a partir de 14 de Novembro pelo agente António Diogo Alves na liderança da Inspeção de Coimbra (no União, o novo treinador seria Luís Lucas<sup>850</sup>), Roquete regressou à capital e foi colocado na sede da PVDE, na Rua António Maria Cardoso<sup>851</sup>. Informado da transferência, Roquete pediu para gozar 15 dias de licença, com início a 7 de Novembro, desejo recusado por Agostinho Lourenço, para quem não fazia sentido que o inspector fosse dispensado do serviço antes de tomar posse das novas funções<sup>852</sup>. Roquete pretendia aproveitar as duas semanas de férias para estar presente nas últimas jornadas do campeonato de Coimbra e acompanhar o final da gravidez da mulher. A primeira filha de António Roquete e Maria da Silva Bacelar, Olga Adelaide Bacelar Roquete, nasceu em 22 de Novembro de 1935<sup>853</sup>. No mês seguinte, Maria deslocou-se com a filha a Valença, sem a companhia do marido, que se lhes juntou no Natal, quando Roquete beneficiou de uma licença de 8 dias iniciada em 24 de Dezembro, data do baptizado de Olga, celebrado na igreja de Vila Franca, em Viana do Castelo, com os avós maternos da criança como padrinhos<sup>854</sup>. Os Roquete voltariam ao Norte entre 1 e 2 de Fevereiro de 1936, aproveitando uma licença de 3 dias que António passou “parte em Valença do Minho e parte em Lisboa”, como informara previamente os seus superiores<sup>855</sup>.

Dentro da estrutura da PVDE, Roquete ficou encarregado de liderar a Repartição de Justiça, tal como da inspeção da Repartição de Vistos, chefiada pelo agente de 1.<sup>a</sup> classe António Pereira Ródo<sup>856</sup>. Para além destes cargos, o casapiano assumia, com intervalos de cerca de 10 dias, o papel de funcionário superior de serviço. Criada em Março de 1935, esta posição, reservada a inspectores e chefes dos serviços e repartições, que se revezavam de acordo com uma escala, atribuía ao seu titular, entre as 10 e as 19 horas de cada dia, responsabilidades como a vigilância do “estado de asseio e arrumação” das divisões e mobiliário do prédio da sede, o registo num relatório das faltas e problemas existentes e o controlo da assiduidade do pessoal<sup>857</sup>. Os funcionários superiores passariam mais tarde a pernoitar na sede nos dias em que se

---

<sup>850</sup> *Ibidem*, 10-12-1935.

<sup>851</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 302, 29-10-1935.

<sup>852</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 148.

<sup>853</sup> *Ibidem*, fl. 19; *Notícias de Valença*, 05-12-1935.

<sup>854</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 352, 18-12-1935; *Notícias de Valença*, 19-12-1935, 02-01-1936 e 09-01-1936.

<sup>855</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 142; *Notícias de Valença*, 06-02-1936.

<sup>856</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 322, 18-11-1935.

<sup>857</sup> *Ibidem*, OS n.º 74, 15-03-1935.

encontrassem de serviço<sup>858</sup>. O objectivo da direcção da PVDE ao fixar estas normas era evitar “actos repugnantes e pouco limpos” como os ocorridos na casa de banho do edifício da polícia política em Fevereiro de 1936, depois dos quais os utilizadores da banheira passaram a ser listados numa relação apensa ao relatório do funcionário superior de serviço, entregue ao chefe da secretaria, que submetia o documento a despacho de Agostinho Lourenço<sup>859</sup>.

O regresso de Roquete a Lisboa foi aproveitado pelo Casa Pia, no qual o ribatejano não jogava há dois anos. Desde então, o clube presidido por Cândido de Oliveira, também responsável pelo treino e coordenação das equipas de futebol do CPAC, conheceu dificuldades perante a nova organização dos campeonatos da AFL, designados a partir de 1934/35 por Divisão de Honra e I Divisão. O último lugar na Divisão de Honra de 1934/35 implicou a despromoção dos “gansos”, que disputariam na época seguinte a I Divisão, juntamente com Chelas, Fósforos, Operário, Marvilense e Sacavenense. O emblema do Restelo não poderia contar com o substituto de Roquete na baliza, Cândido Tavares, transferido para o Benfica. Em busca do regresso à Divisão de Honra, o presidente do CPAC operou uma renovação profunda na equipa “negra” ao apostar em jovens futebolistas como José do Carmo e Fernando Vaz<sup>860</sup>. Chegado à capital, Roquete voltou a defender as redes casapianas, numa altura em que o CPAC se encontrava em terceiro lugar no campeonato. Em declarações à imprensa, o guarda-redes afirmou querer apenas “contribuir para salvar o Casa Pia”, ao encorajar os outros jogadores do clube com “a força moral da minha presença”, embora não afastasse totalmente a possibilidade de regressar à selecção, dada a melhoria recente da sua condição física<sup>861</sup>.

A 8 de Dezembro, o CPAC apresentou Roquete como guarda-redes na recepção ao Sacavenense. Apesar de mostrar a sua habitual atenção ao evoluir do jogo, o guardião tocou na bola por apenas duas vezes. Ao intervalo, verificava-se uma igualdade (0-0), mas os sacavenenses, descontentes com a expulsão de um dos seus jogadores, recusaram disputar a segunda parte, o que lhes valeu a derrota<sup>862</sup>. No domingo seguinte, os “gansos” derrotaram o Fósforos por 4-0 e terminaram o campeonato com 24 pontos, os mesmos que o Chelas.

---

<sup>858</sup> Ibidem, OS n.º 44, 13-02-1936.

<sup>859</sup> Ibidem, OS n.º 50, 19-02-1936.

<sup>860</sup> Fernando Gomes Ribeiro Vaz (1918-1986), treinador e jornalista desportivo, colaborou nos periódicos *A Bola*, *Stadium* e *Diário de Lisboa*. Treinou clubes como FC Porto, Sporting, Académica, Belenenses e Vitória de Setúbal e presidiu ao Sindicato Democrático dos Treinadores de Futebol. Ocupou em 1954 o cargo de seleccionador nacional.

<sup>861</sup> *Stadium*, 18-12-1935.

<sup>862</sup> *Os Sports*, 09-12-1935; *Stadium*, 11-12-1935.

Inicialmente previsto para 22 de Dezembro, o desafio entre os dois primeiros classificados que decidiria o título de campeão acabaria por se realizar no dia 29. Com Roquete ausente em Valença, Armando Jorge foi o guarda-redes casapiano numa partida onde o empate a uma bola persistia no final do prolongamento. Na finalíssima, ocorrida no Campo Grande em 5 de Janeiro de 1936, o Casa Pia alinhou com Roquete, Soares, Moreira, António da Luísa, Duartino, Costa Santos, José do Carmo, Fernando Vaz, Lauro, Sérgio e Júlio Costa, vencedores do Chelas por 5-4 e campeões da I Divisão lisboeta. A subida à Divisão de Honra seria garantida pelo CPAC após uma eliminatória contra o União Lisboa, último classificado do escalão principal. Nessa altura, porém, Roquete já deixara os “negros”, depois de apenas três partidas nas quais, segundo as críticas, o salvaterrense teve pouco trabalho, mas revelou estar longe do seu melhor<sup>863</sup>.

O breve retorno ao Casa Pia marcou o final da carreira futebolística de António Roquete, então com 29 anos. Questionado acerca do seu afastamento prematuro do futebol, Roquete justificou-o com “razões de ordem particular” e da sua actividade profissional, que o obrigara a mudar-se para a fronteira e perder o ritmo de treino<sup>864</sup>. Terminava assim um percurso de cerca de 12 anos em que o ribatejano deixou a sua marca no futebol português. Quanto ao CPAC, conheceu em 1936 uma transformação estatutária que alterou o nome oficial da instituição para “Casa Pia Atlético Clube – Ateneu Casapiano” e lhe conferiu, sob a presidência de Cosme Damião, uma vasta actividade social e cultural dirigida aos ex-alunos da CPL<sup>865</sup>. No entanto, os anos seguintes seriam difíceis para o clube, sem recursos financeiros para competir com os principais emblemas de Lisboa e que sofreria em 1940 um duro golpe ao ter de abandonar o Campo do Restelo<sup>866</sup>.

No início de Março de 1936, Roquete foi colocado temporariamente na “Zona do Minho”, onde fiscalizaria, a partir de Valença (a “sede da Inspeção”), todos os postos da fronteira minhota: Caminha, Vila Nova de Cerveira, Valença, Monção, Peso (Melgaço) e S. Gregório<sup>867</sup>. Os chefes destes postos foram convocados por Roquete, através de telegramas, para comparecerem em Caminha e reunirem-se com o inspector a 2 de Março<sup>868</sup>. Novamente residente na terra da família da sua mulher, António partiria em diligência por várias vezes nos

---

<sup>863</sup> *Os Sports*, 16-12-1935 e 06-01-1936.

<sup>864</sup> *Eco dos Sports*, 17-07-1939.

<sup>865</sup> Camilo, ob.cit., pp. 185-188.

<sup>866</sup> *Os Sports*, 15-07-1940.

<sup>867</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 64, 04-03-1936.

<sup>868</sup> ANTT, PIDE/DGS, Valença do Minho, NT 10005, pt. 3, fls. 29-30.

meses de Março e Abril, presumivelmente em visitas de inspeção<sup>869</sup>. A fiscalização incluía avaliações das características pessoais e profissionais dos agentes em serviço na região. Em 10 de Julho, Agostinho Lourenço manifestou o seu agrado pelas “referências feitas pelo sr. Inspector António Roquete ao agente praticante n.º 37/290, Isaac Sequerra”, destacado no posto de Valença e dotado das “qualidades profissionais necessárias para o bom desempenho do cargo a que aspira dentro desta Corporação”<sup>870</sup>. Todavia, menos de quatro meses depois destes elogios, a 31 de Outubro, Isaac Sequerra<sup>871</sup> seria demitido “a seu pedido” da PVDE<sup>872</sup>.

A vigilância das fronteiras era particularmente importante num ano de 1936 marcado pela situação em Espanha, após a coligação de esquerda Frente Popular vencer as eleições de 16 de Fevereiro e formar um governo que reforçou as preocupações de Salazar com o apoio aos exilados portugueses. A radicalização política espanhola, marcada pela violência entre os sectores em confronto, deu origem a vagas de refugiados dirigidas a Portugal. Logo em 17 de Fevereiro, José Catela pediu por telegrama ao comandante-geral da Guarda Fiscal que, de acordo com instruções do Ministério do Interior, os cidadãos espanhóis fossem proibidos de passar a fronteira através dos postos da GF e encaminhados para as instalações da PVDE. A 31 de Março, uma circular enviada aos chefes dos postos da polícia política fixou que os “foragidos espanhóis” entrados no país de Salazar seriam “convidados a ir imediatamente documentar-se” no consulado de Espanha mais próximo da localidade na qual se pretendiam instalar. Os refugiados deveriam apresentar-se nos serviços da PVDE ou, onde estes não existissem, às autoridades administrativas, as quais informariam Agostinho Lourenço sobre o destino dos estrangeiros<sup>873</sup>. Em 17 e 18 de Julho de 1936, iniciou-se uma revolta de militares de direita espanhóis contra a República que daria origem a uma guerra civil, disputada nos três anos seguintes por republicanos (as esquerdas espanholas, apoiantes do governo instalado em Madrid) e nacionalistas (as direitas, chefiadas pelo general Francisco Franco), estes últimos beneficiários do apoio político, económico e diplomático do regime português.

Durante o primeiro semestre de 1936, os refugiados espanhóis chegados ao Minho eram geralmente membros de partidos de direita, em fuga das perseguições movidas por esquerdistas

---

<sup>869</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 86, 26-03-1936; OS n.º 111, 20-04-1936; OS n.º 156, 04-06-1936.

<sup>870</sup> Ibidem, OS n.º 192, 10-07-1936.

<sup>871</sup> Isaac Sequerra (1912-1960) foi dirigente do Sporting, vice-presidente da AFL e secretário-geral da FPF (*A Bola*, 29-12-1960).

<sup>872</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 309, 04-11-1936.

<sup>873</sup> BNP, Esp. A/6409.

galegos e que recebiam um acolhimento favorável por parte da PVDE. Contactado por quatro refugiados estabelecidos em Valença, o chefe do posto local da polícia política, Victor Sobral Correia, aproveitou uma noite de temporal, em 23 de Março, para “proteger” a entrada clandestina em Portugal de José Luis Alvarez Bello, que Correia (certamente com o conhecimento de Roquete) fez atravessar a Ponte Internacional sem ser detectado pelas sentinelas da Guarda Fiscal. Alvarez Bello, ligado ao partido Renovação Espanhola, era perseguido pela polícia do país vizinho devido à sua participação num encontro violento em Madrid com “elementos extremistas”, dos quais cinco tinham morrido. Sobral Correia informou José Catela da situação e preveniu-o de que Bello, munido de documentos falsos, iria apresentar-se em 29 de Março na Delegação do Porto e “pôr-se à nossa inteira disposição”<sup>874</sup>. Outros espanhóis acolhidos em Valença, como o monárquico Pablo Bugarín, notário de Tui, receberam autorizações de residência concedidas pela PVDE<sup>875</sup>.

As actividades desenvolvidas pela colónia de exilados portugueses instalada em Vigo eram seguidas atentamente pelas autoridades do Estado Novo. A 12 de Março, o cônsul de Portugal em Vigo, José Luís Archer<sup>876</sup>, veio a Valença falar com António Roquete, a quem confessou a sua “enorme dificuldade” para saber as identidades e objectivos dos compatriotas que se deslocavam à cidade galega, devido à falta de “um regular serviço de informação” ao seu dispor. O diplomata sugeriu pagar do seu bolso a um dos informadores da PVDE em Vigo 100 pesetas mensais, em troca das quais receberia directamente as novidades depois transmitidas à polícia política. Roquete evitou compromissos e limitou-se a transmitir a proposta a Catela. Nos cafés de Vigo, os informadores escutavam as conversas dos opositores de Salazar e apercebiam-se do ódio “imenso” destes à PVDE e “em especial” a Roquete, contra quem estariam a preparar uma cilada. Numa nota confidencial enviada a Lisboa e Porto, Sobral Correia relatou um telefonema anónimo recebido no posto de Valença em 9 de Maio, no qual o interlocutor pediu a presença, cerca de duas horas mais tarde, na Praça de Portugal, em Vigo, de alguém da PVDE, se

---

<sup>874</sup> ANTT, PIDE/DGS, Valença do Minho, NT 10005, pt. 3, fls. 49-50 e 62.

<sup>875</sup> *Ibidem*, fl. 68.

<sup>876</sup> José Luís Archer (1901-1978), diplomata, esteve colocado em Vigo entre 1935 e 1939, antes de passar por consulados como os de Paris, Nova Iorque, Rio de Janeiro e Tânger. Presidiu a várias delegações portuguesas a conferências internacionais e foi secretário-geral do MNE (1961-1971).

possível o “Sr. Inspector Roquette”, para tomar conhecimento de “um assunto importante”. Na opinião de Correia, o casapiano correria perigo de vida se entrasse em Espanha<sup>877</sup>.

Além de procurar melhorar a coordenação dos postos fronteiriços minhotos, a cujos chefes ordenou a elaboração de listas dos “inimigos” conhecidos do Estado Novo moradores nas áreas de jurisdição daqueles<sup>878</sup>, Roquete apresentou a Catela várias sugestões de medidas destinadas a aperfeiçoar o trabalho policial. O ribatejano concluiu que o crescente rigor do controlo da fronteira terrestre poderia levar os exilados lusos a recorrer a marinheiros dos navios de Vigo que aportavam a Viana do Castelo para transmitir informações e documentação, propondo uma “vigilância apropriada e discreta” das tripulações galegas por parte da PVDE ou da PSP. Seria igualmente útil que o secretário-geral da polícia política obtivesse junto da direcção dos Caminhos-de-Ferro os nomes e moradas de quem enviava e recebia encomendas através das estações ferroviárias. Em Valença, o encerramento da estação telégrafo-postal à meia-noite deixava o posto da PVDE “impossibilitado de comunicar com o resto do País” durante a madrugada, o que não aconteceria se, antes do fecho, os funcionários estabelecessem a ligação telefónica entre as instalações policiais e Viana do Castelo. Entretanto, uma “velha barraca de comércio” situada em frente do posto na Ponte Internacional servia para várias pessoas indocumentadas se esconderem (com o auxílio de Maria Pinto, a “insolente e atrevida” proprietária da loja, onde vendia produtos contrabandeados) enquanto aguardavam uma distração dos agentes da PVDE para “se escapulirem” na direcção de Espanha. O facto do estabelecimento se encontrar num terreno do Ministério da Guerra facilitaria a transferência da venda para outro local<sup>879</sup>.

A polémica em torno de António Pinto da Mota mantinha-se em Valença, como é visível num artigo do jornal de Manuel Gomes que, após elogiar as obras feitas pela autarquia de Caminha sob o Estado Novo, menciona “casos excepcionais, em que à frente dos municípios, se encontram ainda as velhas manias de um passado de inacção e de alta imoralidade”, através de figuras cuja substituição se impunha<sup>880</sup>. Além de enviar o periódico a Catela, Roquete chamou a atenção do superior para a “especial e significativa referência” do texto aos “desmandos”

---

<sup>877</sup> ANTT, PIDE/DGS, Valença do Minho, NT 10005, pt. 3, fls. 32-34, 88 e 120-121.

<sup>878</sup> *Ibidem*, fls. 54-56 e 112.

<sup>879</sup> *Ibidem*, fls. 69-70, 73-74, 80-81 e 89.

<sup>880</sup> *Notícias de Valença*, 04-06-1936.

cometidos “durante os quatro longos anos” de Pinto da Mota à frente do concelho<sup>881</sup>. Sobral Correia informou Lisboa, em Abril, dos “acontecimentos” ocorridos na freguesia valenciana de S. Pedro da Torre, marcados por uma manifestação do “povo amotinado” dirigida à sede do concelho. Só depois de Roquete, numa iniciativa “muito louvada”, telefonar a Pinto da Mota para o avisar da tensão crescente o autarca saíra do gabinete, dialogando com a multidão e convencendo-a a desmobilizar<sup>882</sup>.

Roquete foi transferido a 15 de Julho, com efeitos imediatos, para a Delegação do Porto, enquanto Emílio Ferreira ficou responsável pela Inspecção de Valença<sup>883</sup>. Manuel Gomes lamentou a saída da vila de um “servidor diligente, activo e sabedor” da ditadura como Roquete, cuja ida para o Porto se verificava a pedido do casapiano<sup>884</sup>. Aquando do início da guerra no país vizinho, a PVDE, auxiliada pela GNR, reforçou a vigilância da fronteira. Do outro lado do rio Minho, Guillermo Vicente Santiago ocupou o cargo de alcaide de Tui num breve período até à chegada das tropas nacionalistas. O antigo jornalista conseguiu escapar, mas os fuzilamentos de apoiantes da República tornaram-se diários na cidade. Manuel Serer Vicens, líder em Tui do partido Esquerda Republicana e dono de uma serração em Valença, fugiu para a vila minhota e foi detido pela PVDE. Para estupefacção de Victor Sobral Correia, Pinto da Mota emitiu então um atestado do “bom comportamento moral e civil” de Serer Vicens<sup>885</sup>. Libertado, o industrial ainda residia em Valença em Dezembro de 1941<sup>886</sup>.

Agostinho Lourenço enviou ao ministro do Interior, Mário Pais de Sousa, um relatório escrito por Roquete em 21 de Julho de 1936, a propósito da missão atribuída ao inspector de acompanhar o político republicano espanhol Angel Gallarza na viagem deste entre o Porto e Lisboa. Gallarza, deputado e antigo dirigente policial, fora surpreendido pelo golpe militar quando se encontrava em Zamora. Escortado por dois polícias espanhóis e um tenente-coronel de carabineiros, depois regressado a Zamora, o político atravessou a fronteira portuguesa em Quintanilha, seguindo, com a autorização de Lourenço, para o Porto, onde chegou já a 21 de Julho, dirigindo-se à Delegação da PVDE e ao consulado de Espanha, no qual recebeu por

---

<sup>881</sup> ANTT, PIDE/DGS, Valença do Minho, NT 10005, pt. 3, fl. 161.

<sup>882</sup> *Ibidem*, fls. 100-102.

<sup>883</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 197, 15-07-1936.

<sup>884</sup> *Notícias de Valença*, 23-07-1936.

<sup>885</sup> ANTT, PIDE/DGS, Valença do Minho, NT 10005, pt. 3, fls. 226, 252, 260 e 266-270.

<sup>886</sup> *Ibidem*, pt. 4, fl. 4.

telefone instruções do embaixador republicano em Lisboa, Claudio Sánchez-Albornoz<sup>887</sup>, para prosseguir até à capital portuguesa. Durante a viagem, Roquete e Gallarza falaram sobre a situação no país vizinho e as relações da República com os opositores ao Estado Novo. Uma vez em Lisboa, Gallarza deslocou-se à embaixada espanhola, onde, segundo Roquete, Sánchez-Albornoz não concedeu o apoio financeiro pedido pelo deputado, devido à incerteza sobre o desfecho do levantamento militar então em curso. Os agentes vindos de Espanha partiram no mesmo dia para o país natal, enquanto Angel Gallarza permaneceu em Lisboa<sup>888</sup>.

O director da PVDE recordou após o final da Guerra Civil de Espanha que o conflito exigira aos seus homens um trabalho esgotante no sentido de evitar repercussões do conflito em Portugal e travar “indesejáveis” estrangeiros, muitos dos quais foram detidos e expulsos<sup>889</sup>. Entre 1936 e 1939, o número de pessoas e automóveis a cruzar a fronteira terrestre desceu para valores mínimos em ambos os sentidos<sup>890</sup>. Durante as primeiras semanas da guerra, a direcção da PVDE transmitiu aos postos fronteiriços ordens para apreender todos os automóveis com matrícula espanhola e reter os passageiros, caso não se encontrassem entre estes os proprietários dos veículos. Acerca das pessoas chegadas à fronteira, as instruções de Lourenço diferenciavam os “indivíduos comprovadamente das direitas”, que deveriam ser remetidos aos consulados para aí regularizarem a sua situação, dos apoiantes da esquerda e civis armados, sujeitos a detenção. Quanto às saídas do território, enquanto os cidadãos lusos necessitavam de informar os agentes da polícia política sobre as razões e destino da sua viagem, nenhum espanhol, documentado ou não, poderia regressar ao país de origem através da fronteira portuguesa. Os nomes e ideais políticos dos estrangeiros detidos pela PVDE em consequência da guerra civil espanhola seriam registados em listas próprias enviadas à sede da corporação<sup>891</sup>.

No caso de Valença, cujos contactos habituais com Tui foram prejudicados pelas restrições à circulação na Ponte Internacional<sup>892</sup>, a proximidade da Galiza, dominada pelos nacionalistas, justificou a abundância de refugiados republicanos detidos pela PVDE à entrada em Portugal. A 5 de Agosto de 1936, muitos prisioneiros vindos da cadeia de Valença foram

---

<sup>887</sup> Claudio Sánchez-Albornoz (1893-1984), historiador e professor universitário espanhol, foi ministro de Estado e embaixador em Portugal. A derrota republicana na guerra civil levou-o a exilar-se em França e na Argentina.

<sup>888</sup> ANTT, Ministério do Interior, Gabinete do Ministro, maço 481, NT 353, pt. 35/6, fls. 2-4.

<sup>889</sup> *Polícia de Vigilância...*, p. 10.

<sup>890</sup> *Ibidem*, pp. 43 e 51.

<sup>891</sup> BNP, Esp. A/6409.

<sup>892</sup> *O Minhoto*, 09-04-1939.

transferidos para o Porto<sup>893</sup>, ignorando-se o papel específico de Roquete na avaliação dos casos dos refugiados. Um número considerável destes (segundo estatísticas elaboradas pela PVDE, 581 cidadãos espanhóis foram expulsos do território luso entre 1936 e 1938<sup>894</sup>) conheceu o repatriamento e foi entregue pelos homens de Lourenço às tropas de Franco, o que implicava frequentemente a sua execução. Segundo o testemunho posterior de Rogério Luís Agostinho da Silva, um opositor do Estado Novo preso desde 7 de Agosto de 1936 na Delegação do Porto<sup>895</sup>, Roquete estava a par do destino dos republicanos expulsos, mas o facto não causava qualquer incómodo no ribatejano.

Membro do Socorro Vermelho Internacional, uma organização de apoio aos presos políticos e às suas famílias ligada ao PCP, o empregado dos Correios Rogério Agostinho da Silva fora detido pela PSP em Lisboa, a 4 de Agosto, a pedido da PVDE portuense, onde seria alvo de interrogatório. Depois de um mês sem quaisquer declarações relevantes do preso, este parecia estar próximo da libertação, mas a direcção da polícia política insistiu na resolução do caso de Rogério, novamente interrogado, agora por Henrique Seixas, que o agrediu “ao murro e à bofetada”. Rogério identificaria como outro dos seus torturadores o ex-futebolista António Roquete, “especialista em distribuir pontapés, caneladas que atiravam com os interrogados para o chão a “ganir” de dor”. Após receber novos maus tratos, aplicados por vários agentes sob a direcção de Seixas, Rogério Agostinho da Silva seria transferido para a prisão do Aljube<sup>896</sup> (Lisboa). Julgado no TME em 6 de Agosto de 1937, Rogério foi condenado a 24 meses de cadeia, “descontada a prisão sofrida”, permanecendo durante um ano no forte de Peniche até ser libertado<sup>897</sup>. Os espancamentos narrados pelo antigo membro do SVI à imprensa após o derrube da ditadura terão ocorrido entre 28 de Outubro de 1936, data da transferência de Seixas (responsável, de acordo com Rogério, por escoltar até Tui os refugiados espanhóis) para a Invicta, e o final desse ano, quando Roquete foi nomeado para novas funções em Lisboa<sup>898</sup>.

Ainda no Porto, o casapiano recebeu em 15 de Outubro a descodificação de um telegrama cifrado da direcção da PVDE aos chefes de posto fixando as condições restritivas das entradas e saídas do país. As cautelas adoptadas justificavam-se pelo receio da vinda a Portugal de

---

<sup>893</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 222, 09-08-1936.

<sup>894</sup> *Polícia de Vigilância...*, p. 22.

<sup>895</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 221, 08-08-1936.

<sup>896</sup> *Diário de Lisboa*, 12-01-1977.

<sup>897</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, Registo Geral de Presos, livro 18, registo n.º 3584.

<sup>898</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 302, 28-10-1936; suplemento à OS n.º 366, 31-12-1936.

“emissários para revolução comunista” provenientes da União Soviética. O texto do telegrama foi remetido a Roquete, conforme um pedido deste, por alguém (Emílio Ferreira?) de serviço em Valença que, numa mensagem manuscrita, tratou o antigo desportista por tu (“Meu caro Roquette: Saúde é o que mais te desejo”), fez um breve relato dos acontecimentos recentes na fronteira e revelou ter falado por telefone com o “Sr. Tenente Cumano” sobre “o assunto da caça”. O oficial autorizara a iniciativa dos subordinados, mas considerara que “deveria proceder a seu manifesto” de modo a legalizá-la<sup>899</sup>.

Paulo Cumano, oficial de infantaria, entrou na PVDE em Agosto de 1936 como adjunto da Secção Internacional<sup>900</sup>. Esta passou a dividir-se, a partir de 1 de Janeiro de 1937, no Serviço de Fiscalização e Fronteiras, liderado por Cumano, e no Serviço de Expediente e Cadastro de Estrangeiros, sob coordenação de António Dias Maia Júnior. O SFF englobava 23 funcionários, incluindo os agentes de serviço nos postos, e tinha como competências, além da vigilância das fronteiras, a fiscalização da imigração e dos “estrangeiros suspeitos” e as relações com organismos policiais de outros países. Mencionado em terceiro lugar na lista dos homens colocados no SFF, atrás de Francisco Sales Velez e Carlos Martins Ruas, Roquete apresentou-se na sede da PVDE em 2 de Janeiro de 1937<sup>901</sup> e retomou a sua participação na escala dos funcionários superiores de serviço. Outra inovação surgida na polícia política em 1937 foi o aparecimento de um curso de formação destinado aos agentes, composto por aulas diárias de uma hora (das 18.00 às 19.00), ministradas entre segunda e sábado. O curso, que pretendia melhorar a escassa formação policial da maioria dos subordinados de Agostinho Lourenço e terá sido inicialmente rudimentar e pouco frequentado<sup>902</sup>, incluía disciplinas como Manejo de Armas de Fogo, Buscas, Condução de Presos, Sinalética, Legislação (ensinada por Velez) e Capturas e Assaltos a Domicílios, esta última matéria leccionada por Maia Júnior<sup>903</sup>. No entanto, o regresso deste ao comando da PSP tornou Roquete o docente da disciplina de Capturas e Assaltos, a que juntaria pouco depois as aulas de Legislação, devido à transferência de Velez para o Porto. Além

---

<sup>899</sup> BNP, Esp. A/6409.

<sup>900</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 239, 26-08-1936.

<sup>901</sup> Ibidem, suplemento à OS n.º 366, 31-12-1936; OS n.º 2, 02-01-1937; OS n.º 3, 03-01-1937.

<sup>902</sup> Ribeiro, ob.cit., pp. 137-138.

<sup>903</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 1, 01-01-1937; OS n.º 79, 20-03-1937.

do seu serviço habitual, o casapiano passou assim a fornecer instrução aos restantes funcionários da PVDE às terças e sextas-feiras<sup>904</sup>.

A necessidade de “tratar de assuntos da sua vida particular, os quais demandam a sua presença na terra da sua naturalidade”, justificou o pedido de Roquete para gozar uma licença de 5 dias a partir de 13 de Fevereiro, deferido por José Catela (então promovido a capitão) após Paulo Cumano certificar que o inspector não faria falta ao serviço<sup>905</sup>. Além de se deslocar a Salvaterra de Magos, António esteve durante esse período em Valença, como o director da PVDE descobriria ao abrir um envelope remetido a Lourenço pela Presidência do Conselho de Ministros, dentro do qual se encontrava um telegrama datado de 15 de Fevereiro. Proveniente da vila minhota e destinado a Salazar, o documento incluía a seguinte mensagem: “António Roquette Polícia Informação valendo-se sua situação oficial agrediu ontem Teatro Valenciano com a coronha dum pistola meu irmão que é um doente espero que situação oficial agressor não impeça que seja feita justiça e nesse sentido apelo para V. Excia. – Mota Lopes”<sup>906</sup>. O signatário do telegrama poderia ser o jornalista José da Mota Lopes<sup>907</sup>, redactor de *O Minhoto*. Existiam, porém, em Valença vários homens, sobrinhos de António Pinto da Mota, com os apelidos Mota Lopes, incluindo Valeriano Pinto da Mota Lopes, que viria a ingressar na polícia política<sup>908</sup>. Certo é que o conflito entre Roquete e os apoiantes do presidente da autarquia valenciana permanecia e assumia contornos violentos.

A PVDE esclareceu em Maio de 1937 quer o delegado do procurador da República em Valença quer o Comando da 1.ª Região Militar, sediado no Porto (ao qual os autos do processo instaurado a Roquete no tribunal de Valença devido à agressão a Mota Lopes tinham sido enviados), que, como Roquete se encontrava fora de serviço quando praticou o “facto criminoso”, deveria ser julgado em tribunal comum, sem qualquer intervenção da polícia política no caso<sup>909</sup>. O antigo desportista foi intimado a comparecer “no Juízo de Direito da Comarca de Valença” às 14 horas de 18 de Junho, mas nesse dia, quando se encontrava em Lisboa, António

---

<sup>904</sup> Ibidem, OS n.º 95, 05-04-1937; OS n.º 107, 17-04-1937.

<sup>905</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 140.

<sup>906</sup> Ibidem, fls. 138-139.

<sup>907</sup> José da Mota Lopes (1904-?), jornalista e publicista, trabalhou na Casa de Lavoura de Valença e colaborou em jornais como *A Voz*, *O Minhoto*, *A Monarquia*, *Diário do Minho* e *O Comércio do Porto*, além de publicar *A Guerra da Restauração em Valença* (1940) e outros livros sobre temas históricos.

<sup>908</sup> *O Minhoto*, 30-06-1937.

<sup>909</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 132-137.

deu parte de doente, voltando ao trabalho a 19 de Junho<sup>910</sup>. Uma nova convocatória reclamou a presença no tribunal valenciano a 26 de Julho de Roquete e do agente José Sequeira da Costa, para “serem ouvidos em audiência de julgamento”. Sequeira da Costa era desde Janeiro de 1937 o chefe da PVDE em Valença, após a transferência de Sobral Correia para Monção<sup>911</sup>. Pouco depois da intimação ser divulgada, Roquete pediu para gozar 8 dias de licença a partir de 22 de Julho, pretensão que Agostinho Lourenço deferiu, sem deixar de lembrar a obrigação do inspector de se deslocar ao tribunal na data marcada<sup>912</sup>. Não sabemos qual foi a decisão do juiz acerca da agressão praticada pelo ribatejano, mas é certo que Roquete esteve então em Valença, onde visitou “a sua exma. esposa sra. D. Maria da Costa Bacelar e Silva (*sic*) e a sua interessante filhinha Olga” e recebeu os cumprimentos de “muitos e leais amigos”<sup>913</sup>. António apresentou-se de volta ao serviço em 30 de Julho, enquanto Maria e Olga viajaram de comboio para Lisboa já no início de Setembro<sup>914</sup>.

Em 27 de Julho de 1937, na sede da PVDE, o 2.º amanuense António Vahia de Castro (licenciado em Direito e com funções de consultor jurídico) foi incumbido por dois oficiais superiores, o capitão Gaspar de Oliveira e o tenente Castro e Silva, de inserir um parecer no processo n.º 844/937, relativo ao arguido Gabriel Luís e que seria submetido a despacho de Agostinho Lourenço. Ao examinar o processo, Vahia de Castro reparou que a participação de captura do arguido, assinada pelo amanuense Sidónio Vilas Boas, estava incorrectamente datada. Inquirido sobre o facto, Vilas Boas confessou que não prendeu Gabriel Luís e só assinou a participação “porque a isso tinha sido obrigado pelo Sr. Inspector Roquette”. O próprio Roquete viria a abordar (em 30 de Julho?) Vahia de Castro “no corredor dos gabinetes” e tentar convencer o jurista da irrelevância da falsificação. Depois de informar os seus superiores, como Cumano e Lourenço, da situação, Castro participou-a por escrito num relatório datado de 31 de Julho. Encarregado do caso, Rui Pessoa de Amorim exigiu a Roquete explicações sobre o sucedido. A 6 de Agosto, o casapiano respondeu ter detido o “agente de passagens e passaportes” Gabriel Luís quando este viera à Rua António Maria Cardoso, em 9 de Julho, para ser ouvido sobre um processo do qual Roquete era relator. O inspector mandou Sidónio Vilas Boas, participante na

---

<sup>910</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 162, 11-06-1937; OS n.º 170, 19-06-1937; OS n.º 172, 21-06-1937.

<sup>911</sup> Ibidem, OS n.º 196, 15-07-1937; *Notícias de Valença*, 14-01-1937.

<sup>912</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 130.

<sup>913</sup> *Notícias de Valença*, 05-08-1937.

<sup>914</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 211, 30-07-1937; *Notícias de Valença*, 09-09-1937.

investigação, assinar a participação da captura, devido a uma circular sobre “Organização de processos” emitida por Lourenço em 24 de Novembro de 1934 segundo a qual, nos processos instruídos pela PVDE, captor, relator e escrivão deveriam ser pessoas diferentes. Roquete esquecera-se de indicar a Vilas Boas a data exacta da prisão, dando origem à anomalia detectada por Vahia de Castro, um funcionário considerado pelo inspector sem a “boa-fé necessária para mandar rectificar” o erro, “por motivos que não merece a pena agora enumerar”. Pessoa de Amorim viria a ordenar, num despacho de 27 de Setembro, o arquivamento do inquérito<sup>915</sup>. Este episódio, com alguns pormenores duvidosos, dá a entender a existência de conflitos e rivalidades pessoais dentro da PVDE.

Apesar das polémicas que o envolviam, Roquete mantinha-se como um dos sete inspectores da polícia política (os restantes eram Emílio Ferreira, Francisco Sales Velez, Carlos Martins Ruas, Samuel Carlos de Oliveira, António Diogo Alves e Acindino Cardoso Gama) em funções a 1 de Agosto de 1937 e remunerados com 1500 escudos mensais. Roquete e outros funcionários da PVDE contribuíram para a subscrição que financiou a compra de um cinzeiro e um “tinteiro em prata estilo D. João V” oferecidos a Agostinho Lourenço numa comemoração do sexto aniversário da nomeação do capitão como director da PIP<sup>916</sup>. Nos meses seguintes, Roquete prosseguiu as aulas e o trabalho na sede, interrompidos por várias diligências, como a que realizou num período excepcionalmente longo entre 30 de Setembro e 6 de Outubro<sup>917</sup>.

Outra das tarefas atribuídas a António Roquete foi a participação nos júris dos concursos para novos agentes de 3.<sup>a</sup> classe da PVDE. Roquete, Paulo Cumano e Gaspar de Oliveira avaliaram os cinco agentes de 3.<sup>a</sup> classe provisórios que compareceram em 27 de Dezembro de 1937 na sede da polícia política com vista a realizar provas práticas no âmbito do concurso para agentes definitivos da mesma categoria. Entre os candidatos que obtiveram nota positiva no teste e a consequente promoção (um dos avaliados, Valdemar Luís da Silva, foi reprovado e continuou como agente provisório), Armando Francisco Borba da Gama Ochoa, sobrinho do ministro de Portugal em Paris, alcançou a melhor média (11,1 valores), de acordo com uma ficha assinada pelo inspector Roquete. Tal como os restantes candidatos, Gama Ochoa redigiu um relatório, fez uma prova oral e respondeu às quatro perguntas do enunciado do teste escrito, que consistiam em

---

<sup>915</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 123-128; BNP, Esp. A/6409.

<sup>916</sup> BNP, Esp. A/6409.

<sup>917</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 280, 07-10-1937.

situações imaginárias relativas a temas como entrada e saída de estrangeiros, admissão ilegal de funcionários estrangeiros por empresas portuguesas ou introdução no país de publicações proibidas. Colocado no posto de Vilar Formoso antes da promoção, Gama Ochoa seria transferido em 1938 para Valença e Porto<sup>918</sup>.

Após um ano e meio na Rua António Maria Cardoso, Roquete voltou a prestar serviço na Delegação do Porto, onde se apresentou a 3 de Julho de 1938 e ficou sob as ordens do director delegado, o tenente Adelino Soares, e do seu adjunto, o tenente Luciano Roma Torres<sup>919</sup>. Dentro do organismo portuense, o inspector ficou responsável pela Repartição de Vistos, função na qual leu em 30 de Julho um ofício do Posto de Identificação do Porto comunicando que as requisições de fotografias pela PVDE deveriam passar a ser feitas directamente ao Arquivo Geral do Registo Criminal e Policial, em Lisboa. A 7 de Outubro do mesmo ano, o chefe dos “Serviços dos Correios da Cidade do Porto”, Alberto Pontes, enviou a Adelino Soares uma carta destinada a Tânger e interceptada para fins de censura, “de harmonia com o pedido feito pelo Exmo. Sr. Inspector da Polícia Internacional António Roquete”. Depois de lida pelos polícias, a correspondência apreendida seria devolvida a Pontes ou a outros responsáveis dos Correios, de modo a seguir rumo ao seu destino original<sup>920</sup>.

Beneficiário de uma semana de licença entre 2 e 10 de Março de 1938<sup>921</sup>, Roquete pediria em Setembro mais oito dias livres, iniciados a 3 de Outubro, para se deslocar a Cerdal. Consultado por Lisboa, Luciano Roma Torres produziu uma informação favorável ao requerimento do casapiano, um funcionário “merecedor” do período de dispensa, que lhe foi concedido<sup>922</sup>. No entanto, o excepcional volume de trabalho da delegação não permitiria a Roquete começar a licença na data pretendida, tendo de esperar até 7 de Novembro para deixar o serviço<sup>923</sup>. O *Notícias de Valença* registou, além desta vinda do inspector ao concelho minhoto, outras duas deslocações, de duração incerta, realizadas por António à Quinta da Lage em Janeiro e Fevereiro de 1939, sempre com o objectivo de visitar “a sua virtuosa esposa e interessante filhinha”<sup>924</sup>. De facto, tudo leva a crer que no final da década de 30 Maria e Olga residiam

---

<sup>918</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 1793, NT 151, fls. 424, 442 e 457-465.

<sup>919</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 178, 27-06-1938; OS n.º 186, 05-07-1938.

<sup>920</sup> BNP, Esp. A/6409.

<sup>921</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 60, 01-03-1938; OS n.º 69, 10-03-1938.

<sup>922</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 119.

<sup>923</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 285, 12-10-1938; OS n.º 314, 10-11-1938.

<sup>924</sup> *Notícias de Valença*, 24-11-1938, 05-01-1939 e 16-02-1939.

habitualmente na propriedade rural da família, enquanto Roquete permanecia no Porto ou em Lisboa. Por essa altura, verificou-se um aparente esforço de pacificação entre os apoiantes do Estado Novo em Valença, localidade que deveria “ser, como outrora, uma terra de familiar convívio, sem ódios e sem malquerenças”<sup>925</sup>. Após a morte, a 30 de Julho de 1939, de Manuel Gomes (comandante de batalhão da Legião Portuguesa), que implicou o fim do jornal dirigido por este<sup>926</sup>, a família de António da Costa Bacelar foi por várias vezes referida em *O Minhoto*, a propósito de eventos como as férias dos Bacelar na estância turística local do Faro ou a realização na Quinta da Lage de uma “muito concorrida” festa em honra de Nossa Senhora da Ajuda<sup>927</sup>.

Num requerimento de 13 de Janeiro de 1939, dirigido a Agostinho Lourenço e enviado para Lisboa pelo novo director da Delegação do Porto, o tenente Manuel Magro Romão, o inspector Roquete pediu que a polícia política lhe fornecesse os 3,25 metros de fazenda necessários à confecção de um novo fardamento de Inverno. Roquete tinha recebido “fardamento azul” em 9 de Junho de 1937, pelo que Lourenço perguntou aos serviços da PVDE qual era o período de duração fixado para cada uniforme. A resposta (dois anos) levou a que o pedido do ribatejano fosse indeferido, pelo menos até 9 de Junho de 1939<sup>928</sup>. Refira-se que, embora disponibilizasse aos agentes da Secção Internacional a possibilidade de pedirem ao Conselho Administrativo da corporação o tecido destinado à roupa de trabalho ou comprarem-no noutro lado, a direcção da PVDE regulava por um padrão único as peças de vestuário utilizadas pelos funcionários em serviço, como os sobretudos<sup>929</sup>.

No seu relatório de Julho de 1939, escrito pouco depois da vitória nacionalista na guerra civil espanhola, dirigido a Mário Pais de Sousa e publicado em livro, Agostinho Lourenço fez um balanço positivo de oito anos como dirigente policial, realçando a acção disciplinadora que exercera perante a situação caótica verificada na PIP em 1931. Embora destaque os êxitos recentes da PVDE no combate ao PCP e aos anarquistas, alvos de uma forte “ofensiva” realizada entre 1937 e 1938, o documento centra-se sobretudo nas questões relativas à emigração, aos estrangeiros e à circulação nas fronteiras portuguesas. Enquanto em Janeiro de 1933 Portugal era

---

<sup>925</sup> *O Minhoto*, 30-11-1938.

<sup>926</sup> *Ibidem*, 06-08-1939.

<sup>927</sup> *Ibidem*, 27-08-1939 e 17-09-1939.

<sup>928</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 114-116.

<sup>929</sup> BNP, Esp. A/6409.

um “coito de indesejáveis de todos os países”, sobretudo criminosos de delito comum, a organização dos ficheiros policiais e a melhor formação e disciplina dos agentes permitira um reforço do controlo dos estrangeiros e o aumento do número de expulsões e extradições destes, entre os quais se encontravam revolucionários em fuga de Franco<sup>930</sup>. Recentemente, a força comandada por Lourenço beneficiara de inovações como a criação dos cursos para agentes, a entrada em funcionamento dos Serviços de Informação e Ligação, a concessão de assistência médica gratuita aos funcionários e às suas famílias ou uma maior utilização das comunicações por rádio<sup>931</sup>.

A imagem de eficácia utilizada pela PVDE para se auto-promover ocultava, contudo, realidades mais sombrias, desde logo a prática frequente de torturas durante os interrogatórios a presos políticos, denunciada na imprensa clandestina da Oposição. Na década de 30, as formas de tortura utilizadas pelos subordinados de Lourenço consistiam sobretudo em “espancamentos violentos e selváticos” (como os testemunhos sobre a acção de Roquete junto dos prisioneiros dão a entender), juntamente com o recurso a choques eléctricos e queimaduras<sup>932</sup>. Além dos presos e das suas famílias, também outras entidades oficiais do Estado Novo, como os governadores civis, apresentavam ao MI queixas contra a PVDE, neste caso relativas ao amadorismo e incompetência dos agentes da polícia política<sup>933</sup>. A investigação do atentado falhado contra Salazar ocorrido em Lisboa a 4 de Julho de 1937 representou para Lourenço e Catela, depois do reconhecimento público expresso num telefonema de Carmona ao primeiro a propósito da captura dos supostos responsáveis pela tentativa de assassinato<sup>934</sup>, uma humilhação quando se tornou clara a inocência dos indivíduos detidos e torturados pela PVDE. A pedido de Salazar, deslocou-se a Portugal entre 1937 e 1940 uma missão da polícia italiana, liderada por Leone Santoro, autor de relatórios nos quais são denunciados defeitos da actuação dos seus colegas portugueses como a escassa vigilância exercida sobre os estrangeiros residentes no país, as lacunas da informação disponível nos arquivos policiais ou a má preparação dos funcionários. As críticas italianas ao trabalho da PVDE terão deixado Lourenço furioso e levado o oficial a apresentar o seu pedido de demissão, retirado após uma manifestação de apoio por parte de

---

<sup>930</sup> *Polícia de Vigilância...*, pp. 5-10.

<sup>931</sup> *Ibidem*, pp. 12-13.

<sup>932</sup> Ribeiro, *ob.cit.*, pp. 234-235.

<sup>933</sup> *Ibidem*, pp. 135-136.

<sup>934</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 236, 24-08-1937.

Salazar<sup>935</sup>. O relatório publicado de Julho de 1939 seria uma forma de responder às acusações, embora Lourenço deixasse implícito o estado rudimentar do qual a PVDE partira e que ainda não tinha sido totalmente ultrapassado.

Após encerrar em 1935-36 a sua experiência como praticante federado de futebol e natação, o inspector de fronteira António Roquete, um dos funcionários mais antigos entre as 348 pessoas que trabalhavam na PVDE em Janeiro de 1938<sup>936</sup>, dedicou-se apenas às tarefas policiais e especializou-se nos procedimentos relativos ao controlo de estrangeiros e fronteiras, o que não o impedia de participar em investigações de natureza declaradamente política. Roquete assumiu-se como um dos elementos de maior destaque no interior da corporação, ao gozar de um estatuto que lhe permitia vigiar, ensinar ou avaliar os funcionários hierarquicamente inferiores, e manteve a confiança dos dirigentes da PVDE, apesar dos processos judiciais em que se viu envolvido. O desportista admirado pelos seguidores do futebol tornara-se um membro do sistema de justiça política do Estado Novo, expondo-se ao apreço dos apoiantes do regime (com excepções, como o grupo em torno de Pinto da Mota) e ao ódio e temor dos anti-salazaristas.

### 2.3.3. Dois casapianos em lados opostos

António Roquete tomou “inteiro conhecimento” em 2 de Maio de 1939 de uma ordem do dia anterior enviada pela direcção da PVDE a Manuel Magro Romão, segundo a qual o casapiano deveria apresentar-se em Lisboa a 8 desse mês, para “tratar de assuntos de serviço”. O tenente Romão comunicaria na data prevista a guia de marcha recebida por Roquete para se deslocar à sede da força policial<sup>937</sup>. A razão da vinda do inspector à capital prendia-se com uma missão especial: Roquete iria comandar uma brigada, composta igualmente pelos agentes Manuel Lopes Nogueira Branco, Luís Augusto Venâncio e José Alvo Balsemão Canhoto, que partiria em 13 de Maio, no navio *João Belo*, para Moçambique<sup>938</sup>. A viagem de serviço dos funcionários policiais à colónia africana implicava uma ausência de vários meses da Metrópole,

---

<sup>935</sup> Ribeiro, ob.cit., pp. 150-158.

<sup>936</sup> ANTT, PIDE/DGS, suplemento à OS n.º 14, 14-01-1938.

<sup>937</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 17-18.

<sup>938</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 135, 15-05-1939.

durante a qual, como Roquete pediu na véspera do embarque, o salário do ex-futebolista foi entregue a Maria Bacelar, então em Valença<sup>939</sup>.

A deslocação de uma brigada da PVDE a Moçambique encontrava-se relacionada com a iminente visita às colónias portuguesas do Presidente da República, cuja viagem começaria em 17 de Junho, estando prevista para 17 de Julho, depois de passagens por Cabo Verde e S. Tomé e Príncipe, a chegada de Óscar Carmona à cidade de Lourenço Marques. Um ano antes, Carmona visitara S. Tomé e Angola, acompanhado por uma brigada da polícia política formada por quatro agentes, Júlio de Almeida (chefe do grupo) e três antigos subordinados de Roquete, Rui Varela de Oliveira Soares, José Sequeira da Costa e Francisco José Fernandes. Aquando do regresso de Carmona a Lisboa, em 30 de Agosto de 1938, os elementos da PVDE dirigiram-se à Rua António Maria Cardoso e foram repreendidos por não se apresentarem directamente a Agostinho Lourenço, que anulava a repreensão depois de ler os elogios de entidades oficiais angolanas ao trabalho dos agentes durante a visita presidencial<sup>940</sup>.

Ao contrário do que sucedera na anterior viagem de Carmona, a brigada enviada por Lourenço em 1939 chegaria ao destino do chefe de Estado semanas antes deste. A alteração dever-se-ia à necessidade de preparar antecipadamente o programa da visita, com vista não só à protecção pessoal do PR mas também à neutralização de eventuais focos de contestação por parte dos adversários do Estado Novo residentes em Moçambique, colónia para onde a Ditadura Militar deportara vários opositores. Durante a segunda metade da década de 30, o ambiente político em Lourenço Marques, cidade sem a presença da PVDE, era mais liberal que o da Metrópole, sendo inclusivamente permitida a venda de livros marxistas, de acordo com um depoimento posterior do ferroviário Cassiano de Carvalho Caldas, residente em Moçambique desde 1935<sup>941</sup>.

O *João Belo* aportou em 13 de Junho a Lourenço Marques, cuja imprensa assinalou a vinda do “internacional olímpico” António Roquete<sup>942</sup>. Cerca de duas semanas depois de chegar a Lourenço Marques, onde se instalou no Hotel Europa, Roquete concedeu uma entrevista a José Mendonça, do jornal desportivo moçambicano *Eco dos Sports*. Numa conversa realizada no café

---

<sup>939</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 112.

<sup>940</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 186, 05-07-1938; OS n.º 243, 31-08-1938; OS n.º 283, 20-20-1938.

<sup>941</sup> Mateus, Dalila Cabrita, *Memórias do Colonialismo e da Guerra*, Porto, Asa, 2006, pp. 229-231.

<sup>942</sup> *Notícias*, 14-06-1939 e 15-06-1939.

*Rialto*, Roquete falou sobre o seu percurso desportivo entre os anos passados nos Jerónimos e a prematura retirada, que assegurou ser definitiva, e considerou verificar-se desde os Jogos Olímpicos de 1928 uma fase de estagnação no futebol português. Em Lourenço Marques, uma “cidade interessantíssima” que agradava a Roquete, o antigo desportista assistira a duas partidas de futebol disputadas por equipas locais, entre as quais se destacava a filial do Sporting, o Sporting Clube de Lourenço Marques. Um dos dirigentes do SCLM, o tenente Alfredo da Silva Pereira<sup>943</sup> (comissário adjunto da polícia laurentina), acompanhara Roquete numa visita deste às instalações da colectividade. Presente em Moçambique por “motivos profissionais”, António deveria permanecer na colónia durante cerca de dois meses<sup>944</sup>. A 2 de Julho, o ex-futebolista participou no almoço anual organizado pelo Núcleo Casapiano de Moçambique (fundado em 1934) para celebrar os aniversários da CPL e do CPAC. Cerca de 30 antigos alunos da Casa Pia reuniram-se então sob a presidência do médico Eurico de Gouveia Pinto<sup>945</sup>, a quem Roquete ofereceu, em nome dos restantes convivas, uma fotografia do primeiro almoço do Núcleo<sup>946</sup>.

Acolhido com uma recepção vistosa em Lourenço Marques, Carmona passaria também pela Beira e por outras regiões de Moçambique antes de partir de comboio para Pretória, na África do Sul, em 13 de Agosto. A 20 desse mês, o general deixou a Cidade do Cabo rumo a Luanda, de onde o paquete *Colonial* iniciou o regresso da comitiva presidencial a Lisboa, atingida em 12 de Setembro, data na qual Roquete, Nogueira Branco, Venâncio e Balsemão se apresentaram na sede da PVDE<sup>947</sup>. O inspector e os três agentes voltavam a uma Europa em ebulição, desde que a 1 de Setembro a invasão da Polónia pela Alemanha motivara as declarações de guerra apresentadas por França e Reino Unido ao III Reich. 21 anos depois do termo do período bélico que marcara a infância de Roquete, tinha início a II Guerra Mundial, na qual Salazar proclamou a neutralidade portuguesa. Entretanto, a missão da brigada em Moçambique foi considerada um sucesso, realçado por um ofício do Corpo de Polícia Civil de Lourenço Marques a Lourenço que elogiou a “maneira absolutamente correcta e disciplinada”

---

<sup>943</sup> Alfredo Ângelo Salgueiro da Silva Pereira (1896-?), tenente de infantaria natural de Valença, foi comissário da polícia de Lourenço Marques e comandante adjunto do Corpo de Polícia de Moçambique. Presidiu ao Sporting de Lourenço Marques e à Associação dos Velhos Colonos.

<sup>944</sup> *Eco dos Sports*, 17-07-1939.

<sup>945</sup> Eurico de Gouveia Pinto (1894-1975), aluno da Casa Pia de Lisboa e do Liceu Pedro Nunes, licenciou-se em Medicina. Radicado em Moçambique, chefiou os Serviços Cirúrgicos do Hospital Miguel Bombarda (Lourenço Marques).

<sup>946</sup> *Notícias*, 04-07-1939.

<sup>947</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 256, 13-09-1939.

como os funcionários da PVDE tinham trabalhado, “revelando qualidades que os impuseram à consideração de todos”<sup>948</sup>. Provavelmente como recompensa, Roquete foi transferido da Delegação do Porto para Lisboa e “dispensado do serviço de escala” dos funcionários superiores<sup>949</sup>.

O ofício da polícia laurentina referiu expressamente apenas Roquete, Venâncio e Nogueira Branco, ignorando o agente de 2.<sup>a</sup> classe José Alvo Balsemão Canhoto, suspenso de exercício e vencimentos apenas quatro dias depois de voltar a Lisboa<sup>950</sup>. Tal como Roquete, Balsemão (um antigo actor nascido em Lourenço Marques no ano de 1903) vinha dos tempos da PIP, na qual ingressara em 1932<sup>951</sup>, e passara por postos como Valença, onde fora punido com 5 dias de suspensão em Abril de 1933 por ter permitido que indivíduos indocumentados passassem a fronteira e pudessem assim chegar clandestinamente a França<sup>952</sup>. No ano seguinte, quando se encontrava colocado no posto de Peso, Balsemão casou com Maria Cândida Lopes Barros, telefonista da estação de Valença dos CTT<sup>953</sup>. *O Minhoto* acompanhou a vida familiar e profissional do “nosso amigo” Balsemão nos anos seguintes, durante os quais o agente da PVDE assumiu a chefia dos postos de Vila Nova da Cerveira, Moura e Barca de Alva<sup>954</sup>. Quando foi incluído na brigada liderada por Roquete, Balsemão prestava serviço na sede do organismo policial<sup>955</sup>.

O processo disciplinar instaurado a José Alvo Balsemão Canhoto teve origem numa participação do capitão João Amado de Vasconcelos, que, na qualidade de dirigente da PVDE, acompanhara Carmona a África. Amado revelou em 14 de Setembro a Agostinho Lourenço ter sido informado, em Lourenço Marques, pelo inspector Roquete de que Balsemão difamava o casapiano, ao dizer a terceiros que Roquete maltratava os seus subordinados, agredia “desalmadamente” os presos e nada entendia “de assuntos sobre estrangeiros”. Um agente do Corpo de Polícia de Lourenço Marques tinha divulgado o facto ao inspector da PVDE. Amado dirigiu-se ao comissário da força policial local, o capitão João Tomaz Gonçalves, que lhe

---

<sup>948</sup> Ibidem, OS n.º 304, 31-10-1939.

<sup>949</sup> Ibidem, OS n.º 269, 26-09-1939.

<sup>950</sup> Ibidem, OS n.º 259, 16-09-1939; OS n.º 304, 31-10-1939.

<sup>951</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 1160, NT 99, fl. 7.

<sup>952</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 109, 19-04-1933.

<sup>953</sup> *O Minhoto*, 15-09-1934; *Notícias de Valença*, 13-09-1934.

<sup>954</sup> *O Minhoto*, 31-08-1935 e 15-10-1936.

<sup>955</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 229, 17-08-1938.

assegurou confiar no guarda em causa e afirmou ter ele próprio ouvido Balsemão dizer mal de Roquete. Nomeado por Lourenço para averiguar o caso, o capitão Porfírio Hipólito Azevedo da Fonseca, natural de Valença e outro dos oficiais da polícia política, confrontou Balsemão com as acusações, desmentidas pelo agente. Este lamentou-se por a situação não ter sido esclarecida em Moçambique, tornando-se difícil promover uma acareação com o guarda Abel Marques Ferreira, responsável pela denúncia. De acordo com Balsemão, Roquete comunicara em Lourenço Marques aos seus subordinados, pouco depois da chegada de Carmona, “que tinha havido inconfidência e que em Lisboa se trataria desse assunto”, sem adiantar mais pormenores. Num relatório de 15 de Setembro, Hipólito da Fonseca considerou que Balsemão pretendia colocar Roquete “numa situação deprimente e de inferioridade”. Ao acreditar na palavra de João Tomaz Gonçalves, Hipólito avaliou as acusações como verdadeiras, pelo que Balsemão foi suspenso durante a elaboração do auto disciplinar<sup>956</sup>.

Contactado pela PVDE por intermédio do Ministério das Colónias, João Tomaz Gonçalves interrogou Abel Marques Ferreira a 29 de Setembro. Abel relembrou um serviço feito juntamente com Balsemão no qual este lhe falara da impopularidade de António Roquete em Lourenço Marques, provocada pelo facto de vários habitantes da cidade conhecerem os actos praticados pelo inspector no Porto e em Valença (“ele tratava os presos políticos barbaramente”) e o castigo aplicado ao ribatejano pelo Ministério do Interior. Ao criticar Roquete, o ex-actor pretendia garantir que, na eventualidade de um dos dois ser nomeado para exercer funções policiais em Moçambique, seria Balsemão e não o casapiano a permanecer na colónia. Por seu turno, Gonçalves assinou uma declaração confirmando o diálogo tido com João Amado de Vasconcelos, a quem declarou já saber “que o Balsemão, sempre que para isso tinha oportunidade, dizia mal do Inspector Roquete, pretendendo até intrigar-me com ele”. Aquando dos cumprimentos de despedida apresentados pela brigada da PVDE a João Tomaz Gonçalves antes de regressar à Metrópole, Balsemão pediu ao comissário, em conversa particular, para ser colocado na “Polícia Internacional” a criar em Lourenço Marques. Gonçalves remeteu uma eventual decisão a esse respeito para o ministro das Colónias e recusou ouvir as afirmações de “um intriguista e incorrigível maldizente”<sup>957</sup>.

---

<sup>956</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 1160, NT 99, fls. 9-12.

<sup>957</sup> *Ibidem*, fls. 19-23.

Em Lisboa, após receber uma nota de culpa, Balsemão indicou como testemunhas de defesa Luís Venâncio e Manuel Nogueira Branco, os quais declararam nada saber acerca dos factos imputados ao colega. No seu relatório final de 18 de Dezembro, Hipólito da Fonseca concluiu pela veracidade das acusações feitas a José Alvo Balsemão Canhoto, expulso da PVDE, quatro dias depois, pelo Conselho Disciplinar<sup>958</sup>. A punição imposta a Balsemão foi justificada pelo facto do agente se ter referido “desprimorosa e injustamente” ao inspector sob cujas ordens se encontrava, “atingindo por esse modo o bom nome desta Polícia”<sup>959</sup>. Balsemão pediria em Julho de 1945 para reingressar na polícia política, sem sucesso<sup>960</sup>. Quanto a Abel Marques Ferreira, continuaria a trabalhar na polícia de Lourenço Marques até morrer num acidente de viação em Outubro de 1949. O funeral do guarda Ferreira, sócio e tesoureiro do Núcleo Casapiano de Moçambique, contou com a presença de Roquete<sup>961</sup>.

A data de 11 de Novembro de 1939 acompanha a assinatura de Roquete na capa de uma compilação encadernada de documentação relativa à PIP e à PVDE. Reunido e organizado de forma cronológica pelo salvaterrense entre 1932 e 1938, o espólio (actualmente à guarda da Biblioteca Nacional de Portugal, situada em Lisboa) inclui sobretudo cópias de circulares enviadas por Lourenço, Catela e outros dirigentes da polícia aos funcionários e a responsáveis oficiais como governadores civis e administradores de concelho, além de modelos de impressos, recortes de jornais ou apontamentos manuscritos de Roquete acerca do conteúdo e esquema da informação a remeter pelos postos à sede da corporação. A compilação visaria sobretudo auxiliar Roquete no seu trabalho, ao permitir-lhe ter disponíveis documentos orientadores como a já referida circular de 1934 sobre organização de processos<sup>962</sup>. Pouco depois da conclusão deste espólio, em 20 de Janeiro de 1940, nasceu o segundo filho de António Roquete, Fernando António Bacelar Roquete<sup>963</sup>. Acerca dos primeiros anos de vida de Fernando, apenas sabemos que terá adoecido em Agosto de 1942, quando o pai requereu e obteve sete dias de licença para acompanhar a criança à Quinta da Lage<sup>964</sup>.

---

<sup>958</sup> *Ibidem*, fls. 25-31.

<sup>959</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 362, 28-12-1939.

<sup>960</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 1160, NT 99, fl. 238.

<sup>961</sup> *Manifesto*, 28-10-1949 e 04-11-1949; *Notícias*, 22-10-1949 e 23-10-1949.

<sup>962</sup> BNP, Esp. A/6409.

<sup>963</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 19.

<sup>964</sup> *Ibidem*, fl. 87.

No âmbito da actualização dos registos biográficos dos funcionários da PVDE, o inspector Roquete preencheu em 15 de Dezembro de 1939 um formulário no qual referiu possuir “conhecimentos ligeiros de francês e inglês” e ter sido “empregado de escritório” antes de assumir funções policiais. Roquete forneceria também os dados do seu novo bilhete de identidade, emitido em Lisboa a 12 de Abril de 1940<sup>965</sup>. Em Janeiro deste ano, a PVDE contabilizou nos seus quadros um total de 388 pessoas, às quais foram atribuídos novos números de ordem e matrícula de acordo com a sua antiguidade na função pública. Roquete passou a ser o n.º 19/58, pelo que existiam então na PVDE 57 indivíduos a trabalhar para o Estado, sem interrupções, desde antes de 30 de Março de 1931 (o mais antigo, Bernardo Bértolo, era funcionário público desde 1897). A grande maioria do pessoal, contudo, tinha sido admitida depois da chegada de Agostinho Lourenço à direcção da PIP<sup>966</sup>. A lista de trabalhadores da PVDE sofreria alterações devido à morte de elementos como o chefe do posto de Bragança, José Sequeira da Costa, assassinado em Vinhais na madrugada de 12 de Agosto de 1940, ou o inspector Emílio Ferreira, falecido aos 62 anos, de causas naturais, em 23 de Janeiro de 1941, no Funchal, onde liderava a delegação (criada em 1937) do organismo policial<sup>967</sup>.

Notificado para comparecer na sede da PIC de Lisboa a 19 de Agosto de 1940, juntamente com o motociclista da PVDE Albertino António da Velha, Roquete teria que assistir, em 10 de Setembro, à reconstituição de um acidente de viação ocorrido no Cais do Sodré a 14 de Agosto, durante a qual Velha deveria conduzir a motocicleta de matrícula LI 24-14, presumivelmente a mesma que estivera envolvida no desastre<sup>968</sup>. Em 21 de Abril de 1941, Roquete e o motorista policial João Baptista Gonçalves de Miranda prestaram depoimentos no 1.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa, num julgamento onde Albertino António da Velha seria o réu<sup>969</sup>. Noutras deslocações a tribunais, o inspector compareceu sempre na condição de testemunha, excepto quando se dirigiu em 30 de Outubro de 1940 ao 9.º Juízo Criminal de Lisboa “afim de ser examinado (*sic*)”, enquanto outros membros da PVDE deporiam no mesmo julgamento<sup>970</sup>.

---

<sup>965</sup> Ibidem, fls. 107-109.

<sup>966</sup> ANTT, PIDE/DGS, suplemento à OS n.º 21, 21-01-1940.

<sup>967</sup> Ibidem, OS n.º 225, 12-08-1940; OS n.º 23, 23-01-1941; ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 1310, NT 109, fls. 1 e 5-7.

<sup>968</sup> Ibidem, OS n.º 230, 17-08-1940; OS n.º 251, 07-09-1940; ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 105-106.

<sup>969</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 109, 19-04-1941.

<sup>970</sup> Ibidem, OS n.º 303, 29-10-1940.

Enquanto Roquete prosseguia a sua actividade policial, os meios futebolísticos não esqueciam os feitos do antigo guarda-redes casapiano. Por iniciativa de *Os Sports*, Ribeiro dos Reis conduziu em meados de 1940 um inquérito dirigido a personalidades do futebol luso como árbitros, dirigentes e jornalistas, a quem foi pedido que escolhessem os onze melhores futebolistas portugueses de sempre, distribuídos pelas diferentes posições no campo. Das 45 respostas enviadas por carta, 34 (entre elas as de Ricardo Ornelas e Cândido de Oliveira) indicaram Roquete como o guarda-redes do “onze ideal” português. O antigo dirigente da AFL Virgílio da Fonseca mencionou quer Roquete quer João Azevedo, guarda-redes do Sporting desde 1936 e que foi considerado por nove inquiridos o melhor de sempre na baliza, enquanto o voto restante destinou-se a Picão Caldeira, guarda-redes do CIF na década de 10. No conjunto dos jogadores referidos, Roquete foi o quinto mais votado, atrás de Jorge Vieira, Raul Figueiredo, Artur José Pereira e Pepe<sup>971</sup>. A equipa ideal do primeiro meio século de futebol em Portugal seria constituída por Roquete, António Pinho, Jorge Vieira, Raul Figueiredo, César de Matos, Artur José Pereira, António Stromp (ou Adolfo Mourão), Pepe, Vítor Silva, Pinga e Alberto Augusto. Os membros ainda vivos (Pepe e Stromp já tinham falecido) deste “onze” também foram inquiridos sobre as suas preferências. Dispensado de indicar alguém para a posição de guarda-redes, Roquete mencionou Pinho, Vieira, Figueiredo, Augusto Silva, César de Matos, Valdemar Mota, Pepe, Vítor Silva, Peyroteo e José Manuel Martins, todos contemporâneos do casapiano à excepção de Peyroteo, chegado ao Sporting em 1937. Os restantes ex-futebolistas dividiram-se entre Roquete, Azevedo e Francisco Vieira na escolha do guarda-redes<sup>972</sup>.

Se em 1940 a classificação de Roquete como o melhor guarda-redes português de sempre era praticamente consensual entre a crítica, João Azevedo afirmou-se progressivamente como um candidato a esse estatuto, tornando-se habituais as comparações entre o “ganso” e o “leão”. Abordado sobre o tema, Roquete elogiou Azevedo, “um rapaz simpático e que mereceu a minha admiração até porque a sua estatura não o favorecia muito”, mas, perante a comparação, afirmou que “Nos meus tempos não me trocava por Azevedo”<sup>973</sup>. Carlos Alves considerou o amigo superior ao sportinguista, sem “os reflexos de Roquete”<sup>974</sup>. Nas balizas do SCP e da selecção nacional (atingiu as 19 internacionalizações), Azevedo acabou por superar o prestígio do

---

<sup>971</sup> *Os Sports*, 12-06-1940, 17-06-1940, 21-06-1940 e 26-06-1940.

<sup>972</sup> *Ibidem*, 08-07-1940.

<sup>973</sup> *Eco dos Sports*, 17-07-1939; *Futebol*, Setembro de 1966.

<sup>974</sup> *Mundo Desportivo*, 31-08-1956.

ribatejano e tornar-se a opção mais comum para o “onze ideal” português<sup>975</sup>. A passagem do tempo e o surgimento de novos valores na posição de guarda-redes reduziram o destaque conferido a Roquete, embora os adeptos do CPAC e alguns dos seguidores mais idosos do futebol continuassem a considerá-lo o melhor de sempre.

Na PVDE, a formação e preparação dos agentes aperfeiçoaram-se com o desenvolvimento a partir de 1938 de um curso geral, dedicado aos procedimentos policiais básicos e a disciplinas culturais como História e Português, e de um curso especial mais pormenorizado ao nível do estudo de línguas estrangeiras, métodos de investigação, características do PCP e outros temas<sup>976</sup>. Roquete não é mencionado nas ordens de serviço da polícia como docente de nenhuma das novas cadeiras. No entanto, o salvaterrense continuou a integrar, juntamente com os adjuntos Paulo Cumano e António Castro e Silva, o júri dos exames de aptidão para agentes de 3.<sup>a</sup> classe definitivos da PVDE. Entre 1940 e 1942, foram aprovados nos exames agentes como Viriato Lusitano Mendes, Ernesto dos Santos Ferreira, Mário da Conceição Figueira e Vítor Madeira Ramos Júnior, que trabalhariam mais tarde sob as ordens de Roquete em Moçambique<sup>977</sup>. A composição do júri alterou-se em Novembro de 1941, através da substituição de Castro e Silva por João Amado de Vasconcelos<sup>978</sup>.

Numa afirmação de soberania, Salazar enviou contingentes militares para territórios portugueses ameaçados de ocupação pelas partes em confronto, como as colónias africanas e os Açores. Num dos embarques de tropas para o arquipélago atlântico, realizado a 20 de Junho de 1941, o brigadeiro Alfredo Ernesto da Cunha foi ao porto de Lisboa despedir-se do filho, um dos oficiais a rumar aos Açores no navio *Carvalho Araújo*. De acordo com a carta que escreveu a Agostinho Lourenço três dias mais tarde, o brigadeiro Cunha transpôs a ponte entre o cais e o navio para dar um último abraço ao filho, precisando mais tarde de sair da embarcação. Para tal, perguntou a um agente da PVDE ali em serviço, “que soube chamar-se Roquete”, se poderia sair e tornar a entrar no *Carvalho Araújo* e recebeu uma resposta positiva. Contudo, ao regressar, o brigadeiro viu-se impedido por Roquete de reentrar no navio, num gesto que Cunha classificou como “garotice de mau gosto” e “manifestação de falta de carácter”. Ouvido sobre o acontecimento, o ex-futebolista negou ter permitido a alguém (salvo aos oficiais passageiros) sair

---

<sup>975</sup> *O Norte Desportivo*, 18-07-1948.

<sup>976</sup> Ribeiro, ob.cit., pp. 139-142 e 287-288.

<sup>977</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 260, 16-09-1940; OS n.º 302, 29-10-1941; OS n.º 38, 07-02-1942.

<sup>978</sup> *Ibidem*, OS n.º 307, 03-11-1941.

e voltar a entrar na embarcação antes da partida, uma vez que as instruções do Ministério da Guerra proibiam as entradas a bordo. Alfredo Ernesto da Cunha introduzira-se sem problemas no navio devido a um erro do agente Rui Varela de Oliveira Soares, depois repreendido, situação que Roquete teria explicado a Cunha quando este tentou regressar à embarcação, altura em que o oficial se exaltara e dirigira insultos e ameaças ao inspector. Por fim, em 26 de Junho, Lourenço considerou, na sua resposta a Cunha, que este devia ter feito “confusão” sobre a alegada garantia de poder reentrar no navio, tanto mais que “o Inspector e não agente Roquete tem 12 anos (*sic*) de serviço, com exemplar comportamento e é conhecido como pessoa absolutamente correcta e respeitadora”<sup>979</sup>.

O episódio da queixa de Alfredo Ernesto da Cunha revela, além da habitual confiança de Lourenço em Roquete, que este trabalhava então nos Serviços Marítimos da PVDE, instalados no porto lisboeta, onde comandava vários agentes responsáveis pela vigilância dos navios de transporte de passageiros e pelo controlo das entradas em Portugal através da fronteira marítima. Em 23 de Julho de 1942, o secretário-geral da Cruz Vermelha Portuguesa, Afonso de Ornelas, oficiou a Lourenço para elogiar a “forma atenciosa” como Roquete e os funcionários às suas ordens tinham ajudado no dia 11 desse mês um funcionário e uma enfermeira da CVP, ali presentes devido à chegada no vapor *Quanza* de um passageiro cego de nacionalidade francesa, cujo desembarque fora facilitado pela PVDE<sup>980</sup>. No início de 1943, Agostinho Lourenço louvou o inspector Roquete, o 3.º oficial Emílio Schiappa Roby e o fiscal de 2.ª classe da Secção Internacional Ângelo Baptista Águas “pela forma inteligente e criteriosa como têm desempenhado os serviços que lhes estão atribuídos”<sup>981</sup>. O secretário-geral da CVP voltaria a expressar o reconhecimento da organização pela dedicação e disponibilidade reveladas por Roquete e pelo restante pessoal portuário da PVDE, quer em 17 de Abril de 1943, data do embarque no *Serpa Pinto* de 35 crianças afectadas pelo conflito mundial que tinham permanecido em Portugal sob responsabilidade da Cruz Vermelha, quer no dia seguinte, quando prisioneiros de guerra ingleses e italianos foram trocados em Lisboa<sup>982</sup>. Na chefia dos Serviços Marítimos, Roquete denunciou a Lourenço várias “faltas disciplinares” cometidas por funcionários da secção, mas também elogiou Ângelo Baptista Águas, um “modelo de virtudes

---

<sup>979</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 99-104.

<sup>980</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 208, 27-07-1942.

<sup>981</sup> *Ibidem*, OS n.º 15, 15-01-1943.

<sup>982</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 82-83.

profissionais”. Nascido em 1893, Águas combatera como sargento miliciano em França entre 1917 e 1918 e trabalhara desde 1920 na Inspeção-Geral dos Serviços de Emigração, donde transitou para a PVDE<sup>983</sup>.

Apesar da neutralidade portuguesa, verificou-se no país durante a II Guerra Mundial uma intensa actividade tanto do Eixo como dos Aliados ao nível da propaganda e da espionagem. Neste contexto, os beligerantes procuraram obter apoios junto dos funcionários públicos, divididos em anglófilos e germanófilos. A PVDE sofreu influências dos dois lados do conflito, com o Eixo a assumir de início algum predomínio entre as chefias da polícia política, apesar das dúvidas acerca do posicionamento de Agostinho Lourenço, sobre quem a documentação britânica e americana fornece informações contraditórias e que serviria de árbitro entre as facções internas da corporação<sup>984</sup>. Paulo Cumano, superior de Roquete no SFF, recebera antes da guerra formação policial na Alemanha e assumia-se claramente como apoiante do país liderado por Adolf Hitler. A germanofilia de Cumano e as ligações entre este e a embaixada alemã levariam à saída do oficial da PVDE em 1943, quando o curso da guerra se invertia a favor dos Aliados<sup>985</sup>. Além de Cumano, o organismo policial incluiria homens do lado do Eixo como Henrique Seixas, Sidónio Vilas Boas, Joaquim de Oliveira Monteiro, o tenente António Neves Graça ou Porfírio Hipólito da Fonseca, enquanto os britânicos podiam contar com José Catela, Manuel Magro Romão, Rui Pessoa de Amorim e outros dirigentes<sup>986</sup>.

Em 28 de Janeiro de 1942, o embaixador britânico em Lisboa, Ronald Hugh Campbell, enviou a Londres um memorando sobre a situação interna portuguesa, no qual enumerou vários elementos da PVDE, sobretudo oficiais e inspectores, considerados germanófilos. O inspector Roquete é descrito por Campbell, de forma lacónica, como pró-alemão (“Pro-German”<sup>987</sup>). Um documento com a data de 11 de Junho de 1943, da autoria do adido militar do Reino Unido em Portugal, baseia-se nos dados fornecidos por um informador local para retomar o tema da influência germânica na PVDE e revela que Roquete manifestava em público a sua admiração

---

<sup>983</sup> Ibidem, PI 3096, NT 242, fls. 6, 19, 133 e 139.

<sup>984</sup> Araújo, Rui, *O Império dos Espiões*, Alfragide, Oficina do Livro, 2010, pp. 60, 63-64 e 357; Ribeiro, ob.cit., pp. 120 e 180; Telo, António José, *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-1945)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1990, p. 175.

<sup>985</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 60, 01-03-1943; Araújo, ob.cit., pp. 48-49; Ribeiro, ob.cit., pp. 120 e 170.

<sup>986</sup> Araújo, ob.cit., pp. 47-54; Pimentel, Irene Flunser, *Espiões em Portugal Durante a II Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013, pp. 166-167; Ribeiro, ob.cit., p. 120.

<sup>987</sup> Araújo, ob.cit., pp. 49 e 51; Pimentel, ob.cit., p. 167.

pelos países do Eixo<sup>988</sup>. Não se conhece, por enquanto, evidência documental de que o ex-futebolista tenha ido além da simpatia e colaborado directamente com os alemães. Contudo, a germanofilia existente dentro da PVDE, sobretudo até 1942, e a facilidade com que a espionagem alemã obtinha apoios nas polícias portuguesas nessa fase<sup>989</sup> tornam a hipótese admissível.

Por seu turno, o Reino Unido actuava secretamente em Portugal através de serviços como o Special Operations Executive (SOE), criado em 1940 e cujo responsável em Lisboa era o major John Beevor. Beevor promoveria a resistência à eventual invasão alemã de Portugal através de uma rede secreta de agentes ingleses e portugueses (conhecida por “rede Shell”, devido à participação de funcionários dessa empresa) que levaria a cabo sabotagens e acções de guerrilha caso o exército de Hitler entrasse no país. Cândido de Oliveira foi um dos portugueses envolvidos na rede de contactos, comunicando com Beevor e utilizando nomes de código como “Pax” e “Menezes”. A iniciativa britânica seria revelada pelos alemães à polícia política espanhola, que por sua vez alertou a PVDE. No início de 1942, foram presos vários elementos da “rede Shell”, cujas denúncias conduziram os polícias até Cândido. Na madrugada de 1 de Março de 1942, o seleccionador nacional viu-se capturado na sua casa em Lisboa e levado para a prisão de Caxias. Nos dias seguintes, Cândido perdeu vários dentes ao ser brutalmente espancado pela PVDE. De imediato circulou por Lisboa um boato segundo o qual o inspector Roquete agredira o seu amigo e protector<sup>990</sup>.

Democrata e opositor do Estado Novo, Cândido de Oliveira tinha sido iniciado na Maçonaria em Dezembro de 1930, quando chefiava os serviços dos Correios e Telégrafos em Braga. Aceite na Loja “Luz e Liberdade”, sob o nome simbólico de “Sócrates”, o jornalista seria elevado aos graus de companheiro e mestre, antes da loja maçónica bracarense cessar a sua actividade em 1933<sup>991</sup>. A Maçonaria, tal como as restantes sociedades secretas, foi ilegalizada pela Lei n.º 1901, de 21 de Maio de 1935. A hostilidade de Cândido de Oliveira ao regime levou-o a encarar com desgosto a carreira policial seguida por Roquete, pelo que a amizade entre os dois terá esfriado, embora sem nunca se romper<sup>992</sup>. Os dois “gansos” mantinham-se em contacto,

---

<sup>988</sup> Araújo, ob.cit., p. 58.

<sup>989</sup> Telo, ob.cit., pp. 147-149.

<sup>990</sup> Araújo, ob.cit., p. 272; Serpa, ob.cit., p. 131.

<sup>991</sup> *Grémio Lusitano*, 1.º Semestre de 2011.

<sup>992</sup> Entrevista a Hélder Tavares, 25-10-2015.

como demonstra o facto de, no I Curso de Treinadores de Futebol, orientado em Agosto de 1940 por Cândido, Roquete ter sido um dos quatro jogadores (os outros foram Mourão, Bernardo e Gustavo Teixeira) de “técnica perfeita” utilizados em demonstrações<sup>993</sup>.

Nenhum documento conhecido prova uma eventual intervenção de Roquete na prisão de Cândido de Oliveira. A investigação do caso da “rede Shell” esteve a cargo de um dos adjuntos da PVDE, o capitão Gaspar de Oliveira, de Joaquim de Oliveira Monteiro, chefe dos Serviços de Investigação e Contencioso, e do agente António Lopes, presentes nos interrogatórios de Cândido e de Henry Cecil Brown, um dos ingleses ligados ao SOE<sup>994</sup>. Uma sobrinha de Cândido de Oliveira, Maria Claudina Guerreiro Nunes, abordaria mais tarde a relação entre os dois casapianos: “O meu tio gostava muito do Roquette (*sic*), que era um rapaz muito pobre, mas também um guarda-redes muito bom. Protegeu-o muito, garantiu-lhe refeições, ajudou-o a vestir-se, enfim, era um protegido privilegiado que, no entanto, não se portou bem quando o Cândido foi preso. Talvez não tenha feito tudo o que poderia para o proteger e defender na prisão, embora reconhecamos que não era fácil fazê-lo. Mas bater-lhe não lhe bateu. Sabemos que, posteriormente, Roquette tentou uma aproximação, mas o meu tio recusou”<sup>995</sup>. Outra das sobrinhas do treinador, Maria Cândida Porto, responsabilizou “um capitão” pelas agressões cometidas contra o tio em Março de 1942<sup>996</sup>. O próprio Cândido terá desmentido, ainda na cadeia, o boato sobre o pupilo, ao receber as visitas do “ganso” José do Carmo (futuro treinador do Casa Pia), a quem afirmou considerar Roquete “um bom amigo de todos os casapianos” que, “embora nada pudesse fazer” quando a PVDE os prendia, procurava atenuar as dificuldades dos antigos alunos da CPL<sup>997</sup>. No entanto, o rumor acerca da suposta traição e agressão de António a Cândido acompanhou Roquete durante muito tempo e motivou no antigo guarda-redes a preocupação de o dissipar. Entretanto, Cândido de Oliveira, demitido do seu cargo público, embarcou sob prisão para Cabo Verde e permaneceu no campo do Tarrafal até finais de 1943. Regressado a Lisboa, o seleccionador transitou entre o Hospital Júlio de Matos e as prisões de Caxias e do Aljube até lhe ser concedida a liberdade condicional, em Maio de 1944<sup>998</sup>.

---

<sup>993</sup> Camilo, ob.cit., p. 223; Tavares, ob.cit., p. 39.

<sup>994</sup> Araújo, ob.cit., pp. 223-224; Serpa, ob.cit., pp. 116 e 121.

<sup>995</sup> Simões, António, Serpa, Homero, *100 Figuras do Futebol Português*, Lisboa, A Bola, 1996, p. 5.

<sup>996</sup> Serpa, ob.cit., pp. 131-132.

<sup>997</sup> *Record*, 24-01-1988.

<sup>998</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 9, 09-01-1944; Serrado, Serra, ob.cit., pp. 237-238.

Após uma missão em Moçambique que lhe abriu novas perspectivas profissionais, António Roquete permaneceu em Lisboa, exceptuando as viagens por motivos familiares a Valença. Durante os primeiros anos da II Guerra Mundial, o inspector terá encarado favoravelmente as vitórias militares da Alemanha nazi e integrado a tendência germanófila no interior da PVDE. Entretanto, a memória dos ainda recentes feitos desportivos de Roquete e o seu presente como funcionário da polícia política conviviam e entrecruzavam-se. O rumor que associou o ribatejano à prisão e espancamento de Cândido de Oliveira terá sido simultaneamente causa e consequência da impopularidade ligada ao papel repressivo desempenhado pelo ex-futebolista.

#### 2.3.4. O assassinato de António Ferreira Soares

O jornal clandestino do PCP, *Avante!*, noticiou em Agosto de 1942 uma vaga repressiva promovida pelo regime que incluiu prisões de republicanos e apoiantes dos Aliados como o “conhecido desportista Cândido de Oliveira”, espancado e deportado para o Tarrafal, “centenas” de detenções realizadas no Porto e o assassinato do médico António Ferreira Soares, abatido por seis polícias com tiros de pistola-metralhadora e levado já morto para a casa de saúde de Espinho, em frente da qual se teriam juntado centenas de pessoas num protesto contra o crime<sup>999</sup>. Os casos de Cândido e Ferreira Soares foram assim integrados, apesar das diferenças entre ambos, na mesma onda de violência desencadeada em 1942 por Salazar contra os seus adversários. Posteriormente, teriam igualmente em comum o facto de António Roquete ser referido como participante quer na detenção do antigo maçom quer na morte do militante comunista, ocorrida em 4 de Julho de 1942. No entanto, se os trabalhos jornalísticos e historiográficos sobre Cândido produzidos até hoje demonstraram, na sua maioria, a falta de provas da intervenção de Roquete nos factos que envolveram um dos seus mentores, o salvaterrense continua a ser designado como “o guarda-redes da Selecção que matou o médico do PCP”<sup>1000</sup>.

---

<sup>999</sup> *Avante!*, 1.ª Quinzena de Agosto de 1942.

<sup>1000</sup> *A Bola*, 01-07-2010.

António Carlos de Carvalho Ferreira Soares, nascido a 5 de Fevereiro de 1903 em Monserrate (Viana do Castelo), era filho do juiz e escritor António Ferreira Soares e da sua mulher Inês e irmão de Armando (já falecido em 1942), Fernando e Inês Ferreira Soares<sup>1001</sup>. Licenciado em Medicina, António Carlos integrava em 1937 o Comité Regional do Douro do PCP. Condenado à revelia a quatro anos de prisão e procurado pela PVDE, o “Dr. Prata”, como era conhecido, vivia numa situação de semi-clandestinidade, protegido pela população rural do concelho de Santa Maria da Feira, a quem prestava consultas médicas gratuitas numa casa pertencente aos Ferreira Soares e situada em Nogueira da Regedoura. Em cartas a Luís da Câmara Reis, antigo professor da CPL e director da revista *Seara Nova*, na qual António Carlos colaborou, o médico relatou um quotidiano campestre e pacífico interrompido por vezes pela perseguição policial<sup>1002</sup>.

Desconhecedora do paradeiro exacto de Ferreira Soares, a Delegação do Porto da PVDE fez no primeiro semestre de 1942 avanços nas investigações sobre a actividade comunista no Norte do país, através do desmantelamento de um grupo angariador de fundos para o SVI, ligado ao PCP através de Manuel André Fernandes Fontainhas (preso entre 1938 e 1940), responsável pela impressão e distribuição de propaganda. Manuel Fontainhas foi detido em 17 de Junho de 1942, tendo-se evadido com outros sete reclusos das instalações da polícia política em 28 de Outubro desse ano. Recapturado a 17 de Maio de 1944 na freguesia de Vila Seca (Barcelos), numa operação em que ficou ferido numa perna, Fontainhas seria libertado do Forte de Peniche em Janeiro de 1946, sem cumprir os 15 anos de degredo a que tinha sido condenado em 1943<sup>1003</sup>. A evasão e libertação de Fontainhas geraram suspeitas de colaboração do detido com a polícia política, num período em que vários militantes portuenses foram expulsos do PCP por esse motivo<sup>1004</sup>.

As circunstâncias da morte de António Ferreira Soares têm sido descritas com variações em alguns pormenores. Os “agentes assassinos” foram identificados por Pedro Ramos de Almeida, num livro escrito em 1963, como “António Roquete, Laranjeira e Coimbra”, mais tarde

---

<sup>1001</sup> Silva, ob.cit., pp. 89-91.

<sup>1002</sup> Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política*, vol. 2, “Duarte”, o *Dirigente Clandestino*, Lisboa, Temas e Debates, 2001, pp. 191-192; *Seara Nova*, Julho de 1974.

<sup>1003</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 410/42, NT 4753, fls. 88, 92-93, 106-107, 131-132, 136, 272-273 e 278.

<sup>1004</sup> Pereira, José Pacheco, ob.cit., pp. 189-190.

julgados e absolvidos em tribunal militar<sup>1005</sup>. Numa outra obra, o mesmo autor repete os três nomes e acrescenta que António Carlos foi abatido “numa cilada e na presença da sua irmã”<sup>1006</sup>. No entanto, uma cronologia do salazarismo escrita posteriormente por Ramos de Almeida menciona apenas Laranjeira e Coimbra como autores do crime<sup>1007</sup>. Quanto à operação montada pela PVDE para liquidar António Carlos, teria consistido na apresentação ao médico de uma “pseudovítima” de um acidente de automóvel, que abrisse caminho para a entrada na casa de Nogueira da Regedoura do inspector Roquete e dos agentes Leonel Laranjeira e José Coimbra<sup>1008</sup>. Noutra versão, presente numa obra redigida entre 1960 e 1961 pelos comunistas José Dias Coelho<sup>1009</sup> e Margarida Tengarrinha, “um polícia fingiu-se gravemente doente, para o levarem à presença do médico” e, após a irmã deste abrir a porta da habitação, um dos elementos da PVDE “tirou de debaixo da gabardina uma pistola-metralhadora” e disparou contra o “Dr. Prata”, cujo cadáver apresentaria marcas de 14 balas<sup>1010</sup>. Ao descrever o crime, Armando de Sousa e Silva afirmou que Laranjeira “estava disfarçado de mulher que fingia uma doença no peito”<sup>1011</sup>. Numa homenagem a António Ferreira Soares promovida em Santa Maria da Feira em Julho de 2012, o secretário-geral do PCP, Jerónimo de Sousa, mencionou, sem referir nomes, a presença de “uma falsa doente, acompanhada por um inspector e dois agentes da PVDE”, na armadilha de que resultou a morte do médico<sup>1012</sup>.

Envolvido desde 1927 nas polícias políticas da Ditadura Militar e do Estado Novo, Leonel Laranjeira já trabalhava na PIP em Setembro de 1931 e transitou para a PVDE, corporação na qual ocupava em 1942 a categoria de agente de 1.ª classe<sup>1013</sup>. Em 5 de Julho de 1942, Laranjeira escreveu um relatório dirigido ao capitão Rui Pessoa de Amorim, então director delegado da PVDE portuense, sobre os acontecimentos do dia anterior. Segundo o texto, incluído no auto de corpo de delito instaurado ao agente pela PVDE e depois remetido ao Comando da 1.ª Região Militar, Leonel e a mulher, Fernanda Vieira Gonçalves Laranjeira, cumprindo ordens de

---

<sup>1005</sup> Almeida, Pedro Ramos de, *O Processo do Salazarismo. Relatório sobre Portugal*, Lisboa, Avante, 1983, pp. 114-115.

<sup>1006</sup> Idem, *História do Colonialismo Português em África – Cronologia*, vol. III, Séc. XX, Lisboa, Estampa, 1979, p. 248.

<sup>1007</sup> Idem, *Salazar: Biografia da Ditadura*, Lisboa, Avante, 1999, p. 317.

<sup>1008</sup> Pimentel, *A História da PIDE*, pp. 387 e 389.

<sup>1009</sup> José António Dias Coelho (1923-1961), artista plástico e funcionário do PCP, foi assassinado por um agente da PIDE em Lisboa, no dia 19 de Dezembro de 1961.

<sup>1010</sup> Coelho, José Dias, *A Resistência em Portugal*, Lisboa, Avante, 2006, p. 87.

<sup>1011</sup> Silva, ob.cit., pp. 146-148.

<sup>1012</sup> <http://www.pcp.pt/node/257718>

<sup>1013</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 104, 21-09-1931; ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 3744, NT 282, fl. 1.

Pessoa de Amorim, saíram do Porto de automóvel, às 05.00 de 4 de Julho (um sábado), e dirigiram-se à estação ferroviária de S. João da Madeira, onde apanharam o comboio que chegou a Espinho às 07.37. O casal esperou na estação pelo informador da PVDE Manuel Ferreira de Pinho e pelo enfermeiro Henrique Loureiro, vindos do Porto de comboio. Sob orientação de Laranjeira, Manuel Ferreira de Pinho enganara Loureiro, “secretário de imensa confiança” de António Ferreira Soares, fazendo o enfermeiro obter do médico a marcação de uma consulta para a suposta irmã doente de Pinho e o cunhado deste, interpretados por Fernanda e Leonel. Um táxi conduzido pelo motorista Joaquim de Azevedo Brandão, também ligado ao médico, levou os quatro até Nogueira da Regedoura e parou em frente à propriedade dos Ferreira Soares.

Henrique Loureiro bateu à porta e anunciou a chegada da doente à criada, segundo a qual António Carlos saíra no dia anterior e ainda não voltara. Na verdade, a passagem pela aldeia de dois automóveis seguidos (além do táxi, circulara ali, por coincidência, uma viatura que transportava o padre local) tinha alertado os populares, que avisaram Ferreira Soares da possível chegada da polícia. Loureiro foi procurar o médico nos esconderijos habituais deste, regressando cerca de uma hora depois com a notícia de que António Carlos daria a consulta depois de passar pelo barbeiro. Durante a espera, aproximaram-se do carro vários homens que faziam parte da “guarda pessoal do Doutor” e confirmaram a identidade de Pinho. Acerca de Inês Ferreira Soares, Laranjeira refere apenas que se encontrava na casa e que Brandão falou com ela, certamente para a tranquilizar quanto àquele casal desconhecido.

Laranjeira entrou na habitação com a mulher, deixando Pinho junto ao automóvel para garantir a segurança da retirada quando o agente da PVDE levasse o médico sob prisão. Leonel e Fernanda foram introduzidos no consultório, cuja porta António Carlos fechou à chave. A suposta doente iniciava o diálogo com o médico quando “ouveu-se no exterior uma detonação que alarmou o Doutor, o qual se voltou imediatamente para mim”. Laranjeira empunhou uma pistola e intimou o comunista a render-se, o que fez Ferreira Soares saltar sobre ele, feri-lo nos lábios com uma cabeçada e prender-lhe os braços. O agente disparou, atingindo as pernas do adversário, e ambos caíram no chão, onde prosseguiram a luta. Após um ou dois tiros sem direcção, a pistola de Laranjeira encravou. Assustada, Fernanda apanhou a pistola e escondeu-se atrás da secretária, enquanto Leonel libertava o braço direito e sacava de um revólver (não é claro no relatório se voltou a atingir António Carlos e onde). Ferreira Soares fraquejou, soltou o polícia e arrastava-se de joelhos para a porta de uma divisão contígua ao consultório quando

retirou da bata um revólver com o qual tentou sem sucesso atingir Laranjeira, antes de tombar. Laranjeira desarmou-o e algemou-o, além de dar a Fernanda a chave da porta do consultório. Ainda vivo, mas incapaz de andar, Ferreira Soares seria levado para o táxi por Brandão e outros dois indivíduos que ali acorreram quando a porta se abriu e aos quais Leonel ameaçou com a arma e prendeu. Laranjeira, Fernanda, Pinho, Soares e os dois desconhecidos foram transportados por Brandão até Espinho, onde, após o agente deixar os detidos à guarda da GNR local, o ferido seguiu para a casa de saúde do médico Manuel Gomes de Almeida, que declarou o óbito do colega. Leonel tratou então das formalidades legais relativas ao cadáver com as autoridades policiais de Espinho, informou Pessoa de Amorim por telefone e regressou ao Porto<sup>1014</sup>.

José Catela deslocou-se ao Porto para interrogar os envolvidos na morte de Ferreira Soares, começando, em 8 de Julho, por ouvir Rui Pessoa de Amorim. Perante o incremento da propaganda do PCP no Porto, Pessoa definira como objectivos prender António Ferreira Soares e dismantlar a rede do SVI. O segundo objectivo revelou-se fácil de concretizar, mas o “Dr. Prata”, apoiado por populares e alguns funcionários administrativos, ludibriava há anos as forças policiais. Comandado por Pessoa, Leonel Laranjeira, chefe dos Serviços de Investigação da delegação portuense, negociou a “compra da consciência de um indivíduo” com acesso a Ferreira Soares e ofereceu-se para capturar o médico e usar a esposa como suposta doente oncológica. O oficial aconselhou o agente a ir armado com uma pistola e um revólver, despedindo-se com a frase “olhe que vale mais um osso seu, do que um médico comunista”. Ao receber o telefonema de 4 de Julho, Pessoa teria elogiado a actuação de Laranjeira, apesar deste lamentar que a morte de Soares impedisse a PVDE de chegar aos “intelectuais” do PCP ligados ao clínico<sup>1015</sup>. Interrogados por Catela, Leonel e Fernanda confirmaram a versão apresentada pelo agente do que ocorrera no consultório e esclareceram que Laranjeira disparara sobre António Carlos depois deste o alvejar<sup>1016</sup>.

Seguiu-se o depoimento de Manuel Ferreira de Pinho, que narrou o seu processo de aproximação a Henrique Loureiro, junto de quem se fizera passar por comunista de modo a obter a consulta. Em Nogueira da Regedoura, durante a espera pela chegada do médico, Pinho

---

<sup>1014</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 3744, NT 282, fls. 120-124.

<sup>1015</sup> Ibidem, fls. 126-128.

<sup>1016</sup> Ibidem, fls. 129-138.

identificou-se ao ser abordado por um homem “com placas de ouro nos dentes” que dizia ser compadre de Ferreira Soares. Depois de Leonel e Fernanda entrarem na casa, esse homem mandou um rapaz de 15 anos fechar o portão situado entre a rua e o carreiro que conduzia à entrada da sala de espera do consultório. Receoso de que Laranjeira ficasse preso na habitação, Pinho sacou de um revólver e ordenou ao jovem que lhe entregasse as chaves. O rapaz largou-as no chão e fugiu, enquanto o barulho fazia alguém que se encontrava de vigia no quintal disparar um tiro. O ruído atraiu os vigilantes da casa e uma multidão armada com “foices roçadeiras e varapaus”. Ameaçado pelo grupo, Pinho disparou para o ar e “lembrou-se de pedir para o auto, em voz alta, que saíssem com as metralhadoras, o que surtiu efeito, pois o povo se afastou”. Na casa de saúde de Espinho, onde Manuel acompanhou Laranjeira, Gomes de Almeida exaltara-se e insultara a PVDE<sup>1017</sup>.

Preso a 17 de Julho, Henrique Domingos de Sousa Loureiro enfrentou no mesmo dia o interrogatório de Catela, negando ter alguma vez falado com António Ferreira Soares (que vira por duas vezes, em locais públicos) antes de, num café de Espinho, “Zé Gordo”, um amigo de Loureiro e vizinho de Soares, apresentar ao enfermeiro Manuel Ferreira de Pinho, que mencionou o problema de saúde da sua irmã. Através dos homens de confiança do médico, Loureiro conseguiu falar com este e combinar a consulta. A 3 de Julho, Loureiro foi ao Porto ter com Pinho e ambos passaram juntos o resto do dia. Na manhã do dia 4, em Nogueira da Regedoura, Henrique procurou António Carlos em vários locais, até encontrá-lo acompanhado pelo “homem das placas de ouro” e saber que Soares atenderia a doente depois de cortar a barba. Quando Pinho recorreu a uma arma para manter o portão aberto, iniciaram-se os acontecimentos que levaram Loureiro a fugir para a povoação vizinha de Oleiros e ir daí até à sua casa em Espinho. Insatisfeito com a versão de Henrique Loureiro, Catela questionou-o sobre vários pormenores, que o enfermeiro disse não ter visto ou não recordar<sup>1018</sup>. Os restantes interrogatórios abrangeram o taxista Joaquim Brandão (único dos depoentes a referir ter visto António Carlos deitado no chão e assistido pela irmã e pela criada), o calceteiro Victorino Alves dos Santos e o “serrador” Alexandre Álvaro Martins, que aguardavam por consulta na sala de espera e foram detidos por Laranjeira, e o comandante da PSP do Porto, o tenente José dos Santos Oliveira<sup>1019</sup>.

---

<sup>1017</sup> Ibidem, fls. 139-144.

<sup>1018</sup> Ibidem, fls. 149-155.

<sup>1019</sup> Ibidem, fls. 156, 158-164 e 203-204.

Já em Novembro, o novo director da Delegação do Porto, António Neves Graça, recebeu ordens de José Catela para interrogar mais testemunhas. O cirurgião Manuel Gomes de Almeida recordou ter tomado o pulso de Ferreira Soares (que não reconheceu) e compreendido imediatamente que estava morto. Ao saber, pela voz de Laranjeira, que a vítima era o seu amigo e colega, Gomes de Almeida sentiu “uma forte comoção e grande dor”, enquanto o agente da PVDE desmaiou devido a uma lipotimia, sendo rapidamente reanimado. O cirurgião não se lembrava exactamente do que dissera sob efeito do choque, mas negou ter insultado a PVDE ou o Estado Novo<sup>1020</sup>. Neves Graça falou ainda com o comandante da GNR de Espinho, o tenente José Ribeiro dos Santos, e o vice-presidente da Câmara espinhense, Alfredo Temudo Corte Real, que confirmaram o contacto com Laranjeira e a perigosidade de Ferreira Soares, além do presidente da Câmara da Feira, Roberto Vaz de Oliveira, do regedor de Nogueira da Regedoura, Manuel Pinto Tavares de Lima, e de Joaquim da Volta e Silva, que em Janeiro desse ano prestara declarações à PVDE sobre o médico comunista. Num relatório de 24 de Novembro, Catela justificou a actuação em legítima defesa de Leonel e propôs o envio do auto do corpo de delito ao Comando da 1.ª Região Militar, juntamente com as armas utilizadas por Laranjeira e Ferreira Soares<sup>1021</sup>.

Nem a PVDE nem o Tribunal Militar Territorial do Porto, que julgou Leonel Laranjeira, ouviram os irmãos de António Carlos, Inês e Fernando Ferreira Soares (advogado de profissão, estivera na casa da família em 4 de Julho, mas saíra antes da violência eclodir). Inês Ferreira Soares, preceptora, recordou os eventos num texto escrito em 1969, segundo o qual Inês voltava da missa quando viu estacionado em frente ao portão do consultório um automóvel ao qual se encostava Leonel Laranjeira (a testemunha não refere os nomes de Pinho e Laranjeira, dos quais faz a descrição física). Depois de Inês entrar em casa, Pinho bateu à porta e perguntou por António Carlos, cujo paradeiro a irmã geralmente desconhecia. O comunista entrou pelas traseiras da casa e falou com Inês, a quem anunciou ir-se embora depois da consulta. Afastada do consultório, Inês Ferreira Soares ouviu a certa altura duas detonações e, após um intervalo, “mais tiros, vozes de homem no consultório e cadeiras que se arrastavam”, seguidos pelos gritos da criada, Maria Vitória. A preceptora encontrou António Carlos, ainda consciente, estendido no chão e com a bata vestida, enquanto Laranjeira o algemava e ordenava que se levantasse. O

---

<sup>1020</sup> Ibidem, fls. 175-177.

<sup>1021</sup> Ibidem, fls. 179-187 e 189-191.

agente dava sinais de nervosismo, tendo Inês de Lhe pedir para se acalmar. No seu depoimento, referiu ter visto ainda Pinho, no exterior da casa, a carregar a arma e gritar ameaças, além de uma mulher que “falava alto” e de um dos dois clientes de Soares detidos<sup>1022</sup>. O número de 14 balas detectadas na autópsia teria sido divulgado por Gomes de Almeida ao pai e à irmã do médico<sup>1023</sup>.

Num relatório da PVDE de 2 de Setembro de 1942, José Maria Branquinho afirmou que várias pistas contidas nos depoimentos de Pinho e Loureiro (este seria libertado em 12 de Novembro) poderiam conduzir a polícia política aos colaboradores de António Ferreira Soares, mas desaconselhou novas diligências nesse sentido enquanto durasse a “desenfreada especulação política” em torno do crime, opinião que mereceu a concordância de Neves Graça<sup>1024</sup>. Apesar da imprensa censurada ter noticiado a morte e o funeral de Ferreira Soares sem pormenores sobre a causa do óbito<sup>1025</sup>, o caso teve ampla divulgação através de meios como o *Avante!*, panfletos assinados pelo SVI e um postal enviado a personalidades como Marcelo Caetano<sup>1026</sup>, que o remeteu a Salazar<sup>1027</sup>. A repercussão da campanha levaria Ângelo César, advogado de Leonel Laranjeira, a referir a “publicidade clandestina e torpe” acerca do assassinato durante o julgamento realizado em 16 de Abril de 1943. Numa audiência sem a presença de familiares da vítima, Ângelo César defendeu que o agente matara Ferreira Soares em legítima defesa, tese validada pelo TMT do Porto, cujo acórdão absolveu o réu<sup>1028</sup>. Transferido logo em Agosto de 1942 para Lisboa, Laranjeira foi louvado e promovido pouco depois do julgamento<sup>1029</sup>. Leonel viria a aposentar-se em Dezembro de 1958, aos 60 anos de idade e na categoria de subinspector<sup>1030</sup>.

O facto de Fernanda Laranjeira ter sido a única testemunha dos acontecimentos no consultório levanta dúvidas sobre a eventual premeditação do assassinato de António Ferreira Soares. O PCP e a família do médico afirmaram que a PVDE viera a Nogueira da Regedoura

---

<sup>1022</sup> *Avante!*, 12-07-1974; Silva, ob.cit., pp. 131-133.

<sup>1023</sup> Silva, ob.cit., p. 151.

<sup>1024</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 410/42, NT 4753, fls. 61 e 92-115.

<sup>1025</sup> *República*, 07-07-1942.

<sup>1026</sup> Marcelo José das Neves Alves Caetano (1906-1980), professor da Faculdade de Direito de Lisboa, foi ministro das Colónias (1944-1947) e da Presidência (1955-1958). Sucedeu em 1968 a Salazar como chefe do Governo. Deposto e exilado em 1974, passou a residir no Brasil.

<sup>1027</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 3744, NT 282, fl. 166; Antunes, José Freire, *Salazar e Caetano: Cartas Secretas, 1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural, 1994, pp. 105-106; Meneses, ob.cit., p. 619.

<sup>1028</sup> *Diário de Notícias*, 18-04-1943; *O Primeiro de Janeiro*, 17-04-1943.

<sup>1029</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 225, 13-08-1942; OS n.º 111, 21-04-1943.

<sup>1030</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 3744, NT 282, fls. 1 e 10.

com a intenção de liquidar António Carlos. Ao falar com a irmã depois de ser atingido, o médico referiu-se a Laranjeira como um “doido”, levando Inês a concluir que o irmão não compreendia o que se passava, logo não recebera voz de prisão<sup>1031</sup>. No entanto, os historiadores João Madeira e Irene Flunser Pimentel consideram mais provável a hipótese de Ferreira Soares, habitualmente armado como era então comum entre os funcionários comunistas, ter tido um gesto considerado perigoso pelo agente e que motivou Leonel a disparar<sup>1032</sup>.

Não existem quaisquer documentos coevos que comprovem o envolvimento de António Roquete na morte de António Ferreira Soares. Colocado então no porto de Lisboa, o casapiano poderia sair da capital em diligência, mas é extremamente improvável que, numa operação na qual seria fundamental enganar Soares e os seus protectores, a PVDE recorresse a alguém tão famoso como o antigo guarda-redes. De resto, as fontes produzidas pelo PCP na época não associam Roquete ao crime. O *Avante!* noticiou em Maio de 1943 o julgamento, sem mencionar o nome do réu e apontando os agentes Leitão e Coimbra, que assistiram “à mascarada” no TMT, como os restantes assassinos<sup>1033</sup>. No informe ao Comité Central do PCP “Unidade, garantia da vitória”, de Junho de 1947, o dirigente partidário Álvaro Cunhal<sup>1034</sup> (que controlava a organização comunista no Norte aquando da morte do “Dr. Prata”) refere “assassinatos a tiro” da autoria da polícia política “como o do Dr. Ferreira Soares” e “a impunidade de assassinos como José Gonçalves, Gouveia, Laranjeira, António Lopes, Gomes da Silva, Coimbra e outros”, ignorando o nome de Roquete<sup>1035</sup>. Uma referência do *Avante!* ao “célebre Roquete” em Janeiro de 1949 não menciona o caso de Soares. Da mesma forma, duas evocações da morte deste, publicadas no jornal clandestino em 1955 e 1962, aludem apenas a Laranjeira e Coimbra como responsáveis pelo crime<sup>1036</sup>.

Pelo que apurámos, o nome de António Roquete não foi associado à morte de Ferreira Soares antes de 1960, data em que surgiu no livro de José Dias Coelho. Depois do 25 de Abril, a *Seara Nova* identificou “Um tal Roquette, antigo jogador de futebol”, como o graduado da

---

<sup>1031</sup> *Avante!*, 12-07-1974.

<sup>1032</sup> *Público*, 04-12-2007.

<sup>1033</sup> *Avante!*, Maio de 1943.

<sup>1034</sup> Álvaro Barreirinhas Cunhal (1913-2005), licenciado em Direito, foi funcionário do PCP, partido que liderou como secretário-geral entre 1961 e 1992. Além de uma vasta bibliografia nas áreas de política e ensaio, escreveu obras de ficção, sob o pseudónimo de Manuel Tiago.

<sup>1035</sup> Cunhal, Álvaro, *Obras Escolhidas. Tomo I (1935-1947)*, coordenação, prefácio e notas de Francisco Melo, Lisboa, Avante, 2007, p. 701; Pereira, José Pacheco, ob.cit., pp. 188-190.

<sup>1036</sup> *Avante!*, 2.<sup>a</sup> Quinzena de Janeiro de 1949, Julho de 1955 e Julho de 1962.

PVDE que, de acordo com uma carta de 8 de Agosto de 1942 do juiz Ferreira Soares a Câmara Reis, se deslocou a Espinho menos de um ano antes do homicídio para tentar, sem sucesso, persuadir um antigo preso político a denunciar o paradeiro de António Carlos<sup>1037</sup>. Não existe forma de confirmar a credibilidade desta informação, mas ela pode estar na origem da misteriosa associação estabelecida a dada altura entre o casapiano e os acontecimentos de Nogueira da Regedoura. Os rumores e especulações sobre o crime, alimentados pela escassez de testemunhas e falta de independência da investigação, terão começado logo em 4 de Julho de 1942. Pormenores dos depoimentos registados pela PVDE, como o disfarce de aldeã utilizado por Fernanda Laranjeira<sup>1038</sup> ou o *bluff* de Manuel Ferreira de Pinho perante a ameaça da multidão, assemelham-se a elementos da lenda criada em torno do assassinato do médico comunista.

Roquete gozou de licenças com a duração de uma semana entre 8 e 15 de Agosto de 1942, quando viajou com o filho para Valença, e de 23 a 31 de Outubro desse ano<sup>1039</sup>, tendo aproveitado este último período para “tratar de assuntos inadiáveis” na Quinta da Lage<sup>1040</sup>. Em 2 de Novembro, foi concedida por José Catela (então a dirigir temporariamente a PVDE, devido à recente viuvez de Agostinho Lourenço) “dispensa de serviço por 3 dias, desde hoje, por lhe ter falecido o pai, ao inspector n.º 19/58 António Fernandes Roquete”<sup>1041</sup>. A morte de Francisco Ferreira Roquete Júnior, aos 74 anos, ocorrera nesse mesmo dia e levava António a informar por escrito a direcção da PVDE e pedir os três dias de licença concedidos aos funcionários da polícia política em caso de óbito de um familiar próximo<sup>1042</sup>. O funeral de Roquete Júnior realizou-se em Lisboa às 10.00 de 3 de Novembro de 1942, com início na Rua Dr. Oliveira Ramos, 11, 1.<sup>o</sup><sup>1043</sup>. Quanto a Judite Fernandes, sabemos apenas que ainda se encontrava viva em Setembro de 1954<sup>1044</sup>.

O inspector Roquete morava em 1943 na Travessa da Portuguesa, n.º 5, r/c (perto da sede da PVDE), onde foi obrigado a permanecer, por motivo de doença, em 9 e 10 de Julho desse ano<sup>1045</sup>. Pouco antes, a 8 de Julho, dera entrada na PVDE o preso José Luís Caleiro, um

---

<sup>1037</sup> *Seara Nova*, Julho de 1974; Silva, ob.cit., p. 146.

<sup>1038</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 3744, NT 282, fls. 129-135.

<sup>1039</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 219, 07-08-1942; OS n.º 229, 17-08-1942; OS n.º 295, 22-10-1942.

<sup>1040</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 86-87.

<sup>1041</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 306, 02-11-1942.

<sup>1042</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 84-85.

<sup>1043</sup> *O Século*, 03-11-1942.

<sup>1044</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 261.

<sup>1045</sup> *Ibidem*, fls. 79-81.

trabalhador rural de 48 anos detido em 27 de Maio pela polícia de Salvaterra de Magos e levado para Santarém “por ter dito ao Delegado do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência que a propriedade devia ser dividida”, quando o responsável procurava convencer os jornaleiros a terminar a greve contra a redução de salários (a paralisação seria encerrada através da repressão policial). Entregue pela PSP à PVDE, Caleiro foi transferido a 19 de Julho para o Aljube, saindo em liberdade quatro dias depois<sup>1046</sup>. Numa entrevista concedida no final do século XX, o salvaterrense Fernando dos Santos, detido por motivos políticos em 1961 e 1963, recordou que, aquando da prisão de José Caleiro, “quem o salvou foi o Roquete, esse Sr. Roquete que era chefe na PIDE”<sup>1047</sup>. A hipotética intervenção de António em benefício do conterrâneo, rapidamente libertado após chegar ao Aljube, encontra-se, contudo, por esclarecer.

O Decreto n.º 32 819, de 1 de Junho de 1943, reorganizou os serviços policiais moçambicanos ao unificar os organismos de Lourenço Marques e outras cidades no Corpo de Polícia Civil da Colónia de Moçambique, dirigido por um comandante com jurisdição sobre todo o território. Dentro da nova polícia, foi criado um “quadro eventual” composto por funcionários nomeados pelo ministro das Colónias ou, por delegação deste, pelo governador-geral de Moçambique. O texto legal prevê que o quadro eventual incluía três chefes de secção, quatro agentes de 1.ª, 2.ª e 3.ª classes, dois primeiros-escriturários, dois segundos-escriturários e um dactilógrafo<sup>1048</sup>. João Tomaz Gonçalves assumiu o cargo de comandante do Corpo de Polícia de Moçambique, enquanto uma portaria de 24 de Junho de 1943 do Ministério das Colónias nomeou comandante adjunto o oficial de infantaria Henrique Carlos Xavier Henriques, recentemente promovido a capitão<sup>1049</sup>.

Portarias ministeriais de 7 de Agosto designaram como agentes e escriturários do quadro eventual vários funcionários da PSP e da PVDE. Entre os últimos, encontravam-se homens como Armando da Gama Ochoa, José Sarto Amorim Lopes, Mário da Conceição Figueira, Viriato Lusitano Mendes e Vítor Madeira Ramos Júnior. O subchefe da PSP Ernesto dos Santos Ferreira, nomeado agente de 2.ª classe, passara anteriormente pela PVDE<sup>1050</sup>. A escolha dos primeiros

---

<sup>1046</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, Registo Geral de Presos, livro 76, registo n.º 15086; *Avante!*, 1.ª Quinzena de Junho de 1943.

<sup>1047</sup> *Histórias da Resistência em Salvaterra de Magos*, Salvaterra de Magos, Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, s.d. (1997), p. 82.

<sup>1048</sup> *Diário do Governo*, I Série, 01-06-1943.

<sup>1049</sup> *Ibidem*, II Série, 03-08-1943; *O Primeiro de Janeiro*, 04-04-1943.

<sup>1050</sup> *Diário do Governo*, II Série, 20-08-1943, 24-08-1943, 30-08-1943, 03-09-1943 e 11-09-1943.

funcionários policiais integrados no quadro eventual do CPM dá a entender o tipo de funções, como a repressão política e o controlo das fronteiras, reservadas ao departamento. Tal como José Balsemão teria antecipado em 1939, um serviço de “polícia internacional” surgiu em Moçambique e uma portaria de 5 de Agosto do Ministério das Colónias nomeou o “inspector de polícia” António Fernandes Roquete para desempenhar na África Oriental uma comissão de serviço durante a qual, além do seu salário mensal de inspector (1500 escudos), receberia um “subsídio diário especial” de 200\$00<sup>1051</sup>. A PVDE já se encontrava a par da nomeação de Roquete em 16 de Julho, quando informou o Ministério das Colónias acerca do valor auferido pelo casapiano<sup>1052</sup>. Refira-se que um movimento semelhante ocorrera em 1942, quando Rui Varela de Oliveira Soares e outros funcionários da PVDE tinham deixado a polícia de Agostinho Lourenço para ingressar voluntariamente na PSP de Luanda<sup>1053</sup>.

A chegada de Henrique Henriques e António Roquete a Lourenço Marques, em 4 de Outubro de 1943<sup>1054</sup>, veio abalar a tranquilidade política até aí existente na capital moçambicana. Um dos alvos do novo departamento policial foi o advogado António Neves Anacleto<sup>1055</sup>, cujo livro *Traços de uma Luta* seria apreendido em 8 de Maio de 1944 por ordem de Henriques. Quando a polícia o procurou, dois dias mais tarde, Neves Anacleto já tinha passado a fronteira e fugido para a Suazilândia. O TMT de Moçambique condenaria Anacleto a uma multa de 20 mil escudos por ofensas a Salazar publicadas na obra retirada de circulação. O jurista retornou a Lourenço Marques e pagou a multa ainda em 1944, depois de saber que Henriques e Roquete tinham regressado à Metrópole<sup>1056</sup>.

De facto, entre 13 de Maio e 3 de Junho de 1944, Roquete e Henrique Henriques estiveram na Beira, a segunda cidade mais importante da colónia, onde embarcaram no paquete *Angola*. O oficial desembarcou em Lourenço Marques, enquanto Roquete prosseguiu viagem no

---

<sup>1051</sup> Ibidem, 19-08-1943.

<sup>1052</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 78.

<sup>1053</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 120, 30-04-1942; OS n.º 142, 22-05-1942.

<sup>1054</sup> *Notícias*, 05-10-1943.

<sup>1055</sup> António Neves Anacleto (1897-1990), advogado e opositor da Ditadura Militar, sofreu várias prisões até ser deportado em 1928 para Moçambique. Preso novamente em 1931, fugiu quando era levado para Cabo Verde. Amnistiado, voltou a Lourenço Marques em 1934. Dirigiu os periódicos *Alma Algarvia* (1927-1928), *República* (1931) e *O Jornal* (1935-1936) e publicou vários livros de conteúdo político. Regressou a Portugal em 1974.

<sup>1056</sup> Anacleto, A. Neves, *A Longa Luta. Preso, algemado e deportado*, Lisboa, edição do autor, s.d. (1975), pp. 370-375; ANTT, PIDE/DGS, SC, 33 CI (2), NT 6949, fls. 248 e 277-281.

navio até Lisboa<sup>1057</sup>. Uma vez finda a sua comissão, o ribatejano apresentou-se em 9 de Julho na sede da PVDE, sendo-lhe concedidos 15 dias de licença. Um louvor emitido pela polícia moçambicana em 10 de Junho desse ano (quando o *Angola* ainda estava ancorado em Lourenço Marques) elogiou o “aprumo, correcção, zelo, saber e competência” revelados em África por Roquete, dotado de “qualidades que o impõem como funcionário merecedor da justa consideração de que goza”<sup>1058</sup>. Quanto a Henrique Henriques, foi afastado do lugar de comandante adjunto por uma portaria de 24 de Outubro desse ano<sup>1059</sup>. A demissão do capitão poderia dever-se a relações hostis entre este e o então governador-geral de Moçambique, José Tristão de Bettencourt<sup>1060</sup>, elogiado na colónia após o 25 de Abril por “ter recambiado para a Metrópole os agentes da Polícia Internacional”<sup>1061</sup>. Em Novembro de 1944, Bettencourt foi recebido em Lisboa pelo ministro das Colónias, Marcelo Caetano, a quem prestou esclarecimentos sobre “a melindrosa questão da polícia”, como o ministro, inquieto devido à “extrema susceptibilidade pessoal” do governador, relatou sucintamente a Salazar<sup>1062</sup>.

Em Abril de 1945, o capitão Louro de Sousa, chefe do Estado-Maior interino do Quartel-General de Moçambique, enviou ao comandante da PSP de Lisboa uma carta precatória referente ao inspector Roquete. Corrigindo o lapso, a PSP remeteu em 26 de Maio o documento à PVDE, vindo Roquete a ser interrogado em 11 de Junho por António Castro e Silva. O casapiano deveria comentar as declarações prestadas por Henrique Henriques num tribunal de Lourenço Marques, segundo as quais o capitão e Roquete tinham sido convidados, certo dia, para almoçar em casa de João Tomaz Gonçalves. O comandante teria questionado Henriques acerca do interesse deste na legislação sobre “gratificações por serviços extraordinários com a inscrição de serviços indígenas”. Roquete negou ter ouvido qualquer conversa entre os dois oficiais dedicada a esse assunto, mas recordou que Henriques, ao consultar a folha de vencimentos do Corpo de Polícia, descobrira a verba extra atribuída a João Tomaz Gonçalves e Alfredo da Silva Pereira pela inscrição de indígenas. Contrariamente a um parecer da Direcção de Fazenda de Lourenço Marques, referido por Gonçalves, que conferia ao comandante do CPM e ao seu adjunto o direito

---

<sup>1057</sup> *Lourenço Marques Guardian*, 12-06-1944; *Notícias*, 23-05-1944, 06-06-1944 e 13-06-1944.

<sup>1058</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 194, 12-07-1944; OS n.º 220, 07-08-1944.

<sup>1059</sup> *Diário do Governo*, II Série, 01-11-1944.

<sup>1060</sup> José Tristão de Bettencourt (1880-1954), general do Exército, combateu em Angola e Moçambique durante a I Guerra Mundial. Ocupou entre 1940 e 1946 o cargo de governador-geral de Moçambique.

<sup>1061</sup> *A Tribuna*, 02-07-1974.

<sup>1062</sup> Antunes, ob.cit., pp. 133-134.

a receber o bónus em causa, Henriques dissera por várias vezes a Roquete não existir fundamento legal para a atribuição da gratificação<sup>1063</sup>. Em Setembro de 1945, pouco depois da inquirição do ribatejano, Gonçalves demitiu-se do comando do Corpo de Polícia<sup>1064</sup>.

Entretanto, António Neves Anacleto partiu para a Europa, como planeara antes da fuga, e chegou a Lisboa no vapor *Mouzinho*, em 30 de Janeiro de 1945. Roquete ordenou aos seus subordinados que prendessem Neves Anacleto, conduzido à Rua António Maria Cardoso e a Caxias, e revistassem o camarote do viajante, onde foram apreendidos artigos e livros da sua autoria. As instruções para capturar Anacleto ainda antes de desembarcar tinham partido de José Catela, desconfiado da deslocação à Metrópole do advogado, portador de uma quantia avultada (mais de 600 contos), num momento de “grande agitação comunista, com avanço dos exércitos Russos e a sua aproximação a Berlim”. Interrogado pelo inspector Roquete na sede da PVDE em 8 de Fevereiro, o oposicionista justificou a viagem e as verbas em seu poder, além de negar a preparação de actividades contra o Estado Novo. As declarações do arguido ficaram registadas num auto assinado por Anacleto, Roquete e três agentes da PVDE. O interrogatório representou para Neves Anacleto o final de um período de isolamento durante o qual amigos influentes do advogado obtiveram do ministro do Interior, Júlio Botelho Moniz<sup>1065</sup> (desconhecedor da prisão de Anacleto), uma carta que modificou a atitude de Catela. Ainda a 8 de Fevereiro, o secretário-geral da PVDE despachou no sentido da libertação do detido, apesar de julgar “conveniente vigiá-lo” a partir daí<sup>1066</sup>.

Num requerimento de 11 de Abril de 1945, Roquete pediu ao provedor da Casa Pia de Lisboa, Pedro de Campos Tavares, um “certificado comprovativo das suas habilitações literárias”. Logo no dia seguinte, o engenheiro Luís Sáragga da Mota e Sousa, chefe dos Serviços Escolares (Ensino Especial) da Provedoria da CPL, certificou que Roquete concluía o Curso Comercial, listando as classificações obtidas neste pelo aluno n.º 4337. A 13 de Abril, após novo pedido de Roquete, Mota e Sousa assinou um documento onde, além dos dados relativos ao

---

<sup>1063</sup> ANTT, PIDE/DGS, PI 2303, NT 185, fls. 62-70.

<sup>1064</sup> *Boletim Oficial de Moçambique* (BOM), II Série, 03-12-1945.

<sup>1065</sup> Júlio Carlos Alves Dias Botelho Moniz (1900-1970), general do Exército, foi procurador à Câmara Corporativa e ministro do Interior (1944-1947) e da Defesa (1958-1961), tendo sido afastado desta pasta após liderar uma tentativa falhada de golpe contra Salazar.

<sup>1066</sup> Anacleto, ob.cit., pp. 375-390; ANTT, PIDE/DGS, SC, 33 CI (2), NT 6949, fls. 223-227, 234 e 273.

Curso Comercial, são referidas a frequência e aprovação do ribatejano no Curso de Sargentos<sup>1067</sup>. António necessitaria de provas da formação obtida em Belém para concorrer a um novo cargo público. Nesse sentido, o director-geral de Administração Política e Civil do Ministério das Colónias pediu a Agostinho Lourenço, em ofício de 16 de Maio, que obtivesse do ministro do Interior autorização para a nomeação do até aí inspector Roquete como chefe de secção do quadro eventual do Corpo de Polícia de Moçambique<sup>1068</sup>. Botelho Moniz terá acedido, já que uma portaria de 29 de Maio de Marcelo Caetano designou António Roquete para o cargo no CPM, ainda não provido desde 1943<sup>1069</sup>.

A mudança de continente teria benefícios financeiros para alguém que, como a PVDE informara em Outubro de 1944 o Ministério das Colónias, recebia então 1800 escudos de salário mensal (a remuneração dos inspectores fora aumentada em Dezembro de 1943), a que se juntavam 180\$00 de abono de família “respeitante a 2 filhos menores de 14 anos e a 1 ascendente (mãe)”<sup>1070</sup>, num total de 23.760\$00 anuais, enquanto o Decreto n.º 32 819 concedia aos chefes de secção do Corpo de Polícia um vencimento anual de 36.000\$00, a que se somava uma gratificação de 11 mil escudos<sup>1071</sup>. A atribuição a Roquete da chefia do quadro eventual do CPM surgiu na sequência das anteriores passagens por Moçambique do casapiano, pelo que não há nexos em associá-la à prisão de Cândido de Oliveira ou à morte de António Ferreira Soares, como tem sido feito<sup>1072</sup>.

Em virtude do seu novo cargo, Roquete pediu a demissão da PVDE em 4 de Julho, o que foi deferido na mesma data<sup>1073</sup>. No entanto, apenas dois dias depois de anunciar a demissão de Roquete, Agostinho Lourenço determinou que o afastamento do inspector dos quadros da PVDE ficaria “sem efeito até nova ordem”<sup>1074</sup>. Este compasso de espera, prolongado por dois anos, permanece por explicar. A eventual hostilidade de José Tristão de Bettencourt, que se manteve no governo de Moçambique até ao final de 1946, para com Henrique Henriques e Roquete poderia levar ao adiamento da partida deste, embora seja duvidoso que o Ministério das Colónias

---

<sup>1067</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fl. s.n.

<sup>1068</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 71-72.

<sup>1069</sup> *Diário do Governo*, II Série, 15-06-1945.

<sup>1070</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 74-75.

<sup>1071</sup> *Diário do Governo*, I Série, 01-06-1943.

<sup>1072</sup> *O Século do Desporto*, Lisboa, A Bola, s.d., p. 205; Simões, *Eusébio Como Nunca se Viu*, p. 9.

<sup>1073</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 47.

<sup>1074</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 186, 05-07-1945; OS n.º 188, 07-07-1945.

tenha procedido à nomeação do chefe de secção do quadro eventual do CPM sem consultar o governador da colónia. O certo é que António continuou em Lisboa e na PVDE, transformada pelo Decreto-Lei n.º 35 046, de 22 de Outubro de 1945, na Polícia Internacional e de Defesa do Estado. A nova força policial possuía os mesmos chefes, Lourenço e Catela, e os mesmos funcionários da PVDE, cujos inspectores assumiram na PIDE a categoria de subinspectores. A lista nominal do pessoal de secretaria e de investigação da PVDE que transitou para os quadros da PIDE refere a existência de sete subinspectores no activo, dos quais os dois primeiros nomes listados (provavelmente por ordem de antiguidade) são os de Francisco Sales Velez e António Fernandes Roquete. Mais abaixo na hierarquia, Henrique Seixas, Leonel Laranjeira e Fernando Gouveia<sup>1075</sup> eram alguns dos 13 chefes de brigada da PIDE<sup>1076</sup>.

Além de continuar a fazer parte do júri dos exames para agentes de 3.ª classe e voltar a integrar o serviço de escala, agora na função de “assistente”<sup>1077</sup>, Roquete foi chamado a resolver questões internas da PIDE. Fernando Gouveia informou em 11 de Abril de 1946 os seus superiores de que, na manhã do mesmo dia, se deslocara à Rua dos Jerónimos, em Lisboa, no período em que o agente Mário Constâncio de Oliveira lá deveria estar a fazer uma vigilância, sem o encontrar, apesar de Constâncio ter apresentado um relatório da suposta diligência e um recibo do dinheiro que gastara no bilhete de eléctrico para Belém. Mário Constâncio de Oliveira afirmou que, para não ser descoberto numa rua de pouco movimento, se colocara “o mais ocultamente possível” num ponto donde podia vigiar o n.º 22-D, não tendo visto o chefe de brigada, situação considerada impossível por Gouveia. Conhecedor da Rua dos Jerónimos desde os anos em que estudara na Casa Pia, António Roquete examinou a artéria, acompanhado, em ocasiões diferentes, por Constâncio e Gouveia. Numa informação de 1 de Junho, Roquete mencionou o objectivo da missão atribuída a Constâncio: observar a loja situada no n.º 22-D até ver entrar no estabelecimento “um indivíduo alto, forte, já de idade, com uma pasta de cabedal, volumosa, na mão”, que deveria ser seguido de modo a localizar a sua morada. Embora sem provas concludentes, Roquete estranhou que o agente não tivesse detectado a “figura inconfundível” de Gouveia quando este passou, por duas vezes, em frente à porta vigiada e

---

<sup>1075</sup> Fernando de Sousa de Araújo Gouveia (1904-1990) fez parte de várias polícias criadas pela Ditadura Militar, como a Polícia de Informações, mas não transitou para a PVDE, na qual só ingressaria em 1944. Na PIDE, atingiu as categorias de chefe de brigada (1945), subinspector (1949), inspector (1962) e inspector superior (1973). Preso entre 1974 e 1976, escreveu *Memórias de um Inspector da PIDE* (1979).

<sup>1076</sup> *Diário do Governo*, II Série, 31-12-1945.

<sup>1077</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 13, 08-11-1945; OS n.º 3, 03-01-1946.

concluiu ser “de presumir” que Constâncio faltara à vigilância. A direcção da PIDE optou, contudo, por mandar arquivar o inquérito<sup>1078</sup>. Mário Constâncio de Oliveira continuaria a trabalhar sob as ordens de Fernando Gouveia, em missões como a captura do comunista Francisco Miguel<sup>1079</sup>, detido em 25 de Junho de 1947<sup>1080</sup>.

Inscrito em 1946 como contribuinte do Montepio dos Servidores do Estado, Roquete pagava desde Janeiro desse ano uma cota mensal de 50\$00. Por ofício de 20 de Março de 1947, o chefe de repartição da Caixa Geral de Aposentações informou Agostinho Lourenço de que, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 35 380, de 27 de Agosto de 1946, os 14 anos, 9 meses e 2 dias de serviço público prestados por Roquete entre 1931 e 1945 seriam contados para efeitos de aposentação. Por esse motivo, o subinspector devia então à CGA 16 529\$60, que liquidaria a partir de Abril de 1947 em 60 prestações mensais<sup>1081</sup>. Enquanto esperava para se dirigir a Moçambique, Roquete permaneceu colocado nos Serviços Marítimos, além de participar em diversas diligências, uma das quais durou entre as 22.40 de 5 de Dezembro de 1945 e as 07.50 de 14 do mesmo mês<sup>1082</sup>. As ordens de serviço registam apenas uma vez o destino das viagens profissionais de Roquete, ao mencionarem a presença do casapiano, entre 4 e 7 de Abril de 1946, na estância termal de Caldas da Felgueira<sup>1083</sup> (no concelho de Nelas), onde se encontrava um grupo de refugiados alemães, vindos da Argentina em 1945 e colocados em regime de residência fixa<sup>1084</sup>.

O período de férias dos funcionários da polícia política atingia agora 30 dias, gozados por António na Quinta da Lage entre 2 de Junho e 2 de Julho de 1947. Pouco depois, a 15 de Agosto, Roquete apresentou ao ministro do Interior a demissão do seu cargo na PIDE, deferida numa portaria do dia seguinte, anotada pelo Tribunal de Contas em 18 de Agosto<sup>1085</sup>. Já “ex-subinspector”, Roquete pediu a Lourenço a emissão de certidões do tempo de serviço, informações biográficas, registo disciplinar e outros dados relativos ao seu percurso na PIP,

---

<sup>1078</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 490-500.

<sup>1079</sup> Francisco Miguel Duarte (1907-1988), militante do PCP desde 1932, sofreu sucessivas prisões durante o Estado Novo. Em democracia, foi deputado à Assembleia Constituinte e à Assembleia da República. Autor de vários livros de poesia, redigiu a autobiografia *Uma Vida na Revolução* (1977).

<sup>1080</sup> Correia, Fernando, *Francisco Miguel, Das Prisões à Liberdade*, Lisboa, Avante, 1986, p. 61.

<sup>1081</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 44-48.

<sup>1082</sup> ANTT, PIDE/DGS, OS n.º 53, 18-12-1945.

<sup>1083</sup> *Ibidem*, OS n.º 98, 08-04-1946.

<sup>1084</sup> Ramalho, Margarida Magalhães, “Paragem na Curia”, in *Visão História*, n.º 32, Dezembro de 2015, p. 62.

<sup>1085</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 39-41; *Diário do Governo*, II Série, 23-08-1947.

PVDE e PIDE, necessários aquando da futura aposentação do ribatejano<sup>1086</sup>. Os procedimentos legais com vista à saída de Roquete da polícia política foram resolvidos em poucos dias, de modo a formalizar uma situação já decidida há muito. Um mês mais tarde, o ex-futebolista já se encontrava em Lourenço Marques para tomar posse do lugar de chefe de secção do quadro eventual do CPM<sup>1087</sup>.

A prática do desporto de competição revelou-se incompatível com as responsabilidades assumidas por António Roquete na PVDE, que levaram o casapiano a deixar, num processo com avanços e recuos, o futebol e a natação. Enquanto os feitos atléticos de Roquete passavam a constituir matéria da história e memória do desporto, emergia publicamente o perfil de um funcionário policial duro e agressivo, elogiado por (alguns) meios ligados ao Estado Novo e temido ou odiado pelos opositores da ditadura. A imagem negativa que o rodeava contribuiu para associá-lo a actos repressivos dos quais estivera ausente. Apesar de ser uma das principais figuras da PVDE/PIDE de Agostinho Lourenço, que terá mantido sempre a confiança no salvaterrense, Roquete via a sua ascensão profissional travada pelo facto dos cargos directivos na polícia política se encontrarem reservados a oficiais do Exército. Nesse sentido, o desafio de assumir funções semelhantes noutra polícia, em fase de organização, na colónia de Moçambique representou uma oportunidade importante para o internacional português e funcionou como um reconhecimento das suas capacidades para exercer a profissão que escolhera.

---

<sup>1086</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 36-37.

<sup>1087</sup> *Lourenço Marques Guardian*, 24-09-1947.

## 2.4. 1947-1960: o chefe da Polícia Internacional

“Podia ter seguido o caminho dúbio que hoje se observa em pessoas de responsabilidade – que querem estar de bem com DEUS e com o DIABO (*sic*) – e por isso a minha presença aqui talvez lhes não agrade, por se não acharem bem, com a minha presença, a conviver com os inimigos do Estado Novo nos seus gabinetes – para fazerem a política amada das “boas pessoas”!” (António Roquete, carta a Agostinho Lourenço de 14-09-1954<sup>1088</sup>)

### 2.4.1. A ofensiva contra a Oposição

A vitória aliada na II Guerra Mundial e o novo contexto internacional saído do conflito em 1945 produziram uma conjuntura perigosa para o Estado Novo. O colapso do Eixo e a denúncia das atrocidades dos regimes alemão, italiano e japonês, acompanhados pelo isolamento da ditadura estabelecida por Franco em Espanha, desprestigiaram as ideias de extrema-direita, enquanto as democracias ocidentais e a União Soviética surgiam como uma fonte de esperança para a Oposição portuguesa. Desde 1943 que, enquanto a diplomacia de Salazar procurava obter o apoio anglo-americano e assegurar a sobrevivência do regime, os adversários deste recuperavam a iniciativa e a crença na possibilidade de uma transição para a democracia. Os meios situacionistas, por seu turno, sentiam-se desorientados perante um futuro incerto e temiam sofrer represálias em caso de queda do regime. Neste clima, os vários sectores da Oposição aliaram-se no Movimento de Unidade Democrática (MUD), desejoso de concorrer às eleições para a Assembleia Nacional marcadas para 18 de Novembro de 1945, aproveitando a necessidade do Estado Novo de se revestir de uma aparência distanciada do bloco derrotado na guerra, através de alterações como a mudança de nome da polícia política. O MUD e a sua organização dedicada aos jovens, o MUD Juvenil, registaram grande adesão, mas as limitações às suas actividades levaram à desistência das eleições, após as quais a ditadura intensificou a repressão. Nas presidenciais de Fevereiro de 1949, a Oposição apresentou o general Norton de Matos<sup>1089</sup> como candidato alternativo a Carmona e conseguiu reacender a mobilização popular

---

<sup>1088</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 261.

<sup>1089</sup> José Mendes Ribeiro Norton de Matos (1867-1955), oficial de cavalaria, ocupou as pastas das Colónias e da Guerra entre 1915 e 1917. Foi governador (1912-1915) e alto-comissário (1921-1924) de Angola e grão-mestre do Grande Oriente Lusitano Unido (1930-1935).

durante a campanha. Os apoiantes de Norton dividiam-se, porém, quanto à opção de ir ou não a votos, acabando o general por desistir a contragosto. A PIDE intensificou a sua actividade no final da década de 40, quando prendeu Álvaro Cunhal e outros dirigentes do PCP. Os anos seguintes seriam, para os anti-salazaristas, marcados pela divisão e pelo refluxo, enquanto o regime recuperou do abalo e prosseguiu numa estabilidade aparentemente imutável.

Numa reunião realizada em Lourenço Marques a 20 de Outubro de 1945, a Oposição moçambicana, impossibilitada de concorrer às eleições legislativas (a lei eleitoral foi publicada no *Boletim Oficial de Moçambique* apenas uma semana antes do fim do prazo para a apresentação de candidaturas e os adversários do regime foram impedidos de reunir até lá), apelou à abstenção, solidarizou-se com o MUD e elegeu uma comissão presidida pelo advogado Alexandre Sobral de Campos e representativa de “todas as correntes políticas adversas ao actual Governo” na colónia africana<sup>1090</sup>. Nos telegramas oficiais enviados a Caetano, Tristão de Bettencourt noticiou reuniões de grupos aderentes ao MUD nas cidades de Lourenço Marques, Beira, Quelimane, Inhambane, Nampula e Porto Amélia e revelou uma elevada abstenção eleitoral, favorecida pela apatia e desorientação dos apoiantes do Estado Novo<sup>1091</sup>. A confiança dos oposicionistas locais numa mudança política a curto prazo reflectiu-se na atitude de Aristides Aníbal Coelho, um oficial da Alfândega aposentado por razões políticas e colaborador da imprensa laurentina que, segundo um relatório de autor desconhecido escrito em 23 de Outubro de 1944, aproveitara a presença de membros do quadro eventual da polícia num almoço de homenagem ao cônsul britânico em Lourenço Marques, Claude Ledger, realizado em 22 de Julho desse ano, para lhes dirigir piadas e brindar ao fim do salazarismo. Informado do episódio, Henrique Henriques ordenou a prisão de Aristides Coelho e enviou o respectivo processo ao governador-geral, que ditou a ida do “comunista convicto” para Lisboa, mas Aristides não chegaria a sair da colónia<sup>1092</sup>.

Além de vários advogados republicanos e ligados à Maçonaria, como Filipe Inês Ferreira, o sector oposicionista de Moçambique incluía antigos ou actuais membros do PCP, que tinham procurado novas oportunidades profissionais em África. Além de Alexandre Sobral de Campos, um dos fundadores do PCP e residente em Lourenço Marques desde 1927, incluíam-se neste

---

<sup>1090</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/PC-3I, cx. 610, pt. 14, fls. 284-287.

<sup>1091</sup> Ibidem, AOS/CO/UL-9A, cx. 801, pt. 4, fls. 316-323.

<sup>1092</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 33 CI (2), NT 6949, fls. 236-238.

perfil figuras como o escritor Afonso Ribeiro<sup>1093</sup>, Júlio César Leitão, Miguel Wager Russell, Oliver Branco Bártolo, José Grácio Ribeiro, Cláudio Sérgio d’Espiney, Firminiano Cansado Gonçalves e Álvaro Duque da Fonseca<sup>1094</sup>. Os núcleos do PCP em Moçambique, de dimensões reduzidas, limitavam a sua actividade à recolha de fundos destinados ao partido e enviados para a Metrópole através de marinheiros. O engenheiro e militante comunista José Henrique Arandes (ex-aluno da CPL, onde entrou já depois de Roquete deixar a instituição), chegado a Lourenço Marques em 1944 para assumir o cargo de professor da Escola Técnica Sá da Bandeira, procurou reanimar as actividades políticas clandestinas, tendo formado uma célula do PCP com o ferroviário Cassiano Caldas e o piloto da barra José Roxo, além de manter contactos com o Partido Comunista da África do Sul, à qual Arandes se deslocou por várias vezes. As viagens e ligações políticas de Arandes chamaram a atenção da polícia moçambicana, embora sem “grandes ataques” desta ao engenheiro<sup>1095</sup>. Contratado como professor da Escola Técnica em 1 de Junho de 1944, Arandes saiu voluntariamente do lugar em Setembro de 1947 e regressou à Europa<sup>1096</sup>. Pouco depois, chegou a Moçambique Pedro Soares, funcionário do PCP e antigo prisioneiro no Tarrafal. Soares permaneceria na colónia até 1950, em situação legal, uma vez que obtivera um lugar de professor do ensino secundário particular graças a comunistas locais como Júlio César Leitão e António Carlos da Maia<sup>1097</sup>. O tarrafalista desenvolveria, sem o conhecimento policial, um trabalho de direcção dos simpatizantes do PCP no território<sup>1098</sup>.

Durante os dois anos de intervalo entre a nomeação e a posse de Roquete como chefe de secção, verificaram-se várias alterações nos cargos estatais moçambicanos. Chamado a Lisboa por Caetano em Junho de 1946, Tristão de Bettencourt foi substituído no cargo de governador-geral pelo capitão-de-fragata Gabriel Teixeira<sup>1099</sup>, que chegaria a Lourenço Marques em 13 de Fevereiro de 1947<sup>1100</sup>. No Corpo de Polícia, a saída de João Tomaz Gonçalves e Henrique Henriques levou à nomeação provisória, depois tornada definitiva, de Carlos Alberto Machado

---

<sup>1093</sup> Afonso Adelino Ribeiro de Azevedo (1911-1993), escritor e professor primário, integrou a corrente neo-realista. Escreveu livros de contos como *Ilusão na Morte* (1938), *Povo* (1947) e *África Colonial* (1975) e os romances *Aldeia* (1943) e *Escada de Serviço* (1947), entre outras obras. Regressou a Portugal em 1975.

<sup>1094</sup> Pereira, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política*, vol. 3, *O Prisioneiro*, pp. 507 e 512.

<sup>1095</sup> Mateus, ob.cit., pp. 235-236 e 401-408.

<sup>1096</sup> *BOM*, II Série, 26-08-1944 e 04-10-1947.

<sup>1097</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 264/52 SR, NT 2702, fl. 39; Pereira, José Pacheco, ob.cit., p. 512.

<sup>1098</sup> Mateus, ob.cit., pp. 236-237; Pereira, José Pacheco, ob.cit., pp. 512-516.

<sup>1099</sup> Gabriel Maurício Teixeira (1897-1973), oficial da Marinha, atingiu a patente de capitão-de-mar-e-guerra. Eleito deputado à Assembleia Nacional em 1945 e 1965, foi governador de Macau (1940-1946) e Moçambique (1946-1958), antes de se tornar administrador do Banco Nacional Ultramarino.

<sup>1100</sup> *BOM*, II Série, 06-07-1946, 04-01-1947 e 12-02-1947.

da Silva<sup>1101</sup> e Alfredo da Silva Pereira para as funções de comandante e comandante adjunto, respectivamente<sup>1102</sup>. A ausência de Roquete obrigara à designação, ainda em 1945, de dois dos agentes de 1.ª classe do quadro eventual, Armando da Gama Ochoa e Elísio do Nascimento Carvalho (oriundo da PSP), como chefes de secção substitutos<sup>1103</sup>. O tenente do Secretariado Militar Delfim das Neves, antigo vogal da Comissão de Censura moçambicana, ocuparia aos 45 anos, em Abril de 1947, uma das vagas não providas de chefe de secção do quadro eventual, com carácter interino<sup>1104</sup>.

Sem a companhia de familiares, António Roquete chegou a Lourenço Marques, a bordo do *João Belo*, no dia 23 de Setembro de 1947, o mesmo em que tomou posse do lugar de chefe de secção do CPM<sup>1105</sup>. A imprensa laurentina identificou Roquete como membro da selecção portuguesa de futebol presente nos Jogos Olímpicos de 1928 (“Que saudades temos desse grande *team*”) e referiu as funções policiais assumidas pelo casapiano em Moçambique<sup>1106</sup>. Maria Bacelar Roquete continuou a residir na Metrópole, onde pediria em Março de 1949 a Pedro de Campos Tavares, em nome do marido, novos documentos comprovativos dos cursos frequentados por António na Casa Pia<sup>1107</sup>. Em Lourenço Marques, Roquete enviava todos os meses parte do seu salário para “ajudar meus filhos, mulher e mãe”<sup>1108</sup>. No entanto, não se sabe que tipo de contactos manteve (ou não) o salvaterrense com Judite, Maria, Olga e Fernando durante os anos que passou em África.

Pouco depois de tomar posse, Roquete terá aparecido na administração dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique, onde Cassiano Caldas trabalhava como ajudante de guarda-livros, num sinal de que a repressão política na colónia entrava numa nova fase<sup>1109</sup>. No entanto, o número de funcionários que o “ganso” iria chefiar era reduzido, limitando-se no final de 1947 a três agentes de 1.ª classe, quatro agentes de 2.ª, seis agentes de 3.ª (dois dos quais interinos), dois

---

<sup>1101</sup> Carlos Alberto Machado da Silva (1905-1979), capitão de artilharia e professor de Educação Física, desempenhou em Moçambique as funções de comissário adjunto da Mocidade Portuguesa (1940-1943) e comandante do Corpo de Polícia (1945-1949). Seria mais tarde director dos CTT de Angola.

<sup>1102</sup> BOM, II Série, 29-12-1945, 19-01-1946 e 19-10-1946.

<sup>1103</sup> Ibidem, 22-12-1945.

<sup>1104</sup> Ibidem, 28-06-1944 e 26-04-1947.

<sup>1105</sup> Ibidem, 20-03-1948; *Lourenço Marques Guardian*, 24-09-1947.

<sup>1106</sup> *Eco dos Sports*, 27-09-1947; *Lourenço Marques Guardian*, 27-09-1947; *Notícias*, 27-09-1947.

<sup>1107</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fl. s.n.

<sup>1108</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 261.

<sup>1109</sup> Mateus, ob.cit., pp. 237 e 405.

escriturários de 1.<sup>a</sup> classe, dois escriturários de 2.<sup>a</sup> e um dactilógrafo, num total de 18 pessoas<sup>1110</sup>. A escassez de homens do quadro eventual limitava as actividades deste e colocava necessariamente Roquete na dependência dos oficiais no comando do Corpo de Polícia. Mesmo assim, o antigo futebolista iniciou o trabalho.

Um relatório de 18 de Outubro de 1948 com o título “Resultados obtidos da recente actuação do Comando de Polícia atinente a esclarecer alguns factos e manejos de natureza política de oposição ao Estado Novo”, assinado por António Roquete, aborda temas como a investigação da autoria de um artigo contra o regime português publicado na revista sul-africana *Democrat*, inicialmente atribuída ao ajudante de escritório Felisberto Ferreirinha. Não existiam, contudo, provas da ligação de Ferreirinha ao artigo, cujo autor só poderia ser descoberto através da *Democrat*, pelo que o comando do CPM já contactara as autoridades de Joanesburgo. Roquete menciona também a recente distribuição em Lourenço Marques de panfletos oposicionistas emitidos por grupos como o MUD Juvenil local e as actividades do jornalista Gabriel Medina Camacho, destinatário de cartas do “elemento comunista” José Rocha, o qual ter-se-ia deslocado em missões políticas à Beira e à África do Sul. Os métodos de investigação do CPM incluíam o recurso a “informação secreta” e a buscas nos domicílios e locais de trabalho dos suspeitos, com vista à apreensão de correspondência e documentação clandestina que fornecessem dados sobre a Oposição. Após ler o relatório, Gabriel Teixeira ordenou a prisão de José Rocha e o envio de cópias do texto de Roquete e de outros documentos relevantes ao ministro das Colónias<sup>1111</sup>.

Roquete concluiu a partir de uma carta de Ferreirinha a Medina Camacho que os oposicionistas integrados no MUD de Moçambique (cuja actividade prosseguia, apesar da recente proibição do organismo na Metrópole) pesquisavam e enviavam para Lisboa informações sobre alegadas “negociatas” cometidas por Gabriel Teixeira e outras autoridades locais<sup>1112</sup>. O governador-geral era igualmente acusado de irregularidades por António Neves Anacleto, regressado em Setembro de 1948 a Lourenço Marques para recorrer de uma condenação a 10 meses de prisão motivada por críticas a vários juízes feitas pelo antigo deportado num telegrama enviado a Salazar. Vencedor do recurso, Neves Anacleto permaneceu na capital moçambicana, mas ainda em 1948 foi chamado às instalações do CPM e informado de um despacho de Teixeira

---

<sup>1110</sup> BOM, II Série, 20-03-1948.

<sup>1111</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 1116/49, NT 5032, vol. 1, fls. 3-8.

<sup>1112</sup> Ibidem, fls. 6-7.

que o expulsava da colónia. Anacleto manifestou ao “inspector Roquete” a sua recusa em acatar a ordem e recordou “a quantidade e qualidade dos amigos que tenho em Lisboa”. Nos cafés da cidade, o advogado denunciou uma antiga ligação entre Teixeira e o burlão Santos Franco, detido no forte da ilha de Moçambique. Receoso do escândalo, o governador terá trocado o silêncio de Neves Anacleto pela anulação da expulsão deste<sup>1113</sup>.

O MUDJ moçambicano reunia jovens situados politicamente à esquerda dos republicanos membros da Comissão Central do MUD no território. O panfleto distribuído a 7 de Outubro de 1948 em Lourenço Marques terá sido o primeiro documento divulgado pelo MUDJ local e surpreendido o MUD, do qual um dos membros, Jorge de Figueiredo, se afastou por discordar do teor comunista do manifesto. Os autores do polémico documento eram, segundo Roquete, o advogado Henrique Beirão e Rómulo Luís Alves da Silva, professor da Escola Técnica Sá da Bandeira<sup>1114</sup>. Henrique Beirão, iniciado na actividade oposicionista durante a sua licenciatura na Universidade de Coimbra, era o líder informal de um grupo que reunia a farmacêutica Maria Sofia Pomba Guerra, o empregado de escritório João Almeida Mendes, o engenheiro Norberto Sobral de Campos (filho de Alexandre Sobral de Campos), o fotógrafo Ricardo Rangel<sup>1115</sup> e futuros nomes destacados da literatura moçambicana como Rui Knopfli<sup>1116</sup>, Noémia de Sousa<sup>1117</sup>, Fonseca Amaral<sup>1118</sup> e José Craveirinha<sup>1119</sup>, entre outras personalidades. Vários destes jovens, culturalmente influenciados pelo comunismo e orientados por Pedro Soares, formaram a Organização Comunista de Moçambique, responsável pela publicação de três números do jornal clandestino *O Militante Colonial*. Uma preocupação da OCM e do MUDJ era o alargamento do

---

<sup>1113</sup> Anacleto, ob.cit., pp. 409-411.

<sup>1114</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 1116/49, NT 5032, vol. 1, fls. 4-5; *BOM*, II Série, 07-09-1946.

<sup>1115</sup> Ricardo Aquiles Rangel (1924-2009) trabalhou como fotógrafo para periódicos como *Tempo*, *Notícias*, *Notícias da Beira* e *Diário de Moçambique*. Após a independência de Moçambique, tornou-se o fotógrafo oficial do presidente Samora Machel.

<sup>1116</sup> Rui Manuel Correia Knopfli (1932-1997) dirigiu o jornal *A Tribuna* entre 1974 e 1975, ano em que deixou Moçambique e assumiu o cargo de conselheiro de imprensa na embaixada portuguesa em Londres. Publicou livros de poesia como *O País dos Outros* (1959), *Mangas Verdes com Sal* (1969), *A Ilha de Próspero* (1972) ou *Memória Consentida* (1982).

<sup>1117</sup> Carolina Noémia Abranches de Sousa (1926-2002) trabalhou como jornalista e correspondente comercial, tendo produzido uma obra poética dispersa por periódicos e antologias colectivas.

<sup>1118</sup> João da Costa Fonseca Amaral (1929-1992), poeta e tradutor, colaborou em *Itinerário*, *Brado Africano*, *A Voz de Moçambique* e *Lourenço Marques Guardian*. A sua obra foi reunida em *Poemas* (1999).

<sup>1119</sup> José João Craveirinha (1922-2003) esteve preso entre 1965 e 1969 por pertencer à FRELIMO. Escreveu em *Notícias*, *Brado Africano* e *Notícias da Beira*, entre outros jornais. Autor de livros de poesia como *Karingana ua Karingana* (1974), *Cela 1* (1980) e *Maria* (1988), recebeu em 1991 o Prémio Camões.

movimento oposicionista à população negra da colónia, entre a qual terá sido recrutado um pequeno número de activistas, ainda aquém das expectativas<sup>1120</sup>.

A revista literária *Itinerário*, publicada em Lourenço Marques entre 1941 e 1955, serviu de ponto de encontro da Oposição local e permitiu aos jovens escritores desta a divulgação de trabalhos de prosa e poesia<sup>1121</sup>. Dirigido pelo advogado Henrique Vasco Soares de Melo, o mensário manifestou no início de 1949 o seu apoio à candidatura de Norton de Matos, incluindo artigos de opinião de autores como Maria Sofia Pomba Guerra, António Luís de Almeida, Afonso Ribeiro e Teófilo Rodrigues, além de textos retirados dos jornais metropolitanos *República* e *Diário de Lisboa* e discursos da campanha de Norton<sup>1122</sup>. As eleições presidenciais estimularam a mobilização dos sectores oposicionistas de Moçambique. De acordo com Fonseca Amaral, então aluno do Liceu Salazar e participante em iniciativas do MUDJ como a organização de um comício no campo do Grupo Desportivo Mahafil Islamo, situado no bairro suburbano do Xipamanine, “o Roquete, que era um macaco, percebeu o que era aquilo e o que ia dar”, mas o comandante Machado da Silva impediu o chefe de secção de ir além de uma advertência aos jovens<sup>1123</sup>.

A Comissão Central da candidatura de Norton de Matos em Moçambique, formada por António de Sousa Neves, Filipe Ferreira, João António de Carvalho, José de Santa Rita e Maria Sofia Pomba Guerra, comunicou a Carlos Machado da Silva a realização em 20 de Janeiro de “uma reunião de propaganda política” no Teatro Manuel Rodrigues (uma das principais salas de espectáculos de Lourenço Marques), à qual assistiram cerca de 2500 pessoas. O comício, aproveitado para recolher donativos, ficou marcado por discursos de Filipe Ferreira, Sofia Pomba Guerra e António de Sousa Neves. Ferreira criticou na sua intervenção as autoridades policiais moçambicanas, que, embora não atingissem ainda “certos extremos” da actuação da PIDE na Metrópole, desrespeitavam “o princípio da inviolabilidade do domicílio” e efectuavam prisões sem culpa formada, enquanto Sousa Neves, também advogado, revelou ser impedido pelo CPM

---

<sup>1120</sup> Madeira, João, “O PCP e a Questão Colonial – Dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)”, in *Estudos do Século XX*, n.º 3, 2003, p. 221; Pereira, José Pacheco, ob.cit., pp. 508-509 e 513-516.

<sup>1121</sup> *Itinerário*, Junho de 1949, Julho de 1949 e Agosto de 1949.

<sup>1122</sup> *Ibidem*, Janeiro de 1949 e Fevereiro de 1949.

<sup>1123</sup> Saúte, Nelson, *Os Habitantes da Memória. Entrevistas com escritores moçambicanos*, Praia, Centro Cultural Português, 1998, pp. 83-84.

de aceder aos processos dos presos políticos por si defendidos<sup>1124</sup>. Seguiu-se um evento ocorrido a 25 de Janeiro no Ateneu Grego, onde discursou Norberto Sobral de Campos e Sofia Pomba Guerra presidiu à mesa da sessão, cujos membros incluíam nomes como Felisberto Ferreira e Custódio Graça, este impedido de comparecer “devido a motivos alheios à sua vontade”. Pomba Guerra criticou vários actos da censura e do Corpo de Polícia contra a candidatura oposicionista, num clima dominado por “boatos de prisões e represálias” iminentes<sup>1125</sup>. Machado da Silva proibiu a sessão de propaganda que a Oposição pretendia realizar num terreno ao ar livre em 31 de Janeiro, tal como a tradicional romagem ao cemitério de S. Francisco Xavier promovida nessa data para homenagear os republicanos já falecidos<sup>1126</sup>. Entretanto, o *Avante!* denunciou a actividade repressiva conduzida por Roquete, Machado da Silva e Silva Pereira, referindo prisões, interrogatórios aos membros da Comissão Central do MUD, buscas nos escritórios dos principais oposicionistas e “chamada à polícia de rapazes e raparigas” acusados de pertencer ao MUD Juvenil<sup>1127</sup>.

Apesar da desistência de Norton de Matos, registaram-se alguns votos no general oposicionista em Moçambique, onde os resultados oficiais das eleições de 13 de Fevereiro assinalaram 8058 votos (89,6% do total) em Óscar Carmona, 707 (7,8%) em Norton e 231 (2,6%) nulos, numa votação na qual participaram 74,9% dos 12 004 eleitores inscritos, de acordo com os dados enviados por Gabriel Teixeira ao ministro das Colónias, Teófilo Duarte<sup>1128</sup>. O governador-geral descreveu por telegrama alguns aspectos da campanha presidencial no território, durante a qual a Oposição divulgara, além dos “chavões costumados” acerca da falta de liberdade, queixas contra injustiças nas relações económicas entre a Metrópole e as colónias. A propaganda a favor de Norton tinha encontrado “mais receptividade” entre os jovens, um grupo populacional a que o Estado Novo deveria “dedicar especial atenção pelo futuro (*sic*)”<sup>1129</sup>.

As dimensões alcançadas pela actividade anti-salazarista em Moçambique a propósito das eleições presidenciais preocuparam o regime e levaram a alterações nas chefias do Corpo de

---

<sup>1124</sup> Lourenço Marques *Guardian*, 05-01-1949, 15-01-1949, 21-01-1949 e 22-01-1949; *Notícias*, 22-01-1949 e 24-01-1949.

<sup>1125</sup> Lourenço Marques *Guardian*, 24-01-1949 e 26-01-1949; *Notícias*, 26-01-1949 e 29-01-1949.

<sup>1126</sup> Lourenço Marques *Guardian*, 30-01-1949; *Notícias*, 30-01-1949.

<sup>1127</sup> *Avante!*, 2.<sup>a</sup> Quinzena de Janeiro de 1949.

<sup>1128</sup> Teófilo Duarte (1898-1956), oficial do Exército, foi governador de Cabo Verde (1918-1919) e Timor (1927-1928), além de administrador da Companhia de Moçambique e do Banco Nacional Ultramarino. Liderou o Ministério das Colónias entre 1947 e 1950.

<sup>1129</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/UL-9B, cx. 802, pt. 3, fls. 591 e 608-614.

Polícia. Portarias de 8 de Abril de 1949 do Ministério das Colónias exoneraram, “por conveniência de serviço e sob proposta do Governo-Geral da Colónia de Moçambique”, Carlos Alberto Machado da Silva e Alfredo da Silva Pereira dos cargos de comandante e comandante adjunto, nos quais seriam substituídos, respectivamente, pelo capitão de infantaria Hilário Marques da Gama e pelo tenente miliciano de cavalaria Eduardo Aires Trigo de Sousa<sup>1130</sup>. Roquete escreveria em 1960 que Machado da Silva fora “pura e simplesmente “corrido”” do comando do CPM por Teófilo Duarte, devido às suas ligações ao “revirinho” de Moçambique<sup>1131</sup>.

Nascido em 1921, Hilário Marques da Gama era casado desde 9 de Novembro de 1946 com Maria Celeste de Gouveia Pinto, filha de Eurico de Gouveia Pinto. Além de chefiar os Serviços Cirúrgicos do Hospital Miguel Bombarda, o médico casapiano desenvolvia actividade empresarial, como fundador e presidente da Sociedade Industrial do Rio Monapo<sup>1132</sup>. Teófilo Duarte transferiu Eurico de Gouveia Pinto para S. Tomé e Príncipe em 28 de Junho de 1949, mas o cirurgião recorreu da portaria para o Supremo Tribunal Administrativo e obteve a anulação da medida por ausência de fundamento legal, numa decisão expressa nos acórdãos do Supremo de 3 de Março e 13 de Julho de 1950<sup>1133</sup>. Filiado na UN, Gouveia Pinto foi igualmente clínico do Banco Nacional Ultramarino em Lourenço Marques<sup>1134</sup>. Hilário Marques da Gama era, assim, genro de um homem muito influente no território moçambicano. Quanto a Eduardo Trigo de Sousa, de 39 anos, tinha já prestado na Metrópole cerca de dois anos e meio de serviço na PIDE, como responsável pelo Serviço de Cadastro e Informativo<sup>1135</sup>. Trigo de Sousa chegou a Moçambique em 19 de Julho de 1949, assegurando a chefia do CPM na breve transição entre Machado da Silva e Marques da Gama, que tomou posse a 4 de Agosto do cargo de comandante<sup>1136</sup>.

António Roquete participou em 10 de Julho de 1949 num jogo de futebol entre casapianos a viver em Moçambique enquadrado nas comemorações do aniversário da CPL,

---

<sup>1130</sup> BOM, II Série, 23-07-1949 e 06-08-1949.

<sup>1131</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 468-469.

<sup>1132</sup> Gama, Luís Filipe Marques da, *Dos Leais de Sintra e Colares aos da Região Oeste. Uma linhagem medieval inédita*, Óbidos, Câmara Municipal de Óbidos, 1997, p. 158.

<sup>1133</sup> BOM, II Série, 09-09-1950 e 28-10-1950.

<sup>1134</sup> *Notícias*, 11-09-1959 e 02-10-1959.

<sup>1135</sup> BOM, II Série, 02-02-1957; Pimentel, ob.cit., pp. 36 e 50.

<sup>1136</sup> BOM, II Série, 13-08-1949; *Notícias*, 20-07-1949 e 04-08-1949.

como capitão e guarda-redes de uma das equipas<sup>1137</sup>. No final desse mês, realizaram-se na recém-inaugurada piscina do Desportivo de Lourenço Marques (presidido por António de Sousa Neves) competições de natação entre clubes da capital moçambicana, nas quais Roquete, em representação do Sporting local, ficou em segundo lugar na prova de 100 metros bruços<sup>1138</sup>. A 6 de Agosto, o casapiano integrou a equipa do SCLM que disputou no mesmo local uma estafeta de 3x100 metros estilos, onde os “leões” ficaram atrás do Desportivo e do Clube Ferroviário de Moçambique<sup>1139</sup>. Nas novas provas inter-clubes de 13 de Agosto, Roquete, então já com 43 anos de idade e a defrontar nadadores mais jovens, venceu a prova de 100 m bruços, distância que percorreu em 1 minuto e 36 1/5 segundos, reduzindo em mais de 2 segundos o tempo por si registado a 31 de Julho. Em 3x33 m, estilos bruços, costas e *crawl*, o Sporting, representado por Roquete, Vasco R. Duarte e E. Abreu, sagrou-se vencedor “graças à excelente prova de Roquete”, ao superar o Desportivo, o Ferroviário e o Grupo Desportivo 1.º de Maio<sup>1140</sup>. Os novos feitos do ribatejano na natação, obtidos pelo clube ao qual Alfredo da Silva Pereira estava ligado, seriam valorizados numa entrevista posterior por Roquete<sup>1141</sup> e revelam que este manteve a prática desportiva, ainda que de forma esporádica.

Apesar da desilusão causada pela desistência de Norton de Matos, os membros do MUDJ prosseguiram a actividade através da participação no associativismo local (a Associação Africana de Moçambique e o Centro Associativo dos Negros de Moçambique eram duas das colectividades marcadas pela influência oposicionista) e da promoção de iniciativas destinadas a atrair os jovens, como passeios e sessões de cinema<sup>1142</sup>. Sofia Pomba Guerra, dirigente da Secção Feminina da Sociedade de Estudos de Moçambique, proferiu várias conferências sobre culinária e nutrição<sup>1143</sup>, enquanto João Mendes realizou palestras na sede do 1.º de Maio<sup>1144</sup>. Artigos de temática cultural escritos para o *Itinerário* e outros periódicos<sup>1145</sup>, tal como os poemas publicados na imprensa de autores como Fonseca Amaral e Noémia de Sousa, constituíam outras formas de actividade legal. Ao mesmo tempo, os activistas continuaram a imprimir manifestos

---

<sup>1137</sup> *Lourenço Marques Guardian*, 09-07-1949; *Notícias*, 09-07-1949.

<sup>1138</sup> *Notícias*, 02-08-1949.

<sup>1139</sup> *Ibidem*, 07-08-1949.

<sup>1140</sup> *Ibidem*, 14-08-1949.

<sup>1141</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965.

<sup>1142</sup> Mateus, ob.cit., pp. 236-237; Pereira, José Pacheco, ob.cit., p. 508; Saúte, ob.cit., pp. 83-84.

<sup>1143</sup> *Lourenço Marques Guardian*, 18-07-1949 e 20-07-1949; *Notícias*, 21-07-1949.

<sup>1144</sup> *Lourenço Marques Guardian*, 16-07-1949; *Notícias*, 02-09-1949.

<sup>1145</sup> *Itinerário*, Julho de 1949 e Agosto de 1949; *Lourenço Marques Guardian*, 11-07-1949.

distribuídos clandestinamente nos bairros de Lourenço Marques. Em Junho de 1949, Ricardo Rangel e outros moçambicanos foram capturados “em flagrante delito” pela polícia quando colocavam panfletos debaixo das portas de habitações<sup>1146</sup>. Apesar da libertação dos detidos, o episódio iniciou uma vaga repressiva conduzida pelo CPM.

Gabriel Teixeira telegrafou em 6 de Setembro para Teófilo Duarte de modo a informar o ministro da detenção de seis indivíduos, “entre quais um mulato dois pretos” (*sic*), por distribuição de propaganda da Oposição, presumivelmente relacionada com as eleições para a Assembleia Nacional, a realizar em 13 de Novembro. Durante a campanha, a “táctica” oposicionista seria fazer o “máximo escândalo” nos comícios e provocar o uso da violência pelas autoridades. Para travar as actividades anti-salazaristas, Teixeira via como necessária a prisão e deportação para a Metrópole dos “cabecilhas” da Oposição local, entre os quais identificou, a 14 de Setembro, Henrique Beirão, Sofia Pomba Guerra, Norberto Sobral de Campos e os advogados José de Santa Rita e Henrique Soares de Melo<sup>1147</sup>. Os três primeiros, juntamente com João Mendes e o enfermeiro Carlos Alberto Barreiros Pais, foram detidos no mês de Setembro por pertencerem a uma organização clandestina, o Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique.

A captura de Norberto Sobral de Campos ocorreu antes de 20 de Setembro, data dos acontecimentos descritos pelo pai do engenheiro numa reclamação enviada no dia 23 a Gabriel Teixeira e reproduzida num panfleto. Segundo a exposição, Alexandre Sobral de Campos e a sua nora, Flávia Guimarães, deslocaram-se à sede do CPM e pediram que, como habitualmente, um guarda os acompanhasse à cela de Norberto e assistisse à visita. No entanto, “o funcionário Roquete” levou Alexandre Sobral de Campos à presença de Hilário Marques da Gama, que, após confirmar que Alexandre assinara uma circular da Comissão Central do MUD contra as prisões, distribuída na noite anterior, proibiu-o de ver o filho e voltar a entrar no edifício policial, não prendendo o advogado devido à idade avançada deste (61 anos). A 21 de Setembro, Sobral de Campos soube da prisão dos restantes signatários da circular, Afonso Ribeiro, Antero Sobral, Soares de Melo e Joaquim Gomes da Costa<sup>1148</sup>. Vários panfletos, um dos quais assinado pela “Comissão Executiva do Movimento Democrático da Juventude de Moçambique”, divulgaram

---

<sup>1146</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 2799 CI (2), NT 7233, fls. 9-10.

<sup>1147</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/UL-8I, cx. 813, pt. 1, fls. 3-4.

<sup>1148</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 1116/49, NT 5032, vol. 1, fl. 57.

em Setembro e Outubro de 1949 as prisões políticas efectuadas pelo CPM. Além de manter nos calabouços as principais figuras da Oposição laurentina, a polícia interrogou e deteve por alguns dias cerca de 20 jovens supostamente membros do MJDM, num conjunto de “prisões em massa” noticiado no *Avante!*<sup>1149</sup>. Vários dos envolvidos, como Cassiano Caldas, Noémia de Sousa e Fonseca Amaral, confirmariam terem sido detidos nessa altura por polícias sob o comando de António Roquete<sup>1150</sup>. Outro dos jovens conduzidos ao edifício do CPM, o então estudante liceal Rui Knopfli, recordou ter sido “enxovalhado e humilhado por palavras”, mas poupado a agressões devido ao facto de ser branco, enquanto negros e mulatos como Aníbal Aleluia e Ricardo Rangel foram maltratados fisicamente<sup>1151</sup>.

Roquete escreveu em 29 de Setembro um relatório sobre o Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique, cujos filiados, “jovens sem distinção de cores” divididos por células segundo o modelo do PCP, promoviam “reuniões secretas” e “distribuições clandestinas de panfletos” contra o Estado Novo, realizadas nas ruas ou por correio. O mais preocupante na organização seria o facto dos seus membros irem além das reivindicações da Oposição tradicional e revelarem “ideias separatistas” marcadas pelo “ódio e desrespeito pelo governo central e suas instituições”, assim como por “indiferença e alheamento propositados por tudo o que se passa na Mãe-Pátria (*sic*)”. A partir de Julho, o MDJM intensificara a produção de panfletos com “notícias falsas e tendenciosas”. O relator menciona o fim recente da “imerecida benevolência” para com a “meia dúzia de dementes” responsáveis pela agitação política em Moçambique. A repressão policial, “aliás benévola”, estava a levar os opositores do regime a um “desespero espectacular” notado por Roquete nos panfletos posteriores às detenções desse mês<sup>1152</sup>.

Pelo seu carácter inédito, a vaga de prisões teve um grande impacto em Lourenço Marques. A discussão acerca do caso obrigou as autoridades a publicar em 8 de Outubro uma extensa nota oficiosa assinada por Pedro Correia de Barros<sup>1153</sup>, chefe da Repartição do Gabinete

---

<sup>1149</sup> Ibidem, fls. 44-49; *Avante!*, 2.<sup>a</sup> Quinzena de Novembro de 1949.

<sup>1150</sup> Laban, Michel, *Moçambique – Encontro com Escritores*, vol. I, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1998, p. 323; Mateus, ob.cit., pp. 237-238; Saúte, ob.cit., pp. 84 e 248.

<sup>1151</sup> Saúte, ob.cit., pp. 287-288.

<sup>1152</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 2156/49 SR, NT 2658, fls. 91-92. O texto da autoria de Roquete foi citado numa brochura sobre o caso a que a PIDE teve acesso em 1958, através de um informador próximo de Sofia Pomba Guerra, então a residir na Guiné.

<sup>1153</sup> Pedro Correia de Barros (1911-1968), oficial da Marinha, desempenhou, entre outras, as funções de governador de Macau (1956-1958) e Moçambique (1959-1961).

do Governo-Geral. O documento pretende responder à “especulação” crescente ao tornar públicos excertos de documentos do processo do Movimento dos Jovens Democratas de Moçambique e os nomes dos principais envolvidos. A polícia acompanhara diversas iniciativas (conferências, passeios, excursões, etc.) promovidas por personalidades como Henrique Beirão, Sofia Pomba Guerra, Norberto Sobral de Campos ou Adélia Gomes da Costa e que visavam o recrutamento de jovens para o MJDM, até reunir “elementos suficientes de prova para agir contra essas supostas “inocentes” actividades”. As provas terão sido obtidas através de buscas nas casas dos activistas, possuidores de livros marxistas e documentação de origem clandestina. Os “autores morais destes factos criminosos” seriam inflexivelmente punidos, em contraste com a brandura do tratamento concedido aos jovens por eles influenciados<sup>1154</sup>.

Após consultar Teófilo Duarte, Gabriel Teixeira ordenou em 12 de Outubro que os arguidos João Mendes, Henrique Beirão, Carlos Barreiros Pais, Sofia Pomba Guerra (a mais velha do grupo, com 43 anos) e Norberto Sobral de Campos fossem levados sob prisão para a Metrópole e enviou à PIDE o respectivo processo, instruído pelo quadro eventual do CPM. O governador-geral pretendia deportar igualmente Soares de Melo, mas as cautelas deste e dos restantes presos impediram a descoberta de “prova cabal” contra o advogado. Os cinco deportados embarcaram em 15 de Outubro no cargueiro *Sofala* e deram entrada a 23 de Novembro nas instalações da PIDE, seguindo depois para Caxias<sup>1155</sup>. Em Moçambique, a Oposição não apresentou candidaturas às eleições para a Assembleia Nacional, cuja campanha incluiu apenas propaganda a favor do regime. Num comício da UN em Lourenço Marques, Gabriel Teixeira criticou “uns escritos em papelinhos” que o acusavam de ser “uma espécie de joguete da polícia” e reclamou toda a responsabilidade pelas prisões e deportações de opositoristas<sup>1156</sup>. As eleições terão revelado uma nova confiança dos apoiantes da ditadura após o abalo do pós-guerra, uma vez que, de acordo com Teixeira, 90% dos eleitores recenseados na colónia foram às urnas votar nos três candidatos indicados pelo Governo<sup>1157</sup>.

Para além do problema de jurisdição criado pelo julgamento em Lisboa de alegados delitos cometidos em Moçambique, o processo dos membros do MJDM enfrentou a dificuldade

---

<sup>1154</sup> *Notícias*, 09-10-1949.

<sup>1155</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/UL-8I, cx. 813, pt. 1, fls. 5-7; ANTT, PIDE/DGS, SC, Registo Geral de Presos, livro 98, registos n.º 19514-19518.

<sup>1156</sup> *Lourenço Marques Guardian*, 11-11-1949 e 12-11-1949.

<sup>1157</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/UL-9B, cx. 802, pt. 3, fls. 645-648; *Manifesto*, 19-11-1949.

da PIDE em descobrir provas da ligação entre o PCP e os Jovens Democratas. Após várias pesquisas no arquivo da polícia política, nada foi encontrado de relevante, a não ser um exemplar de *O Militante Colonial*. Num relatório de 28 de Janeiro de 1950, o inspector Raul Rosa Porto Duarte admitiu que “nada de positivo foi possível apurar”, mas José Catela ordenou novas diligências até Porto Duarte, a 18 de Fevereiro, afirmar existirem indícios de orientação do MJDM pela OCM<sup>1158</sup>. A defesa dos arguidos denunciou, no entanto, que o primeiro relatório de Porto Duarte tinha sido retirado dos autos e trocado pelo segundo<sup>1159</sup>. Os réus contestaram a competência legal do quadro eventual do CPM para instruir o processo e criticaram as “pseudo-investigções” de Roquete, que pretendia apenas mostrar serviço perante o novo comandante e evitar candidaturas oposicionistas às eleições<sup>1160</sup>. O julgamento do caso no Tribunal Plenário, no qual a defesa apresentou uma lista de 44 testemunhas (a que se juntavam os 23 depoimentos abonatórios recolhidos em Lourenço Marques), teria apenas duas sessões, uma vez que o Ministério Público pediu em 4 de Julho a absolvição dos réus por falta de provas da acusação de “actividades subversivas”<sup>1161</sup>. Os cinco arguidos saíram em liberdade após 10 meses de prisão, mas Gabriel Teixeira comunicou ao Ministério das Colónias a recusa do Governo-Geral em permitir o regresso dos activistas<sup>1162</sup>. Sofia Pomba Guerra partiu para Bissau, onde residia o seu marido, Platão Guerra, enquanto João Mendes, Henrique Beirão e Norberto Sobral de Campos estabeleceram-se em Angola<sup>1163</sup>. Por seu turno, Carlos Barreiros Pais, acusado pelo PCP de ser um provocador ligado à prisão dos correligionários<sup>1164</sup>, encontrava-se, em Maio de 1955, internado na casa de saúde do Telhal (Rio de Mouro) devido a problemas mentais<sup>1165</sup>.

As prisões de Setembro e Outubro de 1949 deixaram marcas na Oposição moçambicana, cuja actividade decresceu significativamente. Felisberto Ferreirinha aposentou-se e regressou à Metrópole<sup>1166</sup>, enquanto Cassiano Caldas foi transferido para Quelimane, no Norte de Moçambique<sup>1167</sup>, e Noémia de Sousa, submetida a uma vigilância policial constante, decidiu em

---

<sup>1158</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 1116/49, NT 5032, vol. 1, fls. 122, 128, 145, 173-174, 187-188 e 190.

<sup>1159</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 2156/49 SR, NT 2658, fls. 95-97.

<sup>1160</sup> *Ibidem*, fls. 103 e 110-112.

<sup>1161</sup> *Ibidem*, fls. 102, 106 e 113; Mateus, Mateus, *Nacionalistas de Moçambique*, pp. 23-24.

<sup>1162</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PC 1116/49, NT 5032, vol. 1, fl. 229.

<sup>1163</sup> Mateus, Mateus, *ob.cit.*, p. 25.

<sup>1164</sup> *Avante!*, Julho de 1950 e Setembro de 1950.

<sup>1165</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 2156/49 SR, NT 2658, fl. 148.

<sup>1166</sup> *BOM*, II Série, 26-11-1949; *Notícias*, 09-08-1949.

<sup>1167</sup> Mateus, *Memórias do Colonialismo e da Guerra*, pp. 238-240.

1951 partir para Lisboa<sup>1168</sup>. Um relatório do MUD Juvenil de Março de 1951 assinalou a influência negativa em Moçambique da prisão e deportação dos antigos dirigentes, enquanto os velhos núcleos de simpatizantes comunistas rivalizavam entre si<sup>1169</sup>. Num ofício de 25 de Agosto de 1951 enviado a um dos funcionários superiores da PIDE, o tenente Ferry Correia Gomes, Hilário Marques da Gama relacionou a ausência de comícios oposicionistas aquando das eleições presidenciais do mês anterior, nas quais o general Francisco Craveiro Lopes<sup>1170</sup> se tornara o sucessor do falecido Carmona, com a ausência de Henrique Beirão, Sofia Pomba Guerra e Norberto Sobral de Campos, “que em boa hora daqui foram escorraçados”<sup>1171</sup>. À imagem do que acontecia na Metrópole, os adversários do Estado Novo em Moçambique entravam numa longa fase de divisão e refluxo. Contudo, Roquete escreveu em 1956, também a Ferry Gomes, que “ainda hoje há sólidas raízes” deixadas pelo trabalho do MUDJ e do MJDM<sup>1172</sup>. De facto, a actividade dos jovens oposicionistas no final da década de 40 representou o embrião do nacionalismo moçambicano ao pôr em causa a presença portuguesa na colónia e formar algumas das personalidades envolvidas na futura luta pela independência.

António Roquete terá conhecido Eduardo Mondlane<sup>1173</sup> em Setembro de 1949, quando o futuro presidente da FRELIMO regressou da África do Sul, cujo governo não renovara a licença de imigração que permitia a Mondlane estudar na Universidade de Witwatersrand, o que deu origem a protestos dos alunos sul-africanos, noticiados na imprensa de Lourenço Marques<sup>1174</sup>. Então colaboradora do jornal *Brado Africano*, Noémia de Sousa abordou a expulsão de Mondlane (que não conhecia pessoalmente) num artigo censurado devido ao qual seria interrogada acerca dos supostos contactos entre a poetisa e o estudante universitário<sup>1175</sup>. Pouco depois de voltar a Moçambique, Mondlane viu-se preso e interrogado a propósito do seu envolvimento na criação, em finais de 1948, do NESAM (Núcleo de Estudantes Secundários

---

<sup>1168</sup> Laban, ob.cit., pp. 325-327; Saúte, ob.cit., p. 249.

<sup>1169</sup> Pereira, José Pacheco, ob.cit., pp. 516-517.

<sup>1170</sup> Francisco Higinio Craveiro Lopes (1894-1964) combateu em Moçambique durante a I Guerra Mundial. Inicialmente oficial de cavalaria, passou em 1926 para a Força Aérea, onde chegou a general em 1949 e marechal em 1958. Durante o seu único mandato como Presidente da República (1951-1958), entrou em conflito com Salazar.

<sup>1171</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 2156/49 SR, NT 2658, fl. 142.

<sup>1172</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 263.

<sup>1173</sup> Eduardo Chivambo Mondlane (1924-1969) fez estudos superiores na África do Sul, em Portugal e nos EUA, onde se doutorou em Sociologia e Antropologia. Trabalhou como funcionário da ONU e professor da Universidade de Syracuse antes de, no congresso fundador da FRELIMO (1962), ser eleito presidente do partido, que liderou até ao seu assassinato.

<sup>1174</sup> *Notícias*, 02-09-1949 e 06-09-1949.

<sup>1175</sup> Laban, ob.cit., pp. 322-324.

Africanos de Moçambique), um organismo estudantil, integrado no Centro Associativo dos Negros, que contribuiu, através de actividades sociais e culturais, para difundir o sentimento nacionalista entre os seus membros, vários dos quais integrariam mais tarde a FRELIMO<sup>1176</sup>. Entrevistado em 1985, o missionário suíço André-Daniel Clerc, tutor de Eduardo Mondlane, recordou que a polícia apareceu uma noite em sua casa e levou Mondlane, metido a seguir “num quarto fechado, que não era o calabouço, e ali teve de falar com o grande homem da PIDE”<sup>1177</sup>.

No seu discurso de 10 de Abril de 1962 perante o comité especial da ONU para os territórios administrados por Portugal, Eduardo Mondlane recordou que, em Setembro de 1949, fora preso e mantido incomunicável, devido às suas actividades na África do Sul e à fundação do NESAM, que a polícia acreditava receber financiamento estrangeiro, possivelmente dos movimentos nacionalistas então em desenvolvimento no Gana e na Nigéria. Surpreendido pela crença de Mondlane na capacidade da população negra de se auto-governar, o homem (Roquete?) que interrogou o estudante considerou atrasados e primitivos os países africanos já independentes. A ausência de ligações entre os Jovens Democratas e Mondlane permitiu a libertação deste ao fim de três dias de prisão. O futuro líder político partiu em Junho de 1950 para Lisboa, onde, acossado pela PIDE, optou por prosseguir os estudos nos EUA. Entretanto, o Governo-Geral procurou vigiar o NESAM através da concessão de apoios oficiais e da entrada de informadores no grupo<sup>1178</sup>.

De acordo com a Carta Orgânica do Império Colonial Português, as nomeações dos funcionários públicos para cargos em África assumiam um carácter inicialmente provisório, sendo renovadas ao fim de dois anos de serviço e tornadas definitivas após cinco anos. No caso de Roquete, o chefe de secção do quadro eventual do CPM foi reconduzido no cargo por mais três anos através de uma portaria de 27 de Setembro de 1949<sup>1179</sup>. Com a exoneração em Abril de 1950 de Delfim das Neves, a pedido deste<sup>1180</sup>, o casapiano passou a liderar sozinho um quadro que se mantinha nos 18 funcionários, distribuídos pelas diferentes categorias de forma

---

<sup>1176</sup> Mateus, Dalila Cabrita, *A Luta pela Independência*, pp. 59-60; Sousa, João Tiago, “Eduardo Mondlane: Resistência e Revolução (1920-1969). Caminhos de um projecto de investigação”, in *Estudos do Século XX*, n.º 3, 2003, pp. 372-373.

<sup>1177</sup> Silva, Teresa Cruz e, José, Alexandrino, “Eduardo Mondlane: Pontos para uma periodização da trajectória de um nacionalista (1940-1961)”, in *Estudos Moçambicanos*, n.º 9, 1991, p. 118.

<sup>1178</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 337/61 SR, NT 3052, fls. 785-788.

<sup>1179</sup> BOM, II Série, 08-10-1949.

<sup>1180</sup> Ibidem, 22-04-1950.

semelhante ao modelo do Decreto n.º 32 819<sup>1181</sup>. A lista de pessoal do quadro eventual sofreria alterações devido à pena de demissão aplicada pelo secretário-geral da colónia, José de Castro e Silva, a Elísio do Nascimento Carvalho, justificada numa portaria de 12 de Janeiro de 1950 por diversas “faltas” cometidas pelo agente (relacionadas com atitudes como incúria, corrupção e abuso de autoridade) na qualidade de “chefe do Arquivo Central de Informações e Movimento de Fronteiras”<sup>1182</sup>. Afirmando não ter sido ouvido sobre as acusações, Carvalho recorreu da decisão para o Conselho Superior de Disciplina das Colónias, que num acórdão de 5 de Julho desse ano defendeu a anulação da pena aplicada ao agente até ao esclarecimento do caso. No entanto, Elísio do Nascimento Carvalho não regressaria ao CPM<sup>1183</sup>.

O Decreto n.º 38 043, de 8 de Novembro de 1950, veio introduzir alterações no aparelho estatal das colónias de Angola, Moçambique e Estado da Índia. Dentro do Corpo de Polícia de Moçambique, o diploma criou a Polícia Internacional, composta por um adjunto, cinco chefes de brigada, cinco agentes de 1.ª classe, dez agentes de 2.ª classe e um segundo-escriurário, lugares providos a partir do quadro eventual da corporação. O adjunto da Polícia Internacional receberia anualmente verbas no valor de 11.484\$00 (categoria) e 36.516\$00 (exercício), num total de 48.000\$00<sup>1184</sup>. Portarias de 2 de Janeiro de 1951 nomearam António Fernandes Roquete adjunto da PI e transformaram os restantes funcionários do quadro eventual em chefes de brigada, agentes e escriurários do novo departamento do CPM<sup>1185</sup>. O alargamento do pessoal de investigação e as mexidas causadas pela nova orgânica implicaram a abertura de concursos públicos para diversos lugares da PI. Entre os 68 candidatos admitidos ao concurso para agentes de 2.ª classe realizado no início de 1952, os três melhores classificados, Manuel José de Faria Soares, José Teixeira Soares e Samuel Pereira Pinto Borges, foram nomeados para o cargo<sup>1186</sup>. Ao completar cinco anos de serviço em Moçambique, Roquete seria nomeado definitivamente adjunto da PI<sup>1187</sup>. Pela terceira vez, o casapiano trabalhava, agora em posição de chefia, numa força com a designação “Polícia Internacional”, associada quer à repressão política quer ao controlo de fronteiras, funções cuja importância crescente em Moçambique era reconhecida pelo

---

<sup>1181</sup> Ibidem, 08-04-1950.

<sup>1182</sup> Ibidem, 11-02-1950.

<sup>1183</sup> Ibidem, 04-11-1950.

<sup>1184</sup> *Diário do Governo*, I Série, 08-11-1950.

<sup>1185</sup> *BOM*, II Série, 13-01-1951 e 14-04-1951.

<sup>1186</sup> Ibidem, 23-02-1952 e 08-03-1952.

<sup>1187</sup> Ibidem, 29-11-1952.

reforço do pessoal de investigação concedido no Decreto n.º 38 043 ao sector policial que as exercia.

O CPM enviava regularmente a Agostinho Lourenço correspondência oficial, assinada por Hilário Marques da Gama ou Eduardo Trigo de Sousa. Um ofício deste último, datado de 22 de Novembro de 1950, remeteu ao director da PIDE uma lista dos indivíduos e entidades com residência em Lourenço Marques e “suspeitos de receberem propaganda política contra o Governo da Nação, emanada da Metrópole e do estrangeiro”, nas caixas postais que alugavam. A relação, com a assinatura do ainda chefe de secção Roquete, possui 57 entradas, indicando os números das caixas pertencentes a associações (Casa do Porto, Clube Ferroviário, Associação Mahometana Comoriana, etc.), empresas (entre elas a Trans-África, a Solusarte e a Sarmiento & Abrantes, além de várias farmácias) e particulares como Filipe Ferreira, António Neves Anacleto, Alexandre Sobral de Campos, Gabriel Medina Camacho, Miguel Wager Russell e Henrique Soares de Melo. A PIDE pediu por três vezes ao CPM os nomes completos dos indivíduos listados, mas, já em Julho de 1951, Marques da Gama enviou apenas a identificação de António Correia de Sousa Neves<sup>1188</sup>.

Roquete compilou num relatório da Polícia Internacional de 17 de Agosto de 1951 a informação recolhida até então sobre o casal formado pelo guarda-livros Ildefonso Joaquim dos Santos Nóvoa e pela médica Ema Clotilde Rodrigues Machado da Cruz Nóvoa, residentes em Lourenço Marques desde 14 de Setembro de 1950 e em contacto com oposicionistas ligados ao *Itinerário*. Os Nóvoa promoveram a fundação do Instituto Infantil de Moçambique, organismo que, embora incluísse “várias pessoas de política conservadora”, recebeu “o mais decidido apoio dos elementos maçónicos e da facção reviralthista”<sup>1189</sup>. Militante comunista, Ildefonso Nóvoa tinha sido em 1935 (aos 17 anos) nadador júnior do Clube Naval de Lisboa e cumprira o serviço militar no posto de tenente miliciano<sup>1190</sup>. Ema e Ildefonso Nóvoa trabalhariam como directora clínica e director administrativo, respectivamente, numa maternidade criada em Março de 1956 na cidade de Lourenço Marques<sup>1191</sup>.

---

<sup>1188</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 2156/49 SR, NT 2658, fls. 23-30.

<sup>1189</sup> *Ibidem*, fls. 140-141.

<sup>1190</sup> *Lista dos Oficiais do Exército Presentes na Província em 1 de Janeiro de 1954*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1954, pp. 42-43; Pereira, José Pacheco, *ob.cit.*, pp. 507 e 517; *Os Sports*, 04-10-1935.

<sup>1191</sup> *Notícias*, 16-09-1956 e 21-09-1956.

A actividade policial da PI envolvia o recurso a informadores, dos quais se conhece o exemplo do “tripulante da marinha mercante” António Carlos da Maia. Poucos anos depois de colaborar na vinda de Pedro Soares, Maia terá rompido em 1951 com o PCP e, de acordo com uma carta escrita pelo próprio a Salazar, resolvido denunciar os antigos correligionários ao pôr “uma parte à luz da verdade ao Snr. António Roquete, Digm.º Inspector da PIDE e fervoroso militante do Estado Novo (*sic*)”. De regresso a Lisboa, Maia entregou a Ferry Gomes um relatório sobre a actividade política clandestina em Moçambique e pediu a Salazar um emprego na Companhia Nacional de Navegação, que lhe terá sido atribuído<sup>1192</sup>. Outro informador, com o pseudónimo “Januário”, transmitiu em 10 de Novembro de 1952 ao adjunto da PI “informes” acerca de temas como a história da Liga Anti-Fascista Portuguesa de Joanesburgo (em actividade entre 1939 e 1945), as identidades de vários opositores da Beira e de Quelimane ou o paradeiro do antigo membro do MJDM Rui Guerra<sup>1193</sup>, a estudar cinema em Paris, e prometeu averiguar o que se passava no “campo “reviralista” da Província”<sup>1194</sup>.

Pouco se sabe da actividade desenvolvida fora do trabalho por Roquete nesta fase. Nos tempos livres, o casapiano deslocava-se frequentemente ao Teatro Manuel Rodrigues, onde tinha cadeira privativa, para assistir a sessões de cinema<sup>1195</sup>. Entretanto, Roquete procurava novas fontes de rendimento. Um despacho de 23 de Setembro de 1953 deferiu o requerimento pelo qual António Roquete pedira à Repartição Central dos Serviços Geográficos e Cadastrais para demarcar provisoriamente o talhão n.º 217 dos subúrbios da Matola-Rio, uma povoação situada na circunscrição de Marracuene, perto de Lourenço Marques, onde havia então grande procura de terrenos<sup>1196</sup> (pouco tempo antes, Ildefonso Nóvoa tinha sido autorizado a ocupar o talhão n.º 28 da mesma área<sup>1197</sup>). Cerca de um ano e meio depois, em 7 de Abril de 1955, o secretário provincial Pedro Correia de Barros concedeu a Roquete o direito de ocupar o talhão n.º 217 (com a área de 6593 m<sup>2</sup>), sobre o qual o concessionário deveria pagar uma taxa anual de 329\$65, além de estar obrigado a construir “um prédio urbano” no terreno dentro do prazo de um ano após a

---

<sup>1192</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 264/52 SR, NT 2702, fls. 31, 36 e 39; Pimentel, ob.cit., p. 321.

<sup>1193</sup> Rui Alexandre Guerra Coelho Pereira (1931-), cineasta, radicou-se no Brasil, onde realizou filmes como *Os Fuzis* (1964), *Os Deuses e os Mortos* (1970) e *Ópera do Malandro* (1986). Voltou a Moçambique para rodar *Mueda, Memória e Massacre* (1980).

<sup>1194</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 264/52 SR, NT 2702, fls. 65-69.

<sup>1195</sup> Depoimento escrito de Humberto Silva de Almeida, 03-09-2013.

<sup>1196</sup> BOM, II Série, 10-10-1953.

<sup>1197</sup> Ibidem, 05-09-1953.

publicação da portaria<sup>1198</sup>. A 15 de Junho, Correia de Barros deferiu o requerimento “em que António Fernandes Roquete pedia a desistência da concessão provisória de 200 ha de terreno no parcelamento da margem esquerda do rio Incomáti, circunscrição de Marracuene”<sup>1199</sup>.

A Polícia Internacional tornou-se conhecida como “a polícia dos comboios”, devido à entrada de agentes da PI nas composições vindas da África do Sul e dos restantes territórios vizinhos da colónia portuguesa que atravessavam a fronteira. A documentação dos passageiros era então vistoriada, geralmente de forma rápida, pelos elementos policiais, guiados por uma lista (o “livro negro”) dos nomes de indivíduos proibidos de entrar ou sair de Moçambique<sup>1200</sup>. Apesar da escassez de pessoal da PI levantar dúvidas sobre a capacidade de intervenção dos homens de Roquete fora de Lourenço Marques, verificou-se a partir de 1953 a mobilização de vários funcionários para os postos fronteiriços moçambicanos, com exemplos como a transferência do chefe de brigada José Augusto David para o “Posto de Migração de Goba”, enquanto o agente de 1.ª classe José Augusto Cabaço Júnior foi colocado no posto de Ressano Garcia, junto à fronteira sul-africana<sup>1201</sup>. Por seu turno, o agente de 1.ª classe Eusébio Alves Pinto deixou o comando do CPM rumo ao Comissariado de Polícia da Beira<sup>1202</sup>. Roquete ter-se-á deslocado a esta cidade em 1952, de acordo com Armando de Sousa e Silva, que ouviu então uma queixa do “neto de um meu conterrâneo” acerca da invasão da casa do avô na Beira por “uma secção de esbirros” comandados pelo salvaterrense<sup>1203</sup>.

A vigilância (e violação) da correspondência chegada a Moçambique era um dos métodos de investigação utilizados pela PI. Chamado à sede do CPM por receber correspondência de Moscovo escrita em cifra, o jovem filatelista Humberto Silva de Almeida esclareceu que se tratava de um código internacional para troca de selos e outros objectos, o que encerrou o assunto e motivou o riso de Roquete<sup>1204</sup>. A violação de correspondência podia servir para fins particulares, como quando Hilário Marques da Gama mandou Roquete confiscar cartas e

---

<sup>1198</sup> *Ibidem*, 23-04-1955.

<sup>1199</sup> *Ibidem*, 25-06-1955.

<sup>1200</sup> Depoimento escrito de Humberto Silva de Almeida, 03-09-2013; Mateus, *ob.cit.*, p. 237.

<sup>1201</sup> *BOM*, II Série, 14-03-1953.

<sup>1202</sup> *Ibidem*, 17-10-1953.

<sup>1203</sup> Silva, Armando de Sousa e, *ob.cit.*, p. 148.

<sup>1204</sup> Depoimento escrito de Humberto Silva de Almeida, 03-09-2013.

telegramas endereçados ao americano John Jackson Thiessen, sócio de Eurico de Gouveia Pinto, a quem o oficial levou a documentação apreendida<sup>1205</sup>.

Após o desmantelamento do MJDM, a polícia manteve-se atenta à actividade dos jovens politizados de Lourenço Marques, vários dos quais estudavam no Liceu Salazar. Alunos liceais como Fernando Gil<sup>1206</sup>, Ernesto Vigário, Hermínio Martins<sup>1207</sup> e Máximo Viana Fernandes criaram no final da década de 40 um núcleo de estudos marxistas (que chegou a reunir mais de 20 membros, maioritariamente estudantes) dedicado à leitura e análise de livros políticos proibidos pelo regime<sup>1208</sup>. A poetisa e jornalista Irene Gil<sup>1209</sup>, participante na campanha da UN para as legislativas de 1949<sup>1210</sup>, contaria mais tarde que, em 1953, os seus filhos Fernando e José Gil<sup>1211</sup>, então com 16 e 13 anos de idade, respectivamente, chamaram a atenção da PI devido à importação de livros proibidos. Depois de uma busca policial na casa da família Gil, Fernando foi preso e interrogado (embora não agredido ou torturado) durante 12 dias, enquanto José viu-se obrigado a comparecer na sede do CPM. Outros jovens perseguidos na altura foram Máximo Viana Fernandes e os irmãos Primavera<sup>1212</sup>. Rui Knopfli também foi chamado às instalações policiais “por causa de uns livros que nós importámos via Índia” e interrogado pelo agente Manuel Teixeira<sup>1213</sup>. Tal como Hermínio Martins, José e Fernando Gil prosseguiram os estudos e as carreiras académicas na Europa, só regressando a Moçambique, em gozo de férias, já na década de 70<sup>1214</sup>.

Os eventos culturais organizados por colectividades de Lourenço Marques eram, desde finais dos anos 40, aproveitados para a divulgação de mensagens contra a ditadura e o colonialismo. Em Março de 1953, uma festa muito concorrida na Associação Africana incluiu a

---

<sup>1205</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 257-258.

<sup>1206</sup> Fernando Augusto Godinho Mendes Gil (1937-2006), doutorado em Lógica, foi director de investigação na École des Hautes Études en Sciences Sociales e professor da Universidade Nova de Lisboa. Escreveu obras como *La Logique du Nom* (1971) e *Mimesis e Negação* (1984), tendo recebido o Prémio Pessoa em 1993.

<sup>1207</sup> Hermínio Gomes Martins (1934-2015), sociólogo, licenciou-se na London School of Economics. Foi professor da Universidade de Oxford e investigador-coordenador do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.

<sup>1208</sup> Madeira, ob.cit., p. 222; Pereira, José Pacheco, ob.cit., p. 517.

<sup>1209</sup> Irene Godinho Mendes Gil (1910-1996) colaborou com o *Notícias* e traduziu legendas de filmes. Além de poemas dispersos por vários periódicos, escreveu a obra autobiográfica *Uma Página por Dia* (1988).

<sup>1210</sup> *Lourenço Marques Guardian*, 11-11-1949.

<sup>1211</sup> José Nuno Godinho Mendes Gil (1939-), filósofo e ensaísta, ensinou na Universidade Nova de Lisboa. A sua produção bibliográfica inclui obras de ficção e ensaios como *Corpo, Espaço e Poder* (1988), *Salazar, A Retórica da Invisibilidade* (1995) e *Portugal, Hoje: O Medo de Existir* (2004).

<sup>1212</sup> *A Tribuna*, 01-06-1974.

<sup>1213</sup> Saúte, ob.cit., pp. 287-288.

<sup>1214</sup> *A Tribuna*, 20-06-1974.

recitação de poemas por declamadores como o jovem Francisco Rui Moniz Barreto, mais conhecido por Rui Nogar<sup>1215</sup>. Encontravam-se na sala vários elementos da PI, para os quais Rui Nogar apontava enquanto declamava um texto do poeta Carlos Maria (“Venham todos os homens da caça/Venham todos/tragam as azagaias”). O acto provocatório levaria à prisão na madrugada seguinte de Nogar e outras figuras da cultura ligadas à festa. Nogar esteve detido durante alguns dias, tendo sido interrogado acerca das actividades da Associação e sobretudo quanto ao facto, considerado suspeito pela polícia, de um branco como ele andar “misturado com os pretos”. Embora nascido em Lourenço Marques, Nogar possuía ascendência goesa por parte do pai, uma informação que pareceu esclarecer a dúvida de Roquete, o qual aconselhou “cuidado” ao jovem aquando da libertação deste<sup>1216</sup>.

Através de um ofício de 11 de Agosto de 1953, Eduardo Trigo de Sousa pediu ao director da PIDE o envio de dados sobre o advogado António de Almeida Santos<sup>1217</sup>, recentemente chegado a Lourenço Marques e “visto com frequência na companhia de pessoas assinaladas como adversárias do actual regime político português”. A 7 de Setembro, a polícia política informou o CPM da hostilidade do “elemento desafecto” Almeida Santos ao Estado Novo<sup>1218</sup>. Pouco depois de se estabelecer na capital moçambicana, Almeida Santos defendeu em tribunal Jaime Sebastião de Carvalho, sócio da livraria Minerva Central e processado pela venda de uma obra anti-salazarista publicada no Brasil, humilhando a polícia e obtendo a absolvição do réu. Almeida Santos seria convocado por Roquete (descrito por Santos como “Um excelente guarda-redes, segundo as crónicas. Um péssimo polícia, segundo eu próprio”), que o acusou de ser autor de um artigo sobre o julgamento de Carvalho surgido na revista brasileira *Manchete*, facto negado pelo causídico. Posteriormente, Roquete reconheceria ter-se enganado, uma vez que o corpo redactorial de *Manchete* incluía um jornalista chamado António de Almeida Santos. O

---

<sup>1215</sup> Rui Nogar (1932-1993), poeta e declamador, foi preso em 1964 por ligações à FRELIMO e passou vários anos na cadeia da Machava, onde escreveu os poemas reunidos em *Silêncio Escancarado* (1982). No pós-independência, ocupou o cargo de secretário-geral da Associação dos Escritores Moçambicanos.

<sup>1216</sup> Chabal, Patrick, *Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade*, Lisboa, Vega, 1994, pp. 163-166; Saúte, ob.cit., p. 268.

<sup>1217</sup> António de Almeida Santos (1926-2016), advogado e político, viveu em Moçambique entre 1953 e 1974. Membro do Partido Socialista, foi ministro da Coordenação Interterritorial (1974-1975), Comunicação Social (1975-1976), Justiça (1976-1977) e dos Assuntos Parlamentares (1983-1985). Deputado em várias legislaturas, presidiu à Assembleia da República (1995-2002).

<sup>1218</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 1574 CI (2), NT 7116, fls. 801-802.

equivoco deu origem ao primeiro de vários confrontos entre Roquete e Santos a propósito da actividade oposicionista do segundo<sup>1219</sup>.

A vinda, agora com carácter definitivo, de António Roquete para Moçambique marcou o início de uma fase de endurecimento repressivo na colónia. A relativa tolerância de que os opositores locais de Salazar beneficiavam foi substituída por procedimentos policiais semelhantes aos utilizados pela PIDE, como buscas, agressões a detidos, apreensões de livros, utilização de informadores, violação de correspondência e um número de prisões sem precedentes no território, particularmente nos meses de Setembro e Outubro de 1949. Para muitos habitantes de Moçambique, Roquete tornou-se a personificação da repressão política, apoiada pelos governos provincial<sup>1220</sup> e central. Na sua vigilância dos adversários do Estado Novo, o casapiano visou em primeiro lugar os grupos tradicionais geralmente compostos por brancos emigrados da Metrópole e ligados ao ensino ou à advocacia. No entanto, emergiu entre as décadas de 40 e 50 uma geração mais jovem, nascida em Moçambique e racialmente diversificada, que evoluiu do descontentamento com a ditadura para a recusa do domínio colonial português.

#### 2.4.2. Cartas para Lisboa

No seguimento do reforço do aparelho repressivo exterior à Metrópole verificado desde 1943, o Decreto n.º 39 749, de 9 de Agosto de 1954, alargou a actividade da PIDE aos territórios coloniais portugueses, em cada um dos quais seria criada uma delegação da polícia política, na dependência do ministro do Ultramar. No caso de Moçambique, a delegação da PIDE agruparia um total de 27 funcionários, comandados por um subdirector e que incluiriam ainda 1 inspector de polícia, 1 chefe de brigada, 7 agentes de 1.ª classe (mais um que em Angola, cuja delegação possuía um mapa de pessoal idêntico nas restantes categorias), 13 agentes de 2.ª classe, 1 agente-motorista, 1 segundo-oficial, 1 terceiro-oficial e 1 dactilógrafo. O novo diploma prevê a

---

<sup>1219</sup> Santos, António de Almeida, *Quase Memórias. Do Colonialismo e da Descolonização*, I Volume, Lisboa, Casa das Letras, 2006, pp. 78-80.

<sup>1220</sup> A partir da revisão constitucional de 1951, o Estado Novo substituiu nos documentos oficiais as expressões “colónias” e “Império” por “províncias ultramarinas” e “Ultramar”, respectivamente. Esta alteração provocou mudanças na nomenclatura de vários organismos, como a passagem do Ministério das Colónias a Ministério do Ultramar, enquanto o CPM adquiriu a designação oficial de Corpo de Polícia Civil da Província de Moçambique.

integração do “actual pessoal da Polícia Internacional do Corpo de Polícia de Moçambique” no quadro especial do Ultramar da PIDE, mas, enquanto essa transição não ocorresse, os funcionários da PI continuariam a trabalhar na mesma situação e a receber os salários então em vigor. De resto, o Decreto n.º 39 749 esclarece que o preenchimento dos lugares criados nas futuras delegações “será feito gradualmente” e de acordo com “as necessidades do serviço”<sup>1221</sup>. Na prática, o estabelecimento de uma delegação da PIDE em Moçambique só seria concretizado seis anos depois, pelo que as tarefas policiais de natureza política permaneceram sob a tutela do CPM.

Uma carta datada de 14 de Setembro de 1954, dactilografada e assinada por “Roquete” (o adjunto da PI costumava assinar escrevendo apenas o apelido paterno), deu a conhecer a Agostinho Lourenço os efeitos da publicação do Decreto n.º 39 749 em Moçambique. A correspondência entre Roquete e o seu antigo chefe, tratado por “Meu Exmo. Director” pelo casapiano, poderá ter-se iniciado antes de 1954, mas a missiva de Setembro desse ano é a mais antiga de que dispomos. No documento, Roquete felicita Lourenço por ter removido “as dificuldades que obstavam à promulgação” do decreto que alargou a PIDE às colónias e, na qualidade de “velho funcionário policial”, apresenta sugestões de futuros acrescentos ao decreto, como a criação de um quadro de pessoal auxiliar indígena e a entrega à futura delegação moçambicana de todo o material e documentação da PI. A nova lei teria assustado a Oposição local, então dedicada apenas à “doutrinação socialista e separatista da juventude”. Por seu turno, Hilário Marques da Gama e Eduardo Trigo de Sousa queixavam-se do número reduzido de agentes atribuídos à PIDE moçambicana, sem compreenderem que o quadro de pessoal fixado no decreto seria ampliado no futuro. Os funcionários da PI tinham igualmente reagido mal ao diploma de 9 de Agosto e prefeririam reformar-se a transitar para a PIDE. António lamentou a escassa politização dos seus superiores e subordinados no CPM, muitos dos quais protegiam apenas os seus interesses particulares, sem “dar a cara desassombradamente em defesa do ideal político que nos governa”. Numa nota mais pessoal, Roquete lembra que “Trabalhei muito pelo aperfeiçoamento da nossa querida Polícia Internacional”, quer “sob o aspecto de fiscalização de estrangeiros” quer “no campo da repressão política”, numa dedicação que lhe valeu “inimizades

---

<sup>1221</sup> *Diário do Governo*, I Série, 09-08-1954.

profundas”. Longe de estar “agarrado a Moçambique”, o ribatejano desempenharia de bom grado “a missão que V. Exa. julgar conveniente”<sup>1222</sup>.

O director da PIDE respondeu em 30 de Setembro, pedindo o envio de “elementos que julgues que possam ser úteis” para um estudo sobre a futura delegação a apresentar por Lourenço ao ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues<sup>1223</sup>. Lourenço admitiu deslocar-se pessoalmente a África para analisar a situação ou enviar António Neves Graça (então inspector superior da PIDE) em seu lugar e terminou a carta com a frase “Desejo-te muitas felicidades e saúde e terei muito prazer em abraçar-te pessoalmente, se o puder fazer”<sup>1224</sup>. Conhece-se ainda outro texto remetido por Agostinho Lourenço a António Roquete, com a data de 9 de Novembro de 1954 e onde o capitão aproveita para devolver documentos enviados por Roquete, pedir ao ribatejano mais informações sobre a situação moçambicana, “que serão sempre bem recebidas”, e mandar ao antigo inspector “um abraço de amizade”<sup>1225</sup>.

Devido à indisponibilidade de Lourenço, seria Neves Graça a deslocar-se a Moçambique em Dezembro de 1954. No breve período (entre 12 e 14 desse mês) que passou em Lourenço Marques, antes de visitar a África do Sul, onde o encontro de Graça com as autoridades policiais do país do *apartheid* daria origem a um acordo de troca de informações estabelecido em 1956 entre a PIDE e a polícia sul-africana, o inspector superior da PIDE, segundo relatou numa carta de 12 de Fevereiro de 1955 a Gabriel Teixeira, conversou com Roquete e Marques da Gama e ficou com uma boa impressão do trabalho da polícia moçambicana, no qual notou uma melhoria “em relação a um passado relativamente recente”. O oficial considerou o quadro de pessoal da futura Delegação da PIDE previsto no Decreto n.º 39 749 insuficiente e impeditivo de um controlo eficaz das entradas e saídas na colónia, em particular nos portos de grande movimento da Beira e de Lourenço Marques, onde “as autoridades aduaneiras e marítimas” até aí responsáveis pela vigilância desconheciam os “processos e maneiras de agir dos agentes e espiões comunistas”<sup>1226</sup>. Num relatório sem data escrito por Neves Graça a partir de “indagações” feitas em Lourenço Marques, o oficial destacou o risco constituído pelos possíveis contactos entre os núcleos oposicionistas de Moçambique e organizações congéneres da África

<sup>1222</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 256-261.

<sup>1223</sup> Manuel Maria Sarmento Rodrigues (1899-1979), almirante, foi governador da Guiné (1945-1949), ministro do Ultramar (1950-1955) e governador-geral de Moçambique (1961-1964).

<sup>1224</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 255.

<sup>1225</sup> *Ibidem*, fl. 313.

<sup>1226</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 6341/A CI (2), NT 7431, pt. 1, fls. 31-35.

do Sul. Para conter essa ameaça, os responsáveis da PIDE deveriam ser honestos e bem remunerados, num contraste com a corrupção e as “negociatas” favorecidas pelos baixos salários dos funcionários públicos moçambicanos. À frente do CPM, Marques da Gama e Trigo de Sousa aproveitavam gratificações extra como, no caso do primeiro, a verba que auferia na qualidade de membro da Comissão de Censura aos Espectáculos<sup>1227</sup>.

A nova orgânica da Polícia Internacional, em vigor até ao estabelecimento da Delegação da PIDE em Moçambique, foi definida pela ordem de serviço do CPM n.º 243, de 18 de Outubro de 1954, assinada por Trigo de Sousa. Nessa altura, além de vários indígenas (utilizados como guardas ou intérpretes “nos serviços de maior responsabilidade”), trabalhavam na PI 37 europeus, dos quais 15 eram guardas do Corpo de Polícia destacados para apoiar os funcionários nos quatro diferentes departamentos do organismo. Os Serviços de Secretaria, responsáveis por assuntos como arquivo, estatística, expediente e correspondência, contavam com 5 agentes e 12 guardas, enquanto os de Imigração, dedicados ao controlo das fronteiras, dispunham de 7 agentes e 2 guardas, colocados nos seis postos fronteiriços sob alçada da PI (incluindo os dos aeroportos de Beira e Lourenço Marques) e nos comboios internacionais. Por sua vez, os Serviços de Investigação, dotados de apenas um agente, combatiam a emigração clandestina e vigiavam os estrangeiros residentes no território. O comando do CPM designou como encarregados dos Serviços de Secretaria, Imigração e Investigação os chefes de brigada Ernesto dos Santos Ferreira, Vítor Madeira Ramos Júnior e Armando da Gama Ochoa, respectivamente. O quarto departamento, os Serviços de Segurança, reprimia os “crimes contra a segurança externa e interna do Estado” e era controlado directamente por António Roquete, com quem trabalhavam o segundo-escriturário António Fernando Gomes Segurado, o agente de 2.ª classe António Joaquim Dias Júnior e o guarda José Duarte Pregueiro. Quando Roquete se ausentasse de Lourenço Marques, seria substituído na liderança da PI pelo chefe de brigada mais antigo, Gama Ochoa<sup>1228</sup>.

Roquete, “subordinado dedicado e amigo” de Agostinho Lourenço, escreveu-lhe em 4 de Outubro de 1954 para revelar informações sobre os funcionários da Polícia Internacional, avaliados pelo seu chefe a partir de aspectos como as fontes de rendimento além do salário (alguns possuíam contactos frutuozos com comerciantes asiáticos estabelecidos no território), a

---

<sup>1227</sup> Ibidem, fls. 55-57 e 62-65.

<sup>1228</sup> Ibidem, fls. 58-61; ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 303-305.

dedicação ao trabalho, o gosto e aptidão para “investigações políticas”, a situação familiar (apenas um, o agente de 2.<sup>a</sup> classe Camilo Guedes Dias, era solteiro) ou as habilitações literárias. No relatório, o casapiano mostra-se particularmente duro quanto a Armando da Gama Ochoa, que descreve como um alcoólico caloteiro próximo da Oposição. Durante o “período crítico e incerto” das eleições de 1945, Gama Ochoa teria afirmado ser um “liberal” e criticado o regime<sup>1229</sup>. Ainda em Outubro de 1954, Roquete mandou para Lisboa fotocópias de cartas dirigidas a Gama Ochoa com o objectivo de provar que este se servia do cargo policial para benefício próprio<sup>1230</sup>. Armando tinha sido repreendido por Hilário Marques da Gama em Julho de 1950, por negligência e falta de pontualidade no tratamento de um caso de emigração clandestina, e estivera fora de Moçambique entre Março de 1953 e Maio de 1954, a gozar de uma licença graciosa na Metrópole prolongada para tratamento médico<sup>1231</sup>.

Após ter partido em 1947 para estudar engenharia electrotécnica no IST, o jovem Eugénio Lisboa<sup>1232</sup> regressou em 21 de Agosto de 1955 à sua cidade natal, Lourenço Marques. No aeroporto, um polícia apreendeu o passaporte de Eugénio Lisboa, que deveria ir dentro de dois ou três dias à sede do CPM para recuperá-lo, já que, segundo o agente, “o chefe gostava sempre de “falar” com as pessoas” que estabeleciam residência na cidade. Dentro do edifício policial, Lisboa encontrou “um senhor corpulento, de rosto fechado e razoavelmente sinistro, de nome Roquete”, cujo gabinete era “uma divisão enorme, totalmente vazia, havendo apenas, mesmo no centro da sala, uma secretária minúscula e tosca”, sobre a qual se encontrava emoldurado um recorte de jornal com uma fotografia de Salazar e Christine Garnier<sup>1233</sup>. Durante o breve interrogatório, Roquete pouco mais abordou que eventuais contactos entre Eugénio Lisboa e Hermínio Martins, desmentidos por aquele. Lisboa, que seria admitido pouco tempo depois como professor da Escola Industrial de Lourenço Marques, saiu das instalações policiais na posse do seu passaporte e surpreendido com o amadorismo da força liderada por Roquete,

---

<sup>1229</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 314-319.

<sup>1230</sup> Ibidem, fls. 306-312.

<sup>1231</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 1793, NT 151, fl. 134.

<sup>1232</sup> Eugénio de Almeida Lisboa (1930-), escritor e crítico literário, ensinou nas universidades de Maputo e Estocolmo antes de ser conselheiro cultural da embaixada portuguesa em Londres (1978-1995). Colaborou no jornal *A Voz de Moçambique*.

<sup>1233</sup> Christine Garnier (1915-?), jornalista belga, escreveu o livro *Férias com Salazar* (1952), a partir de um conjunto de entrevistas ao ditador.

“que não fazia a mais pequenina ideia de coisa nenhuma e nem sequer tinha argúcia suficiente para conduzir um interrogatório que levasse a algum lado”<sup>1234</sup>.

Nas suas cartas para a direcção da PIDE, Roquete queixou-se frequentemente do desinteresse de Hilário Marques da Gama e Eduardo Trigo de Sousa pela investigação dos crimes políticos. Os dois oficiais, cada vez “mais metidos no ambiente social cá da terra, e que eles a princípio tanto detestavam”, pretendiam evitar a impopularidade, nociva aos seus interesses pessoais. Marques da Gama foi descrito por Roquete como um fantoche de Gouveia Pinto, do qual o genro dependia economicamente, enquanto Trigo de Sousa (praticante e instrutor de hipismo) era conhecido por “Fala-Barato”, revelando assuntos confidenciais a elementos estranhos à Polícia. Hilário e Eduardo discutiam frequentemente, mesmo na presença dos subordinados. Um dos erros do comandante e do comandante adjunto era a “mania de dispensar constantemente o pessoal para treinos e jogos de futebol, voleibol e outras futilidades”, o que deixava o serviço prejudicado pelas “caganifâncias” (*sic*) desportivas, para as quais se arranja sempre dinheiro e tempo”<sup>1235</sup>. De facto, conhece-se a existência na polícia moçambicana, em 1954, de núcleos de natação (praticada pelos funcionários na piscina do Desportivo de Lourenço Marques) e voleibol<sup>1236</sup>. A equipa de futebol do CPM realizava jogos com empresas locais, como aconteceu na partida de homenagem ao agente de 2.<sup>a</sup> classe da PI José Teixeira Soares, reformado em 1956 por incapacidade física<sup>1237</sup>.

Perante a indiferença dos seus superiores pelos assuntos políticos, António Roquete via-se obrigado, segundo uma carta escrita pelo casapiano em 19 de Julho de 1955 a Ferry Gomes, então subdirector da PIDE, a “tratar directamente das coisas, e à custa do meu bolso”, no que respeitava à criação de uma rede de informadores ao serviço da PI. Uma das preocupações do salvaterrense consistia na obtenção de propaganda comunista, cuja leitura, guiada pelo objectivo de conhecer o que se passava no campo adversário, era, nas palavras irónicas de Roquete, “um vício maldito que me ficou dos tempos em que lidava com o saudosíssimo Capitão José Catela e que dificilmente largarei”. O ex-futebolista leu, por exemplo, o número de Julho de 1956 da

---

<sup>1234</sup> BOM, II Série, 15-10-1955; Lisboa, Eugénio, *Acta Est Fabula – Memórias*, vol. III, *Lourenço Marques Revisited (1955-1976)*, Guimarães, Opera Omnia, 2013, pp. 16-20.

<sup>1235</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 257-258, 277-278 e 293-297.

<sup>1236</sup> *Ibidem*, fl. 305.

<sup>1237</sup> *Notícias*, 21-09-1956 e 28-10-1956.

revista *Démocratie Nouvelle*, que incluiu um artigo de “Ramiro” (pseudónimo de Júlio Fogaça<sup>1238</sup>), membro do Comité Central do PCP, sobre a situação nas colónias portuguesas<sup>1239</sup>.

Uma das fontes de Roquete era Celeste Gomes Coelho, moradora em Lourenço Marques e em nome da qual o casapiano trocava desde 1954 correspondência com António Furtado, editor do jornal *Free Goa* e residente em Belgaum (Índia). Julgando Celeste Coelho uma goesa adepta da integração dos territórios portugueses de Goa, Damão e Diu na União Indiana, Furtado endereçava-lhe exemplares do *Free Goa* e de outros jornais, tal como panfletos pró-indianos. É possível que Furtado desconfiasse de que estava a ser enganado, uma vez que o jornalista questionou numa das cartas a “Querida Camarada, Sra. Professora Celeste Coelho” acerca da filiação desta e não lhe revelou nenhuma informação que o regime português não pudesse ficar a saber por outras vias. Em meados de 1956, Celeste recebia apenas jornais, após a interrupção das cartas de Furtado. O advogado Telo de Mascarenhas, morador em Bombaim e director do *Ressurge, Goa*, também remetia pelo correio para Moçambique propaganda que Celeste entregava a Roquete “fora das vistas indiscretas” e o salvaterrense enviava para a PIDE (sem mostrar a documentação a Marques da Gama e Trigo de Sousa). Os contactos de Celeste Coelho permitiam ainda a Roquete aceder a jornais de esquerda como o sul-africano *New Age* e o francês *L’Humanité*<sup>1240</sup>.

Outro informador da PI era o construtor civil Joaquim Coelho, residente na Matola e que fornecia a Roquete, desde 1954, exemplares do *Avante!* e outros materiais do PCP. Joaquim Coelho recusava-se a revelar onde obtinha a imprensa comunista, mas o adjunto da PI suspeitava que o *Avante!* era distribuído pelos irmãos de Joaquim, José e Vítor Coelho, ambos ferroviários e moradores, respectivamente, em Nacala e na Beira. Frutuoso Cruz, encarregado de obras da Câmara de Lourenço Marques, recolhia as contribuições monetárias para o PCP de Joaquim Coelho e outros trabalhadores da construção civil. Em Junho de 1956, Roquete assinalou que “Há já algum tempo” que Joaquim Coelho (mantido sob vigilância, tal como os indivíduos com quem contactava) não lhe dava o jornal clandestino. O informador entregara números do *Avante!* a um guarda de Quelimane, o que poderia ter dado nas vistas<sup>1241</sup>.

---

<sup>1238</sup> Júlio de Melo Fogaça (1907-1980) fez parte do Secretariado e do Comité Central do PCP, partido do qual foi expulso em 1961. Esteve preso em 1935-1940, 1942-1945 e 1961-1970.

<sup>1239</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 276 e 324.

<sup>1240</sup> *Ibidem*, fls. 267, 276-277 e 287-302.

<sup>1241</sup> *Ibidem*, fls. 267 e 277-280.

Num ofício de 27 de Abril de 1956, Basil M. de Quehen, director do Federal Intelligence and Security Bureau, da Rodésia do Sul (com capital em Salisbury, a actual Harare), pediu a Hilário Marques da Gama, com quem Quehen se cruzara numa “reunião de Comandantes da Polícia em Pretória”, que lhe cedesse informações sobre “assuntos de interesse mútuos (*sic*) referentes a Segurança”, em particular acerca de eventuais ligações da Associação Africana de Moçambique ao African National Congress da Rodésia do Norte, numa altura em que as duas Rodésias e a Niassalândia se encontravam unidas numa federação sob tutela britânica. Hilário responderia a 6 de Junho desse ano, ao revelar que o CPM desconhecia quaisquer contactos entre a Associação Africana e o ANC rodesiano e lembrar que a vaga repressiva de 1949 dissolvera as células de indivíduos “mistos e europeus, de tendências comunistas” surgidas nas colectividades de Lourenço Marques<sup>1242</sup>. Cópias das missivas trocadas por Quehen e Gama foram remetidas à sede da PIDE por Roquete, juntamente com um texto escrito a 10 de Junho pelo ribatejano. Os serviços da PIDE começaram então a recortar a assinatura de Roquete nas cartas deste para as chefias da polícia política e a assinalá-las com a indicação “Informação – “Seabra””<sup>1243</sup>. Deste modo, o antigo inspector tornou-se um informador da PIDE. Acerca do pseudónimo atribuído por esta a António, refira-se que, entre 1954 e 1957, a presidência da Câmara Municipal de Salvaterra de Magos esteve a cargo de José Luís Seabra Ferreira Roquete<sup>1244</sup>.

Na carta de Junho de 1956 dirigida a Agostinho Lourenço, então prestes a deixar, por atingir o limite de idade, o lugar de director da PIDE, onde foi substituído por António Neves Graça<sup>1245</sup>, Roquete voltou a criticar Hilário Marques da Gama, que se limitara a assinar o texto escrito pelo adjunto da PI (“como acontece em tudo de natureza política”) em resposta ao ofício de Quehen. Os ataques de Roquete visaram também Gabriel Teixeira, o qual “entende que deve tapar a boca à polícia e os olhos (*sic*)”, e o “polícia amador” Afonso Ferraz de Freitas<sup>1246</sup>, administrador do concelho de Lourenço Marques<sup>1247</sup>. As relações entre o governador-geral e o

---

<sup>1242</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 5501 CI (2), NT 7396, fls. 212-214.

<sup>1243</sup> *Ibidem*, fl. 211; ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 267.

<sup>1244</sup> <http://historiadesalvaterra.blogs.sapo.pt/11471.html>

<sup>1245</sup> *Notícias*, 07-09-1956.

<sup>1246</sup> Afonso Henriques Ivens Ferraz de Freitas (1912-?) foi administrador do concelho de Lourenço Marques a partir de Junho de 1948, procedendo ao registo e controlo dos indígenas. Conhecido por “Malalanyana” (“magro”) entre a população africana, Freitas era temido devido à sua brutalidade (Penvenne, Jeanne Marie, *Women, Migration & the Cashew Economy in Southern Mozambique, 1945-1975*, Woodbridge, James Currey, 2015, pp. 107-111).

<sup>1247</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 5501 CI (2), NT 7396, fl. 211.

Corpo de Polícia nunca tinham sido particularmente amigáveis. Roquete não esquecia o facto de Teixeira ter recebido em 1947 um ofício do Ministério das Colónias com informações da PIDE sobre Henrique Beirão (então recém-chegado a Moçambique) e ocultado o documento do CPM, que só o consultaria após as prisões de 1949. Depois de saber que a PIDE viria a ter uma delegação em Moçambique, Gabriel Teixeira passou, segundo Roquete, a tratar a PI de “maneira acintosa e despeitada”. Em meados de Maio de 1956, o governador-geral proibiu o CPM de prosseguir investigações relativas às missões religiosas protestantes instaladas na colónia, depois do cônsul dos EUA se queixar a Teixeira do facto dos polícias estarem a identificar os padres indígenas da missão metodista de Inhambane. A partir daí, todas as investigações ligadas às populações nativas ficaram sob a alçada de Afonso Ferraz de Freitas, enquanto a Repartição dos Negócios Indígenas era impedida de fornecer ao CPM informações sobre as missões religiosas, depois de Marques da Gama, “sabujo e engraxador como é”, ter revelado ao governador que a direcção da PIDE estava interessada no assunto. Outra provocação seria a recusa do Governo-Geral em disponibilizar uma das casas pertencentes ao Estado na área fronteiriça da Malvénia para habitação dos agentes do posto da PI<sup>1248</sup>.

Através de um informador da PI a trabalhar na Administração do Concelho de Lourenço Marques, António Roquete ficou a saber que, em 20 de Maio de 1956, um indígena ali preso às ordens de Afonso Ferraz de Freitas foi espancado até à morte, num caso abafado por Gabriel Teixeira. Roquete relacionou abusos de autoridade como esse, ligados ao baixo nível de vida da população nativa moçambicana (inferior ao dos negros sul-africanos), com a difusão, sobretudo entre operários e estivadores, da contestação ao colonialismo português, descrita pelos informadores indígenas da PI em relatórios cuja leitura “arrepia-nos os cabelos”. Quanto a Gabriel Teixeira e ao seu braço direito, o secretário-geral Juvenal de Carvalho, Roquete denunciou o escândalo de corrupção ligado à construção nos arredores de Lourenço Marques da fábrica de farinhas da Companhia Industrial da Matola, cujo balancete de 1954 mencionara o pagamento de 5 mil contos (caso o valor se referisse a despesas legais, não ultrapassaria 5 contos) para a obtenção do alvará. Os 5 milhões de escudos, pagos em acções da empresa, constituiriam um suborno atribuído a Teixeira e Carvalho. Além destes, estariam envolvidos no negócio outros dois madeirenses, o médico António Félix Pita e o comandante Gabriel de Jesus Pereira, ambos deportados em 1931 pela participação em revoltas contra a Ditadura Militar. A

---

<sup>1248</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 262-263 e 269-270.

partir dos textos de “Seabra”, a Secção do Ultramar da PIDE informou em Junho de 1956 os ministros do Interior e do Ultramar acerca das ilegalidades de Freitas e Teixeira. No caso deste último, contudo, o organismo policial escreveu que “Diz-se que o Senhor Governador-Geral foi iludido pelos seus subordinados, ao ponto de ter sancionado a negociata planeada e executada” por Gabriel de Jesus Pereira<sup>1249</sup>. O relatório e contas da Companhia Industrial da Matola publicado na imprensa inclui na coluna do activo a rubrica “Imobilizações diversas – Organização e Alvará – 5.000.000\$00”. As informações sobre Gabriel Teixeira enviadas por Roquete foram inseridas pela PIDE num processo relativo ao oficial, cuja correspondência esteve sob vigilância da polícia política já depois de Teixeira deixar o Governo-Geral moçambicano<sup>1250</sup>.

Após a reforma de Lourenço, Roquete passou a corresponder-se apenas com Ferry Gomes, a quem enviou relatos que não deixavam de lado a vida sexual das personalidades de Lourenço Marques. Em meados de 1956, “brigadas de vigilância” da PI observaram a filha do governador-geral, Maria João Gabriel Teixeira, casada com o advogado José Maria Cantilo Leite de Faria (filho do embaixador de Portugal no Brasil, António Leite de Faria<sup>1251</sup>), nos seus encontros com o amante, o pintor francês Hugues André Jouvencourt, sendo os agentes dispensados da missão depois da “porcaria” que viram. O escândalo, comentado pelo corpo consular estabelecido na cidade, agravou o desprestígio de Gabriel Teixeira<sup>1252</sup>. Por sua vez, Eduardo Trigo de Sousa envolveu-se com uma mulher casada sul-africana de 27 anos, “Jaqueline (*sic*) Sheila Bader”. Além de descrever Bader como uma “mulher elegantíssima, muito esperta e desembaraçada”, Roquete informou que o comandante adjunto do CPM e a amante se deslocariam a uma feira de gado realizada na “herdade dum amigo meu, para os lados de Catuane”<sup>1253</sup>.

17 anos depois da viagem de Carmona, Moçambique voltou a receber a visita de um Presidente da República português. Chegado a Lourenço Marques em 4 de Agosto de 1956, Craveiro Lopes foi acolhido com uma recepção que, apesar das descrições entusiásticas da imprensa, António Roquete considerou muito inferior àquela a que assistira em 1939, num fracasso agravado pela descoordenação entre o CPM e a administração concelhia. O ambiente

<sup>1249</sup> Ibidem, fls. 265-266 e 270-273.

<sup>1250</sup> *Notícias*, 26-04-1955; ANTT, PIDE/DGS, SC, 2700 SR, NT 2366, fl. 43.

<sup>1251</sup> António Augusto Braga Leite de Faria (1904-2000), diplomata, foi embaixador português em países como o Brasil, a França, o Vaticano e o Reino Unido.

<sup>1252</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 271 e 274-275.

<sup>1253</sup> Ibidem, fls. 320-321.

político que rodeou a viagem presidencial esteve longe de ser favorável, devido à publicação, em 31 de Julho desse ano, do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, regulado pelos Decretos n.º 40 708 e 40 709. Ao aumentar os rendimentos dos ocupantes dos cargos mais elevados, como Hilário Marques da Gama e o próprio Roquete, enquanto mantinha idênticos ou reduzia os salários da maioria dos trabalhadores do Estado colonial, alguns dos quais viviam à beira da miséria, o Estatuto causou forte descontentamento em Moçambique. Integrado na categoria L dos funcionários coloniais, Roquete passou a receber mensalmente um vencimento-base de 3000\$00 e um vencimento complementar de 3100\$00, num total de 6100\$00, mais 2100 escudos mensais que antes das alterações<sup>1254</sup>. No entanto, reconheceu a injustiça presente na lei (“preferia que me não aumentassem absolutamente nada, mas que não tirassem aos guardas de polícia, que vivem tão mal, qualquer partícula dos seus vencimentos”) e advertiu para os nocivos efeitos políticos do Estatuto do Funcionalismo Ultramarino, sentidos durante o périplo presidencial pela colónia. O sisudo Craveiro Lopes viu-se por vezes quase sozinho devido à escassa afluência da população ao programa da visita<sup>1255</sup>.

O capitão Manuel Vaz, director do diário *Notícias*, escreveu um artigo (remetido por Roquete a Ferry Gomes) fortemente crítico da “reforma de vencimentos”, além de publicar, entre Agosto e Setembro de 1956, algumas das centenas de cartas, geralmente anónimas, enviadas ao jornal por funcionários lesados pelas novas tabelas salariais<sup>1256</sup>. Vaz apelou à suspensão e reavaliação do Estatuto, enquanto Roquete temia a eclosão de uma “greve de braços caídos” dos servidores do Estado, entre eles os guardas do CPM<sup>1257</sup>. No entanto, a agitação acalmou graças à divulgação de uma circular do Governo-Geral aceitando sugestões e reclamações dos funcionários relativas à nova legislação e de um despacho do ministro do Ultramar, enviado ao governador-geral de Angola, impedindo que os servidores públicos recebessem menos que antes da publicação do Estatuto<sup>1258</sup>. Os rendimentos dos trabalhadores do Estado nas colónias não seriam aumentados nos anos seguintes, pelo que persistiam em 1960 as queixas de grupos como os ferroviários da Beira<sup>1259</sup>. O Decreto n.º 42 325, de 16 de Junho de 1959, reviu em alta os

---

<sup>1254</sup> *Diário do Governo*, I Série, 31-07-1956.

<sup>1255</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 322-323 e 332.

<sup>1256</sup> *Ibidem*, fls. 334-336; *Notícias*, 29-08-1956, 01-09-1956, 02-09-1956 e 07-09-1956.

<sup>1257</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 330; *Notícias*, 09-09-1956.

<sup>1258</sup> *Notícias*, 11-09-1956 e 21-09-1956.

<sup>1259</sup> *Ibidem*, 02-05-1960 e 05-05-1960.

vencimentos-base das várias categorias (o de Roquete passou para 3600\$00 por mês), mas compensou a despesa através de uma redução dos vencimentos complementares<sup>1260</sup>.

O desenvolvimento das ligações por avião entre a Metrópole e as colónias, estabelecidas pela companhia aérea estatal TAP (Transportes Aéreos Portugueses), veio tornar mais frequentes as digressões de clubes de futebol portugueses a África. Em 20 de Agosto de 1956, aterrou no aeroporto de Mavalane, em Lourenço Marques, a equipa da Académica de Coimbra, treinada por Cândido de Oliveira. Ao desembarcar, o técnico foi recebido por um vasto grupo, composto sobretudo por antigos alunos da Casa Pia, e cumprimentado pelo general Raul Martinho, recentemente nomeado comandante militar de Moçambique. Em seguida, “António Roquete abraçou-o efusivamente”<sup>1261</sup>. Durante a presença da AAC em Lourenço Marques, onde os “estudantes” perderam com o Sporting e o Desportivo locais e venceram o Ferroviário e uma selecção laurentina, Cândido de Oliveira foi alvo de várias homenagens, como uma ceia oferecida pelos casapianos que juntou Cândido, Roquete e Liberto dos Santos<sup>1262</sup>. A 28 de Agosto, no restaurante *Peninsular*, o Núcleo Casapiano de Moçambique promoveu uma sessão de homenagem a Cândido de Oliveira, com a presença de Roquete. Segundo um testemunho posterior, Cândido “explicou situações, desfez mal-entendidos” perante cerca de 80 “gansos” e, depois do evento, foi acompanhado por Roquete até ao local onde se encontrava hospedado<sup>1263</sup>. A comitiva da AAC deixou Moçambique na madrugada de 1 de Setembro, após um banquete no Hotel Aviz em que participaram Almeida Santos e Raul Martinho, enquanto Craveiro Lopes partiu a 3 de Setembro para Pretória<sup>1264</sup>. Entretanto, numa carta a Ferry Gomes de 31 de Agosto, Roquete informou que vários elementos da equipa coimbrã tinham espalhado boatos sobre a queda próxima do regime e a simpatia da Oposição republicana por Craveiro Lopes, “cheirando muito a Maçonaria tudo isto”, na expressão do adjunto da PI, que escreveu: “O treinador Cândido de Oliveira talvez ande novamente em ligações suspeitas, como dantes, e a sua influência junto dos estudantes poderá ter efeitos políticos”<sup>1265</sup>. Roquete e Cândido não se terão voltado a ver antes do antigo seleccionador nacional morrer em 23 de Junho de 1958, quando fazia na Suécia a cobertura jornalística do Campeonato do Mundo de futebol.

---

<sup>1260</sup> *Diário do Governo*, I Série, 16-06-1959.

<sup>1261</sup> *Notícias*, 21-08-1956.

<sup>1262</sup> *A Bola*, 23-08-1956; *Notícias*, 23-08-1956, 26-08-1956, 27-08-1956 e 30-08-1956.

<sup>1263</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965; *Notícias*, 30-08-1956.

<sup>1264</sup> *Notícias*, 01-09-1956, 02-09-1956 e 04-09-1956.

<sup>1265</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 332-333.

A correspondência entre António Roquete e as chefias da PIDE era secreta, não sendo remetida directamente aos destinatários. Em 23 de Outubro de 1956, Ferry Gomes queixou-se a Roquete de não ter recebido resposta a uma carta que lhe enviara em 25 de Agosto da estação dos CTT do Chiado. Numa missiva de 29 de Outubro, Roquete garantiu ter recebido e respondido à mensagem em questão e ignorar o que acontecera. Um dos envelopes da carta de Ferry de 23 de Outubro apresentava “uns sinais suspeitos de violação”. Como precaução, António pediu um novo endereço para utilizar na sua correspondência com a PIDE<sup>1266</sup>. Posteriormente, numa carta de 9 de Outubro de 1958 a Neves Graça, Roquete informou que teve de deixar durante algum tempo de escrever para Lisboa “Por simples cautela, e atentas certas circunstâncias suspeitas”, como as perguntas estranhas que lhe fizera José Luís Teixeira, chefe da Repartição do Gabinete do Governo-Geral, ou a presença invulgar no aeroporto, aquando das partidas e chegadas dos aviões da TAP, do informador do governador, o que levou Roquete a concluir que alguém suspeitaria dos contactos entre o salvaterrense e a sua antiga corporação. Quando, em Julho de 1959, o chefe do posto da PIDE no aeroporto de Lisboa interceptou um sobrescrito lacrado endereçado por Roquete ao director da polícia política, o ex-futebolista explicou a Neves Graça que, devido à pressa, se esquecera de esconder a carta noutra envelope, como costumava fazer<sup>1267</sup>.

As confissões religiosas exteriores à Igreja Católica eram encaradas com desconfiança pelo Estado Novo, receoso de que pudessem estimular nos seus fiéis a revolta contra o sistema político vigente. Essa preocupação orientou uma “Informação” de 17 de Dezembro de 1956, escrita por Roquete e assinada por Trigo de Sousa. O relatório, entregue a Gabriel Teixeira e, por intermédio do autor, à PIDE, apresenta o título “Realizações materiais de duas (*sic*) seitas religiosas protestantes estrangeiras, na Província de Moçambique, à custa do dinheiro emprestado por organismos oficiais de crédito”. As “seitas” analisadas são a Igreja Baptista de Lourenço Marques, a Associação Evangélica Assembleia de Deus e a Igreja do Evangelho Completo de Deus de Moçambique (Full Gospel Church of God). A Igreja Baptista moçambicana, liderada pelo pastor Luís Rodrigues de Almeida, que fazia “nas suas conversas particulares” críticas ao clero católico e ao Estado Novo, contraiu em Outubro de 1953 no Montepio de Moçambique um empréstimo que lhe permitiu erguer um templo e mais tarde

---

<sup>1266</sup> Ibidem, fls. 351-355.

<sup>1267</sup> Ibidem, fls. 385 e 425.

comprar o Colégio Pedro Nunes. Por sua vez, a Assembleia de Deus, com o antigo guarda da Polícia José Augusto Pina como pastor e o sul-africano Charles Austin Chawner como verdadeiro líder, imitou a Igreja Baptista ao comprar um terreno que serviria de garantia para a obtenção de um empréstimo do Montepio destinado à construção de um local de culto. Quanto à Igreja do Evangelho Completo, controlada pelo sul-africano Seymann e na qual era pastor o ex-ferroviário Fernando Pinheiro de Faria Lopes, recorria a donativos dos indígenas para obter fundos. Roquete critica no relatório os empréstimos concedidos a igrejas protestantes, sem actividades de cultura ou assistência e dependentes de organizações estrangeiras, que poderiam difundir entre “as massas indígenas” ideias no sentido da “desagregação dos alicerces da Igreja Católica, à sombra da qual se cimentou a unidade imperial portuguesa, e na qual os nativos vêem um prolongamento da autoridade portuguesa”<sup>1268</sup>.

Pela mesma altura, Afonso Ferraz de Freitas também investigava as confissões não católicas, entre elas a Igreja Metodista, cujo bispo responsável pelo Sul de África, o americano Frederick Jordan, visitou Moçambique, onde os metodistas não se encontravam legalmente reconhecidos, em Junho de 1955. Durante a passagem de Jordan por Lourenço Marques, Ferraz de Freitas encontrou-se com o bispo, cujas actividades foram acompanhadas por um informador ao serviço do administrador concelhio. De acordo com o relatório que escreveu no final de 1956, Freitas considerava a Igreja Metodista e as restantes “seitas religiosas gentílicas” politicamente perigosas para o regime, mas preferia evitar por enquanto fazer prisões, de modo a obter mais informação, numa atitude oposta à da “corrente forte, que advoga uma acção imediata e drástica”<sup>1269</sup>.

Hilário Marques da Gama partiu em 27 de Outubro de 1956 rumo à Metrópole, com o objectivo de frequentar o curso para oficiais superiores. Antes da viagem, Gama foi homenageado com uma prova hípica organizada por Eduardo Trigo de Sousa, que desempenharia na sua ausência as funções de comandante do Corpo de Polícia<sup>1270</sup>. No entanto, Trigo de Sousa deixou no início de 1957 o cargo de comandante adjunto ao decidir, após alguma hesitação, tornar-se chefe de gabinete do novo governador de Macau, Pedro Correia de Barros. Pelo que contou a Roquete, a quem pediu conselhos, o cavaleiro procuraria, no entanto,

---

<sup>1268</sup> Ibidem, fls. 362-369.

<sup>1269</sup> Freitas, Afonso Ivens Ferraz de, *Seitas Religiosas Gentílicas – Província de Moçambique*, vol. I, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, 1957, pp. 23-29, 34-46 e 66-67.

<sup>1270</sup> BOM, II Série, 03-11-1956; *Notícias*, 23-09-1956, 24-09-1956 e 27-10-1956.

assegurar o seu futuro profissional regressando à PIDE após sair de Macau. O adjunto da PI sugeriu a Ferry Gomes que Neves Graça aproveitasse a situação de modo a garantir a nomeação para o comando do CPM de um oficial ligado à PIDE, o qual poderia fornecer aos homens liderados por Roquete a “mística política” que lhes faltava e dinamizar aquela que fora até aí “uma polícia de opereta” dominada por burocratas. Existiam já, contudo, dois candidatos ao lugar de comandante adjunto, João Craveiro Lopes (filho do Presidente da República) e Carlos Correia de Sampaio de Vasconcelos Porto. Seria o segundo, capitão de cavalaria, ajudante de campo de Gabriel Teixeira e presidente do Conselho Provincial de Educação Física, a obter o cargo através de uma portaria de 5 de Janeiro de 1957<sup>1271</sup>. Vasconcelos Porto lideraria o CPM até ao retorno de Marques da Gama, cujo afastamento de Moçambique, prolongado por uma licença para tratamento médico, se prolongou até 5 de Julho de 1957<sup>1272</sup>.

Depois do sucesso na defesa de Jaime Sebastião de Carvalho, Almeida Santos ganhou protagonismo e tornou-se a principal figura da Oposição não comunista de Moçambique. Em 23 de Agosto de 1957, Carlos de Vasconcelos Porto enviou para Lisboa uma fotocópia do panfleto humorístico *Relatório Secreto de Marcelo Caetano ao V Congresso da União Nacional*, do qual tinham sido feitas várias cópias dactilografadas no escritório de advocacia de Almeida Santos, responsável pela difusão do texto em Moçambique. A PIDE sugeriu a abertura de um processo-crime contra Santos e o regresso do advogado à Metrópole para aí ser julgado, mas Vasconcelos Porto (ou Roquete?) considerou que essas medidas denunciariam o informador da polícia que fornecera o panfleto, impedindo-o de obter mais propaganda oposicionista<sup>1273</sup>.

Uma carta sem data e assinada por “Um Moçambicano”, recebida no Ministério do Ultramar, denunciou António Roquete, “um indivíduo notoriamente conhecido em Lisboa pelas suas actividades ignominiosas ao serviço da PIDE”, por vários actos cometidos enquanto adjunto da Polícia Internacional. Roquete é acusado na missiva de ter deixado a mulher e os filhos para morar com Laura de Oliveira, “uma prostituta das mais reles” que dirigia uma “casa de prostitutas” em Lourenço Marques chamada “Cruzeiro do Sul”, da qual Roquete receberia parte dos lucros. A própria Laura admitiria que o casapiano dependia financeiramente dela, sobretudo desde que, “por sentença judicial”, Roquete era obrigado a enviar 3500 escudos mensais a Maria

---

<sup>1271</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 357-359 e 361; BOM, II Série, 12-01-1957.

<sup>1272</sup> BOM, II Série, 11-05-1957 e 13-07-1957.

<sup>1273</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 1574 CI (2), NT 7116, fls. 786-788.

Bacelar. António vivia na casa de Laura, situada a 10 quilómetros de Lourenço Marques, e usava o automóvel *Buick* da companheira nas suas deslocações diárias à cidade. A nível profissional, o autor da carta anónima responsabiliza o ex-futebolista por irregularidades como utilização de meios e pessoal da polícia em benefício próprio, recurso a verbas policiais para remuneração de supostos informadores, dos quais não se conheciam quaisquer relatórios, ou ameaças e insultos aos agentes da PI, conhecedores da “indecente vida do seu chefe” mas tolhidos pelo medo de represálias deste, tal como os dirigentes do CPM (um processo contra Roquete levantado por Trigo de Sousa não tivera seguimento). Apesar da repulsa do “meio social” da colónia pela “ignóbil personalidade” do ribatejano, o estatuto de António permitia-lhe proteger os “interesses económicos” de Laura de Oliveira e de uma irmã desta. Ignora-se quem leu a carta e que consequências teve, já que apenas em Janeiro de 1963 o Centro de Informação 1 da PIDE pediu ao Serviço de Ficheiros a informação disponível acerca de Roquete, não constando nenhum outro documento no processo instaurado pela polícia política ao antigo inspector<sup>1274</sup>. Os directores e subdirectores da PIDE sabiam da relação entre António Roquete e uma mulher com quem não era casado, sem que existam indícios de qualquer repreensão ao salvaterrense por esse facto.

As decisões oficiais publicadas no *BOM* revelam que Roquete prosseguiu os seus investimentos imobiliários. Pedro Correia de Barros deferiu em 19 de Setembro de 1955 um pedido do antigo desportista “para trocar de posição com Manuel da Graça Henriques, requerente do talhão n.º 179” da Matola-Rio. Henriques assumiria todos os direitos e deveres relativos à parcela n.º 217, enquanto Roquete avançou para a “demarcação definitiva do talhão n.º 179”, a realizar pelo agrimensor Januário da Silva Moura<sup>1275</sup>. Seria ainda Correia de Barros a autorizar, numa portaria de 9 de Novembro de 1956, a ocupação por Roquete dos 6360 m<sup>2</sup> correspondentes ao talhão n.º 179 dos subúrbios da Matola, pelo qual pagaria adiantadamente, na recebedoria de Lourenço Marques, o valor anual de 318\$00<sup>1276</sup>. No entanto, Gabriel Teixeira legalizou por despacho, em Março de 1957, a transferência para novos concessionários de vários terrenos na Matola, cujos títulos seriam passados “em nome dos compradores”. O talhão n.º 179 foi cedido

---

<sup>1274</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 189 CI (1), NT 1174, fls. 1-4.

<sup>1275</sup> *BOM*, II Série, 01-10-1955, 15-10-1955 e 26-11-1955.

<sup>1276</sup> *Ibidem*, 17-11-1956.

por António Roquete a Alice Pereira de Almeida, a qual recebeu a 3 de Maio desse ano o título de concessão definitiva do terreno<sup>1277</sup>.

A atenção de Roquete dirigia-se nessa altura para outro espaço, o talhão n.º 5 do parcelamento junto ao rio Maputo, na circunscrição do mesmo nome. Autorizado a demarcar provisoriamente o terreno em 9 de Maio de 1956, o casapiano estabeleceu um contrato, aprovado pelos Serviços Geográficos e Cadastrais, com o agrimensor Jorge Augusto Roldão Fernandes para executar a demarcação definitiva<sup>1278</sup>. Três anos depois, através de uma portaria de 15 de Abril de 1959 do então secretário provincial Rui de Araújo Ribeiro, Roquete veria garantido o seu direito de ocupar e explorar os 250 hectares do talhão n.º 5, onerados com uma taxa anual de 12\$50 em ouro. O responsável pelo talhão teria que “respeitar os direitos dos indígenas que no mesmo existirem, em relação às suas palhotas e culturas”. No mesmo dia, Araújo Ribeiro assinou um documento concedendo a Laura de Oliveira o talhão n.º 8 do Maputo (com uma área de 290 hectares). O chefe de brigada Ernesto dos Santos Ferreira assegurou, por seu turno, a ocupação do talhão n.º 6 (280 hectares) do mesmo parcelamento<sup>1279</sup>, depois de um processo em que o seu pedido relativo ao terreno chegou a ser arquivado, em Outubro de 1957, cerca de três meses antes da revogação do arquivamento<sup>1280</sup>. Laura de Oliveira possuía ainda, desde 28 de Outubro de 1958, os direitos sobre o talhão n.º 336 dos subúrbios da Matola<sup>1281</sup>.

A entrada em funcionamento da Delegação de Moçambique da PIDE demorou mais tempo do que António Roquete esperava, pelo que o internacional português continuou no posto de adjunto da PI. Os exemplos que conhecemos das cartas secretas enviadas por Roquete à direcção da PIDE entre 1954 e 1957 revelam uma crescente frustração do ex-futebolista com os limites ao seu espaço de intervenção policial colocados não só pela carência de meios da PI e deficiente preparação do pessoal desta mas também por autoridades da colónia como o governador-geral, o administrador do concelho de Lourenço Marques ou os militares no comando do CPM. Além de revelar a Lisboa os aspectos negativos destas personalidades, Roquete comentou a situação política no território, chegando a criticar medidas do regime que servia. Fora do trabalho, António mantinha a sua ligação à comunidade casapiana, investia em

---

<sup>1277</sup> Ibidem, 30-03-1957 e 01-06-1957.

<sup>1278</sup> Ibidem, 19-05-1956 e 13-10-1956.

<sup>1279</sup> Ibidem, 09-05-1959.

<sup>1280</sup> Ibidem, 09-11-1957 e 01-02-1958.

<sup>1281</sup> Ibidem, 08-11-1958.

propriedades nas áreas de crescente povoamento branco da periferia de Lourenço Marques e, longe da família, desenvolvia uma nova relação amorosa.

### 2.4.3. Ameaças crescentes

A estabilidade de que o Estado Novo pareceu beneficiar entre 1949 e 1958 ocultava uma divisão interna da ditadura entre reformistas e conservadores. Os primeiros, agrupados em torno de Marcelo Caetano (ministro da Presidência a partir de 1955), admitiam uma abertura limitada do regime e reformas com vista à modernização do país, enquanto os segundos, entre os quais se destacava o ministro da Defesa, Santos Costa<sup>1282</sup>, recusavam mudanças e batiam-se pela manutenção de Salazar na Presidência do Conselho. Caetano e o seu “vasto partido informal” estabeleceram relações próximas com Craveiro Lopes, rodeado de militares críticos do autoritarismo de Santos Costa. O “eixo marcelista-craveirista” gerou desconfiança em Salazar, levando-o a impedir a recandidatura de Craveiro Lopes nas eleições presidenciais de 8 de Junho de 1958 e a apresentar como candidato da UN o ministro da Marinha, Américo Tomás<sup>1283</sup>, situação que frustrava a hipótese, admitida pela Oposição, de uma evolução pacífica para a democracia (em Agosto de 1956, como vimos, circulavam rumores nesse sentido) tutelada pelo sector reformista do regime<sup>1284</sup>. Neste contexto, o general Humberto Delgado<sup>1285</sup>, um dissidente do Estado Novo, apresentou-se como candidato presidencial, apoiado pela Oposição não comunista, e referiu publicamente a sua intenção de demitir Salazar caso chegasse a Belém. Para surpresa dos meios do regime, a campanha de Humberto Delgado originou grandes manifestações de massas, numa onda nacional de apoio que motivou a desistência a favor de

---

<sup>1282</sup> Fernando dos Santos Costa (1899-1982), oficial do Exército, desempenhou as funções de subsecretário de Estado da Guerra (1936-1944), ministro da Guerra (1944-1950) e ministro da Defesa (1950-1958). General desde 1961, dirigiu entre 1964 e 1967 o Instituto de Altos Estudos Militares.

<sup>1283</sup> Américo de Deus Rodrigues Tomás (1894-1987), oficial da Marinha, foi promovido a almirante em 1970. Ocupou a pasta ministerial da Marinha entre 1944 e 1958. Exerceu a presidência do Belenenses (1944) e da República (1958-1974). Exilado no Brasil entre 1974 e 1978, publicou a obra autobiográfica *Últimas Décadas de Portugal* (1980-1986).

<sup>1284</sup> Rosas, ob.cit., pp. 236-240.

<sup>1285</sup> Humberto da Silva Delgado (1906-1965), general da Força Aérea, chefou a missão militar portuguesa em Washington e foi director-geral da Aeronáutica Civil. Candidato presidencial em 1958, seria demitido das Forças Armadas e assassinado pela PIDE.

Delgado de Arlindo Vicente<sup>1286</sup>, o candidato próximo do PCP. O aparelho repressivo e a fraude eleitoral garantiram, no entanto, a derrota do “General sem Medo”. Salazar tranquilizou quer os “ultras” quer os oficiais “craveiristas” ao afastar Caetano e Santos Costa do Governo. Foi, no entanto, impossível para o Estado Novo recuperar totalmente do abalo produzido por Delgado. Entretanto, apesar da tolerância dos EUA (envolvidos na Guerra Fria contra a União Soviética) para com a ditadura de direita portuguesa, o contexto internacional, marcado pela dissolução dos impérios coloniais europeus e por uma vaga de independências em África, tornava-se ameaçador para o salazarismo.

Entre a população branca de Moçambique, a revolta causada pelos baixos salários da maioria dos funcionários públicos enquadrou-se num “sentimento inorgânico que discretamente lavrava” contra o centralismo do poder sediado em Lisboa. A sujeição económica das colónias à Metrópole fazia-se sentir nas limitações impostas à industrialização de Moçambique. Acerca dos alvarás concedidos às primeiras fábricas surgidas no território, como a da Companhia Industrial da Matola, “dizia-se à boca pequena”, segundo Almeida Santos, que “a corrupção tinha funcionado de gazuas”<sup>1287</sup>. A reivindicação de mais autonomia para a colónia e o desenvolvimento da ideia de uma independência de Moçambique sob controlo da minoria branca criaram um ambiente favorável ao sucesso da campanha de Humberto Delgado. De forma menos visível, o aparecimento dos novos países africanos e a propaganda emitida a partir destes, tal como a formação de uma pequena elite intelectual negra educada na Metrópole ou no estrangeiro, contribuíram para a expansão do nacionalismo moçambicano entre as populações indígenas.

Salazar teve acesso a um texto, datado de “Bruxelas, Abril de 1958” e escrito por um estrangeiro de nome desconhecido, sobre a situação política em Moçambique. De acordo com a tradução, o autor revelou que “A polícia internacional e a polícia política são muito poderosas e dependem unicamente do Governo-Geral”. A preocupação em isolar a colónia de influências externas passava pela vigilância da imprensa e dos indivíduos chegados ao território (“a entrada em Moçambique de qualquer estrangeiro é estritamente controlada”), considerado pelo

---

<sup>1286</sup> Arlindo Augusto Pires Vicente (1906-1977), pintor e advogado, publicou crónicas e ilustrações em periódicos como *O Diabo*, *Vértice*, *Presença* e *República*. Depois de se candidatar à Presidência da República, esteve preso entre 1961 e 1962.

<sup>1287</sup> Santos, António de Almeida, ob.cit., pp. 63-66.

observador imune a perturbações no futuro próximo, excepto em caso de derrube de Salazar<sup>1288</sup>. A PIDE também enviou à Presidência do Conselho informações sobre o contexto político moçambicano escritas entre 1960 e 1961 por “uma entidade estrangeira” para o respectivo governo e das quais os “serviços secretos” da polícia política tinham obtido cópias<sup>1289</sup>.

Os relatórios terão provindo do consulado da Bélgica em Lourenço Marques, dirigido em 1958 por Raymond de Mauln<sup>1290</sup>, e sido fornecidos por Marguerite Lahaye, uma funcionária da representação diplomática a quem Roquete costumava designar na sua correspondência com António Neves Graça como “a Madame” ou “Jeremias”. A primeira referência conhecida de Roquete a Lahaye, que lhe trazia documentação consular depois fotografada pelo casapiano, verificou-se numa carta de 12 de Abril de 1958 onde Roquete agradeceu ao director da PIDE o envio de 5 mil escudos para si e de 1000\$00 para a informadora. Pouco tempo depois, Lahaye pediu ao adjunto da PI duas pistolas e as respectivas licenças, destinadas a ela e ao genro, de nacionalidade francesa. Roquete sugeriu a Neves Graça que este obtivesse as armas em Lisboa, adiantando que poderia oferecer a Lahaye “uma pistola que tenho há anos”<sup>1291</sup>. Dado que Lahaye também fornecia informações remuneradas ao governador-geral, Roquete perguntou a Neves Graça em Outubro desse ano se valia a pena continuar a enviar para Lisboa a documentação de origem belga. A resposta do oficial terá sido positiva, até porque, segundo o ex-futebolista escreveu a 16 de Janeiro de 1959, “Jeremias” prometeu dar exclusivamente à PIDE informação relativa a “certas coisas importantes”<sup>1292</sup>.

Uma amiga de Marguerite Lahaye a trabalhar no consulado da República Federal da Alemanha na capital de Moçambique revelou-lhe por volta de Abril de 1958 que o cônsul Christoph von Oidtmann estava a ser contestado pelo pessoal da representação da RFA devido às suas relações homossexuais com empregados indígenas. Von Oidtmann, prestes a deslocar-se em férias à Alemanha Ocidental, de onde provavelmente não voltaria, costumava, segundo o seu motorista (informador da PI), interrogar os negros moçambicanos sobre a situação destes e a opinião dos africanos acerca da dominação dos portugueses, que o diplomata consideraria

---

<sup>1288</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/UL-33, cx. 829, pt. 3, fls. 168-174.

<sup>1289</sup> Ibidem, fls. 183 e 186.

<sup>1290</sup> *Diário*, 31-05-1958.

<sup>1291</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 393-394.

<sup>1292</sup> Ibidem, fls. 385 e 400.

“atrasados e tiranos”<sup>1293</sup>. O cônsul alemão não tinha participado nos eventos do final da visita de Craveiro Lopes à colónia, justificando-se com uma doença<sup>1294</sup>.

Menos de um ano depois da sua nomeação, Vasconcelos Porto foi exonerado por Gabriel Teixeira do cargo de comandante adjunto do CPM<sup>1295</sup>. Roquete voltou a vislumbrar uma oportunidade do lugar ser ocupado por “um oficial amigo da PIDE”, mas Hilário Marques da Gama recomendara já o major de infantaria Armando Aires de Abreu<sup>1296</sup>, escolhido por uma portaria de 17 de Março de 1958 para o coadjuvar<sup>1297</sup>. Na opinião de Roquete, Marques da Gama e Aires de Abreu eram honestos, mas não se afastavam, na actividade policial, dos “moldes clássicos de há 30 anos” e omitiam a vertente política do CPM, transformado num “aglomerado de incompetentes e ignorantes, que não sabem distinguir um fascista dum democrata”. A ausência de formação política dos guardas do Corpo de Polícia tornava-os influenciáveis pela Oposição, da qual recebiam promessas de aumentos salariais<sup>1298</sup>.

Outros problemas eram levantados por Juvenal de Carvalho, cujas relações com a PI se deterioravam. Os assuntos relativos a estrangeiros dependiam exclusivamente do secretário-geral e eram prejudicados quer pela morosidade dos despachos do madeirense quer pela interpretação da lei feita por este, na origem de uma burocracia absurda (nacionais e estrangeiros tinham de requerer ao governador um visto de regresso para poderem sair de Moçambique, mesmo por períodos breves) que dificultava as viagens para dentro e fora da colónia<sup>1299</sup>. O registo detalhado das entradas e saídas era uma das funções subalternas para as quais a Polícia Internacional recorria a um número indeterminado de indígenas, como o jovem Matias M’Boa<sup>1300</sup>, que, após estudar à noite até ao 5.º ano dos liceus, trabalhou em 1958 na PI, com a tarefa de escrever nuns “livros grandes” os nomes das pessoas que cruzavam a fronteira entre Moçambique e a África do Sul<sup>1301</sup>.

---

<sup>1293</sup> Ibidem, fls. 394-395.

<sup>1294</sup> *Notícias*, 03-09-1956.

<sup>1295</sup> *BOM*, II Série, 09-11-1957.

<sup>1296</sup> Armando Manuel Cardoso Aires de Abreu (1918-1973), oficial do Exército, atingiu o posto de coronel. Foi comandante adjunto do CPM (1958-1960) e comandante da PSP de Moçambique (1960-1963).

<sup>1297</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 397; *BOM*, II Série, 26-04-1958.

<sup>1298</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 386-387.

<sup>1299</sup> Ibidem, fls. 398-399.

<sup>1300</sup> Matias Zefanias M’Boa (1941-) aderiu em 1963 à FRELIMO. Preso pela PIDE entre 1964 e 1971, voltaria a ser detido por motivos políticos após a independência de Moçambique.

<sup>1301</sup> Mateus, ob.cit., p. 509.

A proximidade das eleições presidenciais levou Marques da Gama a ceder a Roquete mais quatro guardas, em Abril de 1958, “para constituir uma brigada especial de vigilância”, embora o ribatejano duvidasse da utilidade desta, uma vez que os funcionários policiais não detinham formação específica para missões políticas<sup>1302</sup>. Embora o adjunto da PI esperasse problemas para o Estado Novo a propósito do sufrágio, dificilmente terá antecipado as dimensões alcançadas pela campanha de Delgado. Almeida Santos assumiu as funções de mandatário do general, cuja Comissão de Candidatura em Lourenço Marques incluiu também Alexandre Sobral de Campos, António de Figueiredo<sup>1303</sup>, Manuel Alves Cardiga, António Neves Anacleto, Américo Galamba, Henrique Soares de Melo e José de Santa Rita<sup>1304</sup>. Durante a campanha eleitoral, a Oposição realizou duas sessões de propaganda no Teatro Manuel Rodrigues, tal como iniciativas idênticas na Beira e em Vila Pery, Nampula, Inhaminga, Quelimane, Matola e outras localidades<sup>1305</sup>. O debate político chegou à imprensa, onde o abrandamento da censura permitiu a publicação de artigos de opinião e entrevistas de opositoristas como Almeida Santos e António de Figueiredo<sup>1306</sup>. De regresso de uma viagem aos EUA e à Metrópole, Gabriel Teixeira voltou a Moçambique apenas em 30 de Maio, a tempo de participar em comícios da UN na Beira e em Lourenço Marques<sup>1307</sup>. A campanha oficial mostrou-se, contudo, incapaz de acompanhar o ritmo das actividades da Oposição, revelador de que os adversários da ditadura em Moçambique tinham saído da letargia vivida após 1949.

No dia 8 de Junho, verificou-se em Lourenço Marques uma grande afluência às urnas, onde foram depositados os boletins de voto em Delgado fornecidos aos eleitores na empresa de Manuel Alves Cardiga e nos escritórios dos advogados opositoristas. Os anti-salazaristas conseguiram fiscalizar as mesas de voto, embora uma falha na electricidade tenha prejudicado a contagem em Lourenço Marques. Américo Tomás foi declarado vencedor nas cinco secções de voto da capital provincial, com os resultados oficiais das eleições em Moçambique a atribuírem ao contra-almirante 11 756 votos (65,95% do total), contra 6069 (34,05%) de Humberto Delgado. No entanto, o general venceu o escrutínio no distrito de Manica e Sofala, cuja capital,

---

<sup>1302</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 391.

<sup>1303</sup> António José Wunderly Simões de Figueiredo (1929-2006), jornalista, residiu em Londres a partir de 1959. Escreveu livros como *Portugal and Its Empire: The Truth* (1961) e *Portugal: Cinquenta Anos de Ditadura* (1976).

<sup>1304</sup> *Diário*, 18-05-1958; Santos, António de Almeida, ob.cit., p. 84.

<sup>1305</sup> *Diário*, 27-05-1958, 03-06-1958 e 04-06-1958; *Notícias*, 24-05-1958, 04-06-1958 e 05-06-1958.

<sup>1306</sup> *Notícias*, 13-05-1958 e 16-05-1958.

<sup>1307</sup> *Diário*, 02-06-1958 e 05-06-1958; *Notícias*, 05-06-1958.

Beira, registou um triunfo do candidato oposicionista nas suas quatro secções, e num conjunto de 21 das 109 mesas de voto de Moçambique, a colónia na qual Tomás, supostamente escolhido por 80,5% dos eleitores do Ultramar (76,4% na Metrópole), alcançou a sua percentagem mais baixa<sup>1308</sup>. Refira-se que, em Angola, o candidato do regime chegou aos 68,27%, existindo um distrito angolano, Lunda, no qual foram atribuídos a Tomás 991 dos 992 votos registados<sup>1309</sup>. Todos estes números são suspeitos, mas dão a entender a existência em Moçambique de um menor espaço de manobra para a fraude eleitoral e o apoio claro de vários núcleos urbanos do território, como a Beira, ao homem que prometia demitir Salazar.

Dispomos de poucas informações sobre a actuação de António Roquete durante a campanha eleitoral, pelo que se ignora o fundamento de um relato segundo o qual o adjunto da PI foi então agredido por apoiantes de Delgado<sup>1310</sup>. Em 18 e 24 de Maio de 1958, os graduados do CPM reuniram-se para homenagear o comissário José Pedro Montalvão Fernandes (pouco antes deste oficial, no posto de capitão, partir em licença graciosa para a Metrópole), primeiro num almoço no Clube dos Lisboetas e mais tarde numa cerimónia no Comando da força policial. Presente nos dois eventos, Roquete seria mencionado na imprensa quer como “Chefe da PIDE” quer como “Adjunto da Polícia Internacional”<sup>1311</sup>. Logo a seguir às eleições, Roquete deslocou-se em serviço à Beira<sup>1312</sup>.

Uma carta de 14 de Junho ao director da PIDE, com assinatura cortada mas que tudo indica ter sido escrita por Roquete, relata as eleições presidenciais em Moçambique. O autor do relatório observa que muitos funcionários públicos, descontentes com o Estatuto do Funcionalismo Ultramarino e o recente agravamento da carga fiscal através de disposições legais como o Diploma Legislativo n.º 1694, de 27 de Julho de 1957 (no qual Gabriel Teixeira estabeleceu o imposto profissional, aplicado a “profissões liberais ou técnicas”<sup>1313</sup>), votaram contra o regime e aconselha mudanças na polémica legislação. Neves Graça receberia em breve um relatório oficial de Marques da Gama sobre a “tristeza em que decorreu tudo isto por cá”, numa altura em que se suspeitava da existência de contactos entre um ou mais elementos da PI e dirigentes oposicionistas. No período pós-eleitoral, os adversários do regime falavam de um

<sup>1308</sup> *Diário*, 04-06-1958, 10-06-1958 e 12-06-1958; *Notícias*, 10-06-1958.

<sup>1309</sup> *Diário*, 10-06-1958 e 12-06-1958.

<sup>1310</sup> Silva, Armando de Sousa e, ob.cit., p. 148.

<sup>1311</sup> *Diário*, 19-05-1958 e 25-05-1958.

<sup>1312</sup> *Notícias*, 12-06-1958.

<sup>1313</sup> *BOM*, I Série, 27-07-1957.

iminente golpe militar contra a ditadura, numa prova de que “só um pulso de ferro e sem medo poderá meter na ordem esta gentalha da oposição”<sup>1314</sup>. Três anos depois, em Abril de 1961, a Delegação da PIDE em Moçambique, recentemente activada, desmentiria num ofício enviado à direcção da polícia política as suspeitas de que o chefe de brigada Eusébio Alves Pinto e o agente de 1.ª classe Manuel Teixeira tinham votado em Delgado nas eleições de 1958. Fora da PI, 15 funcionários do CPM depositaram nas urnas boletins de voto do general<sup>1315</sup>.

Através de uma portaria de 18 de Agosto de 1958, o Governo-Geral expulsou de Moçambique os comerciantes Baboo Liladhar e Parshotam Aliaz Nathalal Liladhar, “naturais do Indostão e residentes em Lourenço Marques”, por considerar que a “conduta ético-social” dos dois asiáticos tornava a sua permanência inconveniente<sup>1316</sup>. No entanto, Roquete informou Neves Graça em 25 de Outubro de que os dois visados dirigiram um requerimento ao governador e obtiveram de Juvenal de Carvalho (que não consultou a PI) um adiamento por seis meses da aplicação da pena. Os 300 mil escudos “por eles oferecidos, a quem evitasse a sua expulsão” deveriam permitir novos adiamentos até o caso ser esquecido. Alegadas situações de corrupção como esta eram exploradas pela Oposição, segundo a qual, na expressão do salvaterrense, “o Regime Salazarista está podre... pelo menos nos seus elementos mais representativos”<sup>1317</sup>. Outro caso relativo a estrangeiros envolveu em 1959 um pedido de Marguerite Lahaye a Roquete para que intercedesse por uma amiga daquela, viúva e de origem paquistanesa, a quem as autoridades moçambicanas tinham negado autorização para os filhos, os irmãos Karmali, se estabelecerem em Lourenço Marques de modo a gerirem os bens da mãe. Pressionado por “Jeremias”, António remeteu à PIDE a documentação relativa ao caso, incluindo uma informação de Marques da Gama na qual o adjunto da PI encontrou múltiplos erros. O “capricho” de Hilário, que agia de forma incoerente quanto aos estrangeiros, poderia gerar reacções negativas no Paquistão, aliado de Portugal contra a União Indiana<sup>1318</sup>.

António Roquete enviou, em anexo a uma carta de 27 de Outubro de 1958 a Neves Graça, o requerimento do “meu afilhado, Dr. Artur de Oliveira”, ao ministro do Ultramar, Vasco Lopes

---

<sup>1314</sup> Delgado, Pacheco, Faria, ob.cit., pp. 642-643.

<sup>1315</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 1546/57 SR, NT 2802, pt. 7, fls. 23-25.

<sup>1316</sup> BOM, II Série, 23-08-1958.

<sup>1317</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 383.

<sup>1318</sup> Ibidem, fls. 420, 441 e 466.

Alves<sup>1319</sup>. Antigo aluno da Faculdade de Ciências de Lisboa e professor do ensino técnico com passagens por Silves e Peniche e pelo Liceu Salazar, Artur Duarte de Oliveira, “casado, 39 anos, natural de Lisboa”, trabalhava durante o ano lectivo de 1958/59 como professor eventual da Escola Comercial de Lourenço Marques, ao substituir um docente de licença na Metrópole, e pretendia ser contratado para o lugar de “Professor Adjunto do 11.º grupo do Ensino Técnico Profissional desta Província em qualquer das vagas nela existentes”. Roquete pediu ao director da PIDE uma intervenção junto do director-geral do Ensino ultramarino, Vítor Manuel Braga Paixão, no sentido deste levar o caso do filho de Laura de Oliveira ao ministro<sup>1320</sup>. De facto, Artur de Oliveira seria admitido, por contrato de 14 de Janeiro de 1959, no lugar que pretendia e colocado na Escola Industrial e Comercial de Quelimane, vendo assim os seus rendimentos anuais subirem<sup>1321</sup>. O facto de Artur ser apenas 13 anos mais novo que Roquete dá a entender que a idade de Laura de Oliveira era superior à do companheiro.

A Repartição de Indústria da Direcção dos Serviços de Economia e Estatística Geral indeferiu em 6 de Novembro de 1958 o pedido de Laura de Oliveira para “explorar uma padaria ao quilómetro 9,500 da estrada de Marracuene”, mas, em Janeiro de 1959, autorizou Laura a transferir para Ilídio Coelho a posse do seu “botequim com petiscos e casa de pasto para indígenas” situado no mesmo local e concedeu à empresária alvarás para abrir um negócio semelhante no quilómetro 9 da estrada entre Lourenço Marques e Vila Luísa<sup>1322</sup>. Além de estabelecimentos comerciais e de terrenos na Matola e no Maputo, Laura controlaria a empresa de transportes Cruzeiro do Sul, referida como “Oliveira” numa canção indígena. Os autocarros da Cruzeiro do Sul ligavam Lourenço Marques às povoações rurais e circulavam em 1963 entre Catembe (a sul da capital provincial) e a fronteira com a Suazilândia<sup>1323</sup>. Laura de Oliveira tentou ainda, sem sucesso, obter permissão oficial para instalar duas bombas de gasolina na estrada de Marracuene<sup>1324</sup>.

---

<sup>1319</sup> Vasco Lopes Alves (1898-1976), oficial da Marinha, dirigiu entre 1962 e 1967 o Instituto Superior Naval de Guerra. Ocupou cargos políticos como deputado, procurador à Câmara Corporativa, governador-geral de Angola (1943-1947) e ministro do Ultramar (1958-1961).

<sup>1320</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 380-382; *BOM*, II Série, 03-11-1958 e 08-11-1958.

<sup>1321</sup> *BOM*, II Série, 24-01-1959 e 07-02-1959.

<sup>1322</sup> *Ibidem*, 10-01-1959, 17-01-1959 e 31-01-1959.

<sup>1323</sup> *BOM*, III Série, 17-01-1974; Mateus, ob.cit., p. 496; Penvenne, ob.cit., pp. 172-173.

<sup>1324</sup> *BOM*, II Série, 19-11-1960.

Entre 1958 e 1960, Roquete escreveu a António Neves Graça e, com menor frequência, ao inspector Manuel da Silva Clara, sucessor de Ferry Gomes na direcção dos Serviços Reservados da PIDE<sup>1325</sup>. Depois de receber um telegrama de Lisboa de 2 de Janeiro de 1959 pedindo resposta urgente, Roquete tentou por duas vezes, sem sucesso, falar por telefone com Clara, ao qual escreveria a 8 de Janeiro. Na missiva, o ex-futebolista menciona “O Camal”, um vendedor de automóveis e informador da PI que “sabe muito bem aquilo que interessa a nós polícias”. Amigo do independentista moçambicano Marcelino dos Santos<sup>1326</sup>, Camal propôs a Roquete aproveitar uma viagem de trabalho a Paris para “sondar” o jovem, residente na capital francesa. Perante a anuência do ribatejano e o pedido de mais dinheiro pelo informador, ficou combinado entre os dois que, antes de chegar a Paris, Camal passaria por Lisboa, de onde enviaria um telegrama a Roquete. Este mandar-lhe-ia uma carta que o africano apresentaria a Neves Graça, na sede da PIDE. No entanto, quando o telegrama chegou a Lourenço Marques, Roquete estava “na fronteira de Quionga com o Tanganica, a proceder a averiguações relacionadas com a agitação indígena, onde demorei 20 dias”, pelo que Camal decidiu apresentar-se na Rua António Maria Cardoso mesmo sem a credencial. Entretanto, o informador dificilmente obteria algo útil de Marcelino dos Santos, já que, durante a permanência de Roquete no Norte de Moçambique, “uns “burros” que ficaram a fazer a censura postal” deixaram seguir para Paris uma carta do pai de Marcelino a preveni-lo da ligação de Camal à polícia<sup>1327</sup>. O CPM viria a interceptar e remeter à PIDE, em 1960, cartas escritas por Marcelino dos Santos aos seus familiares e a José Craveirinha, que, tal como Marcelino, era referido pelo menos desde 1956 em officios trocados entre as polícias de Lisboa e Lourenço Marques, atentas aos contactos dos dois moçambicanos no estrangeiro<sup>1328</sup>.

Apesar de Roquete afirmar pretender apenas servir “a sempre querida PIDE”, já que o seu salário era suficiente “para a modéstia da vida que levo”, as informações de “Seabra” foram pagas com dinheiro enviado por Neves Graça. O adjunto da PI utilizou as verbas recebidas para comprar “mais uns livros de técnica policial” e obras francesas sobre espionagem e contra-espionagem, incluídas numa “biblioteca interessantíssima que talvez um dia a deixe (*sic*) à nossa

---

<sup>1325</sup> Pimentel, ob.cit., p. 540.

<sup>1326</sup> Marcelino dos Santos (1929-) fez estudos superiores em Lisboa e Paris. Participou na fundação da FRELIMO, partido no qual assumiu as funções de vice-presidente e secretário das Relações Externas. Depois da independência de Moçambique, foi ministro do Plano e presidente da Assembleia Popular.

<sup>1327</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 377-378.

<sup>1328</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 5501 CI (2), NT 7396, fls. 192-197, 200-203 e 208-210.

Escola de Polícia”<sup>1329</sup>. Acerca dos seus hábitos de leitura, estimulados por Ricardo Ornelas, Roquete disse numa entrevista costumar ler “muito e tudo o que apanho à mão” sobre determinado assunto que lhe interessasse por motivos profissionais<sup>1330</sup>. O “vício incorrigível que nutro pela leitura de tudo que respeita à nossa profissão” levou António a receber a título de empréstimo, após pedidos do casapiano a Neves Graça, documentação da PIDE sobre temas como o curso promovido pela CIA e frequentado por funcionários da polícia política nos EUA entre Outubro e Novembro de 1957<sup>1331</sup> e o acordo de Maio de 1959 entre os partidos comunistas italiano e português<sup>1332</sup>.

Após 11 anos como governador-geral de Moçambique, Gabriel Teixeira foi exonerado “a seu pedido” por Vasco Lopes Alves em 16 de Outubro de 1958, pouco antes de ser nomeado administrador por parte do Estado do BNU. O sucessor de Teixeira, Pedro Correia de Barros, voltaria a África acompanhado por Eduardo Trigo de Sousa, que se manteria como chefe de gabinete de Barros no novo posto deste<sup>1333</sup>. Correia de Barros e os secretários provinciais Rui de Araújo Ribeiro e Manuel Pimentel dos Santos<sup>1334</sup> tomariam posse em 21 de Janeiro de 1959<sup>1335</sup>, um dia depois do novo governador chegar ao aeroporto de Mavalane e ser recebido por uma multidão que incluía membros de vários clubes e empresas locais<sup>1336</sup>. No entanto, o tradicional acolhimento festivo ao responsável pelo governo da colónia fora contestado num folheto oposicionista intitulado “Portugueses de Moçambique” e divulgado em Lourenço Marques a 15 de Janeiro. O panfleto refere-se a Humberto Delgado como “herói da resistência portuguesa” e apela à população para que não compareça na recepção a Pedro Correia de Barros promovida no aeroporto e nas ruas da cidade, manifestando assim que “Portugal não está com a Ditadura”<sup>1337</sup>.

Logo a 16 de Janeiro, o encarregado do Governo-Geral moçambicano informou por telegrama Lopes Alves da prisão de Rui Tavares, empregado da seguradora Fidelidade, e de três outros europeus ligados à divulgação do panfleto, enquanto a 5 de Fevereiro Correia de Barros

---

<sup>1329</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 379 e 401.

<sup>1330</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965.

<sup>1331</sup> Pimentel, ob.cit., p. 121.

<sup>1332</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 424 e 450.

<sup>1333</sup> BOM, II Série, 12-11-1958, 11-12-1958, 13-12-1958 e 14-02-1959.

<sup>1334</sup> Manuel Pimentel Pereira dos Santos (1919-2006), engenheiro civil, foi presidente da Acção Popular de Moçambique, secretário provincial das Obras Públicas, procurador à Câmara Corporativa (1967-1973) e, entre 1972 e 1974, governador-geral de Moçambique.

<sup>1335</sup> BOM, II Série, 20-01-1959.

<sup>1336</sup> *Notícias*, 20-01-1959, 21-01-1959 e 22-01-1959.

<sup>1337</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/UL-63, cx. 857, pt. 3, fl. 119.

identificou António de Figueiredo e Álvaro do Carmo Vaz<sup>1338</sup>, professor da Escola Comercial, como autores do texto e os únicos indivíduos envolvidos no caso que continuavam detidos<sup>1339</sup>. De acordo com a versão oficial dos eventos, Figueiredo e Carmo Vaz escreveram o manifesto em 13 de Janeiro e contactaram o tipógrafo Luís Henriques para o imprimir. Henriques produziu 5 mil cópias do panfleto, distribuídas ou afixadas em Lourenço Marques por Rui Tavares e outros oito homens. Durante a investigação policial, Luís Henriques “prestou declarações que muito apressaram a conclusão das averiguações”, o que lhe valeu ser punido com apenas seis meses de residência fixa em Nampula<sup>1340</sup>.

Elemento próximo de Delgado, com quem contactara durante uma viagem a Lisboa pouco depois das presidenciais de 1958, António de Figueiredo colaborava com periódicos dos EUA e da África do Sul e acolhera em sua casa o académico americano Marvin Harris, autor do livro anti-colonialista *Portugal's African Wards*. Frequentemente chamado à sede do CPM, Figueiredo foi preso em 23 de Janeiro nas instalações do Barclays Bank de Lourenço Marques, onde trabalhava, e colocado em regime de incomunicabilidade. Os rendimentos relativamente elevados do detido causaram espanto e ressentimento nos funcionários da PI, sobretudo em Roquete, que, ao interrogar Figueiredo, se terá queixado de, aos 29 anos, o oposicionista ganhar um salário maior que o auferido pelo casapiano após quase três décadas de trabalho policial. Preso “não tanto pelo que fez, mas pelo que pode fazer”, nas palavras de Roquete, António de Figueiredo feriu-se a si próprio de modo a ser levado para o hospital, no qual ficou sob vigilância de guardas do CPM (vários dos quais, segundo Figueiredo, criticavam o regime) com ordens de Roquete para abater o prisioneiro em caso de tentativa de fuga deste. Além dos protestos realizados junto do governador pelos advogados oposicionistas, o caso de Figueiredo e Carmo Vaz motivou vários artigos na imprensa inglesa, americana e sul-africana e obteve uma repercussão internacional embaraçosa para o Estado Novo<sup>1341</sup>. Um novo panfleto posto a circular em Moçambique divulgou a tradução para português de um artigo do *New York Times* acerca da vaga de prisões efectuada pela “polícia secreta”, que teria detido pelo menos 16 pessoas, e do

---

<sup>1338</sup> Álvaro Fernando Aleixo Peres do Carmo Vaz (1914-1994), natural de Goa, foi professor do ensino secundário e dirigiu entre 1953 e 1956 a revista moçambicana *Actualidades*. Publicou ensaios e livros de crónicas.

<sup>1339</sup> Pinto, José Filipe, *O Ultramar Secreto e Confidencial*, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 348-349.

<sup>1340</sup> BOM, II Série, 04-04-1959; *Notícias*, 05-04-1959.

<sup>1341</sup> Figueiredo, António de, *Portugal: Cinquenta Anos de Ditadura*, Lisboa, Dom Quixote, 1976, p. 176; idem, *Portugal and Its Empire: The Truth*, Londres, Victor Gollancz Ltd., 1961, pp. 13-15 e 20-21; idem, “Testemunho – Luta e morte no exílio”, in Delgado, Iva, Figueiredo, António de, coord., *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Dom Quixote, 1991, pp. 212-215.

crescente descontentamento da população branca da colónia, já manifestado nas eleições presidenciais<sup>1342</sup>.

A embaixada dos EUA em Portugal contactou o MNE a respeito das prisões em Moçambique, o que levou o Ministério do Ultramar a pedir informações ao Corpo de Polícia. A diligência ministerial causou assombro em Roquete, uma vez que as cartas do ribatejano mantinham Neves Graça a par de tudo desde o início do caso. Tratava-se de um exemplo, entre outros denunciados pelo ex-futebolista, da descoordenação e duplicação de esforços habituais nas instituições do regime e perigosas para a continuidade deste. Entretanto, Roquete elaborava um relatório acerca do folheto “Portugueses de Moçambique”, com base no qual Hilário Marques da Gama propôs a expulsão de António de Figueiredo e Álvaro do Carmo Vaz<sup>1343</sup>. Um órgão consultivo da administração colonial, o Conselho de Governo, reuniu-se em 31 de Março para apreciar a proposta, considerada excessivamente dura por dois dos conselheiros, o general Raul Martinho e o comandante António Dias Ferreira. No entanto, ficou registado o parecer favorável do Conselho quanto à deportação dos visados para a Metrópole, decretada por Pedro Correia de Barros numa portaria de 4 de Abril. Figueiredo viu-se levado sem aviso prévio para o avião que o transportou até Lisboa, de onde conseguiria mais tarde viajar para Inglaterra. As incidências da reunião do Conselho de Governo foram reveladas à PIDE por Roquete, segundo o qual Martinho, descrito como “general croquete (*sic*)” e “um palhaço de feira” pelo jogador que orientara em 1933, permitia a indisciplina militar e não requeria a Lisboa o armamento necessário, enquanto Dias Ferreira, em aproximação ao “revirinho”, estaria “podre de rico” graças a negócios ilícitos realizados sob a protecção de Gabriel Teixeira<sup>1344</sup>. Findo em Agosto de 1959 o seu período como governador militar de Moçambique, Raul Martinho voltou à Metrópole, onde assumiu a direcção da Arma de Cavalaria e passou à reserva<sup>1345</sup>, enquanto António Dias Ferreira permaneceu durante a década de 60 no cargo de administrador delegado da Companhia Industrial da Matola<sup>1346</sup>.

Em Janeiro de 1959, Hilário Marques da Gama revelou a António Roquete que Afonso Ferraz de Freitas iria deixar a administração do concelho de Lourenço Marques e começar a

---

<sup>1342</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/UL-32, cx. 827, pt. 22, fl. 452.

<sup>1343</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 374 e 403; Pinto, José Filipe, *ob.cit.*, p. 350.

<sup>1344</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 408-409; BOM, II Série, 04-04-1959; Figueiredo, *Portugal and Its Empire...*, pp. 15-16.

<sup>1345</sup> *Notícias*, 23-08-1959, 05-09-1959 e 12-05-1960.

<sup>1346</sup> *Anuário da Província de Moçambique*, 1964-1965, p. 632.

trabalhar, dentro do Governo-Geral, na investigação da actividade política dos indígenas, um assunto ainda vedado à Polícia Internacional. Roquete não compreendia como a PI, dotada dos “principais e únicos arquivos políticos”, poderia ficar subordinada a um “pateta alegre” sem competência nem conhecimentos para tal e enfureceu-se ao saber que Ferraz de Freitas (exonerado do cargo de administrador, Freitas seria “mandado prestar serviço” na Repartição de Gabinete do Governo-Geral<sup>1347</sup>) lideraria um novo departamento que superintenderia o CPM, decisão pela qual o casapiano responsabilizou “certos dirigentes acéfalos do Estado Novo”. Prevendo futuros conflitos entre a PI e o Governo-Geral, Roquete começou a pensar, durante o ano de 1959, em reformar-se ou pedir transferência para outra colónia. A atribuição a Ferraz de Freitas, o “inimigo n.º 1 da Polícia Internacional”, do comando da “Central” ou “Centro de Informações”, função pela qual receberia 18 contos mensais (contra os 6 que o adjunto da PI auferia, após “30 anos de dar o corpo ao manifesto”), foi vista pelo casapiano como uma recompensa concedida a Afonso pela sua ligação a Gabriel Teixeira e Juvenal de Carvalho. O Centro de Informações passou a receber relatórios provenientes dos governos distritais, antes enviados ao CPM, e obteve através de Marques da Gama cópias de documentação secreta. Roquete não manifestou publicamente a sua indignação, mas tentou espaçar os documentos por si elaborados e destinados ao comandante. A submissão de Hilário a Ferraz de Freitas fez Roquete recordar o “saudoso” capitão Henrique Henriques, “que nos trouxe daí, em 1943” e com quem, no seu entender, a situação seria diferente<sup>1348</sup>. Freitas terá recebido instruções no Ministério do Ultramar durante uma viagem a Lisboa da qual regressou no início de 1960, para se deslocar em seguida a Montepuez e Porto Amélia, no Norte de Moçambique<sup>1349</sup>.

Beneficiário de uma licença disciplinar, António Roquete viajou para Lisboa num avião da TAP (a empresa concedia bilhetes gratuitos a funcionários da PI) em 8 de Abril de 1959. Antes de partir, o salvaterrense anunciou aos seus correspondentes que pretendia “visitar a Casa-Mãe onde passei o melhor da vida profissional” e encontrar-se na sede da PIDE com Neves Graça e o agora subdirector Manuel da Silva Clara para uma reunião acerca da situação em Moçambique. Durante cerca de um mês, Roquete instalou-se no Cadaval (concelho ao qual Laura de Oliveira estava ligada) e aí recebeu cartas de Marguerite Lahaye e António Fernando Gomes Segurado com informações de Lourenço Marques. Numa deslocação a Alcobaça, em 29

---

<sup>1347</sup> BOM, II Série, 31-01-1959.

<sup>1348</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 372-373, 375-376, 402, 415, 428, 438, 442, 456 e 481.

<sup>1349</sup> Notícias, 25-01-1960 e 29-01-1960.

de Abril, o ribatejano descobriu por acaso um pacote oriundo de S. Paulo e enviado a um comerciante local no qual se encontravam exemplares do jornal *Portugal Democrático*, produzido por oposicionistas exilados no Brasil. De regresso a Lourenço Marques, já em Junho, o ex-futebolista mostrou-se, numa carta a Neves Graça, “muito sensibilizado” pela maneira como fora recebido na Rua António Maria Cardoso pelo director e subdirector, pelos funcionários superiores da PIDE e pelos “meus antigos camaradas”, pródigos em “gentilezas que eu não merecia e que jamais esquecerei”<sup>1350</sup>.

Entre 1958 e 1959, a Oposição ganhou dinamismo na Beira, beneficiando das boas relações entre o advogado oposicionista Marcial Ermitão<sup>1351</sup> e o coronel Macedo Pinto, governador do distrito de Manica e Sofala, e da tolerância do comissário da polícia local, o capitão Octávio Machado. Folhetos produzidos na região a que os anti-salazaristas chamavam “Estado Livre da Beira” eram distribuídos em Lourenço Marques. Durante a licença de Roquete, foram detidos pela PI dois dos beirenses responsáveis pelos panfletos, Lança e “Gordino”<sup>1352</sup>, mas Marques da Gama permitiu que ambos fossem julgados na Beira (e não no TMT de Lourenço Marques) por abuso de liberdade de imprensa e enumerou num relatório várias atenuantes benéficas para os réus. Pela mesma altura, Manuel Lourenço Real, um funcionário da Fazenda Pública de Lourenço Marques identificado como destinatário dos panfletos elaborados na Beira, foi rapidamente posto em liberdade pelo comandante do CPM, quando deveria ter sido “apertado sem contemplações”, na opinião de Roquete, inconformado com a atitude de Hilário (“Estes “bons-corações” serão os coveiros do Estado Novo”), o qual pretendia evitar sofrer represálias em caso de mudança política<sup>1353</sup>. Informado pela PI, no mesmo ano, da preparação na Beira de um banquete comemorativo do 5 de Outubro organizado por Marcial Ermitão e autorizado por Macedo Pinto, Pedro Correia de Barros ordenou a proibição do evento<sup>1354</sup>. Apesar da sua popularidade, Macedo Pinto seria afastado do cargo de governador em Novembro de 1960<sup>1355</sup>.

---

<sup>1350</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 401-402, 405-406, 411-415 e 423-424.

<sup>1351</sup> Marcial Pimentel Ermitão (1893-1961) combateu na Flandres durante a I Guerra Mundial, tendo recebido várias condecorações. Licenciado pela Faculdade de Direito de Lisboa, exerceu advocacia na Beira a partir de 1934.

<sup>1352</sup> Roquete poderá referir-se a Homero Gordinho, um dos oradores das sessões de apoio a Norton de Matos realizadas na Beira em 1949 (*Notícias*, 21-01-1949 e 04-02-1949).

<sup>1353</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 426, 431, 434-436 e 456.

<sup>1354</sup> *Ibidem*, fl. 453.

<sup>1355</sup> ANTT, Arquivo Oliveira Salazar, AOS/CO/UL-33, cx. 829, pt. 3, fl. 183.

Ainda antes da viagem de Roquete à Metrópole, Manuel da Silva Clara escreveu ao adjunto da PI pedindo-lhe que obtivesse emprego para um homem cuja presença em Moçambique poderia fornecer informação útil ao regime. Caso a experiência fosse bem sucedida, seriam enviados outros informadores para a colónia. Depois de voltar da licença, Roquete falou no assunto a Hilário Marques da Gama, que prometeu utilizar os seus contactos para empregar o informador, designado por Roquete pelo pseudónimo “Rocha Forte”<sup>1356</sup> e chegado a Lourenço Marques em 28 de Julho de 1959. Hilário e Juvenal de Carvalho pretendiam colocar “Rocha Forte” na Beira, como serralheiro mecânico dos Caminhos-de-Ferro, um sector marcado pela influência comunista. Enquanto aguardava uma decisão sobre o seu futuro, “Rocha Forte” recebia dinheiro do CPM e da PIDE para se sustentar e encontrava-se com Roquete. O informador, ex-militante do PCP, mover-se-ia pelo ressentimento em relação aos seus antigos correligionários, “que o mandaram para Lisboa, vindo do Norte, só para o queimarem e levarem-no às prisões”.

Pedro Correia de Barros alteraria a estratégia, ao considerar que a entrada de “Rocha Forte” nos Caminhos-de-Ferro da Beira, onde não eram admitidos novos funcionários há muito tempo, causaria desconfiança na Oposição. O oficial propôs a hipótese de conceder ao informador um alvará que lhe permitiria montar um negócio financiado pelo Governo-Geral. Depois de reflectir, Roquete concluiu que o governador-geral pretendia evitar o envolvimento no caso dos seus potenciais críticos Macedo Pinto e Eduardo Brazão de Freitas, o director dos Caminhos-de-Ferro de Moçambique. Num encontro entre o adjunto da PI e “Rocha Forte”, este aceitou a mudança de planos, embora as suas necessidades o levassem a pedir por várias vezes mais dinheiro à PIDE (a polícia política poderia escrever ao informador através do endereço particular de Roquete). O casapiano apreciava o comportamento regrado e prudente do “protegido”, de quem recebeu um relatório sobre a sua passagem pelo PCP. Em 16 de Novembro, o informador, a mulher e a filha embarcaram para a Beira, onde se hospedaram numa pensão e, apesar de várias tentativas de colocação, “Rocha Forte” e a esposa continuaram desempregados. Ao passar pela Beira em 23 de Janeiro de 1960, Roquete ouviu as queixas do informador, em nome do qual contactou a PIDE, por telefone (António falou com o inspector Ferreira da Costa, a quem pediu para alertar Manuel Clara) e telegrama, de modo a obter o envio de mais 5 mil escudos. Finalmente, a 3 de Março de 1960, o adjunto foi recebido pelo secretário

---

<sup>1356</sup> Rocha Forte é um topónimo do concelho do Cadaval.

provincial Manuel Pimentel dos Santos, que aceitou a um pedido para colocar “Rocha Forte” nas Obras Públicas<sup>1357</sup>. Ignora-se a actividade posterior do ex-comunista, mas este caso surpreende quer pela morosidade do processo quer pelo tempo e dinheiro que a PIDE e Roquete gastaram com “Rocha Forte”, sem perderem a confiança no informador.

Vasco Lopes Alves realizou entre 16 de Junho e 18 de Julho de 1959 uma visita oficial a Moçambique. Roquete ficou bem impressionado com a simpatia e correcção demonstradas pelo ministro ao contactar com a população, num contraste com o estilo “fechado e inacessível” de Pedro Correia de Barros. O ribatejano acreditava que “A época actual não é propícia para os “isolados” em política, a não ser para UM (*sic*)”, referindo-se a Salazar<sup>1358</sup>. A visita ministerial foi aproveitada pelo grupo oposicionista liderado por advogados como Almeida Santos e Daniel de Sousa, os chamados Democratas de Moçambique, para entregar a Lopes Alves uma exposição com 241 assinaturas, impressa clandestinamente e distribuída em formato de panfleto. O manifesto, do qual seriam reproduzidos vários excertos no jornal clandestino metropolitano *Tribuna Militar*, propõe reformas autonomistas e critica “a obstinação em governar por métodos super-autoritários”, que reforçava “uma tendência separatista” na colónia e tinha como únicos apoiantes “os altos monopolistas, os detentores dos conselhos de administração e os criminosos da PIDE”<sup>1359</sup>.

Moçambique constituía em 1959 uma excepção à aplicação do Decreto n.º 39 749, quando já se encontravam em funcionamento delegações da PIDE em Angola, Guiné e S. Tomé e Príncipe<sup>1360</sup>. Em 27 de Julho desse ano, a PI recebeu um telegrama da PIDE angolana, liderada pelo subdirector Aníbal de São José Lopes, a pedir a captura do arquitecto comunista António Guilherme Matos Veloso (que desenvolvia esforços no sentido de criar o Partido Comunista Angolano<sup>1361</sup>). Na madrugada de 28 de Julho, Roquete e vários agentes prenderam António Veloso em casa do sogro deste, onde o arquitecto se hospedava com a mulher, Maria da Luz Costa. Insensível à “barulheira” da família, o casapiano vasculhou a habitação e encontrou documentação valiosa, destinada à análise do “nosso genial perito subinspector Gouveia”. Consultado por telefone, São José Lopes anunciou vir a Lourenço Marques buscar o preso,

<sup>1357</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 350, 407, 415, 425, 429, 448, 455-457, 471, 477 e 479-480.

<sup>1358</sup> *Ibidem*, fl. 419.

<sup>1359</sup> *Ibidem*, fl. 421; Louçã, António, *Varela Gomes: “Que outros triunfem onde nós fomos vencidos”*, Lisboa, Parsifal, 2016, pp. 40-41; Pinto, José Filipe, *ob.cit.*, p. 348; Souto, *ob.cit.*, pp. 360-361.

<sup>1360</sup> *BOM*, II Série, 04-05-1957 e 13-09-1958.

<sup>1361</sup> Pereira, José Pacheco, *ob.cit.*, pp. 566-567.

recusando a hipótese de Roquete escoltar Veloso a Luanda e não revelando ao salvaterrense detalhes do processo, apesar do interesse do Governo-Geral moçambicano por informações sobre as actividades separatistas em Angola<sup>1362</sup>.

Depois da partida de Vasco Lopes Alves, permaneceram em Moçambique, até 20 de Setembro, dois funcionários do Ministério do Ultramar vindos com o ministro, Fernão Vicente e José Maria Gaspar, envolvidos numa missão de estudo relacionada com os movimentos associativos indígenas daquela colónia. António Roquete soube que os dois funcionários ministeriais gostariam de falar consigo, mas viam-se impedidos por Marques da Gama e Ferraz de Freitas de abordá-lo. Fernão Vicente era filho do antigo candidato presidencial Arlindo Vicente, enquanto José Maria Gaspar trabalhava com o advogado Adelino da Palma Carlos<sup>1363</sup>, adversário do regime. Segundo Roquete, visitado em sua casa por Gaspar e Vicente, ambos estavam “encantados comigo” e compartilhavam críticas a Freitas e elogios à PIDE. Os funcionários ofereceram a Roquete um almoço, num restaurante fora de Lourenço Marques, e em troca da simpatia o casapiano informou-os acerca das seitas religiosas e colectividades indígenas de Moçambique, sobre as quais elaborariam um relatório<sup>1364</sup>. Fernão Vicente seria demitido da função pública depois da prisão do pai, em Setembro de 1961<sup>1365</sup>.

Em meados de Junho de 1959, surgiu em Lourenço Marques um panfleto datado de 10 desse mês e assinado pelo Movimento de Libertação de Moçambique (MOLIMO). A “Circular I” da nova organização aponta como objectivo desta “levar até junto do Governo de Portugal, o grito de autonomia da população de Moçambique” e define objectivos como a criação de “Um Governo autónomo, livremente eleito, pelos Moçambicanos” e integrado numa Comunidade Portuguesa, a eleição de um Conselho Legislativo com a competência exclusiva de elaborar as leis da colónia, o reforço da autonomia das Câmaras Municipais (cujos presidentes passariam a ser eleitos), a redução da burocracia e a melhoria do nível de vida. O futuro governo autónomo de Moçambique criaria universidades e outras instituições de ensino e apoiaria o desenvolvimento económico através de um banco de fomento<sup>1366</sup>. O segundo (e último) panfleto

---

<sup>1362</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 424-426.

<sup>1363</sup> Adelino da Palma Carlos (1905-1992), advogado, doutorou-se pela Faculdade de Direito de Lisboa, da qual foi professor catedrático. Liderou o I Governo Provisório entre 16 de Maio e 9 de Julho de 1974.

<sup>1364</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 418, 429-430, 437-438 e 450.

<sup>1365</sup> Santos, Miguel Dias, *Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, cultura e política*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, pp. 91 e 239.

<sup>1366</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 2835/59 SR, NT 2956, fls. 74-79.

do MOLIMO, com a data de 24 de Junho, refere-se ao avanço do nacionalismo em África, onde as populações negras caminhavam para o auto-governo, inclusive em áreas vizinhas de Moçambique como a Rodésia do Norte e a Niassalândia. Neste contexto, os brancos africanos deveriam lutar pela sobrevivência e pela coexistência de raças. A atracção de mão-de-obra e capital para Moçambique, favorecida pela autonomia, aumentaria a população branca da colónia, que sem esse incremento pouco poderia fazer contra os 7 milhões de negros residentes no território. O MOLIMO já estaria presente em cinco (Beira, Nampula, Vila Cabral, Porto Amélia e Lourenço Marques) das nove capitais de distrito, pedindo donativos necessários à impressão e envio de um terceiro manifesto<sup>1367</sup>.

De acordo com um relatório assinado por António Roquete a 30 de Junho, o primeiro folheto do MOLIMO foi enviado em algumas dezenas de sobrescritos, depositados nos Correios da Beira em 15 de Junho e remetidos a europeus, “gente de cor” e colectividades como o Centro dos Negros de Moçambique, cujo presidente da assembleia-geral, Domingos Estêvão, entregou o texto e o envelope ao novo administrador da capital da colónia, Armando Marques dos Santos, através do qual chegaram a Juvenal de Carvalho. Por ordem deste, o panfleto ficou conservado na administração concelhia e Hilário Marques da Gama apenas o pôde consultar rapidamente, naquilo que Roquete considerou uma “atitude sabotadora, retardatária e ilegal” de Juvenal contra a PI. O gabinete do governador-geral fez chegar ao CPM outros exemplares do panfleto entretanto surgidos, dos quais foram tiradas fotografias remetidas à PIDE. Em Luanda, São José Lopes negou conhecer eventuais ligações entre o MOLIMO e os separatistas angolanos<sup>1368</sup>.

Roquete deduziu que o texto do primeiro comunicado do MOLIMO, dactilografado sem acentos, tinha sido escrito num dos territórios coloniais britânicos. Com o auxílio do engenheiro Raul Lopes Coelho Duarte, director dos CTT de Moçambique e habitual colaborador da polícia política, a PI apreendeu nos Correios da Beira exemplares da “Circular II”, acompanhados por cartas manuscritas pelo fundador do movimento, Mário Francisco Aires Macedo Pinto Ribeiro (de 30 anos), um antigo chefe de posto administrativo, demitido por “irregularidades”, que se encontrava desde Maio de 1959 em Salisbury. Enquanto o primeiro panfleto tinha sido escrito em Salisbury e trazido por um cúmplice de Mário Pinto Ribeiro para a Beira, o segundo fora enviado logo na Rodésia do Sul, o que facilitou a apreensão. As cartas escritas à mão por Pinto

---

<sup>1367</sup> Ibidem, fls. 51-54.

<sup>1368</sup> Ibidem, fls. 45-46, 69-70 e 77.

Ribeiro dirigiam-se a opositoristas de Nampula, Vila Cabral e Porto Amélia, convidados para serem delegados do MOLIMO e a quem se pediam donativos. Roquete ficou convencido de que a organização não passava “de uma “patacoada” – sem bases sólidas”, até porque Pinto Ribeiro não dispunha de dinheiro nem de “idoneidade política”, mas garantiu que “não deixaremos aqui de explorar bem o caso, do ponto de vista policial, para “treinos futuros””<sup>1369</sup>.

Por proposta de Roquete, Marques da Gama pediu ao Intelligence Service da Rodésia do Sul que vigiasse Mário Pinto Ribeiro em Salisbury. A resposta demorou algum tempo, mas em 1 de Setembro de 1959 o CPM já fora informado pelos rodesianos de que Pinto Ribeiro se deslocaria à colónia portuguesa e preparava-se para o prender na fronteira ou no seu provável destino, a Beira. Detido a 18 de Setembro no posto fronteiriço da PI em Machipanda e interrogado por Roquete, Pinto Ribeiro revelou a dimensão insignificante do MOLIMO e mencionou o beirense Sá e Pinto, cuja captura o ribatejano ordenou por telefone. Pelo que Roquete apurou, Mário, sem ligações conhecidas ao PCP ou a Angola, pretendia uma independência branca de Moçambique. Numa carta de 14 de Dezembro, o antigo guarda-redes menciona que o processo e os arguidos do MOLIMO foram entregues ao Promotor de Justiça do tribunal militar de Lourenço Marques. Vários funcionários administrativos teriam tido uma atitude duvidosa, ao não entregarem a “Circular I” às autoridades quando a receberam<sup>1370</sup>.

Apesar da curta vida do MOLIMO, Roquete não deixou de se preocupar com o crescente sentimento autonomista dos brancos de Moçambique, território onde os jornais oposicionistas circulavam e pareciam ter correspondentes e a Associação dos Naturais (formada sobretudo por brancos) desenvolvia actividades de cariz político<sup>1371</sup>. No início de 1960, o casapiano considerava possível que Humberto Delgado e Henrique Galvão<sup>1372</sup>, então exilados na América do Sul, se apoderassem, através de um golpe militar, dos governos de Angola e Moçambique. Neste último caso, poderiam contar com o apoio da “tropa europeia”, maioritariamente composta por naturais da colónia<sup>1373</sup>. De facto, segundo Almeida Santos, Delgado entrou sob disfarce, por

---

<sup>1369</sup> Ibidem, fls. 47-50.

<sup>1370</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 421-422, 432, 435, 443-444 e 458.

<sup>1371</sup> Pedro Correia de Barros dissolveu em 9 de Dezembro de 1960 a direcção da ANM e nomeou para esta uma comissão administrativa presidida por Afonso Ferraz de Freitas (*BOM*, II Série, 10-12-1960).

<sup>1372</sup> Henrique Carlos Malta Galvão (1895-1970), escritor e oficial do Exército, atingiu o posto de capitão. Depois de ocupar cargos como governador da Huila, director da Emissora Nacional e deputado, rompeu com o Estado Novo, tendo sido preso em 1952. Evadiu-se sete anos depois e dirigiu em 1961 o assalto ao paquete *Santa Maria* e o desvio de um avião da TAP. Produziu uma vasta bibliografia de ficção, teatro e ensaio.

<sup>1373</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 475 e 488-489.

volta de 1960, no território moçambicano e apresentou-se em casa do advogado, a quem pediu a colaboração dos Democratas de Moçambique num golpe a lançar na colónia. Delgado, que teria igualmente falado com Neves Anacleto, passaria poucos dias em Lourenço Marques, tendo o recuo dos apoios militares com que contava feito o “General Sem Medo” voltar a atravessar a fronteira<sup>1374</sup>. No entanto, o biógrafo de Delgado desmente a suposta viagem deste a Moçambique durante o exílio e admite que Almeida Santos tenha sido visitado por “outra pessoa fazendo passar-se por Humberto Delgado”<sup>1375</sup>. Seja como for, após o início da guerra em Angola, a 15 de Março de 1961, o receio do nacionalismo africano garantiu o apoio da maioria dos brancos de Moçambique, inclusive alguns opositores do regime, ao esforço bélico de Salazar<sup>1376</sup>.

Relativamente ao descontentamento da população negra moçambicana, Roquete negou na sua correspondência para Lisboa a existência de incidentes significativos, mas considerou em Março de 1959 que a situação no resto de África estava a “abrir consideravelmente os olhos aos nossos negros”. Em Milanje, junto da fronteira com a Niassalândia, a PI prendera um enfermeiro indígena por apelar à revolta e contactar com independentistas do território vizinho, cuja agitação levava as autoridades de Moçambique a reforçarem a presença militar e policial naquela área. Todavia, faltava um “plano de vigilância e de informação” para coordenar a resposta estatal e verificava-se uma desarticulação entre as várias entidades oficiais eventualmente nociva nos “dias negros que hão-de chegar”. Entretanto, muitos moçambicanos aproveitavam a difusão de transístores a baixo preço para ouvirem as emissões de propaganda anti-colonialista em língua swahili da rádio África Livre (com sede no Cairo), traduzidas e transcritas por “um auxiliar da polícia” destacado nos Correios de Lourenço Marques<sup>1377</sup>. Cada vez mais negros matriculavam-se no ensino secundário nocturno e alguns rumavam a Lisboa para frequentar o ensino superior e integrar a elite do futuro Moçambique independente, enquanto os enfermeiros indígenas (como Samora Machel<sup>1378</sup>, aprovado no concurso para praticantes de enfermeiro auxiliar de 10 de Março de 1952<sup>1379</sup>) se revelavam perigosos e influenciados pela propaganda estrangeira. Ainda

---

<sup>1374</sup> Antunes, José Freire, *A Guerra de África, 1961-1974*, vol. II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 643; Santos, António de Almeida, ob.cit., pp. 84-86.

<sup>1375</sup> Rosa, Frederico Delgado, *Humberto Delgado – Biografia do General Sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008, p. 909.

<sup>1376</sup> Santos, António de Almeida, ob.cit., p. 67.

<sup>1377</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 404, 410-411 e 416.

<sup>1378</sup> Samora Moisés Machel (1933-1986), comandante militar da FRELIMO, assumiu em 1970 a liderança do partido. Foi o primeiro presidente de Moçambique, entre 1975 e 1986.

<sup>1379</sup> BOM, II Série, 15-03-1952.

assim, Roquete desconhecia grupos organizados que pudessem impulsionar a contestação ao colonialismo português<sup>1380</sup>.

As relações entre António Roquete e Afonso Ferraz de Freitas tornaram-se cada vez mais conflituosas. Em 28 de Setembro de 1959, Ivan Carrel, chefe do Intelligence Service do Tanganica (território sob tutela do Reino Unido), participou numa reunião em Lourenço Marques com Roquete, Ferraz de Freitas, Hilário Marques da Gama e Armando Aires de Abreu. Carrel anunciou os planos britânicos com vista à transição do Tanganica para a independência até 1963, numa revelação interpretada por Roquete como um aviso para reforçar a vigilância no Norte de Moçambique. Durante a reunião, Ferraz de Freitas interrompeu Hilário para impedir o comandante do CPM de referir assuntos sob investigação do Centro de Informações. Sentindo-se “enojado com a atitude do Freitas”, Roquete alegou estar maldisposto para evitar participar no almoço oferecido a Carrel<sup>1381</sup>.

Poucas semanas antes, o bispo metodista William Franklin Ball viera a Moçambique para uma reunião de fiéis da sua igreja, mas, ao contrário do que acontecera nos anos anteriores, Ball foi convocado por Marques da Gama e proibido de realizar quaisquer cerimónias religiosas, sob pena de expulsão, pelo que o americano abandonou a colónia e ameaçou com um protesto diplomático. Surpreendido pela mudança de orientação quanto à Igreja Metodista, Roquete compreendeu que Portugal poderia ser acusado na ONU de desrespeitar a liberdade religiosa e emprestou a Hilário “o meu livro sobre convenções internacionais, da autoria do Dr. Marcelo Caetano”<sup>1382</sup>. No entanto, a proibição da reunião metodista foi mantida pelo Governo-Geral. Sem poderes legais para fazer prisões no seu novo cargo, Ferraz de Freitas ordenou a Marques da Gama a detenção de cinco negros metodistas, entre eles o assimilado António Basílio Calisto, por “atentado contra a Soberania Nacional”. Calisto e os outros quatro presos tinham sido denunciados pelo bispo Ball, cuja direcção contestavam. Freitas terá procurado suavizar a má impressão criada junto da liderança metodista e aproveitado para perseguir Calisto, que considerava “um dos piores e mais perigosos elementos negros” de Moçambique. Após detectar o envolvimento do assimilado num caso de emigração clandestina, Freitas pressionara Calisto a

---

<sup>1380</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 482-483.

<sup>1381</sup> Ibidem, fls. 451-452.

<sup>1382</sup> Portugal era um dos signatários das convenções de Saint-Germain-en-Laye (assinadas em 1919) sobre liberdade de culto nas colónias (Caetano, Marcelo, *Portugal e o Direito Colonial Internacional*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1948, pp. 156-159).

fornecer-lhe, em Dezembro de 1952, dois relatórios sobre a actividade local da Igreja Metodista. Para Roquete, nada disto fazia sentido, até porque os detidos não tinham ligações a qualquer grupo separatista, mas o “elemento de mau comportamento político” António Basílio Calisto viria a ser expulso para a Metrópole em Agosto de 1960<sup>1383</sup>.

Várias figuras marcantes dos anos passados por Roquete na polícia moçambicana deixaram os seus cargos entre 1959 e 1960. Juvenal de Carvalho, no posto de secretário-geral desde 1954, embarcou para a Metrópole em 20 de Setembro de 1959, após receber numerosas homenagens no distrito de Lourenço Marques, do qual era governador por inerência<sup>1384</sup>. O sucessor de Juvenal, Rui de Azevedo Guimarães, pretendia aumentar o pessoal da PI para 40 agentes de 2.ª classe e 50 auxiliares indígenas, numa expansão considerada demasiado súbita por Roquete<sup>1385</sup>. Por seu turno, Eduardo Trigo de Sousa saiu voluntariamente da Repartição de Gabinete e tornou-se professor da Escola Industrial de Lourenço Marques<sup>1386</sup>. Ao atingir o prazo legal máximo da sua comissão de serviço (10 anos), o major Marques da Gama viu-se forçado a abandonar o comando do CPM e regressar à Europa<sup>1387</sup>, sendo Armando Aires de Abreu promovido a comandante<sup>1388</sup>. Embora sem razões pessoais de queixa de Aires de Abreu, Roquete desconfiava do novo comandante devido às ligações familiares deste a opositores do Estado Novo, como o tio, um general afastado do Exército por motivos políticos, e o cunhado, Antero Sobral, um dos Democratas de Moçambique<sup>1389</sup>.

António Fernandes Roquete somava em 28 de Dezembro de 1959 30 anos, 9 meses e 13 dias de serviço público, divididos entre a Metrópole e Moçambique<sup>1390</sup>. A contagem e publicação do tempo de serviço estavam associadas ao pedido do casapiano para gozar uma licença

---

<sup>1383</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 454-455 e 462-463; *BOM*, II Série, 10-09-1960; Freitas, ob.cit., pp. 50-61.

<sup>1384</sup> *Notícias*, 03-09-1959, 06-09-1959 e 20-09-1959.

<sup>1385</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 476.

<sup>1386</sup> *BOM*, II Série, 23-01-1960 e 06-02-1960.

<sup>1387</sup> Hilário Marques da Gama seria promovido a tenente-coronel e coronel durante a Guerra Colonial, desempenhando em 1969 funções de comando no batalhão instalado na povoação moçambicana de Mecula. Comandante da Escola Prática de Infantaria entre 1970 e 1973, Hilário foi impedido de ascender a general e passado à reserva pelo novo poder saído do 25 de Abril. Concorreu pelo CDS à presidência da Câmara Municipal de Cascais em 1976, sendo eleito vereador, e faleceu em 2012 (Antunes, José Freire, *A Guerra de África, 1961-1974*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995, p. 300; Gama, ob.cit., p. 158; [http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/minuta\\_10-2012\\_0.pdf](http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/minuta_10-2012_0.pdf)).

<sup>1388</sup> *BOM*, II Série, 06-02-1960 e 09-04-1960.

<sup>1389</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 470 e 473-474.

<sup>1390</sup> *BOM*, II Série, 06-02-1960.

graciosa, concedida por portaria de 9 de Fevereiro de 1960 e com a duração de 150 dias<sup>1391</sup>. Depois de escrever pela última vez, em 20 de Fevereiro, a António Neves Graça, prestes a deixar a direcção da PIDE<sup>1392</sup>, Roquete anunciou em 5 de Março a Manuel da Silva Clara a sua deslocação iminente a Lisboa, aproveitada pelo adjunto da PI “para repousar duma tão prolongada permanência, neste clima húmido e depauperante, na maior parte do ano” e para informar-se sobre como poderia obter a reforma ou a transferência<sup>1393</sup>.

Roquete e Laura de Oliveira passaram os meses de Junho, Julho e Agosto de 1960 na Quinta Cruzeiro do Sul, em Casal Cabreiro, no concelho do Cadaval. Tal como no ano anterior, António recebeu correspondência de um subordinado, agora Ernesto dos Santos Ferreira, que, numa carta de 2 de Julho, em resposta a uma missiva de Roquete, lamentou uma doença recente do casal e prometeu tratar discretamente “do assunto da Sra. D. Laura, relativo à mala de cânfora, procedendo como ela pede, do que também oportunamente os informarei”. O chefe de brigada da PI responsabilizava-se igualmente por assuntos pessoais do antigo desportista, como a cobrança das rendas a este devidas, cujo dinheiro Santos Ferreira entregou “ao Bhimji”, que remeteria a verba total a Roquete. Este teria pedido também a Ernesto para falar com o “rapaz chinês que tem os seus cães”. Quanto à situação na repartição da PI, Ernesto revelou críticas de Gama Ochoa e Gomes Segurado (promovido em Outubro de 1959 a agente de 1.<sup>a</sup> classe<sup>1394</sup>) ao adjunto ausente. Os funcionários esquivavam-se a ir em diligência ao Norte de Moçambique para investigar os factos ocorridos durante uma manifestação de membros da tribo maconde que, juntamente com reivindicações económicas, reclamavam a libertação de vários indígenas presos pelo chefe do posto de Mocimboa do Rovuma. A repressão militar da concentração, efectuada por um pelotão sob o comando do governador do distrito de Cabo Delgado, Teixeira da Silva, teria provocado “cerca de 30 ou 40” vítimas mortais<sup>1395</sup>. Os acontecimentos, verificados em 16 de Junho, ficaram conhecidos por “massacre de Mueda” e, embora o número de mortos permaneça incerto, adquiriram um forte impacto simbólico para o nacionalismo moçambicano ao simbolizarem a opressão exercida pelos colonizadores<sup>1396</sup>.

---

<sup>1391</sup> Ibidem, 13-02-1960.

<sup>1392</sup> Pimentel, ob.cit., p. 38.

<sup>1393</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 472-473.

<sup>1394</sup> BOM, II Série, 17-10-1959.

<sup>1395</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 467.

<sup>1396</sup> Afonso, Aniceto, Gomes, Carlos de Matos, *Os Anos da Guerra Colonial, 1961-1975*, Matosinhos, Quidnovi, 2010, pp. 22-24.

As notícias do massacre levaram Roquete a enviar a carta oriunda de Lourenço Marques a Manuel Clara, com quem o casapiano se mantinha em contacto por correio e telefone, através do número do “Café-Restaurante Gaby”, no Cadaval. Antes de viajar, o adjunto da PI repreendera Manuel Teixeira devido ao escândalo causado pela mulher deste, Maria Teixeira, envolvida em “relações sexuais” com dois membros da Oposição. Como represália, o agente aproveitou a ausência de Roquete para prevenir Aires de Abreu e Ferraz de Freitas de que o ex-futebolista enviava à PIDE informações negativas sobre eles. Durante a licença, António soube que “o Freitas, por intermédio do Governo-Geral, teria escrito qualquer coisa contra mim, para o Ministério do Ultramar. Como tenho a consciência tranquila, e estou disposto a lutar até ao fim, haja o que houver, pouco me importam as “manobras” do senhorito Freitas”. A carta anónima atrás citada, baseada em informações prestadas por funcionários da PI, poderá, assim, datar de meados de 1960. Roquete planeou deslocar-se em 22 de Agosto a Lisboa de modo a tratar no Ministério do seu regresso a África e pediu para se reunir com Clara, de preferência fora do gabinete do subdirector, no qual “as ideias evaporam-se, pela interrupção constante exigida pelo serviço”. A sugestão, acompanhada por novas preocupações com o poder crescente de Ferraz de Freitas, encerra a correspondência conhecida entre o ribatejano e as chefias da PIDE<sup>1397</sup>.

No segundo semestre de 1960, a Delegação da PIDE em Moçambique começou a tornar-se uma realidade, através do preenchimento do novo mapa de funcionários ultramarinos da polícia política fixado pelo Decreto-Lei n.º 43 076, de 16 de Julho de 1960, que atribuiu 108 elementos à PIDE moçambicana (número idêntico ao da delegação de Angola), entre os quais se incluíam 25 agentes de 1.ª classe e 52 de 2.ª classe, contratados a um ritmo compatível com as “condições financeiras” da colónia<sup>1398</sup>. Vários elementos do pessoal administrativo e de investigação do quadro da Metrópole, entre eles o subdirector da nova delegação, o inspector António Fernandes Vaz, foram transferidos para Moçambique<sup>1399</sup>. Vaz deslocara-se a Lourenço Marques entre 8 e 12 de Setembro de 1956, tendo visitado as instalações da PI e agradado a Roquete pela sua simpatia e discrição no trato com os funcionários policiais<sup>1400</sup>. A Delegação da PIDE iria, tal como Roquete previra, entrar frequentemente em conflito com o departamento

---

<sup>1397</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 468-469, 476-477 e 484.

<sup>1398</sup> *Diário do Governo*, I Série, 16-07-1960; *BOM*, I Série, 30-07-1960.

<sup>1399</sup> *BOM*, II Série, 22-10-1960, 05-11-1960, 12-11-1960 e 17-12-1960.

<sup>1400</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fls. 329-330; *Notícias*, 12-09-1956.

liderado por Afonso Ferraz de Freitas a respeito da jurisdição sobre crimes políticos<sup>1401</sup>. O Decreto n.º 43 761, de 29 de Junho de 1961, conferiu “estrutura legal” ao Centro de Informações através da criação dos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Moçambique (SCCIM), dirigidos por Freitas e que, à semelhança de um organismo idêntico estabelecido em Angola, dependeriam do governador-geral e teriam como objectivo “reunir, estudar e difundir as informações que interessarem à política, à administração e à defesa” da colónia<sup>1402</sup>.

Em Fevereiro de 1961, Eduardo Mondlane, agora funcionário da ONU e professor universitário, regressou a Moçambique, numa estadia no Sul da colónia durante a qual falou com centenas de pessoas e encontrou-se com Pedro Correia de Barros e outras autoridades locais. Mondlane descreveu a viagem e o ambiente social que encontrara no relatório *Present Conditions in Mozambique*, apresentado ao Departamento de Estado americano e a que a PIDE teve posteriormente acesso. O fundador do NESAM recorda no texto a situação vivida na sua terra natal em 1950, quando a polícia prendia esporadicamente pessoas que se opunham ao Estado Novo por motivos políticos ou económicos. O próprio Mondlane fora detido com o objectivo de esclarecer as ideias políticas do então estudante. Desde então, a vigilância e a repressão tinham-se agravado, sobretudo entre os africanos mais instruídos. Ao voltar a Moçambique, Mondlane soube que vários amigos e conhecidos seus (geralmente entre os 25 e os 45 anos de idade e residentes na Beira ou em Lourenço Marques) estavam presos e incomunicáveis porque os numerosos informadores da polícia política os tinham ouvido a discutir a situação africana. Os movimentos de Eduardo e da sua mulher, Janet Mondlane, tinham sido vigiados durante a permanência do casal no território. Apesar do clima de crescente tensão, vários régulos estavam disponíveis para auxiliar clandestinamente os nacionalistas. O futuro líder da FRELIMO apelou aos EUA para que pressionassem o Estado Novo e financiassem projectos educativos nas colónias portuguesas<sup>1403</sup>.

O relatório de Eduardo Mondlane foi escrito quando António Roquete abandonava as funções policiais, numa opção natural devido às más relações do ribatejano, agora indisfarçáveis, com os seus superiores hierárquicos e à mudança de ciclo que a entrada em funções da Delegação da PIDE representava. No entanto, as impressões de Mondlane confirmam o relativo

---

<sup>1401</sup> Mateus, Mateus, ob.cit., pp. 62-64.

<sup>1402</sup> *Diário do Governo*, I Série, 29-06-1961; *BOM*, I Série, 15-07-1961.

<sup>1403</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, 337/61 SR, NT 3052, fls. 854 e 858-864; Jesus, José Manuel Duarte de, *Eduardo Mondlane – Um Homem a Abater*, Coimbra, Almedina, 2010, pp. 454-455.

sucesso do trabalho de Roquete, ao atribuírem à PI, na transição entre as décadas de 50 e 60, uma imagem de omnipresença e vigilância permanente, pelo menos nas principais cidades moçambicanas, semelhante à obtida pela PIDE na Metrópole. Os últimos anos de António como chefe da Polícia Internacional foram, contudo, marcados pela frustração do salvaterrense com as barreiras à sua actuação levantadas por outros poderes existentes na colónia, onde a repressão, sobretudo contra a elite branca, enfrentava restrições. Roquete criticou na sua correspondência vários responsáveis do regime, por si considerados (numa comparação implícita com o casapiano) ineptos, apolíticos ou oportunistas e cuja abulia era perigosa numa altura em que se multiplicavam as ameaças para o Estado Novo. O investimento em meios e pessoal envolvido na activação de delegações da PIDE nas colónias, incluindo, de forma tardia, Moçambique, dever-se-ia precisamente à consciência dos riscos ligados ao processo de descolonização então em curso no continente africano. Para enfrentar os movimentos independentistas, o colonialismo luso iria necessitar de um aparelho policial de dimensões muito superiores às do pequeno grupo de funcionários que tivera em Roquete o seu rosto principal.

## 2.5. 1960-1974: o funcionário do BNU

“O maior atleta de sempre do CPAC, uma figura lendária do desporto nacional, António Roquete, recebe, debaixo da maior emoção e entre lágrimas e palmas sem fim, a medalha do nosso cinquentenário” (Legenda de fotografia, *O Casapiano*, Outubro de 1971)

### 2.5.1. Na Caju Industrial

O conflito armado iniciado em Angola entre o Estado português e os partidos separatistas, conhecido por Guerra Colonial, alastrou à Guiné (1963) e a Moçambique (1964). A guerrilha da FRELIMO, desenvolvida sobretudo no Norte da colónia, recebeu apoios de vários países vizinhos de Moçambique, numa fase (1964-1965) em que os territórios de Tanganica, Niassalândia, Rodésia do Norte e Rodésia do Sul se converteram, respectivamente, em Tanzânia, Malawi, Zâmbia e Rodésia<sup>1404</sup>. Perante o contexto bélico, o regime de Salazar, substituído em 1968 por Marcelo Caetano na Presidência do Conselho, tornou-se mais tolerante quanto à industrialização e entrada de capital estrangeiro nas “províncias ultramarinas”, o que levou, sobretudo em Angola e Moçambique, a um forte surto económico, acompanhado pelo crescimento urbano. Lourenço Marques e outras cidades moçambicanas atraíram mais colonos, tal como africanos em busca de trabalho nas novas indústrias. No entanto, as Forças Armadas, auxiliadas pela PIDE (a partir de 1969, DGS), não conseguiram travar a progressão da guerrilha e tornaram-se alvo de críticas dos brancos locais à medida que a situação militar se degradava, como era visível no início de 1974. O Estado Novo conhecia um crescente isolamento interno e externo, mostrando-se bloqueado e incapaz de solucionar a guerra africana.

Na temporada de 1960/61, o Casa Pia Atlético Clube, presidido desde Abril de 1959 por Eduardo Montez Nery (director-geral da empresa Singer em Portugal), vivia uma fase de recuperação desportiva, traduzida na conquista do campeonato da I Divisão da AFL<sup>1405</sup>. Aquando de uma visita a Moçambique em Agosto de 1955, Nery encontrou-se com casapianos

---

<sup>1404</sup> A Rodésia do Sul declarou unilateralmente a independência em 1965, estabelecendo-se um regime dominado pela minoria branca e aliado de Portugal. Após o fim da discriminação racial, a Rodésia alterou em 1980 a sua designação para Zimbabwe.

<sup>1405</sup> *A Bola*, 02-01-1961; Camilo, ob.cit., pp. 309-310.

ali residentes, entre eles António Roquete, que lhe fez perguntas sobre Cândido de Oliveira, Ricardo Ornelas e outras figuras do Casa Pia<sup>1406</sup>. Após uma longa ausência de contactos entre Nery e Roquete, o presidente do CPAC recebeu uma carta de 1 de Dezembro de 1960 do adjunto da PI. Roquete recorreu então a Eduardo (que tratava por tu) para o ajudar a agilizar o seu processo de aposentação, então a correr os seus trâmites nos Serviços de Fazenda e Contabilidade de Moçambique, cujo director, Luís da Câmara Leme de Faria<sup>1407</sup>, era amigo de Nery. Uma carta deste a Câmara Leme, com quem Roquete já falara por telefone, permitiria que a aposentação do ex-futebolista ultrapassasse burocracias quer em Moçambique quer no Ministério do Ultramar. Doze dias depois, António pediu outro favor a Eduardo, através do qual pretendia obter a publicação na imprensa desportiva de Lisboa de um breve texto, cujo modelo esboçou, no qual seria noticiada a aposentação de Roquete da polícia, “devendo dedicar-se, de futuro, a actividades comerciais, na Província de Moçambique”. O objectivo do internacional português era divulgar na Metrópole, se possível por intermédio do “nosso Ricardo” (Ornelas), que “eu não reingressei na PIDE, recentemente instalada em Angola e Moçambique”<sup>1408</sup>. A notícia viria a ser publicada com base em “informações recebidas de Lourenço Marques” e nas exactas palavras escritas pelo interessado<sup>1409</sup>. Esta iniciativa de Roquete demonstra a preocupação do ribatejano com a sua imagem pública e a consciência dos efeitos negativos nesta da ligação às polícias políticas da ditadura. Noutra carta a Eduardo Nery, escrita em Janeiro de 1961 e divulgada publicamente pelo dirigente casapiano, Roquete anunciou vir em breve à Metrópole e elogiou Nery a propósito dos êxitos recentes do CPAC, que o salvaterrense acompanhava “Pelo que me contaram” e pela leitura do jornal *A Bola*<sup>1410</sup>.

Devido ou não ao eventual auxílio de Nery, o processo de aposentação de Roquete avançou de forma célere. Uma portaria de 15 de Dezembro de 1960 do CPM passou o adjunto da PI ao estatuto de “desligado do serviço para efeitos de aposentação”, depois da Junta de Saúde da Província ter considerado Roquete, numa sessão de 2 de Dezembro, “absolutamente incapaz de trabalhar por sofrer de moléstia grave e incurável”, parecer confirmado pela Junta de Revisão a 12 do mesmo mês<sup>1411</sup>. A 30 de Janeiro de 1961, foi concedida a Roquete uma pensão provisória

---

<sup>1406</sup> *O Casapiano*, Agosto e Setembro de 1955.

<sup>1407</sup> *BOM*, II Série, 30-07-1960.

<sup>1408</sup> Biblioteca-Museu Luz Soriano, pasta “António Roquete”.

<sup>1409</sup> *A Bola*, 05-01-1961.

<sup>1410</sup> *O Casapiano*, Janeiro/Fevereiro de 1961.

<sup>1411</sup> *BOM*, II Série, 07-01-1961.

de aposentação, composta pela verba anual de 30 079\$92, a que se juntaria uma pensão complementar de 13 500\$00, auferida pelo casapiano “enquanto residir nesta Província”. Os rendimentos fornecidos ao ex-futebolista sofreriam cortes, devido a uma indemnização de 11 664\$00 “relativa a 27 anos de serviço efectivamente prestado até 31 de Dezembro de 1958, a descontar em noventa e seis prestações”, paga de forma a compensar o Estado dos efeitos do aumento do vencimento-base estabelecido pelo Decreto n.º 42 325<sup>1412</sup>. Finalmente, a 27 de Fevereiro de 1961, uma nova portaria autorizou António a fixar residência na Metrópole<sup>1413</sup>. No entanto, não existem indícios de que o antigo guarda-redes tenha deixado Moçambique nesta altura, até porque isso o prejudicaria financeiramente. Entretanto, o governador distrital declarou caduco, por despacho de 27 de Janeiro, o alvará concedido em 1952 a Laura de Oliveira “para alugar dez quartos na Travessa Baptista de Carvalho, n.º 12, em Lourenço Marques”<sup>1414</sup>.

A entrada em funcionamento da delegação moçambicana da PIDE obrigou os subordinados de Roquete na PI a decidirem-se entre a permanência no quadro do CPM e a passagem para os novos serviços. Um aspecto que desencorajou a segunda opção, segundo um relato posterior de Ernesto dos Santos Ferreira (que se tornou chefe de brigada da PIDE), consistiu no facto dos antigos chefes de brigada, agentes de 1.ª classe e agentes de 2.ª classe da PI manterem as respectivas categorias ao ingressarem na PIDE, sem promoções a curto prazo<sup>1415</sup>. Apesar desta condicionante, transitaram para o quadro da PIDE homens como Armando da Gama Ochoa<sup>1416</sup>, Camilo Guedes Dias, José Sarto Amorim Lopes, Vítor Madeira Ramos Júnior e Arlindo Gonçalves de Sá Rodrigues<sup>1417</sup>. Os dois últimos, no entanto, pediriam menos de um ano depois para regressar ao CPM<sup>1418</sup>. A Polícia Internacional, na qual permaneciam, no final de 1961, 12 funcionários<sup>1419</sup>, seria extinta pelo Diploma Legislativo Ministerial n.º 27, de 19 de

---

<sup>1412</sup> Ibidem, 18-02-1961.

<sup>1413</sup> Ibidem, 04-03-1961.

<sup>1414</sup> Ibidem, 18-02-1961.

<sup>1415</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 1616, NT 137, fl. 14.

<sup>1416</sup> Como chefe de brigada da PIDE, Gama Ochoa assumiu a liderança da subdelegação de Nampula, mas, em 1962, foi repreendido e transferido para Lourenço Marques. Declarado em Maio de 1963 incapaz de trabalhar por motivo de doença, Ochoa iniciou um moroso processo de aposentação (ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 1793, NT 151, fls. 9-14, 110-112 e 127-129).

<sup>1417</sup> BOM, II Série, 26-11-1960, 03-12-1960 e 17-12-1960.

<sup>1418</sup> Ibidem, 06-01-1962.

<sup>1419</sup> Ibidem, 12-05-1962.

Outubro de 1961 (assinado pelo ministro do Ultramar, Adriano Moreira<sup>1420</sup>, então de visita a Lourenço Marques), e os seus membros ainda restantes integrados noutras funções no antigo Corpo de Polícia, agora Polícia de Segurança Pública da Província de Moçambique<sup>1421</sup>, sem competências políticas e onde Viriato Lusitano Mendes, Mário da Conceição Figueira e António Fernando Gomes Segurado ascenderiam à categoria de comissários<sup>1422</sup>.

Finda a sua carreira policial, António Roquete tornou-se chefe de segurança da filial do Banco Nacional Ultramarino em Lourenço Marques<sup>1423</sup>. A nova tarefa de Roquete, mais do que proteger o banco emissor de ameaças exteriores, consistiria em vigiar os funcionários do BNU, considerado em Junho de 1955 pelo ribatejano “um coio comunista, dos mais activos”<sup>1424</sup>. Na Metrópole, o BNU era uma das empresas que pagavam à PIDE (8000 escudos mensais, no caso do banco) em troca do controlo e vigilância dos seus empregados ou de informações sobre funcionários a contratar recolhidas no arquivo da polícia política. Várias empresas possuíam também serviços de segurança próprios, geralmente dirigidos por oficiais reformados<sup>1425</sup>. A experiência profissional de Roquete fazia dele a figura ideal para chefiar os serviços de segurança do maior banco a operar em Moçambique.

Em Junho de 1964, Roquete solicitou à PSP de Moçambique uma “concessão de licença de uso e porte de arma contra-feras (*sic*)”. Cumprindo as formalidades, a força policial pediu informações sobre Roquete à PIDE (segundo a qual “Politicamente, nada consta em desabono do referenciado”) e à Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, que não levantaram objecções. O ribatejano, classificado profissionalmente como adjunto da PI da PSP aposentado, residia então na Rua de Portalegre, n.º 16, 1.º Dto., em Lourenço Marques<sup>1426</sup>. Ignora-se se nesta fase António ainda vivia com Laura de Oliveira. Também em 1964, Roquete foi eleito vice-presidente da assembleia-geral do Núcleo Casapiano de Moçambique, cujos corpos gerentes já não integrava

---

<sup>1420</sup> Adriano José Alves Moreira (1922-), professor catedrático do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, exerceu as funções de subsecretário de Estado da Administração Ultramarina (1960-1961) e ministro do Ultramar (1961-1962). Demitido da função pública (1975), veria em 1977 a pena reduzida para aposentação compulsiva.

<sup>1421</sup> BOM, I Série, 19-10-1961.

<sup>1422</sup> *Anuário da Província de Moçambique*, 1969, pp. 281-283.

<sup>1423</sup> Figueiredo, “Testemunho...”, p. 213.

<sup>1424</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 277.

<sup>1425</sup> Pimentel, ob.cit., pp. 267-271.

<sup>1426</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, Bol. 419187, NT 8344, fls. 1-2.

em Julho de 1965, quando Joaquim Rodrigues presidia à Comissão Administrativa da associação dos “gansos”<sup>1427</sup>.

Em data incerta, Roquete passou a acumular o cargo de chefe de segurança do BNU com funções idênticas numa empresa local controlada pela instituição bancária, a Caju Industrial de Moçambique. A abundante produção moçambicana de caju, tradicionalmente aplicada pelos indígenas no fabrico de bebidas alcoólicas, ganhou interesse económico para os colonizadores sobretudo a partir da década de 30 do século XX, através da exportação de castanha de caju para a Índia, na qual uma indústria baseada em mão-de-obra barata procedia ao descasque da castanha e à extração de amêndoa, depois comercializada noutras regiões do mundo, nomeadamente nos EUA. Após sofrer uma quebra durante a II Guerra Mundial, a exportação de castanha produzida em Moçambique conheceu um incremento significativo nas décadas seguintes, passando de 12 mil toneladas em 1945 para 133 mil toneladas em 1968. A compra às populações locais e posterior venda do produto era dominada por comerciantes originários do Sul da Ásia. O poder económico destes e as suas ligações à União Indiana, em conflito com Portugal devido à questão de Goa<sup>1428</sup>, motivavam a desconfiança das autoridades coloniais<sup>1429</sup>.

Um dos negociantes envolvidos na exportação de castanha de caju, Jiva Jamal Tharani, nascido em 1905 e residente em Moçambique desde 1922, procurou em finais dos anos 40 iniciar a transformação industrial do fruto no próprio território, através do tratamento da castanha por grupos de mulheres (consideradas mais hábeis para a tarefa manual de recolha da amêndoa) reunidas em unidades informais de descasque espalhadas por Lourenço Marques. Em 1950, Tharani fundou a Caju Industrial de Moçambique, proprietária de uma fábrica erguida na área suburbana do Chamanculo. Além da mão-de-obra feminina, composta sobretudo por indígenas viúvas ou separadas, a CIM empregava alguns homens, envolvidos em tarefas como o aquecimento do óleo onde as castanhas eram cozidas no início do processo de descasque<sup>1430</sup>. As despesas da construção da fábrica, tal como a necessidade de impulsionar a empresa, levaram

---

<sup>1427</sup> *O Casapiano*, Julho de 1964 e Julho de 1965.

<sup>1428</sup> Os territórios de Goa, Damão e Diu foram atacados militarmente em 18 de Dezembro de 1961 e integrados na União Indiana.

<sup>1429</sup> Penvenne, ob.cit., pp. 62-65 e 68-69.

<sup>1430</sup> *Ibidem*, pp. 97-100.

Tharani a pedir financiamento ao BNU, em troca do qual este se tornou sócio da CIM, supostamente apenas até a firma ficar “em condições de dispensar a sua protecção”<sup>1431</sup>.

O capital da Caju Industrial ascendeu então a 5500 contos, repartidos por Jiva Tharani (4150 contos), outros sócios individuais (350) e pelo BNU (1000), ficando estabelecido que os administradores da empresa seriam o fundador e João Filipe Lopes do Rosário, gerente da filial do banco em Lourenço Marques. Lopes do Rosário nomeou em sua substituição Carlos Machado da Silva, antigo comandante do CPM. Machado da Silva usurpou competências de Tharani e revelou-se um gestor desastroso ao promover gastos excessivos em encomendas de castanha que a fábrica da CIM não tinha capacidade para absorver. O capitão seria despedido em 1953 e substituído por Gastão Horta e Costa, envolvido em frequentes conflitos com Tharani. As restrições do financiamento concedido por Lopes do Rosário colocaram o empresário indiano numa crescente dependência do BNU, dotado de acções privilegiadas que garantiram à instituição, após aumentos de capital em 1952 e 1953, o controlo da maior parte da CIM. Embora Tharani, sem receber quaisquer dividendos como sócio da empresa, ocupasse o cargo de gerente, o BNU dominou progressivamente a Caju Industrial, cujos órgãos sociais preencheu com antigos funcionários e pessoas da sua confiança. Constantemente desautorizado por Lopes do Rosário, Tharani foi, em 20 de Janeiro de 1961, suspenso das suas funções de gerência pelo Conselho de Administração da CIM, órgão do qual seria expulso em Maio de 1962<sup>1432</sup>. Uma lista de accionistas da Caju então elaborada revela que o BNU detinha 10 500 das 14 mil acções, contra as apenas 2150 (todas penhoradas) do criador do projecto<sup>1433</sup>.

Após tentativas de acordo recusadas pela instituição bancária, o advogado de Tharani, António Neves Anacleto, moveu em 1969 uma acção judicial contra o BNU e a CIM. Na petição apresentada ao Tribunal Cível de Lourenço Marques, Neves Anacleto reclama a anulação dos aumentos de capital da Caju e da expulsão do seu cliente (que deveria ser indemnizado), além de arrasar a gestão da empresa realizada pelos homens do BNU, devido à qual a CIM permanecia aquém das suas capacidades de progressão. Na verdade, o banco parecia desinteressado de obter lucros na Caju, cuja dívida lhe garantia entre 2500 e 3000 contos de juros anuais. A empresa servia também para o BNU “nela meter os seus afilhados, inclusive um dos ex-dirigentes da

---

<sup>1431</sup> Anacleto, A. Neves, *Os Actos Abusivos do Banco Nacional Ultramarino e a Teoria do Abuso de Direito*, Lourenço Marques, edição do autor, 1972, pp. 11-13.

<sup>1432</sup> *Ibidem*, pp. 14-28.

<sup>1433</sup> Arquivo Histórico do Banco Nacional Ultramarino (AHBNU), AG, 022.25/212.

PIDE nesta Província” e atribuir contratos lucrativos a firmas amigas, como a Gulamhussen & Filhos<sup>1434</sup>, fornecedora de castanha de caju. Um despacho do tribunal laurentino anulou o processo, mas Anacleto recorreu para o Tribunal da Relação de Lourenço Marques, que, num acórdão de 9 de Março de 1971, revogou a “sentença recorrida” e fez a acção voltar à primeira instância. Inconformado, o BNU apresentou um recurso no Supremo Tribunal de Justiça, cujo resultado se ignora<sup>1435</sup>. Os textos legais produzidos por Anacleto neste caso possuem um carácter político, tendo em conta a ligação próxima do BNU ao regime e o poder detido em Moçambique pelo banco, reforçado através da compra e instrumentalização dos jornais *Notícias* e *A Tribuna*.

O ambiente laboral em “Tarana” (designação atribuída à CIM pelas empregadas, apreciadoras da gestão de Tharani), onde trabalhavam em 1962 387 homens e 2645 mulheres<sup>1436</sup>, tornou-se opressivo depois do BNU assumir o controlo total da firma. Em 1993, a palavra “Roquete” ainda provocava reacções de terror nas operárias da CIM entrevistadas pela historiadora Jeanne Marie Penvenne. O chefe de segurança da Caju era conhecido entre os trabalhadores por “Mamamele” (“aquele que anda como um gato”), devido à sua maneira de se aproximar sem ser visto ou ouvido, de modo a surpreender o alvo. Operárias como Ofélia Mbebe e Maria Rosa Xavier Siteo recordaram a vigilância constante exercida por Roquete desde as primeiras horas da manhã e as agressões e humilhações impostas pelo casapiano às mulheres. Entre os comportamentos reprimidos encontravam-se o absentismo, a falta de pontualidade (a maioria das operárias residia longe da fábrica e enfrentava dificuldades para chegar à hora prevista) e o consumo de amêndoa pertencente à empresa. Neste último caso, António obrigava as faltosas a beberem na totalidade o conteúdo de uma grande garrafa de água. Outros testemunhos referem que o ex-futebolista elevava abusivamente a quantidade de castanha a descascar por cada operária e remetia quem protestava para o posto administrativo da Munhuana, no qual as africanas eram castigadas com golpes de palmatória. As difíceis condições de trabalho na fábrica passaram a ser acompanhadas por frequentes situações de tensão<sup>1437</sup>.

A administração da CIM enviava regularmente ao BNU informação relativa ao funcionamento da empresa. No relatório e contas de 1967, o desenvolvimento da conta “Lucros e

---

<sup>1434</sup> A carta anónima contra Roquete enviada ao Ministério do Ultramar menciona um “indiano de nome Gulamussene (*sic*)”, amante de Laura de Oliveira antes da empresária viver com o então adjunto da PI (ANTT, PIDE/DGS, SC, 189 CI (1), NT 1174, fl. 2).

<sup>1435</sup> Anacleto, ob.cit., pp. 41-47, 52 e 133-137.

<sup>1436</sup> AHBNU, AG, 022.25/212.

<sup>1437</sup> Penvenne, ob.cit., pp. 96 e 106-109.

Perdas” regista o pagamento a António Fernandes Roquete de uma avença de 30 mil escudos anuais, tal como de uma gratificação de 4000\$00. Roquete era então um dos quatro membros do “pessoal Adventício” da Caju, juntamente com Avelino de Araújo Dantas (que recebia da CIM 36 contos por ano e viria a dirigir o *Notícias*), o engenheiro João Carlos Cruz de Chaby (18 contos) e Viriato de Figueiredo (13.500\$00). A CIM tinha então como administradores Macário José Moreira de Campos e José Caetano da Silva, a quem Aurélio Alves Antão, gerente do BNU de licença ilimitada, se juntou em 1968<sup>1438</sup>, ano cujo balanço financeiro referiu novamente o pagamento de 34 mil escudos ao chefe de segurança da firma<sup>1439</sup>. No final de 1970, Roquete devia 2000\$00 à CIM, de acordo com um balancete dos credores e devedores desta, que inclui entre os segundos outros três funcionários, Aurélio Antão, José Jorge Rodrigues Jesuíta e José Teixeira Barbosa<sup>1440</sup>.

O pessoal masculino da CIM participou no Grupo Desportivo da Caju Industrial, fundado em 20 de Junho de 1964 e cuja equipa de futebol competiu inicialmente apenas em provas corporativas, ou seja, disputadas por conjuntos representativos de empresas. As funções de treinador dos “cajuenses”, como ficariam conhecidos, foram assumidas por António Roquete<sup>1441</sup>, orientador da equipa durante o Torneio Corporativo de Futebol de 1964, patrocinado por *A Tribuna*. Na fase inicial da prova, o GDCI alcançou o primeiro lugar da Série A, superiorizando-se à formação da Polícia, que disputaria a segunda fase juntamente com a Caju e as empresas Barat Samaj e Breyner & Wirth. A vitória sobre o “onze” da PSP (por falta de comparência deste) e os empates com os restantes adversários valeram ao GDCI o segundo lugar na classificação, atrás do Barat Samaj<sup>1442</sup>. A segunda experiência de Roquete como treinador foi curta, já que o antigo desportista considerava “muito difícil” para um técnico, nas condições existentes em Moçambique, obter sucesso desportivo<sup>1443</sup>.

Em Julho de 1966, a Caju Industrial venceu o campeonato corporativo promovido pelo Grupo Desportivo dos Cimentos de Moçambique, após ultrapassar, além dos organizadores, Académica, Maquinac, Incar e Amor da Bonhiça. Treinado pelo italiano Mario Romeo, antigo

---

<sup>1438</sup> AHBNU, AG, 018.32/202, vol. 2.

<sup>1439</sup> Ibidem, 022.35/274.

<sup>1440</sup> Ibidem, 018.29/197, vol. 5.

<sup>1441</sup> *O Casapiano*, Outubro de 1964.

<sup>1442</sup> *A Tribuna*, 21-10-1964, 03-12-1964, 07-12-1964, 17-12-1964 e 21-12-1964.

<sup>1443</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965.

futebolista profissional e vice-cônsul de Itália em Lourenço Marques<sup>1444</sup>, o GDCI marcou 32 golos e sofreu 3 nos sete jogos que venceu, além de beneficiar de três faltas de comparência<sup>1445</sup>. A direcção do GDCI promoveu em 12 de Agosto um jantar de homenagem a Romeo, ao seu adjunto Bezerra dos Santos e aos futebolistas da equipa, no qual compareceram, além do presidente do clube, António Fernandes da Cruz (técnico da CIM), os dirigentes António Roquete, Alfredo dos Santos, José Santos Gil e Domingos Freitas de Lima. No seu discurso, Roquete elogiou a equipa técnica e o responsável pela secção de futebol, Alfredo dos Santos, por si considerado a “alma” do GDCI. Ainda nesse ano, os cajuenses derrotaram por 2-1 a Polícia, o seu habitual rival nos torneios corporativos, e disputaram um jogo em Catembe, a convite da União Desportiva local<sup>1446</sup>. Numa nova homenagem, organizada no Natal de 1966, a intervenção de saudação a Mario Romeo e aos futebolistas voltou a caber a Roquete, “que bastante tem trabalhado pelo bom andamento da actividade desportiva dentro da Empresa”<sup>1447</sup>.

Roquete prestou entre 11 e 12 de Junho de 1965 declarações ao mensário *O Casapiano* (fundado por Augusto Poiares e publicado pelo CPAC), registadas por Fernando Henrique da Silva, outro “ganso” residente em Lourenço Marques. O entrevistador escreveu sobre o entrevistado que “me surpreendeu bastante favoravelmente a sua personalidade, o seu interesse por tudo aquilo a que se dedicou ou a que se dedica, o seu nível cultural, enfim, os seus modos e a sua maneira de ser”, enquanto Roquete realçou ter sempre ambicionado “progredir, aprender, enfim, ser cada vez melhor”, quer na sua carreira desportiva quer na vida profissional, e manifestou a vontade de um dia regressar a Lisboa e ver jogar o Casa Pia<sup>1448</sup>. Treinado por José do Carmo, o CPAC subiu em 1964/65 à II Divisão nacional<sup>1449</sup>. Noutra entrevista, conduzida pelo jornalista Palha da Silva para a revista da AFL em meados de 1966, Roquete mostrou “Boa aparência, indícios de saúde a rodos” e revelou as saudades provocadas por “tantos anos longe da terra que o tornou conhecido”. Acerca do futebol moçambicano, o salvaterrense opinou que faltavam apenas treinadores capazes de aproveitar o talento natural dos “muitos Eusébios em embrião” e o “entusiasmo louco pela bola e pelo desporto” da população negra<sup>1450</sup>.

---

<sup>1444</sup> <http://www.campuslm.com.pt/files/Futebol-2015.pdf>

<sup>1445</sup> *Notícias*, 05-07-1966.

<sup>1446</sup> *Ibidem*, 13-08-1966, 05-10-1966 e 08-10-1966.

<sup>1447</sup> *Ibidem*, 23-12-1966.

<sup>1448</sup> *O Casapiano*, Julho de 1965.

<sup>1449</sup> Camilo, ob.cit., p. 323; *O Casapiano*, Maio/Junho de 1965.

<sup>1450</sup> *Futebol*, Setembro de 1966.

A aprovação oficial dos estatutos do GDCI, confirmada por uma portaria de 31 de Agosto de 1968 do governador-geral Baltasar Rebelo de Sousa<sup>1451</sup>, permitiu ao clube inscrever-se na Associação de Futebol de Lourenço Marques e competir nas provas distritais organizadas por esta. O texto normativo do Grupo, cuja sede se encontrava numa dependência da CIM, indica como possíveis sócios os empregados da firma e “outras pessoas ou entidades ligadas à mesma”. Entre as categorias de associados, distinguem-se, além dos sete sócios fundadores (um dos quais seria Roquete), os sócios efectivos, dotados da “habilitação mínima da 4.ª classe” e sujeitos a uma quota mensal de 15\$00, e os sócios auxiliares, sem direito a serem dirigentes ou votarem nas assembleias-gerais. Esta última categoria, reservada aos operários da fábrica, dividia-se em auxiliares masculinos (2\$50 de mensalidade) e femininos (1 escudo). Além de garantirem o domínio do clube pelo pessoal europeu da CIM, os estatutos proibem discussões políticas, religiosas ou “contrárias à Constituição da República Portuguesa” na sede do GDCI<sup>1452</sup>.

Na temporada de 1969, o GDCI disputou pela primeira vez provas oficiais. A equipa da Caju, treinada por Mario Romeo (auxiliado por Albertino Costa), de regresso ao Grupo após uma passagem pela Associação Académica de Moçambique, integrou com outros seis clubes a Série B da II Divisão de Lourenço Marques. Caju e Inhambanense terminaram as 12 jornadas com 30 pontos, ficando apurados para a fase final da prova, juntamente com Atlético e Central, os dois primeiros classificados da Série A<sup>1453</sup>. A equipa cajuense, reforçada por jogadores transferidos doutros clubes, perdeu no primeiro jogo da fase final, mas venceu os três desafios posteriores. O Central foi batido por 5-2 pelo “onze” cajuense, formado por Samuel, Carlitos, Leão, Armindo (capitão), Coelho, Dias, Faruk (substituído por Conceição), Fachí, Queirós, Ricardo e Poudo<sup>1454</sup>. Na quinta jornada, a vitória do GDCI sobre o Inhambanense (4-1) garantiu aos cajuenses o título de campeões e a subida à I Divisão distrital. Os dirigentes do Grupo prepararam para a última partida uma festa inédita no futebol de Lourenço Marques. Operárias da CIM executaram “os seus cantares e danças típicas”, foram lançados confetis e serpentinas e os jogadores campeões atiraram para o público embalagens de castanha de caju durante a volta de honra no Campo João

---

<sup>1451</sup> Baltasar Leite Rebelo de Sousa (1921-2002), licenciado em Medicina, ocupou cargos como deputado, comissário nacional da Mocidade Portuguesa, subsecretário de Estado da Educação Nacional (1955-1961) e governador-geral de Moçambique (1968-1970). Entre 1970 e 1974, assumiu as pastas ministeriais da Saúde e Assistência, Corporações e Previdência Social e Ultramar.

<sup>1452</sup> *Estatutos do Grupo Desportivo da Caju Industrial*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1968, pp. 3, 5 e 7-10.

<sup>1453</sup> *Notícias*, 27-07-1969 e 29-07-1969.

<sup>1454</sup> *Ibidem*, 03-07-1969 e 24-08-1969.

da Silva Pereira. Seguiu-se um cortejo rumo à sede do clube, onde decorreram um beberete e um churrasco, acompanhados pelo discurso de Fernando Valente de Almeida, administrador da CIM. Teixeira da Silva era então o presidente do GDCI, enquanto Aurélio Antão liderava a assembleia-geral da colectividade<sup>1455</sup>. A empresa fundada por Jiva Tharani apoiava o GDCI através de donativos, como os 70 mil escudos cedidos em 1971, e da oferta aos empregados de bilhetes para os jogos da equipa<sup>1456</sup>.

Presente na I Divisão em 1970, a Caju (também participante no campeonato da II Divisão de juniores e no torneio de reservas) seria despromovida nesse ano, depois de ficar em penúltimo lugar no campeonato principal e perder uma eliminatória disputada com o Beira-Mar, segundo classificado da II Divisão<sup>1457</sup>. Já em 1971, o GDCI voltou a sagrar-se campeão da II Divisão, agora disputada por 13 equipas reunidas numa única *poule*. Treinados por Armando Coelho, os cajuenses destacaram-se pela produtividade do seu ataque, responsável por 85 golos em 24 partidas<sup>1458</sup>. De regresso ao escalão superior, o clube concluiu a prova de 1972 na sexta posição, entre oito concorrentes, e assegurou a permanência. No ano seguinte, contudo, 2 vitórias e 12 derrotas em 14 jornadas remeteram o conjunto fabril para o último lugar da tabela<sup>1459</sup>.

Ao longo de 1970, o Casa Pia comemorou as suas “Bodas de Ouro”, correspondentes a 50 anos de actividade desportiva. Nos balanços desse período feitos na imprensa casapiana, a figura de António Roquete assumiu especial destaque, tendo o ribatejano sido destacado como o maior atleta da história do CPAC. Um artigo anónimo de *O Casapiano* afirmou que o clube estava em dívida para com Roquete, um desportista “íntegro, correcto, disciplinado e brioso” a quem deveria ser atribuída a mais elevada distinção conferida pelo Casa Pia aos seus sócios, a Cruz de Ouro<sup>1460</sup>. Nesse ano, os casapianos reuniram-se para a habitual celebração do 3 de Julho em várias cidades de Moçambique. Na capital da colónia, as comemorações incluíram provas desportivas e uma sessão repartida entre a palestra de Joaquim Rodrigues sobre a história da CPL e a exibição de um filme oferecido pelo CPAC. A 5 de Julho, um almoço no restaurante *Dragão* atraiu ex-alunos da instituição de Belém e as suas mulheres e filhos, num total de mais de 100 pessoas, perante as quais Roquete foi homenageado e beijou uma bandeira do Casa Pia. No

---

<sup>1455</sup> Ibidem, 05-09-1969 e 08-09-1969.

<sup>1456</sup> AHBNU, AG, 027.28/185; *Notícias*, 09-08-1970.

<sup>1457</sup> *Notícias*, 09-08-1970 e 04-09-1970.

<sup>1458</sup> Ibidem, 05-09-1971.

<sup>1459</sup> Ibidem, 04-09-1972 e 09-08-1973.

<sup>1460</sup> *O Casapiano*, Maio/Junho de 1970.

discurso de agradecimento, António contou “alguns factos muito curiosos da sua longa vida de desportista”<sup>1461</sup>. Um ano mais tarde, o dirigente do CPAC Augusto Poiares visitou os “gansos” residentes em Lourenço Marques e Luanda, chegando a Moçambique em 2 de Julho. O programa da visita de Poiares prolongou-se até 14 desse mês, quando a comunidade casapiana laurentina lhe ofereceu um jantar de despedida. Durante o repasto, Poiares condecorou Roquete com a medalha alusiva ao cinquentenário do CPAC, debaixo de uma salva de palmas<sup>1462</sup>.

A partir de 1960, a indústria moçambicana do caju registou uma grande expansão, ao beneficiar do crescente interesse do Estado (desejoso de retirar à União Indiana parte dos lucros fornecidos pelas exportações de amêndoa), que regulou o sector, e dos particulares, sobretudo devido à invenção e construção, financiadas por empresas como a CUF, de máquinas de descasque de castanha, cujo funcionamento permitiria dispensar a numerosa mão-de-obra até aí utilizada e aumentar a rentabilidade das fábricas. Surgiram, assim, novas firmas dedicadas à extracção e venda de amêndoa e derivados do caju, como a Socaju, fundada em 1966 através de uma parceria entre o BNU, a CUF e o grupo Ferreira dos Santos e que iniciou em 1967 a produção numa fábrica em Nacala. Quando morreu, em Julho de 1973, Gabriel Teixeira era o presidente do Conselho de Administração da Socaju, enquanto Juvenal de Carvalho integrava o Conselho Fiscal da empresa<sup>1463</sup>. Em 1972, encontravam-se activas 11 fábricas de caju espalhadas pelo território de Moçambique, então o segundo maior exportador mundial de amêndoa, com mais de 25 mil toneladas vendidas nesse ano<sup>1464</sup>.

Ao contrário das empresas concorrentes, a Caju Industrial, que se mantinha como a maior fábrica do sector do caju em Moçambique, não recorria a maquinaria no tratamento do fruto. Persistiam, por isso, despesas elevadas com a remuneração do pessoal, constituído em Outubro de 1968 por 77 “Empregados sindicalizados” e 6164 “Autóctones”, maioritariamente mulheres, num total de 6241 funcionários, repartidos entre as instalações do Chamanculo e os satélites<sup>1465</sup> (espaços fora da fábrica para onde era transportada castanha já cozida para descasque). O governo provincial obrigou em 1970 a CIM a aumentar de 18\$40 para 30\$60 o salário mínimo diário das suas trabalhadoras, numa medida que fez Valente de Almeida lamentar na assembleia-

---

<sup>1461</sup> Ibidem, Agosto de 1970.

<sup>1462</sup> Ibidem, Outubro de 1971; Poiares, ob.cit., pp. 127-132.

<sup>1463</sup> *Notícias*, 01-07-1966, 25-12-1966, 16-09-1968 e 12-06-1974.

<sup>1464</sup> Penvenne, ob.cit., pp. 69-73.

<sup>1465</sup> AHBNU, AG, 018.32/202, vol. 2.

geral da empresa de 15 de Maio de 1972 os encargos trazidos pela subida dos salários, acompanhados por uma menor procura de trabalho na fábrica pelas africanas, sendo de prever um ano “desastroso para a Caju”<sup>1466</sup>. Entretanto, de acordo com um despacho de 4 de Setembro de 1968 do secretário provincial de Economia, José Oliveira Marques, a Caju Industrial teria que mecanizar a sua fábrica até ao final de 1971<sup>1467</sup>. Os escassos recursos financeiros da firma e as cautelas dos responsáveis do BNU quanto à escolha da tecnologia a adquirir levaram ao adiamento da mecanização e, depois do prolongamento do prazo por um ano, a novas intimações oficiais<sup>1468</sup>. O BNU estabeleceu em 12 de Julho de 1973 um contrato com o grupo Ferreira dos Santos, pelo qual este passaria a deter 45,828% do capital social da CIM, cujo aumento de 14 mil para 35 mil contos permitiria modernizar a fábrica. O banco e a Ferreira dos Santos seriam igualmente parceiros na criação de uma nova empresa, a Caju Industrial de Nampula<sup>1469</sup>.

A atravessar dificuldades, o GDCI devia em Janeiro de 1974 à Associação de Futebol de Lourenço Marques 9102\$70, dívida que o clube teria que liquidar para poder renovar a inscrição na AFLM, cuja quota deveria ser paga até às 16 horas de 28 de Janeiro<sup>1470</sup>. Embora se tenha mantido como filiado da AFLM, o Grupo não disputaria as provas distritais de Lourenço Marques em 1974, segundo um ofício de 12 de Março recebido pela Associação Provincial de Futebol de Moçambique<sup>1471</sup>. Perante a inactividade do GDCI, vários dos seus futebolistas, como Essofo Ali Juma, Arménio Tito Cardoso, João Eugénio Mondlane Dimas, Alfredo Luiz Roque ou Orlando Teixeira Queirós, transferiram-se para outros clubes laurentinos<sup>1472</sup>.

A censura proibiu a publicação na edição de 3 de Novembro de 1973 do semanário lisboeta *Expresso* de um texto intitulado “Santos Correia por Álvaro Roquete”, onde se noticiava que o BNU de Moçambique nomeara “chefe dos seus serviços de segurança o sr. Manuel Santos Correia, que solicitou recentemente a passagem à reforma do cargo de director-adjunto da DGS. Santos Correia substituiu assim no BNU Álvaro Roquete, que há anos atrás havia sido funcionário superior da PIDE em Moçambique”<sup>1473</sup>. O *Expresso* confundiu os nomes de António

---

<sup>1466</sup> Ibidem, 027.28/185.

<sup>1467</sup> BOM, II Série, 14-09-1968; *Notícias*, 15-09-1968.

<sup>1468</sup> AHBNU, AG, 015.04/19; ibidem, 018.29/197, vol. 5.

<sup>1469</sup> Ibidem, 018.24/167.

<sup>1470</sup> *A Tribuna*, 09-01-1974.

<sup>1471</sup> *Notícias*, 06-05-1974.

<sup>1472</sup> Ibidem, 03-05-1974 e 23-05-1974; *A Tribuna*, 06-06-1974.

<sup>1473</sup> Castanheira, José Pedro, *O Que a Censura Cortou*, Lisboa, Expresso, 2009, p. 168.

Roquete e do engenheiro agrónomo Álvaro Roquete, ex-presidente da Câmara de Salvaterra de Magos e então director-geral do Turismo, cargo que mantinha em 25 de Abril de 1974<sup>1474</sup>. Álvaro Roquete seria preso em 22 de Janeiro de 1975 pela Polícia Judiciária e acusado de peculato, no âmbito de uma sindicância à antiga Secretaria de Estado da Informação e Turismo<sup>1475</sup>. A notícia censurada do *Expresso* revela, contudo, o afastamento de António Roquete do cargo que exercia desde o início da década anterior.

Pouco tempo depois, por despacho de 24 de Abril de 1974 do secretário provincial de Agricultura, José Alberto Lemos Martins Santareno, foi “Deferido o requerimento em que António Fernandes Roquete pedia autorização para transferir a favor de Abel Marques de Almeida os direitos que tem sobre o talhão n.º 5, com a área de 221,9800 ha (*sic*), em concessão provisória, situado no parcelamento de Maputo, concelho do mesmo nome”<sup>1476</sup>. O abandono do cargo de chefe de segurança do BNU e a cedência a Abel Marques de Almeida, talvez familiar de Alice Pereira de Almeida (para quem Roquete transferira em 1957 o talhão n.º 179 da Matola-Rio), do terreno que demarcara em 1956 e ocupara definitivamente três anos mais tarde dão a entender uma estratégia do casapiano de dispensar as fontes de rendimento de que dispunha em Moçambique, ou, nas suas palavras, “arrumar as minhas coisas aqui”, como escrevera a Agostinho Lourenço em Junho de 1955 a propósito de uma eventual transferência da qual pedia para ser avisado<sup>1477</sup>.

Após concluir três décadas de trabalho desenvolvido em várias polícias, António Fernandes Roquete permaneceu em Moçambique. Através do pouco que sabemos acerca das suas actividades nos anos seguintes, verifica-se que Roquete assumiu funções semelhantes às do passado, inclusive ao nível da repressão, exercida agora pelo ribatejano sobre os trabalhadores do BNU e da CIM. Ao nível do desporto, Roquete tornou-se dirigente e efémero treinador de um novo clube em posição de destaque no futebol de Lourenço Marques. No entanto, fosse porque antevisse o derrube próximo do Estado Novo e a consequente independência da colónia, fosse simplesmente porque já tinha 67 anos de idade e pretendia passar o final da vida na Metrópole, Roquete deu entre 1973 e 1974 sinais de estar prestes a encerrar o seu ciclo africano.

---

<sup>1474</sup> *Notícias*, 01-05-1974; Serrão, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. XVII, Lisboa, Verbo, 2007, pp. 294-295.

<sup>1475</sup> *A Capital*, 23-01-1975 e 25-01-1975.

<sup>1476</sup> *BOM*, III Série, 08-06-1974.

<sup>1477</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 278.

## 2.6. 1974-1995: a “velha glória”

“ (...) em 1973, meti uma licença e regresssei a Lisboa, em 1 de Dezembro de 1974. Apesar do ambiente revolucionário que se vivia, nunca cheguei a estar preso e, hoje, vivo, pacatamente, com minha mulher em Paço de Arcos.” (António Roquete, *Record*, 24-01-1988)

### 2.6.1. Justiça política

No dia 25 de Abril de 1974, um golpe militar promovido por oficiais intermédios organizados no Movimento das Forças Armadas derrubou o Estado Novo. Américo Tomás e Marcelo Caetano foram detidos e depois exilados no Brasil, enquanto os militares triunfantes entregavam o poder a uma Junta de Salvação Nacional. Tratava-se apenas do início de um processo revolucionário que se prolongaria até 25 de Novembro de 1975, marcado pela instabilidade e pelo conflito entre diferentes grupos político-militares. A Constituição de 1976 serviria de base à institucionalização em Portugal de uma democracia representativa de acordo com o modelo predominante na Europa Ocidental. Apesar das tensões, emergiram desde o 25 de Abril, como objectivos praticamente consensuais e exigidos por multidões nas ruas, a garantia das liberdades de reunião, expressão e associação e o desmantelamento do aparelho repressivo do regime derrubado.

Neste contexto, o sistema de justiça política, dirigido sobretudo por militares, que se desenvolveu a partir de 1974 teve como alvo os apoiantes e colaboradores da ditadura, punidos através do afastamento destes de cargos públicos (os chamados “saneamentos”) ou da sua prisão e responsabilização criminal. Enquadravam-se nesta última situação os antigos graduados, agentes e informadores da PVDE, PIDE e DGS, detidos sob custódia do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP, mais conhecido por Comissão de Extinção da PIDE/DGS. Embora os indivíduos designados popularmente por “pides” se encontrassem num limbo legal, ao permanecerem presos sem acusações formais, a Lei n.º 8/75, de 25 de Julho, aprovada pelo Conselho da Revolução (órgão militar sucessor da Junta de Salvação Nacional), criminalizou

retroactivamente a participação nas polícias políticas do Estado Novo e fixou penas de prisão, “passíveis de atenuação extraordinária”, para os ex-membros daquelas, destinados a julgamento em tribunal militar. Os antigos funcionários “das categorias de pessoal de direcção e investigação, até chefe de brigada, inclusive” seriam, de acordo com o artigo 1.º, alínea b), da lei, obrigados a cumprir entre 8 e 12 anos de prisão, enquanto os agentes poderiam passar entre 4 e 8 anos na cadeia e as penas aplicadas aos informadores da força policial oscilariam entre um mínimo de 2 e um máximo de 12 anos<sup>1478</sup>. A partir de Dezembro de 1975, em resultado de novos diplomas que permitiam aos visados pela Lei n.º 8/75 aguardar julgamento em liberdade, a maioria dos “pides” detidos saiu das prisões, enquanto os seus processos eram instruídos pelo SCE e remetidos aos Tribunais Militares Territoriais<sup>1479</sup>.

Em Moçambique, onde Manuel Pimentel dos Santos era o governador-geral a 25 de Abril de 1974, a notícia da revolução foi divulgada lenta e cautelosamente pelos meios de comunicação locais. Viveu-se um ambiente confuso em Lourenço Marques nos dias seguintes, com os elementos da PSP e da DGS a evitarem expor-se. Em 27 de Abril, pressionado pelo MFA, Pimentel dos Santos partiu de avião para Lisboa e foi substituído interinamente pelo secretário-geral, o coronel David Teixeira Ferreira. A mudança acabaria por se fazer sentir nas ruas da capital moçambicana, onde a 30 de Abril manifestantes saudaram a queda do Estado Novo e exigiram a demissão das direcções de órgãos de informação apoiantes da ditadura, como os jornais do BNU. Os presos políticos detidos na cadeia da Machava foram libertados em 1 de Maio e o fim da censura começou a reflectir-se nas páginas dos diários<sup>1480</sup>.

Enquanto na Metrópole a PIDE/DGS foi extinta e os seus dirigentes e funcionários presos ou intimados a entregarem-se, a situação de guerra nas colónias africanas, onde as informações fornecidas pela polícia política eram essenciais à actuação das tropas portuguesas, levou à manutenção em actividade da corporação, que deveria funcionar em novos moldes, como Polícia de Informação Militar<sup>1481</sup>. A situação híbrida daqui resultante desagradou aos Democratas de Moçambique, a quem a nova situação política permitia produzir e publicar comunicados diariamente. Um manifesto do grupo divulgado em 7 de Maio afirma que “A exemplo do que foi

---

<sup>1478</sup> *Diário do Governo*, I Série, 25-07-1975.

<sup>1479</sup> Pimentel, Irene Flunser, “A extinção da polícia política do regime ditatorial português, PIDE/DGS”, in Pimentel, Rezola, ob.cit., pp. 119-122.

<sup>1480</sup> Cardoso, Ribeiro, *O Fim do Império. Memória de um soldado português*, Alfragide, Caminho, 2014, pp. 133-140.

<sup>1481</sup> *A Tribuna*, 10-05-1974.

feito na Metrópole, devem ser detidos e sujeitos a julgamento os elementos da DGS”. A punição não deveria abranger apenas o pessoal em funções a 24 de Abril desse ano, “mas também aqueles que, com a sua presença durante largo período à frente dos destinos da DGS, caucionaram (quando não executaram directamente) os mais incríveis desmandos, abusos e violências”. Os Democratas consideravam “extremamente preocupante que permaneçam algumas das mais sinistras figuras da ex-DGS a garantir a segurança ou os interesses de poderosas instituições e grupos financeiros”<sup>1482</sup>. O manifesto referia-se claramente a António Fernandes Vaz, que, após deixar em 1972 a liderança da delegação moçambicana da DGS, passara a trabalhar para o grupo Champalimaud, tal como a Manuel dos Santos Correia. No entanto, os Democratas de Moçambique também teriam em mente o exemplo de António Roquete, que renunciara mais de 10 anos antes o caminho profissional seguido pelos seus sucessores. Entretanto, a imprensa laurentina, crescentemente influenciada pela FRELIMO, também contestava o “excesso de liberdade” que permitia a suspeitos de actos violentos praticados pela PIDE/DGS “exibirem por cá livremente o seu ar próspero enquanto os seus colegas” colocados na Europa se encontravam já detidos<sup>1483</sup>.

Ernesto dos Santos Ferreira residia aquando do 25 de Abril nas Mahotas, perto de Lourenço Marques. Em 17 de Maio de 1974, o antigo chefe de brigada da PI partiu para Joanesburgo com a mulher, Maria Luísa, alegadamente devido a problemas cardíacos desta que exigiam tratamento. Já na África do Sul, Santos Ferreira soube pela imprensa moçambicana de um comunicado de 18 de Maio do Governo-Geral e do Comando-Chefe das Forças Armadas que estabeleceu a obrigatoriedade dos ex-funcionários da PIDE/DGS permanecerem em Moçambique, apresentarem-se até ao final do mês às autoridades militares e indicarem a sua morada e local actual de trabalho<sup>1484</sup>. Por esse motivo, Ernesto escreveu um requerimento datado de 23 de Maio de 1974 e dirigido ao governador-geral de Moçambique (o novo poder em Lisboa nomearia Henrique Soares de Melo para o cargo), no qual relatou a sua carreira policial e pediu a realização de “um inquérito, às minhas actividades e conduta”, cujo eventual desfecho favorável lhe permitiria seguir para a Metrópole. Subinspector desde 1963, Santos Ferreira liderava os serviços de fronteira da PIDE quando no final de 1964 foram presos numerosos africanos, o que obrigou a corporação a recorrer a todos os funcionários (“até eu, que nunca tinha organizado

---

<sup>1482</sup> *Diário*, 07-05-1974.

<sup>1483</sup> *Ibidem*, 19-05-1974.

<sup>1484</sup> *Ibidem*, 19-05-1974; *A Tribuna*, 20-05-1974.

nenhum processo crime”) para os interrogar. Ernesto ficou com os casos de Matias M’Boa e outros três presos, os quais garantia poderem atestar que nunca os maltratara. Posteriormente, Fernandes Vaz e Santos Correia atribuíram a Ernesto a direcção da Secção de Presos. Em 1968, ao ver aproximar-se o limite de idade (60 anos) imposto aos trabalhadores da corporação, Ernesto tentou ser promovido a inspector, mas, segundo um amigo do beirão<sup>1485</sup> que se deslocou então a Lisboa e “conhecia a ingrenagem (*sic*) e pessoal da Direcção Geral da PIDE” (Roquete?), o processo de Santos Ferreira não avançou devido à antiga ligação deste à PSP. Aposentado como subinspector em 1969, Ernesto dos Santos Ferreira não via razões para ser perseguido pelo novo regime. Uma anotação manuscrita no requerimento refere que este “Aguarda a elaboração do inquérito geral que está sendo feito à ex-DGS”, tendo sido enviado em 12 de Julho de 1974 à respectiva comissão de apuramento<sup>1486</sup>.

Desde o início de Maio, a Comissão de Investigação dos Crimes Contra a Humanidade e a Economia, criada pelos Democratas de Moçambique, registava depoimentos de antigos presos políticos<sup>1487</sup>. Ouvido em 8 de Maio pelo advogado Carlos Raposo Pereira, Matias M’Boa, detido pela PIDE a 19 de Dezembro de 1964, declarou que “Ernesto Ferreira” assistiu ao seu interrogatório, durante o qual M’Boa foi agredido com chicote e palmatória e depois espancado. Outro antigo prisioneiro, Ernesto Sitos, mencionou ter sido interrogado em 2 de Janeiro de 1965 por Santos Ferreira<sup>1488</sup>. Em Portugal, a Comissão de Extinção da PIDE/DGS instaurou a Ferreira o processo n.º 3959, remetido em 30 de Novembro de 1978 ao 2.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa<sup>1489</sup>.

O direito à greve e à formação de sindicatos livres trazido pelo 25 de Abril permitiu que a mão-de-obra da indústria moçambicana protestasse contra as más condições de trabalho a que estava sujeita. Entre as numerosas empresas da colónia afectadas por greves, encontrou-se a Caju Industrial, onde a paralisação iniciou-se às 06.30 de 20 de Maio, com uma “verdadeira muralha humana” de empregados a impedir as entradas e saídas da fábrica. As operárias recebiam até então, em média, uma remuneração diária de 37\$50 pelo trabalho de descasque, enquanto os homens podiam atingir os 50\$00. O movimento grevista reivindicou a subida dos salários para

---

<sup>1485</sup> Nascido em Alcafache (Mangualde), Ernesto dos Santos Ferreira era primo do ex-ministro da Defesa Fernando dos Santos Costa (ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 468).

<sup>1486</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 1616, NT 137, fls. 13-17.

<sup>1487</sup> *Notícias*, 05-05-1974.

<sup>1488</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 1616, NT 137, fls. 2-6.

<sup>1489</sup> ANTT, SCE PIDE/DGS, Secretaria Judicial, NT 629, pt. 1, fl. 213.

valores na ordem dos 75 (mulheres) e 110 escudos (homens) por dia, deparando com a resistência da administração da Caju. A situação seria resolvida por intermédio de António de Almeida Santos, que regressara entretanto a Lisboa para assumir, em 15 de Maio, o cargo de ministro da Coordenação Interterritorial (pasta correspondente ao antigo Ministério do Ultramar) do I Governo Provisório, função na qual se encontrava uma semana depois em visita oficial a Moçambique. Almeida Santos recebeu no Governo-Geral a 22 de Maio uma comissão de funcionários da CIM, formada por Dinis Banbissone, Justino Eugénio, Martinho Poiares, Julião Chimane e Afonso Canhambane, acompanhados pelos administradores Aurélio Antão e Ribeiro Vicente. Um acordo fixou salários mensais de 1450\$00 para os homens e 1100\$00 para as mulheres a trabalhar na empresa, números que levaram os operários a retomar a laboração<sup>1490</sup>.

Contudo, já em 3 de Junho, um comunicado assinado por 78 dos mais de 3 mil empregados da CIM e entregue ao Conselho de Administração protestou contra o facto dos operários não terem recebido em 31 de Maio os ordenados previstos no acordo que pôs fim à greve e pediu o afastamento e substituição imediata de Aurélio Antão, do chefe dos Serviços Administrativos, Aurélio Augusto de Melo Fernandes (designado pelos trabalhadores como o “Papa Negro da Caju Industrial” e “mentor do mau ambiente gerado na empresa pela sua falta de psicologia nas relações humanas”), e do “Chefe de Segurança da Empresa, ex-PIDE/DGS Sr. António Roquete”. A administração reagiu em 12 de Junho rejeitando alterações na direcção da Caju e, acerca do “Chefe do Serviço de Segurança”, esclareceu que Roquete “se acha suspenso preventivamente, desde meados de Maio findo, até apuramento, pelas autoridades competentes, das suas responsabilidades por actividades extra Empresa”. Dois dias mais tarde, os empregados voltaram a exigir que Antão e Melo Fernandes, “descomunamente impopulares entre a quase totalidade dos trabalhadores”, fossem suspensos enquanto decorresse um inquérito às suas actividades, conduzido por uma comissão com a participação maioritária de representantes do operariado. A comissão deveria produzir, no prazo máximo de uma semana, um relatório cujas conclusões poderiam implicar a demissão dos dois responsáveis da empresa. O tom dos comunicados de patrões e empregados da Caju é mutuamente hostil, com a administração a apelar à disciplina e a considerar que os agitadores “têm de ser severamente punidos”, enquanto a comissão de trabalhadores (a qual forneceu a documentação sobre o caso ao diário *A Tribuna*, agora dirigido por Rui Knopfli) avisa que os funcionários “estão tão desesperados” com o

---

<sup>1490</sup> *Notícias*, 21-05-1974 e 23-05-1974; *A Tribuna*, 22-05-1974, 23-05-1974 e 15-06-1974.

comportamento de Aurélio Antão e Aurélio Fernandes que ponderam “exercer violência física sobre eles” e afirma que “qualquer atitude de vingança” dirigida a um dos operários garantiria a este a solidariedade de todo o pessoal da firma<sup>1491</sup>.

A Caju Industrial voltaria a ser referida na imprensa a propósito da inexistência de refeitório para as trabalhadoras, que as obrigava a comer ao ar livre, e das declarações de uma fonte da administração, que negou no início de Setembro de 1974 a persistência de problemas relativos a salários e anunciou que a fábrica então em laboração seria substituída por novas instalações na Machava, cujo projecto já fora entregue à Câmara de Lourenço Marques e que forneceriam aos empregados serviços como refeitório, balneários, posto médico e creche gratuita<sup>1492</sup>. No entanto, a CIM enfrentava “angustiantes atribulações financeiras” resultantes de factores como a subida dos salários posterior ao 25 de Abril, o absentismo e indisciplina crescentes dos funcionários (a partir de Setembro de 1974, a administração da Caju pediu à FRELIMO que promovesse “um trabalho constante de mentalização” para incentivar os operários a produzir), o aumento dos custos da matéria-prima e a recessão internacional. A mecanização da fábrica laurentina tornou-se inviável e registar-se-ia no ano de 1974, segundo a previsão feita em 16 de Dezembro num memorando interno da empresa, um prejuízo recorde na ordem dos 16 mil contos. Já em Fevereiro de 1975, a CIM pediu ao BNU um financiamento urgente de 25 mil contos, sem o qual não seria possível pagar os salários desse mês e continuar a comprar castanha para transformação. O director Serafim Martins de Pinho, após consultar o governador do banco, autorizou em 28 de Fevereiro o envio imediato de “5000 contos, por livrança”, destinados à remuneração dos operários<sup>1493</sup>. Após a independência de Moçambique, em 25 de Junho de 1975, o BNU local (convertido no Banco de Moçambique) e os activos e passivos deste, incluindo a CIM, seriam nacionalizados pelo novo Estado, conforme os acordos luso-moçambicanos negociados nos primeiros meses desse ano<sup>1494</sup>.

Enquanto o passado de Roquete justificava a suspensão do casapiano do emprego que ainda detinha, a atitude das autoridades políticas e militares de Moçambique para com os funcionários da PIDE/DGS foi endurecendo, em resultado da pressão exercida por sectores da

---

<sup>1491</sup> *A Tribuna*, 15-06-1974.

<sup>1492</sup> *Ibidem*, 23-08-1974 e 06-09-1974.

<sup>1493</sup> AHBNU, AG, 015.04/19.

<sup>1494</sup> *Banco de Moçambique, 1975-2015: Cronologia*, Maputo, Centro de Documentação e Informação do Banco de Moçambique, 2015, pp. 31-37.

população branca como os antigos opositores ou os oficiais milicianos integrados no MFA<sup>1495</sup>. Um comunicado de 24 de Maio de 1974 do Governo-Geral e do Comando-Chefe das Forças Armadas, agora lideradas na colónia pelo general Orlando Barbosa, aborda a reestruturação da DGS, que faria da corporação policial o alvo de um “saneamento rigoroso”. Os funcionários não transferidos para novas funções, “após verificação de possíveis responsabilidades em crimes perpetrados” antes do 25 de Abril, “serão desvinculados da sua situação de servidores do Estado em condições a definir pelas entidades competentes”<sup>1496</sup>. As mesmas entidades ordenaram a captura de vários membros da polícia política, como o inspector Joaquim Piçarra Sabino, que fugiu de Tete num táxi aéreo, alegadamente para território rodésiano<sup>1497</sup>. Sabino estaria mais tarde preso na Metrópole, onde foi libertado a 25 de Maio de 1976, antes de ir residir no Porto<sup>1498</sup>. António Fernandes Vaz, Manuel dos Santos Correia e outros responsáveis da PIDE/DGS também conseguiram abandonar o território antes de 1 de Junho (a Rodésia e a África do Sul eram os países apontados como refúgio dos “pides”), para indignação dos Democratas de Moçambique<sup>1499</sup>. Por ordem de Orlando Barbosa, foi desencadeada em toda a colónia, na manhã de 8 de Junho, a Operação Zebra, durante a qual os militares prenderam os funcionários da polícia política, definitivamente dissolvida. Os números de detidos nesta operação divergem consoante as fontes, com os jornais de Lourenço Marques a mencionarem nos dias seguintes cerca de duas centenas de ex-agentes levados para a cadeia da Machava e outras prisões, enquanto o director da delegação da PIDE, Fernando Pereira de Castro, inspectores e subinspectores estariam em instalações militares. De acordo com os historiadores Aniceto Afonso e Carlos de Matos Gomes, a Operação Zebra foi um sucesso quase total, ao resultar na detenção de 529 dos 562 elementos da PIDE/DGS cuja captura era pretendida, dos quais 22 fugiram antes da operação ser accionada e 11 não foram encontrados<sup>1500</sup>.

---

<sup>1495</sup> Faria, Ana Mouta, “A descolonização: libertação de presos políticos e extinção da PIDE/DGS nas colónias de África”, in Oliveira, Luísa Tiago de, org., *Militares e Política: O 25 de Abril*, Setúbal, Estuário, 2014, pp. 118-119.

<sup>1496</sup> *Notícias*, 24-05-1974; *A Tribuna*, 24-05-1974.

<sup>1497</sup> *A Tribuna*, 24-05-1974.

<sup>1498</sup> ANTT, SCE PIDE/DGS, Secretaria Judicial, NT 652, pt. 2, fl. 130.

<sup>1499</sup> *Notícias*, 03-06-1974 e 04-06-1974.

<sup>1500</sup> Afonso, Gomes, ob.cit., p. 796.

Nos comandos militares, comissões de averiguações formadas por oficiais receberiam queixas verbais e escritas contra os elementos da PIDE/DGS<sup>1501</sup>. Apesar do empenho dos Democratas de Moçambique no registo de depoimentos dos antigos presos políticos, a ausência de acusações concretas e fundamentadas contra muitos dos “pides” sob detenção, como Pereira de Castro, levaria a que fossem libertados<sup>1502</sup>, para lá dos vários casos de evasões. Em 16 de Setembro, chegaram de avião a Lisboa cerca de 160 ex-membros da PIDE trazidos sob prisão de Lourenço Marques, que foram distribuídos pelas cadeias de Caxias e Peniche e pela colónia penal de Pinheiro da Cruz<sup>1503</sup>.

No dia 7 de Setembro de 1974, parte da população branca de Lourenço Marques, liderada pelo Movimento Moçambique Livre, revoltou-se contra a assinatura em Lusaka, na mesma data, de um acordo entre Portugal e a FRELIMO que definiu o processo de transição para a independência de Moçambique, na qual o partido liderado por Samora Machel controlaria o novo país. Os revoltosos ocuparam os estúdios do Rádio Clube de Moçambique e outros meios de comunicação e dispararam indiscriminadamente nos subúrbios da cidade. O antigo agente da PI António Fernando Gomes Segurado, comissário da PSP, terá comandado outros polícias num massacre perto do aeroporto que “deixou no terreno mais de 140 cadáveres de negros”, segundo o jornalista Ricardo de Saavedra, envolvido no levantamento<sup>1504</sup>. Um número de *A Tribuna* publicado em 9 de Setembro e assinado pelo MML noticia que, na tarde do dia 7, a “População” libertou da Penitenciária de Lourenço Marques 80 agentes da DGS, a maioria dos quais chegaria à África do Sul, juntamente com os refugiados que, após três dias de agitação, o malogro da revolta produziu<sup>1505</sup>. Aurélio Fernandes, que passara a trabalhar em casa devido ao ódio dos trabalhadores da CIM, deixou apressadamente Moçambique após o 7 de Setembro<sup>1506</sup>.

Enquanto tudo isto acontecia, onde estava António Fernandes Roquete? Não dispomos de qualquer informação sobre esse período da sua vida a não ser a fornecida pelo próprio, que, numa entrevista concedida em Janeiro de 1988, limitou-se a afirmar ter deixado Moçambique, após pedir em 1973 “uma licença” na empresa na qual trabalhava, e voltado a Lisboa em 1 de

---

<sup>1501</sup> *A Tribuna*, 11-06-1974 e 15-06-1974.

<sup>1502</sup> *Notícias*, 21-06-1974; *A Tribuna*, 24-06-1974.

<sup>1503</sup> *A Tribuna*, 20-09-1974 e 14-10-1974.

<sup>1504</sup> Cardoso, ob.cit., pp. 320 e 342.

<sup>1505</sup> *A Tribuna*, 09-09-1974, 12-09-1974 e 16-09-1974.

<sup>1506</sup> AHBNU, AG, 015.04/19.

Dezembro de 1974<sup>1507</sup>. Roquete estaria ainda na colónia portuguesa em meados de Maio, quando a administração da Caju Industrial o suspendeu das suas funções de chefe do Serviço de Segurança, antecipando-se ao saneamento reivindicado pelos trabalhadores. Terá ainda participado na habitual comemoração do aniversário da Casa Pia, realizada em 7 de Julho num restaurante de Lourenço Marques<sup>1508</sup>? O progressivo apertar do cerco aos antigos responsáveis das polícias políticas do Estado Novo poderá tê-lo levado a, tal como António Vaz e outros, partir para o Brasil, a Rodésia ou a África do Sul, destinos frequentes de pessoas obrigadas pelo 25 de Abril e pela descolonização a sair de Angola e Moçambique. No entanto, não existem certezas, inclusive quanto à data apontada por Roquete como aquela em que voltou a pisar solo lisboeta.

A presença do antigo futebolista em Portugal terá, no entanto, sido detectada em 1975 pelas autoridades militares, uma vez que existe registo de um mandado de captura em nome do antigo “Subinspector” da PIDE António Fernandes Roquete, emitido em 3 de Novembro de 1975 pelo presidente da Comissão de Extinção da PIDE/DGS, o tenente-coronel José Luís de Nápoles Guerra, e remetido ao Comando Operacional do Continente (COPCON), uma força militar que actuava na região de Lisboa e efectuara várias prisões de indivíduos suspeitos de ligação à extinta polícia política ou de actividades contra o novo regime<sup>1509</sup>. Roquete desmentiria, no entanto, ter estado alguma vez detido<sup>1510</sup> e o escasso número de prisões realizadas por ordem da Comissão de Extinção depois de 25 de Novembro de 1975, quando o COPCON foi suprimido e iniciou-se uma fase de menor rigor e dureza do sistema de justiça política, aponta para a probabilidade do mandado contra Roquete nunca ter sido cumprido. Após regressar a Portugal, Roquete terá ido viver em casa do seu filho Fernando, residente na Reboleira (Amadora) e funcionário do Banco Português do Atlântico<sup>1511</sup>.

Um artigo provavelmente escrito por Augusto Poiares e publicado em Julho de 1976 no jornal *O Casapiano*, a propósito da realização dos Jogos Olímpicos desse ano em Montreal, fornece informações biográficas sobre os únicos atletas olímpicos que o CPAC tivera até então, Mário da Silva Marques e António Roquete. Quanto a este último, o autor do texto realça o

---

<sup>1507</sup> *Record*, 24-01-1988.

<sup>1508</sup> *Notícias*, 03-07-1974.

<sup>1509</sup> ANTT, SCE PIDE/DGS, Secretaria Judicial, NT 610, pt. 1, N.º 2, fl. 10.

<sup>1510</sup> *Record*, 24-01-1988.

<sup>1511</sup> E-mail de José do Carmo Francisco ao autor, 06-11-2012.

sucesso desportivo obtido com as camisolas do Casa Pia e das selecções lisboeta e nacional, tal como o facto do único clube em que alinhara ter sido o CPAC, algo de que “nem todos os atletas casapianos se podem gabar”. Tanto Roquete como Silva Marques ainda estavam vivos, pelo que a redacção do mensário lhes mandou um abraço, “interpretando certamente o pensamento de todos os casapianos em geral e dos associados do Casa Pia, em particular”<sup>1512</sup>. Esta expressão deixa implícita a possibilidade de, dois anos após o 25 de Abril, alguns dos “gansos” não concordarem com a saudação enviada a um antigo inspector da PVDE. De qualquer forma, Roquete entregou já no final de 1977 um donativo de 120\$00 ao Casa Pia<sup>1513</sup>. Entretanto, o guardião ribatejano permanecia na memória do futebol português. Uma fotografia antiga de Roquete foi publicada em Março de 1977 na contracapa da revista desportiva *Ídolos*, dirigida por Henrique Parreirão<sup>1514</sup>, como a figura n.º 35 da série “Velhas Glórias do Futebol”, acompanhada por dados sobre as 16 internacionalizações do casapiano<sup>1515</sup>.

Os primeiros anos de democracia estimularam a memória da repressão efectuada pelo Estado Novo e fizeram reemergir casos como o do assassinato de António Carlos Ferreira Soares, recordado pelo PCP como um dos mártires da resistência à ditadura. De acordo com um documento de 25 de Março de 1976 assinado pelo novo presidente do SCE da PIDE/DGS, o general Manuel Ribeiro de Faria (depois de ter sido, entre 1963 e 1969, comandante da Escola Prática de Infantaria<sup>1516</sup>, Ribeiro de Faria desempenhava aquando do 25 de Abril as funções de comandante-geral de Segurança em Lourenço Marques, nas quais permaneceu até Outubro de 1974<sup>1517</sup>), e endereçado aos Serviços de Apoio do Conselho da Revolução, para ser remetido à Procuradoria-Geral da República, Fernando Ferreira Soares, o irmão do médico morto pela PVDE, requereu um inquérito aos acontecimentos de 34 anos antes. O SCE examinou o processo que o TMT do Porto julgara em 1943 e detectou várias irregularidades, como o facto do tribunal não ter ouvido nem Fernanda Laranjeira e Manuel Ferreira de Pinho, cúmplices de Leonel Laranjeira no crime, nem os irmãos de António Ferreira Soares, não tendo o Promotor de Justiça sido assistido por qualquer representante da família do médico. Uma vez que o Decreto-Lei n.º

---

<sup>1512</sup> *O Casapiano*, Julho de 1976.

<sup>1513</sup> *Ibidem*, Novembro/Dezembro de 1977.

<sup>1514</sup> Henrique Rodrigues Parreirão, jornalista, escreveu para periódicos como *Record*, *Diário da Manhã*, *Sport Ilustrado* ou *Seleccções Desportivas*, além de ter sido assessor e chefe de gabinete do almirante Henrique Tenreiro, figura influente do aparelho corporativo do Estado Novo.

<sup>1515</sup> *Ídolos*, 15-03-1977.

<sup>1516</sup> <http://www.exercito.pt/sites/EPI/Historial/Paginas/Comandantes.aspx>

<sup>1517</sup> *A Tribuna*, 04-12-1973; *Notícias*, 12-10-1974.

396/74, de 28 de Agosto, criara uma Comissão Nacional de Inquérito a crimes cometidos pelos órgãos repressivos da ditadura, cujo prazo de prescrição iniciava-se apenas em 25 de Abril de 1974, Manuel Ribeiro de Faria solicitou à Procuradoria-Geral da República um parecer acerca da necessidade de “uma nova apreciação judicial para eventual punição dos culpados” da morte de Ferreira Soares. Embora exista referência de que o documento (no qual Ribeiro de Faria não menciona António Roquete) chegou à Procuradoria em 6 de Maio desse ano, ignora-se se o caso teve algum desenvolvimento. Tanto Leonel Laranjeira como Manuel Ferreira de Pinho encontravam-se então detidos à ordem do SCE. Preso a 17 de Maio de 1974, Laranjeira estava, em Março de 1976, doente e a receber tratamento hospitalar<sup>1518</sup>. Quanto a Pinho, fora capturado a 20 de Setembro de 1974 no Lobito, em Angola, por dois militares que cumpriram um mandado do SCE nesse sentido. Pinho, que trabalhava como capataz dos serviços de urbanização do Caminho-de-Ferro de Benguela, seria levado para o forte de Caxias<sup>1519</sup>.

Leonel Laranjeira e Manuel Ferreira de Pinho foram ambos libertados da Prisão-Hospital de Caxias em 7 de Maio de 1976, ficando obrigados a apresentar-se mensalmente nas esquadras da PSP mais próximas das suas residências, situadas em Lisboa<sup>1520</sup>. O primeiro terá falecido ainda nesse ano ou no seguinte, já que o brigadeiro Joaquim Rodrigues de Carvalho, presidente da Comissão de Análise de Recursos de Saneamento e Reclassificação (um organismo dependente do Conselho da Revolução com a faculdade de rever medidas de saneamento aplicadas a funcionários públicos), proferiu em 6 de Outubro de 1977, nos autos do pedido de reabilitação do antigo subinspector da PIDE, um despacho que reabilitou parcialmente Laranjeira a partir de 12 de Junho de 1976, com o único efeito legal de permitir à viúva, Fernanda Laranjeira, habilitar-se à concessão de uma pensão de sobrevivência<sup>1521</sup>. O processo instaurado pelo SCE a Pinho como informador da polícia política recebeu ordem para sumário em 3 de Abril de 1978 e ordem para acusação em 8 de Abril de 1981, antes de ser remetido para o 3.º Tribunal Militar Territorial de Lisboa<sup>1522</sup>.

A imprensa portuguesa da segunda metade da década de 70 publicou, juntamente com notícias sobre o processo de justiça política contra os “pides”, numerosos artigos de temática

---

<sup>1518</sup> ANTT, SCE PIDE/DGS, Secretaria Judicial, NT 636, pt. 1, fls. 216-221.

<sup>1519</sup> *A Capital*, 25-09-1974; *A Tribuna*, 30-09-1974 e 12-10-1974.

<sup>1520</sup> ANTT, SCE PIDE/DGS, Secretaria Judicial, NT 652, pt. 2, fls. 118-119.

<sup>1521</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 3744, NT 282, fl. 11.

<sup>1522</sup> ANTT, SCE PIDE/DGS, Secretaria Judicial, NT 629, pt. 1, fl. 30.

ligada à memória da repressão estadonovista. A morte de António Ferreira Soares, integrada no conjunto de homicídios perpetrados pela PVDE/PIDE/DGS, foi referida numa peça segundo a qual “Os agentes assassinos, António Roquete, Laranjeira e Coimbra foram julgados em Tribunal Militar, mas ficaram impunes, sendo absolvidos graças às pressões da Pide (*sic*)”<sup>1523</sup>. Surgiram também depoimentos de antigos presos políticos, como Rogério Agostinho da Silva, que divulgou ter sido vítima de torturas infligidas por Henrique Seixas e Roquete. Numa altura em que os sectores de esquerda protestavam contra a alegada brandura das penas (frequentemente inferiores ao tempo de prisão preventiva cumprido entre 1974 e 1976 pelos réus, o que lhes permitia saírem do tribunal em liberdade<sup>1524</sup>) às quais os TMT condenavam os primeiros ex-agentes da polícia política a serem julgados, Rogério recordou “o contentamento do Seixas, do Roquete e de outros do mesmo quilate” com o destino dos comunistas espanhóis fuzilados e considerou que ter observado a crueldade dos homens de Agostinho Lourenço lhe permitia avaliar “a ofensa que as sentenças aplicadas aos “pides” representam para o povo português e para toda a Humanidade”<sup>1525</sup>.

Embora Roquete permanecesse em liberdade, o SCE instaurou um processo individual, com o número 1111, em seu nome e submeteu-o a várias restrições de movimentos associadas ao estatuto de arguido, através de uma ordem de libertação provisória datada de 4 de Janeiro de 1977 e assinada por Manuel Ribeiro de Faria. O documento, apresentado em 25 de Janeiro desse ano a Roquete, que o rubricou, refere “Av. Dr. José Pontes<sup>1526</sup>, n.º 39 – 1.º andar, letra B (?) – Reboleira – Amadora” como a morada do antigo subinspector da PIDE<sup>1527</sup>. Moradores da Avenida Dr. José Pontes, situada em Reboleira Norte, queixaram-se no Verão de 1975 do lixo nos passeios e do facto de uma esquadra nova aí construída se manter encerrada<sup>1528</sup>. Roquete não precisaria de se deslocar a essa esquadra, uma vez que a ordem de libertação não lhe fixou como obrigatórias apresentações quinzenais ou mensais no posto policial mais próximo da sua

---

<sup>1523</sup> *Diário de Lisboa*, 03-08-1976.

<sup>1524</sup> Pimentel, ob.cit., pp. 124-127.

<sup>1525</sup> *Diário de Lisboa*, 12-01-1977.

<sup>1526</sup> José Joaquim Fernandes Pontes (1879-1961), médico, foi mobilizado para a I Guerra Mundial e trabalhou no tratamento de mutilados do conflito. Em 1922, ocupou as funções de vice-presidente do Comité Permanente Inter-Aliados e foi eleito senador pelo distrito de Vila Real. Autor do livro *Quase um Século de Desporto* (1924) e um dos pioneiros do jornalismo desportivo em Portugal, Pontes destacou-se no movimento olímpico, como secretário-geral (1909-1914) e presidente (1923-1956) do Comité Olímpico Português e representante luso no Comité Olímpico Internacional.

<sup>1527</sup> ANTT, SCE PIDE/DGS, Secretaria Judicial, NT 653, pt. 1, fl. 15.

<sup>1528</sup> *A Capital*, 11-08-1975.

habitação, ao contrário do que acontecia com a maioria dos arguidos de processos movidos pelo SCE. Na verdade, é visível no documento que os trechos que estabeleciam a obrigação do ribatejano comparecer de 30 em 30 dias num determinado local (por certo, as instalações da PSP na Amadora) foram riscados a caneta, presumivelmente por Ribeiro de Faria. No entanto, até ser julgado, Roquete teria que informar o SCE caso mudasse de residência, não poderia sair do país sem autorização do Conselho da Revolução (os passaportes dos arguidos ficavam em poder do SCE) e estaria proibido de participar em “reuniões públicas de carácter político” e aparecer em “certos meios ou locais frequentados habitualmente por pessoas vítimas da repressão da ex-PIDE/DGS e LP”<sup>1529</sup>. O processo de Roquete recebeu ordem para sumário em 13 de Setembro de 1977 e ordem para acusação em 15 de Maio de 1979, sendo remetido para o 1.º TMT de Lisboa<sup>1530</sup>. Devido à impossibilidade de consultar o processo em questão<sup>1531</sup>, não sabemos se António Roquete chegou a ser presente a julgamento e, nessa eventualidade, qual a pena aplicada pelo TMT.

No fundo da PIDE/DGS à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Lisboa), encontra-se, juntamente com documentos sobre a carreira de Roquete como funcionário das polícias políticas entre 1931 e 1947 reunidos pela PIDE, o “Apenso n.º 1 do processo n.º 1111 em que é presumido delinquente António Fernandes Roquete”, composto por 245 folhas numeradas e rubricadas por duas pessoas (provavelmente, os oficiais instrutores do processo). A documentação em causa inclui a correspondência enviada por Roquete a Agostinho Lourenço e outros dirigentes da PIDE quando o casapiano era adjunto da Polícia Internacional em Moçambique, na qual várias passagens, sobretudo as relacionadas com informadores e colaboradores da PI, foram sublinhadas pelos leitores. Além das cartas, uma certidão do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP datada de 6 de Junho de 1975 indica a presença na pasta de fotocópias de documentação existente no processo individual do agente Mário Constâncio de Oliveira, mais precisamente o inquérito instaurado a Constâncio em 1946<sup>1532</sup>.

---

<sup>1529</sup> ANTT, SCE PIDE/DGS, Secretaria Judicial, NT 653, pt. 1, fl. 15.

<sup>1530</sup> Ibidem, NT 629, pt. 1, fl. 139.

<sup>1531</sup> O processo-crime n.º 72/79 do 1.º TMT de Lisboa, relativo a António Fernandes Roquete, tal como os de Manuel Ferreira de Pinho e dos restantes funcionários e informadores da PIDE/DGS constituídos arguidos após o 25 de Abril, encontra-se actualmente guardado no Arquivo Geral do Exército (Lisboa). Por motivos legais, a sua consulta está ainda vedada aos investigadores.

<sup>1532</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, PI 2303, NT 185, fl. 501.

As ordens de libertação provisória assinadas pelos presidentes do SCE permitem-nos obter alguns dados sobre a situação nos primeiros anos de democracia de vários homens envolvidos no percurso de Roquete. Assim, Manuel Lopes Nogueira Branco, que ascendera a inspector adjunto da PIDE, saiu em liberdade provisória, sob caução, da prisão de Caxias em 19 de Março de 1976 e instalou-se em Oeiras, onde fazia apresentações mensais na PSP local até Junho de 1979. Manuel da Silva Clara foi libertado em 26 de Março de 1976 e indicou como morada a localidade de Caniceira, na Tocha<sup>1533</sup>. Francisco Sales Velez, já aposentado no final do Estado Novo e residente em Oeiras, encontrava-se em liberdade quando recebeu a 30 de Maio de 1977 um documento que o obrigava a comparecer mensalmente na sede do SCE, localizada nas antigas instalações da PIDE/DGS na Rua António Maria Cardoso<sup>1534</sup>. Ângelo Baptista Águas, na categoria de chefe de brigada aquando da sua reforma, residia na Rua dos Lagares, em Lisboa, no mês de Julho de 1977<sup>1535</sup>. Classificado como “Inspector” na sua ordem de libertação provisória, Eduardo Aires Trigo de Sousa apresentou-se a partir de Abril de 1978 no posto da PSP de Setúbal<sup>1536</sup>. O processo relativo a Trigo de Sousa foi remetido em Junho de 1979 ao 4.º TMT lisboeta, que receberia também nesse ano a acusação contra Velez<sup>1537</sup>. Residente na antiga Metrópole desde pelo menos Janeiro de 1976, António Fernando Gomes Segurado morava a 3 de Maio de 1978 na Avenida 25 de Abril, em Cascais<sup>1538</sup>.

No cinquentenário dos Jogos Olímpicos de Amesterdão, um despacho de 7 de Julho de 1978 do ministro da Educação e Cultura do II Governo Constitucional, Mário Sottomayor Cardia<sup>1539</sup>, atribuiu a Medalha de Mérito Desportivo (criada pelo Decreto-Lei n.º 43 107, de 4 de Agosto de 1960) aos desportistas portugueses ainda vivos que tinham representado o país nos Jogos de 1928, nomeadamente José Prata de Lima (praticante de atletismo), Luís da Costa Ivens Ferraz e José Froes de Almeida (hipismo), António Guedes Herédia (vela), Sebastião Freitas Branco Herédia (pentatlo) e os futebolistas Jorge Vieira, Vítor Silva, José Manuel Martins, Óscar

---

<sup>1533</sup> ANTT, SCE PIDE/DGS, Secretaria Judicial, NT 652, pt. 1, fls. 166-168 e 230.

<sup>1534</sup> Ibidem, NT 653, pt. 2, fl. 201.

<sup>1535</sup> Ibidem, NT 653, pt. 3, fl. 25.

<sup>1536</sup> Ibidem, NT 654, pt. 1, fl. 98.

<sup>1537</sup> Ibidem, NT 629, pt. 1, fls. 107 e 127.

<sup>1538</sup> Ibidem, NT 654, pt. 2, fl. 2.

<sup>1539</sup> Mário Augusto Sottomayor Leal Cardia (1941-2006), licenciado em Filosofia, foi professor da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Opositor do Estado Novo, envolveu-se na crise académica de 1962, tendo sido preso pela PIDE. Depois de passar pelo PCP, aderiu em 1973 ao Partido Socialista. No regime democrático, ocupou as funções de deputado à Assembleia Constituinte (1975-1976), deputado à Assembleia da República (1983-1991), ministro da Educação e Investigação Científica (1976-1978) e ministro da Educação e Cultura (1978).

de Carvalho e João dos Santos<sup>1540</sup>. Membros da selecção lusa presente no torneio olímpico de futebol de Amesterdão tinham-se recentemente reunido, a 27 de Maio, num almoço comemorativo dos 50 anos do evento com a presença de representantes do Comité Olímpico Português e da Direcção-Geral dos Desportos. Dos seis sobreviventes do grupo comandado por Cândido de Oliveira, apenas quatro compareceram no restaurante do Estádio José Alvalade, devido às ausências de João dos Santos, por motivo de doença, e António Roquete, cujo paradeiro os antigos colegas de equipa desconheciam. Segundo o jornal oficial do Sporting, associado à homenagem, Roquete encontrava-se “exilado desde 1974 – ao que se supõe, no Brasil”<sup>1541</sup>. Curiosamente, Aurélio Bucuane, um antigo preso político moçambicano, afirmaria numa entrevista concedida em 2000 que o “Senhor Roquete”, identificado por Bucuane como o chefe da Polícia Internacional, vivia “em 1987 ou 1988” no Rio de Janeiro, onde possuía “um restaurante muito próspero”<sup>1542</sup>. A escassez de informação e a circulação de boatos acerca do destino do casapiano após sair de Moçambique realçam a discrição do comportamento de Roquete durante a sua permanência na Reboleira.

Excluído deliberadamente da condecoração atribuída aos antigos atletas olímpicos, numa provável consequência do seu passado como funcionário policial, António Roquete ainda não tinha sido agraciado em Junho de 1991, embora a direcção do Casa Pia estivesse então a interceder a seu favor junto do Ministério da Educação e da Direcção-Geral dos Desportos<sup>1543</sup>. De facto, Roquete viria a receber, algures entre Agosto de 1993 e Setembro de 1994, a Medalha de Mérito Desportivo, que ofereceu ao espólio do CPAC e se encontra actualmente na Biblioteca-Museu Luz Soriano, pertencente ao clube<sup>1544</sup>. Uma situação semelhante envolveu a Medalha Amizade, um galardão atribuído pelo COP e conferido, entre 1979 e 1980, a um grupo de “Olímpicos de 1928” que incluía os futebolistas Jorge Vieira, Vítor Silva, João dos Santos e José Manuel Martins, mas não Roquete<sup>1545</sup>.

A situação política criada pelo 25 de Abril criminalizou o percurso policial de António Roquete e fez do ex-inspector um alvo do sistema de justiça transicional dirigido contra os responsáveis do regime derrubado. Pouco se sabe acerca das acções de Roquete neste período,

<sup>1540</sup> *Diário da República*, II Série, 19-07-1978.

<sup>1541</sup> *Diário de Notícias*, 29-05-1978 e 28-06-1978; *Sporting*, 31-05-1978.

<sup>1542</sup> Mateus, ob.cit., p. 169.

<sup>1543</sup> *Correio da Manhã*, 10-06-1991.

<sup>1544</sup> *O Casapiano*, Agosto de 1993; entrevista a Hélder Tavares, 25-10-2015; *Futebol*, Setembro de 1994.

<sup>1545</sup> Marreiros, João, *Jogos Olímpicos e Olimpismo*, 2.<sup>a</sup> edição, Torres Novas, edição do autor, 1992, p. 348.

em particular quanto à forma como saiu de Moçambique, regressou a Portugal e aí lidou com o processo que lhe foi movido. No entanto, Roquete parece ter beneficiado do progressivo esmorecimento da perseguição legal aos “pides” e saído praticamente incólume de um período no qual, em contraste com a celebridade que outrora detivera, tornou-se desejável para o antigo desportista passar despercebido.

### 2.6.2. Recordar o passado

A convite de José do Carmo, Roquete participou num convívio seguido de almoço entre dirigentes do Casa Pia e os membros do plantel sénior dos “negros” realizado em 1 de Dezembro de 1982 no restaurante da sede do CPAC, *O Patrôlho*. Durante o evento, Augusto Poiares contou aos jovens futebolistas as glórias desportivas de Roquete, que brilhara no futebol e natação durante as décadas de 20 e 30. O salvaterrense discursou para agradecer o convite que recebera e, segundo o jornal do clube, “incutir no espírito dos atletas o amor à camisola preta que ele com tanta dedicação envergou durante todo o tempo que praticou desporto”. Roquete dirigiu-se então a Tozé, guarda-redes do CPAC na temporada de 1982/83, a quem cumprimentou e desejou felicidades, sob os aplausos dos convivas<sup>1546</sup>. A presença de Roquete nesta iniciativa prova que se mantinha ligado à actividade do Casa Pia, cujos restantes associados aparentemente não lhe manifestavam qualquer hostilidade provocada pelo envolvimento do antigo “ídolo” nas forças policiais do Estado Novo.

Roquete reapareceu em Janeiro de 1988 na imprensa desportiva, através de um artigo no jornal *Record* de Henrique Parreirão, integrado numa rubrica sobre antigas estrelas do futebol português. Com o título “O primeiro grande guardião português era do Casa Pia e foi 16 vezes internacional”, a peça realça os feitos desportivos do salvaterrense. O artigo traça um breve resumo da vida do desportista (então já avô de três netos), a começar pela sua entrada na CPL, só possível, “por ironia do destino”, graças ao empenho de António José de Almeida. António Roquete presta declarações a Parreirão, numa entrevista realizada na sede do CPAC, onde menciona o seu percurso profissional, que incluía a passagem pela contabilidade dos Caminhos-

---

<sup>1546</sup> *O Casapiano*, Janeiro de 1983.

de-Ferro e, em 1931, a admissão na Polícia de Investigação Criminal. Segundo o seu relato, Roquete era funcionário do serviço de fronteiras da PIC quando este transitou para a PIP e daí para a PVDE, de cujo “departamento político” o ribatejano nunca teria feito parte. Seguir-se-iam o abandono da PVDE, em 1945, para ocupar o lugar de chefe de secção da polícia de Moçambique, colónia na qual permaneceria até se reformar e aceitar o lugar que lhe foi oferecido “numa empresa privada”. Após meter uma licença ainda em 1973, Roquete regressaria a Lisboa no final do ano seguinte. A Revolução não o incomodara, pelo que “hoje vivo, pacatamente, com minha mulher em Paço de Arcos”. Roquete aproveitou a entrevista para desmentir o boato que o apontava como agressor de Cândido de Oliveira (“Não bati no Cândido nem em ninguém”). Os dois casapianos sempre tinham sido grandes amigos e o próprio Cândido refutara a acusação feita ao seu pupilo, primeiro através de uma carta escrita pelo treinador a Eurico de Gouveia Pinto e, mais tarde, ao acompanhar a comitiva da Académica a Moçambique. Durante o jantar de homenagem que lhe foi oferecido, Cândido contara a Roquete o que tinha passado na prisão e no Tarrafal e respondera “Isso é absolutamente falso!” a dois dos presentes, Joaquim Rodrigues e o major Nunes Correia<sup>1547</sup>, que referiram a alegada participação de Roquete no espancamento do técnico. Augusto Poiares e José do Carmo confirmaram o desmentido do antigo inspector<sup>1548</sup>. Nas entrevistas que concedeu posteriormente, Roquete não voltaria a falar da sua actividade como funcionário das polícias políticas salazaristas.

Neste período, António Roquete mantinha-se envolvido no universo dos ex-alunos da CPL, pagando regularmente a assinatura anual de *O Casapiano*, à qual adicionou em Dezembro de 1989 um donativo de 150 escudos ao jornal<sup>1549</sup>. No jantar comemorativo do 3 de Julho de 1989, o presidente do CPAC, Alfredo Ribeiro, anunciou que a assembleia-geral do clube aprovara uma proposta da direcção no sentido de agraciar Roquete, “uma legenda da família casapiana e do desporto nacional”, com o galardão de Sócio Honorário<sup>1550</sup>. O antigo guardaredes do Casa Pia nunca receberia, contudo, a Cruz de Ouro<sup>1551</sup>. Mário da Silva Marques, um dos últimos sobreviventes do grupo fundador do Casa Pia Atlético Clube, faleceu em 16 de

---

<sup>1547</sup> Joaquim Teodósio Nunes Correia (1914-2008), aluno da Casa Pia entre 1924 e 1931, frequentou o Curso de Sargentos e seguiu uma carreira militar ao longo da qual chegou ao posto de tenente-coronel e esteve colocado durante 18 anos em Moçambique (*O Casapiano*, Julho de 2009).

<sup>1548</sup> *Record*, 24-01-1988.

<sup>1549</sup> *O Casapiano*, Janeiro de 1989, Janeiro de 1990 e Fevereiro de 1991.

<sup>1550</sup> *Ibidem*, Julho de 1989.

<sup>1551</sup> Camilo, *ob.cit.*, p. 351.

Novembro do mesmo ano. Roquete compareceu na missa de corpo presente do antigo nadador, antes da qual descreveu Silva Marques como “o exemplo de atleta e casapiano que eu sempre procurei seguir”<sup>1552</sup>.

A ligação pessoal de Roquete a Cândido de Oliveira é reforçada pelo aluno n.º 4337 da CPL na frase (“Foi Cândido de Oliveira que me “inventou”...”) que dá título ao artigo de duas páginas publicado no número de 10 de Junho de 1991 do diário *Correio da Manhã*, cujo jornalista Francisco Mota (também casapiano) se deslocou a Paço de Arcos, onde António e Maria Bacelar Roquete moravam num lar de idosos<sup>1553</sup>, para dialogar com o internacional português. Os Roquete foram fotografados numa esplanada “com o Tejo em pano de fundo prestes a desaparecer em S. Julião da Barra”, enquanto António, considerado pelo entrevistador “talvez o maior guarda-redes de sempre do nosso futebol”, falava de forma espontânea sobre o seu passado desportivo e revelava “uma memória e uma frescura de espírito verdadeiramente invejáveis” ao abordar temas como os anos passados na Casa Pia, o amadorismo do futebol português nas décadas de 20 e 30 (a nível profissional, o casapiano mencionou apenas o trabalho nos Caminhos-de-Ferro), os treinos regulares que realizava, o papel de Ricardo Ornelas e Cândido de Oliveira no início da sua carreira de futebolista, os Jogos de 1928, as ofertas de clubes estrangeiros que recusou ou a ameaça de greve antes do desafio Paris-Lisboa, designada por Francisco Mota como um “Caso Saltillo nos anos 20”<sup>1554</sup>. O jornalista e o fotógrafo Rui Costa ficaram bem impressionados com a simpatia e o “trato agradável, muito sereno” que António Roquete mostrou durante a entrevista<sup>1555</sup>.

Em meados de 1993, Viriato Camilo<sup>1556</sup>, antigo preso político (esteve detido pela PIDE entre Julho de 1963 e Março de 1965<sup>1557</sup>) e estudioso da história do Casa Pia, em fase de pesquisa para um livro sobre os primeiros 50 anos de vida do CPAC, decidiu entrevistar António

---

<sup>1552</sup> *O Casapiano*, Novembro de 1989.

<sup>1553</sup> E-mail de José do Carmo Francisco ao autor, 06-11-2012.

<sup>1554</sup> Referência à situação verificada durante o Mundial de Futebol de 1986, organizado pelo México, quando os jogadores da selecção portuguesa, alojados na cidade de Saltillo, ameaçaram fazer greve aos treinos, em protesto contra os baixos prémios de jogo estabelecidos pela FPF (Serrado, Ricardo, Serra, Pedro, *História do Futebol Português – Uma Análise Social e Cultural*, vol. II, *Industrialização e Globalização*, 2.ª edição, Lisboa, Prime Books, 2014, pp. 89-101).

<sup>1555</sup> *Correio da Manhã*, 10-06-1991.

<sup>1556</sup> Viriato Soeiro Ferreira Camilo (1930-1997) fez o Curso Industrial na Casa Pia. Desenhador, editor e músico, entrou em 1959 para o Coro da Academia dos Amadores de Música e fundou em 1995 o “Coro Cantapiano”. Integrou a direcção da Associação 25 de Abril e escreveu o livro *Casa Pia Atlético Clube – Ateneu Casapiano, 1920-1970. Meio Século de Desporto Entre Sonhos e Tormentas* (1995).

<sup>1557</sup> ANTT, PIDE/DGS, SC, Registo Geral de Presos, livro 132, registo n.º 26343.

Roquete, após consultar alguns textos onde este fora retratado “do ponto de vista desportivo e da cidadania”. Camilo combinou um encontro com o ex-futebolista num café do bairro da Tapada do Mocho, em Paço de Arcos, onde esperou pela chegada de um homem idoso que mantinha “o mesmo porte aprumado e distinto” dos tempos de glória desportiva. Roquete preveniu o entrevistador de que o diálogo não poderia ser longo (a conversa duraria três horas): “Problemas graves de saúde da minha mulher impedem-me de me ausentar de casa por muito tempo”. Estimulado por fotografias reproduzidas da *Stadium* mostrando-o em actividade, Roquete recordou outros jogadores dos anos 20 e 30 e vários episódios dessa época, tal como os treinos específicos para a sua posição que realizava sob instruções de Ornelas e Cândido, “os dois únicos treinadores e orientadores em toda a minha carreira desportiva”. Sobre Cândido de Oliveira, o discípulo deste afirmou que “possuía tudo quanto um ser humano pode ter de bom e de grande”. De acordo com o texto publicado em *O Casapiano*, Roquete abordou ainda, de forma superficial, as suas experiências noutros clubes. Na expressão de Viriato Camilo, que refere incorrectamente o Nacional como o clube madeirense que contratou Roquete, “o estado de depressão e tristeza” em que este caiu já na ilha levaria o “senhor” que o trouxera para a Madeira a aceitar pacificamente o regresso do casapiano ao Continente. Quanto ao Valenciano, pagara as actuações de Roquete com “uns dinheiros”. Embora mantenha um discurso claro, o entrevistado confunde alguns pormenores, como quando menciona que se encontrava em Marvão quando regressou ao Casa Pia em 1935/36 para assegurar a manutenção do clube (e não a subida) na Divisão de Honra da AFL<sup>1558</sup>.

Acerca do quotidiano de António Roquete nos seus últimos anos de vida, além de breves informações presentes nas entrevistas concedidas pelo antigo guarda-redes, existe uma referência de Henrique Parreirão num artigo biográfico sobre Roquete publicado na revista editada pela AFL, segundo o qual o ribatejano prestava nessa altura pouca atenção ao futebol (“só uma ou outra espreitadela na televisão”), mas deslocava-se por vezes à sede do CPAC<sup>1559</sup> “para dois dedos de cavaqueira com o Augusto Poiares e outros velhos amigos do passado”<sup>1560</sup>.

---

<sup>1558</sup> *O Casapiano*, Agosto de 1993.

<sup>1559</sup> A sede do Casa Pia Atlético Clube situava-se desde 1940 no Palácio Almada Carvalhais, no Largo do Conde Barão (Lisboa). Em 2005, o CPAC teve que transferir a sua sede, tal como o espólio da Biblioteca-Museu Luz Soriano, para novas instalações no Estádio Pina Manique, onde se encontram actualmente.

<sup>1560</sup> *Futebol*, Setembro de 1994.

Já em 1995, António Roquete foi inquirido pelo escritor e colaborador de *A Bola* José do Carmo Francisco, que contactou o salvaterrense através de Fernando Roquete, com quem o entrevistador partilhava a profissão de bancário<sup>1561</sup>. Segundo o relato de Carmo Francisco, publicado na revista mensal *A Bola Magazine*, “António Roquete espera-nos, à hora marcada, no jardim de Paço de Arcos” e sorri quando o jornalista lhe refere a participação da equipa das quinas no torneio de Amesterdão, cujas peripécias são recordadas pelo casapiano, tal como as ofertas que recebera para jogar no Real Madrid e no Olympique de Marselha ou a sua última internacionalização, na derrota portuguesa em Vigo: “Eu já não queria jogar. Apareceu-me o Cândido de Oliveira em Valença do Minho para eu jogar na Selecção. Não me pude negar por ser o Cândido de Oliveira. Perdemos por três a zero. Foi a despedida” (Roquete comete aqui uma incorrecção, dado que o Espanha-Portugal de 2 de Abril de 1933 aconteceu antes do futebolista chefiar o posto da PVDE em Valença). António lamenta a morte prematura do seu colega de selecção Pepe (“Ainda hoje me lembro dele, todos os dias”) e lembra o enterro do jovem belenense. O artigo é ilustrado por um retrato actual de Roquete e por documentos provenientes do arquivo pessoal deste, como uma imagem da entrada em campo dos jogadores portugueses na partida com o Chile ou a fotografia de grupo tirada no *Andes* pela comitiva do Sporting que viajou em 1928 para o Brasil<sup>1562</sup>. A entrevista veio a público pela primeira vez em Abril de 1995, um mês depois de Roquete gastar 2400 escudos no pagamento relativo aos anos de 1994 e 1995 da assinatura de *O Casapiano*<sup>1563</sup>.

Por iniciativa de Augusto Poiares, o Casa Pia promoveu, em 5 de Outubro de 1995, uma homenagem pública a várias personalidades ligadas aos primeiros anos de vida do clube, entre elas Roquete. Além deste, a homenagem abrangeu António Pinho, então com 96 anos, o antigo jornalista e praticante de esgrima Reinaldo Monteiro<sup>1564</sup> (94 anos) e o sócio n.º 1 e antigo dirigente do CPAC Fernando Carlos Faria (102 anos). Cândido de Oliveira, Ribeiro dos Reis e Ricardo Ornelas, representados num tríptico em bronze inaugurado a 3 de Julho desse ano no estádio casapiano, também foram recordados no evento. Na manhã de 5 de Outubro, os

---

<sup>1561</sup> E-mail de José do Carmo Francisco ao autor, 06-11-2012.

<sup>1562</sup> *A Bola Magazine*, Abril de 1995; Francisco, José do Carmo, *As Palavras em Jogo*, Lisboa, Padrões Culturais, 2009, pp. 39-42.

<sup>1563</sup> *O Casapiano*, Abril de 1995.

<sup>1564</sup> Reinaldo da Silva Monteiro (1901-1997), bancário e jornalista, escreveu para publicações como *A Bola*, *Os Sports* e *Stadium*. Praticou esgrima durante 40 anos no Casa Pia, Sporting e Ginásio Clube Português. Foi secretário da primeira direcção do CPAC, em 1920.

homenageados assistiram no Estádio Pina Manique a uma partida entre antigos futebolistas do Casa Pia e receberam vários troféus e lembranças, como a camisola então usada pelos guarda-redes da selecção lusa que o presidente da Federação Portuguesa de Futebol, Vítor Vasques, entregou a Roquete. A AFL, o Comité Olímpico Português e clubes como o FC Porto e o Sporting fizeram-se representar no estádio ou no almoço a seguir realizado no Colégio Pina Manique (em Belém), durante o qual Roquete, Pinho, Monteiro e Faria sentaram-se ao lado do provedor da CPL, Luís Rebelo. O antigo guarda-redes, aplaudido pelos presentes na festa, foi contemplado com o emblema comemorativo dos 75 anos do CPAC e uma fotografia emoldurada sua datada da época em que jogava de Cruz de Cristo ao peito. Luís Rebelo, Augusto Poiares e José dos Santos Pinto<sup>1565</sup> (director de *O Casapiano* e vice-presidente da AG do Casa Pia) discursaram, elogiando as figuras homenageadas como símbolos do clube que comemorava em 1995 as suas “Bodas de Diamante” e referindo Roquete como “um dos maiores guarda-redes portugueses de sempre”, consagrado no torneio olímpico de Amesterdão<sup>1566</sup>.

Roquete fez nesse dia declarações citadas pelos jornalistas que cobriram a iniciativa, nas quais mencionou os treinos individuais que realizava e contou novamente a sua estreia, sob o nome de “António Pacheco”, com a camisola casapiana, mas agora situando o episódio quando tinha 14 anos e a equipa dos alunos da CPL necessitaria de um novo guarda-redes para o jogo com o Colégio Militar, no qual a vitória dos “gansos” lhes garantiria o primeiro lugar no campeonato escolar lisboeta<sup>1567</sup>. Após as cerimónias, vários jornais reproduziram as últimas fotografias publicadas de António Roquete, então um homem com “89 anos de boa disposição”<sup>1568</sup>.

Em 18 de Dezembro de 1995, um domingo, pouco mais de dois meses depois da homenagem, António Fernandes Roquete morreu, no Hospital Egas Moniz (Lisboa), vítima de broncopneumonia. O funeral realizou-se no dia seguinte, partindo às 10 horas do hospital, com destino a Salvaterra de Magos, um cortejo fúnebre do qual fazia parte um autocarro da Casa Pia

---

<sup>1565</sup> José dos Santos Pinto (1939-), aluno da Casa Pia de Lisboa entre 1952 e 1957, licenciou-se em Psicologia e trabalhou como bancário e professor de Filosofia no ensino particular cooperativo. Sócio de mérito do CPAC, é director da Biblioteca-Museu Luz Soriano e autor de numerosos livros e discursos sobre a Casa Pia e personalidades ligadas à instituição.

<sup>1566</sup> *A Bola*, 06-10-1995; *O Casapiano*, Setembro de 1995.

<sup>1567</sup> *O Casapiano*, Setembro de 1995; *Gazeta dos Desportos*, 06-10-1995.

<sup>1568</sup> *A Bola*, 06-10-1995; *O Casapiano*, Setembro de 1995; *Correio da Manhã*, 06-10-1995; *Gazeta dos Desportos*, 06-10-1995.

de Lisboa, onde seguiam Augusto Poiares e um grupo de alunos (de ambos os sexos) do Colégio Pina Manique. A homenagem casapiana ao “ganso” falecido foi igualmente visível na urna de Roquete, coberta por bandeiras da CPL e do CPAC. Após uma missa de corpo presente celebrada na igreja de Salvaterra ao meio-dia, António foi sepultado na terra natal, sob o olhar de familiares como os seus filhos Olga e Fernando, mas não Maria Bacelar Roquete, cuja ausência do funeral foi justificada pelo grave estado de saúde da esposa do antigo futebolista<sup>1569</sup>. Num cartão enviado em Janeiro de 1996 a Augusto Poiares, Olga Roquete (assinou “Roquete-Schmitt”), então residente em Paço de Arcos, agradeceu em nome da mãe e do irmão o apoio prestado pelo fundador de *O Casapiano* no dia chuvoso do funeral de António Roquete, considerado por Poiares um “grande amigo” e “o maior atleta casapiano de todos os tempos”<sup>1570</sup>. Olga escreveu também a Luís Rebelo, transmitindo a gratidão de “Maria da Silva Bacelar Roquete, filhos e netos” pela “homenagem última” que a CPL prestara ao seu ex-aluno no dia do funeral deste<sup>1571</sup>.

O óbito de Roquete foi noticiado na imprensa desportiva, em particular nos jornais *A Bola* e *Record*, que sublinharam a fidelidade do atleta ao Casa Pia, a sua carreira na selecção nacional de futebol, com destaque para o torneio de Amesterdão (Roquete foi o último dos jogadores da equipa lusa que brilhou em 1928 a falecer), e o sucesso igualmente obtido na prática de nataçao e pólo aquático<sup>1572</sup>. José do Carmo Francisco dedicou ao guardião casapiano o poema “Os guarda-redes morrem ao domingo”, segundo o qual “Algures entre Lisboa e Salvaterra de Magos, numa manhã de Dezembro, uma trompeta deve ter levantado meio em surdina as notas da fama suspensa na memória dos adeptos em multidão”<sup>1573</sup>. A Liga de Clubes (organismo responsável pelos campeonatos profissionais) e a FPF decidiram promover um minuto de silêncio em homenagem a Roquete antes de todas as partidas das provas nacionais de futebol na jornada ocorrida a seguir à morte do ribatejano<sup>1574</sup>, numa prática tradicional de celebração da memória daqueles que se destacaram no meio futebolístico. António Roquete viria

---

<sup>1569</sup> *O Casapiano*, Dezembro de 1995.

<sup>1570</sup> Biblioteca-Museu Luz Soriano, pasta “António Roquete”.

<sup>1571</sup> AHCPL, Admissões, baixas e outros documentos, 1914-1917, “Processo de admissão e mais documentos respeitantes ao aluno n.º 4337, António Fernandes Roquete”, fl. s.n.

<sup>1572</sup> *A Bola*, 19-12-1995; *Record*, 19-12-1995.

<sup>1573</sup> *A Bola*, 27-12-1995; Francisco, José do Carmo, *Os Guarda-Redes Morrem ao Domingo*, Lisboa, Padrões Culturais, 2002, pp. 114-115.

<sup>1574</sup> *A Bola*, 21-12-1995.

a ser homenageado postumamente pela Associação de Futebol de Santarém no 75.º aniversário desta, celebrado em 1999, como um dos jogadores internacionais nascidos no distrito<sup>1575</sup>.

Nas palavras de José do Carmo Francisco, “do cidadão António Fernandes Roquete fica a memória do guarda-redes que deslumbrou gerações por onde passou a sua classe”<sup>1576</sup>. No entanto, Roquete seria também recordado como parte de outras memórias, como as da resistência ao Estado Novo e do início da luta independentista em Moçambique, pelas suas funções de membro de várias polícias políticas, numa dualidade que o acompanhou quer na vida quer depois da morte.

---

<sup>1575</sup> *Record*, 22-12-1999.

<sup>1576</sup> *A Bola*, 19-12-1995.

### 3. Conclusão

Numa síntese da evolução recente da biografia, o historiador Carlos Maurício refere que os biógrafos actuais não estudam um “eu” individual com uma personalidade e um trajecto de vida coerentes da infância até à morte, mas sim “o indivíduo com múltiplos “eus” cujas manifestações remetem para as mudanças na vida ou para a resposta às exigências que chegam de diversos lados”. As personagens biografadas alterariam a sua imagem de acordo com as expectativas sociais sobre aquilo que deveriam ser e deixariam pistas acerca de si próprias que, “mais do que revelarem o que “realmente” foram, mostram como elas gostavam de se ver e como gostariam de ser lembradas”<sup>1577</sup>. Esta descrição parece-nos especialmente adequada a António Fernandes Roquete, na medida em que o salvaterrense assumiu diferentes papéis ao longo dos seus quase 90 anos de vida e, em cada um deles, procurou transmitir uma representação de si mesmo de acordo com os interlocutores a quem se dirigia. Desportista amador, casapiano fiel ao CPAC, servidor dedicado do Estado Novo ou antigo funcionário policial sem responsabilidades na violência política foram alguns dos perfis através dos quais Roquete procurou moldar a sua imagem pública. Essas diferentes facetas e a carência de informação acerca de numerosos aspectos da vida do nosso biografado inviabilizam eventuais tentativas de analisar a personalidade deste, mas não impedem uma síntese da forma como o aluno n.º 4337 da Casa Pia de Lisboa foi visto pelos seus contemporâneos e perdurou na memória colectiva.

Membro de uma família influente a nível local (em Salvaterra de Magos) e nacional, o jovem António viu-se obrigado, após o empobrecimento e separação dos pais, a ficar sob tutela do Estado, como aluno interno da Casa Pia. A instituição de Belém garantiu-lhe abrigo, alimentação e cuidados sanitários, forneceu-lhe uma educação invulgar na época e permitiu-lhe desenvolver a sua vocação para a prática do desporto, em particular das modalidades de futebol e natação. Após alcançar aos 18 anos a titularidade na equipa principal de futebol do Casa Pia Atlético Clube, Roquete obteve em pouco tempo grande notoriedade, ao ser reconhecido por futebolistas, treinadores, jornalistas e espectadores como o melhor guarda-redes português em actividade e receber a distinção simbólica da convocatória para a selecção nacional. A ascensão e

---

<sup>1577</sup> Maurício, Carlos, “Da “ilusão biográfica” às novas biografias”, in Neves, José, coord., *Quem Faz a História? Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Tinta-da-China, 2016, pp. 28-29.

consagração de Roquete coincidiram com o início da massificação do futebol em Portugal e de um forte destaque concedido pela comunicação social, em particular pela imprensa (além de novos meios como o cinema e a rádio, que também registaram os feitos desportivos de Roquete), ao desporto mais popular no país. A participação da selecção portuguesa nos Jogos Olímpicos de Amesterdão constituiu um símbolo do fenómeno social e mediático em que o futebol já se transformara, poucas décadas depois das suas origens aristocráticas. Neste contexto, António Roquete tornou-se uma celebridade da cultura de massas e um “herói desportivo” venerado pelos adeptos devido às suas faculdades como atleta.

O crescimento do futebol português não era acompanhado, no entanto, por uma actualização da sua estrutura e organização, uma vez que o profissionalismo se mantinha proibido. O contraste entre o amadorismo oficial e os pagamentos clandestinos aos atletas marcou o percurso futebolístico de Roquete, procurando este aproveitar o seu prestígio desportivo para obter benesses financeiras. Eventos como a transferência falhada do casapiano para o União da Madeira ou as peripécias da digressão do Vitória de Setúbal ao Brasil exemplificam a situação dúbia e precária vivida no contexto do “profissionalismo encapotado”. Os rendimentos escassos e instáveis fornecidos aos jogadores terão levado Roquete a hesitar em assumir definitivamente a condição de futebolista remunerado e feito com que seguisse uma actividade profissional independente do desporto. Após vários empregos de curta duração, António ingressou em 1931 na Polícia Internacional Portuguesa, onde os conhecimentos de línguas obtidos na CPL eram especialmente valorizados. Não sabemos se, para além do lado prático, a opção de Roquete possuiu uma motivação ideológica, até porque as ideias políticas do antigo campeão lisboeta de natação, para lá da fidelidade à ditadura (que não o impedia de criticar medidas e personalidades do Estado Novo) manifestada nas cartas enviadas aos líderes da PVDE/PIDE, permanecem em grande parte desconhecidas. O certo é que, a partir daí, coexistiram no espaço público o desportista António Roquete, ídolo dos casapianos e admirado por muitos seguidores do futebol, e o agente (mais tarde inspector) Roquete, odiado e temido pelos opositores do regime de Salazar.

A segunda passagem de António por Valença, entre 1933 e 1935, além de ficar marcada pelo casamento do salvaterrense, deu a conhecer características presentes ao longo da carreira profissional deste. Em primeiro lugar, o rigor e aplicação no serviço que impressionaram Agostinho Lourenço, cuja confiança em Roquete nunca terá sido abalada. A inflexibilidade do

casapiano nas suas funções encontrava-se ligada a frequentes conflitos com autoridades estatais, num exemplo das relações nem sempre amigáveis existentes entre a polícia política e outras entidades do regime. No contacto com os subordinados, o internacional português parece ter conquistado a dedicação de alguns, mas também foi alvo da hostilidade de vários funcionários policiais, geralmente caídos em desgraça depois de se queixarem de Roquete junto dos superiores. Quanto aos indivíduos que se cruzaram com o ribatejano na condição de vítimas da repressão ditatorial, descreveriam, nos testemunhos conhecidos, um homem duro e violento, envolvido em episódios de agressão e tortura a prisioneiros.

Retirado prematuramente do desporto de competição, António Roquete exerceu funções em vários serviços da PVDE, ligados sobretudo à vigilância das fronteiras terrestre e marítima. O seu nome seria associado, por razões desconhecidas, a dois actos repressivos (a prisão de Cândido de Oliveira e o assassinato de António Ferreira Soares) a respeito dos quais não existem indícios da participação do inspector. Depois de uma rápida ascensão na hierarquia da força policial, Roquete enfrentava, contudo, escassas hipóteses de progressão, devido ao predomínio dos militares nos postos de comando do organismo. Duas deslocações profissionais a Moçambique, em 1939 e 1943-1944, indicaram ao ribatejano a oportunidade de chefiar um novo departamento policial criado com o objectivo de neutralizar os focos de oposição à ditadura surgidos no território africano. A chegada de Roquete a Lourenço Marques em 1947 apresentou, a nível pessoal, mais elementos de continuidade que de ruptura, até porque, embora tivesse sido nomeado para o cargo de chefe de secção do quadro eventual (a partir de 1951, adjunto da Polícia Internacional) do Corpo de Polícia de Moçambique, António foi visto pelos habitantes da colónia, quer nas décadas de 40 e 50 quer nas posteriores evocações do período, como o líder da PIDE local.

Através do recurso a meios e procedimentos semelhantes aos utilizados pela polícia política na Metrópole, Roquete e outros responsáveis do regime em Moçambique conseguiram reprimir os movimentos oposicionistas e garantir alguns anos de relativa tranquilidade para o Estado Novo. No entanto, desenvolveram-se na “província” aspirações separatistas entre colonos descontentes com a política centralista de Lisboa e indígenas a quem as sucessivas independências ocorridas em África mostravam a possibilidade de se libertarem do domínio português. A colaboração das polícias de territórios vizinhos, sobretudo as da África do Sul e da Rodésia do Sul, auxiliou a PI no controlo das várias ameaças. No entanto, Roquete manifestava,

nas informações enviadas à PIDE, uma crescente frustração com os obstáculos colocados ao seu trabalho, como a escassez de meios e funcionários qualificados, o desinteresse dos comandantes do CPM pelos assuntos políticos ou as dificuldades levantadas pelo Governo-Geral, que procurava limitar a autonomia da PI e recorria a serviços próprios de investigação. A contestação ao ribatejano nos meios oficiais e o estabelecimento, seis anos depois da sua criação na lei, de uma delegação da PIDE em Moçambique levaram António a reformar-se do funcionalismo público.

As décadas seguintes da vida do antigo guarda-redes são conhecidas com menor detalhe. Após sair da polícia, Roquete passou a trabalhar como chefe de segurança no BNU e na Caju Industrial de Moçambique, cujas operárias se tornaram os novos alvos da vigilância e repressão praticadas pelo casapiano. A persistente ligação deste ao desporto incluiu o exercício das funções de treinador e dirigente do clube associado à empresa de industrialização do caju. O fim da ditadura e a transição moçambicana para a independência levaram Roquete a voltar a Portugal, de maneira desconhecida e no contexto do processo de justiça política movido contra os antigos defensores do Estado Novo. Identificado e constituído arguido, o ex-inspector não terá recebido, contudo, qualquer punição significativa. Nos seus últimos anos, concedeu entrevistas nas quais aproveitou para retocar o passado e foi homenageado como uma figura importante da história do desporto português.

O filho mais novo de Judite Fernandes e Francisco Ferreira Roquete Júnior desenvolveu um percurso invulgar e contraditório. Proveniente de uma família dotada de propriedades e relevância social, foi educado numa instituição pública reservada a crianças pobres. Ao mesmo tempo que auferia rendimentos modestos, tornou-se um dos homens mais célebres e admirados do país. Numa época em que poucos portugueses se deslocavam ao estrangeiro (a não ser como emigrantes), o futebol permitiu-lhe visitar países como Brasil, Itália, França, Bélgica, Espanha e Holanda. Experimentou fases de protagonismo mediático, em contraste com outras de discrição e apagamento. De acordo com os diferentes contextos, soube ser tão correcto, humilde e simpático como brutal, autoritário e assustador. Se não deteve especial poder político ou económico, assumiu por vezes particular relevância nos bastidores da ditadura. Despertou, quer no seu tempo quer através da memória que dele ficou, grandes devoções e ódios profundos. No entanto, esteve envolvido em numerosos fenómenos aparentemente distintos mas estreitamente ligados à evolução do país durante o século XX: a educação na Casa Pia de Lisboa, a prática desportiva, a

popularização do futebol, a expansão dos meios de comunicação social, a violência política, a instituição e consolidação do Estado Novo, a resistência à ditadura, as relações luso-espanholas, o início da luta pela independência dos territórios africanos, a economia e sociedade coloniais, a descolonização e a justiça transicional, entre outros. A vida de António Fernandes Roquete, parcialmente descrita e interpretada neste exercício biográfico, constitui sem dúvida um elemento útil para conhecer melhor o passado de Portugal.

## 4. Fontes e bibliografia

### 4.1. Arquivos

Arquivo da PIDE/DGS (ANTT)

Arquivo da União Nacional (ANTT)

Arquivo do Ministério do Interior (ANTT)

Arquivo do Serviço de Coordenação da Extinção da PIDE/DGS e LP (ANTT)

Arquivo Histórico da Casa Pia de Lisboa

Arquivo Histórico do Banco Nacional Ultramarino (AHCGD)

Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas

Arquivo Histórico Militar

Arquivo Oliveira Salazar (ANTT)

Biblioteca-Museu Luz Soriano

Biblioteca Nacional de Portugal

### 4.2. Webgrafia

<http://casapiaatleticoclubeveteranos.blogspot.com/2009/01/antnio-roquete.html>

<http://digitarq.arquivos.pt/details?id=1017581>

[http://en.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_Roquete](http://en.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Roquete)

<http://historiadesalvaterra.blogs.sapo.pt/11471.html>

[http://memoria.ul.pt/index.php/Roquete\\_Francisco\\_Ferreira](http://memoria.ul.pt/index.php/Roquete_Francisco_Ferreira)

[http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio\\_Roquete](http://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B3nio_Roquete)

<http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/06/1-desafio-de-futebol-internacional-no.html>

<http://semanal.omirante.pt/index.asp?idEdicao=494&id=74182&idSeccao=8021&Action=noticia>

<http://www.campuslm.com.pt/files/Futebol-2015.pdf>

<http://www.casapia-ac.pt/autodafundacao.jpg>

<http://www.casapia-ac.pt/clube/index.php/ct-menu-item-75/roquete-uma-lenda-do-casa-pia>

<http://www.casapia-ac.pt/momentos.pdf>

[http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/minuta\\_10-2012\\_0.pdf](http://www.cm-cascais.pt/sites/default/files/anexos/gerais/minuta_10-2012_0.pdf)

<http://www.exercito.pt/sites/EPI/Historial/Paginas/Comandantes.aspx>

<http://www.familiaroquette.com>

<http://www.fpf.pt/pt/Jogadores/Pesquisar-Jogadores-Internacionais/Jogador/playerId/716470>

<http://www.justicadetransicao.fcsh.unl.pt>

<http://www.pcp.pt/node/257718>

[https://www.youtube.com/watch?v=nKo\\_9nFFqgo](https://www.youtube.com/watch?v=nKo_9nFFqgo)

<https://www.youtube.com/watch?v=t53qGcT3nGg>

### **4.3. Publicações periódicas**

*Anuário da Província de Moçambique*

*O Atlético*

*Avante!*

*O Az*

*A Bola* (1932-1934)

*A Bola* (1945-)

*A Bola Magazine*

*Boletim Oficial de Moçambique*

*Boletim do Sporting Clube de Portugal*

*Campeón*

*A Capital*

*Casa Pia*

*O Casapiano* (1937)

*O Casapiano* (1955-)

*Correio Desportivo*

*Correio Elvense*

*Correio da Manhã*

*Diário*

*Diário da República*

*Diário de Lisboa*  
*Diário de Notícias*  
*Diário de Notícias da Madeira*  
*Diário do Governo*  
*Eco dos Sports (1926-1928)*  
*Eco dos Sports (1938-1956)*  
*Figueira Desportiva*  
*Foto-Sport*  
*Futebol (1935)*  
*Futebol (1965-1968 e 1991-1995)*  
*Futebol Associação*  
*O Ganso*  
*Gazeta dos Desportos*  
*Grémio Lusitano*  
*Ídolos*  
*Ilustração*  
*Itinerário*  
*Jornal de Sports*  
*Lourenço Marques Guardian*  
*Manifesto*  
*O Minhoto*  
*Mundo Desportivo*  
*O Norte Desportivo*  
*Notícias*  
*Notícias de Valença*  
*Notícias de Viana*  
*O Notícias Ilustrado*  
*Off-Side*  
*A Plebe*  
*O Porto Desportivo*  
*O Primeiro de Janeiro*

*Público*

*Record* (1927)

*Record* (1949-)

*República*

*A Ribalta*

*Seara Nova*

*O Século*

*O Setubalense*

*O Sport de Lisboa*

*Sport do Funchal*

*Sport Ilustrado*

*Sporting* (1921-1953)

*Sporting* (1952-)

*Os Sports*

*Stadium*

*Tribuna*

*A Tribuna*

*A Tutoria*

*O Valenciano*

*A Voz Desportiva*

#### **4.4. Bibliografia**

##### 4.4.1. Fontes

ANACLETO, A. Neves, *Os Actos Abusivos do Banco Nacional Ultramarino e a Teoria do Abuso de Direito*, Lourenço Marques, edição do autor, 1972.

ANACLETO, A. Neves, *A Longa Luta. Preso, algemado e deportado*, Lisboa, edição do autor, s.d. (1975).

*Anuário da Casa Pia de Lisboa. 1 de Julho de 1921 a 31 de Dezembro de 1923*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1924.

*Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1913-1914*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1914.

*Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1914-1915*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1915.

*Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1915-1916*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1916.

*Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1916-1917*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1917.

*Anuário da Casa Pia de Lisboa. Ano Económico de 1918-1919*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1920.

*Anuário da Casa Pia de Lisboa. Anos Económicos de 1919-1920 e 1920-1921*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1923.

ARAÚJO, Júlio de, *Meio Século de Futebol. Subsídios para a história do futebol em Portugal*, Rio de Janeiro, dactilografado, 1938.

*Associação de Futebol de Lisboa. Homenagem aos seus presidentes na comemoração do 41.º aniversário*, Lisboa, Associação de Futebol de Lisboa, 1951.

CAETANO, Marcelo, *Portugal e o Direito Colonial Internacional*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1948.

*Caju Industrial de Moçambique – Relatório do Conselho de Administração e Parecer do Conselho Fiscal*, Lourenço Marques, Empresa Moderna, 1966.

*Casa Pia de Lisboa. Em comemoração do centenário da independência do Brasil*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1922.

*Casa Pia de Lisboa. Regulamentos e mais legislação promulgada desde a implantação da República*, Lisboa, Casa Portuguesa, 1926.

COELHO, José Dias, *A Resistência em Portugal*, Lisboa, Avante, 2006.

CUNHAL, Álvaro, *Obras Escolhidas. Tomo I (1935-1947)*, coordenação, prefácio e notas de Francisco Melo, Lisboa, Avante, 2007.

*Estatutos do Casa Pia Atlético Clube – Ateneu Casapiano*, Lisboa, Sociedade Astória, s.d. (1936).

*Estatutos do Grupo Desportivo da Caju Industrial*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1968.

FIGUEIREDO, António de, *Portugal: Cinquenta Anos de Ditadura*, Lisboa, Dom Quixote, 1976.

FIGUEIREDO, António de, *Portugal and Its Empire: The Truth*, Londres, Victor Gollancz Ltd., 1961.

FIGUEIREDO, António de, “Testemunho – Luta e morte no exílio”, in DELGADO, Iva, FIGUEIREDO, António de, coord., *Memórias de Humberto Delgado*, Lisboa, Dom Quixote, 1991.

FREITAS, Afonso Ivens Ferraz de, *Seitas Religiosas Gentílicas – Província de Moçambique*, vol. I-III, Lisboa, Centro de Estudos Políticos e Sociais da Junta de Investigações do Ultramar, 1957.

GONÇALVES, Assis, *Relatórios para Oliveira Salazar, 1931-1935*, Lisboa, Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista, 1981.

*História do Regimento de Infantaria n.º 1, 1648-1942*, s.l., Imprensa dos Pupilos do Exército, s.d.

*Histórias da Resistência em Salvaterra de Magos*, Salvaterra de Magos, Câmara Municipal de Salvaterra de Magos, s.d. (1997).

LISBOA, Eugénio, *Acta Est Fabula – Memórias*, vol. III, *Lourenço Marques Revisited (1955-1976)*, Guimarães, Opera Omnia, 2013.

*Lista Geral de Antiguidade dos Oficiais do Exército Metropolitano*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1949.

*Lista dos Oficiais do Exército Presentes na Província em 1 de Janeiro de 1954*, Lourenço Marques, Imprensa Nacional de Moçambique, 1954.

MENDES, António, *Guia Policial*, 2.ª edição, Lourenço Marques, Minerva Central, 1949.

MESQUITELA, Clotilde, *Moçambique – 7 de Setembro. Memórias da Revolução*, 2.ª edição, Lisboa, Branco Editores, 2014.

OLIVEIRA, Cândido de, *Football: Técnica e Tática*, Lisboa, edição do autor, 1935.

OLIVEIRA, Cândido de, *Relatório do Seleccionador Nacional para o XII Portugal-Espanha*, Lisboa, Federação Portuguesa de Football Association, 1935.

ORNELAS, Ricardo, *Números e Nomes do Futebol Português*, Lisboa, Diário Popular, 1949.

PEDRO, Edmundo, *Memórias – Um Combate pela Liberdade*, vol. I, Lisboa, Âncora, 2007.

POIARES, Augusto, *Memórias de um Casapiano*, Lisboa, O Casapiano, 1994.

*Polícia de Vigilância e Defesa do Estado. Relatório (1932 a 1938)*, Lisboa, Bertrand, s.d. (1939).

PONTES, José, *Quase um Século de Desporto. Apontamentos para a história da educação física em Portugal*, Lisboa, Sociedade Nacional de Tipografia, 1934.

*Quem É Alguém*, Lisboa, Portugália, 1947.

REIS, António Ribeiro dos, ORNELAS, Ricardo, *Anuário do Football Português para 1927-28*, Lisboa, Os Sports, 1927.

SÁ, Luís Guerreiro de, MAC MONEGAL, John, *Tratado de Natação*, 2.<sup>a</sup> edição, Porto, Editorial Domingos Barreira, 1954.

SANTOS, António de Almeida, *Quase Memórias. Do Colonialismo e da Descolonização*, I Volume, Lisboa, Casa das Letras, 2006.

SILVA, Tavares da, TELES, Rodrigues, coord., *Almanaque dos Desportos 1947/48*, Lisboa, Stadium, 1948.

VELEDA, Maria, *Memórias de Maria Veleda*, introdução e notas de Natividade Monteiro, Leiria, Imagens & Letras, 2011.

#### 4.4.2. Estudos

*50 Anos da Federação Portuguesa de Futebol*, Lisboa, Federação Portuguesa de Futebol, 1964.

*100 Anos de Futebol*, Lisboa, Associação de Futebol de Lisboa/Livros d'Hoje, 2010.

*220 Anos Casa Pia de Lisboa: Instruir, Educar e Amparar. Centro Cultural Casapiano*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa, 2000.

AFONSO, Aniceto, GOMES, Carlos de Matos, *Os Anos da Guerra Colonial, 1961-1975*, Matosinhos, Quidnovi, 2010.

*Almanaque da Selecção. Edição do Campeonato Europeu de 2004*, Lisboa, Almanaxi, 2004.

ALMEIDA, Pedro Ramos de, *História do Colonialismo Português em África – Cronologia*, vol. III, *Séc. XX*, Lisboa, Estampa, 1979.

ALMEIDA, Pedro Ramos de, *O Processo do Salazarismo. Relatório sobre Portugal*, Lisboa, Avante, 1983.

ALMEIDA, Pedro Ramos de, *Salazar: Biografia da Ditadura*, Lisboa, Avante, 1999.

*Amor à Camisola. Todos os jogadores do Benfica*, Vila do Conde, Verso da História, 2014.

ANTUNES, José Freire, *A Guerra de África, 1961-1974*, vol. I-II, Lisboa, Círculo de Leitores, 1995.

- ANTUNES, José Freire, *Salazar e Caetano: Cartas Secretas, 1932-1968*, Lisboa, Difusão Cultural, 1994.
- ARAÚJO, António, “Da “quadrilhice” de Estado: Polícias e serviços civis de informações (1736-2011)”, in ALMEIDA, Pedro Tavares de, SOUSA, Paulo Silveira e, coord., *Do Reino à Administração Interna. História de um Ministério (1736-2012)*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda/Ministério da Administração Interna, 2015.
- ARAÚJO, Rui, *O Império dos Espiões*, Alfragide, Oficina do Livro, 2010.
- ARSÉNIO, Carlos, *Ribatejo – Terra de Campeões, 1892-2008*, Chamusca, Edições Cosmos, 2008.
- Banco de Moçambique, 1975-2015: Cronologia*, Maputo, Centro de Documentação e Informação do Banco de Moçambique, 2015.
- BARROS, Amândio Jorge Morais, *Boavista Futebol Clube, A Primeira História (1903-1972)*, Porto, Lello, 2000.
- BOTTO, José de Ayala, *Desportistas Portugueses no Estrangeiro*, Lisboa, s.e., 1956.
- BOURDIEU, Pierre, “L’ illusion biographique”, in *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, n.º 62-63, 1986.
- BRAZÃO, Maria Elisa de França, ABREU, Maria Manuela, *A Revolta da Madeira – 1931*, 2.ª edição, Funchal, Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 2008.
- CAMILO, Viriato, *Casa Pia Atlético Clube – Ateneu Casapiano, 1920-1970. Meio Século de Desporto Entre Sonhos e Tormentas*, Lisboa, Biblioteca-Museu Luz Soriano, 1995.
- CARDOSO, Ribeiro, *O Fim do Império. Memória de um soldado português*, Alfragide, Caminho, 2014.
- Cascais: Aqui Nasceu o Futebol em Portugal, 1888-1928*, Lisboa, Quimera/Câmara Municipal de Cascais, 2004.
- CASTANHEIRA, José Pedro, *O Que a Censura Cortou*, Lisboa, Expresso, 2009.
- CASTELO, Cláudia, THOMAZ, Omar Ribeiro, NASCIMENTO, Sebastião, SILVA, Teresa Cruz e, org., *Os Outros da Colonização. Ensaio sobre o colonialismo tardio em Moçambique*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- CHABAL, Patrick, *Vozes Moçambicanas. Literatura e Nacionalidade*, Lisboa, Vega, 1994.
- COELHO, João Nuno, PINHEIRO, Francisco, *A Nossa Selecção em 50 Jogos (1921-2004)*, Porto, Afrontamento, 2004.

COELHO, João Nuno, PINHEIRO, Francisco, *A Paixão do Povo. História do futebol em Portugal*, Porto, Afrontamento, 2002.

CORREIA, Fernando, *Francisco Miguel, Das Prisões à Liberdade*, Lisboa, Avante, 1986.

CORREIA, Romeu, *Jorge Vieira e o Futebol do Seu Tempo*, Lisboa, edição do autor, 1981.

DELGADO, Iva, PACHECO, Carlos, FARIA, Telmo, coord., *Humberto Delgado: As Eleições de 58*, Lisboa, Vega, 1998.

DIAS, Marina Tavares, *História do Futebol em Lisboa*, Lisboa, Quimera, 2000.

DIAS, Rui, *Os 100 Magníficos*, Lisboa, Zebra, 2012.

DIAS, Rui, *100 Melhores do Futebol Português*, vol. II, Lisboa, Record, 2002.

*Elementos para a História da PIDE*, vol. 1, Lisboa, Associação de Ex-Presos Políticos Antifascistas, 1976.

*Enciclopédia do Desporto*, vol. 12, Matosinhos, Quidnovi, 2003.

*Espelho com Memória. 235 Anos da Casa Pia de Lisboa*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa, 2015.

FARIA, Ana Mouta, “A descolonização: libertação de presos políticos e extinção da PIDE/DGS nas colónias de África”, in OLIVEIRA, Luísa Tiago de, org., *Militares e Política: O 25 de Abril*, Setúbal, Estuário, 2014.

FRANCISCO, José do Carmo, *Os Guarda-Redes Morrem ao Domingo*, Lisboa, Padrões Culturais, 2002.

FRANCISCO, José do Carmo, *As Palavras em Jogo*, Lisboa, Padrões Culturais, 2009.

GAMA, Luís Filipe Marques da, *Dos Leais de Sintra e Colares aos da Região Oeste. Uma linhagem medieval inédita*, Óbidos, Câmara Municipal de Óbidos, 1997.

GAMEIRO, José, *Clube Desportivo Salvaterrense – A Sua História*, Salvaterra de Magos, edição do autor, 2010.

GAMEIRO, José, *A Origem da Sociedade Columbófila Salvaterrense*, Salvaterra de Magos, edição do autor, 2007.

GODINHO, Jacinto, “Memória e documentário: a esquecida Polícia de Informações”, in PIMENTEL, Irene Flunser, REZOLA, Maria Inácia, coord., *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 26, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d.

*Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira*, vol. 39, Lisboa, Editorial Enciclopédia, s.d. (1959).

- GUEDES, Rui, *Sport Lisboa e Benfica – Fotobiografia*, Lisboa, Dom Quixote, 1987.
- GUEDES, Rui, *Sporting Clube de Portugal – Fotobiografia*, Lisboa, Dom Quixote, 1988.
- GUIA, Diogo, SILVA, Carlos Guardado da, coord., *Jamor – O Palco Maior do Desporto Nacional*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2014.
- HENRIQUES, Raquel Pereira, “Casa Pia de Lisboa”, in ROLLO, Maria Fernanda, coord., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. I, Lisboa, Assembleia da República, 2013.
- JESUS, José Manuel Duarte de, *Eduardo Mondlane – Um Homem a Abater*, Coimbra, Almedina, 2010.
- KUMAR, Rahul Mahendra, *A Pureza Perdida do Desporto – Futebol no Estado Novo*, tese de doutoramento em Sociologia apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, policopiado, 2014.
- LABAN, Michel, *Moçambique – Encontro com Escritores*, vol. I, Porto, Fundação Eng. António de Almeida, 1998.
- LEVI, Giovanni, “Les usages de la biographie”, in *Annales. Économies, Sociétés, Civilisations*, 1989, n.º 6.
- LOUÇÃ, António, *Varela Gomes: “Que outros triunfem onde nós fomos vencidos”*, Lisboa, Parsifal, 2016.
- MADEIRA, João, “O PCP e a Questão Colonial – Dos fins da guerra ao V Congresso (1943-1957)”, in *Estudos do Século XX*, n.º 3, 2003.
- MALHEIRO, João, *A Idade da Bola*, Matosinhos, Quidnovi, 2006.
- MARQUES, A.H. de Oliveira, coord., *Parlamentares e Ministros da 1.ª República (1910-1926)*, Lisboa/Porto, Assembleia da República/Afrontamento, 2000.
- MARREIROS, João, *Jogos Olímpicos e Olimpismo*, 2.ª edição, Torres Novas, edição do autor, 1992.
- MATEUS, Dalila Cabrita, *A Luta pela Independência. A formação das elites fundadoras da FRELIMO, MPLA e PAIGC*, Mem Martins, Editorial Inquérito, 1999.
- MATEUS, Dalila Cabrita, *Memórias do Colonialismo e da Guerra*, Porto, Asa, 2006.
- MATEUS, Dalila Cabrita, *A PIDE/DGS na Guerra Colonial*, Lisboa, Terramar, 2004.
- MATEUS, Dalila Cabrita, MATEUS, Álvaro, *Nacionalistas de Moçambique*, Alfragide, Texto, 2010.

- MAURÍCIO, Carlos, “Da “ilusão biográfica” às novas biografias”, in NEVES, José, coord., *Quem Faz a História? Ensaios sobre o Portugal Contemporâneo*, Lisboa, Tinta-da-China, 2016.
- MELO, Afonso de, *Cinco Escudos Azuis. A história da Selecção Nacional de Futebol*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Dom Quixote, 2006.
- MELO, Afonso de, *Guia dos Resultados da Selecção Nacional de Futebol*, Lisboa, Dom Quixote, 2004.
- MENDES, José Amado, “Ventura, Coelho, Counhago & C.<sup>a</sup> (1925?-1932)”, in FARIA, Miguel Figueira de, MENDES, José Amado, coord., *Dicionário de História Empresarial Portuguesa, Séculos XIX e XX*, vol. I, *Instituições Bancárias*, Lisboa, Universidade Autónoma de Lisboa/Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2013.
- MENESES, Filipe Ribeiro de, *Salazar – Uma Biografia Política*, Alfragide, Dom Quixote, 2010.
- MOTA, Henrique, *Desportistas Almadenses. Subsídios para a história do desporto no concelho de Almada*, Almada, Jornal de Almada, 1975.
- NETO, Joel, “Cândido de Oliveira, Maior do que a vida”, in VIEIRA, Joaquim, dir., *Crónica de Ouro do Futebol Português*, vol. 5, *Os 100 Mais*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.
- NEVES, José, DOMINGOS, Nuno, coord., *Uma História do Desporto em Portugal*, vol. I-III, Vila do Conde, Quidnovi, 2011.
- NÓVOA, António, dir., *Dicionário de Educadores Portugueses*, Porto, Asa, 2003.
- PARREIRÃO, Henrique, “Desporto: da estreia olímpica do futebol aos êxitos noutras modalidades”, in REIS, António, dir., *Portugal Contemporâneo*, vol. 4, Lisboa, Publicações Alfa, 1990.
- PENVENNE, Jeanne, *Trabalhadores de Lourenço Marques (1870-1974)*, Maputo, Arquivo Histórico de Moçambique, 1993.
- PENVENNE, Jeanne Marie, *Women, Migration & the Cashew Economy in Southern Mozambique, 1945-1975*, Woodbridge, James Currey, 2015.
- PEREIRA, Dionísio, *Emigrantes, Exilados e Perseguidos. A comunidade portuguesa na Galiza (1890-1940)*, Santiago de Compostela, Através Editora, 2013.
- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política*, vol. 2, “Duarte”, o Dirigente Clandestino, Lisboa, Temas e Debates, 2001.
- PEREIRA, José Pacheco, *Álvaro Cunhal, Uma Biografia Política*, vol. 3, *O Prisioneiro*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Temas e Debates, 2006.

- PIMENTEL, Irene Flunser, *Biografia de um Inspector da PIDE. Fernando Gouveia e o Partido Comunista Português*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.
- PIMENTEL, Irene Flunser, “Como nasceu a PVDE, antecessora da PIDE”, in *Visão História*, n.º 19, Fevereiro de 2013.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *Espiões em Portugal Durante a II Guerra Mundial*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2013.
- PIMENTEL, Irene Flunser, “A extinção da polícia política do regime ditatorial português, PIDE/DGS”, in PIMENTEL, Irene Flunser, REZOLA, Maria Inácia, coord., *Democracia, Ditadura. Memória e Justiça Política*, Lisboa, Tinta-da-China, 2013.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *História da Oposição à Ditadura, 1926-1974*, Porto, Figueirinhas, 2013.
- PIMENTEL, Irene Flunser, *A História da PIDE*, Lisboa, Círculo de Leitores/Temas e Debates, 2007.
- PIMENTEL, Irene Flunser, “A polícia e a justiça política nos primeiros anos do salazarismo. 1933-1945”, in PINTO, António Costa, MARTINHO, Francisco Carlos Palomanes, org., *O Corporativismo em Português. Estado, política e sociedade no Salazarismo e no Varguismo*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008.
- PINHEIRO, Francisco, “Futebol e política na ditadura: Factos e mitos”, in TIESLER, Nina Clara, DOMINGOS, Nuno, coord., *Futebol Português – Política, Género e Movimento*, Porto, Afrontamento, 2012.
- PINTO, António Costa, “Ajustando contas com o passado na transição para a democracia em Portugal”, in BRITO, Alexandra Barahona de, GONZÁLEZ ENRÍQUEZ, Cármen, AGUILAR FERNÁNDEZ, Paloma, coord., *A Política da Memória. Verdade e Justiça na Transição para a Democracia*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2004.
- PINTO, Fernando, *50 Anos de Selecções Nacionais – Futebol*, Viseu, Fama, 1972.
- PINTO, José Filipe, *O Ultramar Secreto e Confidencial*, Coimbra, Almedina, 2010.
- PINTO, José dos Santos, TAVARES, Hélder, *Casa Pia Atlético Clube, Ateneu Casapiano – 70 Anos de Cultura, de Solidariedade, de Desporto*, Lisboa, Biblioteca-Museu Luz Soriano, 1990.
- PINTO, Rodrigo António, *Portugal nos Jogos Olímpicos do Século XX*, Lisboa, Comité Olímpico de Portugal, 2004.

QUINA, Mário Gentil, coord., *Olímpicos de Portugal. 1912-2008*, vol. I, Lisboa, Instituto do Desporto de Portugal, 2008.

RAIMUNDO, Filipa, “Partidos políticos e justiça transicional em Portugal: o caso da polícia política (1974-1976)”, in PINTO, António Costa, org., *A Sombra das Ditaduras. A Europa do Sul em comparação*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2013.

RAIMUNDO, Filipa Alves, *The Double Face of Heroes: Motivations and Constraints in Dealing with the Past. The Case of PIDE/DGS*, dissertação de mestrado em Política Comparativa apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Lisboa, policopiado, 2007.

RAMALHO, Margarida Magalhães, “Paragem na Curia”, in *Visão História*, n.º 32, Dezembro de 2015.

RIBEIRO, Maria da Conceição, “Lourenço, Agostinho”, in ROSAS, Fernando, BRITO, J.M. Brandão de, dir., *Dicionário de História do Estado Novo*, vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, 1996.

RIBEIRO, Maria da Conceição, *A Polícia Política no Estado Novo, 1926-1945*, 2.ª edição, Lisboa, Estampa, 2000.

RIBEIRO, Maria da Conceição Oliveira, “Polícia política”, in BARRETO, António, MÓNICA, Maria Filomena, dir., *Dicionário de História de Portugal*, vol. 9, Porto, Figueirinhas, 2000.

Ricardo Ornelas. *Jornalista, 1899-1967*, Lisboa, Câmara Municipal de Lisboa, 1999.

ROCHA, António Moraes, BARRETO, Fernando, *Subsídios para a História da Educação Física na Casa Pia de Lisboa*, Lisboa, Casa Pia de Lisboa, 1987.

ROCHA, Ilídio, coord., *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vol. IV, Mem Martins, Europa-América, 1998.

ROCHA, Ilídio, coord., *Dicionário Cronológico de Autores Portugueses*, vol. V, Mem Martins, Europa-América, 2000.

RODRIGUES, José Barros, *Belenenses – O Primeiro Campeonato de Portugal (1926-27)*, Lisboa, Estar, 2002.

ROLLO, Maria Fernanda, “Siderurgia”, in ROLLO, Maria Fernanda, coord., *Dicionário de História da I República e do Republicanismo*, vol. III, Lisboa, Assembleia da República, 2014.

ROSA, Frederico Delgado, *Humberto Delgado – Biografia do General Sem Medo*, Lisboa, A Esfera dos Livros, 2008.

ROSAS, Fernando, *Salazar e o Poder. A Arte de Saber Durar*, Lisboa, Tinta-da-China, 2012.

SAAVEDRA, Ricardo de, *Os Dias do Fim*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Casa das Letras, 2008.

SALGUEIRO, Ângela Sofia Garcia, *Ciência e Universidade na I República*, tese de doutoramento em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, policopiado, 2015.

SANTOS, Ana, *Heróis Desportivos. Estudo de caso sobre Eusébio – de corpo a ícone da Nação*, Lisboa, Instituto do Desporto de Portugal, 2004.

SANTOS, Eduardo dos, PASSETTI, Manuel, CARDOTE, Fernando, *Dicionário do Calção Casapiano*, Lisboa, s.e., 1976.

SANTOS, Miguel Dias, *Arlindo Vicente e o Estado Novo. História, cultura e política*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006.

SAÚTE, Nelson, *Os Habitantes da Memória. Entrevistas com escritores moçambicanos*, Praia, Centro Cultural Português, 1998.

*O Século do Desporto*, Lisboa, A Bola, s.d.

SERPA, Homero, *Cândido de Oliveira: Uma biografia*, Lisboa, Caminho, 2000.

SERRA, Pedro Miguel Coelho, *Os saneamentos políticos no ensino (1974-1976)*, dissertação de mestrado em História Contemporânea apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, policopiado, 2008.

SERRADO, Ricardo, *Cosme Damião – O Homem que Sonhou o Benfica*, Lisboa, Zebra, 2010.

SERRADO, Ricardo, *O Estado Novo e o Futebol*, Carcavelos, Prime Books, 2012.

SERRADO, Ricardo, *O Jogo de Salazar. A política e o futebol no Estado Novo*, Alfragide, Casa das Letras, 2009.

SERRADO, Ricardo, SERRA, Pedro, *História do Futebol Português – Uma Análise Social e Cultural*, vol. I, *Origens, Institucionalização e Profissionalização*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Prime Books, 2014.

SERRADO, Ricardo, SERRA, Pedro, *História do Futebol Português – Uma Análise Social e Cultural*, vol. II, *Industrialização e Globalização*, 2.<sup>a</sup> edição, Lisboa, Prime Books, 2014.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. XVII, Lisboa, Verbo, 2007.

SILVA, Armando de Sousa e, *Vítimas de Salazar. Carlos Ferreira Soares, anatomia de um crime*, Porto, Papiro, 2009.

- SILVA, Teresa Cruz e, JOSÉ, Alexandrino, “Eduardo Mondlane: Pontos para uma periodização da trajectória de um nacionalista (1940-1961)”, in *Estudos Moçambicanos*, n.º 9, 1991.
- SIMÕES, António, *Desporto com Política nos 100 Anos da República*, Lisboa, Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2011.
- SIMÕES, António, *Equipamentos com História*, vol. II, Lisboa, A Bola, 2006.
- SIMÕES, António, *Eusébio Como Nunca se Viu*, Alfragide, Dom Quixote, 2014.
- SIMÕES, António, SERPA, Homero, *100 Figuras do Futebol Português*, Lisboa, A Bola, 1996.
- SOARES, João, org., *A Revolta da Madeira – Documentos*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1979.
- SOUSA, João Tiago, “Eduardo Mondlane: Resistência e Revolução (1920-1969). Caminhos de um projecto de investigação”, in *Estudos do Século XX*, n.º 3, 2003.
- SOUTO, Amélia Neves de, *Caetano e o Ocaso do “Império”. Administração e Guerra Colonial em Moçambique durante o Marcelismo (1968-1974)*, Porto, Afrontamento, 2007.
- TAPADA, Joaquim, *Futebol: Dicionário Onomástico dos Internacionais Seniores Portugueses de 1921 a 1980*, Braga, Pax, 1981.
- TAVARES, Hélder, *Casa Pia Atlético Clube – Ateneu Casapiano, 1920-2012 – 92 anos de cultura, solidariedade e desporto*, Lisboa, dactilografado, 2012.
- TELO, António José, *Propaganda e Guerra Secreta em Portugal (1939-1945)*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1990.
- VIEIRA, Joaquim, dir., *Crónica de Ouro do Futebol Português*, vol. 1, *A Selecção*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2008.

#### **4.5. Entrevistas**

Depoimento escrito de Humberto Silva de Almeida, 03-09-2013.

Entrevista a Hélder Tavares, 25-10-2015.

## 5. Anexos

### Anexo I

Quadros I-IV – Classificações obtidas por António Fernandes Roquete no Curso Comercial da Casa Pia de Lisboa<sup>1578</sup>

Quadro I – 1.º Ano (Ano lectivo de 1920/21)

<b>Disciplina</b>	<b>Nota</b>
Português	13
Francês	12
Matemática	10
Geografia geral	10
Ciências Naturais	10
Caligrafia	12
Desenho	14
Média (aproximada)	11,57

Quadro II – 2.º Ano (1921/22)

<b>Disciplina</b>	<b>Nota</b>
Português	11
Francês	11
Inglês	10
História pátria	10

<sup>1578</sup> AHCPL, Matricula Geral dos Alunos, n.º 29, 4289-4388, fl. 97.

Aritmética e Geometria plana	14
Geografia geral	12
Ciências Naturais	11
Escrituração comercial	10
Caligrafia	12
Média (aproximada)	11,22

Quadro III – 3.º Ano (1922/23)

<b>Disciplina</b>	<b>Nota</b>
Português	10
Francês	11
Inglês	10
Alemão	12
Aritmética, Álgebra e Geometria plana	13
Escrituração comercial	10
Geografia comercial	11
Caligrafia	11
Estenografia	11
Média	11

Quadro IV – 4.º Ano (1923/24)

<b>Disciplina</b>	<b>Nota</b>
Português	13
Francês	14
Inglês	12
Alemão	13
Matemática	11

Escrituração comercial	10
Física e Química	11
Geografia comercial	12
Tecnologia comercial	12
Caligrafia	13
Dactilografia	13
Estenografia	12
Média (aproximada)	12,17

## Anexo II

Quadro V – Internacionalizações de António Fernandes Roquete

<b>Data</b>	<b>Local</b>	<b>Adversário</b>	<b>Resultado</b>	<b>V/E/D</b>	<b>Competição</b>
18-04-1926	Toulouse	França	4-2	D	Particular
17-04-1927	Turim	Itália	3-1	D	Particular
29-05-1927	Madrid	Espanha	2-0	D	Particular
01-04-1928	Lisboa	Argentina	0-0	E	Particular
15-04-1928	Porto	Itália	4-1	V	Particular
29-04-1928	Paris	França	1-1	E	Particular
27-05-1928	Amesterdão	Chile	4-2	V	JO 1928
29-05-1928	Amesterdão	Jugoslávia	2-1	V	JO 1928
04-06-1928	Amesterdão	Egipto	1-2	D	JO 1928
17-03-1929	Sevilha	Espanha	5-0	D	Particular
24-03-1929	Paris	França	2-0	D	Particular
12-01-1930	Lisboa	Checoslováquia	1-0	V	Particular
23-02-1930	Porto	França	2-0	V	Particular
08-06-1930	Antuérpia	Bélgica	2-1	D	Particular
29-01-1933	Lisboa	Hungria	1-0	V	Particular
02-04-1933	Vigo	Espanha	3-0	D	Particular

### Anexo III

Quadro VI – Funcionários do quadro eventual do Corpo de Polícia Civil de Moçambique ao serviço em 31 de Dezembro de 1949<sup>1579</sup>

Nome	Cargo	Data de nascimento	Data do ingresso no CPM	Data da nomeação para o cargo actual
António Fernandes Roquete	Chefe de secção	08-08-1906	23-09-1947	29-05-1945
Delfim das Neves	Chefe de secção (interino)	09-09-1901	07-05-1947	19-04-1949
Armando Francisco Borba da Gama Ochoa	Agente de 1.ª classe	24-06-1914	04-10-1943	07-08-1943
Elísio do Nascimento Carvalho	Agente de 1.ª classe	27-03-1903	04-10-1943	07-08-1943
José Augusto David	Agente de 1.ª classe	19-11-1897	16-10-1943	07-08-1943
Arlindo Gonçalves de Sá Rodrigues	Agente de 1.ª classe	20-06-1914	09-11-1948	05-01-1948
Ernesto dos Santos Ferreira	Agente de 2.ª classe	22-01-1909	04-10-1943	07-08-1943
Vítor Madeira Ramos Júnior	Agente de 2.ª classe	02-10-1912	16-10-1943	07-08-1943
Eusébio Alves Pinto	Agente de 2.ª classe	15-12-1910	16-10-1943	07-08-1943
José Sarto de Amorim Lopes	Agente de 2.ª classe	11-01-1909	16-10-1943	07-08-1943
Mário da Conceição Figueira	Agente de 3.ª classe	05-05-1917	04-10-1943	07-08-1943
Viriato Lusitano Mendes	Agente de 3.ª classe	22-02-1913	04-10-1943	07-08-1943
Alberto Mira de Almeida	Agente de 3.ª classe	03-03-1914	16-10-1943	07-08-1943
Manuel Teixeira	Agente de 3.ª classe (interino)	15-11-1909	31-12-1945	08-02-1949

<sup>1579</sup> BOM, II Série, 08-04-1950.

António Tomás Ravasco dos Anjos	Escriturário de 1. <sup>a</sup> classe	30-10-1902	16-10-1943	07-08-1943
Francisco Marques Ferreira	Escriturário de 1. <sup>a</sup> classe (interino)	25-01-1919	19-01-1946	05-09-1949
José Augusto Cabaço Júnior	Escriturário de 2. <sup>a</sup> classe	20-05-1918	16-10-1943	07-08-1943
António de Gouveia	Escriturário de 2. <sup>a</sup> classe (interino)	15-04-1918	23-03-1946	08-02-1949
António Mira de Almeida	Escriturário de 2. <sup>a</sup> classe (interino)	25-10-1924	16-11-1946	11-01-1949
António Joaquim Dias Júnior	Dactilógrafo (interino)	15-04-1917	15-05-1948	19-04-1949

## Anexo IV

Quadro VII – Funcionários da Polícia Internacional ao serviço em 31 de Dezembro de 1953<sup>1580</sup>

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Data de nascimento</b>	<b>Data do ingresso no CPM</b>	<b>Data da nomeação para o cargo actual</b>
António Fernandes Roquete	Adjunto	08-08-1906	23-09-1947	02-01-1951
Armando Francisco Borba da Gama Ochoa	Chefe de brigada	24-06-1914	04-10-1943	02-01-1951
José Augusto David	Chefe de brigada	19-11-1897	16-10-1943	02-01-1951
Arlindo Gonçalves de Sá Rodrigues	Chefe de brigada	20-06-1914	09-11-1948	02-01-1951
Ernesto dos Santos Ferreira	Chefe de brigada	22-01-1909	04-10-1943	02-01-1951
Vítor Madeira Ramos Júnior	Chefe de brigada	02-10-1912	16-10-1943	10-04-1951
Eusébio Alves Pinto	Agente de 1. <sup>a</sup> classe	15-12-1910	16-10-1943	02-01-1951
José Sarto Amorim Lopes	Agente de 1. <sup>a</sup> classe	11-01-1909	16-10-1943	02-01-1951
Mário da Conceição Figueira	Agente de 1. <sup>a</sup> classe	05-05-1917	04-10-1943	02-01-1951
José Augusto Cabaço Júnior	Agente de 1. <sup>a</sup> classe	20-05-1918	16-10-1943	02-01-1951
Manuel Teixeira	Agente de 1. <sup>a</sup> classe	15-11-1909	02-01-1951	24-11-1953
António Tomás Ravasco dos Anjos	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	30-10-1902	16-10-1943	02-01-1951
António Joaquim Dias Júnior	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	15-04-1917	02-01-1951	02-01-1951
António de Gouveia	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	15-04-1918	02-01-1951	02-01-1951
António Mira de Almeida	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	25-10-1924	02-01-1951	02-01-1951

<sup>1580</sup> Ibidem, 13-02-1954.

Francisco Marques Ferreira	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	25-01-1919	02-01-1951	02-01-1951
Manuel José de Faria Soares	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	14-12-1921	18-02-1952	18-02-1952
José Teixeira Soares	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	21-07-1917	04-08-1951	18-02-1952
Avelino Gomes Agra	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	06-10-1918	28-07-1943	13-01-1953
Camilo Guedes Dias	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	18-08-1922	18-02-1952	11-08-1953
António Fernando Gomes Segurado	Segundo-escriturário	15-08-1923	02-01-1951	02-01-1951

## Anexo V

Quadro VIII – Funcionários da Polícia Internacional ao serviço em 31 de Dezembro de 1959<sup>1581</sup>

Nome	Cargo	Data de nascimento	Data do ingresso no CPM	Data da nomeação para o cargo actual
António Fernandes Roquete	Adjunto	08-08-1906	23-09-1947	02-01-1951
Armando Francisco Borba da Gama Ochoa	Chefe de brigada	24-06-1914	04-10-1943	02-01-1951
Arlindo Gonçalves de Sá Rodrigues	Chefe de brigada	20-06-1914	09-11-1948	02-01-1951
Ernesto dos Santos Ferreira	Chefe de brigada	22-01-1909	04-10-1943	02-01-1951
Vítor Madeira Ramos Júnior	Chefe de brigada	02-10-1912	16-10-1943	10-04-1951
Eusébio Alves Pinto	Chefe de brigada	15-12-1910	16-10-1943	25-10-1954
José Sarto Amorim Lopes	Agente de 1.ª classe	11-01-1909	16-10-1943	02-01-1951
Mário da Conceição Figueira	Agente de 1.ª classe	05-05-1917	04-10-1943	02-01-1951
Viriato Lusitano Mendes	Agente de 1.ª classe	22-02-1913	04-10-1943	21-06-1953
Manuel Teixeira	Agente de 1.ª classe	15-11-1909	02-01-1951	24-11-1953
António Fernando Gomes Segurado	Agente de 1.ª classe	15-08-1923	02-01-1951	01-10-1959
António Joaquim Dias Júnior	Agente de 2.ª classe	15-04-1917	02-01-1951	02-01-1951
António de Gouveia	Agente de 2.ª classe	15-04-1918	02-01-1951	02-01-1951
António Mira de Almeida	Agente de 2.ª classe	25-10-1924	02-01-1951	02-01-1951
Camilo Guedes Dias	Agente de 2.ª classe	18-08-1922	18-02-1952	11-08-1953
Albino António Lopes	Agente de 2.ª classe	18-09-1930	06-09-1954	06-09-1954

<sup>1581</sup> Ibidem, 28-05-1960.

Areosa					
Ramiro Alexandre Pereira Gonçalves	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	18-05-1923	15-09-1954	15-09-1954	
Agostinho Gonçalves Lopes Júnior	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	25-04-1922	25-04-1955	25-04-1955	
Álvaro Traquino de Morais	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	23-09-1927	02-01-1956	02-01-1956	
António Alípio dos Reis	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	27-04-1923	21-10-1957	21-10-1957	
Luciano José Barros de Almeida	Agente de 2. <sup>a</sup> classe	21-03-1928	28-07-1958	28-07-1958	

## Anexo VI

Fotografia da selecção portuguesa que defrontou o Chile (Estádio Olímpico de Amesterdão, 27-05-1928)



Da esquerda para a direita: de pé, António Roquete, Armando Martins, José Manuel Martins, Vítor Silva, Jorge Vieira, Carlos Alves e Raul Figueiredo; em baixo, César de Matos, Augusto Silva, Pepe e Valdemar Mota.

Fonte: <http://restosdecoleccion.blogspot.pt/2011/06/1-desafio-de-futebol-internacional-no.html>  
(originalmente publicado em *Os Sports*, 04-06-1928)

